O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERARIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

VOLUME 85.º

4.ª SERIE VOLUME 14.º

COIMBRA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

1933

O INSTITUTO

VOLUME 85.º

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERARIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

VOLUME 85.º

4.ª SERIE VOLUME 14.º

COIMBRA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

1933

SOCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário.* — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário.* — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente.* — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente.* — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral.* — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, da U. L. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L. — Prof. M. de Sousa da Câmara, I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

ÍNDICE POR AUTORES

Pág.

Albuquerque (Matheus) d'Andrade) — ¿ O que é Epistomologia ?. 93

—— Milagres, a sua possibilidade de existência e seu significado — A propósito de um tópico momentoso da filosofia moderna das religiões 270

—— Infinito e transfinito (Análise e crítica) 404

Almeida (Lúcio de) — Febre de Malta — Febre ondulante 186

Bento Carqueja — Herculano, político 375

Carvalho (Rui Galvão de) — Três ensaios sôbre Antero de Quental..... .. .. 495, 507

Cattan (Selim) — Vid. Alberto Giaccardi 228

Domingos da Cruz — A mutualidade em Portugal..... 379, 622

Figueiredo (Fidelino de) — «America the beautiful» 559

Freitas (Gustavo de) — Fidelino de Figueiredo e a epopeia..... 155

Gaspar Rodriguez (Emilio) — Lo dos maestros de humorismo del siglo xix: Larra y Eça de Queiroz 135, 350

Gentil (G. le) — Le mouvement intellectuel en Portugal 603

Gersão Ventura (D. Augusta Faria) — Subsídios para o estudo da Flora Camoneana. — V. Lírios e Lègacão.. 180

Giaccardi (Alberto) — La colonizzazione Spagnola e Portoguese nei secoli xvi e xvii 228

José Caldas — Alexandre Herculano..... 108

Lipschütz (Alejandro) — Impresiones portuguesas 216

Lobo e Silva (J. de Oliveira) — Anais da Vila da Ericeira. 56, 200, 433

Lopes de Mendonça (Henrique) — A propósito da «Abóbada».... 600

Lopes Vieira (Afonso) — Uma carta publicada no *Diário de Notícias* de 30-4-933 310

Magalhães Lima (Jaime de) — A mansidão do guerreiro..... 224

Marques (Luiz) — Um curioso encontro 451

Mattos Cid (Antonio de) — S. Francisco de Xavier e o Oriente português..... 71, 337, 574

Pág.

Oliveira (Carlos Augusto da Silva e) — História da Lusitânia e dos povos que, primitivamente, habitaram a península Ibérica 487
Oliveira Lima — O barão de Rio Branco 99
Pessoa (Alberto) — Ideas médicas de Eça de Queiroz — IV. O caso de Damaso Salsede 247, 409
Ribeiro (Mario de Sampayo) — No centenário de Marcos Portugal. 47
Rodrigues (Dr. José Maria) — A tese da Infanta nas líricas de Camões 1, 283
Silva (Agostinho da) — Miguel Eyquem, Senhor de Montaigne. 163, 317, 468
Trincão (Mário Simões) — Tratamento médico da úlcera gastro-duodenal — A Pepsinoterapia 586
Unamuno (Miguel de) — Herculano en la religión ibérica 503
Vilhena (João Jardim de) — As Juntas Provisórias do Governo do Pará de 1821 a 1823 35
—— José de Seabra da Silva — A sua política e o seu desterro... 117
—— Documentos respeitantes ao Brasil e existentes no Arquivo dos Feitos Findos 275
—— Cartas históricas 539

ÍNDICE POR ARTIGOS

Pág.

Alexandre Herculano, por José Caldas ... 108
«America the beautiful», por Fidelino de Figueiredo ... 559
Anais da Vila da Ericeira, por J. de Oliveira Lobo e Silva. 56, 200, 433
Barão (O) de Rio Branco, por Oliveira Lima ... 99
Cartas históricas, por João Jardim de Vilhena ... 539
Centenário (No) da morte de Marcos Portugal, por Mario de Sampayo Ribeiro ... 47
Colonizzazione (La) Spagnola e Portoguese nei secoli XVI e XVII, por Alberto Giaccardi e Selim Cattan ... 228
Curioso (Um) encontro, por Luiz Marques ... 451
Documentos respeitantes ao Brasil e existentes no Arquivo dos Feitos Findos, por João Jardim de Vilhena ... 275
Febre de Malta — Febre ondulante, por Lúcio de Almeida ... 186
Fidelino de Figueiredo e a epopeia, por Gustavo de Freitas ... 155
Francisco (S.) de Xavier e o Oriente português, por Antonio de Mattos Cid ... 71, 337, 574
Herculano en la religión ibérica, por Miguel de Unamuno ... 503
Herculano, político, por Bento Carqueja ... 375
História da Lusitânia e dos povos que, primitivamente, habitaram a península Ibérica, por Carlos Augusto da Silva e Oliveira ... 487
Ideas médicas de Eça de Queiroz. — IV. O caso de Damaso Salcede, por Alberto Pessoa ... 247, 409
Impresiones portuguesas, por Alejandro Lipschütz ... 216
Infinito e transfinito (Análise e crítica), por Matheus d'Andrade Albuquerque ... 404
José de Seabra da Silva — A sua política e o seu destêrro, por João Jardim de Vilhena ... 117
Juntas (As) Provisórias do Govêrno do Pará de 1821 a 1823, por João Jardim de Vilhena ... 35

Pág.

Livros recebidos 634
Maestros (Los dos) de humorismo del siglo XIX: Larra y Eça de Queiroz, por EMILIO GASPAR RODRIGUEZ 135, 350
Mansidão (A) do guerreiro, por JAIME DE MAGALHÃES LIMA..... 224
Miguel Eyquem, Senhor de Montaigne, por AGOSTINHO DA SILVA. 163 317, 468
Mouvement (Le) intellectuel en Portugal, por G. LE GENTIL..... 603
Mutualidade (A) em Portugal, por DOMINGOS DA CRUZ 379, 622
Milagres, a sua possibilidade de existência e seu significado — A propósito de um tópico momentoso da filosofia moderna das religiões, por MATHEUS D'ANDRADE ALBUQUERQUE 270
¿O que é Epistemologia?, por MATHEUS D'ANDRADE ALBUQUERQUE. 93
Propósito (A) da «Abóbada», por HENRIQUE LOPES DE MENDONÇA . 600
Subsídios para o estudo da Flora Camoneana. — V. Lírios e Lègacão, pela D. AUGUSTA FARIA GERSÃO VENTURA 180
Tese (A) da Infanta nas líricas de Camões, pelo DR. JOSÉ MARIA RODRIGUES..... 1, 283
—— Uma carta do sr. dr. AFONSO LOPES VIEIRA publicada no *Diário de Notícias* de 30-4-933 310
Tratamento médico da úlcera gastro duodenal — A Pepsinoterapia, por MÁRIO SIMÕES TRINCÃO..... 586
Três ensaios sôbre Antero de Quental, por RUI GALVÃO DE CARVALHO..... 459, 507

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERARIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 85.º

4.ª SERIE — VOLUME 14.º

NÚMERO 1

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1933

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Marquês de Faria.

COMISSAO DE REDACÇAO

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário*. — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário*. — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente*. — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente*. — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral*. — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso. da U. L. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L. — Prof. M. de Sousa da Câmara, I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

SUMÁRIO

A tese da Infanta nas líricas de Camões, pelo Dr. José Maria Rodrigues 1
As Juntas Provisórias do Govêrno do Pará de 1821 a 1823, por João Jardim de Vilhena 35
No centenário da morte de Marcos Portugal, por Mário de Sampayo Ribeiro 47
Anais da Vila da Ericeira, por J. de Oliveira Lobo e Silva 56
S. Francisco de Xavier e o Oriente português, por António de Matos Cid 71
¿O que é Epistemologia?, por Matheus d'Andrade Albuquerque .. 93
O Barão de Rio Branco, por Oliveira Lima 99
Alexandre Herculano, por José Caldas 108

A TESE DA INFANTA NAS LÍRICAS DE CAMÕES

MEU QUERIDO MESTRE E AMIGO
SR. DR. JOSÉ MARIA RODRIGUES.

Dá-me V. Ex.ª a honra de me convidar para colaborar na nova justificação da tese que presidiu à nossa edição da Lírica de Camões — *a identificação da Infanta D. Maria como a mulher e a musa que pode explicar, e com efeito explica, o segrêdo da vida e da poesia de Camões. Agradeço a honra do convite, mas devo escusar-me ao prazer de mais uma vez trabalhar ao seu lado. É que eu tenho sido — e sempre repetidamente o declarei em Portugal e longe de Portugal — o assistente do Professor, reconhecendo-me como filólogo amador, pobríssimo de humanidades, e justificando para comigo mesmo a minha colaboração ao pensar que não é talvez nefasta à Erudição a presença, embora mesquinha, dum artista.*

Mas quando o Professor vai agora sustentar a sua tese, — que aliás não foi discutida mas, o que é fácil, apenas negada — seria vaidade imperdoável da minha parte que eu quisesse comparticipar da glória dessa defesa, para o brilho da qual a minha colaboração é, mais do que nunca, inútil. Contudo, essa tese está intacta, de pé. E permanecerá inexpugnável emquanto as duas interpretações da Lírica de Camões *forem estas e só estas: — ou Camões amou, celebrou e sofreu desterros por influência duma mulher de qualidade social muito*

superior à dêle próprio, ou os seus versos foram feitos ao ar, *e Camões passará a ser, entre todos os nossos quinhentistas, e até entre todos os poetas de tôdas as idades, o único em cuja obra lírica se não pode entrever qualquer significado antobiográfico. Singular maneira de discutir a que foge à matéria em discussão! Porque todo o problema se resume nisto. — Emquanto não forem satisfatòriamente explicados certos* textos *concretos, emquanto se não der razão que justifique os* desterros *do Poeta, em quanto se não interpretar porque é que êle atribui tais desterros a uma* Senhora — *a tese está de pé. E continuará a fazer a glória do mestre camonista que encontrou a chave da vida e do* alto pensamento *de Camões.*

O que pareceria honroso para a crítica portuguesa e fecundo para a exegese da poesia camoniana seria que a crítica buscasse interpretar os textos — e tantos são êles! — em que o tema da desigualdade de estados *é declaradamente acentuado. Faria e Sousa, apesar das suas tendências de alucinação camoniana, quando, por exemplo, comentou os versos:*

Oh! mal haja a Fortuna e o Moço cego!
Êle, que os corações obriga a tanto,
Ela, porque os estados desiguala,

notou com inteligência crítica: «De este modo de hablar se ve claramente que esta Dama era superiosisima en Fortuna al Poeta, *e concluiu:* y por eso no puede ser sino Catalina de Ataide...» *Conclusão absurda; mas há aqui ao menos o esfôrço de interpretar.*

Para a ilustração dessa tese é o seu autor quem deve, pois, falar.

O assistente ficará honrosamente no seu pôsto, pronto para aprender. Na minha obscura vida literária duas glórias me enchem de orgulho e me tornam grato à Providência: é o haver eu sido discípulo e íntimo amigo da Senhora D. Ca-

rolina Michaëlis de Vasconcellos e do professor Dr. José Maria Rodrigues.

Com êles não aprendi apenas as coisas da inteligência, embora, por culpa minha, tão pouco aproveitasse; aprendi os melindres da consciência, leccionei-me no escrúpulo das Letras.

Por isso também me assombra que se não hesite em negar, sem sequer de longe o discutir, o que D. Carolina Michaëlis acabou por aceitar, depois de o haver, ela própria repelido.

Assombra-me que se intente fazer de Camões — homem feito de carne e de sentidos, *o que deixou* a vida pelo mundo (*e nos seus versos*) em pedaços repartida, *o poeta das* verdades puras — *que se queira fazer de Camões o mais vão dos retóricos, a voz ôca de sentido, o papagaio real da poesia portuguesa!... Se tal teoria pudesse sustentar-se um instante, viria dum golpe a descaracterizar-se o génio próprio de Camões porque se lhe roubava a viva e real humanidade da sua poesia, que é a mesma na Epopeia e na Lírica.*

E quando Camões, o desterrado, o ansioso vagabundo do Oriente, o indiscreto formidável que até confessa as dores e desabafa as queixas nas oitavas do Poema, quando Camões, o Poeta do curriculum vitæ *entre todos dramático, insiste em nos dizer:*

> *E não canto senão verdades puras*
> *Que me ensinou a viva experiência...*
>
> *Puras verdades já por mim passadas.*
> *Oxalá foram fábulas sonhadas!*

nós devemos simplesmente sorrir e retrucar ao Espírito do Poeta:

— Não! És Quichote e amaste a Dulcineia!...

Ao martírio de Camões faltava êste escárneo derradeiro. Com mais um pequeno esfôrço negar-se-ia que o Poeta

escreveu os seus versos através de longes terras e mares e chegar-se-ia à conclusão de que Os Lusíadas *são a obra dum versificador erudito, composta tranqüilamente na côrte de Lisboa.*

De mais, importa pouco que a tese da Infanta seja agora impugnada ou desdenhada.

Só no futuro ela será julgada definitivamente — e podemos confiar com segurança no juizo que o futuro lhe reserva, porque será o mesmo espírito de Camões quem a há-de impor.

Para terminar estas linhas inúteis, lembrarei que durante os três anos em que trabalhámos, em luta com tantas dificuldades, na nossa edição da Lírica de Camões *— edição integral e acessível ao público que até aí em vão a buscaria — tivemos sempre presente o espírito tutelar de D. Carolina Michaëlis. Recordemos uma vez mais a Professora eminente pelo Saber e pela Dignidade. Recordemo-la como honra da Crítica numa terra como a nossa.*

De V. Ex.ª, com a maior consideração, amigo e discípulo muito grato e admirador. — Afonso Lopes Vieira.

No *Diário de Notícias,* de 1 de Janeiro dêste ano, secção *Cultura-estrangeira — Cultura Nacional*, foi publicado um artigo sôbre a edição da *Lírica de Camões,* organizada por Afonso Lopes Vieira e por mim.

Era desejo meu que respondessemos ambos a êsse artigo, mas a carta do meu ilustre colaborador, tão honrosa para mim, obriga-me a ficar eu só em campo.

I

Uma deplorável omissão do articulista. O cúmulo do arrôjo

Quando em 1910 publiquei o meu trabalho intitulado *Camões e a Infanta D. Maria*, estava de ante-mão convencido

de que a tese nêle apresentada ia encontrar, a princípio, muito poucos partidários, por tal forma estava de posse do campo o nome de D. Catarina de Ataíde.

Resolvi, porisso, limitar-me a ir tomando nota das objecções que fossem aparecendo e esperar a oportunidade de lhes responder.

Era preciso dar tempo ao tempo, e tornava-se, sobretudo, indispensável que o público ilustrado tivesse ao seu dispor uma edição das composições líricas do Poeta, depurada dos numerosos apócrifos que nelas começaram a introduzir-se logo desde a primeira edição e tem continuado até nossos dias.

Urgia também introduzir a ordem no caos das poesias autênticas, aglomeradas ao acaso, sem outro critério que não fôsse o da forma métrica e, às vezes, o da ordem cronológica da publicação, que, como é óbvio, são puramente externos.

Aparecia, é certo, de tempos a tempos alguma adesão valiosa ao meu modo de ver, e neste número devo incluir a do que havia de ser o meu ilustre cooperador na edição da *Lírica*.

Havia, porém, uma pessoa cujo parecer muito me interessava, embora eu estivesse perfeitamente tranqüilo sôbre o resultado final: Era a Senhora D. Carolina Michaëlis, a ilustre Mestra, que a todos se impunha pelo seu vastíssimo saber, pela nobre independência do seu critério, pela meticulosa probidade mental que a caracterizava.

Ainda em *O Cancioneiro do Padre Pedro Ribeiro* (Coimbra, 1924)(1), a sábia escritora capitulava de «romance» o que eu havia afirmado a respeito da pretensão amorosa de

---

(1) No fim da *Introdução*, pág. 14, vem a data: «Escrito no Pôrto, a 15 de Julho de 1919». E em seguida: «Trasladado em Fevereiro de 1924».

Camões ao coração da Infanta: «J. M. R., que, para o seu tão poético romance da paixão de Camões pela Infanta, precisava pelo menos de uma poesia à morte dela» etc. (p. 47, nota). E a p. 34 excluía a filha mais nova de D. Manuel do número das mulheres por quem o Poeta havia suspirado: «A sua estrêla funesta, sua natureza terrível fizeram que constantemente *mudasse as causas ao cuidado*, suspirando ora por Natércia, ora por Nise, Belisa, Dinamene, Barbara: em várias flamas vàriamente ardendo».

Chegou finalmente a ocasião que eu de há muito esperava e que só a impossibilidade física ou a morte — era firme convicção minha — poderiam ter afastado.

No *Diário de Lisboa,* n.º 866, de 4 de Fevereiro de 1924, publicou a veneranda professora um artigo subordinado ao título *Camões enamorado*, em que se lêem estas palavras: «E sempre apaixonado! Desde a cabeça de oiro e neve de Coimbra, pela alma gentil de Natércia, os corpos ardentes de Bárbara e Dinamene, a nobreza de D. Francisca de Aragão, e a excelsa infanta D. Maria, que platònicamente amava, mas *de profundis* adorava: constantemente amava».

O mito de Natércia ainda continua, destinado naturalmente a desaparecer quando a tão erudita e tão conscienciosa Senhora voltasse a ocupar-se do assunto; mas a paixão de Camões pela Infanta já não é apenas em «poético romance»; esta já é incluída, e em lugar primacial, entre as mulheres que Camões amou.

Ora a-pesar-do trecho do *Diário de Lisboa* vir transcrito a p. xxi da *Lírica,* o articulista do *Diário de Notícias* não se deu por achado! Era mais cómodo! Como se o crítico que, no caso presente, quisesse ser imparcial, não estivesse obrigado a pronunciar-se sôbre as palavras citadas, na parte em que se referem à Infanta, quer para as impugnar, quer para as admitir como exactas!

Deixá-las no silêncio é que lhe não era permitido.

Mas há mais e pior. Acaba o leitor de ver em que circunstâncias a grande Mestra emitiu a sua última opinião a respeito da paixão amorosa de Camões pela Infanta.

Pois o articulista tem agora o arrôjo de escrever isto: «No caso da Infanta ... não há um único elemento que nos incline e recebê-lo, mesmo a título de hipótese».

Nem mesmo a título de hipótese, o que a tão meticulosa Senhora acabou por aceitar como verdade! Ou fá-lo-ia ela sem ter para isso razão nenhuma?

II

Uma citação pouco leal

Nas voltas ao mote alheio:

> Vós, Senhora, tudo tendes,
> Senão que tendes os olhos verdes,

deprecia o Poeta os olhos verdes de Isabel Tavares e declara que

> Ouro e azual é a melhor
> Côr por que a gente se perde.

No son. 53 voltam os olhos azuis, mas agora sob a forma atenuada de «olhos que mostram do Céu certíssimos sinais»:

> Formosos olhos, que na idade nossa
> Mostrais do Céu certíssimos sinais,
> Se quereis conhecer quanto possais,
> Olhai-me a mim, que sou feitura vossa.
> Vereis que do viver me desapossa
> Aquele riso com que a vida dais,
> Vereis que de Âmor não quero mais,
> Por mais que o tempo corra, o dano possa.

E se ver-vos nesta alma, enfim, quiserdes,
Como em um claro espelho, ali vereis
Também a vossa, angélica e serena.
Mas eu cuido que, só por me não verdes,
Ver-vos em mim, Senhora, não quereis.
Tanto gôsto levais de minha pena!

Son. 53.

Como se vê, o Poeta declara-se agora perdido por uns olhos azuis, muito superiores aos verdes, que tanto havia celebrado(1). Agora dá-se como «feitura» de uns olhos que «mostram do Céu certíssimos sinais», que são da côr do Céu.

Mas o que é mais curioso é que esta alusão, já um tanto ou quanto velada, à côr azul dos olhos desaparece completamente na 1.ª quadra do son. 54, moldada pela que lhe corresponde no son. 53:

Olhos formosos, em quem quis natura
Mostrar do seu poder altos sinais,
Se quiserdes saber quanto possais,
Vede-me a mim, que sou feitura vossa.

A p. LXIII da *Lírica* chama-se a atenção para o facto. O articulista, porém, em vez de tentar explicá-lo ou, pelo menos, de o reconhecer, não lhe faz a menor alusão e argumenta nestes termos, valendo-se da autoridade de D. Carolina Michaëlis: «O prof. J. M. R. diz que a Infanta tem olhos claros ou azuis (p. XVI). D. Carolina Michaëlis (*Estudos Camonianos,* p. 73) observa: «Que eu saiba, Camões nunca prestou homenagem directamente a olhos azuis». E insiste

---

(1) Basta recordar êste «mote alheio» com as voltas respectivas:

Verdes são os campos,
De côr de limão;
Assim são os olhos
Do meu coração.

(*obra cit.*, p. 125): «Luiz de Camões preferia *olhos verdes*, côr de esmeralda ou de limão».

Sem respeito pela memória da grande Mestra, sem ao menos se importar com as palavras dubitativas «que eu saiba», o articulista atribui conscientemente a D. Carolina Michaëlis um êrro, que êle sabe muito bem que o é, e que ela seria a primeira a rectificar, se não antes, pelo menos quando lêsse a *Lírica*.

Espírito recto, a quem repugnavam processos tortuosos, exemplo vivo da probidade mental, que vive paredes meias e muitas vezes se identifica com a probidade moral, a ilustre Senhora teria procedido agora como o fêz, por exemplo, há anos (permita-se-me referir um facto que se passou comigo), com respeito ao infinito pessoal no português.

Quando publiquei uma comunicação que sôbre êste assunto fiz na Academia, embora me não referisse à opinião anteriormente apresentada por esta Senhora, S. Ex.ª escreveu-me logo uma carta particular que muito me penhorou, e, não contente com isso, publicou-a também, mais ampliada, no *Boletim da Segunda Classe da Academia*, t. XII, 1918. Dela transcrevo estas palavras: «O estudo renovado de assuntos(1) dos quais eu já me ocupara independentemente, repetidas vezes, mas que V. focou de outro modo, conduziu-me, como francamente confesso, a modificar ou rectificar opiniões outrora formadas, cingindo-me em grande parte às interpretações dadas por V. Isto vale sobretudo do problema importante da génese do *Infinitivo pessoal, flexionado, ou variável,* da língua portuguesa. Pela investigação arguta e laboriosa de V., ela ficou *definitivamente solucionada* (2).

---

(1) O outro assunto era o vilancete à «Senhora dos olhos gonçalves».

(2) Escuso de dizer que o sublinhado é da ilustre signatária da carta.

Estou certa que aos meus aplausos se unirão dentro em pouco os de todos os Romanistas, alguns dos quais já haviam dirigido as suas pesquisas pela mesma vereda (1)».

Assim procedia a respeitabilíssima Senhora.

Devo dizer que, porisso, de veras me magoou o facto de o articulista lhe atribuir um êrro, nas condições em que o faz.

Recapitulando: 1.º) O articulista argumenta com uma asserção que bem sabe não é verdadeira; 2.º) Para a fazer passar como tal, apela para a autoridade de D. Carolina Michaëlis; 3.º) Esta Senhora, se fosse hoje viva, já não perfilharia tal opinião, que aliás não apresentou sob forma categórica.

É um caso típico da falta de probidade mental.

III

¿Porque é que o articulista guarda absoluto silêncio a respeito dos desterros do Poeta e acêrca da Senhora de elevada categoria social a quem êle os atribui?

Em Ceuta, pois é lá que foi escrita a ode 4.ª (*Detém um pouco, Musa*), à vista do «velho Atlante» (2), em Ceuta, digo,

---

(1) Pouco antes de mim, e sem sabermos um do outro, chegou ao mesmo resultado o prof. E. Gamillscheg, que actualmente rege, na Universidade de Berlim, a cadeira de Filologia Românica. Foi só algum tempo depois de finda a guerra que eu tive conhecimento do trabalho daquele professor. O mesmo aconteceu a D. Carolina Michaëlis.

(2) Até aqui dirigiu o Poeta a suas queixas à Lua, em que via figurada aquela que tão ardentemente amava:

> Não fujas, não, de mim! Ah! não te escondas
> Dum tão fiel amante!
> Olha como suspiram estas ondas,
> E como o velho Atlante
> O seu colo arrogante
> Move piedosamente,
> Ouvindo a minha voz fraca e doente.

O «velho Atlante», o Atlas da mitologia, é o «monte de S. Gens», dos nossos, a «Serra Ximeira» dos espanhóis.

o Poeta julga inútil queixar-se àquela que já ergueu a mão para o matar, como a cruel inimigo, mas, a-pesar-disso, protesta insistir cada vez mais na sua «teima insana»:

Triste de mim! ¿Que alcanço por queixar-me,
Pois minhas queixas digo
A quem já ergueu a mão para matar-me
Como a cruel imigo?
Mas eu meu Fado sigo,
Que a isto me destina
E que isto só pretende e só me ensina.

Oh! quanto há já que o Céu me desengana!
Mas eu sempre porfio
Cada vez mais na minha teima insana!
Tendo livre alvedrio,
Não fujo o desvario;
Porque êste em que me vejo
Engana co'a esperança o meu desejo.

Oh! quanto melhor fôra que dormissem
Um sono perenal
Estes meus olhos tristes, e não vissem
A causa do seu mal
Fugir, a um tempo tal,
Mais que Sírinx, proterva (1),
Mais cruel que ursa, mais fugaz que cerva!

Mais tarde, outra vez exilado, mas agora em Ternate, continuam as queixas do Poeta contra aquela que lhe impôs

---

(1) Imitação dêste passo da *Arcadia* de Sannazaro (*Montano et Uranio*, v. 103–106):

Più fugace che cerva
Et ad me più proterva
Ch'ad Pan non fui collei ch'essendo stanca
Divenne canna tremula et soctile.

Foi a ninfa Sírinx que, por fugir a Pan, foi transformada em cana. Cf. Ovídio, *Metam.*, I, 689 e segg.

«tão longo e mísero destêrro» (Canção IX, *Com força desusada*):

Quem tem que perder possa
Só pode recear;
Mas triste quem não pode já perder!
Senhora, a culpa é vossa,
Que, para me matar,
Bastara uma hora só de vos não ver.
Pusestes-me em poder
De falsas esperanças;
E do que mais me espanto,
Que nunca vali tanto
Que visse tanto bem como esquivanças.
Valia tão pequena
Não pode merecer tão doce pena.

Houve-se Amor comigo
Tão brando, ou pouco irado,
Quanto agora em meus males se conhece;
Que não há mor castigo
Para quem tem errado
Que negar-lhe o castigo que merece.
Da sorte que acontece
Ao misero doente
Da cura despedido,
Que o médico advertido
Tudo quanto deseja lhe consente,
O Amor me consentia
Esperanças, desejos e ousadia.

E agora venho a dar
Conta do bem passado
A esta tão triste e longa ausência.
¿Quem pode imaginar
Que houvesse em mim pecado
Digno de uma tão grave penitência?
Olhai que é consciência,
Por tão pequeno êrro,
Senhora, tanta pena!

Não vedes que é onzena?
Mas se tão longo e misero desterro
Vos dá contentamento,
Nunca se acabe nele o meu tormento.

Esta Senhora, a quem o Poeta, por uma forma tão clara e positiva, atribui o seu «tão longo e misero desterro», é a mesma que êle canta em muitas das suas poesias, celebrando-lhe a muito alta categoria social, mostrando-se ardentemente apaixonado por ela, julgando, durante algum tempo, ser correspondido e receando as conseqüências da sua audácia.

Basta percorrer a *Lírica,* sem o propósito de não querer ver o que lá está claramente expresso.

Uma ou outra transcrição:

Crescei, desejo meu, pois que a Ventura
Já vos tem nos seus braços levantado;
Que a bela causa de que sois gerado
O mais ditoso fim vos assegura.
Se aspirais, por ousado, a tanta altura,
Não vos espante haver ao Sol chegado,
Porque é de aguia real vosso cuidado,
Que, quanto mais o sofre, mais se apura.
Animo, coração, que o pensamento
Te pode inda fazer mais glorioso,
Sem que respeite a teu merecimento.
Que cresças inda mais é já forçoso,
Porque, se foi ousado o teu intento,
Agora, de atrevido, é venturoso.

Son. 43.

Compare-se a Canção 11.ª, de que reproduzirei apenas a 1.ª estrofe:

Manda-me Amor que cante o que a alma sente,
Caso que nunca em verso foi cantado,
Nem d'antes entre a gente acontecido;
Assim me paga, em parte, o meu cuidado,

Pois que quer' que me louve e represente
Quão bem soube no mundo ser perdido.
Sou parte, e não serei da gente crido;
Mas é tamanho o gôsto de louvar-me
E de manifestar-me
Por cativo de gesto tão formoso,
Que todo o impedimento
Rompe e desfaz a glória do tormento,
Peregrino, suave e deleitoso;
Que eu bem sei que o que canto
Há-de achar menos crédito do que espanto.

Conhecedor, por certo, do que se havia passado com D. João da Silva, que, apaixonado pela Infanta D. Leonor, filha de D. Duarte, conseguiu ir na sua comitiva até Roma, quando ela aí foi casar com Frederico III, imperador da Alemanha, e depois se retirou para um ermo dos Apeninos, onde tomou o nome de Amadeu, o futuro beato Amadeu dos hagiógrafos, mas sabendo também que da futura imperatriz da Alemanha ninguém havia dito ter ela dado atenção ao seu encoberto adorador, Camões, que então se julgava correspondido pela Infanta D. Maria, fala, cheio de or- orgulho, no seu

Caso, que nunca em verso foi cantado,
Nem de antes entre a gente acontecido.

¡Êle, o pobre cavaleiro fidalgo, amado pela filha do que fôra um dos mais poderosos monarcas da Cristandade, pela filha da então raínha de França, pela sobrinha do imperador Carlos V! ¡Como se compreende bem a desvanecida declaração por que termina a estância!

... Eu bem sei o que canto
Há-de achar menos crédito que espanto.

E diga-se de passagem: Camões foi profeta na sua terra.

Passados quási quatro séculos, ainda há quem o não acredite, a-pesar-de serem bem claras, bem terminantes tantas afirmações, que não podem ter outra explicação.

Começa o Poeta a recear que a sua audácia lhe custe a vida, mas êle é que não deixará o seu tão alto e não merecido pensamento:

Num tão lugar, de tanto preço,
Êste meu pensamento posto vejo,
Que desfalece nêle inda o desejo,
Vendo quanto por mim o desmereço.
Quando esta tal baixeza em mim conheço,
Acho que cuidar nêle é grão despejo,
E que morrer por êle me é sobejo,
E mor bem para mim, do que mereço.
O mais que natural merecimento
De quem me causa um mal tão duro e forte
O faz que vá crescendo de hora em hora.
Mas eu não deixarei meu pensamento,
Porque ainda que este mal me cause a morte,
Un bel morir tutta la vita honora.

Son. 45.

¿Onde mereci eu tal pensamento,
Nunca de ser humano merecido?
¿Onde mereci eu ficar vencido
De quem tanto me honrou co'o vencimento?
Em glória se converte o meu tormento,
Quando vendo-me estou tão bem perdido;
Pois não foi tanto mal ser atrevido,
Como foi glória o mesmo atrevimento.
Vivo, Senhora, só de contemplar-vos;
E, pois esta alma tenho tão rendida,
Em lágrimas desfeito acabarei.
Porque não me farão deixar de amar-vos
Receios de perder por vós a vida,
Que por vós vezes mil a perderei.

Son. 46.

Mas esta disposição de espírito conduziu o Poeta à dolo-

rosa crise que o forçou a despedir-se daquilo a que tanto queria. Transcreverei, dentre outras, estas sentidíssimas redondilhas:

MOTE

Ó meus altos pensamentos,
Quão altos que vos pusestes
E quão grande queda destes!

VOLTAS

Como de mim vos não vinha
Serdes firme num estado
(Pois o viver enganado
Era o maior bem que tinha),
Castelo desta alma minha,
Quão alto que vos pusestes
E quão grande queda destes!

Sabia que éreis de vento,
Como quem vos viu fazer;
Inda assim vos queria ter
Como éreis, sem fundamento.
Quem vos desfez num momento?
Ai! quão alto vos pusestes
E quão grande queda destes!

Foi também durante esta crise amorosa que êle compôs a Écloga II, a que pertence o seguinte trecho:

Acordando de um sonho em que supunha ter nos braços a causadora de «sua doce pena», Almeno (Camões) exclama:

Ah! falso pensamento que me enganas!
Fazes-me pôr a bôca onde não devo,
Com palavras de doudo, ou quási insanas!
Como a alçar-te tão alto assim me atrevo?
Tais asas dou-tas eu ou tu mas dás?

Levas-me tu a mim, ou eu te levo?
Não poderei eu ir onde tu vás?
Porém, pois não posso ir onde tu fores,
Quando fores, não tornes onde estas.

Pensamento, pois sobes tão alto que não posso acompanhar-te, vai e não tornes.

E no son. 96 procura o Poeta consolar-se com o exemplo de Apolo:

O filho de Latona esclarecido,
Que com seu raio alegra a humana gente,
Matar pôde a Pitónica serpente,
Que mortes mil havia produzido.
Feriu com arco e de arco foi ferido,
Com ponta aguda de ouro reluzente;
Nas Tessálicas praias, docemente,
Por a ninfa Peneia andou perdido.
Não lhe pôde valer contra seu dano
Saber, nem diligências, nem respeito
De quanto era celeste e soberano.
Pois se um deus nunca viu nem um engano
De quem era tão pouco em seu respeito,
Eu que espero de um ser que é mais que humano?

Argumento duplamente esmagador! Apolo, que era um deus, não conseguiu fazer-se amar da ninfa Dafne; eu, pobre mortal, que hei-de esperar de quem está acima das condições gerais da outra gente?

¿Que responde o articulista a tudo isto que aí fica sumariado — desterros e elevadíssima situação social da Senhora que o Poeta amava?

Responde o seguinte: «Tudo aquilo que na opinião do... editor (1) da *Lírica* se ajusta exclusivamente à infanta D. Maria,

(1) Os editores são dous. Ninguém tem o direito de excluir qualquer deles.

pode ajustar-se a qualquer das outras damas da Côrte, candidatas à glorificação de Camões. Não há um só epíteto, uma imagem só, uma alusão por mais discreta, que o crítico possa dizer que só com o nome da infanta se casa».

«A qualquer das outras damas da Côrte, candidatas à glorificação de Camões»! Isto é: a qualquer dama da Côrte que se achasse nestas condições, podia o Poeta dizer: Que essa dama o fêz desterrar, não só para Ceuta, mas da Índia para as Molucas; que o ter-se apaixonado por ela era caso único, que nunca se vira; que êle Camões havia merecido um pensamento nunca de ser humano merecido; mas que esperava êle de um ser que era mais que humano?

E nesta hipótese, que se há-de pensar de Camões? Cínico ou parvo? E que figura faria a dama que se prestasse a serem-lhe dirigidos tais versos?

Mas prossigamos. As poesias líricas de Camões, relativas à Infanta e anteriores à data em que esta «ergueu a mão para o matar», são de duas espécies: solilóquios amorosos do Poeta, que êle guardaria cuidadosamente para si (cf., por ex., os sonetos 45 e 46, acima transcritos), e declarações ou confissões destinadas a serem lidas só pela Infanta (cf., por ex., as Oitavas 1).

Claro é que, em qualquer dêstes casos, o Poeta se absteria de quaisquer referências de carácter meramente pessoal, embora, como não podia deixar de ser, recorresse a conceitos e expressões que, mais tarde, quando conhecidos, fariam descobrir, pelo raciocínio, de que Senhora se tratava.

Recordemo-nos do que se passou com a referência aos «olhos azuis» e da redondilha camoniana ao «mote alheio»

A dor que a minha alma sente,
Não na saiba tôda a gente:

Minha dor e a causa dela
De ninguém ouso fiar,

Que seria aventurar
A perder-me ou a perdê-la.
E pois só com padecê-la
A minha alma está contente,
Não quero que a saiba a gente.

IV

¿Seria Camões o único fidalgo da côrte que ousou levantar os olhos para a Infanta D. Maria?

Juromenha, *Obras de L. de Camões,* IV, em nota às redondilhas *Perdigão perdeu a pena,* traz esta informação: «Por acaso em um livro genealógico que pertenceu a Manuel Severim de Faria encontrámos o que deu assunto a êste poema (1) e que aqui transcrevemos: «Silvas, casa do Regedor. Jorge da Silva... foi fidalgo de grandes brios e altivos pensamentos; sendo moço, namorou a Infanta D. Maria, filha de El-Rei D. Manuel, e fêz tais extremos que, chegando à notícia de El-Rei D. João III, irmão da Infanta, o mandou prender no Limoeiro, onde esteve o tempo que pa-

---

(1) O que deu assunto aos versos aludidos foi o que aconteceu ao próprio Poeta. Basta ler as voltas, para se ter a impressão de que se trata de um caso pessoal:

Perdigão, que o pensamento
Subiu a um alto lugar,
Perde a pena do voar,
Ganha a pena do tormento.
Não tem no ar nem no vento
Asas com que se sustenha:
Não há mal que lhe não venha.

Quis voar a uma alta tôrre
Mas achou-se desasado,
E vendo-se depenado,
De puro penado morre.
Se a queixumes se socorre
Lança no fogo mais lenha:
Não há mal que lhe não venha.

receu bastante para seu castigo; e a esta prisão e amores fêz L. de Camões umas voltas àquela cantiga velha: *Perdigão perdeu a pena* etc.».

Sôbre o assunto observa D. Carolina Michaëlis: «Jorge da Silva..., segundo tôdas as aparências, realmente se atreveu a incomodar a Infanta» (*Bernardim Ribeiro e Cristóvão Falcão*, I, 253, nota. Coimbra, 1923).

E a João Lopes Leitão, pagem da lança do príncipe D. João, alude Camões no son. 23:

Senhor João Lopes, o meu baixo estado
Ontem vi pôsto em grau tão excelente,
Que, sendo vós inveja a tôda a gente,
Só por mim vos quiséreis ver trocado.
O gesto vi, suave e delicado,
Que já vos faz contente e descontente,
Lançar ao vento a voz tão docemente,
Que fêz o ar sereno e sossegado.
Vi-lhe em poucas palavras dizer quanto
Ninguem diria em muitas; mas eu chego
A expirar só de ouvir a doce fala.
Oh! mal haja a Fortuna e o Moço cego!
Êle, que os corações obriga a tanto;
Ela, porque os estados desiguala.

Como se vê pelo seu conteúdo, confrontado com o de muitas outras composições camonianas, refere-se êste soneto à Infanta D. Maria.

Mas em que faria ela «contente e descontente» ao amigo do Poeta?

A resposta inferimo-la de uma informação e de uns versos que se encontram nas *Poesias de Pedro de Andrada Caminha,* Lisboa, MDCCXCI, pág. 361–362.

A informação diz: «A João Lopes Leitão, estando preso em sua casa, por entrar uma porta a ver as damas, contra vontade do porteiro». Mas a causa verdadeira da prisão

deve ser outra, como se colige do soneto citado de Camões e das quadras-duplas, quer de Caminha, quer de João Lopes.

Êste teria aproveitado a estada da Infanta no paço real, para se intrometer a vê-la, o que lhe valeria a prisão em casa, mais feliz do que Jorge da Silva, que foi parar ao Limoeiro.

Transcrevamos as quadras, começando pelas de Caminha:

Inda hoje vim a saber
Que, se agora vos não vemos,
É porque quisestes ver
O que todos ver tememos (1)
Mas já sei que por extremos (2)
É necessário fazê-los,
Pois nunca se chega a vê-los,
Se os, Senhor, não cometemos.

Deu-vos o que cometestes,
Forçado do coração,
Prisão; mas pois o fizestes,
Tende-a a bom galardão.
Os soltos todos dirão,
Se entenderem esta ventura,
Que morre tôda soltura
De inveja de tal prisão.

Resposta de João Lopes Leitão:

Bem pudera eu sofrer
O trabalho em que me vejo,
Se ver quem tanto desejo
Me a mim não foram tolher.

---

(1) Não é difícil ver neste verso uma alusão velada à Infanta, «à que todos ver tememos». Lá estaria a prisão de Jorge da Silva para o atestar.

(2) Por quem é um extremo de gentileza, etc.

Que antes me quero perder
Por ver o que mais tememos,
Que, deixando de o ver,
Viver seguro de extremos.

Estou-me agora doendo
De quem tiver para si
Que é melhor andar vendo
Verduras, que estar aqui.
Ninguem haja dó de mi,
Por me ver nesta prisão;
Hajão de meu coração,
Que vê tanto dano em si.

Gentil, inteligente, instruída, afável (1), era natural que a Infanta exercesse grande atracção sôbre quem dela se aproximava, especialmente sôbre os jovens de temperamento amoroso.

Analisando o retrato da Infanta, reproduzido a p. 120 da *Lírica,* diz o eminente crítico de arte José de Figueiredo: «Se D. Maria não era «très belle», como êle (Brantôme) diz, o que ela era, com certeza, era «agréable, douce et de bonne grace», com Brantôme também escreve. Alguns pormenores da sua fisionomia e, sobretudo o nariz, estão, na verdade, longe da correcção indispensável à verdadeira beleza; mas a bondade e inteligência que a sua expressão denota e que a sua grande cultura corrobora, dão grande espi-

---

(1) Mordido de ciúmes, dizia Camões:

Se a ninguém tratais com desamor,
Antes a todos tendes afeição,
E se a todos mostrais um coração
Cheio de mansidão, cheio de amor;
Desde hoje me tratai com desfavor,
Mostrai-me um ódio esquivo, uma isenção;
Poderei acabar de crer então
Que somente me dais a mim favor.
. . . . . .

Son. 64.

ritualidade à sua máscara. E ainda com o encanto da dôce melancolia que o artista não se esqueceu de dar-lhe, a sua fisionomia devia ser, a-pesar-disso ou antes por isso mesmo, até certo ponto estranha e *picante,* se se pensa no misto de sensualidade e idealismo que não podia deixar de imprimir-lhe o conjunto de certas feições um pouco discordantes» (*Lusitânia,* fasc. x, pág. 103-104).

Não é, portanto, de admirar que ela inspirasse sentimentos amorosos a mais de um dos que se lhe aproximavam.

E a conseqüência disso era ver-se obrigada a defender-se, para não ser prejudicada na sua reputação.

E quando algum fôsse mais teimoso, mais atrevido, o caminho estava naturalmente indicado; se não fôsse suficiente a prisão, lá estava o exílio.

A Camões não lhe bastou, antes mais o incitava, o «áspero desprêzo» com que era olhado:

> Porém, se então me vêdes por acêrto,
> Êsse aspero desprêzo com que me olhais
> Me torna a animar a alma enfraquecida.
>
> Son. 60.

E daí a necessidade que teve a Infanta de recorrer a «implacáveis durezas»:

> Que género tão novo de tormento
> Teve Amor, sem que fôsse não sòmente
> Provado em mim, mas todo executado!
> Implacáveis durezas, que ao fervente
> Desejo, que dá fôrça ao pensamento,
> Tinham de seu propósito abalado,
> E corrido de ver-se e injuriado:
> Aqui, sombras fantásticas, trazidas
> De algumas temerárias esperanças;
> As bem-aventuranças
> Também nalas pintadas e fingidas.

Mas a dor do desprezo recebido,
Que todo o fantasiar desatinava,
Estes enganos punha em desconcerto.

Canção XIII (*Vinde cá*)

E daí o extremo em que ela se viu de «erguer a mão para o matar»:

Triste de mim! ¿Que alcanço por queixar-me,
Pois minhas queixas digo
A quem já ergueu a mão para matar-me
Como a cruel imigo?

Ode 4.ª

V

O argumento negativo

Escreve o articulista: «A aceitar-se a tese do... prof. J. M. R. ficamos sem nos podermos explicar o silêncio absoluto, a ausência total de qualquer vestígio em relação ao facto dessa paixão — quando se criaram condições que geraram aquilo a que o... professor chama o «mito Naterciano». Pode ser que seja mito a que corresponde, possìvelmente, êsse outro mito Mariano... Amar uma infanta, e a infanta D. Maria; ser castigado por amor dêsse amor — eram casos tão banais, tão insignificantes, que ninguém, nem cronistas nem genealogistas, ninguém lhes faz a mais leve alusão? Despercebido não passou o facto dos amores. Como, tratando-se de tão alta personagem, é que ninguém o fixa, de modo a poder ser documentado? Como de tantos inimigos que teve no mundo de Apolo, nem um lhe atirou seta ervada, a desacreditá-lo, a ridicularizá-lo pelo amor rejeitado»?

É o chamado argumento negativo. Ninguém menciona o facto; logo êste não se deu.

¿Mas haveria alguém que estivesse obrigado a referi-lo,

se êle se houvesse efectuado, e todavia guardou silêncio? E não haverá razões que expliquem o silêncio de quem poderia ter desejos de não encobrir o que se passou?

É indiscutível que o Poeta sofreu graves trabalhos por causa de uma Senhora que ocupava uma situação excepcionalmente elevada e por quem êle foi desterrado.

Quem é essa senhora? Não é possível indicar outra senão a Infanta D. Maria.

É a hipótese que se transforma em tese, quando ela explica todos os factos (linguagem das composições amorosas e exílios), e não tem outra que, nem de perto nem de longe, lhe faça concorrência.

Só resta o recurso da fantasmagoria. «Quem sabe? pregunta o articulista). ¿Para que queremos nós encontrar através das frases do Poeta, elementos reais de personificações»?

Sim! Quando o Poeta se queixa em Ceuta:

> Triste de mim! ¿Que alcanço por queixar-me,
> Pois minhas queixas digo
> A quem já ergueu a mão para matar-me
> Como a cruel inimigo?
> .....
>
> Oh! quanto há já que o Céu me desengana!
> Mas eu sempre porfio
> Cada vez mais na minha teima insana —

Sim, quando o Poeta se queixa por estas palavras, que é isto senão uma fantasmagoria, sem nada que lhe corresponda na realidade!

Quem nos diz a nós até se êle esteve em Ceuta?

E o que êle *foi* escrever na Canção IX!

> E agora venho a dar
> Conta do bem passado
> A esta triste vida e longa ausência.

¿Quem pode imaginar
Que houvesse em mim pecado
Digno de uma tão grave penitência?
Olhai que é consciência,
Por tão pequeno êrro,
Senhora, tanta pena!
Não vedes que é onzena?
Mas se tão longo e mísero destêrro
Vos dá contentamento,
Nunca se acabe nêle o meu tormento —

Não estão todos a ver que têm diante de si um exercício de retórica, a que não corresponde nada na realidade?

Temos andado enganados todos os que supúnhamos que Camões nos cantava «verdades puras, já por êle passadas», como êle afirma! (Canção XIII) Vão-se lá fiar em cantigas!

.....

Desculpe-me o leitor, mas há suposições que se não podem tomar a sério, tanto elas vão de encontro ao senso comum.

Mas voltemos ao argumento negativo.

Sabe-se que êste perde a sua fôrça, quando há razões que o expliquem.

É o que se dá no caso presente. Implacável com o Poeta, a quem fêz exilar primeiro para o Ribatejo e para Ceuta, e mais tarde da Índia para as Molucas, a Infanta também não perdoaria a quem, ainda que só indirectamente, se referisse ao desagradável episódio que poderia sugerir a suspeita de que ela tinha sido, pelo menos, leviana.

Basta recordar o modo como se exprimem A. Caminha e J. L. Leitão. A prisão dêste foi motivada «por entrar uma porta a ver as damas» e a dama que êle queria ver é «o que todos ver tememos», é «o que mais tememos».

Note-se ainda que, mais tarde, na Canção XIII, Camões confessa ter «dado às cousas que via outro sentido», ter-se metido a «advinhar e ter por certo quanto adivinhava». Qual-

quer cousa houve, portanto, por parte da Infanta (1) com que o Poeta se enganava, e isto devia levá-la agora a ser inexorável com tudo e com todos os que de perto ou de longe aludissem à audácia de Camões para com ela.

VI

D. Quixote e Aldonça Lourenço. A D. Aldonça de Camões

«Há duas notas no *puzzle* de textos camonianos que (J. M. R.) nos fornece na Introdução ou Prefácio ... da edição da *Lírica:* a humildade, a auto-diminuïção do poeta, e o engrandecimento, a exaltação da Mulher Amada. Mas isto é de todos os poetas tocados do mal de amor. Já D. Quixote, o mais poeta de todos, via na rude camponesa a Dulcinea translúcida e grácil».

Assim diz o articulista, sem se lembrar que Camões foi muito mais longe. ¿De uma D. Aldonça Lourenço das suas relações não fêz êle uma poderosa senhora, que «ergueu a mão para o matar», que por duas vezes o fêz partir para o exílio?

Isto é que era uma D. Aldonça Lourenço às direitas!

A do D. Quixote limitava-se a ser uma lavradeira desembaraçada e a saber salgar porcos, melhor que tôdas as mulheres da Mancha. A de Camões era cousa muito superior; nem a padeira de Aljubarrota lhe chegava. Ora pois...

Para não perder mais tempo com estas bugigangas, vou transcrever aqui um passo do *D. Quixote*, que talvez não venha fora de propósito.

Para se justificar de fazer de uma lavradeira a sua incomparável Dulcinea, diz o herói manchego, ou melhor, Cervantes pela boca dêle: «Así que, Sancho, por lo que yo

---

(1) Cf. o son. 64 (*Se a ninguem tratais com desamor*).

quiero a Dulcinea del Toboso, tanto vale como la más alta princesa de la tierra. Si, que no todos (1) los poetas que alaban damas debajo de un nombre que ellos a su albedrío les ponem es verdad que las tiennen. ¿Piensas tú que las Amarilis, las Filis, las Silvias, las Dianas, las Galateas, las Filidas, y otras tales de que los libros, los romances, las tiendas de los barberos, los teatros de comedias están llenos fueron verdaderamente damas de carne y hueso, y de aquellos que las celebran y celebraron? No, por cierto, sino que las más (2) se las fingen, por dar subjecto a sus versos y porque los tengan por enamorados y por hombres que tienen valor para serlo» (Parte 1.ª, cap. xxv).

E já agora mais esta nota do excelente comentário do meu ilustre amigo, Sr. D. Francisco Rodríguez Marín (3):

«Contra la apreciación de nuestro autor está, como nota Clemencín, la de Lope de Vega, que dice en *La Dorotea*, acto II, escena II: — ... *La Diana* de Montemayor fue una dama natural de Valencia de don Iuan, junto a Leon, y Ezla su rio y ella serán eternos por su pluma. Assi la *Filida* de Montaluo, la *Galatea* de Ceruantes, la *Camila* de Garcilaso, la *Violante* del Camoes (4), la *Silvia* de Bernaldes, la *Filis* (5) de Figueroa y la *Leonor* de Corte Real».

---

(1) Convém não esquecer êste *no todos*.

(2) Repare-se en *las más*, em correspondência com *no todos*.

(3) *El Ingenioso Hidalgo Don Quijote de la Mancha* .. Nueva edición crítica. Madrid, 1927. Tômo II, pág. 310-312.

(4) Cf. os son. 136 e 137. A Violante do nosso Poeta foi sem razão identificada com D. Violante de Andrade, 2.ª condessa de Linhares.

(5) Entre nós também Caminha se fartou de cantar, sob o nome de *Filis*, a D. Francisca de Aragão. Veja-se a edição de 1791 e as *Poesias inéditas* publicadas por Priebsch, Halle, 1898.

VII

Requisitos para uma edição crítica da Lírica de Camões

Durante mais de trezentos anos incluiram-se entre as líricas de Camões muitas poesias que não eram dêle; deformaram-se textos; não se conseguiu apurar quem eram as duas «feras» mencionadas na Canção XIII:

> Logo então vi a imagem e semelhança
> Daquela humana fera tão formosa,
> Suave e venenosa,
> Que me criou aos peitos da esperança;
> De quem eu vi depois o original,
> Que de todos os grandes desatinos
> Faz a culpa soberba e soberana.

A tudo isto acrescia e de tudo isto resultava o caos na colocação das poesias: as autênticas achavam-se entremeadas com as apócrifas; as que se referiam à vida do Poeta eram precedidas ou seguidas de outras de assuntos muito diversos; a uma que cantava a primeira «fera», seguia-se outra que se endereçava à segunda ou vice-versa. Era a mais completa e mais desorientadora desordem que se pode imaginar.

Impunha-se, portanto, 1.º) a separação entre o que pertencia ao Poeta e o que era de outros autores; 2.º) a revisão do texto; 3.º) a distribuïção das poesias autênticas.

Foi isto o que os editores da *Lírica* se esforçaram por fazer. E foi isto que êles julgaram dar-lhes o direito a chamarem «crítica» à sua edição.

E a respeito dela se lê a pág. XXXIII–XXXIV do prefácio: «Longe do nosso pensamento o julgar que esta edição contenha o carácter definitivo... À consciência dos editores

dêste livro bastará que se haja dado um passo na estimação e no conhecimento do inegualável lirismo de Camões».

Pode apurar-se que um ou outro texto camoniano ficou de fora? Em nova edição entrará para o seu lugar. Haverá algum ou alguns que devam sair? Isso se fará, logo que haja ocasião. Adoptaram-se lições que devem ser substituídas? Sê-lo-ão oportunamente. Será preciso dar outro lugar a esta ou àquela poesia? Nada obsta a que isso se realize.

Fazer uma verdadeira monografia de cada poesia de Camões, com a indicação de tôdas as variantes, seria trabalho inútil para o fim que os editores se propuseram.

VIII

Minúcias

1.º O verso

O que êle já em minha alma tem impreso

podia ter saído assim da pena de Camões, mas não há dúvida nenhuma que ficaria melhor sem o «êle».

2.º Houve um lapso da minha parte em dar o son. 113 como o único entre os camonianos que termina todo em rimas agúdas.

O articulista cita outro, o 94, que oportunamente será colocado a par do 113.

3.º Em «da Orta» por «de Orta» houve um descuido de revisão. Há muito que se sabe qual a verdadeira grafia, de que, sem fundamento, se afastou a 3.ª edição dos *Colóquios,* muito posterior à primeira.

4.º O verso

Ao vento que em dôces nós os olhos ata

foi transformado em

> Ao doce vento estivo que os desata
> (Ode 1.ª)

com o direito e a obrigação de não atribuir ao Poeta um dislate.

A reconstituïção fêz-se tôda com elementos camonianos. Cf. na Canção 11.ª

> De fios de ouro as tranças desatadas
> Ao doce vento estivo.

5.º Pregunta o articulista: «O verso 13 do soneto 83

> Ali triste serei em dias ledos,

correcção de verso

> Ali não serei triste em dias ledos,

não pode suportar esta outra forma

> Ali eu serei triste em dias ledos,

mais natural e mais próxima do texto primitivo»?

Responda o leitor.

6.º Outra pregunta: «Como é que Camões, quando em *Os Lusíadas*, x, 126, fala no seu naufrágio não faz a menor alusão a Dinamene? Vir na companhia da sua «alma gentil» e vê-la morrer afogada, não é cousa que aconteça todos os dias... Como se compreende que nem uma palavra, triste fôlha de violeta saudosa, a propósito da «alma gentil», que o mar lhe arrebatara»?

Em primeiro lugar, a paixão ardente de Camões por Dinamene não era assunto que tivesse cabimento na epopeia. Em segundo lugar, e principalmente, essa paixão em breve

foi substituídà pelo arrependimento de ter descido tanto, êle que havia ousado levantar tão alto o seu pensamento.

Leia-se o soneto 122:

> Em prisões baixas fui um tempo atado,
> Vergonhoso castigo de meus erros;
> Inda agora arrojando levo os ferros
> Que a morte, a meu pesar, tem já quebrados.
> .....
> Contentei-me com pouco, conhecendo
> Que era o contentamento vergonhoso,
> Só por ver que cousa era viver ledo.
> Mas a minha Estrêla, que eu já agora entendo,
> A Morte cega e o caso duvidoso
> Me fizeram de gostos haver medo

7.º «Porque se esquece, em relação às Redondilhas dos *Olhos Gonçalves* o estudozinho tão substancioso de D. Carolina, no *Boletim da 2.ª Classe da Academia*, t. XII, p. 292»?

A ilustre Senhora deixou sem solução satisfatória a principal dificuldade destas Redondilhas: *os olhos gonçalves*. Fê-lo mais tarde Fidelino de Figueiredo e porisso foi êle o citado.

8.º «Porque se fixa a data do regresso de Camões «em fim de Maio ou Junho de 1570» e se abandona a data de Abril, adoptada no *Camões e a Infanta D. Maria*»?

O articulista não me dá licença para que eu tenha agora opinião diferente da que apresentei há mais de vinte anos.

E também a não dá para que eu faça agora a alguns textos correcções diferentes das que já propusera no *Camões e a Infanta D. Maria*. Fico ciente.

Critique as últimas, se quiser; mas não me estranhe o tê-las feito.

Acontece isto a tôda a gente que se ocupa dêstes assuntos com o empenho de acertar, e se não envergonha de confessar que errou, quando disso se convence.

Há, porém, um caso que merece referência especial, pela malevolência que revela. Vejamos.

Já ficou acima transcrita, a p. 11, a estrofe 13 da ode IV *(Detém um pouco)*, cujo verso 6 sempre se leu:

Mais que dantes proterva.

Como para o «dantes» se impunha uma correcção, pus esta nota em *Camões e a Infanta,* p. 129: «Aqui, se não me engano, escreveu o Poeta o nome de um animal, *tigre*, por exemplo».

Mais tarde encontrei a verdadeira solução na *Arcadia* de Sannazaro (1). Era Sirinx, o nome da ninfa transformada em cana, que devia ler-se. E a correcção não oferece dúvidas: é absolutamente certa.

Que faz o articulista? Em vez de se calar, se não queria dar como boa uma emenda feita por mim, pregunta: «Porque se fêz na mesma ode (IV) aquele verso «Mais que Sírinx proterva», quando no *Camões e a Infanta* se propunhá (aliás, se lembrava) «mais que tigre proterva»?»

E depois desta e de outras preguntas conclui: «Isto demonstra a insuficiência do critério adoptado, e como só há vantagens em não retocar, em não substituir, em não descamonizar Camões».

É verdade, só há vantagens em conservar quantos erros desde 1595 se tem introduzido nas poesias líricas de Camões.

Jão não é a primeira vez que temos passado pela vergonha de virem estrangeiros fazer no texto camoniano emendas que se impõem.

9.º Para o articulista é muito pouco, se algum é, o conteúdo histórico das poesias amorosas de Camões.

---

(1) Veja-se o texto do poeta italiano em nota da *Lírica* p. LIX, e acima a pág. 11.

Portanto, «deixemos estes versos na sua função puramente artística e não queiramos ver neles subsídios de identificações pessoais. O mal que se pode vir a fazer à Cultura portuguesa com sistematizações exclusivamente subjectivas, como esta a que obedece a presente edição crítica da *Lírica,* é incalculável. Penaliza-nos em extremo ter que dizer isto, mas trairíamos o dever imperativo da nossa consciência se o calássemos».

O mal que pode vir a fazer à cultura portuguesa a recente edição da *Lírica* é o facultar a todos a leitura de Camões; é o mostrar-se assim, de maneira irrefutável, que êle deixou a alma e a vida repartida pelos seus versos, e nos legou, por esta forma, um inestimável conjunto de documentos auto-biográficos, como talvez nenhuma literatura possua. Quanto à tese, ela tem por si o futuro, sob o altíssimo patrocínio da inolvidável Mestra, D. Carolina Michaëlis.

Dr. José Maria Rodrigues.

AS JUNTAS PROVISÓRIAS DO GOVÊRNO DO PARÁ DE 1821 A 1823

Os processos de devassa às sublevações brasileiras que se desencadearam durante a estada de El-Rei D. João VI no Rio de Janeiro, e que foram julgados e sentenciados pelos tribunais portugueses e depois pelas Côrtes Constituintes, encontrados até hoje no Arquivo dos Feitos Findos, dizem respeito aos movimentos sucedidos nas cidades da Baía e do Pará.

Já falámos do estado dos espíritos na Baía em 1821, a págs. 46 do vol. 13.º do *Instituto*. Hoje falaremos do Pará, e veremos que a-pesar-das ideas de independência ferverem em todos os espíritos, quer eles fôssem natos brasileiros, quer fôssem coloniais portugueses, não deixando por isso sossegar a marcha dos negócios desta província, e fomentadas essas ideas por tôdas as maneiras e sob tôdas as promessas de hipotética realização, vivia-se naquela cidade em um ambiente de indecisão e de incerteza.

Essas ideas eram contrariadas pela propaganda fervorosa de um mancebo, estudante da Universidade de Coimbra, Filipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, que entusiasmado com a Revolução de 1820, havia deliberado percorrer o Brasil em tôdas as direcções, concitando as vontades, dominando os irresolutos, intrigando junto das Capitanias para a submissão às Côrtes Constituintes.

Nessa ordem de ideas e com grande júbilo da maioria da província se organizou a primeira Junta Provisória do

Govêrno do Pará com os seguintes membros: — Presidente, vigário geral Romualdo António de Seixas, Vice Presidente, o Juiz de Fora, Joaquim Pereira de Macedo, e os vogais Coronel João Pereira Vilaça, o Coronel Gerardo José de Abreu, Francisco José de Faria, José da Fonseca Freitas, Francisco Gonçalves Lima e José Rodrigues de Castro Góis.

Esta junta era geralmente bemquista e dava conta ao Govêrno Metropolitano do mais pequeno incidente, num requinte de acendrado patriotismo.

As notícias da festividade na Sé do Pará para se render ao céu homenagens sinceras pelo bem estar de D. João VI; da nomeação dos comendadores João António Rodrigues Martins e Joaquim Clemente da Silva Pombo para irem a Lisboa tributar a expressão solene do regosijo provincial pelas Côrtes e pessoa de El-Rei; da participação de que a Fragata *Leopoldina Carolina* se achava quási concluída e prestes a ser lançada à água; da divulgação e aparecimento de proclamações anónimas convidando os habitantes a seguirem o exemplo de Pernambuco deliberando a independência, e da denúncia de que era a mocidade estudiosa que fazia prosélitos em comícios associativos e revolucionava os espíritos, e que para escarmento dessa mocidade reacionária, a Junta resolvera prender três mancebos naturais do Pará, os irmãos Vasconcelos, recém-chegados de Coimbra, e remetê-los de presente ao Govêrno de Lisboa, pedindo um severo castigo, — encheram de júbilo os corações dos deputados constituintes.

João Fernandes, Julião Fernandes e Manuel Fernandes de Vasconcelos, vieram efectivamente para Lisboa e deram entrada no Castelo de S. Jorge, acompanhados do processo instruído com cópias dos pasquins, das proclamações em que se exprimia sem rebuço as ideas de completa independência da soberania portuguesa.

Filipe Patroni depois de desenvolver no Brasil uma actividade tão extraordinária que faz dêle um dos maiores agitadores da opinião pública (1), embarca para Lisboa e comparece nas Côrtes em sessão de 4 de Abril de 1821, intitulando-se deputado pelo Pará. O Congresso não o admite *por ilegitimidade dos seus poderes* (2), por ter sido enviado como portador de despachos à Regência do Reino e não como representante da província.

Imediatamente publica a sua defesa no n.º 10 do *Indagador Constitucional* de 11 de Abril de 1821 em que desenvolve as suas ideas e apresenta um plano para a eleição dos deputados da Província do Pará, dizendo no artigo 10.º que cada deputado deveria corresponder a trinta mil almas, entrando neste número os escravos, os quais, mais que ninguém, *devem ter quem se compadeça deles procurando-lhe uma sorte mais feliz até que um dia se lhes restituam os seus direitos.*

E a-pesar-da enorme distância que separa os dois continentes, e da sua demorada comunicação, é de admirar como êle de Lisboa proclama aos seus fiéis amigos brasileiros e os incita à realização do ideal de independência que nesse momento acalenta a terra de Santa Cruz.

A preconizada protecção aos escravos foi também incentivo da sua celebridade, adquirindo por êsse facto um acolhimento prometedor por parte dos oprimidos e daqueles que com humanidade defendiam os seus direitos.

---

(1) O historiador brasileiro Rocha Pombo fala por alto desta propaganda, mas o processo de devassa fornece elementos bastantes para se avaliar até que ponto chegou essa agitação.

(2) Patroni ainda chegou a discursar na sessão de 15 de Outubro mostrando tão entusiàsticamente a adesão da província às Côrtes, qué Manuel Fernandes Tomaz propôs que o Pará deixasse de fazer parte do Brasil e ficasse província de Portugal!!

Pelo contrário, as autoridades e os amigos da escravatura uniram-se para não consentir a volta de Patroni, quando êle prometeu fazê-lo com a bagagem repleta de proclamações e de projectos que queria por todos os meios pôr em prática.

Já de Lisboa êle tinha enviado para o Brasil uma enorme quantidade de exemplares do *Indagador Constitucional* e de *uma circular dirigida aos habitantes do Pará,* que teve uma extraordinária aceitação.

Patroni tinha a-pesar-disso no Pará muitos inimigos e um dos mais encarniçados era o Governador das armas da Província, José Maria de Moura, que se opôs por tôdas as maneiras a que Patroni embarcasse em Lisboa com destino ao Brasil.

Tirânico, despótico, e odiento, Moura concitou durante o seu govêrno as más vontades de todos os civis e de alguns militares.

Pessoa que caísse em seu desagrado era apontado à Junta Provisória para ser presa e exilada.

Em Setembro de 1822, a Junta não era a mesma que havia sido eleita em 1821. A nova, com António Correia de Lacerda presidente, João Pereira da Cunha Queiroz, secretário, Joaquim Pedro de Morais Bitancourt, José Joaquim da Silva, Baltasar Álvares Pastana, José Rodrigues Lima e Manuel Gomes Pinto, ousava afrontar a cólera do Governador, mas para não se dizer que era anti-constitucional, acedia a que se prendesse o Bacharel Miguel Joaquim de Cerqueira, o cónego João Baptista Gonçalves Campos, o capitão Amândio José de Oliveira Pantoja, o Procurador cível João Marques de Matos, o Capitão Joaquim António de Macedo, como os mais acérrimos propugnadores da independência e resolvia aplicar sanções severas de acôrdo com os chefes dos corpos militares da absoluta confiança do Governador das Armas, da seguinte maneira: — o cidadão Pedro Rodrigues

Henriques, mandado para a Vila de Chaves, ou para o seu Sítio do Carapau, Amândio José de Oliveira Pantoja, mandado para o seu Engenho no Rio Acará, o Cónego João Baptista Gonçalves Campos, mandado para S. Paulo do Rio Solimões, José Baptista da Silva, para S. Joaquim do Rio Branco, José Rodrigues Bicho, para S. Gabriel do Rio Negro, Miguel Joaquim de Cerqueira para fora da Província à sua escolha, e ficando emquanto não saísse, detido a bordo da Charrua *Gentil Americana,* José Ribeiro Guimarães para a Fazenda de Caripida da viúva e filhos do Dezembargador Pombo, Francisco Firmino Pinto para S. José de Marabitenas, José Dâmaso Álvares Bandeira para um de seus sítios, ou outro qualquer fora da Cidade, João Marques de Matos para a nova Colónia do Rio Madeira, Francisco Gonçalves Lima, filho, para Macapá, Jacinto Francisco Lopes para Arroios, José António de Barros, 2.º Tenente da Marinha para Monte-Alegre, Domingos Ramos, Sargento-Mor reformado para Aragana, Francisco de Pinho de Castilho para Mazagão, Domingos Simões da Cunha para o Pesqueiro de Joanes. Foi também decidido que ao Presidente e mais membros da demitida Junta Provisória, que os Chefes dos Corpos tinham na manhã do dia 1 mandado conservar nas suas casas, se insinuasse, que para evitar alguma desatenção, que pudessem sofrer na presente agitação dos espíritos, convinha que saíssem para fora da cidade por alguns dias, o que deixavam à sua prudência.

Participando depois estes factos ao Govêrno de Portugal, a Junta insinuava que o Coronel João Pereira Vilaça era um homem perigoso, mas muito temido.

O Ministro da Guerra português ao receber esta comunicação e porque protegia, a-pesar-da distância, o seu particular amigo Coronel Vilaça, convidava vocalmente Patroni a dar a sua opinião sôbre o estado político do Pará, e êle com a maior hipocrisia, afrontando a opinião que o Govêrno

havia de ter recebido do Governador das Armas José Maria, respondia nos seguintes termos:

«Ill.mo e Ex.mo Sñr. — Cumprindo a respeitavel Ordem de V. Ex.ª, que Se-Dignou dar-me no dia d'hontem vocalmente, vou descrever o estado politico do Pará.

«Ideias de Independencia não existem; e se alguem as tem são obscuras de tal sorte, que nem mesmo as poderia transmittir. O caracter do Povo he assás pacifico, e tributario de respeito grande á Mãi Patria, e, conseguintemente ao Congresso, e á El-Rei. He verdade que o actual Governador das Armas disse á Junta em hum Officio Impresso, que «os sarcasmos da imprensa contra elle tendião a dissolver» o systema constitucional. = » Porem eu convido a V. Ex.ª para verificar esta falsa asserção, com a leitura de todos os impressos d'aquella Provincia. Não ha emfim huma só palavra, que deixe de promover e consolidar a Constituição portuguesa.

«He pois de concluir, que as settas da Imprensa se dirigem todas contra o Governador das Armas e nunca por nunca contra a Junta, a qual goza da mais decidida opinião. Qual é a razão d'isto? Será José Maria de Moura mao homem? Eis o que resta ilucidar.

«Moura não he mao homem; (eu o-confesso ingenuamente apezar de elle ter-me já descomposto em hum impresso que fez distribuir pelos Deputados.) Moura, torno á dizer, não he mao homem, mas cercado d'hum tal Brito, Nunes, e outros, jamais poderá governar bem.

«Para que V. Ex.ª faça ideia do caracter destes dois homens, basta dizer o seguinte: Brito (José de Brito Inglez) era Ajudante d'Ordens dos Capitaens Generaes. Chega Moura, mette-se com elle, e arranja-se seu Secretario: conseguintemente não poupou meio algum de obsequiar ao Governador. Certa occasião passando por huma rua, e vendo hum Tocano (passaro mimoso), obrigou (ou pedio á força) o dono a dar-lhe-o para delle fazer prezente á menina do Sr. Governador. Vulgarizando-se este cazo, houve hum sugeito (Joaquim Antonio de Macêdo, Capitão do 2.º Regimento de 1.ª linha), que se prestou a dar dinheiro ao dono do Tocano para querellar de Brito. O Governador sabendo do facto mandou restituir a ave. Acabou o negocio; mas algum tempo depois o Capitão Macedo foi calumniado, processado, e sentenceado a trabalhos publicos. V. Ex.ª talvez estará ao facto deste Processo que trouxe em expectação o Pará todo; creia porem. que o motivo foi sem duvida alguma a querella do Tocano.

«Digne-se ajuizar dos conselhos que ao Governador poderá dar hum Secretario de tal caracter.

«José Antonio Nunes, outro intimo amigo de Moura, he Tenente Coronel Commandante da Artilharia. Este homem foi o unico paraense, que junto com Joaquim Mariano, Comandante da Cavallaria, (hoje está no Rio, ou Bahia) se-quizerão oppôr á Constituição no dia memoravel 1.º de Janeiro de 1821. Já tinhão armas, e peças carregadas; e farião opposição, se Antonio Maria Carneiro e Sá, então Membro do Governo, lhes-não tivera ordenado expressamente, desistissem de tal empreza.

«Este homem Nunes alem de ser anti-Constitucional, (embora elle diga ser muito affecto ao systema) he demais a mais o unico europeo, que promove descaradamente a rivalidade entre brasileiros e europeus. Não deve portanto existir na Capital, especialmente em empregos.

«Ha tambem hum brasileiro toleirão Amandio d'Oliveira Pantoja, unico paraense que falla mal de europeos. Este não he empregado publico; he proprietario e rico, mas muito vil e ladrão, que até furta à meza do jogo. Ninguem pois lhe-dá importancia mas he bom que tambem elle seja retirado da Capital, mesmo para que os europeos não digão mal, no cazo de se-deportar José Antonio Nunes.

«Este he portanto hum dos meios de firmar mais o amor entre os irmãos, e respeito ao poder da Mãi Patria. No Pará he nada a rivalidade entre europeos e brazileiros; se alguma porção existe, ella se-desvanecerá inteiramente, em se-deportando estes dois por meio d'huma devassa, ou por outro meio, que V. Ex.ª julgar conveniente.

«Talvez mesmo o estrepito forense não seja necessario; e bastará só esta marcha, que agora me-ocorre. Mande V. Ex.ª chamallos à Corte para serem reprehendidos ou aconselhados a não fallarem tanto ou não ralharem, hum contra europeos, outro contra Brazileiros. Esta ordem faça-se publica no Diario. Elles venhão á Lisboa. V. Ex.ª tenha-os dois ou trez mezes sem os-aviar. E depois mande-os embora. Este meio he optimo: eu affiança á V. Ex.ª, que outro não ha de mais promover tão detestavel rivalidade.

«Outro grande meio e o principal de ter a Provincia em socego, he a remoção de José Maria de Moura. Mas quem deverá hir suceder-lhe? Outro, que não conheça ninguem no Pará, e que se-deixe illudir? Não. Lá está João Pereira Villaça, Coronel Comandante do 1.º Regimento de 1.ª linha. Este homem nem he o Coronel mais antigo, nem o Militar de maior Patente: o Coronel mais antigo he Joaquim Filippe dos Reis; e a maior Patente he o Marechal de Campo, Manuel Marques, Inspector das Tropas: mas nem hum nem outro podem competir com Villaça•

«Joaquim Fillipe, he hum chupista; basta ter sido Ajudante d'Ordens dos Capitaens Generaes; Manoel Marques he hum beb...

«He verdade que Marques he bom homem: vive bem com todo o mundo; mas aquelle vicio...

«Villaça he estupido; mas sabe agradar á Tropa, e manter a Disciplina: não he venal, nem por sombra; he recto: e alem disto foi o Militar, que com o seu Regimento proclamou a Constituição: elle he do Porto, e basta.

«No anno passado dando huma informação ao Ministerio da Guerra sobre Villaça, eu disse que se-lhe-devia até tirar o Commando do seu Regimento. Agora pois digo que elle deve ser General das Armas: parece haver nisto contradicção; porem nenhuma ha eu explico.

«Então as circunstancias todas fazião receiar: Villaça tem muito amor proprio: tirando-se-lhe o Commando das Armas, de que então estava encarregado, devia ressentir-se, e assim como elle com o seu Regimento proclamou a Constituição por motivos não patrioticos, era tambem facil levantar a Independencia. para formar o seu partido, e o da Junta d'então.

«Este motivo ainda subsiste: sim, Villaça lembra-se que elle expôs a vida pela Constituição; elle he adorado pela Tropa, porque he muito generoso: e de mais a mais he muito cheio de si. Alem d'isto Villaça não quer Postos nem dinheiro; o que elle quer he mandar. Que vangloria será para elle ver-se nomeado com especialidade General do Pará Este despacho levará a hum grao consummado a sua vaidade, e a sua vaidade ha de firmar cada vez mais o systema constitucional contra a Independencia. Se Villaça proclamou a Constituição, (N. B.) foi com o fim de impedir o regresso do Conde de Villa Flor para o Governo d'aquella Provincia. Logo aquelle que sugeitar Villaça a outro General, ficará seu inimigo implacável; e ao contrario quem o-fizer General do Pará será seu amigo eterno.

«Eis-aqui o que se-pode dizer sobre o estado do governo das Armas no Pará. Devo porem lembrar ainda a V. Ex.ª, que outro meio de ter a Provincia em socego, he o pagamento da divida publica: e para haver dinheiro para isto deve-se dar baixa a todos os officiaes, que a-quizerem. La se-achão tres Regimentos d'Infantaria, 1 Corpo d'Artilharia, e 1 Esquadrão de Cavalaria. As praças dos soldados de todos estes Corpos montarão a novecentos, ao mesmo tempo que as dos Officiaes estão completas. Dimissão aos Officiaes que a quizerem: são muitos os que a-querem. — D.ª G.de á V. Ex.ª m.ª a.ª — Sñr. Ministro e Secretario d'Estado dos Neg.os da Guerra. — De V. Ex.ª fiel e obrigado Sub-

dito — *Filipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente.* — Rua da Paz n.º 48 a Jesus».

Emquanto em Lisboa se passavam estes factos, o povo no Brasil cantava pelas ruas esta canção revolucionária:

1

Infelizes Brazileiros
Chegou o tempo não temais
De dizer á velha Europa
ADeos para nunca mais

2

Valerosos Brazileiros
Que o caracter conservais
Quebrai já os luzos ferros
ADeos...

3

Vos separa a Natureza
Não consente vos unais
Baldados são os esforços
ADeos...

4

Teve Lizia seus Direitos
De Direitos temos iguaes
Ella pode, nós podemos
Adeos...

5

ADeos minha gente branca
ADeos Constitucionaes
Se querem tambem nos digão
ADeos...

6

Embora sois Degradados
Libertos agora estaes
Hide p.ª a Vossa terra
ADeos...

7

Nós ficamos com Dom Pedro
Que só somos Liberaes.
Vão vocês vender sebolas
ADeos p.ª nunca mais

No emtanto, José Maria de Moura desenvolvia uma activa perseguição, enclausurando todos os que se oposessem à sua tirania e que não concordassem com as medidas repressivas. Assim, as autoridades eram mudadas a todo o instante e a Junta no princípio do ano de 1823 já tinha outros membros que, se não eram completamente favoráveis ao Governador, pelo menos pouca oposição faziam aos seus desmandos. O presidente era outra vez o Cónego Romualdo António de Seixas, Secretário Geraldo José de Abreu; Joaquim Correia da Gama e Paiva, Francisco Coutinho Correia, Joaquim António da Silva, Teodoro Constantino de Chermont e João Baptista Ledo como vogais.

São desta data as sete cartas-ofícios (1) que o Governador enviou a José da Silva Carvalho dando conta do estado dos espíritos na província. Queixava-se das poucas fôrças militares que tinha para poder governar com segurança, mostrava o desenvolvimento enorme da idea da independência; as visitas aos quartéis; as reüniões em palácio das pessoas gradas para apresentarem alvitres tendentes a debelar os pensamentos revolucionários, resultando tudo estéril porque essas pessoas eram as primeiras a apresentarem ideas subversivas; além disso, como era manifesto o ódio que lhe tinham os brasileiros e os abrasileirados, porque estes viam nêle dois defeitos julgados intoleráveis, concluia assim uma das cartas:

«Sou m.to constitucional para tolerar decidentes e sou m.to respei-

(1) Feitos Findos, Pasta 409, *Brazil*. O processo da devassa aos Irmãos Vasconcelos também está nessa Pasta.

tador das Leis p.ª condescender com a Junta Provisoria em pertençoens opostas ás mesmas Leis. Estes dois defeitos me tem feito odioso a hum e outro partido; deste odio tem nascido as cabalas, as intrigas, as calumnias, e os ataques que me tem sido dirigidos já pella Junta Provisoria, já pellos redactores, e colaboradores do *Parahense*, gente bem conhecida pella sua imoralidade, mas que entretanto se protege porque assim convem ao Plano de dezacreditarem o Gov.ºr das Ar.ªs —. Tenho sofrido calunias, e vivo em m.to disgosto. Nada anhelo tanto como servir a Patria; porem deste modo, constantemente acometido de intrigas, e de incidias nenhum serviço lhe posso prestar no Pará. Foi nesta consideração que ha muito pedi a S. Mag.e me permitice Licença para me retirar a Portugal, e he pella mesma Cauza que ainda repito, e renovaria a mesma Suplica».

Mas ao mesmo tempo que pedia licença para se retirar, mandava a relação das pessoas mais temidas pelas suas ideas de independência e para as subjugar e aniquilar, pedia medidas repressivas, que a serem concedidas pelo Govêrno de Lisboa, mergulhariam a Província do Pará em um regime de terror.

*

A independência do Brasil que havia sido finalmente proclamada nas margens do Ipiranga no dia 7 de Setembro de 1822, sob o grito de *Independência ou Morte,* chegou muito tarde às praias de Santa Maria de Belém do Grão Pará.

Não bastou a propaganda revolucionária de Filipe Patroni, nem a brilhante oratória de António de Meneses de Vasconcelos de Drummond, — foi preciso que o troar da artilharia das naus de Lord Cochrane, em 12 de Agosto de 1823, ecoando nos espiritos dos irresolutos, fizesse com que o Maranhão, o Pará e o Piauhi, últimos redutos da Constituïção de 1820, se unissem às demais províncias que haviam já coroado D. Pedro — Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil —.

E o povo, vendo o conseguimento dos seus sonhos de

independência e glosando o grito de Ipiranga, cantava pelas ruas, sem descanso, estas quadras:

Pátria, Pedro e Carolina
Protestamos defender:
Eis a divisa da Glória,
Independência ou morrer.

Este Reino outr'ora Escravo,
Escravo não torna a ser:
Emancipou-se, está livre,
Independência ou morrer.

Os pendões da Liberdade,
Tu, Brasil, soubeste erguer,
Sabe agora sustentá-los,
Independência ou morrer.

O Brasil não retrograda,
Ou expirar ou vencer:
Eia, àvante, ó Brasileiros
Independência ou morrer.

João Jardim de Vilhena.

NO CENTENÁRIO DA MORTE DE MARCOS PORTUGAL (1)

Decorreram quarenta e oito horas sôbre o momento em que se cumpriu um século que Marcos Portugal, mercê de novo insulto apoplético, rendeu o espírito.

Não tantas o tempo acusa sôbre aquele em que se completaram vinte lustros que pesada e fria lousa, na igreja dos franciscanos de Santo António do Rio de Janeiro, ocultou para sempre os despojos materiais que albergaram a alma privilegiada do mais famoso dos músicos portugueses.

Convidado para dizer algumas palavras antes do concêrto com que a Orquestra Sinfónica de Lisboa comemora êste centenário, não venho a narrar-vos a biografia daquele a quem seus inimigos e detractores invejosos — ¿qual o homem de valor que os não tem? — alcunhavam (por seu jeito enfatuado e feitio sobranceiro de vaidade consciente e legítima) de Barão do Almiré ou quejandas honras nobiliárquicas... Não. Essa encontra-se impressa em letra redonda em volumes de fácil consulta. Antes aproveito o ensejo para fazer breves considerações sôbre sua obra, buscando ripostar, aqui e além, a certas impertinências setèrvadas que lhe têm jogado, com vista a apoucar seus méritos e, de caminho, esclarecer-vos sôbre a índole das obras que

---

(1) Palavras proferidas no Teatro Politeama, de Lisboa, precedendo o concêrto da Orquestra Sinfónica de Lisboa, na tarde de 9 de Fevereiro de 1930.

ides ouvir, para que não constituam, para alguns, revelação, para outros tantos, decepção.

Antes de entrar em matéria, porém, desejo salientar uma pessoa que, como ninguém, contribuíu para a efectivação desta homenagem; melhor: para o que é a primeira prestação de uma dívida que talvez nunca seja saldada por completo...

Essa pessoa é, entre nós, a detentora do maior número de serviços prestados em nossos dias à Música em Portugal e à Música de Portugal e o concêrto-reparação de hoje não é dos menores, e é, com certeza, dos mais gratos ao coração de todos nós. Se não fôra tal pessoa, êste concêrto não teria sido possível — foi ela que andou pelas bibliotecas em busca de material, que sacudiu as energias adormecidas de alguns amigos cuja colaboração podia ser proveitosa, que soube fazer brotar carinhoso interêsse — quási entusiasmo — nos que podiam ser intérpretes, que de seu bolsilho correu com as despesas inevitáveis. Em resumo: foi a alma desta consagração devida a quem tanto honrou a nossa Pátria...

Refiro-me a mestre Fão e folgo em extremo de poder aqui, neste momento, testemunhar-lhe minha gratidão, cônscio de ser fiel intérprete do sentir de todos vós.

Isto pôsto, entraremos em matéria.

Certo professor do nosso Conservatório, ilustre a muitos títulos e, infelizmente, já falecido, disse algures, uma vez, que considerava um dever patriótico não se falar de Marcos Portugal, porque pelo que conhecia de sua obra, tirava como conseqüência ser menos que medíocre. Por isso, era o silêncio a consagração mais respeitosa que se poderia prestar-lhe.

Esta opinião, que posso garantir, só pôde ser filha de uma das seguintes causas: ou conhecimento menos que rudimentar da obra de Marcos, ou grande ausência de critério histórico.

Quero crer que terá sido a primeira, pois não me consta que êsse professor tivesse, em qualquer tempo, mourejado pelos arquivos, a importunar o remanso de afanadas traças e a arrostar com montanhas de pó, pacientemente depositado pelo tempo e marouvazmente aproveitado por sangüinária e e impiedosa fauna para ponto de apoio de operações de alta estratégia...

Mas... a falta de critério histórico tem, também, levado muita gente boa a acusar Marcos Portugal de muitas e desvairadas coisas, tôdas tendentes, mais ou menos, a fazerem tábua-rasa de seus merecimentos.

Quem quiser fazer história, seja sôbre que matéria fôr, tem que pôr de parte suas predilecções, que abdicar de sua maneira pessoal de sentir ou ver as coisas, que afastar de si todo e qualquer preconceito e que tomar em certa desconfiança os testemunhos coevos.

É evidente que se nós quisermos, embebidos no ambiente criado pelas ideas hodiernas, apreciar os actos de determinada personagem de outra época, não só chegaremos a conclusões històricamente erradas, como até, por vezes, não lograremos compreendê-los. Daí resulta bastas vezes que qualquer acção praticada por tal personagem pode ser interpretada por várias formas distintas, que tornadas públicas dão aso a discussões furiosas mas quási sempre estéreis. Seria facílimo citar numerosos exemplos que demonstram á saciedade o acêrto do preceito enunciado.

Também assim é no que à Música respeita, salva pequena diferença: há que cerrar ouvidos quási por completo aos testemunhos coevos, quer exaltem a obra, ou seu autor, aos píncaros da lua, quer os busquem rebaixar à mais mesquinha das condições.

¿Porquê?

Porque, por via de regra, aos ditames dêsses testemu-

nhos presidiu a paixão — e a paixão, seja para bem, seja para mal, é sempre cega.

Para se aquilatar com segurança do merecimento de qualquer compositor há que estudar, pelo menos, as mais famosas partituras que deixou para, dêsse estudo, se inferir seu valor sob o ponto de vista técnico; há, depois, que as fazer tocar para, de sua realização, tomar conhecimento de seu poder emotivo; há, seguidamente, que verificar a época em que foram escritas, o local em que foram produzidas e as relações das côrtes em que o mestre viveu, para se avaliar se a técnica e o grau de emoção estão à altura da época e do ambiente — e só no fim de tudo, então, curar de saber, a título anedótico, como os contemporâneos as apreciaram.

Quem assim proceder, pode estar certo que o juizo que formular será rigorosamente exacto, rigorosamente histórico e... rigorosamente honesto.

*

Que eu saiba, nos últimos quarenta anos, ninguém fêz tal no que respeita à obra de Marcos Portugal e, todavia, tôda a gente tem dito coisas a seu respeito. Enquanto uns, prudente e inofensìvamente, se têm limitado a reproduzir apreciações e juízos de outrem, outros há que, usando de autoridade muitas vezes convencional, têm feito apreciações por conta própria e, alguns, têm ido mais longe que o velho professor do Conservatório, a que me referi: afirmam coisas piores do que as atribuídas a Mafoma por amor do toucinho...

...E no entanto... ía pôr as mãos no fogo em como essas pessoas (se aqui estivessem) teriam hoje ensejo de ouvir pela vez primeira um acorde devido ao punho do autor que, em fins do século XVIII, foi celebrado em todo o mundo,

pois que, pode dizer-se afoitamente, o mundo culto nessa época estava circunscrito à Europa, parte da península balcânica exceptuada.

Pois, em face do muito valor técnico de algumas de suas partituras, diante de seu elevado grau emotivo, olhando a época em que foram escritas e não esquecendo os ambientes em que o compositor demorou, chega-se a esta conclusão inevitável — Marcos Portugal foi, em seu tempo, não só um grande músico, como até dos melhores.

Nado e criado num dos ambientes musicais de maior importância que a Europa então tinha — a côrte portuguesa — quando partiu para Itália, nada tinha que aprender, só buscava tomar contacto com ambiente mais movimentado e mais cosmopolita.

Quando abandonou a sua pátria, não levava como bagagem de conhecimentos apenas o canto-chão da Patriarcal e as missas de David Perez. Devia conhecer bem — ou por ter tomado parte em sua execução, ou por haver assistido à sua representação — grande parte das óperas (a mais alta expressão musical latina da época) de Galuppi, que foi cognominado *il padre dell'opera buffa;* de Piccini, o inspirado rival de Gluck que os caprichos de uma época votaram a injusto esquecimento; de Guglielmi, tão apreciado em Alemanha; de Paisiello, o futuro consagrador musical do fastígio de Napoleão; de Jommelli, a quem chamaram o Gluck italiano; de Cimarosa, o gigante; e até de Haydn e de Grétry, cuja obra-prima — *Ricardo, Coração de Leão* — foi cantada em Salvaterra no ano da abalada.

Só não conhecia directamente a obra de Gluck (digo directamente porque de maneira indirecta devia tê-la sentido detravés Jommelli, Cimarosa e Grétry) e desconhecia Mozart. Essas lacunas, porém, preencheu-as logo que chegou a Itália — a sua obra o vai acusando progressivamente.

A sua instrumentação, quer no profano, quer no sacro

(só diferenciado daquele pela circunstância do texto ser em latim) é, por vezes, muito interessante, sobretudo pelo importante papel que confia aos fagotes, pela facilidade, e felicidade, com que emprega os clarinetes — então usados com pouca freqüência — e pelo emprêgo das trompas e trombetas nos *repieni,* o qual está muito mais perto do dos mestres alemães do que do dos italianos.

Nas partituras de suas óperas não existe o enfadonho e prolongado recitativo acompanhado a cravo (até mesmo nas óperas de género bufo, como o *Oro non compra amor*) e, contudo, Rossini ainda o empregou em larga escala em seu célebre *Barbeiro* e esta ópera foi escrita dezanove anos depois do regresso definitivo de Marcos.

As suas óperas foram cantadas em Dublin e em Madrid, em Milão e em Berlim, em Londres em Viena, Lípsia, Paris, Nápoles e Hamburgo, eu sei, em quási tôda Europa, não só com grande êxito como, algumas delas, fazendo parte do repertório obrigado.

As maiores sumidades líricas do tempo — a Billington, a Manfredini, a Grassini, Ceccarelli, Vicente Praun, Crescentini, Domingos Mombelli e as filhas e sobretudo a celebérrima Catalani, fizeram delirar as plateias com sua música.

Nos maiores centros europeus as óperas de Marcos Portugal figuraram a-par da *Flauta mágica* e da *Cosi fan tutte,* de Mozart, do *Matrimónio secreto,* de Cimarosa, do *Mestre de capela,* de Paer, da *Nina* e da *Molinara,* de Paisiello sempre com o mesmo êxito.

¿Poderemos inferir dêstes factos que tal música não prestava?

¿Poderemos concluir que Marcos Portugal era compositor somenos?

¿Poderemos afirmar que se limitava a seguir na esteira dos outros, ou, o que é pior, a plagiar a obra alheia?

Não. Não podemos.

E não podemos porque se assim fôsse estaríamos negando a inteligência e o gôsto de nossos avós de fins do século XVIII e comêço do seguinte; partiríamos do princípio que só nós somos competentes e hábeis — os outros (tanto monta os de outrora, como os de hoje que não pensam como nós) são tolos.

E não podemos ainda porque se Marcos Portugal não fôsse um valor de primeira grandeza, não se teriam movido influências de tôda espécie para o fazer fixar em Lisboa, outorgando-se-lhe, para o lograr, benesses e lugares cujos proventos, no actual valor da moeda, andariam ao redor de cem contos anuais, fora as achegas e comedorias!

Ora quando tal se deu — em 1800 — havia na côrte muitos bons músicos, portugueses e italianos. ¡Não é de crer, portanto, que êle fôsse um imitador ou, pior, um músico de tamanha ausência de escrúpulos que se apropriava de obra alheia para a apresentar como sua!

*

Está bem que não sintamos predilecção pela obra dêste ou daquele, ou que prefiramos à de qualquer deles a daquele outro. Mas que, por essa simples razão, decretemos que essa obra é totalmente despida de merecimento — isso não é de admitir.

Porque certos actos da vida de um homem não mereçam nossa aprovação ou antes provoquem em nós certa repulsa, não podemos estigmatizar sua obra com ferrête ignominioso.

Os homens passam e suas acções ficam sujeitas ao juízo de Deus e à crítica dos homens. As obras, porém, ficam e, segundo suas qualidades, resistem ou não à acção danosa do tempo. Umas morrem para todo o sempre, outras como

a pequenina brasa coberta de cinzas, ao recobrarem contacto com a almosfera, vivificam — ¡como que ressuscitam! — na presença do oxigénio.

Dentro em pouco tereis ensejo de verificar que a obra de Marcos Portugal está no segundo caso: resiste vigorosamente ao tempo.

O programa não é composto das melhores páginas do mestre, antes das que, em curto relancear da vista, pareceram de mais fácil realização.

A *Licença pastoril* é a única anterior à ida para Itália. Foi composta aos vinte e cinco anos e parece que não tinha grande aprêço de seu autor, pois que a não menciona no catálogo de suas obras. É, contudo, óptimo espécime da escola napolitana de David Perez.

Antes de terminar esta enfadonha arenga, cumpre-me fazer-vos uma prevenção.

Não julgueis ir ouvir grandes sonoridades, colossais efeitos de instrumentação, passagens de patético ou grotesco espectaculosos. Não.

Ides escutar obras de época em que as vozes eram a quintessência da música e em que, por isso mesmo, houve cantores e escola de canto como não tornará a haver.

Todavia estou certo que pasmareis ante a suavidade encantadora de certos andamentos vagarosos; que admirareis o vigor e a galhardia das chamadas árias de bravura; que vibrareis ante o poder dramático, a um tempo sóbrio de linhas e palpitante de intensidade, da cena que remata a ópera *Mérope*, página formidável a que com dificuldade se encontrará par na música da época.

Não esquèçais que as obras de Marcos Portugal foram escritas no tempo das casacas bordadas e das pelucas empoadas, que foram contemporâneas dos toucados altos (que Tolentino satirizou imortalmente), dos estufins apainelados e das liteiras de laca.

Imaginai o aspecto de S. Carlos do início, com a iluminação bruxuleante e fumarenta das velas de cera, a reverberar, irisantes, nos adereços de brilhantes que constelam níveos colos de deliciosas sécias que, sob o olhar austero do famigerado Pina Manique, abafam risadas argentinas, em lenços de diáfanas baptistas debruados de rendas preciosas.

Diligenciai estabelecer um ambiente propício, como de serão em casa de Cruz Sobral ou do conde de Farrôbo.

Isso feito, com vossos corações enternecidos, vosso espírito tranqüilo e alheado da lufa-lufa cotidiana, escutai a obra de Marcos António — como era seu verdadeiro nome.

Estou certo que, ao ouvi-la, muitas vezes aflorará em vossos lábios, independentemente da vossa vontade, certo sorriso que não é esgare cerimonioso e protocolar, antes é espêlho de um estado de alma inefável, em que parece sentir-se o coração a querer espreitar pelos lábios entreabertos.

MÁRIO DE SAMPAYO RIBEIRO.

ANAIS DA VILA DA ERICEIRA (1)

REGISTO CRONOLÓGICO DE ACONTECIMENTOS REFERENTES À MESMA VILA, DESDE 1229 A 1932

1755

25 de Junho, ... A Mesa da Misericórdia representada pelo Provedor António Franco de Matos, pelo Escrivão José Franco de Matos e pelo Tesoureiro João Franco Leitão, celebra uma escritura de contracto com o mestre entalhador José de Oliveira, da Melroeira, para êle construir o Altar-Mor da Igreja da Misericórdia, pela quantia de 438 mil réis.

1758

26 de Agôsto, ... Faleceu o Padre José dos Santos Franco, natural da Ericeira que, com seus irmãos, o Padre Francisco dos Santos Franco e Bernardo dos Santos Franco, legaram todos os seus bens à Santa Casa da Misericórdia, onde instituíram uma capela.

1759

18 de Junho, ... Faleceu, em Lisboa, Francisco Xavier de Horta Osório Castelo Branco, 2.º sobrinho do Fundador da Misericórdia, de quem foi o quarto e último Padroeiro e a quem deixou todos os seus bens.

---

(1) Cont. do n.º 4, pág. 517.

Está depositado no Jazigo de família na mesma Misericórdia.

1760

Foi demolida a antiga Ermida de Santa Marta que se achava muito arruínada.

Era situada um pouco mais ao sul e poente da actual, num sítio que hoje está dentro do Parque das Águas Minerais de Santa Marta.

Pouco tempo depois começou a edificação da actual Ermida.

1761

Foi construído o edifício para o Hospital da Misericórdia. É o edifício onde, em 1927, foi instalado o Asilo Jorge da Silva Fialho.

1761

Foi pintado o teto da Igreja da Misericórdia, pelos pintores Manuel António de Góis e Sebastião de Carvalho.

Também pintaram e douraram o altar-mor, o púlpito e os *painéis das ilhargas.*

Parece que o pintor Sebastião de Carvalho aqui morreu por ter caído do andaime e foi sepultado na Ericeira.

1763

O Pintor Manuel António de Góis ajusta com o Juiz e Oficiais da Igreja de São Pedro o trabalho de pintura e dourados do altar-mor da dita Igreja por 900 mil réis, do que se lavrou escritura.

Juiz da Igreja, Paulo Henriques Delgado. Escrivão, José Luiz Ribeiro. Oficiais, Luiz da Costa, Agostinho Franco, António Franco Dias, Francisco Luiz.

1765

3o de Setembro, ... Neste dia, no mar de Cascais, foi

um barco da Ericeira assaltado e atacado a tiros por um chaveco de moiros argelinos.

Morreram na refrega 2 homens da Ericeira e os que escaparam foram levados cativos.

Estes factos repetiam-se a meude e, muitos deles, estão registados no Livro dos Cativos, existente no Arquivo da Santa Casa da Misericórdia.

Vide Notas e Documentos, n.º 28.

1769

Foram avaliados todos os prédios urbanos da Vila, para efeito de lançamento de contribuïções, sendo cadastrados 465 daqueles prédios.

1770

Mandou a Mesa da Santa Casa da Misericórdia fazer um brasão de armas, em pedra, para o frontespício do seu Hospital.

É o que está na empena do novo Hospital.

1774

13 de Janeiro, ... Por provisão régia desta data, é nomeado António Luiz Delgado, da Ericeira, para exercer nesta Vila, o cargo de Professor de Gramática Latina, vencendo o ordenado anual de cem mil réis, pagos pela fôlha dos Professores da Comarca de Tôrres Vedras.

1774

15 de Janeiro, ... Por provisão régia desta data, é nomeado Florêncio José Gomes, da Ericeira, para exercer, na mesma Vila, o cargo de Professor de primeiras letras, vencendo o ordenado anual de quarenta mil réis, pagos pela fôlha dos Professores da Comarca de Tôrres Vedras.

1776

14 de Novembro, ... Em sessão dêste dia requereu o Povo à Câmara que se representasse superiormente para serem mantidos os privilégios concedidos pelos Reis antigos a esta Vila, acêrca de se não recrutarem soldados nela, quer pagos quer auxiliares, oferecendo-se o mesmo Povo a concorrer para as despesas que disso resultassem.

No dia seguinte a Câmara mandou tirar do Arquivo os documentos daqueles antigos privilégios, que entregou a um Tabelião para êste os trasladar em pública forma.

1780

1 de Maio, ... Reünião na Casa da Câmara para se discutir se haveria, ou não, necessidade de estabelecer nesta Vila um Hospício de Frades Arrábidos. A proposta teve 15 votos de aprovação, não constando o número dos que desaprovaram nem a resolução que se tomou.

1783

6 de Junho, ... Sua Santidade o Papa Pio VI, por Breve datado de Roma neste dia, concedeu à Santa Casa da Misericórdia da Ericeira a faculdade de ter na sua Igreja o Santíssimo Sacramento. E tendo êste Breve obtido o régio beneplácito da Rainha D. Maria I, foi dêle Juiz Executor o Arcebispo de Lacedemónia, Dom Caetano Maciel de Calheiros, que proferiu a respectiva sentença em 28 de Abril de 1784.

1784

16 de Dezembro, ... Faleceu e foi sepultada na Ericeira, de onde era natural, Dona Juliana de Sousa e Brito de Noronha Soto-Maior, morgada da Ericeira, filha de João de Sousa e Brito de Noronha e viúva de Álvaro José de Serpa Soto-Maior, Tenente Coronel de Infanteria, de quem teve

os seguintes filhos: Diogo João de Serpa e Brito de Noronha, Fidalgo da Casa Real, que foi Oficial de Infantaria e morreu na Índia; era solteiro. Luiz António de Serpa e Brito de Noronha, que foi casado com D. Maria Rita de Freitas Manuel e Aboím, e faleceu na Ericeira em 28 de Julho de 1780. Fernando José de Serpa e Brito de Noronha, interdito por ser demente e que faleceu na Ericeira, como ao diante se dirá.

Vide Notas e Documentos, n.º 29.

1788

18 de Outubro, ... Pede a Câmara à Real Mesa Censória a criação de mais um lugar de Professor de primeiras letras.

1793

18 de Setembro, ... Faleceu e foi sepultado na Ericeira José Franco Canha «o assaforeiro» que, com sua mulher Simôa da Mata e sua irmã Maria Franca, deixaram todos os seus bens à Misericórdia, onde instituiram uma capela.

1795

29 de Abril, ... A Câmara representa ao Rei, pedindo socorros e auxílios contra uma epidemia que grassava na Vila e da qual já haviam resultado algumas mortes; pedindo também que fôsse enviado um médico, pois o da Vila se encontrava doente.

1795

8 de Maio, ... Foram tomadas providências pela Intendência Geral da Polícia da Côrte e Reino, acêrca da epidemia que grassava na Vila; e sendo, por peritos médicos, examinado o milho que se encontrava à venda em alguns celeiros públicos, foi muito dêle julgado impróprio para consumo, pelo que foi apreendido para ser queimado ou deitado ao mar.

1795

14 de Junho, ... Por ordem do Intendente Geral da Polícia da Côrte e Reino, Diogo Inácio de Pina Manique, apresenta-se à Câmara o médico José Joaquim de Medeiros Vidigal, formado pela Universidade de Montepelier, examinado e aprovado pelo Tribunal do Proto-Medicato, a-fim-de tratar dos doentes atacados pela epidemia que grassava na Vila. Devia a Câmara fornecer-lhe, apenas, aposentadoria, pois de tudo o mais, vinha êle prevenido.

1795

11 de Agôsto, ... Em sessão dêste dia a Câmara encarrega o Procurador do Concelho de, em nome da mesma, agradecer ao Intendente Geral da Polícia da Côrte e Reino as providências que havia tomado para debelar a última epidemia.

1797

12 de Abril, ... Apresenta-se à Câmara uma Parteira aprovada pelo Tribunal do Proto-Medicato, exibindo a sua carta de examinada e pedindo autorização para exercer a sua profissão na Vila.

(Havia na Vila mais duas parteiras, sendo uma delas também examinada).

1797

14 de Abril, ... Uma Portaria da Intendência Geral da Polícia da Côrte e Reino, em cumprimento de um Aviso Régio, ordena ao Corregedor da Comarca, (Tôrres Vedras) que vá à Ericeira, faça reünir a Câmara e a Corporação Marítima, e, em nome da Raínha, agradeça a *generosa fidelidade* dos pescadores da Ericeira a Sua Majestade.

O Corregedor delegou no Juiz Ordinário aquele encargo e, nesta data, reünida a Câmara com a Corporação Marítima e muito Povo, o Juiz fêz ler aqueles dois diplomas e

cumpriu a ordem da Raínha. — Esta sessão solene realizou-se na Santa Casa da Misericórdia, pelo motivo de a Casa da Câmara estar arrúïnada.

Da respectiva acta, porém, não consta em que consistiu a *generosa fidelidade* dos pescadores à Raínha.

1800

12 de Março, ... A Câmara pede ao Govêrno a criação de uma nova Aula de Primeiras letras.

ANAIS DA ERICEIRA

SÉCULO XIX

1801

30 de Janeiro, ... Funcionando na Ericeira uma Aula Oficial de Lingua Latina, foi nomeado Professor substituto nela o Padre Octaviano Augusto Pereira Delgado, por provisão do Vice-Reitor da Universidade, assinada nesta data.

Renovada a nomeação em 5 de Julho de 1810.

1803

Neste ano, a instâncias e por conselho do Bispo de Coimbra, que vinha a banhos à Ericeira, o Padre ericeirense, Manuel Franco da Costa Dias, requereu à Câmara a concessão de umas águas que vinham das vertentes do Oiteiro, para as canalizar até ao seu prédio, denominado «a Malveira», nesta Vila, obrigando-se a construir, à sua custa, uma Fonte Pública, no Alto da Bandeira (actual Fonte do Rego), e levar a água até ao Hospital, canalisando os restos, até à Fonte da Lua, subjacente ao Forte... A Câmara concedeu as águas, mas, posteriormente, a requerimento de vários proprietários que se julgavam lesados, retirou a licença ao Padre, que já havia mandado começar os trabalhos. Êste

recorreu para o Tribunal do Desembargo do Paço e obteve sentença contra a Câmara. Seguiram-se mais peripécias, e parece que o Padre sempre conseguiu levar a água até à sua propriedade. Os restos das canalizações feitas por êle, ainda hoje existem, já muito arruïnadas, e delas se vêem vestígios na Rua do Paço e em outros locais. A propriedade «Malveira», é o grande quintal do prédio da Rua dos Ferreiros, n.º 4.

1805

18 de Junho, ... Recebe a Câmara ordem para mandar notificar a todos os mestres de primeiras letras que houvesse na Vila, que lhes cumpria habilitarem-se com as necessárias licenças da Real Junta da Directoria Geral dos Estudos.

(Havia na Vila 3 Mestres de primeiras letras e 1 de gramática latina).

1806

26 de Julho, ... O Príncipe Regente, Dom João, ordena que, da verba das Sisas do Património Real, se dê a José Ribeiro da Costa, pescador da Ericeira, a quantia de 40 mil réis, como gratificação de o dito pescador ter prestado o seu barco aquele senhor para o divertimento da pesca.

1807

14 de Agôsto, ... Neste dia faleceu na Ericeira, onde foi sepultado, Fernando José de Serpa e Brito Soto Maior, que estava interdito, por demência. Era solteiro e Senhor do Morgadio da Ericeira. Êste passou para o seu próximo parente, o Capitão Mór de Sintra, António Rufino Monteiro de Rezende Cabral Baracho de Unhão e Noronha. Uma filha dêste, Dona Antónia Dezidéria, casou depois, com o Morgado da Quinta dos Chãos (Santo Isidoro) José Francisco de Assis Gorjão Barros de Carvalho, Tenente Coronel de Milícias de Tôrres Vedras; e assim passou para esta família o Morgadio da Ericeira.

1808

10 de Março, ... Neste dia, por ordem do intruso govêrno francês, foi retirada da Igreja de São Pedro da Ericeira, a seguinte prata: Lampadas 4, Castiçais 6, Cruzes 10, Varas de Palium 6, Turíbulo, Naveta e Colher. Caldeirinha e aspersório, Lanternas 2, Purificador e concha de baptizar. Vaso de lavatório. Tudo com o pêso de 313 marcos. Também foram alguns objectos de oiro. Foi tudo entregue ao Depositário das Décimas do Concelho, Manuel Franco Duarte, para ser remetido para a Casa da Moeda.

O recibo foi lavrado pelo Escrivão da Câmara, António Lopes da Costa Pacheco, sendo testemunhas o Reitor da Igreja, Padre José Félix da Silva, e Justino José da Silva.

1808

14 de Março e 28 de Abril, ... Foi feita a derrama para pagamento da contribuïção de guerra imposta à Vila pelos franceses, na importância de 400 mil réis, além da prata das Igrejas.

1814

18 de Maio, ... Foi dada de arrematação a obra de reconstrução da Casa da Câmara, que, havia muitos anos, se achava arruïnada, bem como uma outra, muito mais antiga, que estava servindo de cadeia e que era situada na Calçada da Ribeira, no terreno do actual quintal da família Val do Rio.

(Esta arrematação, porém, não teve efeito).

1814

27 de Junho, ... O Príncipe Regente concede aos pescadores da Ericeira, por tempo de 6 meses, isenção de direitos de todo o pescado salgado que trouxessem dos portos de África para o Reino. Igual isenção foi concedida por mais vezes em diferentes épocas.

1816

5 de Fevereiro, ... Por ordem régia, informa a Câmara que a Aula de Latim e de Gramática Portuguesa, (estabelecidas nesta Vila havia mais de 36 anos), se achava fechada por falta de Professor, e que igualmente se achava fechada, pelo mesmo motivo, a Aula de primeiras letras, com grande prejuízo dos habitantes e dos povos circunvizinhos, pois em muitas léguas em redor não havia escolas públicas.

1816

9 de Dezembro, ... Recebe a Câmara um oficio da Contadoria do Departamento do Comissariado de Alcântara, comunicando que tendo sido extinta a Feitoria de Provimentos de Boca, estabelecida em Mafra, por não convir à Real Fazenda, deve a Câmara nomear um fornecedor para a tropa aquartelada na Ericeira.

Foi logo nomeado Filipe Gonçalves Pereira, negociante desta Vila.

1817

25 de Fevereiro, ... Presente em Câmara uma Provisão Régia, ordenando que, por escritura pública, se tome fiança a António Fernandes, negociante em Alcântara, que havia arrematado os rendimentos do Património da Igreja de Nossa Senhora do Reclamador de Cheleiros, pertencentes à Casa do Infantado; e que se remeta a dita escritura, com informação da Câmara acêrca dos fiadores, à Junta da mesma Casa.

(Fiadores: Joaquim Batalha e Honório Dias Ferreira, negociantes nesta Vila).

1818

8 de Agôsto, ... Arrematação das obras de reconstrução da Casa da Câmara, cadeia e açougue municipal, por 780 mil réis.

Arrematante, António Inácio de Boiçada, morador nesta Vila.

Em 18 de Setembro seguinte foi a obra vistoriada por dois peritos, nomeados pela Câmara, sendo o arrematante intimado a corrigir os materiais que estava empregando.

1819

3 de Janeiro, ... A Câmara representa ao Rei, pedindo auxílios para a reconstrução da muralha do Cais, que o mar havia desmoronado, o que estava causando graves prejuizos.

O Governador do Forte, major José Joaquim da Silveira, também representou superiormente acêrca do mesmo assunto.

1819

25 de Fevereiro, ... Concluídas as obras de reconstrução da Casa da Câmara, reüniu esta ali em sessão, nêste dia.

1819

11 de Junho, ... Concedeu a Câmara licença a António Coimbra, morador em Mafra, para poder abrir na Ericeira uma casa de *jogo* de Bilhar, devendo o requerente responsabilizar-se pela ordem na dita casa, fechá-la de noite às horas competentes e não permitir a entrada a filhos-famílias.

1819

14 de Junho, ... Na sessão da Câmara esteve presente o Desembargador Dr. João Gaudêncio Tôrres que havia sido nomeado Inspector da obra da reconstrução da muralha do Cais, comunicando que El-Rei havia concedido, a título de empréstimo, a quantia de 5 contos para aquela obra. Os dirigentes da Corporação Marítima assistiram à sessão e comprometeram-se a dar 200 mil réis anuais, até completo embolso, e a Câmara representou ao Rei, sugerindo vários alvitres para mais rápida extinção da dívida. Foi um barco

a Lisboa carregar materiais vindos do Arsenal. Começaram os trabalhos, que, depois da Revolução do Pôrto, foram mandados suspender, pelo Govêrno.

Recomeçaram pouco depois, com novo donativo de 5 contos, sendo nomeado Inspector, a seu pedido, Bento Freire de Carvalho e Figueiredo, oficial da Armada, proprietário e residente na Ericeira, onde era Delegado do Superintendente Geral do Contrabando, casado com uma filha do Dr. Manuel dos Santos da Mata, Advogado da Casa da Suplicação, natural da Ericeira, onde foi Ouvidor.

1820

24 de Janeiro, ... A requerimento do Procurador do Concelho delibera a Câmara contratar um estafeta, encarregado de ir a Mafra tôdas as segundas e quartas feiras levar e trazer as correspondências do correio, públicas e particulares, o que deveria fazer, *em bolsa fechada,* para assim evitar vários inconvenientes que se vinham dando neste serviço, e que estavam dando causa a reclamações do público.

1820

24 de Setembro, ... Reünida a Câmara com Clero, Nobreza e Povo, é lida uma Proclamação da Junta Provisória do Govêrno, estabelecida na cidade do Pôrto, comunicando que o Exército havia tomado a deliberação de proclamar um govêrno representativo, por meio de Côrtes para fazerem uma Constituïção. A acta desta sessão foi, posteriormente, riscada de forma que dificilmente se pode ler. Tem dezenas de assinaturas. Em 9 de Novembro seguinte a Câmara envia uma mensagem de saüdação ao Augusto Congresso Nacional.

1823

14 de Junho, ... É solenizada em acto de vereação, a queda da Constituïção de 1822.

1823

16 de Junho, ... Foi comunicado à Câmara que, visto ter abatido uma parte da muralha e Calçada do pôrto desta Vila, devia ser intimada a Corporação Marítima a mandar proceder à respectiva reconstrução.

(Esta obra havia sido mandada fazer pelo Rei, à custa de um subsídio de 5 contos, pagos pela Repartição do Terreiro Público, e a Corporação Marítima se havia, voluntàriamente, obrigado a concorrer para ela com 200 mil réis anuais).

1823

12 de Novembro, ... Por ordem superior, mandou a Câmara que na praça pública fôsse queimada solenemente a Constituïção de 1822.

1823

18 de Novembro, ... A Câmara pede ao Rei que queira considerar como obra pública a reconstrução da Muralha e Cais, visto a Corporação Marítima não poder pagar a quantia de 200 mil réis anuais que se tinha obrigado a pagar, devido, não só aos seus encargos, como também à perda de 13 embarcações que o mar havia levado na grande tempestade de 1821, durante a qual o mar chegou a sítios fora do comum.

1825

12 de Outubro, ... A Câmara dirige uma representação ao Rei, pedindo-lhe auxílio para reparação de Fontes e aquedutos, visto a grande falta de água que se nota, devida ao mau estado das Fontes e aquedutos do Concelho.

1826

Foi construída a ponte sôbre o Rio do Calvo, a qual

ainda hoje existe, sob o cruzamento da actual Rua Florêncio Granate com a Rua do Rio do Calvo.

(Naquele tempo, o rio do Calvo corria a descoberto).

1826

11 de Abril, ... A Câmara oficiou à Intendência Geral de Obras Públicas pedindo que, visto El-Rei ter determinado que à custa daquela repartição se proceda ao reparo das Fontes e aquedutos desta Vila, se dê comêço aos respectivos trabalhos com a possível brevidade.

1826

24 de Julho, ... Foi recebida em Câmara a cópia da Carta Constitucional, que logo foi publicada na Praça e mais lugares públicos.

1826

25 de Setembro, ... Começam os trabalhos de reparação das Fontes e aquedutos, por conta e mandado da Intendência de Obras Públicas.

Foi encarregado dêstes trabalhos o arquitecto Amâncio José Henriques.

1828

3 de Maio, ... É solenemente aclamado Dom Miguel como Rei de Portugal.

Reünida a Câmara, Clero, Nobreza e Povo nos Paços do Concelho e Praça junta, o Juiz presidente, na forma do antigo uso, desfraldou, na varanda do edifício, o estandarte real, e em altas vozes proclamou:

Real, Real, Real, por Dom Miguel I Rei de Portugal. Ao que o Povo respondeu com muitos vivas e aplausos.

Seguiu-se Te-Deum na Igreja Paroquial, foguetes, repiques de sinos, luminárias, etc., etc.

1829

Neste ano, pelas Obras Públicas, foi reconstruída a antiga Fonte do Cabo.

Consta que, na sua primitiva, era voltada ao poente, com frente para a antiga estrada.

1831

12 de Setembro, ... A Câmara fêz intimar Daniel dos Santos Ribeiro, desta Vila, como procurador, que era, da senhora Marquesa do Louriçal, Condessa da Ericeira, para pagar a quantia de 4 mil réis ao alcaide dêste Concelho, ou apresentar um alcaide pago à sua custa, tudo conforme ao costume imemorial.

(Continua). J. de Oliveira Lobo e Silva.

S. FRANCISCO DE XAVIER E O ORIENTE PORTUGUÊS (1) e (2)

Algum tempo antes da Armada levantar ferro, D. João III e os seus conselheiros tinham mudado de ideas emquanto à missão dos dois prègadores da Companhia de Jesus à Índia: pensaram em os reter na metrópole, facultando-lhes a fundação de um colégio onde dirigissem a educação espiritual de moços noviços: Francisco de Xavier que vira assim frustada a grande esperança da sua vida de penitente logo escreveu, apelando da resolução do Rei, a Inácio de Loiola que continuava em Roma: Paulo III, solicitado antes por carta urgente do Monarca, tinha posto a resolução do caso inteiramente na sua mão; Loiola era muito hábil para ir contra os projectos reais mas, desejando de alguma forma satisfazer ao amigo, dera o seu parecer: «que Sua Alteza detivesse em Portugal o P. Mestre Simão para fazer o Seminário e enviasse à Índia o P. Mestre Francisco».

Aceitou D. João III a sugestão do primeiro Geral da Companhia de Jesus: chegada a ocasião da partida da armada encomendou ao Conde de Castanheira, seu veador da Fazenda, que se informasse com os práticos do necessário para a viagem e para a Índia que seria mister ao P. Mestre Francisco

---

(1) Cont. do n.º 3, pág. 394.

(2) Por êrro de cópia no capítulo anterior (*O Instituto*, n.º 5, vol. 13.º, 4.ª série, pág. 563, linha 22), está Heródoto em lugar de — Ptolomeu — astrónomo e geógrafo do século III da nossa era.

e a dois companheiros que Loiola entretanto enviara a reforçar a missão, o P. Mestre Paulo de Camerino e um português, sòmente noviço ou irmão, o Francisco Mansilhas. Quis o Rei despedir-se do P. Mestre Francisco e aproveitando o ensejo, como pessoa que tem plena confiança em quem manda, lhe apontava a conversão do gentio e a mesma vida e costumes dos portugueses nas cidades, fortalezas e presídios que iam assaz desordenados pelo que de lá informavam: oferecia-lhe generosamente a sua fazenda para os gastos de tão larga missão e finalmente entregava-lhe o Breve que até então guardava consigo, em que Paulo III hàbilmente o nomeava seu Núncio Apostólico no Extremo-Oriente com plenos poderes e vasta jurisdição.

D. João III, os infantes, os seus conselheiros em conflito perpétuo com os núncios de sua Santidade em Lisboa, olhavam já suspeitosamente qualquer nomeação de representante apostólico: prudentemente o Rei guardara o Breve que nomeava o P. Mestre Francisco ao canto da gaveta; porém nos meses de espera em Lisboa pela partida das naus da Índia, a exemplar vida penitente e modéstia evangélica de Francisco de Xavier ganharam-lhe a inteira confiança do Monarca; não se tratava desta vez de um dêstes opulentos príncipes da Igreja, dêstes mitrados orgulhosos e astutos, ciosos da sua autoridade que freqüentemente os papas mandavam como núncios às côrtes da Europa: a escolha recaíra, felizmente, num santo varão e posto que estrangeiro era filho de uma nação amiga e quási irmã: de-certo as grandes riquezas da Índia e as possibilidades dos seus réditos clericais não eram ainda conhecidas em Roma; se o fôssem não faltariam Farnéses e Colonas ou outras Eminências dominantes que quisessem mandar ás partes do Oriente os seus parentes e familiares. Loiola dera um habilíssimo passo sugerindo a Paulo III a nunciatura da Índia, por ninguém ainda desejada, para o seu companheiro do Colégio de Santa Bárbora;

o basco, filho de uma província de marinheiros e navegadores de além-mar, conhecia melhor que o Papa e a sua requintada côrte do Renascimento os imensos recursos do Extremo-Oriente e o apropriado das suas gentes e cidades para a prègação da Companhia de Jesus: enviando um homem santo àquela distante missão o hábil Geral prestigiava no vasto Estado da Índia o nome dos seus prègadores e fundava em sólidos alicerces o seu poder futuro: a Índia era muito grande; Franciscanos e Domínicos mal a tinham abordado, tão parcas eram as suas missões para tão vastos domínios: havia por lá assaz de lugar para a nóvel Companhia e Loiola apressava-se a reservá-lo enviando adiante o companheiro dilecto cuja generosa ambição fôra sempre o Oriente.

Pressentiu, de alguma forma, o primeiro Geral da Companhia de Jesus o largo futuro que à sua ordem estava reservado nos domínios ultramarinos, tão sólido e duradoiro, que volvidos séculos e expulsos os Padres do Ocidente europeu, por lá se demoraram e prosperam ainda hoje as suas notáveis fundações. A êste respeito S. Francisco de Xavier, o mais notável apóstolo europeu entre orientais, deu à futura Companhia aquela directriz colonial onde, mais que nas intrigas das côrtes europeias, os seus membros se distinguiram sempre no generoso apostolado, na santidade do martírio e nas mesmas artes, ciências e letras que por lá copiosamente cultivaram. S. Francisco de Xavier é o verdadeiro precursor da obra religiosa extremo-oriental, o fundador das novas cristandades, o protector desvelado dos gentios convertidos, o grande homem europeu, o Santo finalmente de tôda a Índia: tanto como a religião e a ordem de Jesus, a cultura europeia no Extremo-Oriente tem nêle o maior dos seus propugnadores: fazem bem as igrejas da Companhia em o terem nos seus altares em lugar igual e paralelo ao de Inácio de Loiola, porque tudo quanto hoje ainda representam nas colónias e na Ásia, o devem ao seu primeiro e presti-

gioso propulsor: em Francisco de Xavier devemos ver mais que um santo apóstolo, prègando à boa gente indú, aos malaios e jaos, aos moluqueses e aos japões as palavras de Jesus; é mister considerar no Santo o protótipo da cultura cristã, dando combate às tradições idólatras de um Oriente que esquecido da nobre filosofia das suas primeiras religiões, caíra, pouco a pouco, naquela superstição cega, sem alma, nem sentido que degrada os homens e os povos: quaisquer que fôssem os seus primeiros símbolos, estavam ao tempo tão obliterados que a Ásia não reverenciava já nos seus pagodes e varelas, nos seus mosteiros e entre os seus bonzos e talagrepos senão a mais baixa e tôsca idolatria.

Queria D. João III que o futuro prègador das gentilidades do Extremo-Oriente embarcasse com a grandeza e o estado dignos de um homem fidalgo que ia a um tempo como embaixador da fé e Núncio Apostólico: chamou-o com êsse intuito o Conde de Castanheira e ofereceu-lhe pelo rol as matalotagens e cómodos que entendia necessários para êle e para os companheiros, quer para a viagem, quer para a residência na Índia; porém, o P. Mestre Francisco, fiel ao seu modêlo de santa pobreza resistia sempre às instâncias do vedor da fazenda e nada queria aceitar: finalmente tanto o Conde o apertou que o Padre, entendendo que já parecia mal tudo recusar (o que lhe podia ser levado em conta de soberba castelhana) consentiu em aceitar que lhe embarcassem alguns livros de teologia que faltavam no Oriente e três espessos capotes contra os grandes frios que assaltavam as naus, na volta pelo Antártico, ao fugir da Costa Brava do Cabo das Tormentas; não quis aceitar mais nada do que lhe ofereciam porque dizia: «Melhor se serve a Deus no estado de santa pobreza e se Deus se lembra sempre das suas criaturas para que guardar de hoje para amanhã?...».

Porém o Conde de Castanheira insistia em que levasse ao menos como fazia qualquer mercador um moço que lhe

tratasse da cozinha: parece que respondera cortêsmente o Padre Mestre: «Eu, senhor Conde, emquanto por misericórdia de Deus posso usar dos pés e das mãos que Êle me deu, não é razão que me sirva das alheias».

Não podia o Conde de Castanheira admitir que o representante de Sua Alteza junto das cristandades da Índia e Núncio de Sua Santidade se visse entre a multidão da marinhagem e passageiros a lavar a roupa ou a cozinhar no fogão comum; para o convencer recorria aos argumentos da dignidade da pessoa e da função que exercia; contudo o Padre Mestre obstinava-se no seu ideal de absoluta pobreza e mansamente, pôsto que com o nativo exagêro, ia respondendo: «Êsses respeitos e obrigações da autoridade, têm hoje, Senhor, a república cristã no estado que vemos; quanto a mim não há que tratar; resoluto estou não sòmente de levar a panela ao fogão mas de lavar, sendo necessário, as panelas e roupa de tôda a nau e servir nos mais vis ofícios na presença do povo, contanto que não me vejam fazer algum pecado, de cuja vista sòmente devo temer e posso sentir perder a autoridade».

Como antes D. Pedro de Mascarenhas, a seu turno o Conde de Castanheira achava-se pela primeira vez diante de um homem ao contrário de tantos que tinha tratado nos negócios da fazenda: reconhecendo a sua sinceridade e compreendendo o alcance moral daquela pobreza e humildade exemplares que admirava, dizia depois, praticando da armada: «Que não tivera no provimento das naus daquele ano menos que fazer com o Padre para que quisesse de El-Rei alguma cousa, que com tôda a outra gente para que nada pedisse ou não tomasse mais do que lhe davam».

Para fazer ideia do que era no século de seiscentos uma nau da carreira da Índia devemos procurar o correspondente nestas terceiras classes dos transatlânticos que tôdas as semanas carregavam em Lisboa uma chusma de emigrantes

com destino ao Brasil: as naus e galeões que naquela época se construíam já de desaforado tamanho, comportavam correntemente setecentas ou oitocentas pessoas e muitas vezes mais de mil, entre homens, mulheres e crianças, onde havia gente de tôda a ordem, desde os fidalgos que iam exercer no Oriente cargos militares ou fiscais, passando pelos soldados reinóes, chatins e maruja, até aos numerosos escravos de que os abastados se serviam.

Não nos é fácil imaginar, habituados como estamos à brevidade que a invenção e aperfeiçoamento da máquina a vapor e da hélice pôs nas viagens transoceânicas, as delongas, os perigos do mar, as epidemias originadas em tão grande promiscuïdade de gente e na alimentação sediça e rançosa ou na água impura, que sofriam os nossos corajosos avós de quinhentos a oitocentos, na sua demorada viagem da Índia: as armadas levantando ferro do Tejo nos começos da nortada de Abril raro chegavam a Goa antes dos fins de Setembro: na altura da linha as calmarias da Guiné, num mar estanhado como um espêlho, reverberante do ardor do sol equatorial, detinham as naus, murchas as velas, refletindo no aço polido das águas o costado e a árvore sêca dos mastros com uma nitidez a dar a ilusão de um desdobramento real das cousas. Dias tediosos para a população de bordo que se juntava na coberta à sombra dos toldos eom a esperança vã de que a viração oceânica lhes trouxesse um pouco de húmida frescura; o sol tropical, inclemente, dardejava a prumo os seus raios ardentes e logo ao nascer, apontando das selvas da África, era uma bôca de forno que só se extinguia ao poente, na apótese do afogueado mas rápido crepúsculo do equador; pela frescura relativa da noite, acesos os lanternins, então a gente da nau, não podendo recolher-se às camaras de tábuas alcatroadas que concentravam o calor do dia, procurava na tôlda o seu desenfadamento comendo, bebendo, ouvindo histórias e lendas da India dis-

tante ou cercando os soldados que tangendo as gaitas e pandeiros montanheses improvisavam os seus bailhos serranos; outros jaziam estendidos ao fresco, naquela modorra, espécie de neurastenia nostálgica de que sofriam quási sempre os reinoes pouco afeitos ao mar.

É fácil imaginar a quanta libertinagem, entre gente nova e aventureira, daria lugar a promiscuïdade das naus em viagem tão longa e por tão ardentes climas: a idea de Deus com que muitos teriam sido criados quão longe estaria daqueles homens que pela cubiça da riqueza arriscavam tão descuidadamente almas e vidas!...

«Quem embarcava para o Ultramar deixava a vergonha no Reino», dizia-se: aquelas raízes morais que prendiam o homem à terra, à família, à pátria começavam de se arrancar ao tempo em que a armada levava de âncora: o ambiente solto e licencioso da nau era inteiramente outro para os que deixavam a saüdosa aldeia onde se criaram, naquela inteireza e simplicidade de carácter que fazia os bons e antigos portugueses.

Uma grande parte da gente que embarcara (marinhagem e mercadores) tinha feito mais de uma vez as escalas de África e do Oceano Índico: estes riam-se provàvelmente dos escrúpulos dos seus bisonhos companheiros que a seu turno já se envergonhavam de ser honrados e assim começava naquela boa gente uma degradação de alma que ia descendo, pelo exemplo e prática dos veteranos embarcadiços, ao mais lamentável estado de pobreza moral.

Francisco de Xavier com o seu agudo espírito de observação teria visto o mal, ainda mesmo antes de embarcar, pela sua prática de Lisboa: quando pôs os pés no convés da náu capitânia, iria decerto bem resolvido a combatê-lo na medida do seu esfôrço.

De facto, ainda quási não tinham deixado o Tejo, já as brigas se acendiam entre a gente pelos motivos mais fúteis: o

português é do seu natural brigão e assomadiço, não lhe levando vantagem nenhuma nisto o irmão castelhano: com um feitio desconfiado, zeloso, recebe mal um gracejo posto lhe apraza motejar dos outros: excessivamente individualista, vive no culto da sua pessoa, família e vila natal: para êle a sua descendência é sempre a mais nobre e a sua terra a primeira do reino e do mundo: se presente sequer que o chasqueiam ou fazem pouco da sua pessoa, então acha-se ofendido e procura desafrontar-se: mal sofrido, pundonoroso, tem um ponto de honra que se melindra com as mais inverosímeis ofensas: triste, romântico, melancólico, metido consigo, torna-se um péssimo companheiro de viagem e mòrmente quando o espaço confinado e estreito da coberta de uma nau o obriga ao freqüente trato com o seu semelhante.

A respeito do nosso carácter é eloqüente e elucidativa a história dos dezassete náufragos do junco de António de Faria, arremessado à costa, na enseada de Nankin, por um dêsses tufões destruïdores que com freqüência assolam aqueles mares: os dezassete portugueses, que nem as roupas salvaram para se cobrirem, são os heróis e mártires de uma longa e dramática Odisseia, através as masmorras e troncos da China, até que, depois de muitos suplícios de varadas, são finalmente condenados à morte por um mandarim num tribunal de primeira instância; tiveram porém a fortuna de chamar a atenção caridosa de um membro de uma grande instituïção de misericórdias muito poderosa ao tempo; êste apelou da sentença para o tribunal supremo de Pequim e os nove que aos maus tratos e às varas escaparam, uma vez curados, vestidos e confortados são mandados numa lanteia de remo, através os rios e canais dos Anchilados nórdicos, já com prisão mais humana e suave, para serem julgados na capital do Império.

A longa viagem que deu azo a uma notável descrição da China do nosso Fernão Mendes Pinto que era um dos con-

denados, não se termina na grande cidade imperial, onde de novo julgados com grande cerimonial de alta justiça lhes comutam a pena de morte na de destêrro perpétuo para o Quansy, nos trabalhos da grande Muralha.

O «chaëm» ou comandante militar a quem iam ficar adstritos, com subtil agudeza, pensou que faria dêles melhores soldados do que alvenéres galerianos e formou com os portugueses a sua guarda particular de alabardeiros sem distinção de postos: assim de penitenciários que eram de trabalhos forçados, passaram a pretorianos, bem tratados e vestidos e o que foi pior, bem armados. Estava o mandarim de guarnição no muro satisfeito com a sua guarda valorosa: para êles que de náufragos e condenados à morte tinham subido a um logar honroso, fôra uma feliz alternativa da sorte; nos confins da Tartária, a milhares de léguas da terra natal, mesmo a algumas mil da mais próxima feitoria portuguesa — a de Liampô —; quási sem probabilidades de reverem um dia gente da nossa terra e devendo julgar-se entretanto felizes pela mudança da sua fortuna, eis que um dia se envolvem, entre êles, numa feroz briga cujas conseqüências para a sua situação podiam bem ter previsto, dado o grande rigor da milícia chinesa de então. ¿Porque se acutilaram cruelmente estes homens que não podiam esperar já o regresso à pátria e portanto deviam ser bem indiferentes aos seus títulos, às suas honrarias, às suas nobrezas? — Foi porque achando-se um dêles meio parente dos Madureiras e outro dos Fonsecas, disputando sôbre qual era a mais fidalga das duas famílias e tinha melhor moradia na casa de El-Rei se travaram de razões até que de palavra em palavra vieram às mãos, dando o primeiro uma bofetada no segundo o qual logo com uma cutilada lhe derrubou metade da face: o ferido lançou mão da alabarda e decepou um braço ao agressor; travou-se então uma briga geral de que resultou ficarem sete gravemente feridos até que à grita

e estrépito acudiu o Chaëm com os seus Anchacys da justiça e logo os mandou prender, açoutar e meter numa masmorra. «Nasceu a contenda», dizia o narrador «de uma certa vaidade que a nossa nação portuguesa tem consigo, a que não se sabe outra razão senão ser mal sofrida nas cousas da honra».

¡Ponto de honra português, eis o maior melindre da gente lusa que de tudo o faz! Vaidade portuguesa, sem dúvida, vaidade ou orgulho de parentes pobres pois numa pequena nação em que quási todos são bem nascidos, poucos atingem os fastígios da fortuna. D. João II, que conhecia a grei dizia que se castigasse mas não se ofendesse um português, porque aceitavam melhor a pena que a ofensa.

Não faltaram ao Padre Mestre Francisco, na longa rota da Índia, entre gente tão mesclada, brigas de soldados a pacificar, discussões de jôgo ou de negócios a compor, ressentimentos e rancores a apaziguar. Além do confessionário e da prègação catequizava os pequenos, a maruja mais ignorante e os mesmos escravos: não era uma benesse ou abadia rendosa a assistência espiritual de tão desvairada gente: nada de mais porém para o companheiro de Jesus, habituado há muito à extenuante tarefa dos hospitais. No entanto não tardaria que a bondade divina lhe experimentasse de novo as fôrças: tão ponteiros foram os ventos à armada e tão longas as calmarias que na segunda quinzena de Agôsto, quando já deviam pela rota costumada ir atravessando os altos escarcéus do golfão Índico, ainda se encontravam nas alturas de Moçambique: com tais delongas, a podridão das águas e dos mantimentos, a forçada promiscuïdade dos passageiros tinham ocasionado e desenvolvido males contagiosos e breve quási tôda a gente da nau adoecera: as cobertas não davam espaço a tantos enfermos que para ali jaziam acumulados; o convés ia cheio dos que entravam já nas vascas da agonia: parecia uma daquelas pestes grandes que por essa

época assolaram Lisboa e o reino: os que escapavam ao contágio, vendo os outros expirantes, viviam no terror da sua hora: o mêdo dobrava o pânico: porém o P. Francisco, diz o seu biógrafo português, viu naquele castigo mais uma provação com que a providência de Deus queria experimentar as suas fôrças e a sua caridade: foi êle o enfermeiro geral e o consolador de tanta miséria, física e moral, que para ali jazia pela nau e que punha espanto aos mais endurecidos e veteranos nas cousas do mar: «servia, curava, confessava os doentes: todos o chamavam e a todos acudia; fazia-lhes de comer, arranjava-lhes as almofadas nos catres, lavava-lhes a roupa, ministrava-lhes remédios»: parecia de ferro, tão infatigável e corajoso se mostrava em tão urgente azáfama e contudo ainda lhe sobrava tempo para a reza e meditação de cada noite. Martim Afonso de Sousa, o novo Vice-Rei em cuja nau viajava, vendo tão sobrehumano esfôrço quis de alguma forma minorá-lo e insistia com êle para que viesse comer à sua mesa ou aceitasse ao menos a mesa redonda do comum: escusava-se cortêsmente o P. Mestre Francisco que tinha sempre diante dos olhos o alto modêlo de pobreza evangélica do seu predecessor no nome e na glória, o santo de Assise; e sòmente aceitava a ração de regra da nau, não para si, mas para distribuir por alguns mais necessitados: quanto ao seu passadio, mendigo voluntário, continuava a esmolá-lo por entre os passageiros como em Lisboa fizera pelas portas e só das migalhas dos outros queria manter-se.

Tão pouco aceitava camarote para se repousar de tanto trabalho: «todo o dia mourejava, servindo estes e aqueles e uma grande parte da noute e quando já não podia ter-se de pé com a fadiga e o sono ali onde lhe dava se deixava cair», fazendo um breve descanso de que logo acordava para voltar à roda viva dos seus muitos afazeres. Na nau todos o amavam pela sua grande caridade e «posto exercesse os mais humildes misteres e se misturasse com os escravos e

serviçais e a todos tratasse familiarmente com boa graça e riso», ninguém ousava faltar-lhe ao respeito, pois tal era o prestígio da sua bondade: começaram então a chamar-lhe o Padre Santo como se essa gente humilde a que com tanta misericórdia acudia estivesse já a divisar na sua fronte aquele símbolo da santidade que havia de irradiar um dia no maravilhoso halo do apóstolo das gentilidades do Oriente. Entretanto as naus tomavam o pôrto de Moçambique, primeira capital e escala dos portugueses na costa oriental: tinham-na dotado os nossos reis com um bom hospital destinado à cura e convalescença dos doentes de tão longa travessia; as armadas para o Oriente levaram de lastro as cantarias para esta e outras construções coloniais: assim, as capitais portuguesas na África e Ásia, graças ás formosas fábricas das suas igrejas e edifícios públicos tinham um ar de magestade lusitana.

Com o atraso da derrota, passara já a monção de sudoeste que devia levar os navios à Índia e forçoso era invernar porque começava a estação das grandes chuvas intertropicais; desembarcaram pois e levaram os doentes para o hospital de El-Rei para onde o Padre Mestre Francisco quis também acompanhá-los para os servir na sua convalescença como os servira até ali: porém, esgotado, alquebrado de tantas fadigas, não tardou também a cair com a doença que os nossos chamavam febre malina: a sua natureza robusta de antigo jogador da pela e da luta tinha finalmente cedido à continuação dos trabalhos e das vigílias; o seu estado era grave: alguns nobres residentes na cidade porfiavam em o levar para sua casa, a-fim-de o furtarem aos ares corruptos que fazia no hospital a multidão dos enfermos.

O Padre Mestre agradecia-lhes com boa graça mas não aceitava porque queria morrer na pobreza a que se votara: «pobre entre os pobres, enfêrmo entre os enfermos»; mas era tão rija a têmpera da sua alma que mesmo na fôrça da

febre alguma vez se levantou para ir confortar os outros. Um dia o médico ao fazer a visita achou-o à cabeceira de um doente, animando-o e consolando-o: estranha-o, toma-lhe o pulso e verifica quão grave é ainda o seu estado: então afirma-lhe que está muito mais doente que aquele a quem estava servindo; admoesta-o amistosamente e pede-lhe que se vá deitar e não se levante emquanto não passar um pouco a febre; o Padre Mestre consente mas com uma condição: — «que o deixe ainda naquela noute ocupar-se de um enfêrmo que não pode já viver muito e ainda não está confessado» —; assim foi; mandou buscar o doente, deitou-o no seu mesmo catre, confessou-o e deu-lhe os sacramentos da comunhão e da extrema-unção; depois voltou à cama: obedecendo ao físico, o seu forte organismo triunfava do mal e ainda meio convalescente partia para a Índia com o governador a 15 de Março dêsse ano de 1542.

PRESSENTIMENTOS DA ÍNDIA

Preferira Martim Afonso de Sousa embarcar no galeão «Coulam» por ser leve e de mais pano, pois havia urgência em chegar: entretanto a sua capitânia Santiago, maltratada dos mares e suja do moliço seguiria mais tarde: o Padre Mestre, mal convalescido, deixou alguns doentes graves ao cuidado dos seus dois companheiros e seguiu viagem. De novo insistiu o governador com o Padre para que aceitasse um bom camarote a-fim-de ir recuperando as fôrças perdidas: escusou-se êle com boa graça e escolheu o seu gasalhado na praça do navio, no meio da marinhagem, com algumas voltas de amarras a servir-lhe de almofada e por dossel o velário azul da serena noite tropical, recamada de astros fulgurantes.

Como o náufrago de Pöe que um golpe de mar atirou para dentro da nau-fantasma dos Oceanos (a nau multi-se-

cular, carpinteirada no antigo roble lusitano) passa despercebido daquela tripulação de sonâmbulos que nem o vê no automático vai e vem da manobra, tão estranho seria Francisco à maruja que o cercava, tão diferente, tão de um outro mundo dêles ignorado: ¿que pensaria o antigo estudante de Santa Bárbora, o convertido de Paris, nos sonhos febris da sua primeira convalescença, daquela imagem do mundo egoïsta, combativa e brutal que o cercava? Eram homens verdadeiros, rudes, praguentos, duros na tarefa, que êle via ir e vir na azáfama do govêrno e derrota da nau, ou vislumbrava o místico companheiro de Jesus apenas sombras de almas silenciosas que a vontade de Deus um momento animava para logo se volverem em fumo vão? Sombras perpassando silentes como os marinheiros duendes daquela nau fantasma dos Oceanos que corre os mares do mundo de polo a polo e a gente embarcadiça vê pelas noutes de lua, na solidão infinita das ondas, passar muito longe, as velas cheias de vento com rumo ao desconhecido ¡También êle se sonharia o náufrago que os escarcéus do acaso atiraram para dentro da nau do mundo, uma sombra inexistente e fluida de navio, governada pelas sombras vãs dos homens na sombra de um fumo disperso que é a vida!...

Sim; a nau fantasma, a nau multi-milenária da existência, dirigida pelos vultos obstinados e silenciosos dos homens, singrando, percorrendo debalde as rotas do Universo, sondando da vista aguda nas trevas profundas da noute os astros imutáveis; correndo em vão, mudando de rumo, voltando de novo, no dobrar incessante do tempo, aos periplos aventureiros da história, na louca perseguição de um quimérico pôrto de salvamento que está para além da vida e da morte e ora se lhe afigura próximo e breve de atingir para logo se desfazer na mesma bruma enganadora e incoercível que lhe deu forma! Sim; a grande dúvida, a «fantástica ilusão da eternidade» apareceria ameaçadora como um pe-

sadêlo diante do seu olhar febril talvez sob a forma sarcástica de um rictus felino de esfinge nubiana preguntando ao homem — ¿a que vais? — : a diabólica figura voltaria insistente e ameaçadora aos seus olhos semi-cerrados que queriam despertar para a não ver: mas o espírito debilitado pela mesma longa doença corporal não tinha fôrça para se defender da imagem insistente que tornaria sob diversas e inconsistentes formas brutescas, irónica e satânica:

— ¿Que fazes tu aqui a tantas mil léguas do mundo deitado miseràvelmente sôbre a coberta desta nau entre a avinhada matula? ¿Aonde vais? ¿Que certeza persegues? ¿Julgas-te talvez Santo? — E a demoniaca besta dos seus pesadelos rir-se-ia a face alvar e chocarreira, escancarando a pestífera goela: faria o Padre um grande esfôrço para despertar, para se agarrar à realidade, não ver mais aquelas luciferescas criações da sua febre; mas se a fadiga e a fraqueza o vencia, se dormitava um pouco eis de novo os esgares do tentador que o perseguiriam assediando-o de insidiosas preguntas: — ¿Mas que pretendes? ¿Que vaidade é essa de te fazeres diferente e superior aos outros? ¿Porque te não deixaste ficar em Paris como qualquer da tua idade e classe? ¿Porque andas tu fidalgo, a servir e tratar gente vilã e ingrata? ¿Que imaginas ter em troca, além da morte, dos bens do mundo que voluntàriamente despresas nesta vida? ¿Não será a tua isenção fingida? ¿Não te enganas a ti mesmo supondo-te impassível dos prazeres e tentações dos outros homens? ¿Porque te castigas e penitenceias a ti próprio? ¡Decerto não crês ter vencido a carne! ¿Que homem se pode gabar disso?... ¡Parece-me que te iludes se esperas ter algum prémio em troca das tuas dolorosas penitências! — Estas alucinações auditivas, estas visões dos pesadelos febris que a desconfiança da vida ocasiona; a incoerência e incerteza do pensamento deviam assaltar por vezes o caridoso Padre na sua longa doença: a convalescença porém é um

ressurgir, uma primavera confiada, uma nova esperança que nasce no espirito do homem e lhe dá como uma nova alma e uma nova fé. Tudo passaria ao primeiro sorrir da saúde que um momento esteve balouçada entre a vida e a morte: com ela voltaria a confiança, a certeza, a permanência amada da imagem doce de Jesus perante os olhos da sua alma.

Talvez como o náufrago que o escarcéu baldeou sôbre a coberta do navio fantasma espreitava o capitão luso na sua câmara, entre astrolábios e roteiros, a longa barba branca dobrada sôbre a sua carta a marcar com segurança a sua derrota e, perplexo, finalmente leu no desenho ocasional das cordas atiradas a esmo sôbre o convés a palavra — Descoberta —, assim o Padre Mestre Francisco, voltando à vida, depois de errar tanto tempo nas vizinhanças da morte, descobriria no entrelaçar dos vergões das amarras ao acaso sôbre a praça da nau, uma palavra curta mas sublime, que encerra ao mesmo tempo todo o saber e tôda a tragédia da vida, todo o encanto da alma e as delícias do sofrimento; esta simples palavra — Jesus —.

Forte da sua certeza, o convalescente tomaria de novo gôsto à vida que quási lhe fugira: a crise da doença fazendo-o passar pelo cadinho infernal da dúvida, revigorar-lhe-ia agora o pensamento; com Jesus, armado sòmente da sua presença imaterial, o Padre ia alegremente para o mundo combater a leda batalha da caridade em que os troféus são vontades e almas que se ganham para aquele Capitão celeste que do calvário nos aponta a sua certeza e a sua verdade, a face magoada e chorosa.

Sòmente Cristo era constante e eterno; a sua cruz resplendia no Céu sôbre todos os mares na sagrada custódia que alumia a noute escura do Setentrião, no fulgurante cruzeiro que refulge na treva azulada sôbre os oceanos do Sul.

AS ESCALAS DA ROTA DA ÍNDIA

> «Certo por vezes tereis lido nos jornais que cá na Europa nos descuidamos, porque se fala em trocar a bandeira ás colónias portuguesas. Não vos assusteis: em sua consciência todos pensam que somos o Povo com mais direito a lá estar. ¡Porque nós não *achámos as colonias* sôbre a mesa verde de um congresso! Procurámo-las pacientemente, a pulso, legua a légua, durante um século de esforços e sacrificios, dispondo dos escassos recursos do século XV.
>
> «Começando pelo descobrimento das rotas marítimas dos navios de vela de então — ás vezes curvas indirectas, por causa dos ventos contrários — fomos lentamente descobrindo e ocupando as terras á medida que íamos descobrindo os mares».
>
> GAGO COUTINHO — *Alocução às Colónias Portuguesas em 27 de Janeiro de 1933.*

Os portugueses tinham erguido ao longo da costa africana a demarcar os seus roteiros uma cintura de cidadelas, fortalezas, baluartes e fortins, comandando respectivamente as suas bases navais, aguadas, feitorias e lugares de resgate com o gentio.

Deixando a poente a Madeira com o seu Funchal, pôrto certo de refresco das naus da volta da Índia, e a nascente as nossas praças marroquinas de Ceuta, Tanger, Safi, Arzila e Masagão, a árida fronteira sul do império do Mogreb e o país ardente dos Azenegues de face velada que confrontava a sul com a fortaleza da ilha de Arguim e as bôcas do Niger (descobertas por Lançarote em 1447, persuadido de que entrava nas águas do Nilo) as armadas tomavam o rumo de sudoeste direitas às ilhas de Cabo Verde, demandando a cidade de S. Tiago, bom pôrto e a geito no caminho de Angola: dali a rota era pelo gôlfo e ilhas da Guiné e S. Paulo de Luanda, grande cidade lusitana da África Ocidental; a navegação costeira dos tempos do Infante tinha deixado fortins e feitorias ao longo daquele longo trato da

costa, desde o Senegal e Senegâmbia, no delta do Niger e pela serra Leoa à Costa do Ouro; sòmente na geração seguinte (a da navegação da Índia) êste extenso litoral adusto e bravio até ao gôlfo da Guiné não tinha despertado nos portugueses senão um mero interêsse geográfico ou marítimo. Por lá tinham passado os nossos capitães e pilotos da Descoberta com a sonda na mão a tomar as braças do fundo, ou metendo-se debaixo das bravas ondas a reconhecer a natureza procelosa ou areenta dos portos ou enseadas; com isto iam baptizando em nome de Deus, cabos, serras, rios e molhagens e erguendo aqui e acolá um ou outro padrão. Tinham os descobridores encontrado naqueles mares as preciosas ilhas equatoriais que chamaram de S. Tomé, do Príncipe e de Fernando Pó: estas demarcavam, sem os perigos de costear o continente africano, o roteiro do sul, dispostas como providencialmente a meio caminho dos dois trópicos e próximas da linha: fertilíssima a primeira, depressa foi cultivada pelos portugueses que para lá mandaram uma colónia de judeus e ali tinham a boa cidade de S. Tomé com a sua cidadela abaluartada, com o seu vasto pôrto, aonde não faltavam boas aguadas e provisões frescas às naus da carreira do Oriente.

Verdadeiro marco miliário da nossa cultura e civilização, S. Tomé era já a pérola rica dos mares ocidentais de Africa: dali, deixando à esquerda no vizinho continente as numerosas feitorias das ilhas e terra firme da Guiné, o rumo era francamente a sudeste, demandando o Congo portentoso ou S. Paulo de Luanda, capital quási europeia no meio das brenhas africanas.

O Congo ou Zaire impetuoso, outro Amazonas rompendo do seu grosso caudal as águas amaras do Oceano, merecera um grande interêsse a D. João II, que fizera talhar um padrão na sua foz com a legenda da nossa descoberta: a D. Manuel que mandou uma rica embaixada ao grande

Soba do Império que então banhava no longo curso; os seus príncipes vieram a Lisboa e em boa amizade com os portugueses de Angola (que lhe fôra um estado vassalo) depressa aqueles povos se cristianizaram.

Porém a foz do Zaire, úbere terra irrigada e quente, era um clima mortífero para os europeus que por então não poderam lá prosperar, limitando-se a estabelecer pequenas feitorias para o comércio de marfim que traziam do sertão as caravanas dos carregadores negros: estabelecidos com mais permanência em Cabinda (a mesma posição na costa), ficavam um pouco ao lado do roteiro do trato da África que ia direito a S. Paulo de Luanda onde as naus ao abrigo da ilha fronteira, uma vez cheias as pipas da água e a copa de mantimento fresco, às vezes se lançavam, dando as velas aos ventos regulares, àqueles mares grossos do Austro cuja travessia era porventura a mais longa e perigosa navegação na rota da Índia. De facto a única vila portuguesa do reino de Angola a sul de S. Paulo de Luanda, digna dêste nome, era Benguela e ainda de clima tão inhóspito que tivera de ser povoada com os degredados do reino: mais a sul aquele estado terminava no Manicongo; o largo Cunene fazia a fronteira para a terra inhóspita dos Matamans, povoada de feras e de selvagens, cujo litoral porém os portugueses tinham reconhecido e baptizado, cartografando o desenho irregular da costa bravia, primeiro baixa e arenosa e logo mais ao sul, para as vizinhanças da terra da Cafraria, elevando-se em cordilheiras de serras que vinham entestar no mar.

Era esta costa temida dos portugueses que por ali, levados do mau tempo ou enganados da cerração, foram muitas vezes dar com as naus: miseráveis naufrágios em que os que se salvavam iam morrer às mãos dos cafres ferozes: a nossa história trágico-marítima está cheia destas perdições de naus da carreira da India que assinalaram de pavor aquele bravio litoral que vai descendo ao Austro, para além do cabo das Vol-

tas até ao extremo Sul Africano no cabo das Tormentas: naqueles areais bravios da Cafraria, conheceu a morte, num fim cruel e inglório, o bravo Vice-Rei da Índia que se chamou D. Francisco de Almeida: o vencedor de Mirocem, o destruïdor da sua grande armada, de regresso ao reino, desembarcando da nau para fazer aguada numa pequena baía ali morreu obscuramente às zarguncha das dos selvagens: costa do Pavor, semeada de tábuas pôdres de naufrágios; fugiam da sua tétrica vizinhança as naus que preferiam abalançar-se aos escarcéus grossos do Antártico do que rodeá-la pacientemente como o tinham feito os ligeiros varinéis da Descoberta que a foram detalhando à mistura de coloridos e pinturescos epítetos com os nomes do calendário cristão.

Assim a baía Sombreira, o golfo das Aldeias, o cabo Negro, o porto dos Baixos, o golfo Frio, a praia das Neves, a praia das Pedras, a aldeia de S. Ambrósio, a praia e o cabo da Serra, os farilhões e angra do Ilhéu, a serra de S. Tomé, o profundo gôlfo da Conceição e o cabo de Francisco Cedenho; a angra Pequena, as angras Juntas, a angra das Voltas antes do cabo do mesmo nome; os ilhéus Secos, os montes da Pedra, os da Lombada, a baía de Santa Helena que precede o cabo de S. Martinho e pela grande aguada do Saldanha ao montanhoso cabo da Boa Esperança em que o nosso Camões visionou o gigante Adamastor, são outros tantos toponímicos daquela longa e brava costa, atestando aos vindouros o espírito curioso e esquadrinhador dos navegadores lusitanos, a audácia descobridora de mil pequenas epopeias de pilotos, marinheiros e mercadores que não deixam uma prega, um relêvo da costa por descrever e nomear:

«Quantas vezes debaixo das bravas ondas» dizia D. João de Castro no roteiro da Índia; quantas vezes os portugueses, esquecidos da vida fácil e alegre do seu canto da Europa, temperado e fértil, andaram por aqueles areais ardentes e

arriscando numa frágil barca a preciosa vida e agudos parcéis sòmente para ver, descobrir, cartografar: os nomes lá ficaram com os padrões da descoberta para atestar ao mundo europeu quanto as nações, o espírito moderno, a cultura e a colonização devem àquele maravilhoso Portugal de quinhentos.

Por ali, ao tempo que a costa se vinha erguendo em altas serras, a grande e larga ponta do Continente Negro acabava nos serros recortados de baías, mas flanqueados de parcéis e restingas, das traiçoeiras paragens do Cabo das Tormentas.

Sem dúvida, no seu primeiro reconhecimento da costa Sul ou depois, acidentalmente, os navegadores lusíadas por vezes se demoraram naquele litoral perigoso do Cabo, perfurado de baías, cravejado de ilhéus, habitado sòmente de ferozes cafres ou bestiais hotentotes; a baía do Saldanha, o cabo Falso, o cabo das Agulhas, assim chamado porque ali não declinavam as bússolas, fixas na linha norte-sul; tôda a nomenclatura anterior e ainda posterior aos colonos holandeses (que por aquelas frescas serras vieram apascentar as suas vacas para refresco das naus da Companhia Neerlandesa das Índias) perpetua a descoberta portuguesa: porém o caminho dos mares orientais relativamente mais seguro, era passar de largo, dando as costas ao temeroso Cabo e, seguindo a derrota de Bartolomeu Dias, tomar muito pelo Sul, pelos mares grossos e frios que entestam como o Antártico: depois, fazendo-se na volta do norte, fugindo aos montes da Hotentótia (habitada de negros primitivos cuja linguagem era de gritos inarticulados e devoravam a carne crua), costa perigosa que ladeava um banco de areia extenso como uma província, as naus vinham demandar, agora a poente, a terra do Natal ou a baía do Espírito Santo ao fundo da qual ficava Lourenço Marques; dali, dobrando a custo o cabo das Correntes (porque tinham contra o rumo a grande

corrente que vem do Índico) aproavam a Sofala, vila e fortaleza, mandada edificar numa ilha em frente do reino do mesmo nome para o resgate do ouro das milenárias minas de Salomão; ou se o vento era favorável, iam direitas a Moçambique; a ilha junto da costa era a primeira base naval dos portugueses para a sua navegação no Índico; ali tinham edificado uma boa cidade com os recursos necessários ao refresco e invernagem das naus que muitas vezes se atrasavam tanto na volta do Cabo que já não tinham monção para seguir à Índia. Subindo para a linha equinocial, ao longo daquela costa oriental, mais ou menos arabizada pelos mercadores mouros, achava-se a Quíloa portuguesa de D. Francisco de Almeida em frente da afro-maometana onde D. Manuel também mandara fazer fortaleza para o resgate do ouro: ali começava a costa do Zanguebar semeada de fortins e feitorias entre as quais ficavam Mombaça, conquistada por Nuno da Cunha aos arábios e a populosa e amiga Melinde mourisca com as suas alvas mesquitas e esguios alcorões onde o Gama tomara piloto para a Índia: dali, deixando a poente o Mogadoxo e o Abechim cristão, cursavam as naus a Socotorá, a ilha quási estéril, avançada africana para o Fartaque arábico; D. Manuel também mandára ali fazer fortaleza depois de expulsar os mouros e era às vezes escala das naus antes de se lançarem através os grossos mares do golfão da Índia.

(Continua).

António de Mattos Cid.

¿O QUE É EPISTEMOLOGIA?

A um devoto de ideas claras o presente estado dos estudos filosóficos aparece como estando muito longe do seu propósito e ideal. Com efeito, não se olha para as questões mais básicas ou então tomam-se como certas, sem melhor informação ou definição da idea aceite pelas palavras empregadas no assunto. ¡Demasiadas citações e assuntos de interêsse apenas histórico ou genético, ornatos de literatura e conceitos estranhos fazem com que o argumento se arraste aborrecidamente por longas páginas e parecem eternizar a discussão! — Aqui, neste caso, umas notas dariam a informação desejada e que doutro modo perturba o principal fio da tese. ¡Em vez disto os pontos importantes que se discutem perdem-se num labirinto de longos discursos, demasiado longos, por vezes! ¡Quão desejável seria um meio mais preciso de ao mesmo tempo apresentar o assunto e submeter a solução sempre que desta haja uma aceitável, debaixo da forma concisa e da notação do pensamento algébrico! Eu gostaria de sugerir isto, se bem que plenamente consciente das dificuldades iniciais, pelo menos, encontradas e desconhecendo se já existe alguma tentativa a sério, para as resolver. Um dos melhores exemplos de conceitos estranhos a uma teoria é o uso feito de expressões como curvatura, nalguns desenvolvimentos recentes da Relatividade Einsteiniana. Noutros casos não são apenas analogias sem sentido e obscuras semelhanças, mas também manifestas incoerências. Do primeiro a filosofia cosmológica de Alexander, o chamado instrumen-

talismo, etc., usam uma série de expressões que são desnorteantes tais como desenho, curvas, planos e intercepções.

Ou as condições naturais ou as novas que situam o facto, faltam, são totalmente outras ou mesmo até antagónicas. Se assim é, ¿para quê estes vocábulos e expressões metafóricas, incapazes de melhorar a nossa directa compreensão? Como se isto não fôsse bastante, freqüentemente muitos autores tomam propositada ou inconscientemente ideas ou grupos de ideas de outros sistemas de coerência lógico-racional para e em proveito das suas próprias teorias. O resultado, como bem se pode esperar, é uma teoria heterogénea sem crítica possível, seja mesmo um simples conhecimento e inteligência dos seus mais importantes significados e alcance. Se bem que o que eu desejo aqui dizer é mais um mero esbôço ou projecto de ideas minhas, pessoais, eu tentarei evitar os defeitos supra e ao mesmo tempo achar uma expressão apropriada para aquilo que aqui pretendo tratar.

O meu principal objecto é: — ¿O que é Epistemologia? (*a*) — primeiro que tudo, ¿é ela uma ciência apenas descritiva ou (*b*) o seu propósito é uma sinopse normativa ou ambas, crítica de todo o conhecimento? Naturalmente isto pressupõe que há um objecto da descrição (a_1) ou conhecimento (b_1); e àcêrca do mundo interior ou exterior uma investigação, em especial sôbre a realidade e existência de dados basilares absolutos (b_2) e da sua necessária, ou obrigada inteligibilidade (b_3). Voltando agora aos dois problemas acima (*a*) e (*b*), eu quero mencionar incidentalmente àcêrca do primeiro (*a*), a dificuldade que num ponto de vista realístico e ontológico, como o idealismo de Mc-Taggart, se encontra para obter uma suficiente descrição (a_1) de qualquer objecto científico, àcêrca do segundo (*b*), que devemos reparar, se é o verdadeiro, que a Lógica certamente ficará para fora do alcance da Epistemologia (b_1). Vê-se, contudo, muitas vezes, a Epistemologia tida como superior e como uma possível (?!) crí-

tica à própria Lógica (1) — Ambas as significações conduzem-nos a preguntar qual o campo em que o objecto a que deve ser racionalmente aplicada e o que é verdade e como formamos e seleccionamos uma verdade pretendendo ser a Verdade. Suponho temos actualmente sete ou oito critérios (todos diferentes) dela e provàvelmente ainda mais! Com êste tão incómodo estado dos critérios para a verdade, encontra-se ìntimamente ligado um terceiro aspecto (possível) da Epistemologia: como um corpo de explicação científica. Ainda aqui muitas embaraçosas questões nós encontramos; uma das mais importantes é obtermos o que é o real significado de uma explicação. Sem nos envolvermos aqui neste interessante assunto eu desejo marcar que uma das melhores explicações é aquela dada para as ilusões de perspectiva; e preguntar muito incrèdulamente se o seu uso é ou deve ser restrito ao domínio das aparências. Isto é, se estas são só explicáveis? Por exemplo (2), no Realismo crítico e no Neo-realismo encontramos uma falta absoluta de franca consideração da questão fundamental em Epistemologia. Devo juntar e o mais enfàticamente que eu posso, que eles parecem não ter consciência da irredutibilidade tão cheia de conseqüências da pura sensação ou melhor do aspecto qualificativo da experiência perceptual, à inteligibilidade. Dizer que o todo da Realidade é objecto ou sujeito ou ambos (realismos e idealismos vários) não nos auxilia em nada a compreender como e porquê estes próprios «irredutíveis» estão ligados e impondo-se às nossas categorias mentais e psicológicas. Qualquer que seja o ponto de vista em que

---

(1) Pelo menos, como meios para, ou conclusões das ciências. Não tenho nada melhor para isto, do que, por exemplo, mencionar o número de Abril de 1926, do *Monist*, págs. 222, 224 e 225.

(2) O problema do como e do que temos conhecimento. V. *Monist*, Janeiro de 1928, pág. 120.

estejamos àcêrca do Mundo, parece fora de dúvida que existe um fundo abismo entre as ciências abstractas (*A*) e as físico-naturais (*B*), sejam quais forem as suas origens e parentesco. Parece-me esta consideração muito importante.

É pouco adequado tratarmos dêstes dois campos do pensamento científico ao mesmo tempo, na construção de uma verdadeira, perdurável ciência da Epistemologia. Os seus propósitos, métodos, a suficiência da existência abstracta num e a necessária objectivação (exteriorização) no outro, opõem-se a uma avaliação equalitária ou a qualquer tentativa para as nivelar.

Uma maneira de se saír disto seria ter uma terceira Epistemologia mais geral (E_{III}), mas isto mostraria o mesmo, senão ainda mais difícil problema: aquele da relação entre as primeiras duas sub-ciências (E_I) e (E_{II}). — Num grupo, o segundo, o do conhecimento concreto, nós estudamos o mundo sensível. Êste dado envolve duas muito importantes questões, primeiro: ¿pode a sensação pura (qualidade) e o sentimento ser objecto de pensamento racional? A ciência moderna põe de lado tôda a consideração de qualidade ou pelo menos pretende assim fazer. As teorias são em parte (ou no todo, como alguns dizem) pelo, e do Intelecto. Se assim é, surge uma segunda pregunta, isto é: ¿como é que há concordância numa verdade única e como é que as qualidades respondem ou poderão responder ao nosso sistema de Inteligíveis? Mesmo se a ciência comum e a sua Epistemologia pudessem (1) desprezar como secundários e subjectivos os dados sensíveis (sensações, qualidades, sentimentos) e atender só ao aspecto quantitativo, podia incumbir a estas (2) dar-nos a razão para assim proceder e ao mesmo tempo (2_a) fornecer uma explicação de como é que a ciência comum nos seus resultados pode ser (sempre?) verdadeiramente (?) verificada pelo mundo sensível. Mas, é sôbre a própria rejeição dêste mundo sensível e no uso exclusivo do lado quantitati-

vamente abordável dos fenómenos que nós devemos fazer incidir as nossas dúvidas.

Por causa da natureza dêste método apenas o fundo comum perfeitamente incaracterístico dos acontecimentos se procura e se toma como dado. Além disso, mesmo o pseudo carácter secundário do sensível exige ser, tão bem como êste último, profundamente compreendido e explicado. Nunca isto se faz. Aqui e sem me lançar numa longa dissertação eu suponho que importa ao assunto dizer que o problema é e justamente o «é» insolúvel (ao menos numa dada ordem de complexidade ideológica) no segundo ponto (2*a*) que eu menciono. Acêrca do primeiro (1) o como e o porquê do aspecto secundário e subjectivo do sensível parece mais fácil e é conhecido. Contudo aquela insolubilidade permanece no fundo de tôdas as nossas tentativas para a ciência e filosofia, como uma, aparentemente, pelo menos, enigmática questão.

Podem os resultados gerais assim obtidos ser verdadeiramente chamados Conhecimento e se não, ¿estaremos nós colocados de maneira a construir uma ciência dêles — Epistemologia — como uma ciência geral descritiva ou crítica de todo o Saber, incluindo o derivado da ciência abstracta heterogénea com êle? ¿Ou é simplesmente uma descrição dos construtores ideológicos da Mente pura? ¿E apenas àcêrca do primeiro grupo ou campo do pensamento, (o da ciência abstracta (*A*)?).

Se uma verdadeira ciência das ciências descritiva e também explicativa pode ser completamente atingida, devo, eu penso, abraçar o todo dos factos qualitativos e históricos no seu carácter único junto com o aspecto quantitativo e seus dados. Eu não sei se isto se poderá obter. Alguns sistemas de filosofia do Oriente costumam dividir o domínio do Conhecimento segundo o carácter qualitativo e órgão dos sentidos a êle ligado. Hegel também insiste sôbre a necessidade

dêste lado qualitativo da Natureza, provàvelmente numa direcção semelhante de pensamento à de Berkeley, sublinhando o carácter especial dos «determinanda» em cada nivel de complexidade.

Até aqui me abstive de tornar claro o que penso àcêrca do assunto dêste artigo. Suponho contudo, devo quebrar o silêncio e juntar aqui um breve resumo do meu próprio ponto de vista. Apenas alguns pontos quero escolher. São estes: — a Epistemologia pode ser a ciência abstracta das ciências em tanto que expressão da Unidade espiritual, superior e anterior a estas e delas descrição e explicação, crítica e norma. A Lógica é o instrumento a usar-se. A Lógica não pode, portanto, ser o objecto do seu próprio estudo, a não ser que a Lógica seja tornada numa sub-ciência não usada para a sua crítica e unificado conhecimento.

Nós desejamos todos explicar a diversidade do Mundo mas por fim de contas sòmente isso atingimos, desprezando o próprio objecto e interêsse do nosso fito inicial! Cada vez nós consideramos a ciência mais do que uma mera arte útil para propósitos de previsão «contrôle» e descoberta! E a fascinação de tais enigmas sempre esquivando-se, torna-os, por isso mesmo, cada vez mais atraentes!

Se me permitem eu juntarei: factos como estes apontam para um reino transcendente onde uma explicação tôda compreensiva poderá vir a encontrar-se, na fusão íntima de sensação, sentimento e idea pela Unidade-Acção harmoniosa do Epírito.

Ponta Delgada, 10 de Março de 1931. — S. Miguel — Açores.

Matheus d'Andrade Albuquerque.

O BARÃO DO RIO BRANCO(1)

O Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, que acaba de falecer, era uma das personalidades mais notáveis não só do seu país como das duas Américas. Durante nove anos consecutivos e sob quatro Presidentes sucessivos conservou suas funções, e seu nome parecia ter-se tornado inseparável do cargo, tanto se identificara êle com os negócios do seu departamento, onde sua actividade se manifestava tão intensa quanto absorvente, e tal era a confiança que inspirava a tôda a nação.

Mais feliz do que outros homens de Estado, Rio Branco lega à sua pátria uma obra duradoura que o ocupou tôda a sua vida e que foi a fixação dos limites do imenso país que é o Brasil. Esta obra, êle a iniciou como erudito e a concluíu como Secretário de Estado, quere dizer que emprestou à sua acção oficial a base segura da sua capacidade intelectual.

Filho do eminente chefe do partido conservador do tempo do Império, o Visconde do Rio Branco, que em 1871 conseguiu fazer decretar a abolição da condição servil para os

---

(1) O artigo em seguida publicado é o depoïmento de um historiador eminente, que foi também um grande jornalista político, acêrca de um preclaro homem público do seu país, o Barão do Rio Branco, falecido em 1912. Divulgou-se em francês na imprensa de Bruxelas, onde Oliveira Lima residia como Ministro Plenipotenciário, mas cremos que ficou inédito em português. O *Instituto* arquiva gostosamente esta página crítica do autor de *D. João VI no Brasil*. *(Nota da Redacção.)*

nascituros na escravidão, começara por ser jornalista e deputado, mas não revelara fervor algum pelas questões de política doméstica. Nomeado Cônsul Geral em Liverpool, entregou-se porém com verdadeira paixão aos estudos históricos, tornando-se depressa uma autoridade em assuntos de geografia colonial. Foi como tal convidado, em 1892, a ir defender perante o árbitro, que era o Presidente dos Estados Unidos, os direitos do Brasil sôbre o território das Missões, disputado pela República Argentina.

O Brasil ganhou a contenda, o que naturalmente fêz designar o vencedor para ir pleitear junto ao Conselho Federal Suíço, árbitro escolhido, a importantíssima questão do Contestado da Guyana, a qual durava desde o tratado de Utrecht e nunca fôra definitivamente regulada entre a França e Portugal. Novo triunfo aí se deparou ao Barão do Rio Branco, que escreveu a êste respeito, como a respeito das Missões, memórias de primeira ordem, fundamentando tôda a sua argumentação com documentos e mapas pesquisados em tôda a parte. Êsses dois arbitramentos valeram ao Brasil territórios elevando-se a perto de 300:000 quilómetros quadrados.

Ministro em Berlim durante alguns meses, foi chamado pelo Presidente Rodrigues Alves a ocupar a pasta das relações exteriores e valeu-se da sua permanência no poder para regular tôdas as fronteiras do Brasil, cuja fixação permanecia incompleta. Conseguiu tal resultado com a Holanda, a Colômbia, o Equador e o Peru por meio de tratados de limites estipulando as aspirações brasileiras, e transigiu com a Bolívia relativamente ao território do Acre, que já pretendia converter-se em república independente para se anexar ao Brasil.

O novo território, de 190.000 quilómetros quadrados, com que o Brasil aumentou sua extensão, foi adquirido por dois milhões esterlinos, soma aliás coberta em muito

poucos anos só pelos direitos de exportação sôbre a borracha, riqueza principal daquela região, então povoada por 40.000 brasileiros, que a tinham aberto à civilização.

Durante o ministério do Barão do Rio Branco o rei da Itália decidiu, igualmente como árbitro, a controvérsia relativa ao Contestado anglo-brasileiro, e Venezuela decidiu-se a reconhecer a demarcação procedente do tratado de 1859.

Nada, pois, resta a fazer nesta ordem de ideas, e o Barão do Rio Branco pôde morrer com a consciência de haver internacionalmente acabado de construir o enorme país, cuja unidade nacional é obra dos conquistadores portugueses e da monarquia brasileira. Sua acção poderosa e fecunda ainda se manifestou na cessão espontânea feita à República vizinha do Uruguai do direito de navegação e do condomínio da Lagoa Mirim, que essa nação sempre ambicionara, e na negociação de mais de trinta convénios de arbitramento, número que coloca o Brasil à testa das nações que adoptaram êsse recurso pacífico para a solução de suas desavenças internacionais.

Posto que mantendo relações cordiais com as outras potências da América Latina e com as nações da Europa, procurou também o Barão do Rio Branco aproximar-se mais dos Estados Unidos, nisto seguindo uma norma de proceder tradicional da qual nunca se afastou o Brasil, quer sob o Império, quer sob a República.

Eis em largos traços a obra de política exterior que fica associada com a sua memória tão cara ao país cuja honra e cujos interêsses êle defendeu em tôdas as ocasiões.

*

As qualidades do Barão do Rio Branco eram muitas e notáveis. Sua inteligência era directa, lúcida e vigorosa: sua maneira de proceder é que nem sempre correspondia a

êsse traçado firme, pelo menos aparentemente, pois que no fundo era sempre uma só a sua directriz, e ninguém possuia maior continuïdade nem maior firmeza nos propósitos. Se a sua alma tinha refolhos, a sua inteligência era tôda banhada de luz. A análise da sua mentalidade reflectida, em que os impulsos, os generosos e os não generosos, eram cuidadosamente sopitados ao sabor das conveniências públicas — porque nêle o interêsse pessoal se confundia com o público, assim como a sua personalidade mergulhava tôda na nacionalidade — incidia sôbre todos os aspectos de uma questão do mesmo modo que o seu tino previa tôdas as soluções de um problema. Esgotava por assim dizer qualquer assunto, e isto lhe era tanto mais fácil — já não falando da sua faculdade essencial de pronta assimilação — quanto o seu espírito era o que havia de menos dispersivo.

O Barão do Rio Branco teve durante sua vida duas paixões intelectuais: a história militar do Brasil e a geografia colonial da América, e a ambas veio a emprestar a base da sua educação profissional ou jurídica, encarando-as não só pelo que continha a primeira de tradição brilhante para nossa nacionalidade, várias vezes ameaçada por inimigos externos e sempre encontrando em si reservas de energia para defender-se, como pelo que podia a segunda garantir de positivo à sua pátria em matéria de direitos territoriais.

As preocupações pròpriamente literárias ou artísticas eram de facto estranhas, se não avessas ao seu temperamento. Um quadro de batalhas podia ter para Rio Branco o valor de um documento: uma païsagem, por mais formosa, deixá-lo-ia indiferente. Não creio exagerar dizendo que conhecia pintores e telas, mas não conhecia escolas. De Eça de Queiroz, que todo português ou brasileiro educado tem lido, relido e quási sabe de cor, êle apenas conhecia a *Relíquia* e isto mesmo porque Eduardo Prado insistisse muito para que a lêsse.

Tal exclusivismo nêle deixava de ser uma inferioridade para ser muito pelo contrário uma fôrça, tamanha era a importância dos negócios de interêsse público em que se absorvia eventualmente sua actividade e tanta valia fornecia à sua argumentação o seu alheiamento de outras preocupações espirituais. Sua própria conversação ressentia-se disso: tôdas as frases, todos os juízos, tôdas as anedotas convergiam para os mesmos tópicos, e o tópico era um e um só quando lhe chegava o momento de pôr-se em foco. Então era quási impossível levar Rio Branco a desertar o assunto que lhe monopolizara a atenção, e a-pesar-dêste sestro e daquela falta de leitura geral, sua natureza literária afirmava-se sempre de um modo inequívoco.

Rio Branco tinha um modo muito simples e muito claro de apresentar as questões e tinha reais qualidades de polemista, sabendo descobrir os pontos fracos do adversário e até manejar a ironia com certa crueldade, da qual êle era porém o primeiro a magoar-se no caso de se alterarem os termos. Não era mistério para ninguém que, conquanto velho lutador de imprensa, doíam-lhe os ataques de jornais. Penso, todavia, que a epiderme sobretudo era nêle de uma extrema sensibilidade e que no íntimo as críticas o não incomodavam profundamente. Também os golpes certeiros feriam-no mais ao vivo do que poderia e quereria fazer crer sua impassibilidade, em grande parte espontânea, mas em boa parte igualmente estudada.

O Barão do Rio Branco estava entretanto muito longe de ser um sentimental, e a compaixão mesmo não era a sua qualidade dominante, como tampouco o era o sentimento de justiça nas relações com terceiros; mas se êle se deixasse guiar mais pelo coração, não teria porventura sido o grande homem político que incontestàvelmente foi. A cabeça dirigia-lhe por completo o proceder, no que o ajudava aliás aquela sua natural frieza. Esta, bem como a susceptibilidade fàcil·

mente despertada, deviam muito da sua procedência ao orgulho que jazia no fundo do seu carácter, e que se manifestava exteriormente pela vaidade, em certas coisas pueril.

Não gostava, por exemplo, que o tratassem de gôrdo e rejubilava-se muito com a idea de que havia mais gôrdos do que êle. Se não cultivava o narcisismo, porque tinha coisas mais sérias de que cogitar e seu espírito não era fútil, não lhe eram indiferentes os tributos prestados sequer à sua figura varonil e à sua bela fronte de intelectual. De semelhante vaidade que era não só física como moral, e da falta de eqüidade que lhe era muito pessoal, derivavam-se certas falhas da sua acção, que apareceriam com maior nitidez noutro qualquer e com êle permaneciam na penumbra, dissimuladas pelo clarão dos seus grandes serviços ao país.

Porque estes serviços foram positivos, incontestáveis e valiosos; e se Rio Branco tinha vaidades e tinha egoísmos, possuía também dons com que resgatar tais defeitos: possuía em subido grau competência e patriotismo.

Prezava, é certo, a sua popularidade, zelava-a com carinho, ao ponto de morrer quando a sentiu diminuída e se viu alvo de numerosos ataques; mas não queria menos a pátria enaltecida e poderosa, sofrendo vivamente com qualquer diminuïção sua aos olhos do estrangeiro. Confundia mesmo os ataques que lhe fôssem dirigidos com os que contra ela se dirigissem. Sua rivalidade pessoal com um conhecido estadista sul-americano, homem igualmente de alto valor, de vasta capacidade de trabalho e de acendrado patriotismo, tal qual êle, foi assim desnecessàriamente incluída na categoria de prevenção colectiva, e uma antipatia entre indivíduos mereceu as honras de intriga internacional, muito por essa sua disposição de espírito e muito também porque o quiseram aqueles que enxameavam em redor do feitiço, disputando-lhe as boas graças e desafiando-lhe os favores.

Um homem com a autoridade moral e com o prestígio

material do Barão do Rio Branco pode ter a certeza de contar com inúmeros aduladores e lhe não faltavam estes por certo, aduladores que êle conhecia e menosprezava, não desgostando no entanto das suas lisonjas. O incenso tem os seus amadores, como o vinho e como o ópio. De um sei, dos tais, que o cercavam de turíbulo em punho — a história foi-me narrada por Euclides da Cunha e ainda vejo o seu olhar espantado ao relatar o caso—, que por ocasião de um ágape intelectual no Itamaraty, na passagem de um escritor ilustre, escreveu a Rio Branco comparando a festa da véspera com uma reünião ateniense em que o Barão fizesse vezes de Pericles, Machado de Assis (então vivo) de Platão e a Sr.ª D. Hortênsia do Rio Branco de Minerva.

Rio Branco mostrava esta carta aos seus familiares que iam chegando e, com aquele seu sorriso para dentro que nunca tinha a expansibilidade de uma gargalhada e quando riso era antes uma mofa, comentava: «O sr. não era capaz de escrever isto». Alguns seriam, outros não.

Passava Rio Branco por um corruptor de caracteres, e não roubara com efeito a fama, que também cabe, ao que parece, a seu pai, o velho e grande Visconde. Diz-se que em politica é isso preciso para ir para diante, e afinal êle só era corruptor porque encontrava quem se deixasse fàcilmente corromper, não porque empregasse esforços especiais para tanto. Para tal resultado o ajudava singularmente a sua conhecida despreocupação do dinheiro, a qual era ao mesmo tempo um dos seus defeitos e uma das suas fôrças.

O dinheiro para Rio Branco só tinha o valor do meio de aquisição, de serviços como de consciências: nada valia meramente por si. Ruim administrador o fêz semelhante disposição, mas não contribuiu pouco para a eficiência da sua acção politica pelo menos em certas emergências.

Para ser todavia um político completo, para ser um Bismarck (com o qual o comparavam mal os seus aduladores,

porque nem Bismarck tinha o seu fundo de conhecimentos especiais, a erudição que foi a maior superioridade de Rio Branco numa terra de instrução restrita, nem êle tinha o génio criador e propulsor de Bismarck), escasseava-lhe decisão; por outra, aquilo qne chamamos vulgarmente comodismo vencia na sua natureza muitas vezes a vontade. O comodismo aliás é parente muito chegado do egoísmo.

Um exemplo —: era sabido que Rio Branco nunca se declarou francamente republicano e que conservou, penso que até ao fim, suas preferências monarquistas, digo, suas preferências teóricas pela forma monarquista de govêrno. Contudo, ninguém o poderia com razão acusar de haver feito qualquer coisa para promover o seu credo, para favorecer a sua predilecção. E não era ùnicamente por lealdade, ainda que fôsse esta bastante para vedar-lhe qualquer procedimento contrário, porquanto ao ir buscá-lo no seu pôsto de Berlim, o Presidente Rodrigues Alves não lhe impôs condições, nem lhe preguntou pelas convicções, sabedor do seu patriotismo e não carecendo de saber mais.

O seu republicanismo passivo provinha também de que a Monarquia lhe não podia dar mais do que lhe dera a República e não havia portanto razão para mudança. Se êle era o ídolo popular e até o símbolo da nacionalidade, é porque o povo estava satisfeito do regime: ¿que melhor prova do que não reclamar contra os que o serviam? Uma vez mais, e sempre, a sua personalidade dominadora destacava-se da colectividade para fundir-se na entidade abstracta que êle de resto tão bem e tão eficazmente serviu tôda a vida, ao ponto de, sem guerras, exclusivamente pelos meios pacíficos da negociação e do arbitramento, haver aumentado tão consideràvelmente a área nacional — o que a pouquíssimos personagens históricos, a um resumidíssimo número de priviligiados, tem sido dado.

Sua divisa — «ubique patriæ memor» — era particular-

mente feliz porque era essencialmente verdadeira. Na Europa, enquanto habitou o Velho Mundo, que foi mais de um quarto de século, só se ocupou do Brasil, nos arquivos e nas bibliotecas. Na terra natal, quando para lá voltou, continuou o Brasil a ser sua maior senão única preocupação. Pela pátria nutria ciúmes exagerados, que sob certo aspecto empanaram mesmo sua visão de estadista, confundindo-os com melindres pessoais que nunca separava das susceptibilidades públicas. A pátria aliás confirmará êsse conceito de um orgulho ingénuo, associando à noção da sua grandeza o nome daquele que contribuiu mais do que ninguém para fazê-la maior e contribuiu tanto quanto os melhores para fazê-la respeitada.

Bruxelas, 1922.

Oliveira Lima.

ALEXANDRE HERCULANO (1)

(1810-1877)

Tu se'lo mio maestro e il mio autore.

Inferno, t. 85.

Sempre que êrgo os meus olhos, num grande impulso de amor e de respeito, para a obra histórica de Herculano, sinto-me como que levado, na asa de um estranho sonho, àquelas idades remotas, em que no cavado das serras, entre brenhas e algares, a sós, ùnicamente em contacto com Deus, homens purificados no crisol da fé, por suas mãos iam levantando as paredes dos seus eremitérios, cantando de concêrto com as aves das devesas e com o murmúrio plangente das fontes. Na solidão daquele exílio voluntário e santo, sem oficiais que lhes aparelhassem a pedra, ou lhes abrissem a cova onde cumpria que caíssem os primeiros cabeços dos alicerces do seu oratório, tão convizinho da estreita crasta que importava altear, eram êles os canteiros e os amassadores do barro, tomando ora da picareta e da enxada, ora da cruz e da candeia, na promiscuïdade heróica e mística dos mais estranhos labores. Com a mesma voz com que cantavam os psalmos e as antífonas, e com as mesmas mãos com que elevavam o corpo e o sangue de Cristo sôbre o altar tôsco e malafeiçoado, com uma e com outras iam diri-

---

(1) Vid. nota de pág. 18, do vol. 84.º

gindo e afoitando o esfôrço da devotíssima empresa, ajuntando os materiais para a fábrica que se impunham levar a bom têrmo, não se podendo dizer se era mais viva a fé, quando a voz seguia os vôos do divino psaltério cantando, ou se era mais rijo o movimento dos braços quando, ao sol e à chuva, aporfiavam na material canseira.

Tem muito, desta maravilhosa anuduva, a obra histórica de Herculano. Êle foi tudo: desde o cavador do profundo alicerce até o cinzelador dos derradeiros frisos, das molduras finais, dêsse vasto e portentoso edifício.

Nós não tínhamos história. A própria geografia desta parte ocidental da Espanha era incerta. Os roteiros dos geógrafos gregos de melhor nome acusavam, em muitos passos, a hesitação, a dúvida, a perplexidade mental dos seus autores. ¿Onde ficavam os definidos limites da Lusitânia? Ainda agora o problema interessa os mais abalisados cultores da ciência da História (1). Ao tempo de Herculano, a confusão, pela imperfeita integridade dos textos, era extrema. O historiador tinha de ser também filólogo. Mestre Mateus de Pisano e Mestre André de Resende foram, de portas a dentro, os seus primeiros guias. Com os historiadores profissionais não havia que contar. Onde escasseavam os elementos de boa informação supria a fantasia. Depois de tudo juntar, de tudo estudar, de tudo profundar, a razão impunha ao grande historiador o mais cruel repúdio de tôdas as fraudes, filhas da ignorância, e de tôdas as burlas, filhas da adulação e da intencional mentira.

Nos factos, a mesma desordem, a mesma confusão, a

---

(1) Consulte-se o notável estudo do Dr. G. J. Unger, de Würzburg, inserto no *Philologus, Zeitschrift für das klassische Alterthum, herausgegeben von Ernst von Leutsch,* XLI. *Bd. Zweistes Heft. Göttingen. 1882,* com o título de *Zur alten Geschichte. 22. Die sitze der Lusitaner.*

mesma falsidade. Fabricavam-se histórias pátrias com a mesma dignidade com que se escreviam livros de linhagens. Os grandes incentivos eram, a um tempo a vaidade nacional e a estreita vanglória que o orgulho pessoal impunha. Estes defeitos, bebidos nos mestres gregos e romanos, dobraram de importância ao serem trazidos para aqui. A própria cronologia, a base material da História, era uma pirâmide de embustes. O cêrco de Tróia, e a criação do mundo segundo a lição dos livros moisaicos representavam, num alarde de erudição já muito convizinho do charlatanismo, a fonte suprema de todo o trabalho investigador. *Seis mil seiscentos e noventa e um anos de idade da terra,* contava o jesuíta Simão de Vasconcelos ao tempo em que fôra descoberto o Brasil (1). Nunca, talvez, a fantasia se permitiu audácias de tão insolente relato. É a precisão do cálculo invadindo a última região das unidades aritméticas!

Nos personagens, o mesmo labirinto. A legitimidade da Raínha D. Teresa é um facto. *A grande batalha de Ourique* uma verdade assenta e reconhecida. As razões determinantes da vinda de Henrique de Borgonha à Espanha são tidas geralmente como épicas, embora os que lhe pregoam a heroicidade não saibam, bem ao certo, nem quando êste aventureiro nasceu, nem quantos anos tinha de vida quando acabou (2).

---

(1) *Chron. da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*, I. XVII. (ed. 1865).

(2) No primeiro volume da sua monumental *Histoire des ducs de Bourgogne de la race capétienne* (1002-1183) insere o ilustre escritor, M. Ernest Petit, de Vausse, um interessantíssimo documento destinado a exercer, na questão do ano do nascimento dêste Principe, uma capital importância. É uma *karta* da Abadia de Molème, passada por Eudo I, irmão de D. Henrique (*Arch. de la Côte-d'Or, 1.er cartul. de Molème,* pp. XI-XII) em que êste último Principe figura como *puer*. Esta *karta* tem a data de 1082. Ora sendo certo que à designação de *puer* não pode

*

Eis o terreno em que se encontra Hrculano, quando se determina a escrever a sua *História de Portugal*.

A complexidade de fôrças, que êsse homem verdadeiramente extraordinário teve de pôr em acção para abrir o seu caminho de historiador, é assombrosa. Era preciso dispor de uma energia de ferro, servida por uma razão segura e firme. De um lado o preconceito consagrado pela ignorância e pela cumplicidade; do outro um público saturado de fábulas, indolente não só pela deficiência mental senão que também pela abdicação ou preversão da vontade, pronto sempre a sancionar com o seu aplauso sem autoridade e sem virtude todos quantos viessem a terreiro pela defesa da secular mentira. Assim, teve êle de preparar com as suas próprias mãos os mais humildes materiais da sua obra. Teve, além disso, de bater-se não só contra a calcinada estupidez de um público ignorante e servil, senão que também contra as primeiras autoridades da ciência histórica, em cujos nomes era como que um sacrilégio bulir: contra as conclusões do Doutor António Brandão; contra as investigações de Viterbo; contra as sentenças de D. Fr. Francisco de São Luiz; contra o próprio Doutor João Pedro Ribeiro, o Mabillon

---

caber senão uma idade que oscile entre os 12 e os 16 anos, por se achar compreendida na *ætas pretextata* (Justin., *Instit*. l. IV, t. IV, § 1.º) teremos que Henrique devera nascer entre os anos 1070 a 1066. Assim à data do seu falecimento, em 1114, êle não podia ter a idade que lhe imputam, a qual oscila entre os cinqüenta a sessenta anos, segundo Herculano, e setenta conforme as mais antigas rubricas. A puberdade legal, fixada aos 17 anos no antigo direito, foi, no tempo do império, reduzida aos 14, para os varões, e aos 12 para as meninas. Conf. Macrob. *Saturn*., VII. 17. Plutarco, in *Romul;* Aul. Gel., L. I. c. 23.

português; contra as maiores sumidades do seu país, consagradas como figuras representativas da sua mais lídima intelectualidade. E, para tanto, era forçoso ler, compulsar, medir, comparar, restabelecer verdades obliteradas, desfazer e pulverizar mentiras: ser homem do seu tempo, ser escritor claro e enérgico, ser historiador sábio, ser juiz. ¡Não há exemplo de uma jornada assim!

*

Nada disto lhe sucedera se não tivesse tido a desgraça de nascer em Portugal. O seu primeiro volume da *História de Portugal* saiu em 1846. Pois bem: desde 1825 que, tanto em França, como na Alemanha, a renovação da ciência da História está feita. Ranke, em 1824, escreve a sua formidável *Kritik neuerer Geschichtschreiber* (1), incitando a mocidade ao estudo das origens. Augustin Thierry, ao tempo em que Ranke faz aparecer o seu *Historisch politische Zeitschrift* (2), lança à publicidade a sua incomparável *Histoire de la Conquête de l'Angleterre par les Normands.* O baixo nivel em que êle reputa os saxões não lhe levanta protestos. Combatê-lo seria combater Roberto de Gloucester. Não há rufiões do «orgulho nacional» que lhe saiam ao caminho. O mesmo se dá, em Inglaterra, com Carlyle. O seu estudo sôbre a Revolução Francesa, varonil e duro; a sua estranha teoria dos grandes-homens (*Heroes and Worship.* 1841) acusam e denunciam um historiador moderno, um espírito independente e frio. É um demolidor. Todos estes trabalhos precedem, em quinze e vinte anos, a jornada histórica de Herculano. Não faltaram, é verdade, modelos, e

---

(1) Berlin, 1824.

(2) Berlin u. Hamburg, 1832–1836.

grandes modelos, ao altíssimo escritor; o que lhe faltaram foi, a um tempo, um público inteligente e culto, e uns predecessores nacionais como o tiveram, no seu tempo, Guizot e Michelet. Herculano achou-se só. Em 1824, Portugal jazia nas trevas da mais baixa Idade-Média. A imprensa estava enfeudada ao atrabiliário José Agostinho, que escrevia como um arrieiro, e ao fanático Fr. Fortunato de São Boaventura, que pensava como um esbirro da realeza. O primeiro, nos *Coices da Besta,* e o segundo, no *Punhal dos corcundas* definem a mentalidade portuguesa daquele tempo.

Assim, dentro do país, nem estímulos, nem identidade de ideas encontra. Vive-se, em História, da lenda: a lenda que não obriga nem induz ao raciocínio. Quando não há lendas patrióticas, há mentiras grosseiras. Na própria classificação dos forais, base de tôda a estrutura social dos primeiros tempos da monarquia, tem Herculano de aperceber-se, muitas vezes, contra as incorrecções e deficiências de Franklin, das induções e claros juízos de Schäfer, cuja exactidão exalta. Os nossos mais antigos monumentos de direito público, e do nosso velho direito civil e penal, estão ainda por classificar, quer pelos índices rudimentares das suas jurisdições, quer nos limites da sua expansão civil em face da coroa. Herculano só, inteiramente só, tem de fazer tudo. Thierry, o sublime *Homero da História*, o mártir da investigação e da verdade, ainda teve o concurso de Augusto Mignet e de M.elle de Quérangal: Ranke teve os valiosos auxílios de Dunker e de Waitz: ¡êle não teve ninguém!

Na segurança da sua alta figura moral, o seu caminho e o seu estilo impõem-se-nos. Os seus mestres são os mestres eternos: as figuras que dominaram o seu tempo. No estudo das origens municipalistas, segue a escola clássica de Savigny. Justiça não a nega a ninguém, desde que se convence

que tem de a fazer. Masdeu e o nosso Resende são por êle alteados do quási menosprêzo em que, para alguns, jaziam. O seu estilo é nobre e firme, sem ser duro, não contendo nem as audácias de Carlyle, nem a secura impessoal de Ranke. Sente-se-lhe na concisão nobre da frase a dignidade do escritor. Não sacode o leitor, como Michelet; nem, como êle, dramatiza o facto; não nos suborna pela sugestão filha do encanto da sua palavra. Não; prefere dirigir-se à razão, que julga, do que ao sentimento que momentâneamente abrasa e arrebata. A sua divisa, como êle o adverte em mais de um passo, é a sinceridade (1). É Tácito: um Tácito com mais coração.

*

Chamaram-lhe *orgulhoso.* É natural. A confiança nos próprios méritos dá à personalidade, em contacto com as multidões servis, êsse aspecto duro. No fundo do seu ser, nunca houve coração mais acessível ao amor e à piedade.

Do seu amor, das suas crenças, de um teísmo puro e quási místico, falam as suas poesias aonde transparece um vago, mas puro, lirismo germânico, à Schiller. Da sua piedade, temos as suas palavras de confôrto lançadas no terreno ainda quente da revolta, em pró dessa perseguida colónia de crentes, de mártires, que uma revolução chamada *liberal,* levando à sua frente um rei sem pátria e duas vezes desnacionalizado, baniu dos seus desterros, aonde queria

---

(1) «Enquanto, alheio, não ao estudo dos homens e do mundo, mas às suas ambições vulgares, eu consumia os melhores dias da vida em trabalhos, a cuja sinceridade, ao menos, o futuro há-de fazer justiça...». *Hist. de Portugal,* vol. I, *prefácio da terceira edição,* pág XIII.

viver sem alaridos e ter, na morte, uma campa sem epitáfio. Da sua estima é testemunho a incomensurável prova da sua gratidão, prestada ao moço rei, Pedro V, quando êste Príncipe quis sondar as razões da sua tristeza e do seu aparente divórcio dos homens.

Caído naquela sombria taciturnidade, que procede da dolorosa e amarga bancarrota dos próprios sonhos, Herculano sentiu, antes da morte, êsse supremo tédio da vida de que se queixa Job. Êsse tédio, que nenhum galardão podia já minorar, aproximou-o, antes de tempo, do têrmo da jornada. Nos últimos tempos da sua existência de eremita da Azóia, Herculano era uma ressureição moral de Mably: — *o profeta do mal.* E, como Mably, os seus tristes desígnios cumpriram-se e vão-se cumprindo. Referindo-se aos nossos governos, Herculano costumava dizer invariàvelmente «—pior que êsse, que para aí está, só o que vier». Há quarenta anos que a profecia se verifica e realiza! Foi assim que Mably anunciou a Revolução.

*

Não vão ver a Belém o seu sumptuoso moimento de mármore, os que, neste dia, evocam a sua nobilíssima memória. Ali está apenas o padrão hirto e frio da homenagem oficial, em que colaboraram almas calcinadas pelas paixões e pelos baixos egoísmos, e que, para se fingirem grandes tiveram de integrar-se na apoteose do homem antigo, feito de uma só peça, com o qual ainda agora, se êle vivesse, seriam incompatíveis.

Quem quiser ver a sua sombra, austera e santa, vá ao vale da solitária Azóia, converse com as oliveiras que êle amou na hora do seu divórcio com as torpezas morais da sua idade, já que não pode ir até lá cantando, como há pouco, no centenário de Schiller, foram até Göhlis, à sua última pousada, entoando o *Glorreiche Augenblick*, de Bee-

thoven, entrecortado das estrofes radiantes do *Hymn der Freude!* todos os corações alemães, unidos no mesmo anseio, e dominados do mesmo sentimento!

Isso sim, seria grato ao seu coração de poeta; coração ferido de morte pela quebra fatal das suas ilusões.

José Caldas.

LIVROS A VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 12$00

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 10$00

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15$00

Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 6$00

Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)..... 4$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4$50

Notícia sôbre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 ..... 4$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 3$00

Memórias de Castilho, por Júlio de Castilho:

Vols. I e II cada ..... 20$00
Vol. III ..... 25$00
Vol. IV ..... 18$00
Vol. V..... 20$00

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERARIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra,* sociedade científica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos de autores nacionais e estrangeiros e na língua por êles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números.....	25$00
Número avulso	10$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto,* Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERARIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 85.º

4.ª SERIE — VOLUME 14.º

NÚMERO 2

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1933

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário*. — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário*. — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente*. — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente*. — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral*. — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso. da U. L. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L. — Prof. M. de Sousa da Câmara, I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

SUMÁRIO

José de Seabra da Silva — A sua política e o seu destêrro, por João Jardim de Vilhena 117
Los dos maestros de humorismo del siglo XIX: Larra y Eça de Queiroz, por Emilio Gaspar Rodriguez 135
Fidelino de Figueiredo e a epopeia, por Gustavo de Freitas 155
Miguel Eyquem, senhor de Montaigne, por Agostinho da Silva... 163
Subsídios para o estudo da Flora Camoneana. — V. — Lírios e Légacão, pela D. Augusta Faria Gersão Ventura 180
Febre de malta — Febre ondulante, por Lúcio de Almeida 186
Anais da Vila da Ericeira, por J. de Oliveira Lobo e Silva..... 200
Impresiones portuguesas, por Alejandro Lipschütz..... 216
A mansidão do guerreiro, por Jaime de Magalhães Lima..... 224
La colonizzazione Spagnola e Portoghese nei secoli XVI e XVII, por Alberto Giaccardi e Selim Cattan..... 228

EDIÇÕES

DA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

(Coimbra — Portugal)

SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DA ARTE PORTUGUESA

(Colecção louvada pelo Ministério da Instrução Pública)

Publicados:

I. — VERGÍLIO CORREIA. — Um túmulo Renascença. A Sepultura de D. Luís da Silveira em Góis. Com um prefácio do Dr. Teixeira de Carvalho. 1 vol. broch. . . . . 8$00

II. — D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS. — Algumas palavras a respeito de púcaros de Portugal. Ed. refundida e ilustrada. 1 vol. broch. (Esgotado).

III. — INDEX DA FAZENDA DO MOSTEIRO DE CELAS. — Manuscrito de Fr. Bernardo d'Assunção, publicado e revisto pelo Dr. Teixeira de Carvalho. 1 vol. broch. (Esgotado).

IV. — JOSÉ DA CUNHA TABORDA. — Regras da arte da pintura com breves reflexões críticas sobre os caracteres distintivos das suas escolas, vidas e quadros dos seus mais célebres professores. Escritas na língua italiana por Michael Angelo Prunetti e acrescida duma Memória dos mais famosos pintores portugueses e dos melhores quadros seus. 1 vol. broch. (Esgotado).

V. — CYRILLO VOLKMAR MACHADO. — Colecção de Memórias, relativas às vidas dos pintores, e escultores, arquitectos, e gravadores portugueses, e estrangeiros, que estiveram em Portugal. Revista e anotada pelos Drs. Teixeira de Carvalho e Vergílio Correia. 1 vol. broch. (Esgotado).

VI. — VERGÍLIO CORREIA. — Sequeira em Roma (Duas épocas). . . . . 10$00

VII. — HENRIQUE FERREIRA LIMA. — Joaquim Rafael, pintor portuense . . . . . 10$00

VIII. — ANTÓNIO AUGUSTO GONÇALVES. — Estatuária lapidar no Museu Machado de Castro, de Coimbra. Com ilustrações.

Em papel de linho. . . . . 40$00

Em papel de algodão. . . . . 16$00

IX. — PEDRO FERNANDES TOMÁS. — Canções da Beira. 15$00

X. — D. JOSÉ PESSANHA. — O Cális de Ouro do Mosteiro de Alcobaça. A Porcelana em Portugal . . . . . 12$00

XI. — VERGÍLIO CORREIA. — Artistas de Lamego . . . . 12$00

XII. — JULIETA FERRÃO. — Rafael Bordalo Pinheiro e a Crítica. . . . . 6$00

XIII. — VERGÍLIO CORREIA. — Vasco Fernandes, Mestre do Retábulo da Sé de Lamego . . . . . 15$00

XIV — ANTÓNIO CALDEIRA PIRES. — História do Palácio Nacional de Queluz. Com ilustrações, vol. I . . . . . 30$00

Vol. II.

Em papel de linho. . . . . 35$00

Em papel de algodão. . . . . 20$00

XV. — LUÍS CHAVES. — Os Barristas Portugueses (Nas escolas e no povo). . . . . 12$00

XVI. — HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA. — Joaquim Machado de Castro, Escultor Conimbricense — Notícia biográfica e compilação dos seus escritos dispersos . . . 20$00

XVII. — HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA. — Princesas Artistas (As filhas de El-Rei D. José) . . . . . 8$00

XVIII. — PEDRO VITORINO. — José Teixeira Barreto, Artista Portuense (1763-1810) . . . . . 10$00

XIX. — J. C. RODRIGUES DA COSTA. — João Baptista, Gravador Português do século XVII (1628-1680) . . . . . 15$00

XX. — EDMUNDO CORREIA LOPES. — Cancioneirinho de Fozcôa. Contribuïção para a história e crítica da música do povo português.

Em papel de linho. . . . . 25$00

Em papel de algodão . . . . . 15$00

XXI. — MANUEL PEREIRA CIDADE. — Memórias da Basílica da Estrêla. Publicadas e prefaciadas pelo Dr. António Baião.

Em papel de linho. . . . . 25$00

Em papel de algodão. . . . . 15$00

XXII. — VERGÍLIO CORREIA. — Livro dos Regimentos dos oficiais mecânicos de Lisboa. (1572) 1 vol.

Em papel de linho. . . . . 25$00

Em papel de algodão. . . . . 15$00

XXIII. — D. JOSÉ PESSANHA. — Arquitectura prè-românica em Portugal. (S. Pedro de Balsemão e S. Pedro de Lourosa) 1 vol.

Em papel de linho. . . . . 15$00

Em papel de algodão. . . . . 10$00

XXIV. — LUÍS CHAVES. — Subsídios para a história da gravura em Portugal.

Em papel de linho. . . . . 25$00

Em papel de algodão . . . . . 15$00

XXV. — EMANUEL RIBEIRO — Anatomia da Cerâmica Portuguesa.

Em papel de linho. . . . . 10$00
Em papel de algodão. . . . . 5$00

XXVI. — VERGÍLIO CORREIA. — Pintores Portugueses.

Em papel de linho. . . . . 30$00
Em papel de algodão . . . . . 15$00

XXVII. — Dr. ANTÓNIO GARCIA RIBEIRO DE VASCONCELOS. — A Sé Velha de Coimbra.

Em papel de linho. . . . . 60$00
Em papel de algodão. . . . . 30$00

XXVIII — EMANUEL RIBEIRO. — La vertu de l'Osier et du Genêt.

Em papel de linho. . . . . 15$00
Em papel de algodão. . . . . 10$00

XXIX. — PEDRO VITORINO. — Os Museus de Arte do Pôrto.

Em papel de linho. . . . . 25$00
Em papel de algodão. . . . . 15$00

A sair:

D. JOÃO IV. — Defensa de la musica moderna contra la errada opinion del obispo Cyrillo Franco. Rev. pelo Sr. Viana da Mota.

ANTÓNIO CALDEIRA PIRES. — História do Palácio Nacional de Queluz, vol. III.

PEDRO FERNANDES TOMÁS. — Canções Portuguesas. (Do século XVIII à actualidade).

VERGÍLIO CORREIA. — Santa Cruz de Coimbra. — Artistas e obras de arte.

—— — O azulejo em Portugal nos séculos XV e XVI.

—— — Artistas portugeuses em Itália.

LUÍS CHAVES — Pelourinhos Portugueses.

SCRIPTORES RERVM LVSITANARVM

SÉRIE A)

FERNÃO LOPES DE CASTANHEDA. — História do descobrimento, e conquista da Índia. Ed. revista pelo Sr. Pedro de Azevedo, vol. I, II e III.

Em papel de linho. . . . . 100$00
Em papel de algodão. . . . . 40$00

Vol. IV no prelo.

DAMIAM DE GOES. — Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanvel. Conforme a ed. princeps. Rev. pelo Dr. David Lopes, 4 volumes. 100$00

FERNAO GUERREIRO. — Relação anual do que fizeram os padres da Companhia de Jesus nas suas missões do Oriente, da África e Brasil nos anos de 1600 a 1610. Pref. por Artur Viegas, vol. I e II, cada:

Em papel de linho. . . . . 120$00
Em papel de algodão . . . . . 60$00

JOÃO DE BARROS. — Décadas. Rev. e prefaciada pelo Dr. António Baião. 1.º vol.

Em papel de linho. . . . . 120$00
Em papel de algodão. . . . . 60$00

No prelo:

DAMIAM DE GOES. — Chronica do principe Dom Ioam. Conforme a ed. princeps.

DUARTE GALVÃO. — Crónica de D. Afonso Henriques. Revista e prefaciada por Tomás da Fonseca.

JOÃO DE BARROS e DIOGO DO COUTO. — Décadas. Ed. conforme a ed. princeps, revista pelo Dr. António Baião.

FERNÃO GUERREIRO. — Relação anual do que fizeram os padres da Companhia de Jesus nas suas missões do Oriente, da África e Brasil nos anos de 1600 a 1610. Ed. completa das cinco Relações, dirigida e prefaciada por Artur Viegas.

FERNÃO LOPES. — Crónica de D. João I. (2.ª parte) Ed. revista pelo prof. W. J. Entwistle.

CARTA ANUA DA VICE-PROVINCIA DE JAPÃO. — Publicada pelo Dr. António Baião.

Em preparação:

PAPÉIS RELATIVOS À GUERRA DA RESTAURAÇÃO E INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL.

SÉRIE B)

Publicados:

I. — HIERONYMO OSORIO. — De rebus Emmanvelis gestis 3 vols. (Esgotado).

II. — ITINERÁRIOS QUINHENTISTAS DA ÍNDIA A PORTUGAL. — Rev. e prefaciados pelo Dr. António Baião, vol. I . . . . . 18$00

III. — COMENTÁRIOS DO GRANDE AFONSO D'ALBUQUERQUE. — Conforme a 2.ª ed. Rev. e prefaciada pelo Dr. António Baião, vol. I (Partes e II) e II (Partes III e IV). . . . . 35$00

No prelo:

ANTÓNIO GALVÃO. — Tratado dos diversos e desvairados caminhos por onde nos tempos passados a pimenta e especiaria veio da Índia as nossas partes, e assim de todos os descobrimentos antigos e modernos que são feitos em a era de 1550. Rev. pelo Dr. Joaquim da Silveira.

SÉRIE C)

Publicado:

D. FRANCISCO MANUEL DE MELO. — Epanaphoras de varia historia portugueza. Ed. dirigida pelo Dr. Edgar Prestage.

Em papel de linho. . . . . 60$00
Em papel de algodão . . . . . 30$00

Em preparação:

História Trágico-maritima.

BIBLIOTECA DE ESCRITORES PORTUGUESES

SÉRIE A)

Publicados:

BERNARDIM RIBEIRO e CRISTÓVÃO FALCÃO. — *Obras.* Conforme a ed. de Ferrara. Edição preparada e revista por Anselmo Braamcamp Freire e prefaciada por D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos. 2 vols. (Esgotado). 2.ª edição.

Em papel de linho. . . . . 60$00
Em papel de algodão . . . . . 30$00

CANTIGAS D'AMIGO DOS TROVADORES GALEGO-PORTUGUESES. Edição crítica acompanhada de introdução, comentário, variantes e glossário pelo Dr. José Joaquim Nunes. 3 vols.

Vol. I e III:

Em papel de linho. . . . . 90$00
Em papel de algodão . . . . . 45$00

Vol. II (texto):

Em papel de linho. . . . . 25$00
Em papel de algodão . . . . . 15$00

SÁ DE MIRANDA. — Comédia dos Vilhalpandos. Conf. a 1.ª edição Rev. pelo Dr. A. J. Lopes da Silva. 1 vol.

Em papel de linho. . . . . 15$00
Em papel de algodão . . . . . 7$50

CANTIGAS D'AMOR DOS TROVADORES GALEGO-PORTUGUESES. Edição crítica pelo Dr. José Joaquim Nunes. 1 vol.

Em papel de linho..... 50$00
Em papel de algodão ..... 20$00

No prelo:

SILVIA DE LISARDO.

SÉRIE B)

FR. PANTALEÃO DE AVEIRO. — Itinerário da Terra Santa. Rev. pelo Dr. António Baião.

Em papel de linho. . . . . 35$00
Em papel de algodão . . . . . 20$00

No prelo:

BALTAZAR ESTAÇO. — Sonetos, canções, églogas e outras rimas. Rev. e pref. pelo Dr. António Baião.

Em preparação:

GABRIEL PEREIRA DE CASTRO. —Ullyssea ou Lisboa edificada.

SÉRIE C)

Publicados:

P. ANTÓNIO VIEIRA. — Cartas. Ed. revista e anotada pelo Sr. J. Lúcio de Azevedo.

Vol. I e II, em papel de linho, cada vol. . . . 60$00
Vol. I e II, em papel de algodão, cada vol. . . 30$00
Vol. III:
Em papel de linho. . . . . 80$00
Em papel de algodão . . . . . 40$00

Dispersos, de Camilo Castelo Branco. Compilação e notas do Dr. Júlio Dias da Costa.

Vol. I, II, III e IV, em papel de linho, cada vol. . . 50$00
Vol. I, II, III e IV, em papel de algodão, cada vol. 25$00
Vol. V.
Em papel de linho. . . . . 40$00
Em papel de algodão . . . . . 20$00

RODRIGUES LOBO. — Églogas. Ed. Revista, prefaciada e anotada pelo Dr. José Tavares.

Em papel de linho. . . . . 40$00
Em papel de algodão . . . . . 20$00

HERNANI CIDADE. — A obra poética do Dr. José Anastácio da Cunha, com um estudo sôbre o Anglo-Germanismo nos Proto-Românicos Portugueses.

Em papel de linho. . . . . 35$00
Em papel de algodão. . . . . 20$00

ELOY DE SA SOTO MAIOR — Ribeiras do Mondego. Rev. pelo Sr. Martinho da Fonseca.

Em papel de linho. . . . . 50$00
Em papel de algodão . . . . . 25$00

LÍRICAS DE CAMÕES — Edição crítica pelo Dr. José Maria Rodrigues e Afonso Lopes Vieira.

Em papel de linho . . . . . 50$00
Em papel de algodão. . . . . 25$00

GIL VICENTE. — Autos. Edição crítica e comentada pelo Dr. Marques Braga. — vol. I

No prelo:

A História dos Cavaleiros da Mesa Redonda e da Demanda do Santo Graal. — Ed. completa e crítica segundo o ms. da Biblioteca Nacional de Viena.

Em preparação:

ALMEIDA GARRET. — Discursos parlamentares.

RUY GONÇALVES. — Dos previlégios e prerogativas que o genero feminino tem por direito comũ e ordenações do reino mais que o genero masculino.

ESTEVAM RODRIGUES DE CASTRO. — Rimas.

DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DA EXPANSÃO ULTRAMARINA DOS PORTUGUESES

No prelo:

Vol. I — Cartas dos Vice-Reis da Índia. Coligidas e revistas pelo Dr. António Baião.

Vol. II — Documentos relativos ao descobrimento e colonização do Brasil durante o século XVI existentes em arquivos portugueses. Coligidos e revistos pelo Sr. Pedro de Azevedo.

BIBLIOTECA DO SÉCULO XVIII

Publicados:

I. — CAVALEIRO DE OLIVEIRA. — Discours Pathétique au sujet des calamités présentes, arrivées en Portugal. Nova ed. seguida duma notícia bibliográfica pelo Dr. Joaquim de Carvalho. 1 vol.

Em papel de linho. . . . . 12$00

Em papel de algodão. . . . . 6$00

II. — RIBEIRO SANCHES. — Cartas sôbre a educação da mocidade. Ed prefaciada e revista pelo Dr. Maximiano Lemos.

Em papel de algodão. . . . . 12$00

III. — CAVALEIRO DE OLIVEIRA. — Reflexoens de Felix Vieyra Corvina de Arcos, Christan Velho Ulissyponense Sobre a Tentativa Theologica, composta pello Reverendo e douto Padre Antonio Pereyra da Congregaçam do Oratorio de Lisboa.

Em papel de linho. . . . . 15$00

Em papel de algodão. . . . . 7$00

Em preparação:

M. MENDONÇA. — Apontamentos para a educação de hum menino nobre.

RIBEIRO SANCHES. — Metodo para aprender a estudar a medicina, ilustrado com os apontamentos para estabelecer-se huma Universidade real...

COLECÇÃO PORTUGUESA DE CLÁSSICOS GREGOS E LATINOS

CATULO — Poesias. — Texto estabelecido e traduzido por Agostinho da Silva. . . . . 12$00

BIBLIOTECA DEMOCRÁTICA

Destinada a coligir a obra dos que, já falecidos, concorreram para o progresso das ideas democráticas em Portugal e, mais particularmente, para a proclamação da República Portuguesa.

Publicados:

JOSÉ FÉLIX HENRIQUES NOGUEIRA. — Estudos sôbre a reforma em Portugal . . . . . 5$00

A sair:

J. F. HENRIQUES NOGUEIRA. — O Municipio no século XIX.

Em preparação:

Obras de José Falcão, João de Meneses, Manuel de Arriaga, Alexandre Braga, etc.

BIBLIOTECA LUSO-BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA MEDICINA

I. — Dr. AUGUSTO DA SILVA CARVALHO. — Prodigiosa Lagoa descuberta nas congonhas das minas do Sabará, que tem curado a varias pessoas dos achaques, que nesta relação se expõem. . . . . 5$00

II. — Dr. AUGUSTO DA SILVA CARVALHO. — O culto de S. Cosme e S. Damião em Portugal e no Brasil — História das sociedades médicas portuguêsas.

Em papel de linho. . . . . 60$00
Em papel de algodão . . . . . 30$00

ESTUDOS DE HISTORIA E LITERATURA PORTUGUESA

Publicados:

ANTÓNIO JOSÉ TEIXEIRA. — António Homem e a Inquisição. 20$00
—— Documentos para a história dos jesuítas. . . . . 20$00

ANSELMO BRAAMCAMP FREIRE. — Livro 1.º dos Brasões da Sala de Sintra. (Esgotado). Livro 2.º. Em papel «vergé». . . . . 60$00
Livro 3.º. Em papel de linho. . . . . 120$00
Em papel «vergé». . . . . 60$00
AUBREY F. G. BELL. — Literatura portuguesa. Tradução do inglês. . . . . 30$00
—— — Fernão Lopes. Trad. de A. A. Dória. . . . . 5$00
B. A. SERRA MIRABEAU. (Dr.) — Memória histórica e comemorativa da Faculdade de Medicina, 1872, 1 vol. . . . . 10$00
CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS. (D.) — Estudos Camonianos. — I. — O cancioneiro Fernandes Tomás. Indice, nótulas e textos inéditos . . . . . 12$00
—— II. — O Cancioneiro do P.e P. Ribeiro. 1 vol . . . . . 10$00
—— — Nótulas relativas à «Menina e Moça» na edição de Colónia. (1559). Em papel de linho. . . . . 6$00
Em papel de algodão. . . . . 3$00
Cartas de Teófilo Braga e Inocêncio Francisco da Silva. (Anotadas por Álvaro Neves com uma notícia preliminar do Prof. A. Prado Coelho).
Em papel de linho . . . . . 25$00
Em papel de algodão. . . . . 10$00
Causa sôbre a nulidade de matrimónio entre a raínha D. Maria Francisca Isabel de Saboya e el-rei D. Afonso VI. Publ. e revisto pelo Dr. António Baião . . . . . 12$00
CONDE DE TOVAR — Portugal e Veneza na Idade-Média (até 1495).
CONDESTÁVEL D. PEDRO DE PORTUGAL. — Tragédia de la insigne reyna doña Ysabel. Rev. e prefaciada por D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos. . . . . 12$00
DOMINGOS DE ABREU E BRITO. — Um inquérito à vida administrativa e económica de Angola e do Brasil, publicação revista por Alfredo de Albuquerque Felner. . . . . 10$00
EDGARD PRESTAGE. — Portugal, Brasil e Grã-Bretanha. Trad. do inglês. . . . . 5$00
—— — Fr. Domingos do Rosário, político e diplomata. 1 vol.
Em papel de linho. . . . . 12$00
Em papel de algodão. . . . . 6$00
—— — As Relações Diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda de 1640 a 1668, tradução de Amadeu Ferraz de Carvalho. . . . . 25$00
FRANCISCO DE CASTRO FREIRE. (Dr.) — Memória histórica da Faculdade de Matemática, 1872, 1 vol. . . . . 6$00
J. LÚCIO DE AZEVEDO. — Os Jesuitas no Grão-Pará. . . . . 30$00
JOAQUIM AUGUSTO SIMÕES DE CARVALHO. (Dr.) — Memória histórica da Faculdade de Filosofia, 1872, 1 vol. . . . . 6$00
JOAQUIM DE VASCONCELOS. I — Albrecht Dürer e a sua influência na península — 2.ª ed.
Em papel de linho . . . . . 30$00
Em papel de algodão. . . . . 15$00

JOAQUIM DE VASCONCELOS — A Pintura Portuguesa nos séculos XV e XVI. — 2.ª ed.

Em papel de linho . . . . . 10$00
Em papel de algodão. . . . . 5$00

—— — Luisa Todi. Estudo Critico.

Em papel de linho. . . . . 30$00
Em papel de algodão. . . . . 15$00

J. T. DA SILVA BASTOS. — História da Censura intelectual em Portugal. Ensaio sôbre a Compressão do pensamento português, 1 vol. 20$00

LIVRO COMEMORATIVO DA FUNDAÇÃO DA CADEIRA DE ESTUDOS CAMONIANOS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. (Com a colaboração de Afrânio Peixoto, José Maria Rodrigues, Sousa Costa, Manuel de Sousa Pinto, Pedro José da Cunha e J. M. de Queiroz Veloso. . . . . 20$00

LUÍS T. DE SAMPAIO. — O Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Subsídios para o estudo da história da diplomacia portuguesa . . . . . 10$00

MANUEL DA SILVA GAIO — Os vencidos da vida . . . . . 7$00

MARTINHO DA FONSECA — Aditamentos ao Dicionário Bibliográfico Português de Inocêncio Francisco da Silva. . . . . 20$00

M. E. DA MOTA VEIGA. (DR.) — Esbôço histórico e literário da Faculdade de Teologia, 1872, 1 vol. . . . . 10$00

QUEIROZ VELOSO. (DR.) — O Arquivo Geral de Simancas. — Sua importância capital para a História Portuguesa. . . . . 4$00

RICARDO SEVERO. — Origens da nacionalidade Portuguesa, 2.ª edição. . . . . 3$00

TEIXEIRA BASTOS. (DR.) — Iniciativas Académicas. — A Sociedade filantrópica . . . . . 2$00

TRATADO DA VIDA DOS CINCO MÁRTIRES DE MARROCOS. Nova ed. conforme a 1.ª de 1568, revista e prefaciada por A. G. da Rocha Madahil.

Em papel de linho. . . . . 30$00
Em papel de algodão. . . . . 16$00

No prelo:

A. F. G. BELL. — Jerónimo Osório, humanista. Trad. de A. A. Dória.
AUBREY F. G. BELL — Estudos vicentinos.
CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS. (D.) — Obras Completas.
EDGAR PRESTAGE — D. Francisco Manuel de Mello.
HENRY THOMAS. — Romances peninsulares de Cavalaria.
J. FERREIRA MARTINS. — Os Vice-reis e Governadores da India.
J. M. DE QUEIROZ VELLOSO. (DR.) — Estudos históricos. I — A crise da Independência. Com numerosos documentos inéditos. inglês.
JAIME DE MAGALHÃES LIMA — O amor das nossas coisas.
JOAQUIM DE VASCONCELOS. — Goësiana.
JORDÃO DE FREITAS. — O Cavalheiro de Oliveira.
LUCIANO PEREIRA DA SILVA. — Obras Completas.
MARTINS SARMENTO — Dispersos.
OLIVEIRA LIMA — D. Miguel no Trono.

RELAÇÕES DE PERO DE ALCAÇOVA CARNEIRO. — Ed. revista pelo dr. E. de Campos de Andrada.

VÁRIA

A A. DA COSTA SIMÕES. — O Novo Hospital da Universidade — Projecto em esboço, 1895 . . . . . 15$00
—— — Reconstruções e novas construções dos Hospitais da Universidade 1896 . . . . . 15$00
AGOSTINHO DA SILVA. — A religião Grega. . . . . 8$00
AGOSTINHO RODRIGUES DE ANDRADE. — Corografia historico-estatística do Distrito de Coimbra . . . . . 6$00
A. J. LOPES DA SILVA. — Cartas de D. Vicente Nogueira. . . 40$00
ALBERTO PESSOA. — J. J. da Gama Machado. O Homem e a obra. — O legado à Universidade de Coimbra. . . . . 20$00
—— — Ideias Médicas de Eça de Queiroz. I — A morte de Amelia e a morte de Luísa. . . . . 5$00
II A MORTE DE JULIANA E OUTROS CASOS FATAIS. . . . . 3$00
III AS DOENÇAS NÃO MORTAIS . . . . . 4$00
IV — No prelo.
ALFREDO PIMENTA. — Estudos filosóficos e críticos. . . . . 25$00
—— — VÍNCULOS PORTUGUESES. Catálogo dos registos vinculares feitos em obediência ás prescrições da lei de 30 de Junho de 1860, e existentes na Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo . . . . . 12$00
A. MARIA SEABRA DE ALBUQUERQUE. — Bibliografia da Imprensa da Universidade de Coimbra. — Anos de 1885, n.º 14; 1886, n.º 15; 1887, n.º 16; 1888, n.º 17; 1889 e 1890, n.ºs 18 e 19. — cada vol. . . . . 10$00
ANTÓNIO CAETANO PEREIRA — Confirmação da censura feita à inscrição latina, introduzida no alicerce do Monumento a Camões e refutação de todas as objecções que tem sido feitas contra a censura, 1863 . . . . . 10$00
ANDRÉ FALCÃO DE RESENDE. — Poesias. . . . . 50$00
ANTÓNIO FERREIRA MONTEIRO — Galeria dos Espelhos . –$–
ANTÓNIO FELICIANO DE CASTILHO. — Epistola ao usurpador ex-infante Miguel Maria do Patrocinio, na sua saída de Portugal, 1834 folheto . . . . . 10$00
—— — Epistola ao povo nas eleições de 1834, folheto . . . . . 10$00
—— — Tributo Portuguez á Memoria do Libertador — 3.ª edição, ornada, além das outras duas lithographias, com a do quadro do Sr. Sendim, 1836 . . . . . 15$00
ANTÓNIO DE PÁDUA — Davos-am-Platz. Estação climatérica de Inverno, Alpes Grisões (Graubünden) . . . . . 10$00
—— — ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DA CÉLLULA, com 36 gravuras . . 12$00

ANUÁRIO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. — Anos lectivos de 1867-68 a 1887-188. — cada ano . . . . . 8$00

Anos lectivos de 1889-1890 a 1921-22. — cada ano . . . 10$00

ARTUR DE MAGALHÃES BASTO. O Pôrto do Romantismo. 15$00

A. SOUSA GOMES. — Carpinteiros da Ribeira das Naus . . . . 12$00

AUBREY F. G. BELL — Da poesia medieval Portuguesa, traduzido por António Alvaro Dória . . . . . 15$00

AULA DE ANTROPOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. — Trabalhos de alunos —, 1904 . . . . . 10$00

BASÍLIO DE VASCONCELOS — « Itinerário » do Dr. Jerónimo Münzer (Excertos) . . . . . 5$00

BERNARDINO MACHADO (DR.). — Homenagens, 1903, 1 vol 5$00

BIOGRAFIA DA ACTRIZ DELFINA, por José Maria de Andrade Freire, ilustrada com o retrato e fac-simile, 1859 . . . . . 3$00

BIOGRAFIA DO ACTOR ISIDORO, por Julio Cesar Machado, ilustrada com o retrato e fac-simile, 1859 . . . . . 3$00

BOLETIM OFICIAL DE INSTRUÇÃO PUBLICA, N.º 1, Janeiro de 1861 . $50

CAETANO GONÇALVES. — Supremo Tribunal de Justiça. Memória histórico-crítico no primeiro centenário da sua fundação (1832-1932). . . . . 12$00

CARLOS EUGÉNIO CORREIA DA SILVA (Paço de Arcos) Jornada dum crente, com um prefácio de S. Ex.ª Rev.ma o Snr. Arcebispo-Bispo de Vila Real . . . . . 12$00

—— — ENSAIO SOBRE OS LATINISMOS DOS LUSÍADAS, prefácio do Dr. José Maria Rodrigues . . . . . 14$00

—— — VISÃO IMPERFEITA DUM PARNASO CRISTÃO — Sonetos — prefácio do Dr. Vieira de Almeida . . . . . 15$00

CASTELO BRANCO CHAVES — Estudos Críticos . . . . . 8$00

CENTENÁRIO DO MARQUEZ DE POMBAL (O). Número único, publicado em 1882, por uma comissão de estudantes de Coimbra — Colaborado por Antonio Candido, Alexandre da Conceição, Carlos Lobo de Avila, Augusto Rocha, Lnis Osorio, Macedo Papança (Conde de Monsaraz), Eduardo de Araujo, Francisco Gomes do Rego Feio, Manuel da Silva Gaio, Costa Macedo, Simões Dias, Paçô Vieira . . . . . 5$00

COMEMORAÇÃO DO SEGUNDO CENTENÁRIO DE ISACC NEWTON, promovida pela Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra . . . . 5$00

COMPÊNDIO HISTÓRICO DO ESTADO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA 2.ª ed. 1906 . . . . . 5$00

CONDE DE LAVRADIO — Memórias, publicadas pelo Dr. Ernesto de Campos Andrada.

Vol. 1.º . . . . . 40$00

DIAS PALMEIRA. — Sol na Altura. Rapsódias da vida de S. Francisco . . . . . 8$00

DISCURSO PRONUNCIADO PELO REITOR DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Júlio Maximo de Oliveira Pimentel, Visconde de Vila Maior, em 16 de Outubro de 1872, por ocasião da festa comemorativa da Reforma da mesma Universidade . . . . . 3$00

EMANUEL RIBEIRO. — O doce nunca amargou. Doçaria portuguesa. História. Decoração. Receituário. — 1 vol. . . . . 15$00
E. SANCHES DA GAMA — Pela Vida Fora . . . . . 12$00
ESTATUTOS DA ACADEMIA DRAMÁTICA DE COIMBRA, 3.ª edição, 1860 . . 2$00
F. A. RODRIGUES DE GUSMÃO — Memória da vida e escriptos de Estevam Dias Cabral, Coimbra 1855 . . . . . $50
FIRMINO MARTINS. — Folk-lore de Vinhaes . . . . . 20$00
FORMULÁRIO DA ORTOGRAFIA NACIONAL . . . . . 1$00
FRANCISCO TRIGOSO DE ARAGÃO MORATO. — Memórias. Publ. pelo Dr. E. de Campos de Andrada. 1 vol. . . . . 20$00
FRANCISCO MANUEL ALVES (P.e). — Catálogo dos Manuscritos de Simancas respeitantes à História Portuguesa . . . . . 10$00
GARCIA DE RESENDE. — Cancioneiro Geral, vol. 3.º, 4.º e 5.º, cada vol. . . . . 10$00
GENERAL BARREIROS. — Cartas ao rei D. Pedro V. Rev. pelo Sr. Carlos Ferreira. . . . . 18$00
G. LE GENTIL. — Les Français en Portugal. — 1 folh. . . . . 5$00
GUILHERME DE AZEVEDO. — Alma Nova. Com prefácio de Tomás da Fonseca . . . . . 10$00
HENRIQUE DE VASCONCELOS — A Mentira Vital . . . . . 5$00
HENRIQUE CORREIA DA SILVA (Paço d'Arcos). — Memórias de Guerra no Mar. . . . . 10$00
HERNANI CIDADE — Fernão Lopes é ou não o autor da «Cronica do Condestabre»? . . . . . 4$00
JACINTO ANTÓNIO DE SOUSA (DR.). — Relatório duma visita aos estabelecimentos scientíficos de Madrid, Paris, Bruxellas, Londres, Greenwich e Kew, 1862 . . . . . 10$00
JAIME DE MAGALHÃES LIMA. — Dificuldades étnicas e históricas da insinuação do nacionalismo na arte portuguêsa contemporânea. . . . . 6$00
JOÃO GASPAR SIMÕES. — O Mistério da Poesia . . . . . 12$00
JOÃO JARDIM DE VILHENA. — A 4.ª Marqueza de Alorna (Alcipe) . . . . . 4$00
—— — Duas Páginas da História da Universidade de Coimbra. . 2$50
—— — AS DÍVIDAS DE D. FRANCISCO MANUEL DE MELO . . . . . 3$00
JOÃO PAULO FREIRE (MÁRIO). — Alcântara. Apontamentos para uma monografia . . . . . 20$00
—— — Ensaio sôbre a crise mental do século XVIII. . . . . 15$00
J. A. SERRASQUEIRO (DR.). — Elementos de Algebra . . . . . 6$00
—— — Elementos de Aritmética e Algebra. . . . . 4$00
JERÓNIMO OSÓRIO. — Cartas portuguesas. 1 fôlh. . . . . 3$00
—— — Opera. 7 vols. . . . . 80$00
JOSÉ CID — Coimbra, demografia e hygiene — Coimbra, 1902 . 5$00
JOSÉ CORREIA DE MELO e BRITO DE ALVIM PINTO. — Joaneida ou a liberdade de Portugal, defendida pelo Snr. Rey D. João 1.º — Poema Epico, 1782 . . . . . 20$00

JOSÉ DE ARRIAGA. — Breve notícia das novidades históricas, scientíficas, literárias e artísticas. . . . . 15$00

JOSÉ INÁCIO DA ROCHA PENIZ. — Da influência do fôro sôbre a felicidade pública . . . . . 3$00

JOSÉ MARIA RODRIGUES — A propósita do Testamento de Simão Vaz de Camões, Primo-Coirmão e homónimo do Pai de Luís de Camões . . . . . –$–

—— — A Tese da Infanta nas Líricas de Camões, com uma carta de Afonso Lopes Vieira . . . . . –$–

J. PERPÉTUO DA CRUZ. — Economia Nacionalista. Principios de economia pura. . . . . 12$00

JUAN DE VALDÉS — Dialogo de doctrina cristiana. Ed. *fac-simile* avec introduction et notes par Marcel Bataillon. 1 vol. . . . 30$00

Junta (A) Provisional do Governo Supremo do Reino dos Portugueses. (Proclamação), 1820 . . . . . 5$00

LEITE DE VASCONCELOS. — Opúsculos. — Vol. I, Parte I (Filologia). — Vol. II, Parte I (Dialectologia). Vol. III (Onomatologia). Vol. IV, Parte II (Filologia), cada. . . . . 30$00

LUCIANO PEREIRA DA SILVA. — A «Regra geral das festas mudaveis», de Gonçalo Trancoso, 1 vol. . . . . 5$00

MAGALHÃES LIMA e CRUZ DE MAGALHÃES (Dr.). — Rafael Bordalo Pinheiro, moralisador, político e social. O Museu Rafael Bordalo Pinheiro. 1 vol. . . . . 6$00

MANUEL DA SILVA GAIO. — O Santo . . . . . 15$00

—— — Eugénio de Castro. Traços biográficos e literários. . . . 5$00

—— — Bucolismo, I — Bernardim Ribeiro. . . . . 12$00

—— — II — Cristóvão Falcão . . . . . 12$00

III — No prelo.

MANUEL FERREIRA DE MEDEIROS BOTELHO — O que é e o que deve ser a instrução nacional, 1872. . . . . 5$00

MARQUÊS DE FRONTEIRA. — Memórias da sua vida. Rev. pelo Dr. Campos de Andrada.

Vols. I, II, III e IV; cada vol. . . . . 40$00

Vol. V . . . . . 30$00

M. TUDE DE SOUSA. — O Gerez . . . . . 10$00

NEWTON DE MACEDO. — A luta pela liberdade do pensamento europeu. . . . . 12$00

NUNO SIMÕES — Os vinhos do Pôrto e a defesa internacional da sua marca . . . . . 10$00

OSÓRIO DE OLIVEIRA. — Geografia Literária, prefaciada pelo Dr. Joaquim de Carvalho.

Em papel de linho. . . . . 20$00

Em papel de algodão. . . . . 8$00

PAIS VIEGAS. — Manifesto do Reino de Portugal. . . . . 6$00

PEDRO VITORINO. — O Grito nacional em 1808 . . . . . 15$00

Proclamação. A junta provisional do reino aos habitantes de Lisboa, 1820 . . . . . 1$50

RELAÇÕES DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. — Anos lectivos de 1800-801 a 1864-65. — cada ano. . . . . 5$00

RELATÓRIO DA COMISSÃO NOMEADA PARA ASSISTIR AO CONGRESSO PHILOXERICO DA SUISSA E VISITAR OS VINHEDOS DE FRANÇA, 1878. . . . 10$00

REVISTA ACADEMICA. 1855, 12 numeros e um suplemento. — Colaborado entre outros por Santos e Silva, Alexandre de Meyreles, Thomaz Ribeiro, Silva Ferraz, Albino Giraldes, Barros e Cunha, Soares Franco, Antonio José Teixeira, Ernesto Marrecos, A. Filipe Simões, Teixeira de Queiroz, João de Lemos, José Joaquim de Azevedo, João de Deus, J. M. Veloso, Vicente Silveira, Sanches da Gama e J. C. A. Neill de Medeiros . . . . . 10$00

RODRIGUES LAPA — Livro da Falcoaria de Pedro menino.
Em papel de linho. . . . . 24$00
Em papel de algodão . . . . . 12$00

RUBEN LANDA. — La enseñanza secundária en Portugal . . . 10$00

SAINTE-BEUVE — Retratos de mulheres, traduzidos por António Sérgio. . . . . 5$00

SANTANA RODRIGUES.—O Crime e a Responsabilidade. 1 vol. . 5$00

SOCIEDADE DAS SCIÊNCIAS MÉDICAS DE LISBOA. — Comemoração centenária em 1923 . . . . . 15$00

SOUSA REFOIOS (DR.) — Relatorio duma viagem ao extrangeiro, 1891. . . . . 10$00

SOUSA VITERBO — Subsídios para a história da Música em Portugal . . . . . 60$00

VIRGÍLIO TABORDA — Alto Trás-os-Montes. Estudo geográfico . . . . . 15$00

VITORINO NEMÉSIO. — Paço do Milhafre . . . . . 10$00

—— — Sob os signos de agora: Temas Portugueses e Brasileiros 15$00

A sair:

AMORIM GIRÃO — Esboço de uma carta regional de Portugal.

ANTÓNIO AURÉLIO DA COSTA FERREIRA. — Obras. Coligidas e revistas pelos professores Henrique Jardim de Vilhena (da Universidade de Lisboa) e Joaquim de Carvalho (da Universidade de Coimbra).

ARQUIVO DE HISTÓRIA E BIBLIOGRAFIA. Revista de erudição.

CONDE DE LAVRADIO — Memórias, publ. pelo Dr. E. de Campos de Andrada Vol. 2.º

FRANCISCO SANCHES — Quod nihil scitur. Rev. e pref. pelo Dr. Joaquim de Carvalho.

SAMUEL DA SILVA. — Tratado da Immortalidade da alma. Rev. e prefaciado pelo Dr. Joaquim de Carvalho.

BIBLIOTECA FILOSÓFICA

RENOUVIER. — Ultimas conversações. Trad. de A. Sérgio 1 vol. 5$00

MEUMANN. — Estética Contemporânea, trad. do P.e Luis F. dos Santos — 1 vol. . . . . 10$00

DESCARTES. — Meditações metafísicas, trad. de A. Sérgio, 1 vol. 7$00

JOSÉ GEYSER — Alguns problemas capitais da Metafísica com especial referência à crítica de Kant, traduzido pelo Dr. Pe. Luís Feliciano dos Santos . . . . . 10$00

G. W. LEIBNIZ — Novos Ensaios sôbre o entendimento humano (Priâmbulo e livro primeiro). Traduzidos por António Sérgio . . . 8$00

No prelo:

KANT. — Fundamentos da metafísica dos costumes.

DESCARTES. — Discurso do método.

LEON ROTH. — A sciência da moral.

LOCKE. — Ensaio sôbre a extensão e os limites do poder civil.

ESPINOSA. — Ética.

B. CROCE — O que é vivo e o que é morto na filosofia de Hegel.

S.to AGOSTINHO. — Confissões.

PASCAL. — Pensamentos.

MONTAIGNE — Três ensaios.

OBRAS DE ANTERO DE QUENTAL

Publicadas:

OS SONETOS COMPLETOS. — Conforme a 1.ª edição.

Em papel de algodão. . . . . 6$00

PROSAS. — Edição revista conforme ao original, vol. I e II, cada volume

Em papel de linho . . . . . 25$00

Em papel de algodão. . . . . 12$00

Vol. III:

Em papel de linho. . . . . 25$00

Em papel de algodão. . . . . 10$00

ODES MODERNAS.

Em papel de linho. . . . . 20$00

Em papel de algodão. . . . . 7$00

PRIMAVERAS ROMÂNTICAS. — 3.ª ed. . . . . 7$00

RAIOS DE EXTINCTA LUZ.

Cartas inéditas dirigidas a Oliveira Martins.

Em papel de linho. . . . . 30$00

Em papel de algodão. . . . . 12$00

No prelo:

CARTAS. — Nova edição, aumentada.

M. FERREIRA DE MIRA. — Crónicas scientíficas, prefaciadas pelo Dr. Brito Camacho. . . . . 10$00

CASTILHO E CAMILO. — Correspondência trocada entre os dois escritores. Prefácio e notas de João Costa.

Em papel de linho. . . . . 30$00
Em papel de algodão. . . . . 12$00

ANTÓNIO BAIÃO. — Homenagem a Camilo no seu centenário (1825-1925). — I. O Sangue Israelita de Camilo. — II. O Romance de Camilo «A Freira que fazia chagas» e o respectivo Processo Inquisitorial.

Em papel de linho. . . . . 12$00
Em papel de algodão. . . . . 6$00

CAMILO E CASTILHO. — Correspondência do primeiro dirigida ao segundo, coordenada por Miguel Trancoso e prefaciada por António Baião.

Em papel de linho. . . . . 15$00
Em papel de algodão. . . . . 8$00

JÚLIO DE CASTILHO — Memórias de Castilho, 2.ª edição, tôm. I e II, cada vol. . . . . 20$00
Tôm. III. . . . . 25$00
Tôm. IV . . . . . 18$00
Tôm. V. . . . . 20$00
Tôm. VI e VII, no prelo.

ANTÓNIO FERRÃO. — As impressões de um diplomata Português na côrte de Berlim . . . . . 25$00

ANTÓNIO FERRÃO — Gomes Freire e as virtudes da Raça Portuguesa . . . . . 10$00

—— — O Marquês de Pombal e as Reformas dos Estudos Menores. 20$00

—— — Os Arquivos e as Bibliotecas em Portugal . . . . . 35$00

—— — O Povo na história de Portugal. A Restauração de 1640. 5$00

—— — A educação intelectual e a função que nela devem desempenhar a família, o município e o Estado . . . . . 5$00

—— — O Teatro e o Animatógrafo na Educação. . . . . 5$00

—— — D. Maria Amália Vaz de Carvalho e a sua obra . . . . . 10$00

—— — A Teoria da história e os progressos da historiografia scientífica. . . . . 40$00

—— — A 1.ª Invasão Francesa. . . . . 40$00

—— — A Academia das Sciências de Lisboa e o movimento filosófico e económico da segunda metade do século XVIII. . . . . 10$00

—— — A reforma pombalina da Universidade de Coimbra. . . . 15$00

Os Estudos de História Dipiomática em Portugal . . . . . 5$00

O Marquez de Pombal e a expulsão dos Jesuitas (1759) . . . . 20$00

AFRÂNIO PEIXOTO — Ensaios Camonianos . . . . . 15$00

M. A. H. FITZLER. — Ceilão e Portugal. O cêrco de Columbo. Últimos

dias do domínio português em Ceilão. (Edição do *Instituto de Coimbra*) 1 vol. . . . . 30$00

BENTO ÁLVARES FERREIRA. — Biblioteca da gente do Campo, 1870, 1 vol. . . . . 10$00

LUIZ XAVIER DA COSTA. — Francisco Vieira Lusitano Poeta e abridor de águas-fortes. Estudo crítico dos seus versos e das suas obras gravadas, 2.ª edição. . . . . 40$00

COLLECTION PORTUGAISE

MANUEL DA SILVA GAIO. — Don Juan. Traduction de Raymond Bernard, 1 vol.. . . . . 10$00

PIERRE HOURCADE. — Guerra Junqueiro et le problème des influences françaises dans son œuvre, 1 vol. . . . . 15$00

OBRAS CIENTÍFICAS, MANUAIS E LIÇÕES UNIVERSITÁRIAS

Publicado:

F. GOMES TEIXEIRA. — Obras de Matemática, vols. 4.º, 5.º, 6.º, e 7.º cada . . . . . 40$00

GERALDINO BRITES — Noções de Histologia Humana, 1 vol. 20$00

M. FERREIRA DE MIRA. — Lições de Química Fisiológica, 1 vol. . . . . 25$00

—— — Manual de Química Fisiológica. . . . . 30$00

J. F. DE MACEDO PINTO. — Guia do Alveitar ou «vade-mecum» do veterinário, memorial patológico e terapêutico e formulário farmacológico. 1901, 4.ª ed. . . . . 4$00

A. X. LOPES VIEIRA. — Catálogo dos Peixes de Portugal em colecção no Museu de Zoologia da Universidade de Coimbra . . . . . 5$00

A. CELESTINO DA COSTA e P. R. CHAVES. — Manual de técnica histológica, 1 vol. . . . . 25$00

J. PERPÉTUO DA CRUZ. — Os Combustíveis. Conferências pronunciadas no Instituto Superior Técnico, 1 vol. . . . . 20$00

M. ATHIAS e F. MIRA — Exercícios de química fisiológica.. . 12$00

JOAQUIM DOS SANTOS E SILVA. — Elementos de Analyse Chimica Qualitativa, 4.ª ed.. . . . . 7$50

—— — Noções elementares de Quimica Pratica, para uso dos alunos do Laboratorio quimico da Universidade de Coimbra . . . . . 5$00

JOSÉ PEREIRA TAVARES. — Ortografia Portuguesa. Manual do estudioso da língua, 1 vol. . . . . 5$00

ALBERTO PESSOA. — Guia de Técnica Policial, 1 vol. . . . . 15$00

—— — A prova testemunhal . . . . . 20$00

QUADROS DE ANÁLISE QUÍMICA QUALITATIVA do Dr. F. P. Treadwell, traduzidos pelo Dr. Egas F. Pinto Basto . . . . . 15$00

ANTÓNIO MACHADO. — Lições de Zoologia, 1 vol. . . . . 35$500
J. VICENTE GONÇALVES. — Lições teóricas de cálculo integral 1 vol. . . . . 100$500
M. PAULINO DE OLIVEIRA. — Aves da Península Ibérica . . 15$500
—— — Tabela Dicotómica para a determinação dos mamiferos. . 2$550
—— — Reptis e amfíbios da Península Ibérica e especialmente de Portugal . . . . . 5$500
GUILHERME DE ALBUQUERQUE. — Elementos de Patologia Geral. . . . . 15$500
Morphologia e Anthropologia. Manual para estudantes por W. L. H. Duckssorth, M. A.; traduzida do original inglês, pelo Dr. Eusébio Tamagnini. . . . . 30$500
A. X. LOPES VIEIRA — Lições de Higiene Pública, 1896 . . 15$500

LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA

Código Civil Português, 9.ª edição . . . . . 15$500
Codigo Penal Português, 1852, anotado pelo Conselheiro A. L. de Sousa Henriques Sêco. . . . . 5$500
Codigo Penal de 1852. . . . . 3$500
Código Penal de 1886. . . . . 7$500
Código Administrativo de 1842. . . . . 3$500
» » » **1870**. . . . . 3$500
» » » **1878**. . . . . 3$500
» » » **1886**. . . . . 3$500
» » » **1895**. . . . . 3$500
» » » **1896**. . . . . 10$500
Codigo de Processo Civil. . . . . 15$500
Codigo Comercial de 1888 . . . . . 10$500
Código de Processo Comercial . . . . . 4$500
Apêndice ao Código Comercial. . . . . 7$500
Novissima Reforma Judiciária . . . . . 5$500
Nova Reforma Penal de 1874. . . . . 1$550
Regimento de 20 de Fevereiro (Administração de Justiça no Ultramar). . . . . 1$550
Tabela dos Emolumentos e Salários Judiciais . . . . . 1$500
Manual do Processo Criminal Moderno, por J. I. D. de Carvalho. 10$500
Regulamento Consular de 24 de Junho de 1903 . . . . . 2$550
Legislação Académica, coligida pelo Dr. José Maria de Abreu. Coordenada e ampliada pelo Dr. António dos Santos Viegas, vol. 1.º (1772-1850) . . . . . 6$500
Código Civil Português, Projecto, pelo Visconde de Seabra, 1859, 1 vol. . . . . 12$500
Apostila á censura do sr. Alberto António de Morais Carvalho, pelo Visconde de Seabra, 1.ª parte. . . . . 5$500
Novissima apostila, pelo Visconde de Seabra, 1859. . . . . 6$500

Resposta às reflecções do Sr. Dr. Vicente Ferreira Neto Paiva sobre os sete titulos do Projecto do Código Civil Português, por António Luís de Seabra, 1859. . . . . 5$00

Código Eleitoral de 1913. . . . . . 1$00

Estudo teórico e prático sôbre a contribuïção predial em Portugal (Bases em que deve assentar, por Alberto Pinto Gouveia, 1903, 1 vol. . . . . 10$00

Manual do Escrivão de Fazenda, 1868, 1 vol. . . . . 1$50

Manual dos juizes de paz e seus escrivães, 1867, 1 vol.. . . . . 1$50

Nova Reforma Administrativa (Lei de 6 de Agôsto de 1892). . . 1$00

Resposta do auctor do Código Civil às observações do Sr. Dr. Joaquim José Pais da Silva, 1859, 1 vol.. . . . . 5$00

Código Comercial de 1883 e apêndice, 4 vols. . . . . 50$00

Colecção oficial de legislação, publicação mensal, contendo todas as leis promulgadas pelas Cortes, decretos e portarias do Governo, consultas do Conselho do Estado, acordãos do Supremo Tribunal de Justiça, etc:

Ano de 1855, n.os 1 a 12 . . . . . 8$00

Ano de 1856, n.os 1 a 12 . . . . . 8$50

Ano de 1857, » 1 a 12 . . . . . 7$50

Colecção de leis e provisões de El-Rei D. Sebastião. Com um primeiro Apendix impresso em 1818 . . . . . 5$50

VASCO GUEDES DE VASCONCELOS. — Compilação de Direito Administrativo Português, Códigos, Leis, Decretos, Portarias, e Circulares, com índices cronológico e alfabetico, 1.º vol. (1832-1871). . . . . 50$00

Código Civil Português de 1867. . . . . . 5$00

Prof. A. FORJAZ. — Economia Política — Programa e Compêndio do Curso de Economia Política, 1867, 1 vol.. . . . . 10$00

Collecção cronologica de leis extravagantes, posteriores á nova compilação das Ordenações do Reino publicadas em 1603, desde este ano até o de 1761, conforme as collecções Vicentinas e seu Apendix, ás quaes acresceram as compiladas por F. da C. França em suas adições e apendix, 6 vols. com o index. . . . . 30$00

EDUARDO SALDANHA. — Estudos sobre o Direito Comercial Português, 1896, 1 vol.. . . . . 10$00

Estatuto Universitário e demais legislação do Ensino Superior 1 vol. . . . . 2$00

Reformas do Ensino de Farmácia, 1903 . . . . . 1$00

Legislação Universitária:

I — Faculdade de Direito. Reforma dos Estudos Jurídicos (Aprovado por decreto de 18 de Abril de 1911). . . . . 1$00

II — Faculdade de Direito. Regulamentos aprovados pelo decreto de 21 de Agôsto de 1911 . . . . . 1$00

III — Faculdade de Letras. Regulamento das Secretarias Gerais e Tesourarias das Universidades. . . . . 1$00

Lei sobre a caça. . Lei n.º 15, de 7 de Julho de 1913 . . . . . $50
Lei de Administração Civil. Aprovada por decreto das Cortes Gerais de 17 de Julho de 1867 . . . . . 3$00

REVISTAS

BOLETIM DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA. — Nova Série.

Preço por assinatura (cada fasc.). . 3$00
» avulso (cada fasc.) . . . . . 4$00

O INSTITUTO. — 4.ª Série.

Por assinatura (5 n.os). . . . . 25$00
Avulso (cada n.º) . . . . . 10$00

REVISTA DA UNIVERSIDADE:

Vol. I . . . . . 50$00
Vol. II. . . . . 50$00
Vol. III . . . . . 50$00
Vol. IV. . . . . 50$00
Vol. V. . . . . 40$00
Vol. VI. . . . . 30$00
Vol. VII . . . . . 20$00
Vol. VIII. . . . . 40$00
Vol. IX. . . . . 40$00
Vol. X . . . . . 50$00
Vol. XI no prélo.

BULLETIN DES ÉTUDES PORTUGAISES.

Assinatura — 1 ano — Portugal 30$00 — França 50 fr.
Outros países 50$00

Todos êstes livros se encontram à venda na

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

e nas principais livrarias de Lisboa,
Pôrto e Coimbra

JOSÉ DE SEABRA DA SILVA

A SUA POLÍTICA E O SEU DESTÊRRO

No *Arquivo dos Feitos Findos* há uma grande quantidade de papéis manuscritos que dizem respeito ao Marquês de Pombal e à época em que êle viveu.

Êsses papéis são relatórios de casos de administração pública comentados por êle próprio, cartas autógrafas de diplomatas portugueses acreditados em Roma e de diplomatas estrangeiros acreditados em Lisboa, comunicados sôbre negócios eclesiásticos dentro e fora do país e cartas ou ofícios de vários personagens que naquele tempo muita interferência tiveram nos negócios do Estado.

É na verdade uma boa colecção pombalina, não tão rica em volume como a da Biblioteca Nacional de Lisboa, mas sobremaneira interessante pela variedade dos assuntos.

Entre as cartas que nessa colecção existem, tôdas endereçadas ao Marquês, avulta uma de José de Seabra da Silva. A leitura do seu contexto onde se revela o temor, o respeito e a obrigação que a pessoa de Pombal lhe inspirava, sugeriu-nos a idea de estudar os motivos que fizeram com que Seabra caísse de um pedestal de consideração, onde a fama do seu talento o tinha colocado, até ao ponto de ser desterrado para o cruel presídio de Pungo Andongo.

Quando êle escreveu essa carta, a três meses depois da sua nomeação de Ministro e Secretário de Estado, era um bom, um ingénuo que só desejava fazer o que o seu amo

quisesse, — um bem intencionado. Infelizmente a política preverteu-o, transformou-o e aniquilou-o.

«Ill.mo e Ex.mo Sn.r — Bejo a mão a V. Ex.a pela certeza q̃. me dá de ter passado bem; e confio, que com a sua demora por huns poucos de dias nesse delicioso sitio, hei de ter a consolação de ver a V. Ex.a mt.o bom; como he necessario a S. Mag.de ao Reyno, e a todos nós os que amamos a V. Ex.a e temos maior obrigação de conhecer, e respeitar as virtudes, que D.s lhe deo.

«Remeto a V. Ex.a as duas Bulas do Provimento do Lugar de Inquisidor Geral, que achei já na mão do S.r Cardeal da Cunha aq.m V. Ex.a as tinha dado.

«Comuniquei a S. Em.a, como V. Ex.a me ordenou, a Lembrança de S. Vicente; e a Ele não só lhe pareceo m.to feliz, mas adiantouse a lembrar, que seria bom não demorar o principio da Execução; passandose immediatam.te, e antes de recorrer a Roma, a acomodar na Igreja, e em officinas existentes os desacomodados Patriarchaes. Como porem o caso não é tam apertado que não possa esperar por V. Ex.a para o regular com perfeição, o mesmo Em.o me disse, que para entam reservava ter a honra de falar pele a V. Ex.a na inteligencia de q̃. V. Ex.a tinha noçoens m.to bastantes sobre esta materia, para o que em Mafra se podia fazer em algum breve momento.

«No meu particular posso segurar a V. Ex.a que se alegrou o meu coração vendo a satisfação com q̃. V. Ex.a me fala em Mafra com os novos moradores. Pareceme q̃. leio na carta de V. Ex.a o contentamento de ter preparado esta obra e de a ver completa: contentamento que V. Ex.a não pode encobrir ainda escrevendo. He certo q̃. esta obra perpetuará em Mafra a memoria do S.r Rey D. João V, a de S. Mag.de que D.s guarde como conservador, e a de V. Ex.a como promotor.

«A Princesa N. Senhora, de quem fui saber esta manham passou melhor a noite.

«He o que se me offerece dizer a V. Ex.a aq.m não tenho necessidade de offerecer huma vontade fiel, q̃. V. Ex.a conhece e sabe q̃. hé toda sua. D.s g.de a V. Ex.a m. a. N. Senhora da Ajuda 1 de Novembro 1771. — Ill.mo e Ex.mo S.r Marquez de Pombal. — De V. Ex.a Discip.o Creatura e C. mais rev.to e fiel — *José de Seabra da Silva*».

Como somos admiradores convictos da administração do Marquês de Pombal interessamo-nos vivamente por todos

os factos sucedidos no reinado de El-Rei D. José e por todos os personagens que nessa época viveram e que pelas suas felicidades ou pelas suas desventuras serviram de base àquela administração, que tão grandes réditos deu ao progresso de Portugal.

Assim, se é forçoso confessar que neste reinado tudo se conseguiu à custa de muitas lágrimas, de muitos sacrifícios, de severas condenações, e de longínquos desterros, — é de confessar também que nunca Portugal havia ganho pela vontade enérgica de um Homem, tanto adiantamento e tanta consideração na balança política da Europa.

Perante a História o julgamento do Marquês deve ser sempre feito pelo muito que trabalhou em prol do seu país, mas perante a Consciência Humana, as suas vítimas em número bastante para formarem uma legião influem enormemente para que a sua alma seja condenada, sem remissão, às penas eternas.

Entre tantas pessoas que a mão de ferro de Pombal aniquilou inexoràvelmente conta-se José de Seabra da Silva.

Sôbre a sua vida, sôbre a protecção que o Marquês lhe dispensou, sôbre o destêrro que lhe foi infligido, muito se tem escrito. E cada qual explica à sua maneira e como lhe convém e não se atende ao depoïmento das testemunhas contemporâneas que em todos os casos, são as únicas atendíveis e prevalecem sôbre as opiniões modernas que cada um possa formular conforme a sua política ou a sua moral.

António Coutinho Pereira de Seabra e Sousa defendeu em 1868, como pôde e como soube, o seu avô, das arremetidas irracionais de Luz Soriano. Fundou-se para essa defesa de conjecturas, de alguns documentos extraídos do arquivo da Casa Pombal e sobretudo do interrogatório (1) man-

---

(1) Êste *Interrogatório* nunca foi publicado na íntegra. Há dêle excertos no opúsculo de Seabra e Sousa, intitulado: — *Resposta ao senhor*

dado fazer ao Marquês, após a sua deposição, pela Raínha D. Maria I. Nesse *interrogatório*, quesito 15.º, sôbre José de Seabra, diz o respondente: — «que desde que o ouviu fazer o exame vago ou *de jure aperto* lhe conheceu o *distinto engenho* que lhe deu motivo para ficar observando os seus passos em estudos e seu procedimento, que havendo correspondido aos seus desejos o sucesso das suas indagações o foi chegando a si e admitindo-o dentro dos gabinetes em que minutava os papéis de menos segrêdo no serviço real, que passou a fazê-lo seu *ajudante de Estado* e seu *amanuense*, e pelo que pertencia à probidade, meditou criar nêle um ajudante de secretaria de estado, que o *aliviasse em vida e lhe sucedesse por morte*, que assim o representou muitas vezes ao Senhor D. José e com tanto gôsto que chegou a dizer ao *Eminentíssimo Cardial da Cunha que tinha um segundo filho adoptivo em José de Seabra da Silva*».

Poderemos concluir disto que antes de Seabra ser nomeado definitivamente Ministro e Secretário de Estado adjunto ao Marquês, já praticava na Secretaria dêste, com tal perícia e *probidade*, que se tornara necessária a sua nomeação definitiva. Mas Jácome Ratton nas suas *Recordações* nada diz sôbre a aprendizagem de José de Seabra e conta um facto para explicar o motivo da sua nomeação para Ministro.

O pai dêste, Lucas de Seabra da Silva exercia o cargo de desembargador da Casa da Suplicação. Parece que era homem de têmpera antiga, muito fino na argúcia das suas tenções e por isso muito conceituado no fôro. Não havia outro para resolver as questões de interêsse económico para o Estado e confiavam-lhe por vezes missões especiais de

---

Simão José da Luz Soriano acerca de José de Seabra da Silva. Lisboa 1868, e em muitas outras obras que tratam da época.

Na Colecção Pombalina da Biblioteca Nacional de Lisboa não há texto algum completo dêsse *Interrogatório!!*

grande alcance. Assim, foi encarregado, um dia, por El-Rei D. José de ir proceder a um inquérito sôbre a vida e costumes de Francisco Xavier de Mendonça, irmão do Marquês de Pombal.

Lucas de Seabra julgando que êsse inquérito não era do conhecimento do Marquês e que, dando-lhe parte, o lisongearia, foi pedir-lhe instruções. O Marquês censurou-o àsperamente pela inconfidência que acabava de cometer e Lucas de Seabra, recolhendo a sua casa, teve tal desgôsto que morreu.

¡O Marquês triste com o sucedido e talvez repêso do seu gesto desabrido chamou o filho do finado e protegendo-o com tantas e tão sucessivas provas de bondade fêz com que o Rei o nomeasse Ministro e Secretário de Estado ajunto à sua pessoa!

Eis o motivo da nomeação de José de Seabra, segundo Ratton.

Umas *Memórias* (1), coevas, manuscritas que temos pre-

---

(1) Estas *Memórias*, às quais nos referiremos na seqüência dêste artigo, constituem um volume de 752 páginas in-4.° grande, encadernado em couro da época e tendo na lombada sôbre fundo vermelho estes dizeres — *Mendonça — Memorias de El-Rei D. José* Êste título é menos verdadeiro, porque o texto, pôsto que nêle se fale bastante do Rei, refere-se mais à vida e administração do Marquês de Pombal.

Êste volume e mais outro que continha fôlhas impressas e algumas cartas da época, foram comprados por nós aos herdeiros do Conselheiro Augusto Gomes de Araújo, antigo Director Geral da Fazenda Pública no passado regime político.

Quere-nos parecer que estas *Memórias* foram escritas pelo Principal Mendonça e pertenceram ao Bispo de Coimbra D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, visto que no 2.° volume havia cartas dirigidas a êste alto dignitário, Reitor reformador da Universidade, da qual também foi Reitor o Principal Mendonça

O autor das *Memórias* declara-se íntimo da côrte e estava ao facto de tudo quanto se dizia e se fazia.

Ratton tinha entrada franca em casa do Marquês que provou ser seu amigo pelos muitos benefícios que lhe concedeu.

sentes dizem o seguinte, no capítulo 67.°: — «A vaidade de Martinho Velho da Rocha Oldemberg só achava igualdade em Manuel Antonio de Carvalho e Francisco Xavier Teixeira, este inimigo descoberto de Sebastião José, este o que fez a petição de revista a seu primo Gonçalo Cristóvão em que sahindo dos limites do direito atacou a sua ascendencia com termos pouco praticados. Aqueles ofendidos de não ter El-Rei eleito a José Galvão de Lacerda (então inviado na corte de Paris) Secretario d'Estado em quem fundavam as suas esperanças. Tinham eles o favor de Diogo de Mendonça, Secretario d'Estado, sempre desunido e oposto a Sebastião José. Alem deste favor, tinham o favor dos jesuitas a quem este tinha cortado o comercio do Pará com a liberdade dos Indios e com o Governo de seu irmão Francisco Xavier de Mendonça: intentarão pois formalisar huns cappitulos contra Sebastião José e entregarem-nos nas mãos d'El-Rei que vendo-os e persuadido que sobre elles devia tomar as informações necessarias, encarregou estas ao Desembargador Lucas Seabra da Silva, recomendando-lhe vocalmente o segredo e a averiguação. O informante usou tão mal da recomendação de El-Rei, que buscou Sebastião José para dizer-lhe se achavão na sua mão os cappitulos que lhe apresentava e que visse elle o que queria que informasse. Sebastião José revestido da honra com que sempre servio e da authoridade de Ministro d'Estado lhe estranhou severamente o mal que executava as recomendações de El-Rey a quem logo deu parte pedindo huma exacta e rigurosa averiguação. Passados poucos dias morreu Lucas de Seabra, assentando-se que por disgosto do referido sucesso».

Como se vê, há duas opiniões sôbre os motivos da morte de Lucas de Seabra. Ou por êste, ou por aquele motivo, vê-se que foi vítima da sua inconfidência.

Sôbre as qualidades políticas de José de Seabra, Ratton diz que o Marquês o chamou para remediar o mal que fizera

ao pai. O autor das *Memórias* diz ùnicamente que Seabra era Desembargador da Casa da Suplicação e *bem visto do Marquez que o havia encarregado de muitos e importantes negócios,* não como adjunto, mas como desembargador.

Incontestàvelmente, José de Seabra era um dos homens mais inteligentes do seu tempo.

Matriculou-se na Universidade em 1744, com 12 anos de idade. Doutorou-se em 1751, em 1752 fêz o exame vago ou *de jure aperto*. Em 1753 foi nomeado desembargador do Pôrto. Em 1765 Procurador da Coroa e Chanceler da Casa da Suplicação. Em 1766 Guarda-mór da Tôrre do Tombo. Em 1770 Desembargador do Paço e em 1771 com 38 anos Ministro de Estado.

Em todos os Tribunais por onde passou, promoveu muitos assentos e leis, glosando sentenças com grande crédito da sua literatura. Defendeu na Casa da Suplicação e no Desembargo do Paço os direitos e regalias da Coroa, como já as havia defendido na *Dedução Cronológica*. No Desembargo tinha êle grandes discussões com o mais versado em leis que nesse tempo pontificava, Manuel Gomes de Carvalho, e era Seabra quem o levava de vencida e como aquele era sempre contra a Coroa, foi por ordem régia exilado para a sua quinta de Loures! Como Guarda-mór da Tôrre do Tombo, reduziu a método fácil a investigação para se achar qualquer documento e nas sessões da Junta das Confirmações Gerais era tal a sua memória que em um instante dizia o texto e a data das mais antigas doações régias.

Sôbre a maneira como Seabra exercia o logar de Ministro e Secretário de Estado, as *Memórias* dizem o seguinte: «... e pella affabilidade com que falava ás partes, concorrião para sua casa, achando-se a do Marquez muitas vezes deserta. Sua mulher exercitava o mesmo acolhimento tendo em pouco tempo grande sequito de Senhoras e de Ministros, motivo porque entrando o Marquez no ciume de que Sea-

bra era mais bem visto de todos, principiou a não o attender. Succedeo a prolongada molestia do Marquez e passar a Oeiras a convalescer, a honde repetindo-lhe, esteve alguns mezes. Nestes concorrerão todos os pertendentes a Seabra e alguns se despacharão de que o Marquez não gostou. Tomou Seabra suas medidas para ficar substituindo o Marquez, suppondo não melhoraria; e não succedendo assim e vindo para Lisboa conheceu por factos e mexericos as ideas do Seabra».

Se é certo que o Marquês projectava fazer de Seabra o seu sucessor (conforme diz o quesito 15.º do *Interrogatório*), é para admirar que se ressentisse com a popularidade que o seu protegido ia tendo na Côrte e na cidade. E sendo o Marquês tão benigno protector e tão amigo dêle, é mais para admirar que êle estranhasse as ambições de Seabra, ambições que estavam de acôrdo com as suas intenções e que lhe devia ter confidenciado ou manifestado por qualquer forma.

Dois anos e meio depois de ter sido nomeado Ministro e Secretário de Estado, Seabra, numa ocasião em que a família real partia para Salvaterra e quando quis beijar a mão do Rei e receber ordens, êste disse-lhe *que as fôsse receber do Marquês.* Partindo logo para casa dêste, e interrogando-o sôbre o sentido das régias palavras, obteve a seguinte resposta: — *O que com verdade sei é que com o mais profundo pezar executo as terminantes e positivas ordens de El-Rei meu Amo e Senhor* (1).

Estas palavras foram acompanhadas com abraços e grande comoção por parte do Marquês, assim como também aconteceu que na ocasião do embarque, o Rei chamou Seabra por duas vezes e lhe apertou as mãos, *muito*

---

(1) Pág. 19 do opúsculo já citado.

comovido, parecendo que tinha alguma cousa que o mortificava (1).

Em uma nota confidencial ao Conde de Rio Maior, Seabra declarou que *o Marquês de Pombal não foi o autor da minha desgraça, foi o executor por infelicidade sua e minha* (2).

---

(1) Pág. 19 do opúsculo já citado.

(2) Pág. 23 do opúsculo.

Depois da resposta de Pombal, José de Seabra como visse que tudo estava perdido para êle, partiu para a sua quinta de Vale de Besteiros, no têrmo de Viseu. Uma fôrça de cavalaria o conduziu depois à Fortaleza de S. João da Foz e recolhido em uma prisão escura, foi ali sentenciado a ser desterrado para o presídio de Pungo Andongo.

Mais tarde com a subida ao Trono da Raínha D. Maria I, por intercessão do seu amigo Martinho de Melo e Castro, Ministro de Estado, José de Seabra regressou ao Reino. A Raínha nomeou-o Desembargador dos Agravos da Casa da Suplicação e aposentou-o logo em seguida com um ordenado certo. Fêz-lhe também mercê da Comenda de S. Miguel de Oliveira de Azemeis em sua vida, recebendo pelo Erário Régio, enquanto a comenda não tivesse rendimento, a quantia de dois contos e quatrocentos mil réis por ano.

Residiu na sua quinta de S. Sebastião da Pedreira e aqui, dizem as *Memórias* manuscritas que «concorreo outra vez toda a corte a visital-o. Os particulares não vinhão muito satisfeitos porque não erão recebidos com atenção e havendo muita murmuração e pouca esperança de que tornasse a entrar no Ministerio, logo a casa ficou dezerta. Conservou-se na Corte até alcançar da Rainha varias mercês e com elas se recolheu á sua quinta do Canal onde agora vive».

Em 1799, sendo êle Ministro do Reino, com Luiz Pinto de Sousa Coutinho nos Negócios Estrangeiros, o Príncipe D João resolveu assumir a regência do Reino e tendo sido consultado José de Seabra, êste foi de opinião que nada se devia fazer sem a convocação das Côrtes. Esta opinião levantou uma barreira entre os dois e por êsse motivo foi Seabra demitido de todos os cargos concedidos pela Raínha D. Maria I, exilado para a sua quinta do Canal (1) e proïbido de voltar à Côrte.

(1) A quinta do Canal foi sequestrada aos padres jesuítas e oferecida pelo Marquês de Pombal a José de Seabra. Está situada próximo da Figueira da Foz.

Felizmente para o Rei, infelizmente para o Marquês, a seguinte carta (inédita até hoje) escrita por êste a seu filho primogénito o Conde de Oeiras, desfaz por completo (quere-nos parecer) a idea de que foi o Rei que ordenou o destêrro.

«Filho do meu coração. A certeza da feliz viagem com que Suas Mag.des chegaram a essa vila me trouxe toda a consolação, de que necessitava o amargo dissabor com que depois do trabalho de muitos annos que perdi na ideya de que formaria em Joseph de Seabra hum Ministro, que bem servisse e ajudasse o Nosso Augustissimo e Amabilissimo Amo e Senhor Clementissimo; me achei diante dos meus olhos com o mais vil, mais ingrato, mais perfido e mais infame Homem, entre os destas pessimas qualidades que se lem nas hystorias, para escandalo, e aviso dos leytores. Acho-me, porem, m.to tranquilisado com a reflexão, de q. o conhecimento de hum tal monstro val bem o pezar que me custou, porque se tardasse mais tempo em se descubrir, faria neste Reino damnos irreparaveis.

«Estimo que tenhas passado tão bem como vi da tua carta; e que toda a nossa familia ausente goze da mesma felicidade, que Deus Nosso Senhor nos continua em conceder. Ao Conde de São Payo, e q he *(illegivel)* podes segurallo assim; confiando-lhe o horrendo caso, que acima refiro; e dizendo-lhe que pode socegar-se; porq eu me acho já inteyram.te desafogado, e satisfeito de ver o serviço e alta reputação de Sua Mag.de livre de semelhante fera. A Manuel Joseph Ferreira tenho ordenado que vá remettendo os mais proventos de Cusinha e Copa que tu lhe ordenares, tanto para Salvaterra como para Vendas Novas. O Dr. Paysinho me parece m.to proprio para sucessor do pobre Medico Paschoal pelas rezões que me ponderaste. E adeus meu filho, que te g.de tantos e tão felices annos, como te deseja de todo o coração — Teu Pay — *Seb.am Joseph.* — Nossa Senhora da Ajuda em 21 de Jan. de 1774». — (*Colecção Pombalina*, Biblioteca Nacional, vol. 713.º, fol. 11) (1).

---

(1) Esta carta foi escrita quatro dias depois de Seabra ter partido para o destêrro. Parece impossível que António de Seabra e Sousa não a tivesse visto no Arquivo da Casa Pombal, êle que forrageou nesse arquivo tanta informação pró e contra o seu avô.

É bom saber-se que todo o Arquivo da Casa Pombal constitui hoje a *Colecção Pombalina* e que alguns documentos citados por Seabra e Sousa não se encontram presentemente (!) na *Colecção*.

Ninguém poderá dizer que pelo texto desta carta se possa concluir outra coisa. Todos sabem muito bem que o Marquês de Pombal e El-Rei D. José eram duas pessoas distintas, mas uma só soberania: — o Marquês resolvia e o Rei mandava executar.

Assim aconteceu sempre em tôdas as circunstâncias do reinado josefino, porque só assim se afirmava o poder inteligente do valido e a representação do absolutismo na pessoa do Rei. E se alguma vez o Rei teve vontade própria, não foi para perdoar criminosos, antes tê-la-ia manifestado para agravar as penas que Pombal impôs.

¿Mas, então, que crimes cometeu José de Seabra para ser separado da família, demitido de todos os empregos e desterrado para Angola?

As quatro palavras da carta atrás reproduzida, *vil, ingrato, pérfido* e *infame* podem talvez mostrar a fôrça e a qualidade dêsses crimes.

Vamos interpretá-las de acôrdo com o depoïmento dos contemporâneos.

No entanto começamos por declarar que não reputamos sinceras ou verdadeiras as declarações de Pombal expressas no *Interrogatório,* quando se refere às habilidades de Seabra, desde que intentou fazê-lo seu ajudante ou amanuense, admitindo-o pelos anos adiante como adjunto e querendo fazer dêle seu sucessor.

É certo que o Marquês diz na carta *depois do trabalho de muitos anos,* mas êsses muitos anos não compreendem os dezanove que decorrem desde o *exame vago* até à nomeação de Ministro. Êsses *muitos anos* devem referir-se aos sete anos decorridos desde a nomeação de Procurador da Coroa, porque doze passou-os Seabra no Pôrto como Desembargador e não podia servir em Lisboa como adjunto ou amanuense do Marquês.

A maneira como Seabra procedeu segundo as *Memórias*

durante a doença de Pombal, abusando da sua confiança, não o consultando nos despachos a fazer, dispondo como se fôsse o primeiro ministro e sabendo que o doente piorava, procurando por várias formas suceder-lhe no poder, — dá azo a que o têrmo de *ingrato* lhe seja aplicado.

As *Memórias do Marquês de Pombal contendo extractos dos seus escritos e da correspondência diplomática inédita* existente em diferentes Secretarias de Estado por John Smith, secretário privado do Marechal Marquês de Saldanha, traduzidas por J. M. da Fonseca Castro, publicadas em Lisboa em 1872, a pág. 244 dizem que Mr. Walpole, Ministro inglês em Lisboa, no reinado josefino, informava a Côrte de Londres da desgraça de Seabra nos seguintes têrmos: «Seabra tinha a seu cargo a expedição e jurisdição dos negocios eclesiasticos e segundo se diz, parece que em 2 anos e 4 mezes que foi Ministro d'Estado passou sem conhecimento de Sua Magestade 2922 licenças para ordenação de egual numero de padres... tendo recebido por cada uma, 10 moedas» (1).

As *Memórias* manuscritas nada dizem. Escritas por um eclesiástico, é evidente que sôbre o assunto nada dissessem, porque algumas ordenações êle devia ter recomendado e obtido!

Não era de estranhar naquele tempo o peculato, porque era um crime cometido em todo o Reino, mas em um Ministro de Estado era censurável, e o Marquês poderia considerar um *vil* quem cometesse êsse crime (2).

---

(1) Os ministros estrangeiros acreditados em Portugal tiveram sempre muito boas informações sôbre os nossos negócios internos. (Visconde de Santarém *passim*).

(2) As *Memórias* manuscritas dizem que o Marquês era honesto e que não constava em Lisboa que êle recebesse presente ou dádiva de qualquer pretendente, mas, quando falam do atentado contra o Rei, dão

O Embaixador da França em Lisboa, Marquês de Chermont, em data de 11 de Junho de 1771 escrevia para a sua Côrte, sôbre a desgraça de Seabra: — «Transgrediu a lei que não permitia aos Bispos a confirmação de eclesiasticos sem beneplacito regio e desobedeceu a el-rei dando uma ordem para fazer entrar n'um convento um morgado, fazendo suceder no vinculo um colateral» (1).

Uma obra muito rara em Portugal (há um único exemplar na Biblioteca da Universidade de Coimbra) intitulada *Administration de Sebastien Joseph de Carvalho e Melo, Comte de Oeiras, marquis de Pombal, em 4 vol., Amsterdam 1787* par *le Chevalier Dezoteux de Comartin envoyé de France en Portugal*, diz a pág. 33 do tômo IV: — «Seabra antes de tomar conta do seu logar de Ministro tinha um génio afavel, doce e qualidades recomendaveis para ser um homem d'estado... Carvalho seguro de que a Princeza herdeira e o seu marido não consentiriam que elle (Pombal) continuasse a governar, pensou em suprimir a sucessão da Princeza ao trono portuguez. E ordenou (sobre reservas) que Seabra redigisse a lei que devia corrigir essa sucessão. Seabra não se conformou com a idéa pombalina e como lhe repugnava concorrer para ela, foi denunciar á Princeza a vontade do Marquez».

Além dêste segrêdo, outros haviam sido confiados a Seabra que os não guardou com aquela discreção tão necessária a um Ministro *(Memórias)*.

Assim os dois epítetos de *pérfido* e *infame* que Pombal lhe aplicou podem caber a um homem que traíu a confiança do seu chefe, tanto mais quanto êste tinha nas suas mãos

---

pormenores sôbre o destino que tiveram as jóias dos condenados, algumas das quais foram para a família Pombal.

(1) *Quadro Elementar das relações politicas e diplomáticas em Portugal,* pelo Visconde de Santarém, vol. VIII, pág. 63.

as rédeas do govêrno de uma nação e precisava de uma concordância de vontades e de opiniões para bem a administrar.

O Sr. J. Lúcio de Azevedo na sua magnífica obra, — o *Marquês de Pombal e a sua época* diz que o Cardial da Cunha foi causa do destêrro de Seabra porque o intrigou junto do Rei por meio de intrigas indecentes e criminosas.

Francisco Luiz Gomes no seu livro, — *Le Marquis de Pombal, esquisse de sa vie publique,* publicado em 1869, segue a mesma opinião.

Estes dois escritores querem que tivesse sido o Rei quem ordenou a prisão, mas pelo que acima dizemos e como provamos que foi o Marquês cansado dos defeitos e abusos de Seabra, *as anedotas indecentes e criminosas* — (como único pretexto para a sua prisão e destêrro), não são de atender.

O autor das *Memórias* manuscritas fala também em intrigas (1) e mexericos feitos pela camarilha palaciana contra as ambições políticas de Seabra, mas atribui a sua queda à inconfidência em muitos negócios do Estado, donde se pode

---

(1) É possivel que o Cardial da Cunha (D. João Cosme da Cunha, Cónego Regular de Santo Agostinho, Arcebispo de Évora, elevado à púrpura cardinalícia em 6 de Agôsto de 1770, isto é, um ano antes de Seabra ter sido nomeado Ministro de Estado), com inveja da influência que êste exercia na Côrte e da confiança que Pombal lhe dava, manejasse a intriga como desfôrço de ter sido apeado da amizade que o Marquês lhe consagrava. Essa amizade chegava a ponto de o Marquês ensinar de antemão as respostas que sôbre os negócios de estado, êle Cardial devia dar ao Rei, em conselho de ministros, para que não ficasse mal considerado pelo Soberano. Além de ser pouco inteligente e pouco instruído (a-pesar-de possuir uma biblioteca de 11.000 volumes que o Conde da Ponte dizia serem as 11.000 virgens) o Cardial da Cunha era muito invejoso e foi sobretudo muito ingrato para com o Marquês, visto que lhe embargou a entrada na câmara do agonizante D. José, com estas palavras cruéis: — *Vossa Mercê já nada tem que fazer aqui, as suas funções estão acabadas!*

concluir que Seabra sofria uma tara de família que não soube vencer.

A ingratidão, as inconfidências, o peculato foram os motivos do seu castigo: — *a sua má cabeça* — como êle dizia na carta que mais tarde no regresso de África, escreveu a Martinho de Melo e Castro, Ministro de D. Maria I, agradecendo-lhe a intercessão junto desta Rainha.

¿Mas, verdadeiramente, em nossa consciência, poderemos aprovar o procedimento do Marquês de Pombal em castigar, sem dó nem remissão, José de Seabra, pelo mau uso que fêz das suas funções de Ministro?

Não, mas devemos em nossa consciência também considerar que Seabra foi de todos os colaboradores de Pombal o que mais irritou a confiança que êste nêle depositava.

E se não vejamos: ¿Quais foram os colaboradores de Pombal?

— *D. Luiz da Cunha Manuel,* que da legação de Londres passou para a Secretaria da Guerra. Foi sempre um obediente às ordens do Marquês. Cumpriu-as sem recalcitrar. E com receio de desagradar, *viveu sempre em sustos, sem ter em dezenove anos de serviço acção alguma livre.* (Memórias).

— *Diogo de Mendonça Côrte Real,* Secretário da Marinha e Ultramar e Secretário das Mercês e Expediente, *sempre desunido e oposto a Sebastião José.* Foi um protector declarado dos jesuítas. Para a apresentação dos Capítulos, dos quais falámos a pág. 122, êle consentiu que as negociações se fizessem pelo seu Ministério. E a-pesar-de ser aclamado por *Prudens, Fide et Ingenio Consilioque* no retrato da gravura de Lourenço Debrie, êle nunca quis reconhecer a vontade enérgica do Marquês. A revolta de desagrado de Diogo de Mendonça *com horroroso escândalo contra a Paz, religião, civilidade e obediência* levou-o a sair da Côrte de

Lisboa dentro de três horas para a distância de quarenta léguas, nas vizinhanças do Pôrto, depois para Salreu, em seguida para Mazagão e por último para as Ilhas Berlengas onde acabou os seus dias. De tôdas aquelas paragens do seu destêrro devia *apresentar certidões de o ter cumprido com obediência, sob pena de que fazendo o contrário, além do grande desagrado em que tem incorrido, se dará outra demonstração de providência com que satisfaça o bem público dos meus fieis vassalos.* (Decreto de 30 de Agôsto de 1756 (¡intimado pelo seu colega no Ministério, D. Luiz da Cunha Manuel!).

— *Tomé Joaquim da Costa Côrte Real,* Desembargador, Secretário do Ultramar. De génio um pouco agressivo, algumas vezes discutiu com o Marquês e alguns dissabores teve, mas como Tomé havia sido o conselheiro e obediente executor das ordens daquele na expulsão dos jesuítas, — o pesadêlo pombalino de muitas noites passadas no combate de indecisões e opiniões contrárias —, os atritos entre os dois desapareciam e a reconciliação firmava-se com promessas duradouras. No entanto, um dia, uma carta de Tomé Joaquim ao jesuíta Padre António Moreira, preso na praça de Almeida, foi parar às mãos do Marquês que obrigou o signatário a demorar-se durante alguns meses nas Caldas da Raínha, onde se tratava de um estupor.

— *Francisco Xavier de Mendonça,* Secretário da Marinha. Era *áspero e malcreado (Memórias)* com todos os pretendentes, chamando-lhes *ladrões* e *velhacos.* Inteiramente ocupado com o desenvolvimento da Marinha que era também um pesadelo para o Marquês por causa do tráfego e defesa do comércio do Brasil, poucos atritos teve com aquele, e viveram sempre na melhor paz e harmonia. Por morte de Xavier de Mendonça foi Secretário da Marinha *Martinho de Melo e Castro.* Êste também viveu em sustos porque o Marquês que havia aceitado a sua nomeação imposta pelo

Rei, contrariava-lhe as intenções e levava-o a fazer o que êle quisesse. Melo e Castro obedecia e calava-se.

— *Aires de Sá e Melo* que de Embaixador em Madrid passou a exercer o cargo de D. Luiz da Cunha (falecido à sua chegada a Lisboa) e sempre o exerceu a contento do Marquês, *com acêrto*.

Pelo exposto se vê que os dois Ministros que mais desagradaram ao Marquês foram Diogo de Mendonça e José de Seabra. Aquele, desterrado por decreto para Mazagão, praça forte portuguesa a oeste de Marrocos; êste, desterrado por decreto, julgado por alçada, acompanhado por uma partida de cavalaria, vigiado de perto pelas autoridades, encerrado na casamata de um forte inóspito, algemado no porão de um navio e obrigado a viver sob um sol tórrido em um dos mais cruéis presídios de Angola!

Pombal desterrou-os conforme a natureza do desagrado que experimentou. Quem discutia as suas ordens, vivia em sustos, quem se revoltava contra elas, abusava ou não as cumpria, era desterrado para fora do Reino.

Êle queria bons colaboradores, inteligentes, sabedores e experimentados na administração pública, mas queria-os também escravos da sua resolução, qualquer que ela fôsse, e miserável daquele que o contrariasse ou abusasse da sua confiança. E para cúmulo da sua má vontade, o castigo não era sòmente aplicado aos Ministros criminosos (?), era-o também aos membros da sua família e aos seus amigos particulares.

O irmão de José de Seabra, Lucas de Seabra, foi aposentado do seu lugar de Desembargador e o mesmo aconteceu ao seu amigo Francisco Feliciano Velho da Costa. Outro amigo o Bacharel José Caetano de Mesquita esteve preso no cárcere de Pedrouços. O irmão de Diogo de Mendonça, Pedro de Mendonça, Deputado da Mesa da Cons-

ciência foi aposentado. Gonçalo José da Silveira, seu amigo particular, por causa dos Capítulos, foi demitido de todos os lugares e sòmente aposentado no do Conselho de Fazenda, degredado para o Fundão, depois para Ourém. Felipe Maciel, Deputado da Mesa da Consciência, aposentado; desterrado para Viana. António de Andrade Encerrabodes preso no Forte da Junqueira!

Uma terrível série de arbitrariedades empana a altiva figura do Marquês, e no entanto, a-pesar-de tudo, diremos dêle, o que diz Macedo Papança, nas *Telas históricas*, em uma ode à sua memória:

¡Marquês, és imortal, cumpriste o teu dever!

Janeiro-Junho-1932.

JOÃO JARDIM DE VILHENA.

LOS DOS MAESTROS DE HUMORISMO DEL SIGLO XIX: LARRA Y EÇA DE QUEIROZ(1)

PALABRAS DE INTRODUCCION

Las naciones que ocupan la Península Ibérica donde vinieron al mundo estos dos hombres geniales, son pueblos hermanos por la raza, por tradiciones históricas que reconocen una misma noble y excelsa estirpe, por aspiraciones políticas semejantes y, para que la identidad no falte ni en esto, aun lo son geográficamente. Si la heroica empresa de los Navegantes que cantó con tan alto acento en *Os Lusiadas* el infortunado poeta que tambiém supo vestir la cota de malla y lucir, al sol de la gloria, la espada con que una mano amiga quiso endulzar las tristezas del destierro de Santarem, a que le condenó el amor de Catalina de Ataide; si aquel grupo inmortal realiza su obra de conquista y colonización en las tierras de Oriente, España impulsa hacia Occidente su acción guerrera por implantar la civilización del viejo mundo, no bien tocan, de regreso a Barcelona, las naves del Descubridor. Durante largas centurias estos dos pueblos han combatido juntos, unas veces contra el enemigo común

---

(1) Discurso de ingreso a la Academia Nacional de Artes y Letras, de Cuba, leido por el Señor Emilio Gaspar Rodríguez, Miembro de Número de la Sección de Literatura, en la sesión solemne de recepción celebrada en la Habana, la noche del 30 de Junio de 1926.

en la Epopeya de ocho siglos, y otras inclinando la balanza en las luchas interiores y fratricidas que agitan a los Príncipes cristianos de España, antes de la realización de su unidad política. Estas vinculaciones han tenido que traer, muy frecuentemente, otras de más fuerte y duradera influencia: la vinculación espiritual. Escritores portugueses residen, durante la grande época de España, en su suelo, y consagran su amor intelectual a las letras de Castilla. Jorge de Montemayor, que arranca a Cervantes palabras de elogio en el escrutinio de la librería de Don Quijote, inicia la novela pastoril, creada primorosamente por el genio literário de Italia; Mira de Amescua (1), a quien por cierto se atribuye la segunda parte apócrifa del *Ingenioso Hidalgo*, representa no escasa influencia en el teatro cuando, por el impulso maravilloso de Lope de Vega, adopta rumbos distintos a los establecidos por Lope de Rueda, Francisco de Rojas y Torres Naharro, cómicos de la legua que de venta en venta levantaron el tablado de la farsa y troquelaron con los miserables materiales del diálogo amoroso y el monólogo socarrón la gran comedia del siglo áureo de Calderón y Moreto; comedia que otro portugués insigne, Gil Vicente, habría de sentar como sobre sus rodillas para enseñarle a dar los primeros pasos de su vida gloriosa; Gómez Pereira, el médico famoso de Felipe II, portugués nacido en las tierras que confunde a gallegos y lusitanos, adelanta en su *Antoniana Margarita* las teorías filósoficas de Descartes, y Melo, el ilustre y benemérito Don Francisco Manuel, al par que asiste a las batallas que el rey Felipe IV empeña contra las

---

(1) Don Fructuoso Sanz, en su «El doctor Antonio Mira de Amescua, nuevos datos para su biografia», 1914, afirma que nació y murió en Guadix. Es posible que naciera y muriera en Guadix. Son accidentes. La familia del Dr. Antonio Mira de Amescua fué portuguesa; su tradición de cultura y su temperamento más de Portugal que de España.

libertades de su propio pueblo, deja a la posteridad la joya exquisita de la *Guerra de Cataluña*. En España, digo, durante la centuria de oro de las letras y las artes, escritores y poetas de los dos solares ibéricos, teólogos y místicos, artistas de la piedra y el pincel, dan la norma y fijan orientaciones novísimas en toda disciplina, no ya a los insignes maestros de Portugal sino a los de las demás naciones. Estos dos pueblos, pues, se penetran y se aman, y juntos realizan obras de perdurable significación histórica, ciertamente las más altas proezas que recuerdan los hombres. Si alguna vez, en el vario curso de los acontecimientos, se los encuentra rivales, esa es la natural rivalidad que determinan las fronteras y un interés superior de hegemonía por que luchan en el momento en que esas naciones primaces tienden resueltamente a realizar la unidad de sus instituciones para luego desatar, en el campo de las ideas y de la acción, la más pomposa, delicada y espiritual —y la más heroica también, si seguimos a las tres naves de Colón a través del grande Oceano —de cuantas haya emprendido el corazón humano, cuando renace para el mundo, después de las luchas escolásticas de la Edad Media, la idealidad que pisotearon los caballos de los bárbaros a su paso por las tierras Occidentales y Mediterráneas. El más grande de estos dos pueblos, el de sangre más fuerte, el más enérgico en concentrar y propagar ideas constructivas, logra localizar la influencia política del otro durante el siglo XVI en que realiza su expansión, tendencia política imperialista que no logra detener ni la tempestad de los mares, ni la lucha desigual contra la Naturaleza, ni el poder de resistencia desplegado por los pueblos que no se resignan a morir. De suerte, que circunscrito el radio de acción del pueblo portugués a su propio territorio, le es dable a España, en las postrimerías de esa centuria, absorberlo y sujetarlo a su dominio.

*

A principios del siglo XIX, cuando el pueblo dominador, viejo león exangüe, duerme su cansado sueño sobre el zócalo de su intransigencia religiosa y de su incapacidad para comprender, asimilar y difundir las nuevas ideas, que el torbellino revolucionario de la Francia lleva a los otros pueblos, al alborear esa época, Larra inicia su labor intelectual. Eça de Queiroz, en la segunda mitad de la propia centuria diez y nueve, comienza la suya en el seno de un pueblo que sabe, porque tiene plena y firme conciencia de ello, que aun le resta energía vital para realizar su misión histórica que escolló fatalmente ante la fuerza guerrera y la fortuna nunca eclipsada del Duque de Alba.

Larra y Eça de Queiroz representan, no iguales tendencias literarias, pero si semejantes en alguna parte de su labor, y ambos luchan, en tales escenarios, por el mejoramiento político de sus madres patrias frente a problemas casi idénticos. Si Larra rompe lanzas en la novela y en el teatro y en sus trabajos de crítica, por assegurar el triunfo del Romanticismo en España, Eça de Queiroz hace triunfar el Realismo, que es la escuela de su época, en Portugal, a la manera como un dia, de regreso a sus lares, Almeida Garrett, con igual oportunidad que el escritor español y con no menos amor, se consagra al triunfo del género literario que hace llorar a Mignon y que pone en la mano de Werther la pistola del suicida. Si Larra llora tristemente ante el atraso político e intelectual de su pueblo, Eça de Queiroz deja caer de sus ojos, que ríen dulcemente, unas lágrimas que forman como la orla de sus cartas y de sus episodios novelescos; si Larra ensaya la sátira como eficaz instrumento con que sueña destruir los gérmenes del mal que corroe al pais que llama de las *Batuecas,* Eça de Queiroz también cultiva con

éxito esa forma demoledora que en alguno de sus trabajos alcanza el fondo y la forma magistrales como cuando, con su amable sonrisa, eleva a Pacheco a las cumbres de la heroicidad epónima, en la dura y admirable crítica del ambiente de su pais que pone en su boca estas palabras desconsoladoras: *Portugal todo, moral y socialmente, está repleto de Pacheco. Pacheco y Portugal por lo demás, necesitaban insustituiblemente uno del otro. Sin Portugal, Pacheco no habría sido lo que fué entre los hombres; pero sin Pacheco, Portugal no sería lo que es entre las naciones!*

*

En estas páginas apuntaré algunas ideas sobre la vida, la obra y la época de estos dos grandes escritores que representan el humorismo de más alta calidad intelectual en el siglo XIX, a quienes dividen unos cortos años y la apreciable diferencia del idioma, pero a los que son comunes infinitos anhelos patrióticos y muchos puntos de vista semejantes en sus orientaciones estéticas y en la interpretación de problemas sociales y políticos. Y he de advertir que no es mi propósito señalar meramente tales identidades, sino más bien la concepción ideológica de sus obras que los lleva a realizar ingente esfuerzo. Hablaré, pues, de ambos destacando el ambiente diverso y el pueblo y la época distintos en que cada uno escribió y —¿por qué no dicirlo?— en que sufrieron y lloraron ante la realidad que contemplaban y combatían, y también al verificar la inutilidad del doloroso apostolado que en *Fígaro* tomó la apariencia de un duelo a muerte con la sociedad que, sin embargo, amaba, y que en el noble escritor portugués asumió la forma, más cruel, si cabe, de una sonrisa displicente.

Pero! qué difícil tarea la de hablar de Larra, y con qué

peculiar e íntima amargura puede el escritor de América recordar la labor del hombre genial que esparcía en la hoja del *Pobrecito Hablador,* o en los periódicos de la época, las más altas, admirables y generosas ideas de mejoramiento, destinadas, dolorosamente, a no repercutir en aquél medio que él comparaba a un enorme cementerio! No se hace eco entre las tumbas! decía. Grave empeño, ciertamente. Sería preciso tener, para juzgarle y considerar la influencia fascinadora que ejerció en la vida literaria española de los comienzos del siglo pasado, no sólo un espíritu capaz de entendimiento de hermosura y de aquella heroica aptitud que infundió Stendhal al alma grande de Julián Sorel, dándole por campo de acción una sociedad vulgar, y que limitaba sus aspiraciones a vivir en la obscuridad del llano que rodean las montañas, y no a plena luz de las cumbres; no esto únicamente, sino también me serían precisos el conocimiento cabal de los hombres entre quienes vivió y de la época que le vió nacer y luchar, la noticia profunda y necesaria de lo que él jocosamente apellidaba «el siglo en blanco» en que surgiera a las letras para laborar en aquel escenario, aplaudiendo y alentando, unas veces, censurando y combatiendo, otras, en páginas de crítica incomparables.

Empresa de tan subidos quilates como la otra, y de no menos esfuerzo, es la de recordar al insigne portugués cuyo acervo intelectual constituye la gloria más pura y alta de su pais, porque desde las páginas de mocedad del viaje a Egipto en que narra las fiestas de la inauguración del Canal de Suez, — anhelo de comprender pueblos y civilizaciones distantes que representa su ideario de vida — hasta las de *La ciudad y las sierras*, — canto de amor a lo puro de su tierra, pasando por las páginas demoledoras, también de juventud, de *As Farpas,* — postura moral frente a la crisis político-social de su patria, — Eça de Queiroz es el escritor y el novelista más leido y admirado de Portugal, que com-

parte con los maestros franceses del siglo pasado la fama y la atención de la crítica seria (1).

Larra afirmaba, en las horas terribles de su apostolado, que él era sólo un *pobrecito hablador;* y Eça de Queiroz, desde el retiro de Bristol, en su famosa carta a Manuel Pinheiro Chagas, dejaba escapar esta frase desconsoladora en que confesaba su impotencia para imponerse al medio por cuyo mejoramiento luchaba: *yo soy apenas un pobre hombre de la Povoa de Varzim*... Y hablaron estos dos maestros con tal acento de verdad, y tan honda nota de dolor supieron trasmitirle a la posteridad que otorga la justicia definitiva, que ya se sabe que han quedado consagrados como los más altos humoristas de la Península Ibérica y tal vez del mundo. ¡Admirable coincidencia de sus vidas y de los fallos de la justicia!

LOS PRIMEROS AÑOS DE LARRA

Se dice que Larra pasó, en los primeros años de su vida, una contrariedad moral que tornó su carácter, de alegre en grave y taciturno, formándole ese espíritu de análisis que le dió tan claro y grande conocimiento de los hombres y de las cosas, no obstante la poca experiencia que naturalmente le es dado tener a quien como él sólo vivió veintiocho años, la edad en que se empieza a vivir. Su carácter — dice Cortés, un biógrafo suyo que no interpreta su obra ni comprende su vida — se alteró completamente. Sus sentimientos

---

(1) Manuel de la Cruz, notable crítico cubano, consagraba el 10 de Julio de 1895, en las páginas de *La Nación*, de Buenos Aires, un trabajo a Eça de Queiroz. Ya antes, en la *Revista Cubana*, publicación mensual de la Habana, había publicado una traducción suya de *A reliquia*. Esto prueba la reputación universal del gran escritor portugués; porque Cuba, a causa de su estado revolucionario y de la opresión de la Metrópoli, no estaba muy al tanto del movimiento intelectual del resto del mundo.

fueron tan profundamente afectados — agrega — que ésta fué la primera vez de su vida que se le vió llorar sin consuelo. Se pretende que de aqui vienen todas sus desgracias, concluye el mencionado biógrafo (1).

Por muy profunda que haya sido la herida que abrió en su corazón de niño este doloroso incidente, por muy grande que hubiese sido la influencia que ejerciera sobre su corta vida, no cabe afirmar que si Larra se distanció de la sociedad de su tiempo lo debió precisamente á él: aquella contrariedad pudo entenebrecer su caràcter, pero el estado de cosas que *Fígaro* encontró a su llegada al mundo, el desbarajuste moral e intelectual que reinaba en la España de sus dias, fué lo que lo inició en aquel su apostolado, de que da testimonio cabal su obra. Larra, como todos los hombres que representan para la humanidad — tan pronto como caen sobre su tumba las últimas paletadas de tierra de los sepultureros — algún esfuerzo, alguna lucha, traen, por altísimo designio, una misión fija y concreta, necesaria al orden del mundo, porque él ha menester de esta pugna, de este choque, para a la postre conquistar un derecho o desbubrir una gran verdad y dejarla en la conciencia de los hombres. Ya habló de esta lucha aquel preclaro poeta de Weimar cuando afirmaba en el primer *Fausto*, por boca del Espíritu de la Tierra, invocado por el viejo doctor: *en el océano de la vida y en las borrascas de la acción, subo y bajo, voy* e *vengo!*

Para juzgar a Larra es necesario tener presente dos fases distintas de su vida: del tiempo en que tradujo del francés

---

(1) Carmen de Burgos, en una obra sobre el infortunado escritor, pretende haber descubierto el secreto de ese incidente que ignoraron sus coetáneos. De todos modos, es interesante la leyenda que va formándose en torno a estas vidas dolorosas. Se ha llegado hasta revelar las palabras que mediaron entre Larra y su amante adúltera en el gabinete en que, minutos después, se quitó la vida de un pistoletazo.

al castellano *La Iliada* de Homero y *El mentor de la juventud,* que fueron sus primeros trabajos, a los trece años, (1823), hasta en el que suprimió, o mejor, le hicieron suprimir *El pobrecito hablador* (1833), es decir, diez años después; de la época en que intervino en la política de su pais (1833–1834), colaborando en la *Revista Española* — después *Revista Mensajero* — y en *El Observador,* hasta la en que un amor desgraciado, una pasión violentísima le dió una amargura de las cosas del mundo, una desesperanza y un hastío tan profundos, que al fin lo llevaron al suicidio, en el remoto año de 1837. En este último periodo escribió en el *El Español* artículos de costumbres y políticos; tradujo del francés y prologó *El dogma de los hombres libres* (*Palabras de un Creyente*), de Lamennais, y escribió la mayor parte de sus obras para el teatro.

«EL POBRECITO HABLADOR»

Comenzó *Fígaro* a escribir cuando, apremiado por el amor a su patria, concibió la idea de sacar a luz *El pobrecito hablador*, revista satírica de costumbres. A la sazón, España atravesaba por una época de lamentable atraso, como ya he dicho; poco tiempo hacía que las tropas de Bonaparte habían abandonado el territorio español en el que, como es sabido, penetraron arteramente. Las consecuencias naturales de estas luchas son el retraso del progreso, el estancamiento de la vida intelectual de los pueblos; España no contaba ni con artistas, ni con pensadores, ni con literatos capaces de incorporarla al movimiento universal de las ideas: toda la obra se iniciaba de nuevo, cual Sísifo que ya en cumbre altísima cayese con estruendo pavoroso en la sima. Bien es verdad que en esta decadencia del alma española, que tan preeminente lugar llegó a ocupar en los siglos pretéritos, tuvo mucha parte el descuido y cuando nó el es-

píritu inintelectual de alguno de los reyes de las dos casas rivales; Carlos II, de Austria, Carlos IV, de Bordón, y el influjo negativo de sus validos: Don Juan de Austria, — el hijo de la *Calderona,* — Godoy. La mala semilla que arrojaron aquellos inconscientes monarcas vino a dar flor en los precisos instantes en que *Fígaro* nacía, en los momentos mismos en que su alma dudaba si seguía la vocación a que estaba predestinada. Sin aquella España del siglo XIX, fantásticamente atrasada y reaccionaria, Larra no hubiera pasado a la posteridad.

No brillantes, sino magistrales, fueron sus primeros trabajos encaminados a deplorar el estado intelectual de su patria; a presentar a la sociedad en que se movía tal como ella era de corrompida, tal como ella era de inepta para los trabajos del entendimiento; a zaherir, en fin, con la sátira más refinada y exquisita, todo aquello que chocaba a los espíritus, como el suyo, sensibles y puros. El no pretendía, con la publicación de aquella revista, transformar la sociedad por el influjo de unos cuantos artículos, porque él sabía — y en esto era un pesimista de su propia obra — que la evolución de los pueblos es lenta, y que avanzan o retroceden a causa de otros medios que son, o que han sido hasta ahora, más eficaces. Y pensaba bien: porque las artes y las letras, si han hecho avanzar con la cultura de los pueblos el *status* jurídico del hombre, nunca los ha transformado, por desgracia, tan rápidamente como las revoluciones.

Por eso él destruía y no edificaba, si se quiere, pero de todos modos esto no rebaja en un ápice la nobleza de su misión, su alteza de miras. Recuérdese que ningún demoledor ha edificado a la vez. Cervantes mató con el *Quijote* los libros de caballería; pero no dió en él una nueva norma literaria.

Todas las ideas de mejoramiento que Larra deseaba para su pais, todos los ideales del gran escritor, quedaron asen-

tados en las páginas de *El pobrecito hablador,* que fué como el *idearium* de uno de los espíritus más altos y nobles que ha producido una sociedad necesitada de transformarse.

En el primer número de la revista dirigió a sus lectores *Dos palabras,* con las cuales dió a entender que su sátira no tocaría a las personas, sino a los vicios: que nunca, por ningún motivo, haría crítica personal, siguiendo, a mi modo de ver, aquel admirable consejo que daba Horacio. Quien conozca — y para conocerlo no hay más que leer el trabajo de Carlos Didier, — que el mismo *Fígaro* tradujo — acerca de los acontecimientos políticos de España desde que Fernando VII subió al trono de sus mayores, hasta que confiara a Mendizábal la gobernación del Estado, — quien conozca, digo, la dureza de corazón de aquellos políticos y su ningún escrúpulo cuando de combatir el progreso se trataba, no puede menos de sonreir ante la advertencia de Larra en sus *Dos palabras.* Él, al fin, cayó bajo la garra de uno de ellos, y *El pobrecito hablador* tuvo que morir, no sin decir que el Bachiller que la redactaba entregaba su alma porque había dado a entender que de ciertos pueblos, como de ciertas personas, no podía esperarse nada bueno. Protesta valiente, aunque tardía.

Decía el *Bachiller Juan Pérez de Munguía* — que asi se firmaba Larra en la revista — que no haría retratos de nadie: que si algunas caricaturas se pareciesen a alguien, casualmente, en la mano del original estaba no asemejarse a aquellas figuras hechas para la risa y no para la ofensa; corrigiéndose, pues, quedaba el retrato sin modelo. Este era, en síntesis, su pensamiento.

Ciertamente que no pensaba Larra — y esto tiene un mérito excepcional — significarse haciendo ruido de libelista: le bastaba con ser, en lo posible, fiel retratista de la sociedad de su tiempo. Y! qué sociedad! Con sólo leer sus tercetos a *Andrés Niporesas,* la sátira contra los vicios de la Corte,

sus trabajos en prosa *Empeños y desempeños, Todo el mundo es máscara, y todo el año es carnaval* y algún otro, se puede llegar a la conclusión de que para corregir a aquel pueblo, la obra de Larra, con ser por muchos conceptos digna de Cervantes y de Molière, y superior, desde luego, a la de los demás escritores de su tiempo, era demasiado débil para encauzarlo por la senda de la moral y del orden.

Aquellos trabajos que vieron la luz en *El pobrecito hablador* — «Quien es el público y dónde se le encuentra?», «Cartas del Bachiller y de Andrés Niporesas desde las Batuecas», «El castellano viejo» y otros — fueron acogidos con grande entusiasmo por los que como él se lamentaban del estado deplorable de la España de principios del siglo XIX y deseaban, con él, la prosperidad de su pais. Claro es que tuvo su detractor, su *Clemente Diaz*, como Cervantes tuvo su Avellaneda, y remontándonos hasta el más grande de los hombres, hasta Cristo, vemos que no le faltó el Apóstol que le negara y vendiera. Pero, ¡cuanta nobleza de alma no había en el apostolado que comenzaba con la publicación de aquella revista!

Y ¿contra qué cosas se indignaba el *Bachiller*? Respondían los trabajos de *Fígaro* a un mal humor, propio de sus desgracias íntimas, como ha dado a entender un crítico; o, por el contrario, aquellas páginas, que lanzaba al vacío, eran producto de una educación distinta de la de sus contemporáneos, de una superior manera de ver las cosas y de la prosecución de un ideal que sólo el hecho de haber puesto los ojos en él basta para hacerlo inmortal? En *Fígaro* no hubo, al menos en su labor literaria, ni un solo destello de sus querellas personales: él mismo lo afirmaba cuando, discurriendo acerca de la sátira, decía que el satírico venía a ser lo que la Luna: un cuerpo opaco destinado a dar la luz que no tiene. Porque si él sufrió, por sus escritos primeros ho se echa de ver sus sufrimientos: en el fondo de su alma

no habría repercutido quizás en mucho tiempo, puede que nunca, una nota de alegría; pero él reía porque la risa de los hombres se ha oido siempre mejor que las lágrimas del dolor.

LA JUVENTUD DE EÇA DE QUEIROZ: COIMBRA

¡Qué diferente, a la de Larra, en su aspecto exterior, la juventud de Eça de Queiroz, y qué semejante en lo íntimo! Eça de Queiroz, como Larra, nace con el dolor sobre la frente: al pueblo que le vio nacer, la Povoa de Varzim, no le cupo la gloria de criarlo, porque el hijo, legitimado luego por el casamiento de sus padres, acaso pudiese delatar, a los ojos de los vecinos de la quieta aldea, un gran amor oculto y levantar el murmullo pueblerino. Pero como el ironista español, también el escritor portugués tiene una niñez vivísima en el umbral del patrimonio de sus mayores, junto a la vieja iglesia de la Villa do Conde que tiende su sombra bienhechora sobre el alma de los neófitos, o a la vera de los rios y frente al sol de los campos de su admirable tierra; y este género de niñeces, que ya saben de secretos de metafísica y de reconditeces de estilo, cautivan, ciertamente, porque dan razón de un espiritu que empieza desde temprano a poner, con su propia mano, las flores que arranca de tal o cual jardin que costea su heredad, y con que adornará un dia la guirnalda que va tejiendo para su alma de escritor, a quien solamente falta adecuado instrumento en las manos para realizar la entrevista gloria que soñó; y por tal modo anticipan sus creencias y sus ideas, una frase que oye, un gesto que advierte o acaso una paginita de amor que vive con fervor y emoción de niño y que deja un hilo levísimo de sangre en su corazón: el hechizo que siente por aquella criada que por mandato de la tia vieja y rica le lleva del brazo, cada mañara, a la escuela del lugar, o bien, ya

con más años, el idilio de que es protagonista con Angelina en las páginas de *A reliquia,* o el pleno amor de Mary — compartido con Alpedrinha — en las páginas finales de la propia obra, y el intenso y brutal adulterio que describe en *O primo Bazilio,* pasando por la fugaz pasión de la Cohen en *Os Maias.*

La escuela del lugar! Y luego Coimbra, con los mil ruidos que provocan las agresividades maduradas por Antero de Quental y la sociedad secreta *Los compañeros del rayo.* Y más tarde Inglaterra y Francia, con la inquietud de la Sorbona y el Barrio Latino, después que sus ojos han visto y comprendido la civilización secular de los pueblos que se extienden a lo largo del Nilo, género de aprendizaje que un dia le hace proclamar la superioridad del chino, como su paisano Wenceslao de Morais creyó en la victoria de los nipones y en la destrucción de la cultura occidental. El amor fraterno y universal a través del mundo cuán grande es! En la edad moza eleva su alma candorosa de niño y se nutre del saber de los Santos Padres, no menos que de la letra profana de los doctores, que vuela, y de la esencia bendita de la égloga. Una juventud de oro le espera, y parte hacia las tierras lejanas en que el sol nace y en que el sol se pone, y las recorre todas, y no hay sentimiento que no comprenda, ni dolor que no aquilate, ni tampoco idea que no viva en su mente.

Y esa juventud que transcurre, asi, doctamente, siente la necesidad de producir, y va dando a la estampa los libros que un dia formarán un ilustre acervo intelectual. Cuando, no la vejez — que nunca le alcanza — sino cuando una *juventud vieja* comienza a despuntar, Eça de Queiroz lleva comprendidas dentro de su alma estatuaria y clásica no menos de cuatro almas: de escritor, y de psicólogo, y de poeta, y de sapientísimo señor, en fin, que ha gustado todos los placeres, se ha sentado en todos los ban-

quetes, ha vivido todos los amores, ha rezado el cántico de todas las religiones, y que por suma de esto, y como complemento, ha comprendido las ideas que mueven el corazón del hombre y que han dado a los pueblos primaces su fisonomía peculiar en el decurso de los siglos, y en las cuales ideas se basa y afianza, fuertemente, la estructura moral y política de los otros pueblos que han sido penetrados o acaso absorbidos por la obra heroica de la conquista. Esta es la comprensión maravillosa que tendría el espíritu del sabio fisiológicamente inmortal que alcanzase una vejez dulce y suave, y omnímoda experiencia en las lides del pensar y en los altibajos — esperanzas y desfallecimientos — del combatir; subiduría y sagacidad que solo cabe explicar mediante las ideas preconizadas por Platón y que forman ya una escuela filosófica a que se vincula un grupo de pensadores de alta reputación, pero que de rechazarse éstas de todos modos, es necesario atribuir a algún hecho trascendental — como el pasage de la Caverna — que dá razón de la existencia de ciertos espíritus omnicientes, de genio casi orbicular.

Estas almas preclaras dominan sentimientos sin los que no serían, cabalmente, representantes excelsos del grado de elevación moral, de la vigorosa fuerza intelectual, de la alegría que capacita para todo esfuerzo, con que cabe distinguir y señalar el espíritu de una raza; sentimientos que moldean y producen obras que son las más firmes y las más duraderas, no obstante estar ligados al corazón humano por lazos que son los más frágiles: los del amor; el amor por la obra ajena; el amor que penetra y comprende religiones que no nos son congeniales; el amor que justifica la obra de los hombres que nos precedieron; el amor que sabe de las luchas y de los afanes del ser humano; el amor que es capaz de otorgar la justicia porque es conciente de la universal fragilidad que determina que todos podemos tropezar y caer con una piedra del camino...

UN JUICIO DE MENENDEZ Y PELAYO SOBRE LARRA Y OTROS COSTUMBRISTAS ESPAÑOLES DE LA EPOCA

Para recalcar en la labor del costumbrista español, es preciso recordar, otra vez, *El pobrecito hablador*.

En el trabajo *Quién es el público y dónde se le encuentra?*, imitación de un artículo de Jouy, famoso costumbrista francés, se quejaba Larra amargamente del triunfo, casi siempre injusto, de la opinión pública en toda clase de cosas opinables; del desdén de ésta hacia las cosas buenas y su constante afición a las malas; del otorgamiento, en fin, del aplauso resonante – primer peldaño de la escalera de la gloria — para quien le adula: olvido para quien le hace justicia. *Vuelva usted mañana* es una crítica de la inactividad, de la indolencia del empleado español y en que descansa el atraso material de España(1); *El castellano viejo*, donosa crítica de las costumbres de nuestros abuelos, página que al paso que os hace reir os irrita, al ver aquel estancamiento de las fórmulas sociales y aquel apego a lo ridículo, aquella tiranía odiosa del jefe de la familia, de la que Shakespeare en *Romeo y Julieta* y Moratín en *El sí de las niñas* — precisamente por la época en que *Figaro* vivía — se ocuparon, aun cuando creo inútil decir que en *El castellano viejo* no hay tirano alguno, sino un buen abuelo nuestro — Don Braulio — que en cualquier momento podia convertirse, eso sí, en el cruel perseguidor de los amantes de Verona o en el

---

(1) Mesonero Romanos, autor famoso de la colección de trabajos del *Panorama matritense*, necesitó más de un año para obtener permiso de editar su obra, mientras se corrían los trámites en los distintos ministerios. Al fin, Mesonero Romanos tuvo necesidad de utilizar a persona influyente para decidir el asunto; y el rey Fernando VII, a quien le fué presentado le dijo: «ya sé que te han estado molestando los *covachuelistas*».

vencido Don Diego de la admirable comedia de Moratín. *Modos de vivir que no dán de vivir*, es una bellísima pintura de la trapera y del zapatero de viejo: *Los Barateros* y *Los Calaveras* también críticas excelentes de la sociedad de su tiempo.

Decía Menéndez y Pelayo, en una página intercalada por él en la obra del erudito alemán Otto von Liexner, *Nuestro siglo,* que Larra fué, como autor de artículos de costumbres, inferior no sólo a Estébanez Calderón sino a Mesonero Romanos. El no menos erudito autor de *Horacio en España* le encuentra pobre de color y de estilo, pero no advierte que Estébanez Calderón fué un escritor de costumbres local, español, y *Fígaro,* universal. ¿Quién que lea, no siendo del hampa, *Pulpeta y Balbeja*, acierta a dar con el significado del centenar de palabras que contiene ese trabajo del *Solitario*, por más que haga desternillar de risa? Es pobreza de color no hablar de cosas que solo un reducido número de personas conoce y puede comprender? Bien sé yo que el verdadero costumbrista tiene que descender a esos mundos, si quiere serlo ciertamente; pero es fuerza confesar que sin ir a buscar a Pulpeta, Balbeja y la Gorgoja a la taberna, puede encontrarlos entre otros elementos más civilizados de la sociedad. El cómico de *Yo quiero ser cómico y Don Timoteo el literato* — precursor del *Pacheco* de Eça de Queiroz — ¿no son figuras admirables descritas por Larra? Podrían oponérsele a Larra, como escritor de costumbres, quienes rivalizaran con él, mas nó quienes le aventajaran. La prueba está en que hoy dia nadie lee *El panorama matritense* de Mesonero Romanos, y a Estébanez Calderón se le hubiera olvidado totalmente a no haber sido porque su sobrino don Antonio Cánovas del Castillo lo recordó en su libro *El solitario y su tiempo*, con elogios que tienen más del adulador interesado que del entusiasmo sincero.

EL DOLOR DE LARRA

Zarpazos formidables eran los que lanzaba *Fígaro* a los hombres de su tiempo en cada artículo que daba a la imprenta. Su vida de escritor fué, si bien se mira, una lucha sin tregua contra todo cuanto le rodeaba. Quien vivía como él en desacuerdo completo con la sociedad de su época, no podía tener tiempo sino para destruir a golpes de piqueta lo que juzgaba malo, origen del estado desgraciado de su país. De suerte que, a excepción del drama *Macías* y de alguna que otra pieza que escribió y dió para el teatro, de su novela *El doncel de don Enrique el Doliente* y de la traducción de la obra admirable del Abate Lamennais, cuya publicación ocasionó a éste su ruptura con Roma y la definitiva orientación de su alma generosa, toda la labor de Larra respondió a aquel sentimiento suyo de transformar moral, social e intelectualmente a la España de sus dias, a la manera como el escultor, a golpes de cincel, doma el mármol y crea la obra perdurablemente inmortal. La herida que *Fígaro* recibió en su corazón, — aquella noble inconformidad con el atraso de su país, — como aquel golpe de abanico de que habla el poeta francés, que rajaba levemente el vaso donde moría la verbena, fué lentamente ensanchándose, y Larra, al fin, vencido por el dolor — ese dolor incomprensible para los espiritus estrechos que no amaron nunca con pasión humana, como el de Menéndez y Pelayo, que lo achacaba a ignorancia y a soberbia, — tuvo que refugiarse en su propio corazón. Y escribió entonces *La Nochebuena de 1836* que es una página brillantísima, quizás la mejor y más profundamente observada que saliera de la pluma de *Fígaro*. Rebosante de tristeza amarga y desesperada, en ella daba a entender que el hombre que estudia y piensa sufre infinitamente más que el que nada sabe. Y

cuando esta desesperanza se ha apoderado del hombre, ¿no se está a un paso del suicidio? Él lo estaba. Meses después escribió *El dia de difuntos,* el último de sus trabajos, aquel con que habría de terminar su brillante carrera de escritor. Para juzgar si aquella amargura, que ya era grande en *La nochebuena de 1836*, había subido de punto, basta decir que en *El dia de difuntos* afirmaba que la esperanza había muerto en su corazón. «¿Qué espantoso letrero — decía — leo en él?» «Aqui yace la ésperanza! ¡Silencio, silencio»!

Cuando nos observamos a nosotros mismos y vemos que nuestro corazón es una inmensa tumba donde todo ha muerto, fuerza es confesar que solo un tiro de revólver puede poner, fin a tanto sufrimiento y dolor semejante.

PALABRAS DE FRADIQUE MENDES

Si el lenguaje, como observa dolorosamente Eça de Queiroz por boca de aquel admirable Fradique Mendes, pudiera expresar todo lo que se piensa; si el dolor del hombre tuviese adecuado recéptaculo en la letra que perdura, ¡cuántas lágrimas no arrancaría aquel letrero lastimoso! Y aquella observación del escritor del *Epistolario,* lejos de decepcionar al hombre de letras — él decía: *yo no sé escribir; nadie sabe escribir* — debe, a mi parecer, aguijonearle para la producción artística. ¿Cúal sería el estado de las letras si todo aquel capaz de hacerlas progresar se cruzara de brazos por no poder expresar todo cuanto piensa y siente? Cuando el lenguaje llegue a la perfección soñada, entonces surgirá una nueva escuela literaria: la escuela que pintará los dolores del espíritu más cabalmente que hoy, y los dolores del cuerpo, de la carne.

Rafael Altamira, el ilustre profesor de la Universidad de Oviedo, hacía notar cierta vez que ningún escritor moderno, tan inclinados como son a penetrar en el alma de los seres y de las cosas, había expresado en sus libros las rebeldías

de la carne. Pero Altamira, si mal no recuerdo, no analizaba las causas de la carencia de este género de literatura, que yo tengo por la literatura del *devenir*.

LA RISA DE EÇA DE QUEIROZ

Variando ahora, otra vez, el objeto de nuestra atención e interés y llevándolos hacia ese alto y glorioso representativo de las letras portuguesas, ¿con qué palabras se podría ponderar la curiosidad intelectual con que cada vez nos enfrentamos a este espíritu de superior capacidad para ver y reir noblemente? Eça de Queiroz, riendo siempre, durante el melancólico siglo XIX, con la risa fresca y sonora que el echaba de menos en el mundo desde que rindió su alma aquel admirable Abate de Meudon, representa mejor que ningún otro escritor de su época el espíritu de una raza ilustre que, desde los primeros claros del mundo, ha sabido filosofar amablemente; filosofar con la alada gracia que es solo propio de hombres en quienes la prefiguración optimista en ciencia y arte, y una dulce esperanza en el porvenir de sus destinos, han cerrado el camino que conduce a la casa del poeta clásico de Roma, en donde hay consuelo para los corazones flacos y flores con que tejer una corona para las frentes de los vencidos y los tristes.

Eça de Queiroz deja, ciertamente, la impresión de que nos hallamos en presencia de un maravilloso observador de hombres y cosas, que pone una acotación sutil, en el margen de este drama de la vida, a cada uno que ensaye desarrollar una acción o levantar el rumor de su palabra. Porque páginas como las de *A reliquia* o de *Os Maias* declaran que le obsede el pensamiento de poner en orden y armonía el alma, acaso enferma, de esa complicada y diversa muchedumbre que pasa bajo nuestro balcón.

(Continua).

EMILIO GASPAR RODRIGUEZ.

FIDELINO DE FIGUEIREDO E A EPOPEIA

Já se vê que a obra de arte é, como todo o individual, produto, em certa medida, do colectivo.

O caudal de instintos, sentimentos, ideas, que flui e reflui na alma do homem, vem dos séculos, através a família, o burgo, a classe, a nacionalidade — e a humanidade. O homem é, de-certo, «l'être que relie les temps». E é também o ser que une os espaços: nêle repercutem, e informam, condicionam e acrescentam o seu cabedal anímico, os ventos e os climas espirituais do seu tempo.

O homem é assim uma encruzilhada, um ponto de convergência de fôrças morais, religiosas, culturais e dinâmicas, que nêle se fraguam em novas fôrças, que de novo partem em busca de outras almas, como do rádio são expelidos os electrons capazes de transmudar o chumbo em oiro...

Posto receptivo, posto emissor — centro de captação e de irradiação espiritual —, a individualidade do homem está mais na sensibilidade para a recolha, na intensidade da elaboração sôbre êsses materiais estranhos e na aptidão para a transmissão, que no puro inventar — pura abstracção...

A deliciosa fantasia de Marck Twain criou um paraíso onde mortalmente se aborrecem de imortal felicidade grandes capitães, maiores que Alexandre, César ou Napoleão, mas que nunca neste mundo combateram, nem como o

Quixote contra os moínhos; geniais poetas, maiores que Homero ou Dante, que jàmais escreveram um terceto; músicos assombrosos, que ninguém ouviu... Em tôda a sua vida terrena, as «circunstâncias» não permitiram que o seu génio ou a sua vocação se revelassem...

E como não se formaram, ou se formariam, não se coordenaram, ou se coordenariam, as «circunstâncias», ¿para que o génio obscuramente vegetasse, ou subisse ao Capitólio auriflamado de glória? ¿Pelo «acaso», a áurea e mágica chave com que Oliveira Martins queria que se abrissem tôdas as portas da história?

Pregunto-me se o «acaso» não é, afinal, uma fórmula cómoda — sòmente uma fórmula cómoda... ¿O nariz de Cleopatra, a morte de D. Sebastião, a demora na chegada dos reforços napoleónicos em Waterloo, não serão lugares comuns — apenas? ¿Se D. Sebastião não tivesse morrido em Alcácer-Quivir, conseguiria, frente a uma Espanha no apogeu da grandeza, ambiciosa e impregnada do velho sonho ibérico, manter a sua independência um Portugal exausto e decadente? ¿Se Napoleão vencesse em Waterloo, lograria mais que retardar a sua queda?

Creio que o «acaso» não é muitas vezes senão a máscara de outras realidades mais profundas — os movimentos do colectivo, as suas acções e reacções.

¿É por mero acaso que na Renascença surge uma pléiade de homens de gigantesca estatura moral, mental, humana? ¿É por acaso que ao serviço dos Descobrimentos aparecem o Albuquerque, o Gama, o Infante de Sagres ou D. João II?

O homem de génio parece requerer uma preparação e uma justificação colectivas.

(É talvez por isso mesmo que os paises de certo nivel médio de cultura, disciplina e riqueza substituiram os génios por séries de talentos, como argutamente notava há pouco

um escritor castelhano. A soma de muitos talentos não dará de-certo um génio, mas talvez produza, sob o ponto de vista social, mais sólidos resultados...).

*

Mas se, destas generalidades, descemos à análise particular do género ou da obra artística, esbarramos com a impossibilidade de as fixar em lei ou teoria, porque é incoercível, inconstante e multímodo êste interferir do colectivo na criação individual.

Eis, porém, que Fidelino de Figueiredo constrói (e rebuçada no título modesto de *A épica portuguesa no século XVI*) uma teoria da epopeia, como género literário e como fenómeno social: não só a matéria épica, mas a própria epopeia é anterior ao poeta; — precisando: os feitos heróicos, os factos épicos entram na imaginação colectiva, que os trabalha, bate, fragua num sistema de mitos, numa deformação megalósica do real, numa supra-realidade identificada com a própria alma colectiva; e só então pode surgir, surgindo o poeta que a essa criação colectiva dê a expressão artística, — só então pode surgir o poema épico.

As duas linhas que hão-de convergir, encontrar-se, para que o poema exista: criação colectiva do mito épico — o homem de génio que resolva, apreenda e condense em obra de arte essa nebulosa estético-social.

Se há o segundo e falta a primeira — o poema não é épico: é lírico, é narrativo... Se o poeta não acode, os mitos correm a sorte folclórica e anonimizam-se, até se dispersarem e se esvaírem na mente do povo...

A hora do resgate vem, ora mais cedo, ora mais tarde, — às vezes não chega. Da epopeia portuguesa — a epopeia da Renascença, das descobertas e conquistas de quinhen-

tos — mostra Fidelino de Figueiredo como foi recolhida e recriada pelo génio de Camões ainda no primeiro estado de maturação dela, elaborado o mito na imaginação do escol, quando escassos contactos talvez tivera com as massas populares.

Esta nova teoria da epopeia exemplifica-a e demonstra-a o autor com a revista dos grandes poemas épicos. Mas ela penetra-nos tão naturalmente o espírito que logo a aceitamos com a naturalidade simples com que olhamos as coisas sabidas e necessárias.

Nesta evidência, nesta facilidade aparente — que esconde um nobre esfôrço de inteligência assente numa sólida e larga erudição — me parece ver-se o mais claro índice da plena maturidade do talento dêste crítico já conhecido e estimado em todo o mundo da cultura e cuja produção tão vasta guarda aquele invejável privilégio de não poder medir-se aos metros — como a do laborioso Teófilo — porque é, simultâneamente, forte nos caboucos, objectiva no método e, na essência, *viva*, preocupada de valores morais, banhada de humanidade, daquela superior humanidade em que a nobreza do coração não faz esquecer a supremacia e a dignidade da inteligência.

Da sua teoria da epopeia (e creio que o pronome possessivo está demais porque deve entrar desde já no património cultural comum) extrai Fidelino de Figueiredo dois corolários principais: o segundo que, «a-pesar-da sua abundância bibliográfica, a poesia épica portuguesa reduz-se aos *Lusíadas*», porque «só com o poema de Camões se verificou o processo de génese das epopeias; todos os outros poemas, do fim do século XVI ao meado do XIX, são crónicas versejadas, poemas narrativos, panegíricos biográficos em verso, porque o poeta, com ou sem génio, não cria a matéria épica — que, recordarei, é obra colectiva e anterior à sua individual coordenação artística». Por vezes o poeta, observa

Figueiredo, chega a tomar matéria anti-épica: a perda de D. Sebastião, o naufrágio de Sepúlveda... «A epopeia é, fundamentalmente, a apologia da vitória, porque nasce da ufania do vencedor, de uma super-excitação do heroísmo colectivo».

Assim o autor corrige e completa a teoria. ¿Corrige e completa? ¿Mas não está tal restrição implicitamente contida no conceito de epopeia, como Figueiredo no-lo apresenta?

Também a derrota e a desgraça comportam heroísmos; também a derrota e a desgraça são susceptíveis de volver-se em mitos; mas êsses são mitos de sofrimento e lirismo — não têm em si potência épica, não estão presentes em exaltação heróica, exigindo a sua cristalização poética. Se anteriormente ao poeta existe já, não só a matéria heróica, mas o mito, *a própria epopeia,* pela sua mesma essência necessitada do génio que lhe dê forma, — sem dúvida que a derrota e a dor só podem transfigurar-se em lendas de tristeza e desventura, e estas, em si próprias depressivas, não são aptas a tomar a forma do canto heróico, orgulhoso de glórias.

A derrota é deprimente, envilecedora; dela brotam o desânimo, a saüdade e o chôro; e nunca com tais materiais poderia um povo forjar um canto de heroísmo, de fôrça, de glória, um canto que é uma afirmação altiva de supra-merecimentos, apontada ao futuro como o jacto luminoso de um farol.

É certo que também às vezes a derrota gera reacções fecundas e vigorizantes; — mas, quando assim é, as novas fôrças criam-se no desgôsto dela, do seu ódio, o espírito da derrota sacode-se então como o jugo de um tirano.

A nossa admiração vai para o que vence — não para o vencido. Para êste temos, quando muito, a piedade. E a piedade não é sentimento com que se alimentam mitos heróicos.

Porque na base de todo o mito está um sentimento colectivo, — não uma idea ou uma representação intelectual. O mito épico cria-se num sentimento de admiração orgulhosa, a admiração da obra, o orgulho do parentesco com os heróis.

Mas se o mito nasce da ufania da vitória, da admiração orgulhosa dos feitos heróicos que levaram à vitória, — sentimento de ufania e admiração super-excitado —, claro que as façanhas hão-de ser heróicas, claro que hão-de levar ao êxito, mas claro também que essa vitória há-de ter vastas conseqüências, há-de trazer um aumento, — não basta a permanência do *statu quo-ante*.

Aljubarrota — vitória heróica de tão importante resultado como é a manutenção da independência — não chega para constituir um mito épico; é mister que surjam os descobrimentos e conquistas de quinhentos — acréscimo de poder, acréscimo de território, acréscimo de ciência — para que Aljubarrota adquira significação épica, enquadrada na nova moldura heróica, incluída no conjunto épico.

Digamos a palavra: conquista. Há-de haver *conquista* — um passo *mais além*. Reconquista da Península; libertação de Jerusalém; conquista dos mares; fundação de Roma...

Homens de extraordinária estatura moral; — obra gigantesca e vitoriosa; — acrescentamento e superação do existente. — Donde: exaltação sentimental colectiva, no orgulho e na admiração dos homens e da obra. — Logo: formação do mito épico.

Mas, notemos ainda, a super-excitação, a hiper-emotividade colectiva só é possível enquanto se mantém na grei o fogo heróico, a fôrça de ânimo, enquanto se não consuma a decadência. Porque esta é deprimente, triste, abatida e impotente para a criação. (No mito há uma comum criação artística, não no sentido próprio de «arte», que é, por defi-

nição, individual, mas no sentido de deformação e embelezamento por via imaginativa).

Nas épocas de decadência os povos vivem debruçados sôbre o Passado, mas não têm já fôrças para erguer um mito épico. 50 anos depois de Alcácer-Quivir, Camões não poderia escrever os *Lusíadas*.

*

Aplicando a teoria, Fidelino de Figueiredo mostra-nos a génese dos *Lusíadas* e aponta-nos os índices da sua mitização colectiva, alguns dos quais mais desenvolvidamente estuda em apêndices. Dêstes se me afigura particularmente interessante e importante aquele que trata, com segura informação e clara visão crítica, das tapeçarias sôbre o descobrimento da Índia, que termina por esta conclusão: «Houve um estilo, moda ou maneira luso-indiana de tapeçaria de Flandres, sugerida pela emoção universal causada pelo descobrimento da Índia».

*

¿Interpretei ou atraiçoei?...

O voluminho da *Épica Portuguesa* contém nas suas 77 páginas mais ideas que palavras... E mais sugestões ainda que ideas...

Lê-se — e até mesmo, como eu provàvelmente fiz, deforma-se-lhe o conteúdo: nem assim será menor o proveito.

Porque o que caracteriza Fidelino de Figueiredo como pensador é isto mesmo: situa-se sempre no cosmos — nunca no saguão.

E um banho de universal (universal-humano, cósmico-humano, permitam o têrmo), quando as solicitações de tantos particularismos ameaçam perder-nos, é a melhor doação que um homem de 1933 pode receber.

GUSTAVO DE FREITAS.

MIGUEL EYQUEM, SENHOR DE MONTAIGNE(1)

Alguns anos depois, em 1531, o mesmo Erasmo publicou os seus *Apophtegmata* cujo êxito, se não igualou o dos *Adágios* pelo menos lhe não ficou muito inferior; ao passo que na obra de 1500 Erasmo se prendera sobretudo à anedota e ao que podia divertir o leitor, dourando-lhe a pílula da moral, agora o seu objectivo fôra coleccionar os ditos de homens célebres, aquelas palavras solenes que se proferem a pensar na História ou as frases de espírito geralmente duvidoso que já Plutarco recolhera tão gulosamente nas *Vidas Paralelas*. Erasmo não era muito original na sua idea: outra coisa não tinham feito Valério Máximo e Ravísio Textor.

Havia, pois, em tôdas estas compilações duas tendências principais: a da anedota pura e a do ensinamento moral; o papel de as reünir coube a três eruditos, Célio Rhodigino, com os dezasseis livros de *Leçons* publicados em 1516, Pedro Mexia, no volume de igual título, e finalmente, em 1559, nas cartas de António Guevara. Mas, a-pesar-dêste propósito de síntese, a reflexão moral tinha ainda em face do exemplo uma importância secundária.

Foi certamente o que sentiu Montaigne quando, depois de traduzir o livro de Sebond, tão cheio de preocupações morais e de teologia, se encontrou com as compilações que

---

(1) Cont. do vol. 84.º, pág. 591.

acabamos de enumerar; e, como já no seu espírito o exemplo começava o apresentar-se como tema de reflexão, não deixaria de notar a pobreza que neste ponto caracterizava, a-pesar-das suas pretensões, a obra de um Mexia ou de um Guevara.

Não lhe deve, porém, ter sido desconhecido em livro que se publicou alguns anos antes da sua retirada para Montaigne, provàvelmente em 1565, e de que era autor Jacques Tahureau du Mans; era uma colecção de *Dialogues non moins profitables que facétieux,* título que não revela no autor uma excessiva modéstia. E du Mans, como pensava fazer Montaigne, tinha tomado a vida, com a sua multiplicidade de aspectos históricos, jurídicos, sociais — conhecidos através dos repositórios anteriores — como pretexto de filosofia, de juízos, decerto também *non moins profitables que facétieux*.

Em todo o caso, o facto de ter encontrado um livro que de certo modo seguia o plano, ou antes, tinha o aspecto que imaginava dar ao seu, não era razão suficiente para o fazer desistir da empresa. E lançou-se a ela, certamente com a esperança bem radicada de que viria a conseguir a realização de obra superior à dos seus antecessores no género.

Mas o querer alguém libertar-se de uma influência e ultrapassar um modêlo não é bastante para que vingue o seu desejo. Foi o que sucedeu ao senhor de Montaigne. Se percorrermos um dos seus primeiros *Ensaios* na edição de 1580, notaremos que a grande massa do texto é fornecida por exemplos ligados por muito débeis reflexões morais, essas mesmas entretecidas de citações de autores clássicos. Êsses primeiros escritos, provàvelmente do ano de 71 ou 72, em nada são superiores e em pouco se diferençam das *Leçons* correntes.

Foi talvez pressentindo isto que Montaigne se não decidiu imediatamente pela forma a adoptar; tentaram-no as epís-

tolas, com tôda a liberdade que o género deixa e mesmo exige, largo caminho a percorrer sem ordenações incómodas de retórica, sem vassalagens a uma lógica implacável; a carta, de resto, ficou sempre no espírito de Montaigne e alguns ensaios têm essa forma; e afinal todos eles têm um destinatário, o leitor ou o próprio Montaigne.

É possível que, se La Boétie não tivesse desaparecido tão cedo, os *Ensaios* lhe fôssem todos dirigidos e passasse a ser o Lucílio do novo Séneca; mas a morte do amigo veio privar Montaigne dum correspondente admirável e talvez o único que poderia verdadeiramente excitar o seu espírito. Na sua falta, resolveu-se a adoptar a dissertação, mas uma dissertação original que, fàcilmente se pode sustentar o paradoxo, às vezes começa pelo meio e às vezes começa pelo fim, entendendo-se por meio e fim o que o seria segundo as boas regras da retórica.

Nem sempre, no entanto; e êsse carácter mais se acentua à medida que Montaigne vai corrigindo os seus *Ensaios* e vai publicando novas edições; a princípio, há um certo método na disposição dos capítulos, as anedotas encadeiam-se com alguma lógica, o comentário é preciso, não divaga, não se afasta do tema; mas, depois, é a confusão quási absoluta, as ideias que se atropelam, as contradições que se multiplicam, as páginas e páginas que se têm de percorrer para encontrar um remate, uma conclusão do que foi dito — ou para nos resignarmos a não a encontrar.

Esta forma dos *Ensaios* explica-se também um pouco por um dos hábitos de Montaigne; anotava os livros que lia e, como no exemplar de César que lhe pertenceu, escrevia na última página a suas reflexões sôbre o volume; a certa altura um dos livros anotados passou a ser os *Ensaios* que o autor lia como obra de outrem: o mesmo costume de escrever nas margens e nas páginas em branco; e nas edições seguintes os *Ensaios* apareceram como uma mistura de textos

e de notas, de tôdas as notas de Montaigne, no seu próprio livro e nos livros dos outros.

A acumulação de exemplos e considerações, por muito confusa que nos pareça, não vai porém sem fio condutor e sem razão de ser; mas os incidentes, as divagações quási o fazem perder por vezes, como numa conversa: é exactamente esta a palavra que define melhor a forma adoptada por Montaigne nos *Ensaios* e logo nos faz pensar num outro emérito conversador, Horácio Flaco, o poeta dos *Sermones*.

¿Mas haverá também alguma relação de fundo entre os dois? Mais talvez do que se tem geralmente suposto, embora grandes diferenças os separem também. A obra de Montaigne tem muitos pontos de contacto com os *Sermones*, mesmo quanto ao espírito que os anima; debaixo do seu aspecto de bononia, de indulgência, que pode iludir, há nos *Ensaios* também um forte gôsto de sátira e o livro poderia bem tornar-se como uma obra de ataque: o próprio Montaigne, mais do que seria de esperar, fala de suas palavras como de «verges», «fouets» com que vai batendo o melhor que pode a «ânerie», a «bassesse», a «stupidité» dos homens. O que fêz Horácio.

Mas o cepticismo do poeta latino, indiferença e sorriso desdenhoso de pessoa bem tratada por Mecenas e lisonjeada por Augusto, é muito diferente do cepticismo de Montaigne; o autor dos *Ensaios* nunca se resignaria a ser o porquinho de nenhum rebanho, nem do de Epicuro, um dos mais aceitáveis; o cepticismo de Montaigne é, como teremos ocasião de ver mais adiante, um cepticismo construtivo, que ordena a investigação, a busca, o trabalho — e não o cómodo triclínio e o bom prato de ostras de Abidos e o velho Falerno.

Depois, Montaigne, tendo seguido no princípio os preceitos de rètórica, dêles se liberta pouco a pouco e acaba numa franca rebelião, mostrando-a incompatível com o seu

pensamento que se fôra elevando e alargando; Horácio, que, mísero funcionário público, começando com originalidade e independência, evoluciona para uma forma de todo o ponto académica, medida, perfeita, segundo os bons modelos, logo que os grandes senhores o protegem; há aqui uma diferença essencial e de profunda significação: Montaigne é um vencedor, Horácio um vencido: o *Græcia capta* é nêle uma confissão pessoal.

Montaigne, que soube conservar-se independente, nunca perdeu o seu sorriso de ironia e reconhece esta atitude de espírito superior à do ataque em forma; todos percebem que damos ainda alguma importância àquilo que nos irrita ao passo que «les choses de quoi on se moque on les estime sans prix». É, formulado 400 anos antes, o conselho de Chestov num dos seus aforismos.

Se a forma evolui, como ela não existia para Montaigne independentemente do pensamento expresso, temos também de procurar se o fundo seguiu essa evolução ou se se manteve inalterável desde 71 até a morte do filósofo. Tudo quanto temos dito sôbre o espírito e o desejo de progresso de Montaigne levar-nos-ia a concluir por essa evolução, mesmo que não tivéssemos outros elementos para o estabelecer.

Podemos, de facto, por conjecturas mais ou menos engenhosas, datar grande parte dos *Ensaios* de Montaigne, alguns mesmo com muita segurança, e não tem sido esta a parte menos meritória do trabalho exclusivo de um grupo de eruditos: por outro lado, comparando entre si as diferentes edições dos *Ensaios,* podemos de igual modo determinar o que o pensamento de Montaigne acrescentou e, portanto, a evolução que sofreu entre duas edições.

Os resultados do segundo processo são naturalmente os mais sólidos e é a êle que se deve recorrer como base essencial sempre que se quiser traçar a curva da evolução intelectual de Montaigne; graças a êle, o filósofo vai-nos

aparecer muito menos contraditória de que o fariam supor as primeiras impressões. Não deixa evidentemente de existir a complexidade natural de Montaigne, mas êste espírito que parecia marchar ao acaso, sem rumo certo, vai-nos revelar parte do seu segrêdo e deixar-se, êle, o proteico Montaigne, aprisionar dentro de certos períodos característicos.

Um, que vai apròximadamente de 1571 a 1576, outro até à volta de 1582 e finalmente um terceiro que se estende até a data da morte, 1590; ¿são os limites cronológicos absolutamente seguros? É evidente que não — nenhuma divisão histórica pode ter pretensões a um rigor matemático na separação dos períodos; e, num homem como Montaigne, é de tôda a conveniência fazer-se esta observação. Trata-se apenas de datas muito aproximadas e que marcam a altura em que determinada atitude ganha predominância sôbre outra, o que não quere dizer que não tenham coexistido até aí e não continui a suceder o mesmo; é até o que certamente se deu em Montaigne.

O filósofo atravessa um primeiro período de impersonalidade em face da vida, o que o leva por um lado a certa rigidez de forma e, por outro lado, à admiração da doutrina que põe mais claramente a abstracção do mundo: o estoicismo. Depois, a par do sucessivo derrubamento dos quadros primitivos, desenha-se em Montaigne uma corrente céptica de carácter especial que indica o tactear de quem perdeu um pouco o caminho e o desejo forte de avançar, de progredir sempre — mas de o fazer com tôda a segurança.

Finalmente chegamos à filosofia definitiva de Montaigne; definitiva não quere dizer de modo nenhum sistemática: Montaigne construíu-se um pensamento sôlto de tôdas as pressões e em que se podia mover com a máxima liberdade. Montaigne compreendeu perfeitamente a falsidade de tudo o que é sistema e como a idea só se pode apresentar fecunda e utilizável em todo o seu potencial quando se não vê ligada obri-

gatòriamente a outras ideas e por isso mesmo levada a deformar-se e a constranger-se. Pensamento definitivo de Montaigne é, pois, aquele que deixou exposto desde a última edição até a data da morte; nada mais natural de que ter vindo a evolucionar e porventura a negar-se.

A possibilidade da negativa — eis, me parece, a grande lição do livro de Montaigne; por ela se aconselha a hesitar na afirmação, a documentá la bem, a muitas vezes repetir a experiência, a duvidar sempre dos resultados, mesmo dos reputados absolutamente seguros. A possibilidade da negativa, não a impossibilidade do conhecimento, como veremos mais de espaço; é com Montaigne que se estabelece claramente a crítica da razão medieval, nos surge nítido o vazio deixado pelo seu desaparecimento. E os *Ensaios* são verdadeiramente as experiências que faz Montaigne para sondar êsse vazio.

Por tudo isto, os *Ensaios* são bem um livro da Renascença, quando já se perdera a confiança joven dos primeiros tempos; o que se julgara caminho liso, entre flores, encontrara-se afinal bem áspero e difícil, todo cortado de silvados; só tinham ficado agora em campo os homens de boa vontade, com hesitações, com dúvidas, mas com a resolução de vencerem. Rabelais, último dos medievais, deslumbrado pelo clarão do sol que se levantava, depois de ter sentido bem o frio e o escuro da noite, dissera a alegria heróica de viver, de se sentir irmão da Terra e renovar no contacto com ela a fôrça natural; agora, reconhecida a hostilidade do Universo, a sua vastidão, os inúmeros segredos que encerrava, os homens voltavam ao esfôrço também heróico de pensar e procuravam obstinadamente a razão nova, porque a razão medieval se revelara falsa ou inútil.

Pressente-se, depois da leitura dos *Ensaios*, a vinda dum século que há-de aproveitar as lições da Renascença e construir o que esta não soube encontrar para substituir o silo-

gismo medieval; século enamorado de outra razão, a única que se revelará fecunda e que não há-de conduzir às disputas escolásticas que inevitàvelmente resultavam da outra. Os *Ensaios* marcam a transcrição do século XVI para o século XVII.

Mas nem todos os contemporâneos o poderiam entender e tirar do livro o verdadeiro sentido; Montaigne prevê o que lhe há-de suceder e, com ironia, no *Avis au lecteur*, escreve que o seu livro trata ùnicamente do autor e que é na verdade de matéria apenas «domestique et privée»; não vale, pois, a pena que o leitor se canse em percorrer páginas tão vãs e tão frívolas. Porque Montaigne, como Horácio, desdenha o *vulgus* que lhe parece tão profano como ao poeta latino e dirige-se aos homens sabedores e, sobretudo, aos homens de «jugement»; a questão realmente não era de muito saber, era de bem pensar. Será esta uma das preocupações de pedagogia de Montaigne.

É preciso também que o livro seja lido com atenção, meditado, como Montaigne meditava os volumes da sua biblioteca. De nenhum modo quere que o leitor percorra os *Ensaios* «dormant» ou «fuyant»; todo o sentido profundo assim se escaparia; Montaigne pensava certamente aqui naquele, e seriam a grande massa, que lhe percorreriam a obra como se se tratasse de uma vulgar compilação de *Leçons*.

Grande número de leitores, porém, não apreenderia esta significação dos *Ensaios*, mesmo que os percorresse com atenção; é que se torna difícil, na realidade, libertarmo-nos da presença de Montaigne e corre-se a cada passo o risco de nos interessarmos mais pela sua pessoa do que pelas suas doutrinas. Isto mesmo anuncia também a literatura psicológica e humana de todo o século XVII; já alguém notou que, por exemplo, Corneille está todo em potencial nas páginas em que Montaigne defende a libertação da vontade; e Jarnés, que tão mal compreendeu Montaigne, pôs em

justo relêvo a afirmação que êle fêz da «existência de um homem».

É curioso notar que o próprio Montaigne foi preso pela sua máquina; na primeira edição dos *Ensaios* há poucos pormenores sôbre a sua vida e os seus costumes e os seus gôstos e a casa e os livros; depois aumenta a pouco e pouco a tendência de falar de si mesmo e, no fim do livro, escreve Montaigne: «J'ai fait ce que j'ai voulu: tout le monde me reconnait en mon livre, et mon livre en moi». É o perigo de se entrar em confidências: uma puxa outra.

Êste desejo sempre renovado de procurar e de se procurar, não vai naturalmente sem reflexo na linguagem de Montaigne; o seu livro marca, segundo vimos, o recuo da Renascença, o abandono de tôdas as esperanças que se tinham concebido com demasiada rapidez; e, se compararmos a sua maneira de escrever com a de Rabelais, sobretudo no que diz respeito à sintaxe, é a mesma desconfiança que se nota, o mesmo prudente tactear. Mas o progresso será seguro e fecundo.

A palavra, para Montaigne, em nenhum caso deve dominar o escritor, reserva feita para a poesia que está, para êle, acima e fora de tôdas as regras; o primeiro dever do escritor é pensar, «aux paroles à servir et à suivre»; e, como o seu estilo se cola estreitamente à idea, não julga possível que lhe critiquem a linguagem sem que igualmente lhe critiquem o pensamento; Montaigne não compreendeu nunca de modo perfeito a censura que Pasquier lhe fizera em Blois do «ramage gascon» que tinha notado nos *Ensaios*.

Diante da forma exacta, viva, clara que têm os bons escritores latinos, os que melhor representam o génio dum povo de juristas e de soldados, Montaigne não fazia o elogio da eloqüência, fazia o elogio do pensamento: «Je ne dis pas que c'est bien dire, je dis que c'est bien penser». E Montaigne esforçou-se por que a sua linguagem fôsse um verda-

deiro ataque ao pensamento, que os dois elementos se batessem e acabassem por «s'épouser», verificada a igualdade de fôrças e a exactidão dos ajustamentos.

Foi naturalmente um insatisfeito, mas não um torturado: diz que inveja a felicidade dos que se alegram com o seu trabalho e ficam contentes com o resultado, afirma reconhecer que nêle tudo é grosseiro, falto de graça e de beleza; e eis os estímulos que o fazem obstinar na tarefa, mas sem nunca dar a impressão dum homem que procura o estilo e que, como Flaubert, se entretem em rescrever ideas naturalmente pouco abundantes.

Estabeleceu a necessidade de o escritor saber a sua língua, de recorrer ao povo e não aos eruditos tôdas as vezes que lhe faltarem os termos, não vacilando diante de nenhum, se nêle se contiver a expressão justa. Escrever claro, «naturalizar a arte», desconfiar dos que agitam a água para que ela, turva, dê a impressão de profunda; simples e «naïf», como em conversa, sem pedantismo, sem ressaibo de glossários e de gramáticas, nem dos costumes artificiosos dos tribunais, uma linguagem «soldatesque», rija, forte, nervosa, sempre com o domínio de si própria, no repouso ou na marcha ou no ataque, sempre boa defensora do pensamento.

Se as ideas de Montaigne fôssem menos abundantes e menos originais, quer na sua essência, quer na maneira de se apresentarem, de todos estes preceitos resultaria provàvelmente uma lamentável pobreza, uma linguagem sem nervos e sem sangue, uma pobre e descorada prosa. Mas é exactamente o contrário que sucede com Montaigne, — e o seu estilo é como uma «perpétua imagem», variegada e riquíssima; imaginando, Montaigne é um poeta e não há nenhum que tenha encontrado um tão grande número e uma tal variedade de figuras como êle; e sempre pitorescas, inesperadas e claras.

Estilo de grande novidade, de grande frescura e que re-

vela bem o espírito de Montaigne, sempre novo também em face da vida e do seu próprio pensamento, liberto de tôdas as regras, e de uma alegria tão íntima, tão profunda, tão corajosa em face da sua melancolia, das desilusões, das dificuldades em que a sua inteligência ia tropeçando.

Exemplo único em tôda a literatura francesa; os escritores, depois, vão-se disciplinar, o que traz sempe inconvenientes; o espírito de síntese, de clareza, de ordenação, dominará o pensamento de França; finalmente virá Voltaire, homem sábio, com estilo de excelente professor; ninguém mais escreverá em francês com a liberdade, o imprevisto, a fantasia de Montaigne. A não ser, talvez, alguns modernos que reencontraram o segrêdo de conciliar o ingénuo e o céptico, o novo e o velho.

Com tôdas estas qualidades de idea e de palavra, a influência de Montaigne foi naturalmente grande; Descartes e Pascal, Molière e La Fontaine, no século XVII, Voltaire e Montesquieu no século XVIII, tantos outros que o atacam ou o têm como livro de cabeceira, mostram na sua obra a inegável influência dos *Ensaios;* partem dêle para continuar o seu pensamento, completando-o, e dêle partem também para o negarem, refutando-lhe, não a marcha, não o método, mas as conclusões a que chegou.

De resto, as questões da influência são sempre difíceis e perigosas de tratar, pelas afirmações erradas a que o seu estudo pode conduzir e porque sempre se esquece que a influência de um escritor sôbre outro pressupõe acôrdo prévio, consciente ou inconsciente, dos espíritos. As influências exercem-se sempre mais quanto a formas, a quadros de pensamento, do que quanto à essência, mais interessante do que todo o resto. E é esta consideração que nos deve levar a penetrar mais fundo no pensamento de Montaigne.

III

É lamentável que nos faltem os documentos sôbre o que poderíamos chamar o proto-pensamento de Montaigne, sôbre o conjunto de ideas, o que não quere dizer de modo algum ideas de conjunto, que se lhe deve ter formado no espírito desde a época em que entrou para a Faculdade de Direito até que se retirou para o seu castelo. Mas estamos realmente reduzidos a alguns pormenores que os *Ensaios* nos fornecem e que são sobretudo de carácter material; no entanto, exprimem de certo modo as reacções de Montaigne e podem-nos informar sôbre o seu pensamento por êsses anos.

Não se manteve de-certo imóvel; deviam ter-se dado inúmeras deslocações, ao sabor das leituras, da vida, das observações que já sem dúvida Montaigne começava a fazer sôbre si mesmo. Mas é muito provável também que a pouco e pouco se fôsse definindo num *tædium vitæ* que, embora estranho no Montaigne que melhor conhecemos, nos explica bem a crise de 1571. Aborrecimento pela profissão de magistrado, pelas obrigações que lhe impunham a sua vida de funcionário real, antipatia pelos homens que lidavam mais de perto com êle e que, naturalmente, tinham psicologias muito diferentes das de Montaigne.

Sabemos que, por essa altura, era Ovídio um dos seus poetas favoritos; e o latino, com o seu amor da vida de Roma, a sua superficialidade, os seus versos fáceis, os seus gostos de glosador de calendários, não lhe devia ter despertado grande interêsse pela reflexão filosófica, pela meditação, pelo raciocínio. De modo que Montaigne nessa época devia ter sobretudo da vida um conjunto de impressões, desordenadas, caóticas, sôbre as quais se abstinha de pensar, não lhes procurando causas nem relações, aceitando-as tais como se apresentavam. As *Pônticas* e as *Tristes* iam-lhe no entanto,

talvez, radicando a idea de que o homem prudente deve evitar tudo o que provoque aos «poderes constituídos» algum desejo funesto.

Depois, Ovídio não tem um pensamento definido, anda ao sabor da inspiração, compõe a *Arte de amar* e os *Fastos,* diverte-se com as historietas das *Metamorfoses,* é casado e escreve elegias de todo o ponto adversas aos bons costumes do matrimónio, contradiz-se, mostra-se nas poesias de exílio em tôda a sua fraqueza de homem, lamenta-se, pede a todos que o salvem do deserto gelado que os Getas dominam. Eis motivos de sobra para agradar a Montaigne.

A pouco e pouco, porém, vai-se-lhe despertando, mercê de leituras e da evolução natural, o espírito crítico; sente os defeitos do seu poeta e também os seus e pregunta-se será aquela a boa maneira de viver, intelectual e moralmente; se não há aqui uma dupla falta de dignidade que leva, por um lado, a aceitar a vida tal como ela é, a subordinar-se-lhe, a ser propositadamente fraco diante dos fortes, para que se não levante a luta, por outro lado a ignorar a razão, fugindo a impô-la ao pensamento, deixando que tudo continui na mesma desordem.

Há aqui, no campo do espiritual, uma covardia que vai de par com a outra; sabe-se que, para vencer, se terá de sustentar uma luta contínua, que sempre a vitória ou a derrota são completamente incertas; que, no mundo dos factos e no mundo das ideas, não vai sem áspera batalha e imposição da ordem que a inteligência construiu. E Montaigne pensa que se torna necessária uma ordem.

O seu espírito mostrou-lhe a necessidade de reformar o direito e todos os usos judiciários, de abolir a tortura, sob pena de se continuar todos os dias a condenar inocentes fracos e a absolver os culpados fortes; de codificar e harmonizar a legislação cujos preceitos se contradiziam a cada momento; de criar um pessoal que exercesse a magistratura

com elevação de inteligência, que se decidisse menos fàcilmente na elaboração das sentenças, que soubesse pesar bem tôdas as circunstâncias.

A tentativa de realização ou mesmo a defesa de tais ideas havia de lhe trazer naturalmente a hostilidade dos colegas, enquistados nos seus hábitos e que o senhor de Montaigne iria incomodar. E Montaigne sente-se uma natureza tão pacífica, tão inimiga de disputas, que renuncia a encetar o combate e, resolvido a cumprir êle o que lhe ordena a consciência, deixa os outros continuarem pelo mesmo caminho.

Servir-lhe-ia bem uma filosofia que se esforçasse por ignorar o mal, que o combatesse apenas pelo próprio exemplo, que seguisse um ideal alto e severo, que levasse os seus adeptos a não fugir ao sacrifício e à morte, mas sem os aconselhar de modo algum a procurá-los. Êsse mesmo sistema lhe daria o meio de coordenar as suas ideas, de pôr nìtidamente as relações dos homens entre si e da humanidade com Deus, lhe daria ainda, sem qualquer trabalho da sua parte, uma metafísica, uma moral, uma lógica. São cómodos os sistemas que tudo explicam e os homens irresolutos anseiam por êles. Montaigne fêz-se assim o adepto de uma filosofia.

Aquela a que o devia conduzir o seu estado de espírito, com o amor de Justiça, o desejo de se não incomodar, o culto da coragem e da dignidade, utilizando a primeira só em casos extremos e a segunda como defensora dos seus instintos de independência e meio de saída das situações difíceis, — era naturalmente o estoícismo, mas o estoícismo que, através de Séneca, com o seu sentido das realidades — e das realidades do palácio de Nero — chegava tão adoçado, tão despido das severidadas primitivas do Pórtico.

Montaigne estóico é o Montaigne que abandona os tribunais, atesta a impossibilidade de viver no mundo, se de-

clara farto do «serviço áulico», já *pertaesus* de todos os emprêgos, honras e dignidades, e corre a refugiar-se entre as Musas, ou melhor ainda, entre os livros.

Eis aqui as suas ideas tôdas bem animadas, tôdas em ordem, cada uma em seu escaninho, e ligadas pelos seguros e finos fios da lógica; tudo o que de novo ia aprendendo se inseria quási automàticamente no seu respectivo logar e Montaigne tinha apenas o doce trabalho de ler, tirar as suas notas e, atirando os pés sôbre a mesa, saborear as anedotas e os exemplos dos livros. Não há nada melhor do que ter um sistema.

O seu poeta favorito agora era Lucano, com tôdas as boas tiradas rètóricas, a sua história arranjada a preceito, a defesa entusiástica de uma República de convenção, o ódio a César, a palavra orgulhosa de que se os deuses tinham ficado pelos vencedores, Catão ficara pelos vencidos. E Catão, que extraordinário homem! Com que admirável coragem se suícida em Útica, depois de ler tranqüilamente um volume de Platão, e dá ao mundo um exemplo de desprêzo da vida, de estreita fidelidade aos preceitos de Cisipo.

Séneca deliciava-o com a graça sempre renovada das suas imagens, das suas comparações engenhosas, o pitoresco do estilo, a vivacidade da frase, o sacudido da palavra — e tudo conciliado, com arte sem rival, com as regras das escolas de rètórica; eis um escritor inimitável na idea e na forma. Ao estoícismo nada faltava, nem sequer explendidos autores.

Para que a harmonia fôsse perfeita entre o sistema e o seu novo adepto faltava, porém, um elemento de certa importância — o próprio senhor de Montaigne. O desejo de paz, de tranqüilidade, sem o esfôrço prévio de pensamento pessoal, da luta consigo próprio e porventura com os outros, fizera-lhe adoptar depressa demais uma filosofia que não estava inteiramente de acôrdo com a sua maneira de ser.

Em primeiro logar aceitara verdades de que não fizera experiência êle mesmo, que não abrira, que não examinara porque vinham seladas pela autoridade de Séneca, ou porque os tinham enunciado vultos tão ilustres como Catão ou Cleante; e, quando se decidia a entrar no santuário, fazia-o sempre com um respeito infinito que lhe não deixava levantar os olhos para os deuses e fixar bem atentamente as imagens que se acostumara a venerar.

Em segundo logar começava a perceber que os grandes estóicos se tinham revelado na acção e não nas palavras e que só êsses tinham merecido estima e respeito; os outros, que eram apenas estóicos no exterior, nas togas descuidadas, na barba emmaranhada, e no orgulho de se julgarem homens superiores, muito justamente atraíam o riso de Horácio e as troças da garotada do Foro. ¿Iria êle Montaigne, expor-se a que lhe sucedesse o mesmo?

Era o princípio do conflito entre o homem que adoptou uma filosofia lida e pensada, sempre com o respeito da autoridade, e o homem que proclamaria anos mais tarde a necessidade da filosofia ser acção e movimento e moldarmos a nossa vida segundo os preceitos que prègamos — sob pena de se cair numa contradição que envolve falta de dignidade e de coragem. Porventura leria os escritores que falam pouco lisonjeiramente de Séneca, compreenderia os silêncios de Pérsio. E a sua idolatria pelo mestre foi gradualmente diminuindo.

Mas, se as suas relações com o estoícismo não eram excelentes, continuava a admirar os homens que se elevam acima da humanidade, os que desprezam tudo o que a gente vulgar, incluindo Montaigne, tanto aprecia, a riqueza, o confôrto, o poder, a vida. Na sua alma há um logar reservado à admiração dos heróis e dos santos, figuras de extraordinária fôrça espiritual, que nenhuma pressão logra vencer e que, à custa de todos os sacrifícios, não param na sua as-

cenção, até que de todo se transfiguram e ficam como símbolos das mais belas, das mais difíceis virtudes.

No entanto, cada vez menor no seu espírito o desejo de os imitar; reconhecia-se uma vontade firme, capaz de não vacilar nas resoluções tomadas; mas faltava-lhe a coragem de se decidir a fazer a inversão de valores que está na base de cada vida heróica ou santa. Sentia-se talhado para a admiração platónica, empregada a palavra no seu sentido vulgar; o confôrto do castelo era bom, amigos os livros, bela a vida; ¿para que ir sacrificar tudo isto, quando possìvelmente a sua missão era outra? E, mesmo que não fôsse nenhuma, isso até seria talvez de agradecer ao bom Deus que tudo vai dispondo pelo melhor.

(Continua).

AGOSTINHO DA SILVA.
(Bolseiro da Junta de Educação Nacional)

SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DA FLORA CAMONEANA

V. — LIRIOS E LEGACÃO

Já por mais de uma vez tivemos ocasião de nos referir à *Rariorum Plantarum Historia* de Clúsio. Êste notável botânico conheceu uma boa parte do nosso país e esteve em Coimbra em Novembro de 1564. Aqui encontrou em flor aquela espécie de *Iris* que apelidou de *biflora* por florescer duas vezes no ano(1) e que é, no dizer de Ficalho, a mais bela das espécies portuguesas de perianto roxo(2), certa-

---

(1) *Rariorum Plantarum Historia*, Antuerpiæ, 1605, pág. 222–223:

Iris biflora... Nascitur multis Lusitaniæ locis supra Tagum vel pingui solo & in arvis, ut circa Conimbricam, celeberrimam Lusitaniæ urbem, ubi illam florentem mense Novembri eruebam, vel salebrosis & lapidosis locis, ut circa Caxcays, marinam urbem & portum, unde delatam Olysipponem, ad amicos deinde in Belgicam misi & inter chartas repositam cum aliis plantis ipse detuli: nam licet integro anno istic latuisset, terræ tamen comissa in horto Ill. V. Caroli Audomati, sequente Vere floruit, postea etiam Autumno, cujus rei causa bifloram cognominavi. Um dos amigos foi Camerário (J. Bauhino, *Historia Plantarum Universalis*, tôm. II, pág. 722; Camerarius, *Hortus Medicus et Philosophicus*, Francofurti 1588, pág. 80). O irmão de João Bauhino chamou-se Gaspar (*lat. Casparus*) e não Carlos, como erradamente se encontra nos *Subsídios* II — *O adónis* (publicado na Miscelânea de Estudos em honra de D.ª Carolina Michaëlis de Vasconcellos) e III — *A viola* (publicado em *O Instituto*, vol. 83.º, n.º 3).

(2) *Flora dos Lusíadas*, pág. 42.

mente *o lírio roxo* que acompanha *a fresca rosa bela* nos *Lusíadas* IX-61 (1).

*

A-pesar-de não ser muito própria para o estudo da nossa flora a época em que Clúsio esteve em Portugal, êste deixou registados muitos dos nomes vulgares das nossas plantas sendo por isso a referida obra de grande valor e fonte — única talvez — de resolução de problemas como o que vamos tratar:

Henrique Lopes de Mendonça, num artigo publicado no *Diário de Notícias* de 8-12-930 sob o título *Baldões do vocabulário*, ocupou-se da etimologia da palavra *lègacão*, uma das plantas que, sob a grafia *legação*, figura na elegia designada por Faria e Sousa com o nome de *Vergel de Amor* e que tem sido atribuída a Camões (2).

---

(1) A *Iris biflora* de Clúsio é a *Iris subbiflora* de Brotero. A-pesar-da asserção dêste: *non est Iris biflora Linn. sed Clusii* (*Flora Lusitanica*, I, pág. 50), a espécie é hoje identificada à *Iris biflora*, L. e só esta espécie tem o nome vulgar de *lírio roxo* (Vid. D. António X. P. Coutinho, *Flora de Portugal*, pág. 146 e págs. 709 e 737 do índice).

Camões refere-se ainda ao *lírio branco* (por exemplo na ode «*Já a calma nos deixou*») que é a *Iris albicans*, Lge. (*Flora de Portugal*, pág. 146). Chamava-se no século XVI, *I. alba* ou *I. candida* (Bauhino, *loc. cit.* págs. 109-110).

(2) É a VII da edição de Hamburgo. Não figura na *Lírica de Camões*, (edição crítica pelo Doutor José Maria Rodrigues e Afonso Lopes Vieira, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1932).

O facto de entrar nos *Subsídios para o estudo da Flora Camoneana* uma planta da referida elegia não significa que pretendamos, contràriamente à opinião do grande Mestre Camonista, que a elegia seja de Camões; antes obedecemos ao princípio de analisar uma questão a propósito dum texto que poderá ser um daqueles a que se referem as seguintes palavras de *A tese da Infanta nas Líricas de Camões* — VII: «Pode apurar-se que um ou outro ficou de fora? Em nova edição entrará para o seu logar».

No artigo, publicado em 8-12-930, Lopes de Mendonça julga a elegia não camoneana; em *A Alma do Trinca Fortes* vê-se que mudou de opinião.

Em resumo, o autor diz nesse artigo:

1.º) Que por mais esforços que fizera não atinara com a significação de *legação* no terceto:

> «E de ter mui perdida a liberdade,
> Tomarei madre-silva entendimento;
> Legação tomarei, porque é verdade».

2.º) Que em Colares colhera as flores cheirosas duma trepadeira cujo nome soubera, ao cabo de muitos esforços, ser *lègacão.*

E concluíra:

Que o copista ou o tipógrafo escrevera mal a palavra nobilitando-a com uma cedilha no logar citado e que *lègacão* é corrutela de *alegra-campo* muito do seu conhecimento (literário apenas) citando os versos de D. Maria Amália Vaz de Carvalho na *Primavera de Mulher:*

> «Ali, o *alegra-campo* melindroso
> exala o vago aroma tão subtil».

estranhando, por último, que uma tal planta seja proclamada como emblema da verdade.

Levemente modificado, o assunto do artigo é tratado em *A Alma do Trinca-Fortes,* obra póstuma há pouco publicada (¹). Mas aí aparece um pormenor interessante — a notícia colhida pelo autor na última edição do dicionário de Cândido de Figueiredo:

«Alegra-campo. Planta liliácea(*Semele androgina,* Kunth), cujos ramos os madeirenses empregam na ornamentação

---

(¹) ¿Porque não se terá mantido na obra a grafia lègacão? No artigo, Lopes de Mendonça recomendava aos tipógrafos a conservação do acento.

das igrejas e de janelas, por ocasião de festas religiosas. Cf. *Bol. da Soc. de Geogr.* XXX, 620. O mesmo que *legacão*».

Num e noutro logar o autor mostra um certo desprêzo pela botânica e quási até pelos botânicos. Proclama de indegente a sua botânica; e é essa a causa da dificuldade que teve em identificar o *legação* da elegia com o *alegra-campo* do seu conhecimento literário. De facto, tal trabalho era bem simplificado seguindo êste outro caminho:

Faria e Sousa identifica a planta não estranhando mesmo o seu simbolismo (1).

Por outro lado, a classificação da planta cujas flores colhera, levá-lo-ia ao conhecimento dos nomes *lègacão* e *alegra-campo.*

Uma questão ficava todavia ainda de pé: a de se saber como era designada a planta no séc. XVI. E isto muito simplesmente porque Faria e Sousa, ao fazer a sua acertada identificação, não mostra qualquer estranheza pela forma *legação,* que supõe relacionada com o verbo ligar.

*

Como Lopes de Mendonça em 1930, preguntara Clúsio

---

(1) Rimas, II, Eleg. VII, pág. 56:... *Zarça (esso es legação)... como suelen las Zarças ligar al que se les acerca; y desto puede ser las las diesse el Portugues el nombre de Legação que vale cosa que liga. Quatro suertes ay de mata, que el Latino llama Smilax; y esta de que trata el P. es la llamada yedra espinosa, que lleva flores blancas de gratissimo olor y por màs oposiciones que tenga siempre se levanta, y vive. Todo esto ay en la verdad; ella es pura, y en la blancura se representa la pureza: ella suele dexar ofendidos a muchos que no gustan de oírla; y en las espinas se representa este efeto de la verdad: ella por màs que la embareçen siempre permanece...*

366 anos antes, em Lisboa, o nome vulgar da planta. A págs. 112–113 da *Rariorum Plantarum história* encontra-se:

SMILAX ASPERA. *Asperæ smilacis duo inveniuntur genera:... Crescit prior* [de fruto vermelho] *variis Hispaniæ locis & in Narbonensi Gallia, aspero & arido solo: nascitur & in aliis calidioribus regionibus: raram in Lusitania conspiciebam. Alteram* [de fruto negro] *autem plerisque illius Provinciæ locis circa sepes, & collium convexa, & extrema Bætica parte, qua Lusitaniæ contermina est...*

Hispani priorem çarça parrilha, *hoc est Rubiviticulam appellant: Secundam extremæ Bæticæ incolæ* uva de Perro, *id est, uvam caninam, Lusitani contermini* recama, *Olysipponenses* **allega-caon.**

Um botânico dá-nos uma certeza que não conseguiu dar Lopes de Mendonça: a planta chamava-se no século XVI, como se chama hoje — *alega-cão* ou *lègacão.*

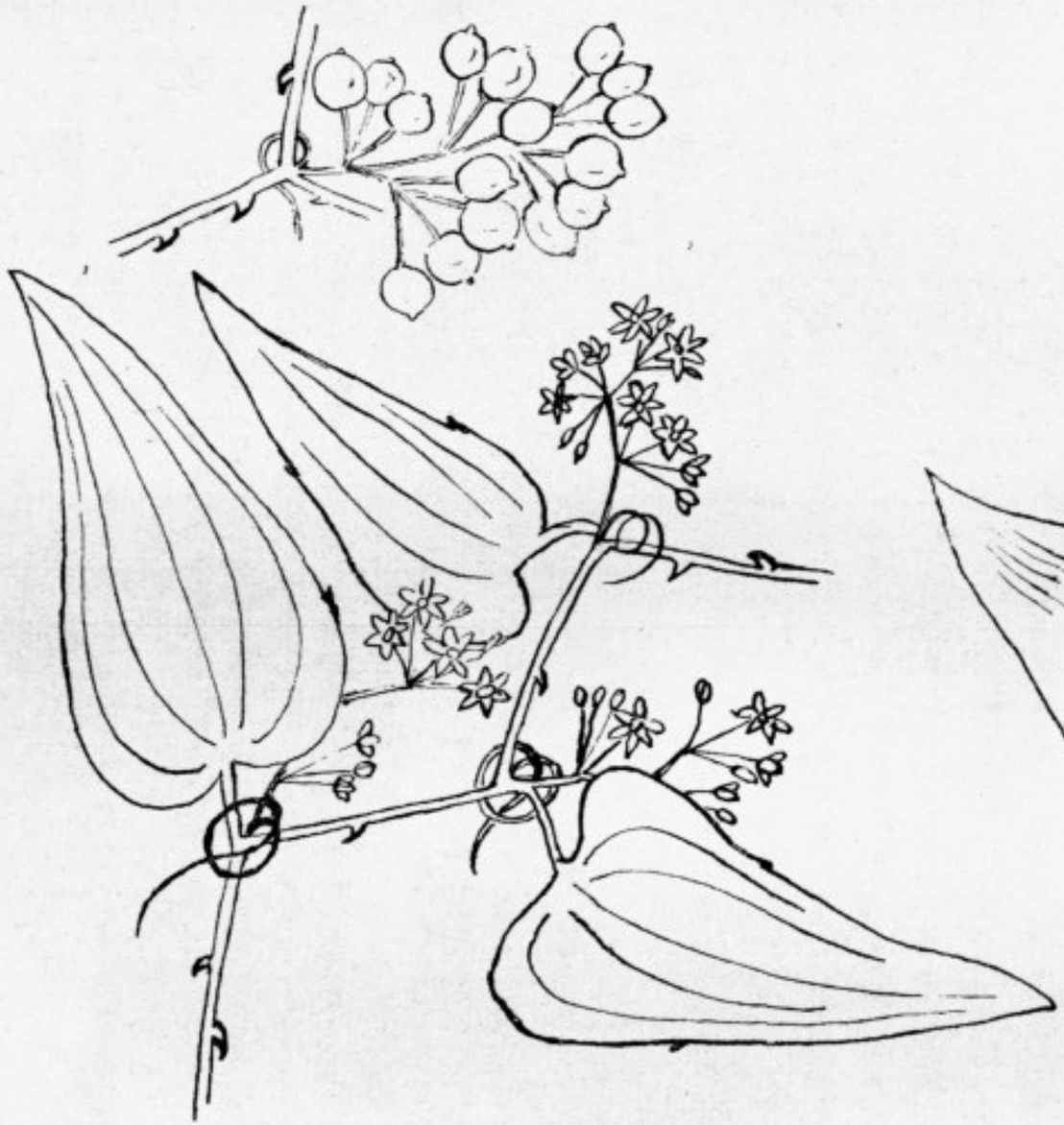
O *lègacão* (nunca lhe ouvimos chamar *a* lègacão) é a variedade β *nigra*, Willd. da *Smilax aspera*, L. Pertence às *Smiláceas*, tríbu da subfamília *Asparagóideas* da família *Liliáceas.*

Esta planta não é a que tem na Madeira o nome de *alegra-campo* como mostra o confronto das gravuras (1). Há portanto êrro na informação de Cândido de Figueiredo (2).

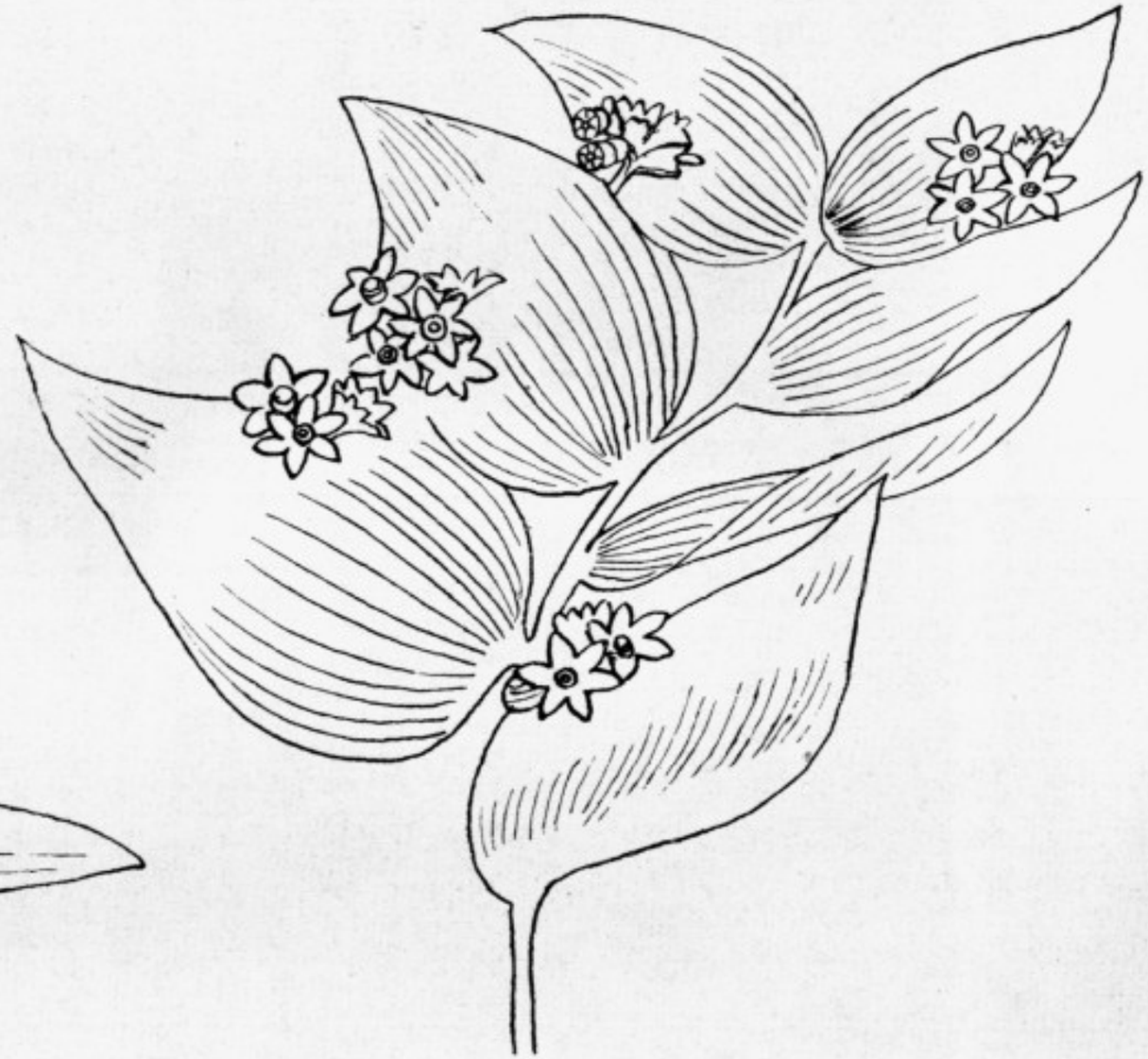
---

(1) Os desenhos foram feitos pelas estampas das obras seguintes, existentes no Instituto de Botânica: Reinchenbach — *Icones;* Courtiss — *Botanical Magazine.* A segunda planta, que para Linneu era um *Ruscus androgynus*, não pertence à flora do continente e a planta dêste a que mais se assemelha é a *gilbarbeira* (*Ruscus aculateus*, L.) Como esta, tem as flores, e depois os frutos, saindo de ramos modificados que parecem fôlhas (cladódios).

(2) Que ninguém pretenda ver da nossa parte menos consideração pela memória de Lopes de Mendonça, de Cândido de Figueiredo, ou por quem quer que trabalha. Como Fabre, poderíamos dizer: «Fazemos guerra às ideas falsas, mas Deus nos livre de a fazer àqueles que as têm».



Smilax aspera, *L.*



Semele androgyna, *Kunth.*

Quanto à etimologia de *lègacão* quem dela se ocupar não desprezará talvez os outros nomes da planta mencionados por Clúsio (um dos quais — *uva de perro* — provém certamente de as infrutescências se assemelharem a minúsculos cachos de uvas) nem os que perduram ainda: *salsaparrilha* e os populares *lègacão*, *alega-cão* e *alegra-cão* vulgaríssimos, pelo menos nos arredores de Coimbra, onde nem só uma vez ouvimos o de *alegra-campo*, preferido pelos poetas mas só modernamente registado pelo professor Pereira Coutinho. Não se encontra em Clúsio nem em Brotero (1).

AUGUSTA FARIA GERSÃO VENTURA.

---

(1) Brotero, *Flora Lusitanica*, págs. 604-605:

«Lusit. *Legacao* (*sic*) *Salsaparrilha do reino*» (sem dúvida por oposição a americana).

Com a costumada bondade, o prof. D. António Pereira Coutinho informa-me: «A *Smilax aspera* tem o nome vulgar de *Legacão* em Portuguêſ: é assim que lhe chamam os homens do campo, e aqui é ela bem freqüente.

Que eu saiba, recebe no país mais dois nomes, que reputo eruditos ou de pessoas cultas: *salsaparrilha do reino* (salsaparrilha da terra ou indígena), de origem científica na matéria médica, usado pelos médicos e farmacêuticos; outro, *alegra-campo*, de origem literária, usado pelas pessoas *bem falantes*. Êste último tenho-o ouvido diversas vezes, até em bôcas femininas, e já o tenho visto escrito em várias obras literárias, em certas descrições, sem poder precisar agora alguma delas; mas acabo de verificar que o vocabulário ortográfico e remissivo do Gonçalves Viana o regista na forma plural de *alegra-campos*, que essa é que eu nunca lhe ouvi dar».

O prof. Pereira Coutinho reside em Parede.

FEBRE DE MALTA — FEBRE ONDULANTE(1)

Já depois — e muito — de impressa a parte dêste trabalho referente às duas observações que o determinaram apareceu-nos uma terceira, não menos importante, como veremos, por diversas particularidades. Publicando-a apenas queremos fornecer mais uma prova — em nossa opinião valiosa — confirmando tudo o que a respeito da brucelose nos pareceu oportuno dizer.

A. R. P., médico, casado, residente em Armamar, de 37 anos, sem antecedentes hereditários, próprios e colaterais dignos de menção. Asteniado desde princípios de Agôsto findo começou, em meados do referido mês, a sentir febre acompanhada, por vezes, de arrepios fortes, duradoiros; de cefaleia, de suores intensos e de ligeira constipação.

Esta situação clínica, classificada por um colega de *febre intestinal,* manteve-se durante doze a quinze dias, findos os quais, a temperatura, (oscilando até então entre 37°,8, 38°,5 e 39° a 39°,5) decresceu gradualmente (num período de oito a dez dias) ao mesmo tempo que lhe apareciam dores acentuadas, primeiro nas articulações do punho e em seguida nas articulações escápulo-humeral esquerda e tíbio-társica direita (durante três ou quatro dias).

Pensava o doente que as melhoras se iriam acentuando até à cura quando de novo, um tanto bruscamente, o estado

---

(1) Cont. do vol. 83.°, pág. 638.

febril se exacerbou: temperatura alta, entre 38°, 38°,5, 39° e por vezes mais; suores intensos e arrepios (agora mais ligeiros e menos duradoiros), sintomas atribuídos à alimentação, mais abundante e menos cuidada, que usou durante os últimos dias do período de acalmia.

Prolongando-se até princípios de Outubro tal situação atenua-se de novo gradualmente durante oito a dez dias (com reaparecimento das artralgias mencionadas), etc.

Em 15 ou 16 (de Outubro, evidentemente), inicia-se uma terceira recrudescência febril, agora mais asteniante e depressiva, com acentuada taquicardia, acompanhada de freqüentes extra-sístoles e, excepcionalmente (nos dias 19 e 23), de graves crises de taqui-aritmia, com lipotimias, arrefecimento das extremidades, etc.

Perante tão grave e duradoiro estado mórbido, a-pesar da grande distância que nos separava, resolveu o doente, velho e bom amigo, recorrer aos meus serviços. Ao vê-lo (na noite do dia 19) tão magro e deprimido, tossindo ligeira mas impertinentemente, com o fígado e o baço sensìvelmente hipertrofiados; queixando-se de artralgias (as já referidas); o coração taquicárdico e com freqüentes extra-sístoles, a auscultação pulmonar acusando sensíveis *anomalias* no têrço superior direito (inspiração entre-cortada, ligeira submatidez, refôrço das vibrações vocais e um ou outro sibilo); ao vê-lo, repito, nestas condições admiti, evidentemente, várias hipóteses entre as quais principalmente o paludismo, a febre ondulante, as febres tifo-paratifóides com recrudescências múltiplas, o reumatismo e a tuberculose.

Contra o paludismo militavam a longa febre do tipo não intermitente, a moderada esplenomegália, as artralgias e a ineficácia da quinina, tomada durante alguns dias no início da doença, quando os arrepios, pela sua intensidade e duração, o tornavam muito suspeito.

¿Febres ondulante ou tifo-paratifóides? Se é certo que

a fisionomia da curva térmica, as artralgias, a ligeira constipação, os suores, a falta de sinais digestivos acentuados, etc., depunham mais a favor da primeira e as perturbações cárdio-vasculares a favor das segundas, a verdade é que só o laboratório poderia esclarecer-nos rigorosamente a tal respeito. Efectivamente, mercê da grande semelhança da evolução (sobretudo no que se refere à curva térmica) e até da patogenia, cremos — «*il s'agit là d'une auto-réinfection, et celle-ci est en rapport étroit avec les variations d'immunité acquise par le sujet*» (1) — entre as febres tifo-paratifóides de recrudescências ou de recaídas múltiplas e a forma clássica da brucelose, só pelo laboratório, repetimos, se pode estabelecer devidamente o respectivo diagnóstico diferencial.

¿Septicémia reumatismal, ou melhor, reumatismo oligo-articular agudo, de forma predominantemente septicémica?

Contrariado, muito embora, pela idade do doente, pela falta de antecedentes nìtidamente reumatismais e de lesões valvulares, etc., os suores, a anemia, as artralgias, tão intensas da segunda vez que o doente recorreu ao salicilato de sódio, calmando-as (¿por seu efeito ou por simples coïncidência?) e ainda as intensas perturbações cardíacas autorizavam suficientemente um tal diagnóstico. Na verdade, as formas (2) septicémicas e oligo-articulares do reumatismo são uma realidade clínica incontestável.

¿E a tuberculose? ¿Como não admiti-la, pura ou asso-

---

(1) Spyros Bartrocas, «Contribuition à l'étude des rechutes de la fièvre tiphoïde», *Arch. de Médecine des Enfants*, n.º 7, Juillet, 1932, p. 381.

(2) Louis Ramond, «Formes cliniques du rhumatisme articulaire aigu», *Conférences de Clinique Médicale Pratique*, Dixième série, p. 262; «Maladie de Bouillaud à forme infectieuse atténuée et prolongée», *La Presse Médicale*, n.º 4, 1933, p. 81; F. Mourichau-Beauchant, «Les formes non articulaires de la maladie de Bouillaud, *La Science Médicale Pratique*, 1930, p. 460, etc., etc.

ciada a qualquer outro estado infeccioso, perante a tossícola, a expectoração muco-purulenta, as anomalias da auscultação, os suores, o grande emmagrecimento, etc.? ¿No meio desta encruzilhada mórbida como agir? Evidentemente, tonificando o coração — o órgão funcionalmente mais atingido — fazendo uma terapêutica anti-infecciosa geral e, enquanto se pesquisava o bacilo de Koch na expectoração e se faziam as reacções de Widal e de Wright, admitido o diagnóstico de um reumatismo atípico (baseado na sintomatologia e na eficácia, real ou aparente, da medicação salicilada) recorrer à *prova terapêutica* do salicilato de sódio. «*En présence de forte fièvre et de douleurs articulaires le premier soin et le devoir de tout médecin est de soumettre son malade à la médication salicylée intensive*» (1).

Como, porém, tanto esta prova terapêutica como as investigações laboratoriais resultassem negativas (feitas em 21-X) decidiu-se que o doente, a-fim-de ser convenientemente estudado, se internasse num quarto dos Hospitais da Universidade, o que fêz no dia 25 de Outubro, após uma viagem tormentosa e longa de cêrca de 250 quilómetros, na auto-maca dos Bombeiros de Viseu, acompanhado do médico local (Dr. Calejo), tal a gravidade do seu estado. Cabe aqui referir que êste colega, que até essa data, por motivos especiais, o não tinha tratado, o informou de um facto importante: que um doente (ao qual A. R. P. tinha incisado e tratado, alguns dias antes de adoecer, um abcesso subcutâneo), considerado, durante alguns meses, atingido de tuberculose pulmonar, de febre tifóide, etc., viera, afinal, a ser rotulado no Pôrto como sofrendo de *uma febre de Malta*.

---

(1) Léon Tixier, «Maladies graves, d'allures septicémiques avec localisations articulaires prédominantes, guéries par les injections intraveineuses de jaune d'acridine», *Arch. de Méd. des Enfants*, n.° 10, Octobre 1932, p. 570–571.

Não existindo, no nosso doente, outra causa de mais provável contágio, afigura-se-nos absolutamente lógico atribuí-lo ao contacto com aquele seu cliente, quer tratando-lhe o abcesso, quer auscultando-o, tocando-lhe *desprevenidamente* nas roupas contaminadas, etc. ¿Para a sua brucelose ser devida à ingestão de leite, tendo em vista que vivia numa pensão onde outras pessoas, naturalmente, o consumiam nas mesmas condições de origem e preparação culinária, como não admitir que algumas delas anterior, simultânea ou posteriormente fôssem atingidas?

Nos Hospitais da Universidade, onde esteve desde 25 de Outubro até igual dia de Dezembro, são dignos de registo os seguintes factos clínicos: continuação do estado febril até ao dia 30 do primeiro daqueles meses; crises graves de taqui-aritmia em 28 de Outubro e em 5 e 19 de Novembro e reaparecimento, por duas vezes, das artralgias referidas, acompanhadas, na última, de reumatismo cervical intenso; embotamento da sensibilidade táctil e dolorosa no hipogastro, persistência dos suores (sobretudo nocturnos), durante a baixa térmica, etc.

Laboratorialmente: ausência de bacilos de Koch na expectoração e de hematozoários no sangue; exame radioscópico do tórax, negativo (26-X); reacções de Widal e de Wright, negativas, no Laboratório do Dr. Matos Beja em 28 e 30 de Outubro e 11 de Novembro; *positiva* até $^1/_{200}$, no Laboratório de Bacteriologia, para o *Br. melitensis* e *Br. abortus* em 16 de Novembro e no do Dr. Matos Beja, a igual diluïção, para os mencionados germes bem como para o *Micrococus* isolado por hemocultura, no último Laboratório após três dias de estufa, no de Análises Clínicas após 21 (sangue colhido, respectivamente, em 26 de Outubro e em 10 de Novembro); positiva, finalmente, no Laboratório de Análises Clínicas (18-XI) apenas até $^1/_{160}$ e sòmente para o *Brucella melitensis* e para o *Micrococus* isolado por hemocultura (con-

trastando com a negatividade para o *Brucella abortus*); reacção de Burnet, *fracamente positiva* (com melitina obtida por cultura de 20 dias) em 28 de Novembro e *fortemente positiva* (com melitina proveniente de uma cultura de 30 dias) em 10 Novembro.

Dada a sua longa evolução e ainda a gravidade do estado geral e das perturbações cardíacas, ¿poderá êste caso de febre ondulante corresponder a uma *forma complicada*, devida a uma associação microbiana? (1). Não o cremos, embora não tivéssemos feito tôdas as investigações necessárias à demonstração de um tal modo de ver: hemoculturas adaptadas aos aeróbios, anaeróbios e ao bacilo de Koch (2).

Terapêutica: — canfol, que nos pareceu excelente contra as crises de taqui-aritmia; digibaina, óleo canforado, cafeína, estriquinina, urotropina, sôro glicusado, etc.

Como medicação mais ou menos especìficamente dirigida ao estado toxi-infeccioso (cujo diagnóstico oscilava, clìnicamente, entre o de uma febre tifo-paratifóide de recrudescências múltiplas e o de uma febre ondulante) antes que o laboratório confirmasse devidamente a última doença, *contra-indicada* como estava a medicação de *choque* (e ainda o neosalvarsan e a acridinoterápia) pelo justificado receio de complicações hepáticas; como medicação, repetimos, mais ou menos especìficamente dirigida contra qualquer das duas afecções mais prováveis, empregou-se o Quimutol na dose de 5 c. c. por injecção e com intervalos de 3 a 4 dias (tratamento iniciado em 4 de Novembro). Perante os dois diagnósticos admitidos e ainda porque urgia fazer qualquer coisa mais que uma terapêutica meramente sintomática, tal medicamento

---

(1) Jos. Jullien, «Les formes des brucelloses humaines», *La Presse Médicale*, n.º 3, 1933, p. 53-54.

(2) Idem, «Note sur les procédés d'hémoculture à mettre en œuvre au cours des fièvres ondulantes», *Bull. de l'Acad. de Médecine*, 1933, p. 51.

pareceu-nos particularmente indicado. Com efeito, tanto as febres tifo-paratifóides como a febre ondulante têm sido tratadas mais ou menos eficazmente pelo bismuto (Quinby (1) etc.), o qual, ainda desta vez, se mostrou dotado de manifesta eficácia pois que o doente, sofrendo de brucelose grave desde meados de Agôsto (cêrca de três meses) imediatamente entrou em progressiva convalescença podendo considerar-se curado em 25 de Novembro (àparte a persistência de extra-sístoles mais ou menos freqüentes).

Lamentàvelmente em conseqüência, ao que parece, (indirecta, sem dúvida) da quarta e última injecção, feita na nádega esquerda em 19 de Novembro, apareceram-lhe acentuadas perturbações sensitivo-motoras no domínio do ciático as quais, certamente, como em regra sucede, desaparecerão por completo, embora devagar, voltando assim o doente, devidamente restabelecido, ao exercício da sua profissão — causa, segundo tudo indica, da sua brucelose, neste, como em tantos outros casos, uma doença de carácter essencialmente profissional.

RÉSUMÉ ET CONCLUSIONS

« L'infection, chez l'homme, par les Brucellæ *se répand chaque jour davantage. C'est ainsi que dans le Danemark sa morbidité a été superieure à celle des fièvres typho-paratyphoïdes dans les années 1928-1930* (2).

---

(1) Prof. Sahli «Le traitement de la fièvre typhoïde avec l'Iodo-Bismuthate de Quinine», traduction d'un travail paru dans *Schweizerische Medizinische Wochenschrift*, n.º 21, 24 Mai 1930; P. A. Lop, «Fièvre ondulante traitée et guérie par le Quinby après échec de la vaccinothérapie», *Marseille-Médical*, n.º 9, 25 mars, 1932, p. 413; Jean Piéri, et Mouren, «Sur un nouveau traitement de la mélitococcie», *La Provence Médicale*, n.º du 15 Novembre, 1931.

(2) Martin Kristensen, «La fièvre ondulante d'origine bovine...», *Rapport au Deuxième Congrès de Pathologie Comparée*, Paris, 14-17 Octobre 1931, p. 70.

«*C'est ainsi que dans les Bouches-du-Rhône la morbidité melitococcique égale la mortalité typhique, qu'en* Vaucluse *elle tend à devenir supérieure, que dans les Pyrénées-Orientales, la fièvre de Malte est la maladie de provenance animale la plus repandue*» etc. (1).

Peut-être l'accroissement de cette maladie est-il, au surplus à la fois absolu et relatif. Absolu car le nombre des cas va sans cesse augmentant, et relatif, en ce sens que beaucoup de ces cas n'étaient pas diagnostiqués autrefois soit par ignorance du polymorphisme clinique qui conduisait à une confusion avec le paludisme, les fièvres typho-paratyphoïdes, le rhumatisme infectieux, les tuberculoses aiguës et d'autres septicémies, soit par l'insufisance des moyens d'investigation dans les laboratoires, soit parce que l'on avait généralement la conviction que le Brucella *du bœuf était sans danger pour l'homme ou parce que le* Brucella *du porc étaient encore inconnu. En effet, il y a quelques années à peine on considérait que cette maladie était due au seul* Brucella melitensis *et qu'il falait en localiser l'origine dans l'Ile de Malte ou le pourtour des côtes méditerranéenes. D'où, les noms de* mélitococcie, *de* fièvre de Malte *et de* fièvre méditerranéenne. *On sait aujourd'hui qu'elle peut être provoquée également par le* Brucella abortus *(que pendant longtemps on a jugé capable d'entraîner seulement l'avortement épizootique des bovidés) et par le* Brucella suis, *au demeurant deux espèces qui avec le* Br. mélitensis *appartiennent à un seul et même genre: le genre Brucella* (2). *Donc cette*

---

(1) G. Vitoux, «L'assemblée française de médecine générale», *La Presse Médicale*, n.° 6, 1933, p. 122.

(2) F. Huddleson, cit. p. M. R. Taylor, M. Lisbonne et G. Roman, *in* «Recherches sur l'identification des *Brucella* isolés en France par l'application bactériostatique des matières colorantes et la production d'hydrogène sulfuré (Huddleson)», *Annales de l'Inst. Pasteur*, n.° 3, Septembre, 1932, p. 285.

affection que d'abord on a attribuée exclusivement — ou presque — à l'ingestion du lait non bouilli de chèvre et de brebis ou à l'absorption de laitages frais (fromages, beurres, etc.), il est maintenant indéniable qu'elle peut être transmise aussi par le lait et voire la chair, la peau même de vache, par les eaux que souillent les «excreta» des bovidés, et d'autres animaux (chevaux, chiens, oiseaux, porteurs de germes), ou enfin qu'elle peut être communiquée au vétérinaire soignant une vache qui avorte ou met bas. Dans certains cas il est véritablement permis de parler de maladie professionnelle *et de prescrire des mesures toutes spéciales de prophylaxie (vaccination préventive) et même de protection médico-légale touchant les personnes qui se trouvent les plus exposées: médecins vétérinaires, cultivateurs, marchands de bestiaux, bouchers, jardiniers, bergers, etc... Mais revenons aux caractères de l'affection en question. A côté de la multiplicité de son étiologie, de ses moyens et de ses voies de contamination (voie digestive — la principale pour le* Brucella mélitensis — *et la transcutanée pour laquelle* Brucella abortus *et* Brucella suis *semblent avoir une prédilection), il faut signaler l'extrême variabilité de sa physionomie clinique et l'irregularité ordinaire de sa courbe thermique.*

C'est une maladie protéiforme: à côté de ses caractères, classiques en quelque sorte (sudoro-algies avec fièvre du type ondulant, splénomégalie et constipation), elle présente des formes très atypiques par sa durée, le fort grand nombre de ses complications, la bénignité ou la gravité de ses symptômes. Ainsi son diagnostic ne peut être accepté sans réserve qu'après la réponse de la réaction de Wright et de Burnet et les résultats de l'hémoculture. Encore ces réactions et l'hémoculture (dont on n'ignore pas dans bien des cas l'insuccès) doivent-elles être pratiquées avec la plus grande prudence, selon la méthode la plus rigoureuse, sinon on s'expose à de graves erreurs, aux plus sérieuses conséquences. Toutes

ces considérations touchant la pluriétologie de la maladie, la diversité de ses moyens de contagion, son ubiquisme, son atypisme symptomatologique et évolutif, les formes de température qu'il entraîne, etc., nous montrent l'opportunité qu'il y aurait à proscrire les appellations innombrables, souvent inexactes et de valeur scientifique peu satisfaisante dont on a affublé l'affection qui nous intéresse. Et il nous semble que l'on pourrait avantageusement changer les noms de mélitococcie, de fièvre de Malte, fièvre méditerranéenne, caprine, folle, ondulante, capricieuse, etc. qui successivement ou simultanément lui ont été apliqués, pour celui de Brucellose, *lequel, sans rejeter mais sans spécifier non plus les caractères d'ordre géographique ou épidémiologique, a le mérite de tenir compte, en outre, de toutes les données étiologiques quel que soit le* «brucella» *en cause.*

Au point de vue thérapeutique la brucellose présente aussi quelques particularités. Notamment parmi une foule d'agents tour à tour vantés comme capables de la guérir: l'auto-hémothérapie, l'abcès de fixation, la lactocaprothérapie, le novarsénobenzol, la vaccinothérapie, l'acridinothérapie, nous ne pouvons vraiment considérer comme possédant une vertu active que les trois derniers. Il convient toutefois d'ajouter que la mélitine et l'abortine, pures ou traitées par le formol (formomélitines et formabortines) lorsque elles sont administrées par voie dermique, sous-cutanée ou digestive, témoignent d'une grande activité curative.

Etant donné l'existence possible de formes filtrantes des Brucellæ, *quelques unes au moins de ces particularités n'en seront-elles pas la conséquence?*

*

Tout ce que nous venons de dire au sujet de la brucellose se confirme par les trois observations auxquelles il nous

a été permis de nous livrer personnellement. Résumons-les brièvement: pour ce qui est de la contagion les deux premiers cas étaient dûs à l'ingestion de fromage frais fait avec du lait de chèvre; le troisième (presenté par un de nos confrères) occasionné vraisemblablement par les soins que ce médecin donnait à un client dont la fièvre ondulante fut diagnostiquée trop tard.

Á l'égard de la température l'un de ces cas offrait une grande irrégularité, et les deux autres présentaient un caractère plus ou moins ondulatoire. En ce qui concerne la symptomatologie: arthralgies dans le premier et le troisième, acompagnées pour ce dernier de grands troubles cardiaques (crises de tachy-arythmie intenses et graves au point de mettre la vie du malade en danger et de justifier un moment le diagnostic de rhumatisme). La réaction de Wright a présenté la particularité d'être négative (à plusieurs jours d'intervalle), par deux fois dans le premier cas, trois, par dans le deuxième et positive une seule fois pour des dilutions à raison de $^1/_{320}$ et $^1/_{640}$ l'une. Puis de nouveau pour chacun, résultat négatif s'opposant à celui de la réaction de Burnet, positive, elle, tant avant qu'àprès celle de Wright.

Autres observations notables à l'égard de la réaction de Wright dans le troisième cas: quatre fois négative, après l'espace de deux à deux mois et demi d'évolution, ensuite positive dans les proportions de $^1/_{200}$ et cela, tant pour le Brucella melitensis *et le* Brucella abortus *(dans deux laboratoires, et à $^1/_{160}$ pour le seul* Brucella mélitensis *dans un autre) que pour le* Brucella *isolé par hémoculture dans un premier laboratoire, trois jours durant d'étuve et, dans un second, pendant trois semaines à peine.*

Nous dirons pour conclure que cette maladie aux caractères si divers, si opposés en apparence, si troublants en un mot, n'a pas fini de solliciter l'atention des savants et que Nicolle, en 1921, avait bien raison de l'appeler «la maladie de

l'avenir». Douze ans ont passé depuis et il est permis d'ajouter qu'elle est maintenant «la maladie du jour» (1).

LÚCIO DE ALMEIDA.

BIBLIOGRAFIA

A. LORDELLI, J. M. DE LA BARRERA, V. D'ALESSANDRO et V. INON — «La fièvre de Malte dans la province de Mendonza en Argentine». *Rev. de Sanidad Militar*, n.º 5, IX-1931, p. 305, cit. in *Office International d'Hygiène Publique*, n.º 6, 1932, p. 1036.

ALESSANDRINI (Prof.) y M. PACELLI (Dr.) — «Un perícolo sociale. Le brucellosi». *Ediciones Annali d'Igiene*, Roma, 1932.

ANTONIO VENTURA (Dr.) — «Contribuición clinica a la enfermedade de Bruce-Bang». *La Clínica Médica Italiana, (Archivo clinico)*, Febrero de 1932; cit. in *Revista de Medicina Italiana*, n.º 43, Abril 1932, p. 165.

BOUTTIER — «Observation de fièvre ondulante d'origine bovine». *Soc. de Path. Comparée*, séance du 8 Avril 1930.

BIRCK — «Les nouvelles maladies des enfants», *Münchner Medizinische Wochenschrift*, n.º 29, 15-VII-1932, cit in *La Presse Médicale*, n.º 88 (*Rev. des Jornaux*, p. 218).

CH. DUBOIS et N. SOLLIER — «Fréquence de la fièvre ondulante dans le Gard». *Bull. de l'Acad. de Médecine*, n.º 8, 1932, p. 283; «Sur deux cas de fièvre ondulante d'origine bovine dans le Gard et dans la Haute-Garonne». *Bull. de l'Acad. de Médecine*, n.º 21, p. 741-743; «Traitement de la fièvre ondulante par un vaccin polyvalent». *Echo Médical des Cevennes*, Décembre, 1930, p. 546; «Diagnostic expérimentale de la mélitococcie ovine et caprine par la recherche des réactions allergiques». *Comptes Rendus des Séances de l'Acad. des Sciences*, n.º 17, 24 Octobre 1932, p. 722; «Vaccination préventive contre la fièvre ondulante à l'aide d'un vaccin polyvalent. Résultats observées de 1929 à 1932». *1er Congrès International d'Hygiène Méditerranéenne*, Marseille, 20-25 Septembre, 1932.

---

(1) Ch. Dubois et N. Sollier, «Fréquence de la fièvre ondulante en France et rôle du laboratoire dans le dépistage de cette maladie», *Rev. d'Hyg. et de Médecine Préventive*, n.º 6, Juin, 1932, p. 426.

CRUVEILCIER, LEHLAINCHE et RINJARD — «Enquête sur les rapports que présentent en France la fièvre ondulante de l'homme et l'avortement épizootique des bovidés». *Bull. de l'Office International des Épizooties*, n.º 2, 1931, p. 282.

DALRYMPLE-CHAMPNEYS — «Fièvre ondulante et étude spéciale des sources animales de l'infection et de la possibilité de sa prévalence en Angleterre et Pays de Galles». *Office International d'Hygiène Publique*, n.º 1, 1930, p. 147.

DESAGE, PELLERIN et VINESTA (d'Oran) — «Un cas de méningite à mélitensis après une fièvre de Malte». *Soc. de Méd. du Bas-Bhin*, 1926, p. 872.

E. MARTIN — «Fièvre ondulante d'origine bovine». *Rév. Méd. de la Suisse Romande*, 25 Août, 1928.

EDGAR (Leroy) — «Mode d'infection dans le fièvre ondulante». *La Provence Médico-Chirurgicale*, Septembre, 1929

E. LEDOUX et C. GOMET — «Trois nouveaux cas de fièvre ondulante d'origine bovine en Franche-Conté. Enquete épidémiologique». *Soc. des Hôp. de Paris*, 1932, p. 1550.

FR. DELMAS et G. DUBAMEL (d'Agen) — «Abcès pulmonaire au cours d'une fièvre de Malte. Abcès mélitococcique?». *Arch. Médico-Chir. de l'App. Respiratoire*, 1931, p. 224.

H. ROGER — «Les complications méningées de la mélitococcie». *Paris Médical*, n.º 41, Octobre 1932; «Existe-t-il des complications ultratardives de la mélitococcie?». *Marseille Méd.*, Décembre 1931, p. 734–754.

H. ROGER, IVES POURSINES et MAURICE RECORDIER — «A propos des réactions méningées mélitococciques; un nouveaux cas de méningo-radiculite dorso-lombaire associée à des spasmes vasculaires cérébraux». *Soc. de Méd. de Marseille*, 16 Novembre, 1932, cit. in *La Presse Médicale*, n.º 3, 1933, p. 58.

J. JULIEN — «Ascite au cours de la mélitococcie», *La Presse Médicale*, n.º 3, 1933, p. 58.

J. LIGNIÈRES (Prof.) — «Sur les qualités pathogènes de «*Brucella melitensis*» et de «*Brucella abortus*». *Bull. de l'Acad. de Médecine*, n.º 26, 1932, p. 910–914.

J. PARISOT, L. F. VIDAL et ROBERT-LÉVY — «Deux cas de fièvre ondulante humaine en rapport avec une brucellose bovine du type mélitensis». *Soc. de Méd. du Bas-Bhin*, p. 525–530.

J. WIDAL — «Le traitement de la fiièvre de Malte par le novarsénobenzol», *Paris Médical*, n.º 10, 1933, p. 218.

LISBONNE et J. VIDAL — «La fièvre ondulante d'origine bovine en France», *1er Congrès International d'Hygiène Méditerranéenne,* Marseille, 20-25 Septembre 1932.

M. GIDES, G. PÈRÉS et CULTY — «Fièvre ondulante d'origine bovine à *Brucella* mélitensis». *Rev. Génér. de Méd. Vétérinaire,* 1932, T. XLI, p. 476.

MAGALLON — «La fièvre ondulante d'origine bovine en Isère». *Rev. Général Vétérinaire,* Août, 1931; La fièvre ondulante d'origine bovine en Isère». *Thèse de doctorat vétérinaire*, Lyon 1932, Rose et Aron, éditeurs.

PLAZY et GERMAIN — «A propos du traitement de la mélitococcie». *Communication au 1er Congrès International d'Hygiène Méditerranéenne, Marseille,* 19-25 Septembre 1932.

REALE — «Septicémie de Bang». *Rev. Médicale de la Suisse Romande,* n.º 6, 25 Mai, 1932, p. 321.

SANTET — «Quelques remarques sur la fièvre ondulante en Corse». *Bull. de la Soc. de Pathologie Comparée,* n.º 8, 12 Octobre, 1932, p. 863.

TALIAFERRO CLARK (Dr.) — «Recherches récentes sur la fièvre ondulante aux États-Unis d'Amérique». *Office International d'Hygiène Publique,* n.º 10, 1927, p. 1460.

Th. MADSEN — «Sur la fièvre ondulante à bacille de Bang au Danemark». *Office International d'Hygiène Publique,* n.º 2, 1930, p. 307-311.

VEDEL, A. PUECH, J. VIDAL et L. GOUDARD — «Syndrome addisonien au cours d'une mélitococcie». *Bull. de la Soc. des Sci. Méd. et Biol. de Montpellier,* 1930, p. 167.

VEDEL, A. PUECH et M. JANBON — «Deux cas de polinévrite mélitococcique». *Soc. des Sci. Méd. et Biol. de Montpellier,* 1926, p. 406.

ZIA et WOUG — «Infection à *Brucella* en Chine (fièvre ondulante)». *The Chinese Medical Journal,* n.º 3. 1932, cit. in *Office Int. d'Hygiène Publique,* n.º 1, 1933, p. 145.

K. POPPE (Prof.) (Bostock) — «Etiologia y diagnostico experimental de la infección por bacterias de Bang». *Rev. Médica Germano-Ibero-Americana,* n.º 12, 1930, p. 747.

WILHELM SETEPP. (Prof.) (Breslau) — «La infeción por el bacilo de Bang. Clinica e terapeutica de las enfermedades del hombre». *Rev. Médica Germano-Ibero-Americana,* n.º 1, 1931, p. 40.

ANAIS DA VILA DA ERICEIRA (1)

REGISTO CRONOLÓGICO DE ACONTECIMENTOS REFERENTES À MESMA VILA, DESDE 1229 A 1932

1831

17 de Novembro, ... Tendo o Aviso Régio, datado de 4 de Outubro antecedente, proïbido a descarga de cereais no pôrto desta Vila, a Câmara delibera representar a El-Rei o grande prejuízo que tal determinação viria causar ao povo dêste Concelho e ao dos limítrofes.

1832

19 de Janeiro, ... Em sessão desta data apresentou-se à Câmara o Capitão de Voluntários Realistas de Tôrres Vedras, Prudêncio Franco Gomes, natural desta Vila, e comunicou que El-Rei Dom Miguel lhe havia dado ordem verbal, em Mafra, para a Câmara poder consentir o desembarque de algum milho no pôrto desta Vila, em quantidade que chegasse para acudir às necessidades dos povos; e isto enquanto a Câmara não recebesse a autorização competente, pelas vias oficiais.

1833

16 de Junho, ... A Câmara que já havia tomado algumas providências na previsão da epidemia do cólera-morbus, tomou nesta data deliberações sôbre o mesmo assunto, em

---

(1) Cont. do n.º 1, pág. 70.

sessão conjunta com o Guarda-Mor de Saúde, os Facultativos municipais, o Provedor da Misericórdia e outras entidades.

Entre outras providências foi deliberado estabelecer um Hospital para coléricos nas casas dos herdeiros do Padre Manuel Franco da Costa Dias (Rua dos Ferreiros, n.º 4).

O primeiro caso de morte pelo cólera havia sucedido em 14 dêste mês, em uma mulher que havia adoecido das 7 para as 8 horas da manhã e faleceu pouco depois do meio dia. Esta informação foi dada à Câmara por um dos médicos municipais.

1833

3 de Agôsto, ... Em sessão desta data a Câmara, em vista do conteúdo de uma participação que o Cardial Patriarca havia dirigido ao Pároco desta Vila, mandou, por pregão, convocar o Clero, Nobreza e Povo para se proceder à aclamação da Rainha D. Maria II e reconhecer o Duque de Bragança, Dom Pedro, como Regente; ao que logo se procedeu, com os vivas e mais solenidades do antigo uso e costume, seguindo-se, na igreja um solene *Te-Deum*.

1833

12 de Agôsto, ... Em sessão desta data foi lido um Aviso do Ministério do Reino, em que Dom Pedro, Regente, manda comunicar à Câmara que sua Filha a Rainha D. Maria II, estava restabelecida no Trôno, e que havia feito a sua entrada solene em Lisboa na manhã de 28 de Julho dêste ano; e que a sede do govêrno da Nação era em Lisboa.

1833

(?) Agôsto, ... A-pesar-do Aviso supra-mencionado, reúnem na Casa da Câmara 2 Vereadores, 1 Almotacel e muito Povo, que proclamam novamente Dom Miguel como Rei de Portugal, do que mandaram fazer um auto pelo Escrivão

das Sisas, Primo da Costa, na ausência do escrivão da Câmara que se havia recusado ou fugido. Deram-se os vivas do costume e deliberaram seguir todos para a Igreja Paroquial fazer celebrar um *Te-Deum*.

1833

Em 2 de Setembro, ... Reúne a Câmara e aclama Dom Miguel, lavrando-se um auto que foi assinado por muitos dos seus partidários.

1833

5 de Setembro, ... Em sessão desta data, a Câmara deu posse do lugar de seu Escrivão a Francisco Franco Gomes, em lugar do respectivo, Fernando José Cardoso de Figueiredo, que havia fugido da Vila, com receio de ser perseguido, pois era partidário da Rainha.

Foram demitidos muitos funcionários e nomeados outros.

1833

14 de Setembro, ... A Câmara reünida com Clero, Nobreza e Povo, declara revolucionária a resolução da Câmara transacta, relativa à aclamação da Rainha D. Maria II, que, segundo diz, foi feita tumultuàriamente; e faz votos para que *fique nas profundas dos abismos, para nunca mais aparecer, o Govêrno Constitucional*.

A acta desta sessão tem 58 assinaturas.

Nesta sessão e nas seguintes continua a demissão de funcionários que, segundo a Câmara diz, haviam fugido para os rebeldes.

1833

18 de Outubro, ... Reúne a Câmara sob a presidência do Vereador José da Costa Gaspar, estando presente Rafael da Cruz, comandante de uma Guerrilha organizada em Sintra por ordem do Regente e mandada à Ericeira.

A Câmara mandou deitar pregão, convocando Clero, Nobreza e Povo, para aclamarem a Rainha D. Maria II. Deram-se os vivas do costume e celebrou-se na igreja um *Te-Deum*. (37 assinaturas).

Foram demitidos os funcionários nomeados pela Câmara realista e ainda outros que, diz a Câmara, haviam fugido para os rebeldes.

(Êste Rafael da Cruz, guerrilheiro, era natural da Carvoeira, onde fôra Tabelião, e exerceu depois também êsse cargo na Ericeira).

1833

19 de Outubro, ... Consta da acta da sessão dêste dia, que regressaram à Ericeira, vindos de Lisboa onde estavam refugiados, os seguintes liberais: — Francisco José da Silva Ericeira, Joaquim da Costa Fialho (filho), Justino da Costa Fialho, Elisiário José Caiado, Januário Francisco Nunes Serrão, Manuel Alves Camacho, António Nunes da Silva, Fernando Cardoso Palhares de Figueiredo, José Maria da Costa Neves. Tinham fugido todos da Ericeira por motivo, segundo diz a acta, de *não serem adidos ao govêrno do Usurpador*.

Foram a Lisboa para acompanhar estes refugiados no seu regresso para a Ericeira, os seguintes seus partidários: — Joaquim Alves Leal, João dos Santos Ribeiro, Herculano da Costa Neves.

1833

27 de Outubro, ... Os guerrilheiros de Rafael da Cruz começam de fazer tropelias, de noite, pelas ruas da Vila. A Câmara chamou à sessão desta data o chefe, e exigiu-lhe o castigo e transferência dos díscolos, que eram soldados de artelharia.

1833

29 de Outubro, ... Em sessão da Câmara, por ordem superior, é riscado o nome de Dom Miguel, nas actas refe-

rentes à sua aclamação, de forma que nunca mais se possa ler; ficando as mesmas actas de forma que sòmente possam servir de corpo de delito contra os promotores e signatários, que devem ser presos onde quer que forem encontrados.

1833

3 de Novembro, ... A Câmara com o Governador do Forte, organiza a lista dos que voluntàriamente se quiserem inscrever na Guarda Nacional.

1833

26 de Novembro, ... Foi decidido em Câmara sequestrar os bens dos seguintes partidários de Dom Miguel: Prudêncio Franco Gomes, capitão de Voluntários Realistas de Tôrres Vedras. Francisco Franco Gomes, tenente dos ditos Voluntários. Manuel Wenceslau da Silva Leitão, ex-capitão de Ordenanças. José Pedro do Rêgo, capitão de Ordenanças. José Cipriano de Barros, idem. Felipe dos Santos Pereira, alferes de Ordenanças. O Padre Antonio Manuel da Silva Leitão. O Padre João de Deus Ferreira Lopes. José da Costa Rei. José Franco Gomes Canôa. Isidoro Serrão. João da Costa Serrão, Agostinho da Silva Marçal. Francisco Luiz Ribeiro. Joaquim Luiz Ribeiro. Camilo dos Santos Batalha. José Cristóvão Valverde. António Gomes Lages. António Bento Serrão. António de Noronha Albernaz Gorjão de Resende, morgado dos Chãos.

1834

31 de Janeiro, ... Reúne a Câmara em sessão extraordinária; e o Procurador do Concelho requere que se realizem festejos e manifestações de regosijo público pelas vitórias do Exército Libertador, devendo haver luminárias em 3 noites seguidas.

A Câmara deferiu e mandou deitar pregão público e

afixar editais, determinando a realização daqueles festejos; e, ainda a requerimento do mesmo Procurador, mandou declarar nos editais que ninguém era obrigado a pôr as luminárias, mas, pondo-as ou deixando de as pôr, logo se ficaria conhecendo aqueles que estavam satisfeitos, ou não, com as vitórias do Exército Libertador.

1834

21 de Fevereiro, ... Toma posse e é instalada uma Comissão nomeada pela Câmara para liquidar os prejuízos causados pelos *agentes do Govêrno do Usurpador*.

Esta Comissão faria as suas sessões todos os sábados, das 8 às 10 horas da manhã e ficou assim composta.

Presidente: Mateus Ferreira.

Secretário: Dr. José Maria de Oliveira e Silva.

Vogais: Elisiário Francisco Ferreira.
Pedro Rodrigues.
Felipe Franco Delgado.

(Parece que esta Comissão nunca chegou a funcionar regularmente).

1834

24 de Março, ... A Câmara manda afixar editais, anunciando que a Rainha havia ofertado ao Concelho uma publicação denominada *Cronicas Nacionais,* e que essa publicação estava patente, nos Paços do Concelho, a todos que ali as quisessem ir ler, em tôdas as segundas feiras.

1834

26 de Março, ... Por ordem do General Comandante das Armas da Província da Estremadura, deve ser organizada na Ericeira uma companhia fixa da Guarda Nacional, para fazer serviço permanente nesta Vila e seus arredores, ficando sob as ordens do Governador do Forte, Francisco de Paula Cid; devendo ser intimado o Chefe de Guerrilha,

Rafael da Cruz, a entregar um pouco de armamento que tinha em seu poder.

A Câmara mandou afixar editais, convidando todos os homens válidos a alistarem-se na referida companhia sem excepção alguma, nem mesmo dos empregados públicos.

Em sessão do dia 1 de Abril seguinte, a Câmara verificou, com grande mágoa, que apenas apareceram 13 homens a alistarem-se, o que denotou à Câmara pouca dedicação pela causa da Rainha.

Todavia esta Companhia da Guarda Nacional chegou a organizar-se e prestou serviços de rondas, nocturnas e diurnas. Parece que foram dispensados dêste serviço os marítimos.

1834

Importação

O número de embarcações de comércio que durante êste ano fundearam no pôrto da Ericeira, foi de 175 (ráscas, caíques, hiates) das quais foi desembarcado, para negociantes de cereais estabelecidos com celeiro público na Vila, o seguinte:

Milho (*a*).....	373.765 alqueires,	ou sejam	6.229 moios
Trigo (*a*).....	9.033 alqueires,	ou sejam	150 moios
Centeio	1.266 alqueires,	ou sejam	21 moios
Cevada.....	305 alqueires,	ou sejam	5 moios

(*a*) Êstes cereais pagavam de imposto ao Estado 10 réis por alqueire.

O movimento foi diminuto, atendendo a ser tempo de guerra civil.

1834

Exportação

Durante êste ano as embarcações de comércio carrega-

ram, no pôrto da Ericeira, para os portos do Algarve, Ilhas e outros, (além de muitos outros géneros), o seguinte:

Vinho	34.664 almudes,	ou sejam	1.386 pipas
Aguardente	6.025 almudes,	ou sejam	241 pipas
Vinagre	2.300 almudes,	ou sejam	92 pipas

Vide Notas e Documentos, n.º 30.

1835

19 de Fevereiro, ... Com acôrdo de 12 dos principais negociantes de cereais, a Câmara lança o imposto de 5 réis em cada alqueire dos mesmos cereais que desembarcassem no pôrto desta Vila.

1835

10 de Março, ... A Corporação Marítima apresenta à Câmara o seu novo Compromisso e pede que fique registado e seja apresentado superiormente, para ser aprovado.

1835

12 de Setembro, ... O Governador Civil de Lisboa (nos termos da Lei) anexou ao Concelho da Ericeira a parte da respectiva Frèguesia que percencia ao Concelho de Mafra.

1836

29 de Fevereiro, ... O Visconde de Balsemão, Vasco Pinto de Balsemão, cede à Câmara o domínio útil de um terreno no sítio de Santa Marta, que seu pai havia, em tempos, tomado de aforamento ao Concelho; bem como também lhe cedeu todos os materiais que ali se encontrassem.

(A casa de residência dos Viscondes de Balsemão, na Ericeira, ainda existe. É um prédio no Largo das Ribas, junto ao edifício da Delegação Marítima, pelo lado do sul).

1836

22 de Setembro, ... Foi jurada em Câmara a Constituïção de 1822, seguindo-se o costumado *Te-Deum*. (16 assinaturas).

1836

27 de Outubro, ... Nesta data instalou-se e realizou a sua primeira sessão a Junta da Paróquia da Ericeira.

1837

21 de Fevereiro, ... A Câmara organiza posturas para a Frèguesia do Pôrto da Carvoeira, tendo, prèviamente, ouvido sôbre o assunto, alguns dos principais daquela Frèguesia.

O Concelho reguengo da Carvoeira, havia, pouco antes, sido extinto e anexado ao da Ericeira.

1837

27 de Outubro, ... Foi deliberado começar a construção do primeiro Cemitério, no terreno ao nascente da Igreja Paroquial.

1838

Neste ano foi instalada na Ericeira a Estação do Correio, sendo seu encarregado, João Duarte Ferreira.

1838

28 de Fevereiro, ... Tendo o mar destruído uma parte da muralha do Cais, e achando-se dissolvida a Corporação Maritima, que costumava tomar a seu cargo as reparações daquele local, a Câmara convidou, por editais, todos os donos e mestres de barcos, a reünirem nos Paços do Concelho, para se deliberar acêrca do assunto.

1838

3 de Março, ... Reúnem nos Paços do Concelho 43 proprietários e mestres de barcos, sendo deliberado reorganizar a antiga Corporação Marítima, devendo esta concorrer, durante um ano, com um têrço dos lucros dos seus associados, para, depois de satisfeitos os encargos de médico e botica, entregar o remanescente à Câmara com destino às obras da reparação de Cais. Em seguida se procedeu à eleição dos gerentes da referida Corporação, a quem o Presidente da Câmara deferiu o juramento e deu posse dos seus cargos.

1841

11 de Dezembro, ... Apresentou-se à Câmara, em sessão dêste dia, José Joaquim Pires, mestre dos calceteiros que ela traz em serviço nas ruas da Vila; e declarou que, por ordem do Presidente, havia mandado escavar uma porção de terreno no sítio de Santa Marta, no chão que fôra do Visconde de Balsemão, o que fêz com 2 serventes; e ali achou uma pedra coberta de cal argamassada, e na mesma uma lâmina de chumbo, de meio palmo de largura, tendo um letreiro em latim, e de um dos lados esculpida uma cruz; do qual letreiro se colige que: No 8.º dia das calendas de Setembro, Luiz Máximo Alfredo de Sousa Pinto, 2.º Visconde de Balsemão, mandou lançar a primeira pedra nos fundamentos de um Templo que dedicava a São Luiz Rei, e a Santa Isabel Rainha. E no verso da lâmina tinha em letras arábicas, a data de 1818.

A Câmara mandou que a referida lâmina fôsse guardada no Arquivo Municipal.

(Os alicerces dêste projectado Templo ainda há poucos anos existiam no pátio da garage de A. Gaspar, em Santa Marta).

1841

17 e 18 de Dezembro, ... A Câmara organiza o seu novo Código de Posturas, que foi impresso, depois de aprovado, em 1842.

1842

13 de Fevereiro, ... Foi aclamado em sessão a Carta Constitucional da Monarquia, decretada em 1826.

A Câmara ordenou as costumadas manifestações de regozijo público.

1843

Neste ano continuam as obras de calcetamento das ruas da Vila, por conta da Câmara, executadas por um partido de calceteiros, requisitados às Obras Públicas pela Câmara. Foram também construídas a calçada de Vale Carneiro, a das Pretas e outras, a que se chamava as estradas do Concelho. Também em êste ano foi construída a Fonte denominada «Fontaínha», no Bairro Norte, demolida em 1906, como ao diante se dirá.

1843

4 de Setembro, ... A Rainha D. Maria II, El-Rei Dom Fernando e tôda a Família Real, vieram, neste dia, em visita oficial à Ericeira, havendo grandes festejos e manifestações de regozijo, tudo promovido pela Câmara.

A Família Real retirou pouco depois do pôr do sol.

1843

14 de Dezembro, ... A Câmara pede ao Govêrno a destituïção ou transferência de João Camilo Júnior, Director da Alfândega da Ericeira, por vexames, injustiças e violências praticadas pelo mesmo contra o comércio e povo da Vila.

(A jurisdição da Alfândega da Ericeira abrangia uma área que ia desde Cascais até à Figueira, pois, nesta época,

a Ericeira era considerada o 4.º pôrto do Reino, só lhe sendo superiores Lisboa, Pôrto e Setúbal).

1844

13 de Janeiro, ... A Câmara dá informação contrária à pretensão do Director da Alfândega, que queria fazer expropriar o recinto junto à Ermida de Santo António, para ali construir o edifício da Alfândega.

(Pouco tempo depois foi êste funcionário transferido, a pedido da Câmara).

1844

15 de Março, ... A Câmara pede à Rainha a criação da Capitania do pôrto, cujos serviços estavam entregues à Alfândega.

1845

20 de Junho, ... A Câmara é oficialmente informada de que, tendo-se reconhecido a necessidade de se construir uma doca no pôrto desta Vila, o Govêrno havia ordenado ao Inspector Geral das Obras Públicas que enviasse à Ericeira 2 Oficiais engenheiros, para levantarem a planta do pôrto e estudarem o assunto.

A Câmara resolveu agradecer a António Severino Alves, seu Procurador na Junta Geral do Distrito, as diligências por êle empregadas para se conseguir tão importante melhoramento.

1846

28 de Maio, ... Uma reünião popular, nos Paços do Concelho, destituíu a Câmara e, entre vivas à Religião, à Rainha e à Carta Constitucional, exigiu do respectivo Escrivão que lavrasse um auto de pronunciamento contra o Ministério Cabral, e nomeou uma Junta Governativa.

No dia seguinte recebeu esta Junta uma Proclamação do Ministério do Reino e um Suplemento ao *Diário do Govêrno,*

por onde constava que a Rainha havia dado a demissão ao ministério.

1846

1 de Novembro, ... Às 6 horas da manhã dêste dia, entrou na Vila uma Guerrilha comandada por um Inácio José de Barros, o qual se dirigiu ao Presidente da nova Câmara e lhe exigiu o dinheiro que esta tivesse em cofre. E opondo o Presidente algumas dificuldades, o guerrilheiro tirou à fôrça do cofre do Concelho a quantia de 6 moedas (28$80). A Câmara relevou o Presidente, alegando que, à fôrça das armas não há que resistir.

A guerrilha, que tinha vindo de Sintra, era composta de mais de 300 homens armados e retirou pouco depois das 11 horas da manhã.

1847

7 de Abril, ... A Câmara resolveu mandar tomar todo o milho que estava a bordo do hiate «10 de Outubro», ancorado no pôrto desta Vila, de que era mestre Domingos Gavinho Tôrres, a-fim-de acalmar a exaltação dos ânimos manifestada pelo Povo, pois que, devido às circunstâncias do tempo, havia fome por falta de cereais.

1848

19 de Setembro, ... Reünião conjunta da Câmara com a mesa da Santa Casa da Misericórdia, Administrador do Concelho, médicos etc. a-fim-de se tomarem providências acêrca da epidemia do cólera-morbus, que se aproximava.

Foi deliberado estabelecer um Hospital para os coléricos na Ermida de Santa Marta, devendo a Misericórdia fornecer 40 camas e 4 macas, ficando a alimentação, medicamentos e outras despesas, metade a cargo da Câmara e a outra metade a cargo da Misericórdia.

1848

29 de Setembro, ... Veio à Ericeira, por mandado do Governador Civil de Lisboa, o seu Secretário, Dr. António Correia Caldeira, a-fim-de verificar o estado da administração municipal e a sua contabilidade. Depois de ter examinado tudo e de ouvir o Escrivão da Câmara, deu várias instruções e estabeleceu regras a seguir de futuro. Em seguida a uma volta pela Vila, recomendou a execução de algumas obras de melhoramentos locais, a maior parte das quais a Câmara se dispensou de executar, certamente por as julgar inoportunas e desnecessárias.

1848

11 de Novembro, ... A Câmara nomeou Manuel José da Costa, morador em Lisboa, para a representar na Liga dos Interêsses Materiais do País, na qual a Câmara se inscrevera como sócia.

1849

Agôsto, ... Nesta data foi fundada a primeira filarmónica que houve na Ericeira, sendo seus organizadores os seguintes indivíduos:

Joaquim Elisiário Ferreira, professor primário, natural da Ericeira.

António Agostinho da Costa Batalha, tabelião, natural da Ericeira.

Frei Vicente de São Joaquim Rodrigues Costa, natural de Lisboa.

1851

4 de Outubro, ... Às 6 horas da tarde chegou à Ericeira, em visita pastoral, o Cardial Patriarca, sendo recebido pela Câmara, autoridades e muito Povo. Esteve aposentado em casa de Francisco José da Silva Ericeira. Demorou-se 3 dias, durante os quais houve grandes festejos.

1852

15 de Novembro, ... Pelas 3 horas da tarde dêste dia, caíu na Ericeira uma grande chuva de pedra, algumas do tamanho de amêndoas, com grande violência durante um quarto de hora.

Vento de furacão do lado do sudoeste. Partiu tôdas as vidraças do lado do vento, destruíu telhados, derrubou paredes, em algumas das quais o pedrisco ficou incrustado como por efeito de tiros de fuzilaria.

O mar conservou-se calmo.

1853

29 de Outubro, ... A Câmara com o Administrador do Concelho e com a Mesa da Misericórdia, tomou deliberações acêrca das providências a adoptar no caso de epidemia do cólera-morbus.

Foram adoptadas providências iguais às que se tomaram em 1848.

1853

2 de Novembro, ... Foi presente à Câmara a cópia de uma Portaria do Ministério do Reino, aprovando a formação de uma Comissão que neste Concelho, se propôs promover, por meio de donativos particulares, o melhoramento da estrada desta Vila, para a de Mafra, à qual Comissão deve a Câmara prestar todo o auxílio.

1855

7 de Agôsto, ... Em sessão desta data deliberou a Câmara que se procedesse ao melhoramento da Água Férrea que existe no rio e local do Moinho de Baixo, visto as informações que o médico municipal deu acêrca da referida água.

1855

28 de Agôsto, ... É concedida licença pela Câmara, a Gerardo Pereira Rodrigues, desta Vila, para poder arvorar um mastaréu com bandeiras para sinais que sirvam às embarcações, no sítio do Marco da Peça, no Largo da Bela Vista, às Ribas.

1855

16 de Setembro, ... Com as formalidades do antigo uso, é aclamado El-Rei Dom Pedro V.

1855

24 de Outubro, ... Por decreto desta data é estabelecida uma nova divisão administrativa, em conseqüência da qual, foi extinto o Concelho da Ericeira, que havia sido instituído em 1229. A Câmara realizou a sua última sessão em 4 de Dezembro dêste ano.

1861

Neste ano foi fundado o Club Recreativo Ericeirense.

1863

Foi azulejado o recinto da Ermida de Santo António.

(Continua). J. de Oliveira Lobo e Silva.

IMPRESIONES PORTUGUESAS (1)

Toqué el suelo portugués por primera vez en la isla de Madeira, donde permanecí durante unos diez días. Cuando uno elige a Funchal como punto de descanso, piensa en primer lugar en sus bellezas naturales. Puedo decir que en todos mis viajes por Europa y por América del Sur, no he visto una concentración semejante de encantos naturales. El mar y la formación de la costa, el panorama de Funchal desde la bahía y desde la altura, la gente que pulula en las calles, las casas y los jardines que se extienden en las faldas, los caminos iluminados que desde lejos se ven en la noche serpenteando por las vertientes de la isla, la vegetación semi tropical exuberante — todo esto es inolvidable.

Pero no quiero disimular que a pesar de toda mi susceptibilidad para los encantos de la naturaleza, hubo para mí, en la isla de Madeira, otro factor que me emocionó no menos: *el hombre que trabaja.* Recorriendo la isla ví dos huellas del último: los caminos y las viñas. Cada metro cuadrado de terreno laborado, a veces en vertientes tan paradas que uno se pregunta cómo puede el hombre trabajar

---

(1) Una Revista de Porto dirigida por el Señor *F. Castro Pires de Lima* me había rogado comunicar las impresiones que tuve durante mi estada en Portugal, del país y de su gente en el año 1930. Lo hice aunque me daba plenamente cuenta que sé escribir mejor sobre observaciones de laboratorio que de la vida humana. Tal vez también mis amigos chilenos tendrán interés en conocer una página suelta sobre la vida espiritual de este hermoso país.

en este lugar. La montaña ruda y cruda transformada en viña. Una acumulación de *trabajo* durante cinco siglos. El hombre portugués que pobló la isla de Madeira hasta una densidad semejante a la de la Bélgica, *luchó* y *venció*. Era su arma el *azadón* — el arma más noble, el arma del hidalgo de *hoy día*. Cuando el mozo del hotel que me trajo mis maletas al vapor, al despedirse me estrechó la mano, sentí que nos entendíamos sin muchas palabras.

Un contraste son los niños mendicantes — la corrupción por la industria del turismo. La industria del bordado encanta; pero uno siente que tanto trabajo compensa muy poco al pueblo.

Guardaré para siempre el recuerdo más grato de la isla bella y trabajadora, del pequeño hotel «Seaview», desde el cual tanto miraba sobre Funchal, el mar y el horizonte, y un buen recuerdo de la gente buena que me atendía...

Me iba a Portugal, en verdad, para conocer las Facultades de Medicina de Lisboa, Porto y Coimbra; por rara coincidencia el distinguido colega que me esperaba en el puerto de Lisboa era un hijo de Funchal — el Profesor *Marck Athias.*

Conocí a *Athias* 24 años atrás, en una pequeña ciudad universitaria alemana, en Goettingen, en donde él visitó el Instituto de Fisiología dirigido por mi gran maestro alemán ya difunto *Max Verworn.* Nos olvidamos el uno del otro trabajando sobre problemas bastante distintos. Pero, hace 17 años, ambos comenzamos a trabajar en el mismo campo de Fisiología, sobre la Endocrinología Sexual. Esto *une* a la gente aun cuando no se conozcan personalmente, une mucho más de lo que supone el profano. Una hora después de mi llegada a Lisboa estuve ya en el Laboratorio de Fisiología y discutimos los hallazgos y las preparaciones microscópicas, los sobresalientes resultados de 15 años de trabajo de mi eminente colega portugués. ¡Que momentos felices pasé en el laboratorio de mi colega de Lisboa, cuyo nombre llegó a

ser familiar a todos los que trabajan en este campo de la Fisiología!

La Facultad de Medicina de Lisboa cuenta con un profesorado altamente digno. El distinguido Decano *Egas Moniz* y todos los profesores que he conocido, contribuyen a mantener el alto espíritu científico y a dar a la enseñanza médica un rumbo moderno que comprende la colaboración activa del alumno mismo en los cursos. He visitado el Laboratorio de Fisiología y el de Histología. Los laboratorios podrían ser mayores; pero sale a la vista el gran e intenso trabajo establecido por sus directores, el Profesor *Athias* y el Profesor *Da Costa*, para adaptarlos a las exigencias de la enseñanza. En laboratorios muy estrechos, es difícil cultivar la investigación científica, sin la cual no son posibles hoy día ni la enseñanza médica, ni la formación de un profesorado médico nacional. Pero venciendo muchas dificultades, los profesores de la Facultad de Medicina de Lisboa, y en primer lugar el fisiólogo y el histólogo, llegaron a hacer conocer la Facultad fuera de Portugal por sus trabajos de investigación.

Un gran paso hacia adelante fué la creación del *Instituto Rocha Cabral* que se dedica exclusivamente a la investigación científica en el campo de la Medicina y Biología. Su distinguido director, *Ferreira de Mira*, junto con muchos entusiastas colaboradores formó un nuevo centro de estudios científicos. La influencia favorable de este centro se hará sentir pronto en la vida médica de Portugal. De gran importancia me parece también la formación del *Instituto de Cáncer*, y hay que esperar que la energía sonriente de su director el distinguido cirujano Profesor *Gentil* vencerá muy pronto todas las dificultades económicas, para realizar el Instituto de Cáncer, que es una necesidad urgente. La bella colaboración de los mejores elementos médicos, en el Instituto de Cáncer, da la garantía de éxito de esta obra nacional.

Todos han oído hablar de las bellezas de la naturaleza y de los recuerdos históricos monumentales de Lisboa, de los cuales pude imponerme, gracias a la amabilidad infatigable del Profesor *Athias*. Sería inmodestia de mi parte detenerme sobre estas cosas. Pero no quiero omitir la ocasión de decir que por primera vez he visto una colección de cuadros compuesta con tanta comprensión y concentración como la de Lisboa, y la obra de su director puede servir de modelo para muchos museos de mayor riqueza...

Con el tren de la tarde me fuí a *Coimbra*. El problema de las *dos* estaciones de Coimbra se reveló tan difícil para mí que decidí confiarme completamente a un amable compañero de viaje de aspecto digno y con barba blanca, el cual al llegar en la noche también me llevó consigo al hotel, y de las dos piezas que estaban libres, me cedió amablemente la que tenía vista encantadora sobre el Mondego. Era un médico y siento mucho no haber conocido su nombre...

En la mañana me fuí en primer lugar al laboratorio de Histología que dirige el Profesor Geraldino *Brites*. Encontrar en Coimbra su laboratorio sería, sin ser acompañado por su director u otro universitario, cosa extremamente difícil. Menciono esto porque tiene profundo valor simbólico. El laboratorio de Histología, como el de de Fisiología, están *alojados* en la Clínica de Obstetricia y deben contentarse on un mínimo de espacio y de comodidades. He admirado el espíritu del Profesor *Brites,* que le ha facilitado obtener lo mejor de la situación y transformar las pocas piezas a su disposición en un moderno hogar de enseñanza y de investigación. Sin su cultura de investigador, su verdadero amor por la ciencia y su gran entusiasmo, tal cosa habría sido imposible.

La impresión que uno obtiene de Coimbra al visitarla por primera vez, es enorme y única. En ninguna otra ciudad universitaria sentí de manera igual la tradición cultural.

Por cierto, Lisboa tiene sus grandes monumentos históricos nacionales, y a pesar de haber sido reconstruída a fines del siglo XVIII, después del gran terremoto, el pasado lejano y glorioso se impone. Pero Coimbra es *toda* pasado y tradición lo cual a cada paso sale a la vista, y en este conjunto de tradición cultural la *Universidad* ocupa un lugar preponderante. Con el amable Rector señor *Fezas Vital,* el señor Decano de la Facultad de Medicina *Oliveira* y el señor *Brites* hemos recorrido los antiguos edificios universitarios y debo decir que la impresión más fuerte que traigo de mi viaje por las Universidades de muchos países de Europa y de la América del Sur durante la mayor parte del año 1930, es la Universidad de Coimbra.

Si en la Facultad de Medicina de Lisboa, sentí el empuje y la seguridad en la marcha, en Coimbra sentí — *Universidad,* espíritu universitario que abarca todas las ciencias y reconoce a los últimos como un fin absoluto, sin mira a la utilidad práctica. Sí, como viejo universitario, me doy plenamente cuenta, que la pobreza de varios laboratorios y la pobreza de los profesores mismos, excluye frecuentemente la verdadera exteriorización de ese espíritu en Coimbra. Pero tal espíritu existe, porque persiste. Y es mi opinión franca que *el Gobierno de Portugal tiene frente a la Nación la obligación de asegurar a la Universidad de Coimbra la posibilidad de adaptarse técnicamente a las exigencias modernas de la enseñanza,* en cuanto a laboratorio, bibliotecas y seminarios. Coimbra con su tradición cultural y universitaria, es un valor nacional incalculable que no se adquiere por tantos y tantos dólares. Hay que conservar sus riquezas culturales y no desperdiciarlas; hay que invertirlas de tal modo que produzcan interés — «interés» *cultural.* Ninguna diversión de opinión política debe impedir la obra nacional en favor de la Universidad de Coimbra que es, insisto sobre todo, una de las grandes riquezas nacionales del Portugal.

Séame permitido decir que considero de error fundamental que los sueldos de los profesores universitarios sean tan insignificantes. Como no vivimos en las nubes, sino en la tierra, hay que darse cuenta de que el profesor universitario que ocupa el más alto grado en la carrera de enseñanza, debe tener gran libertad económica. Si eso escasea, el trabajo de investigación científica se dificulta enormemente. Es una mala política pagar mal a los profesores universitarios y disculpar-se con el dicho que el «sabio» no necesita riquezas. No se trata de conseguir «riquezas» para los profesores universitarios, sino libertad económica para que llegue a ser la condición inmediata de todo el desarrollo universitario.

La estadía en Coimbra me enseñó que hay algo de simbólico en el hecho que Coimbra está unida con la línea central del ferrocarril por un ramal especial lateral. Coimbra está — felizmente — fuera del gran camino, y debe quedarse así. Coimbra puede obrar, solo si conserva su valor intrínseco-tradicional, y cumple a la Nación facilitar a esta ciudad el cumplimiento de su función.

Al salir de Coimbra a Porto, uno recorre en pocas horas varios siglos...

Si Coimbra impresiona por sus detalles, Porto lo hace por su conjunto. Y hay que decir que Porto impresiona de manera fuerte. El panorama de Porto es grandioso.

Con la Universidad de Porto estuve ligado muchos años por mis relaciones científicas y de amistad con el distinguido anátomo el Profesor *Pires de Lima* y el histólogo Profesor *Salazar*. Encontré a la Facultad de Medicina de Porto en plena reconstrucción, bajo los auspicios de su Decano entusiasta, el Doctor *de Aguiar*. El nuevo Instituto de Anatomía es verdaderamente espléndido y su Director el Profesor *Pires de Lima* el cual con sus trabajos científicos sobre las malformaciones y con su interés por la anatomía humana comparada hizo tanto para dar a conocer la Facultad de Me-

dicina de Porto, también fuera de Portugal, creando — ayudado por el Profesor *Monteiro* y rodeado por un número de elementos más jóvenes — todo un ambiente de investigación. Gran satisfacción fué para mí, como fisiólogo, poder constatar que el Decano empeñado en la reorganización de la Facultad, da toda la importancia a las nuevas cátedras de Química Fisiológica y de Fisiología.

Después de encontrarme, aunque por poco tiempo, entre los elementos universitários de Porto, me pareció que el tipo humano de Porto es algo muy especial. En Porto cada uno de los hombres tiene algo de Enrique el «Navigator» — individualidad, espíritu, ímpetu y mucho intelecto. Así el Decano *de Aguiar*, el Rector *de Sousa Pinto* y no menos el cirujano *Teixeira Bastos* igualmente interesado en el recorte de los intestinos y en la colección de porcelana china. Parece el Portense también gran patriota local. Tiene el deseo de que sea su universidad *mejor* que la de Lisboa o la de Coimbra. Está lleno de profundo interés por la historia local, como los jóvenes fisiólogos que con tanta amabilidad me llevaban por la ciudad de Porto. Este aspecto y este espíritu *cantonal*. — ¡Madeira, Lisboa, Coimbra, Porto! — me parecían bastante característicos en el Portugal, y hasta cierto punto me recordaron lo que tanto caracteriza a la Suiza. Y creo que tal espíritu cantonal es siempre un signo de cultura — no en el sentido del valor *técnico,* sino en el sentido del valor *sentimental*. La gente tiene *individualidad,* quiere conservarla y rechaza «uniformizarse». El pueblo portugués radica profundamente en su tierra y los recuerdos materiales e ideales nacionales significan mucho para él. Lo prueba el gran desarrollo de los estudios arqueológicos que dirige en la Universidad el Profesor *Méndes Correia* y que le merecieron fama internacional. Y el gran escultor de Porto, el señor *Lopez* a quien tuve el honor y el gusto de conocer en su casa, tan hábil en modelar la piedra, *descansa* en la

octava década de su vida, en modelar al modo popular antiguo en madera y pintarla, y aun en *restaurar* lo que se modeló siglos atrás, tal vez por un hombre del pueblo, pero del *mismo pueblo portugués.*

En el desarrollo de los pueblos la proporcionada combinación de ideales locales y nacionales significa mucho. El portugués trasladó estos sentimientos de particularidad también al Brasil — ¡qué se compare sólo Río de Janeiro y Sâo Paulo! Pero toco ya aquí un otro gran problema de sumo interés que se me impuso durante mi viaje: las relaciones culturales entre el Portugal y el Brasil. Mis amigos portugueses me recibieron con tanto cariño por encontrarme yo en Portugal en calidad de universitario latinoamericano, y expresaron ellos esta idea públicamente. ¿Por qué no estrechar las manos especialmente entre los intelectuales portugueses y *brasileños*? Esta idea me dominaba cuando medio año después de mi visita a Portugal, estuve en Brasil. Puedo decirlo sin vacilar: los universitarios portugueses tienen mucho que sugerir a los brasileños, pero tienen también algo que sugerir los brasileños de Río y de Sâo Paulo a los portugueses. Y diré más: el pueblo portugués, obligado por fuerza de la Naturaleza a ser un pueblo poco numeroso en los límites del Portugal, crece en el Brasil para llegar a ser una nación de las más poderosas.

Bien, yo sé, que son cuestiones de gran delicadeza para ambas partes; que se me perdone pues, la libertad que me he tomado...

Me fuí de Porto y del Portugal hacia España — por las viñas del Douro que tan de repente se terminaron en la frontera portuguesa-española... (1)

ALEJANDRO LIPSCHÜTZ.

---

(1) Reproduzido, com a devida vénia, da revista *Atenea,* (tômo XXII, 1932, p. 250-7) publicada pela Universidade de Concepcion. *(N. da R.)*

A MANSIDÃO DO GUERREIRO (1)

Em outro lugar, e mais pausadamente do que me seria dado fazê-lo nestas páginas, procuro da minha obscuridade prestar culto à altíssima memória de Alexandre Herculano e juntar uma apagada voz no côro de louvor que engrandece e canta a sua glória. Mas, desvanecido pela nobreza da companhia e incitado pelo fervor de uma admiração religiosa, venho, também ao templo estranho trazer uma desbotada e pobre fôlha dos meus pobríssimos canteiros.

Deixando vaguear o pensamento e o estudo pela vida de Alexandre Herculano, procurando iluminar-me no reflexo da sua alma, pareceu-me que nunca havia encontrado nome português tão louvado e querido em terras de Espanha.

Romero Ortiz, dando conta da sua passagem por Val-de--Lôbos, escreveu: «Basta vê-lo uma só vez, observar aquela dureza das linhas da sua fisionomia, aquela expressão concentrada de seus olhos, aquela fronte espaçosa e sombria, que parece inclinar-se debaixo do pêso das ideas que seu cérebro elabora; basta escutar uma das frases afiadas que brotam dos seus lábios, quando alguém se atreve a contradizer suas afirmações, para compreender como êsse rei da poesia, da literatura e da história há feito pedaços o ceptro da sua autoridade científica, desterrando-se à obscuridade e ao esquecimento».

Pascual de Gayangos, orientalista de sumo valor, veio

---

(1) Vid. nota de pág. 18, do vol. 84.º

em apoio de Alexandre Herculano em 1852, a desfazer a desconchavada erudição de um académico português, que pretendia invalidar com textos árabes, mal traduzidos e pior interpretados, as afirmações da *História de Portugal* sôbre a batalha de Ourique. O facto, só por si, teria honrosa significação; mas os termos de respeito afectuoso em que o sábio espanhol veio a terreiro, a espontaneidade com que o fêz em uma carta «nem solicitada nem pedida», segundo sua confissão expressa, demonstram exuberantemente que o nosso portentoso mestre, soberano nas letras portuguesas, também o era além fronteiras e de pronto estendera a autoridade até os Pirinéus.

D. Antonio Sanchez Moguel, fazendo o elogio de Alexandre Herculano e o resumo da sua obra perante a Real Academia de História de Madrid, terminou a oração pelas estrofes do seu ilustre conterrâneo Núñez de Arce, «que chorou a morte do grande escritor em palavras que viverão tanto como a língua castelhana» e julgou impossível à morte obscurecer a glória do «mais insigne génio lusitano».

E Núñez de Arce fechava a admirável elegia à morte de Alexandre Herculano, apregoando que as paixões poderiam disseminar ódios entre os dois povos irmãos da península e obstar à luz de horas serenas para êles, mas «nunca evitaríam que o pranto da sua pátria se confundisse com o que nós derramávamos».

Estes exemplos me passaram incidentemente pelos olhos. São apenas um rasto, embora bem marcado. Muitos outros por certo encontraria na mesma direcção, se para aí dirigisse os passos e o estudo. Estes, porém, nos bastam para pressentir a natureza e extensão do prestígio que aureolou Alexandre Herculano entre os melhores espíritos da nação espanhola.

¡Que milagres realiza o génio, inspirado pela sinceridade e pelo bem querer! ¡Que fôrça sobrehumana lhe concede o

destino para tornar espontâneo e fácil à sua actividade o que ao esfôrço comum é inacessível! Pensadores humanitários e políticos generosos, penetrados de impulsos nobres de paz e fraternidade, procuram pela propaganda, por arte e persuasão, dissipar aversões de raças e inimizades históricas, substituindo-as por um caloroso e doce sentimento de solidariedade. ¡Mas ai dêles e da sua ingenuïdade! O mundo desfaz-lhes a cada passo as ilusões. Rebenta o ódio onde semearam afectos e inunda-os de sangue.

F. Alexandre Herculano, quando talvez não sonhava encurtar afastamentos e desvanecer dissensões, mas sòmente quereria sentir de perto o coração da sua pátria, escutando-lhe os ecos mais remotos e ouvindo-a contar-lhe os dramas da sua vida heroicamente acidentada, êsse tecia laços de união entre aqueles que entre si haviam combatido tantas vezes nos campos de batalha, vociferando injúrias e praguejando. Únicamente pela revelação de uma coïncidência infinita de aspirações, contrariedades, e bens e males, comuns a todos os povos da península na sua derrota através dos séculos, ùnicamente por palavras de verdade consumava o que aos demais fôra impossível por dedicação de abençoadas vontades. Foi como a visão de qualquer energia superior que, dominando e consubstanciando em seu domínio os inimigos de ontem, os uniu e identificou na consciência de um mesmo anseio. Amando a pátria derrubou-lhe fronteiras e apagou limites, para que ela mais se engrandecesse em elevação moral, para que os rancores se calassem e a bondade e o carinho de lado a lado tivessem livre acesso.

Um fidalgo, vendo morrer o filho primogénito e lembrando-se com mágoa de combates cruéis que terçara para lhe legar falsas grandezas mundanas, exclamou: ¡Não vale a pena ter ódios!

Quando lemos e meditamos a obra de Alexandre Herculano e verificamos a largueza da esteira da jornada em

que nos vimos a par da Espanha, seguindo o mesmo rumo, sofrendo iguais trabalhos e dôres, e exultando nas mesmas alegrias, diremos também: — Não vale a pena ter ódios. E quási pasmamos da demência que os acendeu e fomentou entre os dois povos.

¿Para quê? ¡¿Para quê?!... ¿Não somos filhos de uma mesma mãe, gerados do mesmo sangue e consagrados à mesma estrêla, benigna ou funesta que ela haja de ser?... E ficamos a cismar, e a loucura das façanhas sangüinolentas quereríamos trocá-las de futuro pela loucura de paixões fraternas. E o nome daquele sublime apóstolo da verdade, tão rude e áspero na evangelização da sua fé, ilumina-se de um resplendor estranho. O guerreiro, que o foi e valoroso, coroou-se de mansidão.

JAIME DE MAGALHÃES LIMA.

LA COLONIZZAZIONE SPAGNOLA E PORTOGHESE NEI SECOLI XVI E XVII

SECONDO I DOCUMENTI DEI DIPLOMATICI VENEZIANI (1)

Venezia di fronte alla colonizzazione Spagnola e Portoghese

Francia, Spagna, Venezia, Portogallo e Turchia: non si può negare che furono questi, in un secolo agitato e complesso come il '500, i protagonisti della storia d'Europa e del mondo. Ma, mentre la prima ancor non si era lanciata nel campo delle competizioni coloniali e delle ardimentose conquiste in paesi barbari, lontani e sconosciuti, gli altri invece o già ricavavano le loro maggiori risorse, o già ne cercavano delle nuove ed incalcolabili in territorio coloniale: il che senza dubbio aggiungeva difficoltà alle loro imprese, complessità alla loro politica, grandezza alla loro storia.

Quanto dunque sia utile lo studio e la conoscenza di sì delicate vicente, e così decisive per l'avvenire dei popoli, è superfluo spiegare; e quanto possano giovare, in questa ricerca, le relazioni degli ambasciatori veneti, mirabili documenti, ad universale giudizio, di acume e di sapienza politica,

---

(1) Questo capitolo fa parte della relazione presentata ed esposta al primo Congresso internazionale di Storia coloniale, tenuto a Parigi dal 21 al 25 settembre 1931. Il testo francese sarà pubblicato sulla *Revue des Colonies françaises* di Parigi.

è inutile aggiungere. Posta ad immediato contatto con stati formidabili, in un'Italia travagliata dalle intestine discordie e dalle invasioni straniere, Venezia, piccola di territorio, ma grande per uomini e per mercature, fu costretta a raddoppiare di vigilanza e quasi a moltiplicare tutte le sue energie per far fronte ai pericoli che sovrastavano da ogni parte; il che, se la esaurì a poco a poco e la condusse lentamente ad una lunga, ma inevitabile agonia, contribuì a formare nel suo seno uomini pronti a qualsiasi evento e maestri in ogni politico e diplomatico accorgimento. A questa schiera appartengono senza dubbio molti degli ambasciatori, che saranno qui esaminati, osservatori spesso veggenti e giudici non di rado infallibili di fenomeni, di principi, di popoli lontani e diversi.

È evidente che le due colonizzazioni di Spagna e di Portogallo, nel vicino Mediterraneo e al di là degli Oceani, non potevano, sia per la loro stessa natura, sia sovrattuto per le loro inevitabili ripercussioni politiche, rimanere estranee all'attenzione dei diplomatici veneziani. Se la collonizzazione mediterranea della Corona spagnola aveva carattere eminentemente politico e mirava a creare una specie di antemurale, che togliesse ogni immediato o quasi immediato contatto fra i Mori d'Africa e quelli, ancor numerosi e potenti per ricchezze ed attività, superstiti in Ispagna dopo la presa di Granata, la colonizzazione nelle Indie Occidentali, invece, era stata quasi imposta al popolo spagnolo non dalla necessità, non dal bisogno di cercar nuove terre ove espandere l'esuberanza di uomini e di traffici, ma dal suo ormai inappagato spirito d'avventura, residuo delle secolari e quasi ininterrotte guerre contro i Mori. L'avidità di nuovi commerci e di pingui mercature, la volontà di accrescere con assiduo lavoro ed accorte iniziative le risorse della madrepatria non erano certo le ragioni che spingevano il giovane *hidalgo* a farsi avventuriero dei mari e a conquistare, sfidando ris-

chi e privazioni senza fine, terre lontane e sconosciute: ma piuttosto la facile e apparentemente più rimunerativa ricerca dell'oro, nobilitata solo in parte dal proselitismo religioso.

Se la Corona spagnola non tardò a chiudere ogni suo nuovo possedimento alle navi ed al commercio di altri popoli, inspirandosi ad un criterio di rigido monopolio nazionale, ciò fece non per ragioni di protezionismo economico, per imporre cioè le sue merci ed i suoi prodotti industriali ai popoli sottomessi, ma semplicemente, invece, per ragioni di sospetto politico; tanto è vero che i 19/20 delle mercanzie che si imbarcavano a Siviglia per la Nuova Spagna erano di provenienza olandese o francese o britannica od italiana. Venezia, pertanto, nè poteva trovare nella Spagna una concorrente temibile per i suoi traffici —, e tanto meno per il commercio delle spezie, non esercitabile praticamente per la via delle Indie Occidentali, anche dopo la navigazione di Magellano —, nè temeva che, sia, pur attraverso la Spagna, i suoi prodotti non potessero eventualmente raggiungere le lontane Americhe. Si comprende quindi perchè, di fronte al nuovo grandioso spettacolo delle conquiste spagnole, che pur avrebbero dovuto, in apparenza, preoccuparla, essa abia mantenuto un contegno di grande tranquillità e di relativa indifferenza, facilmente riscontrabile nei documenti e nelle relazioni dei suoi ambasciatori.

Lo stesso invece non può dirsi nei riguardi sia della colonizzazione spagnola nel Mediterraneo, sia della colonizzazione portoghese nelle Indie Orientali.

Per quanto riguarda la prima, le ragioni sono pressochè intuitive: la dilagante avanzata turca nel Mediterraneo era direttamente rivolta non soltanto contro le colonie veneziana, immediatamente esposte alla tracotanza ottomana, ma anche, se pur in minor misura, contro i possedimenti spagnoli in Barberia e quindi, di riflesso, contro le coste meridionali

della Spagna, la quale, infatti, sovrattutto dopo la sottomissione di Khaireddin Barbarossa, signore di Algeri, a Solimano il Magnifico (1517), non cessò di temere un'azione combinata a suo danno fra i Mori di Valenza e di Granata ed i Mori di Barberia. Tra Venezia e Spagna, rivali in Italia questo pericolo era dunque l'unico legame, l'unico comune interesse, l'unica base di un possibile accordo; il che non poteva sfuggire ai diplomatici veneti, i quali infatti non esitarono ad insistere su questo punto, sia presso il loro governo, sia presso quello spagnolo.

Diverse, invece, e di natura esclusivamente economica e commerciale, anzichè politica, erano le ragioni che spingevano Venezia ad interessarsi ed a preoccuparsi della colonizzazione portoghese.

Favoriti dalla loro posizione di fronte all'Oceano senza confini, che esercitava sui marinai e pescatori di Lisbona il fascino dell'ignoto, i Portoghesi furono il primo popolo europeo che, sia pur con l'aiuto e, spesso, sotto la guida di navigatori italiani(1), iniziasse, fin dagli albori del'400, una lunga serie di esplorazioni e di occupazioni lungo le coste atlantiche del Continente Nero. Anche senza voler ricordare la già tanto discussa figura di Enrico il Navigatore, il quale, nonostante le accuse mossegli dalla critica, ebbe pur sempre il merito di contribuire direttamente a tutte le spedizioni e di esserne costantemente il vero spirito animatore, tre furono, almeno all'inizio, gli elementi formativi della collonizzazione portoghese: spirito di avventura, ricerca scientifica, proselitismo religioso. Quest'ultimo elemento viene appunto a giustificare le due Bolle pontificie, del 1444 e del 1481, con le quali i Portoghesi furono autorizzati ad occupare le terre da essi scoperte dal Capo Bojador «usque ad Indos», e che, infatti, corrispondono a due tappe distinte

---

(1) Cà da Mosto, Uso di Mare, Antonio da Noli, ecc.

della storia coloniale del Portogallo nel secolo XV: Rio de Oro (1444) ed isole del Capo Verde (1445); arrivo al golfo di Guinea e scoperta della foce del Congo (1482).

Senza dilungarsi nelle ben note vicende che portarono i Portoghesi a doppiare il Capo di Buona Speranza ed a sbarcare sulle coste sud occidentali dell'India, basterà ricordare che, agli effetti della politica veneziana verso Lisbona, una netta distinzione si impone fra colonizzazione portoghese nelle Indie Orientali.

La prima, iniziatasi nel 1415 con l'impresa di Ceuta, si può dire non interessi affatto Venezia: tanto è vero che le notizie degli ambasciatori veneti in proposito non ci dicono nulla, essendo scarse e di nessun valore storico.

Le ragioni sono evidenti.

Anzitutto gli stessi Portoghesi si occuparono ben poco di queste terre, almeno dal punto di vista mercantilistico, tranne che per avere dei punti d'appoggio alla loro navigazione circumafricana: Ceuta fu occupata, precisamente, a tale scopo. In altre parole quel territorio nord-africano occupato dal Portogallo non costituiva un fine, ma un mezzo allo sviluppo della sua ulteriore colonizzazione transoceanica.

In secondo luogo, a differenza della Spagna, il Portogallo non si servì mai di questi punti d'appoggio come strumento contro la Turchia, allo stesso modo che il Sultano di Costantinopoli non si servì del Marocco come strumento contro Lisbona. Non c'erano, insomma, ragioni di rivalità fra Portogallo ed Impero ottomano in Africa, o più precisamente nell'Africa mediterranea, e pertanto Venezia non aveva nessuna speranza di poter fondare su questa colonizzazione un qualsiasi piano di intesa veneto-portoghese contro il Turco.

Ben diversa, invece, era la situazione nei riguardi della colonizzazione lusitana nelle Indie Orientali. A differenza della Spagna, la cui politica coloniale si riduceva ad essere,

in sostanza, una semplice politica di sfruttamento minerario, i Portoghesi, nelle nuove terre da essi scoperte, non cercavano l'oro, ma bensì le spezie.

Quando, nel 1498, doppiato il Capo di Buona Speranza, Vasco de Gama, dopo una felice navigazione, giunse innanzi a Calicut, sbarcando nella terra decantata delle spezie e delle droghe, dell'oro e delle perle, dell'ambra e dei rubini, della seta e dei tessuti più fini e più in voga a quel tempo, i Portoghesi avevano finalmente raggiunto il loro scopo, dopo tanti rischi, tante spese e tante fatiche. Si poteva dire quindi che non soltanto veniva compiuta una grandiosa scoperta geografica, ma che, con questo viaggio, uno nuova era si iniziava nei rapporti commerciali, e quindi anche politici, fra i popoli europei, a tutto scapito di Venezia. La quale, prima dell'arrivo dei Portoghesi in India, requisiva nei porti di Alessandria d'Egito e di Beirut tutte le spezie, gli aromi, le droghe, le sete e l'ambra che provenivano dall'India attraverso la via del Mar Rosso e poscia quella fluviale del Nilo, oppure attraverso la via carovaniera dell'Arabia in Siria.

Ma questo ormai non era più possibile con la politica di rigido monopolio, instaurata dai Portoghesi nel commercio delle spezie. Il Sanudo, nei suoi «Diari» (1), ha modo di dipingerci a foschi colori la tragica situazione economica e quindi politica in cui venne a trovarsi l'Egitto dopo la circumnavigazione africana delle caracche lusitane; ma con l'irreparabile decadenza dei mercati orientali, in cui il pepe, divernuto rarissimo, saliva a prezzi fantastici (2), veniva anche irreparabilmente a decadere la principale risorsa del commercio veneziano.

Di fronte a questo nuovo pericolo, ben più grave forse della presenza stessa del Turco in quelle regioni, la Re-

---

(1) Volumi IV, V, VII — Voci: *Cairo, Calicut, India.*

(2) Da 20 a 192 ducati alla sporta (Sanudo, *loc. cit.*).

pubblica pensò di correre ai ripari. Il che fece con provvedimenti sia di politica interna che di politica estera.

Per quanto riguarda i primi, fu subito costituita la «Additio specierum», un vero e proprio Consiglio, composto di persone particolarmente competenti in materia economica e coloniale, le quali avrebbero dovuto d'ora innanzi prendere in esame i varî problemi connessi a quello generale del commercio delle spezie.

Per quanto riguarda i secondi, dobbiamo distinguere nell'atteggiamento di Venezia tre diversi periodi: il primo, di rigida ostilità contro il Portogallo; il secondó, di accordi o di tentati accordi con il medesimo; il terzo, di tentato, o forse soltanto pensato accordo con il Turco, con finalità anti-portoghesi.

La politica svolta durante il primo periodo era imperniata su questi tre punti:

a) Indurre il Sultano d'Egitto a diminuire il dazio sulle merci, onde poter sostenere con qualche probabilità di successo la concorrenza portoghese sui mercati europei. Questi tentativi, però, che non diedero alcun tangibile risultato, per il sospetto, la mutevolezza e la rapacità del Governo del Cairo.

b) Indurre il Sultano d'Egitto, e in seguito, dopo il 1518, quello di Costantinopoli, a mettersi in lega con i signori di Calicut contro i Portoghesi.

È questo un punto, evidentemente, assai delicato e controverso. Fino a quali limiti, infatti, si spinsero questi *consigli* veneziani? Vi furono soltanto delle pressioni per indurlo alla lotta, o vi fu invece un vero e proprio aiuto materiale, sotto forma di cannoni, di marinai, di legname da costruzione e di materiale vario, come evidentemente avrebbe voluto il Sultano stesso, e come in realtà sarebbe accaduto, almeno secondo le accuse lanciate contro Venezia dal Re di Portogallo e da altri durante la Lega di Cambrai?

Formulare in proposito un qualsiasi giudizio, sotto la scorta di documenti reperibili, è oggi assai difficile, per non dire impossibile. Che richieste formali siano pervenute a Venezia da parte dell'Egitto, è cosa certa, tanto è vero che il Sanudo (1), nel dare l'annuncio della missione straordinaria di Domenico Trevisan al Cairo (dicembre 1511), aggiunge che questi «va orador al Soldan, videlizet zercha (circa) la richiesta di armada ed artellaria per le cosse di Coloqut». Ma il Fulin, scrupolosissimo e diligente studioso degli archivi veneziani, essendosi diffusamente occupato della materia (2), ci fa sapere che, nei documenti ufficiali da lui consultati, non ebbe mai a trovare alcun accenno specifico su questo argomento. Anzi egli dice di aver rinvenuto dei documenti che dimostrano il contrario, e cioè che il governo veneto non solo non avrebbe aiutato materialmente l'Egitto nella sua lotta contro i Portoghesi, ma anzi avrebbe fatto sapere al Sultano, per mezzo del suo rappresentante al Cairo, di non poter concedere l'aiuto richiesto, come cosa vietata per legge a Venezia, nella sua qualità di potenza cattolica, alleata del Pontefice, amica del Cattolicissimo Re di Spagna ed in ottime relazioni con il Re d'Inghilterra, e quindi nella impossibilità di far cosa «ch'el Pontefice riputasse indegna di christiano».

Sugli armamenti egiziani contro i Portoghesi, invece, il Sanudo ritorna più volte, facendo chiaramente apparire che gli aiuti ricevuti dal Cairo erano tutti di provenienza ottomana (3). Risulterebbe cioè, in maniera abbastanza evidente,

---

(1) *Diari*, vol. XIII, col. 362 (diciembre 1511).

(2) R. Fulin, *Il canale di Suez e la Repubblica di Venezia*, in «*Archivio Veneto*». Tomo II, pag 190.

(3) Sanudo, *Diari*, vol. X, col. 110, aprille 1510 (dalla relazione di Anzolo Michiel dal Cairo). Parlando dei preparativi del Sultano contro i Portoghesi, dice: «l'armata dia essere in ordine per tutto lujo, li fera-

che non Venezia, ma la Turchia, parimente danneggiata, abbia aiutato il Sultano d'Egitto contro i Portoghesi, per quanto sembri che questo aiuto fosse offerto anche da altre parti, se il Sanudo stesso, ad un certo punto (1), per spiegare la disgrazia in cui erano caduti i mercanti veneziani presso il Sultano d'Egitto, ci dice che un console straniero al Cairo propose al Sultano «de far venir galeazze de Franza, servirlo etiam de cosse apte ad armada, de la qual questo signor soldan ha summo desiderio per le cosse de India». Si sa che detto console, dopo tale proposta, salì in grande favore presso la Corte, ma si ignora il seguito della faccenda.

Ad ogni modo, chiusa questa parentesi, si deve riconoscere che, se da parte veneziana si smentì sempre, con la più grande energia, di aver prestato un sì abominevole soccorso all'infedele (2), Venezia, però, fu sempre la prima a rallegrarsi di ogni rovescio portoghese nelle Indie, come chiaramente risulta da un sia pur sommario esame dei Diari del Sanudo (3).

Se aiuto materiale dunque non vi fu, o almeno non risulta provato, abbondarono indubbiamente i consigli, sia al

---

menti et l'armare havea auti di Turchia e ogni zorno fariano armizi di canevo habuto di Damasco». L'ammiraglio è «uno Niccolò Agrini, di Napoli di Romania, el qual... si tien obvierà portoghesi... perchè li navilj non stanno uniti ma divisi per quelle insule».

Id. Id. col. 929. febbraio 1511 (da una lettera di Pietro Loredan dal Cairo): «Za molti zorni è zonto navilij 18 da Costantinopoli, cargi de legnami, canevi, feramenti e bombarde, per l'armata per l'India».

Bisogna riconoscere, ad ogni modo, che molti italiani erano coinvolti nell'impresa: il Quirini, nella relazione sulle Indie orientali (1506), parla di «gente» ed «artigliera», «avuta da alcuni nostri italiani» (vedi appresso. cap. III).

(1) Sanudo, *Diari*, vol. XII, col. 307 (luglio 1511).

(2) Sanudo *Diari*, vol. XXIV, col. 372.

(3) Il Sanudo spesso commenta ogni notizia di insuccessi portoghesi con le parole: «che Iddio el fazi!» (vol. XXXIX, col. 45).

Cairo che a Costantinopoli (1), e si formularono sovrattutto i più fervidi voti per un successo, che, invece, venne completamente a mancare.

Anche dopo l'occupazione turca dell'Egitto (1518) si deve concludere che Venezia abbia perseverato in questo suo atteggiamento. Il che è facile desumere da parecchi elementi. Daniello de' Ludovisi, ambasciatore veneto a Costantinopoli nel 1534, scrive infatti nella sua relazione al Senato di Venezia (2): «... e però dicono (i Turchi) voler fare dugento galere, ma con più prestezza cento, per le quali pure converrà loro aspettare assai tempo non vi essendo altri legnami in essere che quelli tagliati per 5 galeoni ad istanza di messer Gioan Francesco Giustiniano per l'impresa contro la navigazione di Portogallo nelle Indie».

Certamente sarebbe alquanto azzardato escludere a priori che questo Gioan Francesco Giustiniano fosse un agente segreto del governo veneto, al servizio della Turchia (3): egli ha, in sostanza, tutte le apparenze esteriori di una specie di colonnello Lawrence veneziano, trapiantato in pieno secolo XVI.

---

(1) Vedi: *Consiglio dei Dieci Misti*, num. XXIX, pag. 125–126. Commissione a Benedetto Sanudo, inviato al Cairo nel 1502 (lettera del 14 dicembre 1502): «... et però è necessario ch'el signor Soldan mandi suoi ambassadori a quelli Signori de India; et haver bona intelligentia cum loro... fazando ogni instantia che dicti Portoghesi non siano acceptadi... perchè come è dicto se due volte saranno repulsi et che tornano vuoti adrieto, mai più se metteranno a quel viazo, et el Soldan ne serà poi seguro et signore, come fin qui le stato: et haverà l'oro et arzento nel suo paese». Sanudo, *Diari*, vol. XL, col. 825 (da una lettera di Pietro Bragadino, bailo a Costantinopoli): avendo saputo dei progressi ed armamenti contro i Portoghesi in India, «esso baylo laudò a tuor tale impresa, perchè saria gran utile ed honor del Soldan».

(2) Alberi, *Relazioni venete*, Serie III, vol. I, pp. 19–22.

(3) Il Giustiniano, appena tornato dale Indie, fu ricevuto dal Consiglio dei Dieci, che lo ascoltò «fino hore .. di notte» (Sanudo, *Diari*, vol. LIII, col. 73).

In quel tempo — erano gli anni che precedettero immediatamente il tentativo turco contro Corfù (agosto 1537) e lo scontro della Prevesa (7 settembre 1538) — Venezia, preoccupata dei continui successi ottomani, cercava con ogni mezzo di evitare un'aperta rottura con Costantinopoli anche a scapito della sua dignità. E, a questo scopo, la minaccia portoghese nelle Indie serviva mirabilmente ai suoi piani: quale miglior diversivo per allontanare dal Mediterraneo l'attenzione del Sultano e per deviarne l'ira e le forze, almeno in parte, altrove? Non vi è dubbio, dunque, che il Giustiniano, il quale apparteneva a una nobile famiglia veneta, fosse appunto incaricato di ciò; ed è facile constatare come egli, a tal fine, si sia sempre mantenuto in contatto sia con il governo della Repubblica, sia con Pietro Zen, bailo veneziano a Costantinopoli (1). Il Giustiniano, che era nelle grazie delle autorità turche e, a quanto sembra, ricoprì perfino una carica nella marina ottomana (2), si rifiutò però sempre di partecipare ad altra impresa che non fosse contro i Portoghesi (3) e, viste le difficoltà di assalirli nel Mar Rosso, dove si erano ben fortificati, concepì il piano di girare per lo stretto di Gibilterra, circumnavigando l'Africa. Disegno assai ardito, che fu più volte proposto al Sultano (4) e che, in un certo momento, fu perfino approvato dai Turchi (5); ed è sintomatico notare, in

---

(1) Vedi: Sanudo, *Diari,* volumi dal LIII al LVIII, sotto la voce *Giustiniani Giovanni Francesco qu. Niccolò.*

(2) Id., vol. LVIII, col. 445.

(3) Id., vol. LVI, col. 105–106 e 272; vol. LVIII, col. 304.

(4) Id., vol. LV, col. 618.

(5) Id., vol. LVI, col. 312 (da una lettera di Piedro Zen, da Costantinopoli, in data 26 aprile 1532): «missier Zuan Francesco Giustinian mi ha ditto haver basà la man al magnifico bassà, et quelli haverli donato 20 millia aspri, et ordinato fazi far do galioni a la voia sua per l'India, et con qualche altro navilio vadi in stretto di Gibilterra per conzonzersi

proposito, come Venezia si fosse impegnata a non disturbare le navi ottomane mentre, per compiere tale impresa, avrebbero attraversato il Mediterraneo (1).

Bisogna peró escludere che in tutti questi maneggi corresse denaro veneziano o comunque vi fosse un vero e proprio aiuto di armi e di materiale, come alcuni affermarono, da parte di Venezia; e ciò sia perchè la Republica non era così ingenua da fornire al Turco quei mezzi, che poi, molto probabilmente, serebbero stati adoperati contro di lei, sia perchè l'Impero Ottomano non era l'Egitto, e non aveva bisogno di un simile aiuto, sia infine perchè è assodato che il Giustiniano, per effettuare questi suoi piani, riceveva ingenti somme dalla Porta medesima, non meno del governo veneto interessata nell'impresa (2). Ció non toglie che il Giustiniano abbia sempre tenuto presenti sovrattutto gli interessi della madre patria, informandola costantemente degli armamenti turchi e quasi sollecitando, ad un certo momento, delle istruzioni nel caso che la spedizione fosse iniziata (3). Nulla però sappiamo, dopo il 1533, di Gioan Francesco Giustiniano

---

con l'altra armata di questo signor sarà in quelli mari, zoè nell'arabico, et li ha dito fra 6 mexi tornerà. Et ha fato comandamenti a preparar l'armar per Sues.....».

(1) Sanudo, *Diari*, vol. LVI, col. 106 (da una lettera di Pietro Zen, da Costantinopoli, in data 21 marzo 1532): «li dissi, averto alle navi nostre non le impedischi in questo, et quelle messe per qui e per altri viazi».

(2) Id., vol. LVIII, col. 304.

(3) Dalla relazione di Daniello de' Ludovisi (1534) (Alberi, *loc. cit.*, Serie III, vol. I, pp. 19–22): «mi ha ricercato ed instato che io dica alla Sublimità Vostra che, se in alcuna cosa, succedendo la detta impresa contro la navigazione di Portogallo, lui potesse far cosa di servizio alla S. V., quella sia contenta di fargli intendere l'intenzione sua, perchè secondo quella egli non mancheria da buon servitore in fare ogni possibile opera, per il sommo desiderio ch'egli ha di far cosa grata e di servizio alla Celsitudine Vostra».

e delle vicende che seguirono, terminando in quell'anno i Diari di Marin Sanudo; ma è lecito suppore che le guerre successive, il tentativo turco contro Corfù e la battaglia della Prevessa abbiano fatto naufragare, forse per sempre, ogni possibilità di intesa veneto-ottomana contro i Portoghesi nelle Indie.

c) Aprire un canale fra il Mar Rosso ed il Mediterraneo, per ritogliere al Portogallo il monopolio del commercio con le Indie: fu questo il terzo punto su cui si imperniò la politica anti-portoghese di Venezia (1).

Anche in proposito le opinioni sono controverse.

Il Veludo (2), parlando di questo progetto, così si esprime: «il taglio dell'istmo di Suez, proposto ai Veneziani (3), fu confuso con l'acquisto dell'Egitto proposto al Papa». Egli basa la sua affermazione su un passo di Marin Sanudo Torsello, il quale, scrivendo nel 1312 e indirizzando al Papa il suo libro (4), gli suggeriva di impedire il commercio egiziano, inviando una flotta contro il Sultano d'Egitto ed occupando la Terra Santa: impresa che, per molte buone ragioni, enumerate dall'A., avrebbe dovuto essere affidata ai Veneziani.

A questo passo del Sanudo, il Veludo mette a riscontro un passo del Darù (5), in cui è detto: «più d'una volta i Veneziani fecero disegno di far la conquista dell'Egitto: la con-

---

(1) Vedi: R. Fulin, *Il Canale di Suez e Venezia* (in *Archivio Veneto*, tomo II, pp. 175-182); Carlo Bullo, *Il Canale di Suez, Sisto V e i Veneziani* (in appendice della *Gazzetta di Venezia*, 10 gennaio 1870, n. 9); Luigi Ronginotto, *Viaggi da Venezia alla Tana*, Venezia 1545; Marin Sanudo Torsello, *Secreta Fidelium Crucis* in *Gesta Dei per Francos*, Hanoviae, 1611; Giovanni Veludo, Carlo Antonio Marin, Filiasi, Darù etc., citati dal Fulin (*loc. cit.*).

(2) Citato dal Fulin, *loc. cit.*, p. 178.

(3) Vedi p. 287.

(4) *Secreta Fidelium Crucis*, etc., p. 34.

(5) Citato dal Fulin, *loc. cit.*, p. 179.

sigliava Marin Sanudo il Veechio, dicendo che quel possedimento li farebbe padroni dell'intero commercio dell'Oriente; che la comunicazione dell'India con il Mediterraneo per Mar Rosso era la più economica e la più sicura... Aggiungeva poi che i Veneziani erano il solo popolo che osar potesse quella conquista». Il Filiasi a questo proposito osserva che, se i Veneziani l'assevero fatta, il traffico delle Indie Orientali non sarebbe sfuggito dalle loro mani (1).

Del taglio dell'istmo di Suez non parlano nè il Marin (2), nè il Filiasi (3), che apertamente discorrono della conquista dell'Egito, già suggerita al Pontefice da Marin Sanudo Torsello; ad ogni modo, peró, da un passo del Roncinotto (4), viaggiatore veneziano, il quale scriveaa tra il 1529 e il 1532, risulta che nel '500 in Egitto si pensava al taglio dell'istmo e che si era cominciato a porvi la mano; ma non che i Veneziani in questa impresa aiutassero o comunque consigliassero il Sultano. Ma, probabilmente, la versione esatta della

---

(1) *Storia Veneta,* libro XIX, vol. IV, p. 59.

(2) Carlo Antonio Marin, *Storia del commercio dei Veneziani,* vol. IV p. 256.

(3) In: *Ricerche storico-critiche sull'opportunitá della laguna veneta per il commercio.* Venezia 1803, p. 45.

(4) *Loc. cit.:* «Poi, continuando il mio cammino. venni al fiume Nilo, et de lì al Mar Rosso in un porto chiamato il Tor, ove ritrova, molti ingegneri mandati dal Signor Turco; li quali guardavano una fossai che, per quanto intesi, anticamente dal Mar Rosso s'andava al Nilo: la qual fossa era sessanta miglia italiani longa, et cento piedi larga: et gli abitanti di quelli luoghi mi affirmavano detta fossa essere stata principiata dagli antichi Ptolomei re di Egitto, ma poi non compita, temendo che per quella il Mar Rosso non sommergesse l'Egitto. Il gran Signore Ottomano continuava la cavazione... acciò le caravelle cariche di specie potessero venire dall'India de longo in Alexandria et de lì in Costantinopoli: e a questo opera vi erano allora da dodicimila guastatori, che sollecitavano di cavar la detta fossa». Citato da Marco Foscarini in *Storia della letteratura veneziana,* pp. 435 e 456).

intrincata vicenda ce la fornisce il Fulin (1), le conclusioni del quale sembrano sen'altro molto prossime al vero. Egli infatti, consultando la minuta della commissione data a Francesco Teldi, ambasciatore straordinario al Cairo nel giugno del 1504, trovò che in origine il Consiglio dei Dieci aveva pensato al taglio dell'istmo e che il segretario aveva già scritto la proposta da fare al Sultano. Nel seguito della discussione, peró, il Consiglio aveva mutato parere, ed il passo riguardante il canale di Suez era stato cancellato, fortunatamente in maniera da far leggere ugualmente il testo originale. Eccolo per intero:

«Una cosa non volemo pretermetter, recordatane da molti come provision opportunissima a impedir et del tutto interromper la navigation de Portoghesi, videlizet che cum molta facilità et brevità de tempo se potria far una cava dal Mar Rosso che mettesse a drectura in questo mare de qua, *come altre volte etiam fo rasonado de far:* la qual cava se potria assegurar a luna et laltra bocha cum do forteze per modo che altri non potrian intrar nè ussir, salvo quelli volesseno el Signor Soldan: la qual cava facta se potria mandar quanti navilij et galie se volesse a chazar li Portogalesi, che per alcun modo non potrian parer in quelli mari: questa cava intendemo saria cum grande segurtà del paese del sig. Soldan et daria infinita utilitade a quello. Però volemo che non in la prima audientia che haverai dal sig. Soldan. ma in una altra audientia, cum grande dexterità et a qualche bon proposito razonando de le provizion necessarie ut supra, tu debi dir che molti de qui recordeno essa cava, monstrando più presto de refferir la opinion de homeni periti in simel cosa che alcuno fermo nostro obiecto et recordo, azio el prefato sig. Soldan non prendesse alcuna ombra che fassamo

---

(1) *Loc cit.*, p. 194 e segg.

tal rechiesta a nostra particolar utilità et danno del sig. Soldan, o pericolo del stato suo» (1).

Concludente, ben si appone il Fulin affermando che la proposta, se pur escogitata e financo approvata in Consiglio dei Dieci, non fu però mai presentata ufficialmente al Sultano, per diverse ragioni, che devoto ricercarsi nel seguente ordine di idee: pericoli eorsi da Venezia in quel periodo (Lega di Cambrai, guerre tra Francia e Spagna, incombente minaccia ottomana); notizie di pretesi rovesci portoghesi nelle Indie, che la ricondussero a un certo ottimismo ed alla persuasione che il commercio portoghesi fosse ormai per tramontare (2); e finalmente la conquista turca dell'Egitto (1518).

Tre secoli e mezzo quindi dovevano trascorrere perchè d'idea veneziana fosse racolta ed attuata da altri ed a vantaggio di altri.

A questo periodo di netta opposizione segue un altro di tregua e di accomodamento col Portogallo, iniziatosi con l'accordo veneto-portoghese del 1522 (3). Benchè in esso non si parli affatto delle spezie, sembra che Venezia si sia rassegnata al fatto compiuto, venendo a più miti consigli e cercando così di salvare almeno qualche briciola dell'antico commercio (4). Ma il fuoco covava sempre sotto la cenere,

---

(1) *Consiglio dei Dieci. Parti miste,* filza n. XVI, anno 1504 (riprodotto dal Fulin. *loc. cit.* p. 195).

(2) Sanudo, *Diari,* vol VIII, col. 578, vol. IX, col. 485.

(3) Id., vol. XXXIII, col 174: «A le galie che a dicta cità (Lisbonna) venisseno per li venetiani che in quelle venisseno non passagero decime nè alcun altro dreto da merchadantie che portassero da quella parte. Et comandemo che quando si vedrà che li dicte galie serano gionte, siano bene recevute, et tutti quelli che in quelle vengano ben tractati et favorizati, et non consentano che li sia fato agravamento...». Come si vede, si tratta di un privilegio, più che altro, e non di un vero e proprio accordo bilaterale.

(4) Id., vol. XXXVIII, col. 203.

tanto che, verso la fine del secolo, sembrava dovesse essere ripreso, sia pur per altrui iniziativa, l'antico disegno del canale di Suez. Nel 1586, infatti, l'ambasciatore veneto a Costantinopoli, Lorenzo Bernardo, in un dispaccio del 28 luglio 1586, scriveva al suo governo che i Turchi, per assicurarsi il commercio con le Indie Orientali, «sono entrati in opinione che non ci sia altro rimedio che ricavar quell'alveo che altre volte dai re d'Egitto era stato fatto, il quale incominciando dal porto di Damiata sopra il nostro Mar Mediterraneo, traversando per 150 miglia all'incirca il paese, passava nel mar Rosso al porto di Suez, pel quale comodamente si possa condur galee da questo in quel mare e con facilità. Altri ricordano che strada più breve e più facile saria che si cavi questo alveo dal fiume Nilo verso Suez, ma anche in questo ci sariano molte difficoltà, perchè oltre le ragioni dei molti pericoli che per questo sariano causati, ed altre impossibilità, il tempo a far tale opera saria troppo lungo».

L'eco di questo progetto, la cui attuazione sembra sia stata addirittura iniziata (1), giunse sino al Pontefice Sisto V,

---

(1) Rocinotto, *op. cit.*, Anche l'ambasciatore francese a Costantinopoli, Savary de Lacosme, scrivendo, nel 1586, a Re Enrico III, diceva che il famoso ammiraglio turco Ulug Alì (calabrese di nascita, e più noto sotto il dome deformato di Occhiali) «se ne va ad Alessandria con venticinque galere, due maone e qualche galeone per scopo che mi sembra impossibile, o per lo meno molto difficile, cioè di aprire un canale al Cairo tendendo a una città che si chiama Uez (Suez), sulla punta del golfo Mar Rosso, avendovi distanza per un deserto sabbioso e senza acqua dolce da cinque a sei giornate di cammello, per il quale essi vogliono deviare il Nilo e farlo navigabile fino al Mar Rosso al fine di aprire il cammino a tutte le galere e i vascelli per andare alle Indie Orientali senza avventurarsi all'Oceano».

Prima di chiudere la lettera l'Ambasciatore francese aggiunse: che oltre a seimila ducati ogni anno, saranno accordati ad Ulug Alì: «centomlia uomini per i lavori, quarantamila asini e dodicimila camelli per il trasporto dell'acqua dolce. In verità se il loro desiderio e la loro spe-

al quale i Turchi fecero pervenire proposte, favorevolmente accolte, perchè agelovasse l'impresa; tanto è vero che Giovanni Gritti, ambasciatore veneto a Roma, così si esprimeva in un suo dispaccio del 30 agosto 1586: «Soggiunse Sua Santità che della fossa, che conducesse dal Mar Mediterraneo nel Mar Rosso, i re d'Egitto ne avevano voluto far la prova, ma che non era riuscita per due cause: l'una perchè il mar Rosso, cne è più alto dell'Egitto, con questo adito haveria potuto sommerger l'Egito; l'altra prechè l'acqua del Mar Rosso, haveria fatta salsa l'acqua del Nilo, che, sola acqua dolce, serve all'uso di tutto l'Egitto». Obbiezioni e difficoltà che si trovano confermate in un altro dispaccio di Lorenzo Bernardo, a dì 17 settembre 1586, e che molto probabilmente fecero abbandonare l'impresa prima ancora che fosse iniziata.

Tutto si ridusse dunque a una breve fiammata, e la decadenza irreparabile dei traffici condusse rapidamente al tramonto prima, alla fine poi della stessa gloriosa Repubblica.

Da quanto è stato detto sinora chiaramente risulta che i diplomatici veneti non potevano considerare, con eguale intensità di attenzione, di interessamento, di preoccupazione economica e pólitica, tutta indistintamente la colonizzazione spagnola e portoghese. Nelle loro relazioni, infatti, occupano il primo la colonizzazione spagnola nel Mediterraneo e quella portoghese nelle Indie Orientali, la prima per ragioni esclusivamente politiche, la seconda per ragioni strettamente economiche. La colonizzazione spagnola nelle Indie Occidentali, invece, per l'assenza di ogni carattere mercantilistico e per

---

ranza riusciranno a fare questo canale, mettendovi duecento galere armate come essi dicono, avendo l'Arabia come essi hanno, chiuderanno la porta a Lisbona ed alla Spagna da questo lato ed ingrandiranno ed arricchiranno grandemente questo impero». (Citato da Piero Toni, *La Republica Veneta e l'istmo di Suez*. Cairo 1930, p. 35).

i suoi gravi difatti, che non sfuggirono, sin dal primo momento; allo sguardo dei diplomatici veneti, interessò e preoccupó Venezia in misura alquanto ridotta. Ultima in questa specie di graduatoria viene la colonizzazione portoghese in Barberie e nel Brasile, della quale si può dire che gli ambasciatori veneziani a mala pena si accorsero, fornendo in proposito notizie vaghe e frammentarie, che non meritano di essere rilevate (1).

ALBERTO GIACCARDI
SELIM CATTAN.

---

(1) Reproduzido, com a devida vénia, da revista — *Rassegna italiana*, fasc. CLXVI, vol. XXX, Março de 1932. — *(N. da R.)*

ERRATUM

Na pág. 191 onde se lê: 5 c. c., leia-se 2,5 c. c.

LIVROS A VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 12$00

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 10$00

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15$00

Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 6$00

Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)..... 4$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4$50

Noticia sôbre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 ..... 4$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 3$oc

Memórias de Castilho, por Júlio de Castilho:

Vols. I e II cada ..... 20$00
Vol. III ..... 25$00
Vol. IV ..... 18$00
Vol. V ..... 20$00

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERARIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra,* sociedade científica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos de autores nacionais e estrangeiros e na língua por êles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números..... 2$00
Número avulso ..... 1$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto,* Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERARIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 85.º

4.ª SERIE — VOLUME 14.º

NÚMERO 3

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1933

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário.* — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário.* — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente.* — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente.* — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral.* — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, da U. L. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L. — Prof. M. de Sousa da Câmara, I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

SUMÁRIO

Ideas médicas de Eça de Queiroz. — *IV. O caso de Damaso Salcede* por Alberto Pessoa. 247
Milagres, a sua possibilidade de existência e seu significado — A propósito de um tópico momentoso da filosofia moderna das religiões, por Matheus d'Andrade Albuquerque 270
Documentos respeitantes ao Brasil e existentes no Arquivo dos Feitos Findos, por João Jardim de Vilhena 275
A tese da Infanta nas líricas de Camões — II, pelo Dr. José Maria Rodrigues 283
Idem — Uma carta do sr. dr. Afonso Lopes Vieira publicada no Diario de Noticias *de 30-4-933* 310
Miguel Eyquem, senhor de Montaigne, por Agostinho da Silva... 317
S. Francisco de Xavier e o Oriente português, por António de Matos Cid 337
Los dos maestros de humorismo del siglo XIX: Larra y Eça de Queiroz, por Emilio Gaspar Rodriguez 350
Herculano, politico, por Bento Carqueja 375

IDEAS MÉDICAS DE EÇA DE QUEIROZ

IV

O CASO DE DAMASO SALCEDE

Logo no começo do primeiro dêstes ensaios sôbre as *Ideas médicas de Eça de Queiroz*, escreveram-se, como talvez ainda se lembrem, umas palavras que em seguida se repetem.

«No fundo são dois os processos que, ao pretender descrever casos clínicos, um romancista pode usar — ou referir aquilo que, em algum doente de seu conhecimento, julgou ter observado, ou «pôr em arte», melhor ou pior, passagens de um livro de patologia.

«Por esta última forma, os resultados obtidos nem sempre são brilhantes, como se poderá verificar, por exemplo, na descrição tão ingénua da tabes do *Barão de Lavos*, onde aparecem manifestos os vestígios do compêndio consultado.

«Da outra maneira, se o romancista não é médico, são em regra os casos entrando nos domínios da psiquiatria os melhor descritos.

«Não é afinal de estranhar, pois que as doenças mentais, traduzindo-se por atitudes, gestos, palavras, ideas, são indubitàvelmente de uma observação mais fácil para um espírito arguto, mas sem educação profissional, do que uma febre tifóide ou uma pneumonia» (1).

---

(1) Alberto Pessoa, «Ideas médicas de Eça de Queiroz — I. A morte de Amélia e a morte de Luísa.» — *O Instituto*, vol. 75.º, n.º 4 — Separata, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928.

E, se disser agora que se não pode manifestamente deixar também de admitir, como processo de documentação dos romancistas, a consulta de qualquer médico amigo, nada mais terei a acrescentar de essencial.

Apenas haverá que insistir num ponto — à semelhança de M. Jourdain, que falava em prosa sem saber, convém que o romancista faça psiquiatria sem dar por isso.

É então que o engenho do escritor se mostra em tôda a sua grandeza.

Os verdadeiros artistas, de facto, conseguem uma vez ou outra, com a sua maravilhosa intuïção, ver, sentir e compreender de repente tôda uma série complexa de fenómenos de ordem psico-patológica, que depois sabem vincar com palavras de admirável justeza.

Lêem, pode dizer-se, na alma humana como num livro aberto, sem precisar de soletrar.

E, às vezes, vão mesmo adiante.

Na obra de alguns grandes escritores — Balzac, Molière, por exemplo — encontram-se, na realidade, nìtidamente apontadas e maravilhosamente descritas constituïções psíquicas ou perturbações mentais que só mais tarde psicólogos e psiquiatras penosamente conseguiram extremar e definir com precisão.

« *La puissance divinatrice de tels esprits* — escreveu Maurice de Fleury — *est, certes, le plus beau prodige, et de pauvres chercheurs timides courbent le front devant de pareilles splendeurs* » (1).

É que a criação literária implica, com efeito, normas de trabalho bem diversas das que são úteis para a investigação científica...

---

(1) Maurice de Fleury, *Les fous, les pauvres fous et la sagesse qu'ils enseignent.* — Paris, s. d. — págs. 158 e 159.

*

Ora, nas páginas que se seguem, vai mostrar-se como Eça de Queiroz, quando nos apresenta, em *Os Maias,* Damaso Salcede a pavonear-se pelo romance fora, conseguiu desenhar na perfeição o perfil de um débil mental com um fundo perverso, tal como se encontra apontado nos livros modernos de psiquiatria.

E não importa para nada averiguar se, nas obras existentes à data da publicação do romance (1888), já viria ou não completa e bem isolada a descrição do modo de ser psíquico dêstes insuficientes intelectuais e morais.

E não importa porque estou convencido que a figura do Damaso não deve ter resultado de leituras, tão lógicas são sempre as reacções do homem e tão a propósito se conseguem ir desvendando os traços íntimos da sua psicologia.

Não há o cheiro a compêndio, que sempre se conhece tão bem...

O romancista deve ter observado alguém que soube aproveitar para modêlo.

Mas suspeito que Eça de Queiroz nunca pensou que o famoso figurão, descrito a primor, entrasse nos domínios da psiquiatria.

E talvez não me engane muito se disser que tal coisa não deve também ter lembrado à grande maioria dos leitores...

*

Sendo voz corrente, como é sabido, que, em *Os Maias,* há um certo número de personagens em que é possível pôr o dedo, para dizer quem foram, lembra naturalmente preguntar quem teria sido a pessoa que figura, no romance, com o nome de Damaso Salcede.

Porque essa criatura deve ter existido com certeza.

Mas nada sei dizer a tal respeito.

E para o caso, encarado como vai ser, isso afinal pouca importância tem...

OS DÉBEIS MENTAIS PERVERSOS

Existem, como é sabido, uns débeis mentais com uma insuficiência intelectual tão pouco acentuada que nem sempre dá fàcilmente nas vistas (1).

Não têm vícios de conformação.

Não têm perturbações motoras — nem tics, nem defeitos de pronúncia.

Ao falar, exprimem-se menos mal.

Escrevem sem erros de maior monta.

Na escola, conseguem muita vez apreender o bastante para fazer exame, porque a atenção e a memória podem ser excelentes.

E, aos empurrões, lá vão pela vida fora.

Um ou outro tem mesmo conseguido levar até ao fim, sem escândalo de maior, um curso superior.

*

Têm muitas vezes aptidões unilaterais que podem chegar a colocá-los em certa evidência.

---

(1) Para redigir esta nota valeu principalmente o que vem escrito no *Trattato delle malattie mentali* de Tanzi e Lugaro, no *Trattato di psichiatria* de Kraepelin (tradução italiana) e nos *Elementos de psychiatria* de Júlio de Mattos.

Mas também se passaram os olhos pelo *Précis de psychiatrie* de Régis, pelo *Atlas-manuel de psychiatrie* de Weygandt (edição francesa), por *La pratique psychiatrique* de Laignel-Lavastine, Barbé e Delmas, e ainda por outros escritos menores.

Há, de facto, débeis mentais com uma grande queda para a música, para o cálculo ou para as línguas estrangeiras.

Outros têm aptidões mais comezinhas — fazem lindas caixas enfeitadas com búzios; armam na perfeição máquinas de combóio, castelos ou aeroplanos, feitos de cartolina...

Alguns são também perfeitos calígrafos.

E muitos há, apresentando-se com elegância e distinção, que conseguem fazer boa figura na sociedade.

São jogadores famosos de *bridge* ou de xadrês, ou grandes cavaqueadores, sempre com muitas histórias e aventuras para contar.

Acodem-lhes fàcilmente, além disso, respostas prontas, destas que fazem rir.

Diz-se mesmo que era entre os indivíduos desta espécie que se recrutavam os bôbos das antigas côrtes.

*

É certo que estes pobres de espírito, incapazes de abstrair e de generalizar, só se ocupam, nas suas conversas, de casos particulares.

Mas, porque vem a ser êste pouco mais ou menos — penso eu — o estilo corrente dos janotas dos *dancings* e dos cinemas, dos concursos hípicos e dos campos de *tennis*, não destoam lá muito afinal as opiniões dos sujeitos de que estamos a esboçar o retrato, tanto mais que eles esmaltam freqüentemente as suas falas de expressões pretenciosas e de termos estrangeiros ou estrangeirados, tidos em muito aprêço.

Quando escrevem, é que os indivíduos assim põem mais fàcilmente a descoberto a sua indigência mental — redigem sem brilho e sem elegância, com uma sintaxe rudimentar.

As cartas dêles são, por vezes, dos mais assombrosos monumentos de inépcia que se possam imaginar.

*

São, por via de regra, uns felizões.

Com uma saúde visceral perfeita, sem o pêso de quaisquer preocupações intelectuais, fáceis de distrair e de consolar nos seus desgostos, sentindo-se bem na vida, estes sujeitos, de pele rosada e lisa, olhos à flor do rosto, fronte serena e sem rugas, têm sempre um belo ar risonho e próspero.

A não ser que, está claro, lhes dê justamente para exagerar as suas preocupações, porque então aparecem misteriosos, dando, com solenidade, uma grande pompa teatral às coisas.

No fundo procuram dar na vista, o que sempre muito lhes agrada...

*

Nunca deixam os seus créditos por mãos alheias.

Gabam-se sempre com delícia, quer venha a propósito, quer não, da sua enorme importância, da distinção e nobreza da sua família, das famosas relações que têm, das grandes conquistas que fazem.

Em tudo o que assim dizem há sempre, está claro, muita mentira. Mas êles não se importam com isso...

Quando as circunstâncias financeiras o permitem, vestem-se com espavento, exagerando a moda.

Apreciam muito, como é natural, os colares e as fitas que se põem ao peito.

E, para conseguir mais uma medalhinha, não têm pejo de se humilhar, pedindo sabujamente recomendações seja a quem fôr.

Mas depois, fàcilmente esquecida essa hora amarga, com que vaidade se ostenta a nova venera...

*

O feitio moral dêstes indivíduos é todo cheio de contradições.

São humildes e vaidosos, como acabamos de ver.

E são também, ao mesmo tempo, cobardes e fanfarrões — cobardes, perante os fortes; fanfarrões, sempre que não haja perigo em aparentar valentias...

Adulam sempre os poderosos e gostam de vexar os fracos.

Se são amáveis, prestáveis e até mesmo carinhosos para aqueles de quem esperam receber vantagens ou benefícios de qualquer espécie, nunca deixam, com a sua prepotência, de atormentar os tristes que, por sua desgraça, se vêem obrigados a obedecer-lhes.

É que, cheios de impertinência, gostam sempre de mostrar a sua superioridade.

*

Devido à sua completa e notória falta de iniciativa, de originalidade, de senso, fàcilmente se tomam estes débeis mentais da mais profunda e ridícula admiração por certas pessoas que êles julgam especialmente distintas ou especialmente importantes.

Com a maior sem-cerimónia copiam então tudo o que dizem e tudo o que fazem êsses que êles têm por bons figurinos.

E assim acontece a cada passo que estes pobres patetas, por puro e simples espírito de imitação, adoptam, com espantosa facilidade, certas atitudes, certas opiniões e até certas maneiras de dizer ou de vestir.

É bom notar, porém, que a admiração, que estes fracos de espírito nutrem por dada pessoa, pode ser fugaz.

Êles passam, de facto, fàcilmente, e ás vezes por motivos fúteis, da maior admiração ao maior ódio.

E então esbravejam, caindo-lhes a língua aos pedaços, a dizer mal.

As suas crises de irritação são porém, na grande maioria dos casos, grotescas e tôdas cheias de ameaças cómicas.

*

Mas nem sempre assim acontece.

Quando à insuficiência intelectual se junta, como é vulgar acontecer, uma manifesta insuficiência moral, as coisas podem mudar por completo de figura.

Manhosos, cruéis, reservados, insensíveis aos mais elementares preceitos da ética corrente, os débeis mentais perversos sabem muitas vezes, com efeito, preparar pacientemente a sua vingança pela calada, armando grandes intrigas.

Seriam muito perigosos se não fôsse o apoucado da sua inteligência.

E, mesmo assim, grandes são as sensaborias e os incómodos que muitas vezes causam.

O que os impele a esta actividade daninha vem a ser quási sempre a inveja — uma grande inveja enraïzada no fundo da sua alma pequenina.

São, positivamente, daqueles que não podem ver uma camisa lavada a um pobre...

*

E, dito isto, iremos agora mostrar, cumprindo a promessa feita, como Eça de Queiroz, quando nos apresenta, em *Os Maias,* Damaso Salcede a pavonear-se pelo romance fora, conseguiu desenhar na perfeição o perfil de um débil mental com um fundo perverso...

A HISTÓRIA DE DAMASO SALCEDE

Ao tempo em que se desenrolam os episódios capitais do romance, Damaso Salcede era *um rapaz baixote* e *gordo* (vol. I, pág. 209), de *côxas roliças* (vol. II, pág. 42), com um *ar bochechudo e molle* (vol. I, pág. 354), de *olhos bugalhudos* (vol. II, págs. 34 e 35), que Carlos da Maia encontrou uma tarde no Hotel Central, *frisado como um noivo de provincia, de camelia ao peito e plastron azul celeste* (vol. I, pág. 209) (1).

Andava êle sempre assim vestido por uma forma aparatosa, porque gostava muito de dar na vista.

Tinha a suprema pretensão de ser *chic a valer*, na sua frase predilecta.

Por isso, em tôdas as circunstâncias da vida — quer em Sintra, passeando pelas estradas, todo *vestido de flanella branca* (vol. II, pág. 314) ao lado de Raquel Cohen; quer no teatro, *de casaca, com a bochecha risonha, uma grossa perola no peitilho da camisa* (vol. II, pág. 322); quer no Chiado, *de chapéo branco, de collete branco... risonho, ovante, barrigudo, como um conquistador nos seus domínios* (vol. II, pág. 117); quer *carregado de luto, com fumo no chapéo, luvas pretas, polainas pretas, barra preta no lenço* (vol. II, pág. 24) — êle aparecia sempre sumptuoso e radiante.

*

A elegância no trajar era uma das suas grandes preocupações.

Mas, porque o seu espírito fútil não tinha a menor ori-

---

(1) As páginas citadas são as da 1.ª edição de *Os Maias*, datada de 1888, única que se publicou em vida do autor.

ginalidade, *imitava... com uma minuciosidade inquieta, desde a barba que começava... a deixar crescer até á forma dos sapatos* (vol. I, pág. 253), a Carlos da Maia que êle considerava o *typo supremo do chic, do seu querido chic, um Brummel, um d'Orsay, um Morny — uma «d'estas cousas que só se vêem lá fóra», como elle dizia arregalando os olhos* (vol. I, pág. 235).

Era tão profunda esta atitude servil que o Damaso não teve pejo de dizer ao próprio Carlos da Maia, pouco tempo depois de lhe ter sido apresentado:

—Creia v. ex.ª... Eu não sou de sabujices... Mas pode v. ex.ª perguntar ao Ega, quantas vezes o tenho dito: v. ex.ª é a cousa melhor que ha em Lisboa! (vol. I, pág. 235).

E *repetia, do fundo do peito:*

—Olhe que isto é sincero, sr. Maia! Acredite v. ex.ª que isto é do coração! (vol. I, pág. 235).

Um dia mesmo, algum tempo depois, ainda as relações dêle com o Carlos não eram muito íntimas, chegou a preguntar *muito serio, quasi commovido... ao sr. Maia (se o sr. Maia não fazia segredo) quem era o seu alfaiate* (vol. I, pág. 251).

*

Mas Damaso, que fazia de si um alto conceito, não gostava de andar bem posto só para se pavonear.

Na tacanhez da sua inteligência parece que estava convencido de que a elegância do seu porte desempenhava uma nobre função social.

Assim, uma vez no Ramalhete afirmou, com aplauso do velho Afonso da Maia, *que n'um paiz, cada pessoa deve contribuir, quanto possa, para a civilisação* (vol. I, pág. 412), juntando logo a seguir:

—... Assim eu, por exemplo...

—*Tu, o quê? exclamaram dos lados. Que fizeste tu pela civilisação?...*

— *Mandei fazer para o dia das corridas uma sobrecasaca branca... E vou de véo azul no chapéo!* (vol. I, pág. 412).

Mas êste esfôrço civilizador do Damaso não foi devidamente apreciado.

—*... estou furioso, sabes? Implicaram com o meu veo azul. Isto é um paiz de bestas! Logo troça, e olhe não creste a pelle, e onde mora, ó catitinha? e chalaça... Uma canalha! Tive de tirar o veo... Mas já resolvi. Para as outras corridas venho nú. Palavra, venho nú! Isto é a vergonha da civilisação...* (vol. I, pág. 449), dizia êle a Carlos da Maia na tarde das corridas, sinceramente indignado porque a penúria do seu senso crítico, falseando as proporções, não lhe deixava ver o ridículo das coisas...

*

Mas não era só na *toilette* que Damaso se mostrava assim aparatoso.

Os bilhetes de visita, que êle usava, também merecem reparo.

Eram uns *objectos complicados e vistosos, tendo ao angulo, n'uma dobra simulada, o seu retratosinho em photographia, um capacete com plumas por cima do nome* — DAMASO CANDIDO DE SALCEDE, *por baixo as suas honras* — COMMENDADOR DE CHRISTO, *ao fundo a sua adresse* — RUA DE S. DOMINGOS, Á LAPA (vol. I, págs. 249 e 250).

Mas, como se isto ainda não fôsse suficiente, num cartão, que êle, certo dia, foi deixar ao Ramalhete, *esta indicação estava riscada, e ao lado, a tinta azul, esta outra mais apparatosa* — GRAND HOTEL, BOULEVARD DES CAPUCINES, CHAMBRE, N.º 103 (vol. I, pág. 250).

O papel de cartas era mais simples, só tinha *monogramma e corôa* (vol. II, pág. 304).

É que êste rapaz, *filho do velho Silva, o agiota, que muito esfolou teu pae* (vol. I, pág. 236), conforme Tomaz de Alencar segredava a Carlos da Maia, tinha suas prosápias de fidalguia.

Em casa dêle, na sala de visitas, um reposteiro de veludo mostrava, ao desdobrar-se, *o brazão de Salcede, onde havia um leão, uma torre, um braço armado, e por baixo, a letras d'ouro, a sua formidavel divisa:* SOU FORTE! (vol. I, pág. 304).

Até a marca das camisas *era um* S *enorme sob uma corôa de conde* (vol. I, pág. 257).

E, no entanto, não se sabia ao certo de onde provinha o nome que êle usava...

Elle assigna Salcede — dizia ainda Alencar ao Maia — *talvez nome da mãe: ou talvez inventado...* (vol. I, pág. 236).

*

Além do famoso reposteiro, havia na sala, onde Damaso uma vez recebeu o Ega e o Cruges, ainda outras coisas dignas de atenção, porque nos vêm claramente mostrar a lamentável falta de bom senso e de bom gôsto, já mais ou menos nossa conhecida.

Com uns *retoques de chic dados á pressa, sob a influencia do Maia, impertigava-se a sólida mobilia do pai Salcede, de mogno e velludo azul; a console de marmore, com um relogio de bronze dourado, onde Diana acariciava um galgo; o grande e dispendioso espelho tendo entalado no caixilho uma fila de bilhetes de visita, de retratos de cantoras, de convites para soirées* (vol. II, pág. 298).

Eram as glorias sociaes do Damaso, os documentos do chic a valer que era a paixão da sua vida: os bilhetes com titulos, retratos de cantoras, convites para bailes, cartas de

entrada no Hippodromo, diplomas de membro do Club Naval, de membro do Jockey Club, de membro de Tiro aos Pombos: — até pedaços cortados de jornaes annunciando os annos, as partidas, as chegadas do snr. Salcede, «um dos nossos mais distinctos sportmen» (vol. II, pág. 305).

E havia até, *sobre um contador hespanhol, debaixo de redoma, um sapatinho de setim de mulher, novo, que o Damaso comprára no Serra, por ter ouvido um dia a Carlos que «em todo o quarto de rapaz deve apparecer, discretamente disposta, alguma reliquia d'amor...»* (vol. II, pág. 297).

*

Se passarmos agora a escutar o que Damaso, em conversa, a cada passo dizia, de uma coisa poderemos logo ficar certos — nas falas do rapaz nem tudo era verdade.

Não nos enganaremos mesmo muito se dissermos com um tio dêle, chamado Guimarães, que o Damaso era um *refinado mentiroso* (vol. II, pág. 358).

A culpa, às vezes, era só da toleima.

Um dia, por exemplo, falou-se nesse tal Guimarães, que vivia em Paris.

E, como o Ega dissesse, com um ar de convicção, que êsse homem governava a França, o rapaz exclamou logo, a estourar de gôzo:

— *Ah, lá isso influencia tem. Intimo do Gambetta, tratam-se por tu, até vivem quasi juntos... E não é só com o Gambetta; é com o Mac-Mahon, com o Rochefort, com o outro de que me esquece agora o nome, com todos os republicanos, emfim!... É tudo quanto elle queira. V. Ex.ª não o conhece? É um homem de barbas brancas... Era um irmão de minha mãe, chama-se Guimarães. Mas em Paris chamam-lhe Mr. de Guimaran* (vol. I, pág. 211).

Ora isto tudo era invenção...

O pobre Guimarães, que Damaso afirmava até ter carruagem (vol. I, pág. 355), vivia em Paris, com grandes dificuldades, a *traduzir noticias dos jornaes hespanhoes e italianos para o* Rappel (vol. II, pág. 35).

A isto se reduzia afinal *a sua influencia na Republica* (vol. II, pág. 35), informava Maria Eduarda que o conhecia muito bem lá de fora.

*

Gostava Damaso de se fazer passar por pessoa bem relacionada e de muito boa família.

Uma vez disse a Maria Eduarda que conhecia Carlos desde pequeno, que eram mesmo *até parentes* (vol. II, pág. 16), quando, na realidade, as relações dêle com o Maia apenas datavam de alguns meses.

Mas ter assim um parente tão rico e tão distinto era uma coisa chic, sem dúvida nenhuma...

Que grande trapalhão...

E, como teremos ocasião de ver, Damaso mentia ainda por outros motivos...

*

Um outro fraco do vaidoso do Damaso era julgar-se irresistível e muito entendido em mulheres.

E não deixava, está claro, os seus créditos por mãos alheias...

—*Tu podes entender muito de medicina e de bric-a-brac, mas lá a respeito de mulheres, e da maneira de fazer as cousas, não me dás licções* (vol. I, pág. 354), dizia êle um dia a Carlos da Maia.

A falar das suas conquistas, *Damaso era interminavel, torrencial, inundante... n'aquella solida satisfação em que vivia de que todas as mulheres, desgraçadas d'ellas, soffriam a fascinação da sua pessoa e da sua toilette* (vol. I, pág. 255).

Uma tarde, no Ramalhete, estava Damaso *investigando o* FIGARO, numa *indolencia de homem chic*, quando de repente exclamou:

— *Esta é boa... Olha quem aqui me apparece! A Suzanna! A minha Suzanna!... Oh Carlos... fazes favor? Ouve. Ouve esta que é boa. Esta Suzanna é uma pequena que eu tive em Paris... Um romance! Apaixonou-se por mim, quiz-se envenenar, o diabo!... Pois diz aqui o* FIGARO *que debutou nas* FOLIES-BERGERES. *Falla n'ella... É boa, hein? E era uma rapariguita chic... E o* FIGARO *diz que ella teve aventuras, naturalmente sabia o que se passou comigo... Todo o mundo sabia em Paris. Ora a Suzanna!... Tinha bonitas pernas. E custou-me a ver livre d'ella!* (vol. I, pág. 254).

Vejam bem até onde pode chegar a vaidade de um homem — pensar que uma aventura banal com uma francesita, se o fundo da história é verdadeiro, poderia ter dado eco em Paris!

Mas é que o Damaso procurava sempre convencer os outros de que era um homem feliz aos amores, sempre metido em aventuras chics.

Assim, ao despedir-se, à porta do Hotel Central, do Maia, a quem acabava de ser apresentado, não se esqueceu de atirar *muito alto ao cocheiro, para que Carlos ouvisse, a adresse da Morelli, a segunda dama de S. Carlos* (vol. I, pág. 236).

Doutra vez, na tarde das corridas, tendo-lhe Carlos preguntado — *Onde diabo tens tu estado criatura?* — *... Damaso agarrou-o pelo braço, alçou-se em bicos de pés, para lhe contar ao ouvido que tinha estado do outro lado com uma gaja divina a Josephina do Zalazar... Chic a valer! lindamente vestida! parecia-lhe que tinha mulher!* (vol. I, pág. 449).

Mais tarde, ao partir para Penafiel por causa da morte

do tio, lá o vamos ouvir ainda dizer ao Carlos da Maia, queixando-se *d'aquella lugubre massada.*

— *E então agora que eu precisava tanto estar em Lisboa! Que tenho andado com uma sorte para mulheres, menino!... Uma sorte damnada!* (vol. II, pág. 25).

Mas às falas de Damaso, a respeito de mulheres e de conquistas, é preciso dar sempre desconto.

É que êle procurava iludir os outros, iludindo-se talvez também a si próprio...

*

Referem-se com certeza a Maria Eduarda as palavras de Damaso, ao partir para Penafiel.

E ouvir a história das relações dêle com esta mulher é coisa que vem muito a propósito.

Damaso parece ter encontrado Maria Eduarda, na companhia de um brasileiro chamado Castro Gomes, a bordo do *Orenoque.*

— *Esta gente* — dizia êle, com efeito, baralhando um pouco as coisas, como era seu costume — *conheci-a em Bordeus. Isto é, verdadeiramente conheci-a a bordo. Mas estavamos todos no* Hotel de Nantes (vol. I, pág. 210).

— *Gente chic* — acrescentava, dirigindo-se a Carlos da Maia — *E ella é de appetecer, v. ex.ª reparou? Eu a bordo atirei-me... E ella dava cavaco! Mas tenho andado muito preso desde que cheguei, jantar aqui, soirée acolá, umas aventurasitas... Não tenho podido cá vir, deixei-lhes só bilhetes; mas trago-a d'olho, que ella demora-se...* (vol. I, págs. 235 e 236).

De facto, Damaso, entusiasmado com a beleza da mulher, resolvera cultivar com esmêro estas novas relações.

Mas as coisas parece que nem sempre corriam à medida dos seus desejos.

Assim, dizia êle a Carlos, *desde a sua chegada de Bordeus, logo que o Castro Gomes se installara no Hotel Central, elle fôra deixar-lhe bilhetes duas vezes... Pois bem, s. ex.ª não se dignara agradecer a visita!* (vol. I, pág. 258).

Depois êles tinham ido para o Pôrto e aí acontecera um desastre — *vendo a parelha de uma caleche desbocada, duas senhoras em gritos* (vol. I, pág. 258), Castro Gomes, que se lançara ao freio dos cavalos, *tinha deslocado um braço... E elle immediatamente (sempre com o olho na mulher) mandara-lhe dois telegrammas: um de sentimento, lamentando; outro de interesse, pedindo noticias. Nem a um, nem a outro, o animal respondeu!* (vol. I, pág. 258).

Ora tudo isto magoara Damaso cruelmente.

E ao ler num jornal que Castro Gomes estava restabelecido, não se conteve e esbravejou:

— *Não... hei de lhe fazer uma desfeita!... Não pensei ainda o quê, mas ha de amargar-lhe... Lá isso, desconsiderações não admitto a ninguem! a ninguem!* — dizia êle a Carlos da Maia, a passear agitadamente no terraço do Ramalhete, *recordando injurias* (vol. I, pág. 258).

E, na sua fúria, ia chamando ao homem nomes feio — *É uma besta! É um selvagem!... Aquelle pulha!...* (vol. I, pág. 258).

*

Mas, algum tempo depois, Damaso aparecia no Ramalhete, *esbaforido, d'olho esgazeado, com a face em braza* (vol. I, pág. 342), a chamar Carlos a tôda a pressa, para ir ao Hotel ver a pequena dos Castro Gomes, que estava doente.

Eles tinham ido para Queluz e a criança ficara só com a governante.

E Damaso... exagerando a sua impaciencia, a estourar de importancia, explicava:

— *Depois do almoço deu-lhe uma dôr. A governante que-*

ria um medico inglez, porque não falla senão inglez... Do hotel foram procurar o Smith, que não appareceu... E a pequena a morrer!... Felizmente cheguei eu, e lembrei-me logo de ti... Foi sorte encontrar-te, caramba! (vol. I, pág. 343).

Carlos foi com êle.

Dentro do coupé, um ramo enorme enchia quasi o assento:

— Era para ella, disse o Damaso, pondo-o sobre os joelhos. Pela-se por flores (vol. I, pág. 344).

Mal o carro partiu, Carlos *fez a pregunta que desde a apparição do Damaso lhe faiscava nos labios:*

— Mas então tu, que querias quebrar a cara a esse Castro Gomes? (vol. I, pág. 344).

E logo Damaso, triunfante, contou, sem se fazer rogar, as coisas a seu modo — *Fôra tudo um equivoco!... os bilhetes de visita que elle lhe deixara conservavam o seu adresse do* Grand Hotel *em Paris. E o Castro Gomes, suppondo que elle vivia lá... mandara para lá os seus cartões!... E a falta de resposta aos telegrammas fôra culpa de Madame, descuido, n'aquelle momento de afflição, vendo o marido com o braço escavacado... Ah, tinham-lhe dado satisfações humildes. E agora eram intimos, estava lá quasi sempre:*

— Emfim, menino, um romance... Mas isso é para mais tarde! (vol. I, pág. 344).

É possível que as coisas se não tivessem passado bem assim.

Mas o certo é que vamos encontrar Damaso muito metido na intimidade de Castro Gomes e de Maria Eduarda, que lá o iam aturando conforme podiam.

*

E, desde então, aquele gabarola só trazia uma idea encasquetada na cabeça — queria dar a entender a tôda a gente

que andava metido numa grande aventura, numa aventura *chic*.

Já, alguns dias antes, encontrara Carlos e apressadamente, da portinhola de um cupé, dissera-lhe, *vermelho* e *radiante*:

— *Não tenho podido lá ir... Tenho andado n'um turbilhão!... Eu te contarei! Um romance divino... Mas eu te contarei!* (vol. I, pág. 280).

Pouco depois, Taveira contava no Ramalhete que vira Damaso *na vespera, n'um grande landeau da Companhia, com uma esplendida mulher, muito elegante e que parecia extrangeira...* (vol. I, pág. 281).

E, como Carlos pedisse esclarecimentos, Taveira acrescentou:

— *Iam pelo Chiado abaixo... Estou convencido que iam para Cintra. Levavam uma maleta no landeau, e atraz ia uma criada n'um coupé com uma mala maior... Eu do que gostei* — disse ainda o Taveira — *foi dos ares que elle se ia dando por aquelle Chiado! Cumprimento para a direita, cumprimento para a esquerda... A debruçar-se, a fallar muito baixo para a mulher, com olho terno, alardeando conquista...* (vol. I, pág. 284).

E, afinal, não era tanto como parecia...

A coisa é esta — explicava Damaso uma tarde, pelo Atêrro fora, regalando-se de contar o seu romance a Carlos da Maia — *O marido d'aqui a dias vai para o Brazil, tem lá negocios. E ella fica! Fica com as criadas e com a pequena, á espera, dois ou trez mezes. Diz que já andaram até a ver casas mobiladas, que ella não quer estar no hotel... E eu, intimo, a unica pessoa que elle conhece, mettido de dentro... Hein, percebes agora?* (vol. I, pág. 353).

Era um grande projecto...

Mas estavam sempre a surgir dificuldades que muito contrariavam Damaso.

Um dia é o *telhudo do Castro Gomes* (vol. I, pág. 388) que resolve já não ir ao Brasil.

Dêste modo *estava tudo estragado...* (vol. I, pág. 388).

E *Damaso... maldizia a sua chance.*

— *E eu que tinha mulher, eu que a tinha se houvesse occasião. Mas que diabo queres tu assim?* (vol. I, pág. 389) — dizia êle ao Maia.

*

Mas afinal Castro Gomes sempre foi para o Brasil, deixando Maria Eduarda, só com a pequena, numa casa da mãe do Cruges, na rua de S. Francisco.

Estava assim arredada a grande dificuldade, quando bruscamente, por causa da morte do tio, Damaso teve que partir para Penafiel.

Ia arreliadíssimo...

O que mais o contrariava — dizia êle na estação — *era deixar aquelle arranjinho da rua de S. Francisco. Que ferro! agora aquillo ia tão bem, o gajo no Brazil, e ella alli, á mão, a dois passos do Gremio* (vol. II, pág. 26).

Mas, como Damaso sempre havia de voltar mais tarde ou mais cedo para Lisboa, seria apenas um compasso de espera, se Maria Eduarda estivesse realmente encantada com a gentileza do rapaz.

Acontece porém que ela o achava *insupportavel, com a sua petulancia, os olhos bugalhudos, as perguntas nescias. V. ex.ª acha Nice elegante? V. ex.ª prefere a capella de S. João Baptista a* Notre Dame? (vol. II, pág. 34).

E tinha certamente razão, porque, como adiante veremos, as opiniões do Damaso primavam quási sempre pela estupidez e pela inconveniência.

Mas êle parece que não percebia, e continuava a massacrar a pobre criatura.

É certo que, um dia, Damaso se queixou a Carlos da Maia

— achava-a *muito desegual. Ora bom modo, ora regelada; e, ás vezes, elle dizia qualquer cousa muito natural, d'estas cousas de conversa de sociedade, e ella punha-se a rir. Era de encavacar...* (vol. I, pág. 389).

— *Gente muito exquisita* (vol. I, pág. 389) — concluía êle.

E com esta explicação se dava por satisfeito...

*

Mal chegou de Penafiel, Damaso foi logo, está claro, visitar Maria Eduarda.

Rompeu pela sala carregado de luto, de flôr ao peito, gorducho, risonho, familiar, com o chapeu na mão, trazendo dependurado por um barbante um grande embrulho de papel pardo (vol. II, pág. 41).

Mas, ao encontrar lá Carlos da Maia, *estacou assombrado, com o olho esbugalhado, como tonto... e... todo o seu espanto trasbordou ruidosamente:*

— *Então tu aqui, homem? Isto é que é uma surpreza! Ora quem me diria!... Eu estava mais longe...* (vol. II, pág. 41).

Instalou-se numa cadeira que Maria Eduarda vivamente lhe indicou, e a conversa depois lá foi seguindo com uns silêncios difíceis.

Como sempre, Damaso fartou-se de dizer inconveniências e tolices.

E, sem perceber o enfado de Maria Eduarda e *a sua regelada seccura,* ali se conservou *installado, com um ar de demora, familiar, e bamboleando a perna* (vol. II, pág. 46), quando o Maia se levantou para sair.

O coupé do Damaso estacionava na rua (vol. II, pág. 47).

E Carlos teve *uma curiosidade mordente de saber quanto tempo elle ficaria alli com Maria Eduarda. Correu ao Gremio; e apenas abrira uma vidraça — viu logo o Damaso*

sahir do portão, saltar para o coupé, bater com força a portinhola (vol. II, pág. 47).

E pareceu-lhe que êle *trazia o ar escorraçado* (vol. II, pág. 47).

Á noite, Damaso apareceu no Ramalhete para falar de Maria Eduarda.

Concordou que a tinha encontrado de muito *mau humor* (vol. II, pág. 49).

Mas acrescentou logo a seguir, *accendendo o charuto:*

— Que apenas tu sahiste, pôz-se melhor, mais á vontade... Rimos muito... Eu fiquei ainda até tarde, quasi duas horas mais; era perto das cinco quando sahi... (vol. II, pág. 49).

*

As opiniões, que o Damaso, com um ar de petulância, produzia sôbre qualquer assunto, são sempre dignas de registo.

É difícil, com efeito, encontrar monumentos mais assombrosos de inconveniência e estupidez.

Dizia coisas pasmosas, porque o senso era pouco e a inteligência fraca.

E estava sempre a falar...

Referindo-se, por exemplo, a Maria Eduarda, explicava êle nestes termos a Carlos da Maia o seu plano de ataque:

—... se me pilho só com ella, zás, ferro-lhe logo um beijo! Que eu cá, não sei se v. ex.ª é a mesma cousa, mas eu cá, com mulheres, a minha theoria é esta: attracão! Eu cá é logo: attracão (vol. I, pág. 236).

Não se pode dizer certamente que esta teoria traduza uma grande delicadeza...

Mas Damaso era em tudo um grosseiro.

Mesmo a falar com senhoras, dizia as maiores inconveniências.

Assim, ao queixar-se a Carlos da Maia e a Maria Eduarda, no regresso de Penafiel, do muito que por lá se aborrecera, saiu-lhe esta enormidade pela bôca fora:

—*Uma massada! Ainda se houvesse alli umas mulheres para ir dar um bocado de cavaco... Mas qual! Uns monstros. E eu, lavradeiras, raparigas de pé descalço, não tolero... Há gente que gosta... Mas eu, acredite v. ex.ª, não tolero...* (vol. II, pág. 45).

*

Era, de facto, tão espêssa a sensaboria de Penafiel, *onde chovera sempre tanto,* que Damaso até se vira *forçado a ficar em casa, estupidamente, a lêr. .* (vol. II, pág. 45).

Maior desgraça não pode, com certeza, acontecer a um homem!

Mas é que Damaso não era muito forte em leituras...

Êle disse, é certo, uma vez no Ramalhete que a leitura o entretinha e que *ninguem o pilhava sem livros á cabeceira da cama* (vol. I, pág. 250).

Mas deve ter sido para se dar ares...

Ultimamente — acrescentou êle ainda nessa ocasião — *andava ás voltas com Daudet, que lhe diziam ser muito chic, mas elle achava-o confusote* (vol. I, pág. 250).

(Continua)

ALBERTO PESSOA.

MILAGRES,
A SUA POSSIBILIDADE DE EXISTÊNCIA
E SEU SIGNIFICADO

A PROPÓSITO DE UM TÓPICO MOMENTOSO DA FILOSOFIA MODERNA DAS RELIGIÕES

Milagres são certamente uma das mais fundamentais bases para um credo (religioso). Se um credo é confirmado por êles, tem-se uma Religião, se não, tem-se uma doutrina filosófica, uma teoria ou sistema de ideas especulativas, mas nada tendo um alcance religioso. E isto é verdade, não obstante todo o aparelho de argumentos racionais, pretendendo corroborar os objectos de fé. — Isto parece ser a súmula da mais geral opinião entre os escritores religiosos de tôdas as idades e logares. E é êste tópico, mesmo, — a realidade e valor dos milagres — para o qual convergem as armas de uma azêda controvérsia. O aparecimento e uso de factos e actividades miraculosas constitui uma espécie de meios e dados de um superior experimentalismo adaptado e em resposta ao nosso inveterado realismo. — Assim não é para admirar que haja o desejo, em ambos os campos — os que defendem — os que atacam, — de provar ou arruïnar a sua realidade e valor, directamente quando actuais, indirectamente se acontecimentos do passado, por meios experimentais.

Não pretendo, aqui, criticar o que sob o ponto de vista epistemológico se pode dizer acêrca do realismo, quer a favor quer contra, nem acêrca do seu apêlo aos métodos expe-

rimentais. Eu apenas desejo afirmar que a atitude antagónica em relação aos milagres na pretensão dêstes como facto e valor, é infundada e que um método indirecto experimental ou se não estritamente êste, um verdadeiramente geral e científico pode ser usado, para os confirmar ou invalidar. A minha pretensão será que nós não excluïremos qualquer possibilidade dêstes métodos no domínio religioso, porque assim fazendo, não apenas êste, mas também alguns muito importantes ramos do conhecimento comum científico, seriam singularmente empobrecidos; ¡neste caso, contudo, ninguém admitiria tão infundada limitação!

— Tentarei, agora, e espero conseguir demonstrar que milagres são possíveis, mesmo se mantivermos os nossos pontos de vista dentro da opinião e modo de ver comum. 1.º que a Natureza forma um todo racional. 2.º que as leis da Natureza são absolutas na sua forma e significação, se bem que relativas a uma certa ordem de existência. — Eu colocarei o argumento numa forma tão breve quanto possível — mencionando que: *a*) As fórmulas (màtemáticas ou não) contêm sempre constantes e são relativas a um certo sistema de coordenadas (idem); *b*) Tôdas ou quási, das leis naturais são estatísticas. No primeiro postulado *a*), milagres são a considerar-se como casos de uma súbita transição de um campo de existência ou sistema de coordenadas, noutro. No segundo *b*), milagres são factos na esfera individual úteis e muito naturais na sua própria ordem de manifestação, se bem que não ameaçando as leis de grandes números e diferente ordem cujo determinismo é inteiramente salvaguardado. As nossas actividades podem provàvelmente serem olhadas relativamente às reacções normais de moléculas e elementos como maravilhas e milagres, quando não esperáveis ou quando expressando uma actividade convergindo ou simpática com a existente manifestação ou tendência. Assim, fàcilmente se vê como os pontos de vista

modernos sôbre a Ciência, podem apontar para, se não provar a possibilidade de acontecimentos miraculosos, e isto, quero bem marcar, em mais de uma maneira.

Se, por outro lado, olharmos as leis naturais como não absolutas, mas (eternamente?) modificáveis, é bastante evidente que parecemos reduzidos a nem acreditar em tais factos nem a regeitá-los como não explicáveis. Devo confessar que não posso aceitar esta conclusão como verdade e mantenho que neste caso também a emergência no nosso campo de consciência de qualquer coisa não atribuível a agências e leis (conhecidas por nós no logar e tempo) é, para nós, e em tanto quanto e na medida que relacionadas com a nossa actual situação, evidência de um milagre ou intervenção de qualquer coisa ou pessoa mais poderosa do que nós. Maravilha ou milagre, esta evidência, quando benéfica, intervém no progresso da consciência (da corrente da) e um novo ponto de vista com um diferente todo de possibilidades se mostra aberto à Mente.

— Dum outro modo de encararmos esta controversa questão de milagres eu quero aqui falar; é de uma teoria diametralmente oposta e ao meu conhecimento ùnicamente admitida pela filosofia da «Cristian Science». Esta Ciência mantém que êles são divinamente naturais, a vida e ciência vulgar apenas ilusórias. Não me atrevo a dizer que venci a dificuldade da possível e extremamente interessante metafísica dela, mas o que ousarei é afirmar que aqui a possibilidade de factos miráculosos se estabelece à custa do real comum sensível e que se verdadeira, requereria maior espaço e tempo para a sua defesa teórica e explicação que o que posso dispor, neste trabalho. — Um semelhante ponto de vista, tido por Hegel, é que milagres não são necessários, mas (e é aqui a afinidade) que a Verdade espiritual (religiosa) é totalmente independente dos sentidos exteriores e evidência, e baseia-se numa puramente espiritual. Nada im-

porta se certas personalidades e factos existiram. Prova da sua verdade é o sentimento de instintiva reverência por tudo que é nobre (sublime), verdadeiro nos Homens; na consciência educada, é o Pensamento, a Razão. Ponto de vista que é desenvolvido no activismo de Eucken. — Esta enumeração não seria completa se não ajuntasse que para certos místicos e simbolistas, miraculosos factos ou são inexistentes ou são, primeiro que outra coisa, aparências (materiais) tradução de realidades espirituais e verdades. Não há necessidade, por conseqüência, de inquirir no seu valor e se estas ideas são aceites, tôda a discussão é supérflua.

*

Uma outra questão já mencionada, é se se pode admitir uma prova do seu passado carácter factual, a efectividade de milagres. Êste muito importante ponto está ìntimamente conexo com o conteúdo histórico das Religiões positivas e merece a nossa melhor atenção. É comum dizerem muitos contra a interpretação modernística da Religião e Fé, que o método experimental é completamente inadequado numa investigação da passada existência (historicidade) de milagres e assim chamados factos e actividades sobrenaturais. E isto assim, por duas diferentes razões; uma que o método experimental implica e requere uma possibilidade de repetição de acontecimentos; outro, que a matéria do facto ou experiência possa ser independente de qualquer atitude subjectiva pela mente do experimentador. E que os milagres, portanto, não podem corresponder a estas condições para que possam ser experimentalmente estudados. — Creio, existe aqui uma confusão entre um verdadeiro método experimental e um mais geral científico o qual não implica necessàriamente repetição nem uma exclusiva exterioridade de experiência. Provàvelmente o estado de espírito ou a intensidade de

crença ou fé na experiência religiosa é relevante no fazer desta, mas não constitui razão contra um efectivo experimentalismo. Simplesmente é interno-externo, mas contudo uma verdadeira e inegável experiência. Neste facto como noutros, a mente transcende-se a si mesma, e poderiamos ajuntar que talvez tanto mais real e verdadeiro por causa dêste particular característico das experiências religiosas. Nestas, a nossa consciência quando alerta à situação e limitações vence-as e alcança o seu propósito e poder absoluto.

— Isto explica a directa e absoluta certeza tão sensível nos relatos da vida dos grandes santos e místicos.

— Para concluir: Milagres são possíveis e consistentes com as modernas teorias em Ciência. O seu valor de evidência não pode ser legìtimamente negado. O método experimental directo e indirecto pode ser, aqui em Religião e Fé, como na ciência comum, utilizado.

Ponta Delgada, II-III-1931.
IV-VII

MATHEUS D'ANDRADE ALBUQUERQUE.

DOCUMENTOS RESPEITANTES AO BRASIL E EXISTENTES NO ARQUIVO DOS FEITOS FINDOS

Como tivéssemos conseguido reünir em um corpo único uma grande quantidade de documentos que dizem respeito ao Brasil e que, dispersos por várias secções dos *Feitos Findos,* poderiam ficar alheios à pesquisa dos investigadores e de todos os que se interessam pela história daquele país (1), resolvemos publicar a relação dêsses documentos:

1 = Negócios do Bispado de Pernambuco (1766):

a) — Sôbre a conduta religiosa do Padre Prior do convento do Resgate, Frei Jerónimo de Santo António.

b) — Carta de Frei João de Santa Rosa sôbre o mesmo assunto.

c) — Relação dos monges do mesmo convento, considerados os mais dissolutos.

d) — Carta de Frei Diogo Bispo de Pernambuco ao Ministro do Reino José Seabra da Silva sôbre negócios do bispado.

e) — Cópia da carta que o mesmo Bispo escreveu a Martinho Nobre de Melo.

f) — Ofício do mesmo Bispo à Raínha D. Maria I sôbre negócios do bispado.

---

(1) Todos êles estão na pasta 359 (Brasil).

g) — Ofício do mesmo Bispo à Raínha sôbre o casamento clandestino de Manuel José Viana com Isabel Maria dos Reis.

2 = Nove cartas-ofícios dirigidas pelo Governador das Armas do Pará José Maria de Moura a José da Silva Carvalho, no ano de 1822.

3 = Comunicação das diversas Juntas Provisórias do Govêrno do Pará sôbre negócios políticos e administrativos da Província do Grão Pará (1822-23).

4 = Processo que mandou julgar os presos pronunciados na devassa mandada instaurar pela Junta Provisória do Govêrno da Baía no ano de 1822.

5 = Papéis acêrca de comerem carne nos dias de jejum os moradores da Província das Minas (1819).

6 = Carta do Bispo do Rio de Janeiro ao Marquês de Ponte de Lima sôbre negócios do bispado (1800).

7 = Patente de nomeação de D. Pedro de Almeida para o cargo de Governador e Capitão General de S. Paulo e Minas (1717).

8 = Representação do Provedor e Irmãos da Misericórdia da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro sôbre a criação de uma roda de expostos (1751).

9 = Regimento do Govêrno do Estado do Maranhão (1702).

10 = Carta de quitação geral das passagens dos rios Paraíba

e Paribuna de que foi contratador João do Couto Pereira (1751).

11 = Provisão de D. Luiz Álvares de Ataíde e Castro Noronha e Sousa, Marquês de Cascais, Senhor e donatário da Capitania de Itamaracá, pela qual nomeia Pedro de Albuquerque e Melo para ouvidor da mesma Capitania (1719).

12 = Decreto de D. João V cobrindo o contrato dos dízimos da Capitania do Grão Pará, feito com João Francisco (1743).

13 = Parecer sôbre a divisão da Paróquia do Recife (1789).

14 = Carta Geral dos Privilégios, liberdades e isenções concedidas por D. João IV a D. Carlos de Noronha, donatário das Saboarias do Sabão Branco e confirmados por D. João V ao Conde de Castelo Melhor, com licença para vender o sabão sòmente no Brasil.

15 = Carta do Bacharel José Gomes Ribeiro, Juiz de Fora e dos Órfãos, Provedor dos Defuntos e Ausentes da Vila da Cachoeira (Comarca da Baía) e Cavaleiro da Ordem de Cristo. Com muitas informações sôbre a Vila da Cachoeira e atestados sôbre os seus serviços (1759).

16 = Carta Patente de El-Rei D. José nomeando João Baptista de Oliveira, Comandante da Fortaleza de Macapá, para Capitão de uma das Companhias de infantaria da guarnição do Pará (1753).

17 = Traslado do foral do Estado do Brasil concedido por D. João III.

18 = Discurso a favor da antiga Capitação, mostrando os inconvenientes que resultam da nova lei vinda para as Minas e os prejuízos que dela se devem seguir. Por Alexandre Gusmão, Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo, fidalgo da Casa de Sua Majestade e Conselheiro do Conselho Ultramarino (1750).

19 = Capitulações com as quais se entregou a Praça da Nova Colónia, sendo Governador dela, Vicente Rodrigo da Fonseca (1762).

20 = Atestados dos serviços prestados por Manuel Álvares Correia na Capitania das Minas (1744).

21 = Representação do Bispo do Pará sôbre as alfaias e rendas do extinto convento das mercês da Cidade do Pará (1795).

22 = Relação do modo como o Bispo do Pará executou as reais ordens, e as providências que deu e daquelas que espera fazer em utilidade da respectiva diocese.

23 = Carta de confirmação cismária pela qual El-Rei D. José fêz mercê a Luiz Correia Lourenço de meia légua de terra em quadra na paragem do Sertão onde chamam o Quilombo do Cascalho (1781).

24 = Colecção dos atestados de serviços de Baltasar Fernandes da Costa desde 1683 até 1706 em várias partes do Estado do Brasil.

25 = Colecção dos atestados de serviços de Francisco Pinheiro dos Santos desde 1736 até 1737 em várias batalhas com os espanhóis.

26 = Contrato do estanco do Sal do Brasil que se fêz no Conselho Ultramarino com José Álvares de Sá (1755).

27 = Contrato do estanco do Sal do Brasil que se fêz no Conselho Ultramarino com Domingos Gomes da Costa, José Ferreira da Veiga e João Henriques Martins (1758).

28 = Alvará de El-Rei D. José sôbre a arrecadação e passagem dos manifestos do ouro que vem do Brasil (1770).

29 = Contrato que se fêz no Conselho Ultramarino com Inácio Pedro Quintela sôbre a pesca das baleias nas Costas do Brasil e estanco do sal do mesmo Estado (1768).

30 = Resumo do estado da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão no fim do ano de 1769.

31 = Contrato da Dízima da Alfândega do Rio de Janeiro que se fêz com Francisco Ferreira da Silva & C.ª (1747).

32 = Contrato que se fêz com Francisco Ferreira da Silva & C.ª do rendimento das entradas para a Capitania das Minas Gerais e de S. Paulo (1747).

33 = Instituïção da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1755).

34 = Directório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão (1758).

35 = Processo da Devassa mandada fazer pela Junta Provisória do Govêrno do Pará aos irmãos Vasconcelos (1822).

36 = Cartas, ofícios e mais papéis enviados pelo Governador da província do Maranhão, José Teles da Silva, ao Ministro da Marinha, Martinho de Melo e Castro, sôbre negócios administrativos do seu Govêrno (1781 a 1786) (colecção muito importante em informações sôbre negócios do Brasil).

37 = Negócios do Bispado do Pará (1795 a 1900).

38 = Processo sôbre os serviços de Francisco da Mãe dos Homens Carvalho, prègador régio e cónego magistral no Rio de Janeiro (1822).

39 = Notícia do que se tem executado na demarcação de limites da América Meridional pelo continente do Rio Grande de S. Pedro desde o dia 22 de Janeiro de 1784.

40 = Colecção de atestados de serviços de Caetano de Oliveira Borges capitão de infantaria da Praça do Brasil (1764).

41 = Regulamento dos ourives no Estado de Minas Gerais (1754).

42 = Negócios do Bispado de Maranhão (1781 a 1785).

43 = Mapa do estado em que se acha a Relação da cidade do Rio de Janeiro em 31 de Março de 1791.

44 = Decretos Reais:

a) — Criação de uma Intendência para a fundição do ouro em Vila Boa (1754).

b) — Deferimento a José Pires de Carvalho Albuquerque, Secretário de Estado do Brasil, para gozar de continências militares, honras e proeminências (1745).

c) — Sôbre o sequestro aos bens de António Pereira da Silva encarregado de entregar uma certa quantia no cofre dos Ausentes da Baía (1803).

d) — Sôbre posse dos logares da magistratura nos domínios do Ultramar (1807).

e) — Sôbre ofícios dos tesoureiros dos Ausentes (1806).

f) — Sôbre contrabando de diamantes e pau do Brasil (1807).

g) — Nomeação de Manuel Pinto de Mesquita para o ofício de tabelião do público judicial e notas da Vila do Ribeirão do Carmo (1741).

h) — Mandado que todos os Ministros empregados no real serviço remetessem certidões das respectivas posses (1806).

i) — Intimação ao procurador da Coroa e Fazenda do Maranhão para vir a juízo (1744).

j) — Concessão do edifício do Colégio de Olinda para Seminário de Pernambuco (1795).

k) — Mercê a Manuel Xavier Ala Delgado Serpa, da cidade da Baía, de Fidalgo da Casa Real (1767).

l) — Alvará concedendo ao mesmo o logar de provedor mór da Fazenda Real do Estado do Brasil (1750).

m) — Sôbre donativos feitos à Real Fazenda pelos serventuários trienais dos ofícios do Brasil (1755).

n) — Sôbre remessa de dinheiros da Provedoria dos Defuntos e Ausentes da Capitania do Piauhi (1805).

o) — Sôbre os emolumentos que devem vencer os Ministros e oficiais de justiça da Comarca de Goiaz (1754).

p) — Sôbre o contrato do Sal do Brasil (1784).

q) — Sôbre a nomeação do Conde da Cunha para Vice-Rei e Capitão General de Mar-Terra do Estado do Brasil (1763).

r) — Nomeação de João Baptista de Oliveira para ajudante da Sala do Govêrno de Maranhão e Pará (1755).

45 = Sôbre a Companhia do Estado do Pará e Maranhão.

46 = Processo instaurado ao chefe de divisão Francisco Maximiliano de Sousa encarregado de uma expedição a Pernambuco e ao Rio de Janeiro (1823).

47 = Alvará de D. Maria I sôbre a fundação de várias instituïções de caridade na comarca do Sahará, por parte de António de Abreu Guimarães (1790).

João Jardim de Vilhena.

A TESE DA INFANTA NAS LÍRICAS DE CAMÕES

II

Na secção *Cultura estrangeira-Cultura portuguesa* do *Diário de Notícias* de 18 de Março último procura o articulista dêste jornal responder à minha *Tese da Infanta nas líricas de Camões.*

Vejamos se o conseguiu.

I. — Começando pelo assunto principal — a paixão amorosa do Poeta pela Infanta D. Maria — argumentei com duas ordens de provas: *A*) os exílios por êle sofridos e que lhe foram impostos por uma Senhora de muito elevada categoria social; *B*) textos da lírica que só podem referir-se a esta Senhora.

E como ela só podia ser a filha mais nova de el-rei D. Manuel, fica assim a hipótese transformada em tese.

Vejamos agora como responde o articulista:

A) «O editor responsável da *Lírica* (1) argumenta assim:

a) Camões foi desterrado para o Ribatejo, para Ceuta,

---

(1) A *Lírica* tem dois editores responsáveis. Não sei com que intuito o articulista faz esta distinção, que se transforma em uma falta de respeito pela verdade.

para a Índia(1) e para as Molucas, e foi desterrado por amar uma dama; logo, esta dama foi a Infanta D. Maria».

Falta aqui alguma cousa essencial que cerceia o meu argumento. Camões não foi só desterrado por amar uma dama: foi-o por influência directa e pessoal dessa dama.

Foi ela que o desterrou; foi ela, para empregar as expressões do Poeta, que ergueu a mão para o matar.

Em prova disto citei a ode 4.ª (*Detem um pouco, Musa*) e a canção 9.ª (*Com fôrça desusada*). São da primeira estes versos:

> Triste de mim! ¿Que alcanço por queixar-me,
> Pois minhas queixas digo
> A quem já ergueu a mão para matar-me
> Como a cruel imigo?

E da segunda:

> Olhai que é consciência,
> Por tão pequeno erro,
> Senhora, tanta pena!
> Não vedes que é onzena?
> Mas se tão longo e misero destêrro
> Vos dá contentamento,
> Nunca se acabe nele o meu tormento.

De Lisboa, primeiro, e depois da Índia foi desterrado Camões, não por qualquer crime, mas por amar uma Senhora, e foi-o por intervenção directa desta.

De quem se trata? Não é possível encontrar outro nome senão o da Infanta. Por causa de assunto meramente pessoal, que não caía sob a acção das leis penais, só ela teria influência bastante para desterrar o Poeta, não só para o Riba-

---

(1) Tôda a gente sabe que Camões não partiu para a Índia como desterrado.

tejo, mas daqui para Ceuta e, mais tarde, da Índia para Ternate. É escusado pensar em qualquer outra dama.

Mas prossigamos. *b*) «Camões disse: Ó meus altos pensamentos, quão altos que vos pusestes, e quão grande queda destes! «*alto*» designa posição social elevada; logo é a Infanta D. Maria, porque Luiz de Camões estava, abaixo da Infanta, um grau apenas? — pregunto eu agora»?

Novo cerceamento. No caso presente, não é «alto» mas «quão *altos*», o que faz alguma diferença. «Altos» são os pensamentos do Poeta, *quão altos* refere-se ao lugar onde êle os pôs. Mas êste texto pertence aos que serão abaixo enumerados sob a letra *B*) e aí se verá como o articulista procedeu com êles.

Continua o autor da *Cultura: c*) «É indiscutível que o Poeta sofreu graves trabalhos por causa de uma Senhora; esta ocupava uma situação excepcionalmente elevada (quem lho disse?), logo é a Infanta D. Maria».

O articulista devia dizer: «causados por uma Senhora» e não apenas: «por causa de uma Senhora». A diferença é muito grande, mas é preciso diminuir a fôrça ao argumento.

À pregunta: «quem me disse que essa Senhora ocupava uma situação excepcionalmente elevada»? respondo: dizem-mo os textos, a que o articulista julga escapar-se limitando-se a estas referências. Logo veremos o silêncio que êle guarda a respeito dêsses textos.

d) «Camões escreveu que dizia as suas queixas a quem já erguera a mão para o matar; logo, trata-se da Infanta D. Maria».

Logo trata se de uma Senhora que tinha poder ou influência bastante para erguer a mão contra o Poeta, fazendo-o desterrar para o Ribatejo, para Ceuta, e mais tarde, da Índia para as Molucas.

E esta Senhora só pode ser a Infanta, pois, por mais

que se busque, não se encontra outra que estivesse nessas condições.

Mas o articulista não se contenta com deformar os meus argumentos; atribui-me também outros que eu nunca apresentei como tais.

Veja o leitor e admire a probidade mental de quem assim procede:

e) «Camões cantava verdades puras já por êle passadas; logo o seu amor foi a Infanta D. Maria».

f) «Eu não posso demonstrar quem foi a dama dos amores de Camões; logo foi a Infanta D. Maria».

g) «Camões fala em desigualdade de estados; logo trata-se da Infanta D. Maria».

h) Camões era o homem feito de carne e de sentidos, que deixou a vida repartida em pedaços, pelo mundo; logo a sua musa foi a Infanta D. Maria. Etc. Etc. Etc. *Risum teneatis, amici*».

Infelizmente o caso não é para rir.

A falta de probidade mental é sempre motivo de profunda tristeza.

B) Para prova da elevadíssima posição social da Senhora amada por Camões e a quem êle atribui os seus destêrros, citei vários passos das suas poesias.

Que faz o articulista? Refere-se apenas ao mote das redondilhas

> Ó meus altos pensamentos,
> Quão altos que vos pusestes
> E quão grande queda destes!

E esquece-se, por causa das dúvidas, de ligar a devida atenção ao *Quão altos* e *quão grande,* que aparecem no mote e nas voltas.

E, pelo mesmo motivo, contenta-se com a referência ao adjectivo *alto.*

A respeito dos outros trechos, aduzidos, aliás, exemplificativamente (1), houve por bem não dizer nada. Nem ao menos lhe atraíu a atenção a 1.ª estrofe de canção 2.ª, em que se encontram estes versos:

> Manda-me Amor que cante o que a alma sente,
> Caso que nunca em verso foi cantado,
> Nem dantes entre a gente acontecido;
> .....
> ... Eu bem sei que o que canto
> Há-de achar menos crédito que espanto.

Nem reparou na pregunta inicial do son. 46:

> ¿Onde mereci eu tal pensamento,
> Nunca de ser humano merecido?

E se quisesse responder à pregunta que há pouco formulou a respeito da situação excepcionalmente elevada da Senhora que exilou Camões, podia começar pelo son. 45:

> Num tão alto lugar, de tanto preço,
> Êste meu pensamento pôsto vejo,
> Que desfalece nele inda o desejo,
> Vendo quanto por mim o desmereço.
> Quando esta tal baixeza em mim conheço,
> Acho que cuidar nêle é grão despejo.

Mas o melhor é fugir dêstes textos.

Em aditamento a *A*) (destêrros do Poeta) convém fazer uma rápida resenha do que consta das principais fontes camonianas e notar certos paralelismos entre a vida do Poeta e a da Infanta.

---

(1) São o soneto 43 *(Crescei, desejo meu)*, a estrofe 1.ª da canção 2.ª, o soneto 45 *(Num tão alto lugar)*, o soneto 46 *(Onde mereci eu tal pensamento?)*, uns tercetos da écloga 2.ª e o soneto 96 *(O filho de Latona)*.

a) Camões aparece-nos desterrado no Ribatejo, sem nada nos dizer a respeito de quem o exilou, nem das causas do exílio, deixando, porém, entrever que êste foi devido a motivos amorosos.

Provàvelmente a ocasião imediata foi algum daqueles desatinos de que pede perdão no son. 76:

> Senhora já desta alma, perdoai
> De um vencido de Amor os desatinos,
> E sejam vossos olhos tão beninos
> Com êste puro amor que da alma sai.
> A minha pura fé sòmente olhai,
> E vêde meus extremos se são finos;
> E se de alguma pena forem dinos,
> Em mim, Senhora minha, vos vingai.
> Não seja a dor que abrasa o triste peito
> Causa por onde pene o coração.
> .....

O que é certo é que na elegia 4.ª, escrita naquela região, já Camões se compara com

> O sulmonense Ovídio, desterrado
> Na aspereza do Ponto...

e acrescenta:

> Desta arte me figura a fantasia
> A vida com que morro, desterrado
> Do bem que em outro tempo possuía.
>
> Aqui contemplo o gôsto já passado,
> Que nunca passará por a memória
> De quem o traz na mente debuxado.
>
> Aqui vejo caduca e débil glória
> Desenganar meu êrro co'a mudança
> Que faz a fraca vida transitória.

Aqui me representa esta lembrança
Quão pouca culpa tenho, e me entristece
Ver, sem razão, a pena que me alcança.

E depois de outras considerações, pede às ondas do Tejo lhe levem as lágrimas, até que venha aquele alegre dia em que vá, livre e ledo, onde elas vão.

Mas sobrevem a reflexão, expressa nestes versos:

Não pode tanto bem chegar tão cedo,
Porque primeiro a vida acabará
Que se acabe tão áspero degrêdo.

b) Que se passou depois disto? Camões deve ter praticado algum ou alguns dos seus desatinos, deve talvez ter aparecido onde residia a Infanta; o que é certo é que agora o vamos encontrar desterrado em Ceuta, queixando-se amargamente da dureza daquela que tanto o fazia sofrer:

¿Pois minha desventura
Como já não abranda uma alma humana,
Que é contra mim mais dura
E inda mais deshumana
Que o furor de Calírroë (1) profana?

Ó crua, esquiva e fera,
Duro peito, cruel e empedernido,
De alguma tigre fera,
Lá na Hircânia nascido,
Ou de entre as duras rochas produzido!

(Ode 3.ª, *Se de meu pensamento*)

Já um pouco menos excitado, Camões, na ode 4.ª, queixa-se, embora saiba que o faz inùtilmente, contra aquela que já ergueu a mão para o matar como a cruel inimigo. Mas,

(1) Donzela que desprezou o amor de Coreso, sacerdote de Baco.

a-pesar-de desenganado, protesta «porfiar, cada vez mais, na sua teima insana».

Entrou, porém, em campo a reflexão. Que esperava o Poeta «de um ser que era mais que humano»? (son. 96).

E de aí a renúncia ao seu alto pensamento:

... Aquela humana figura,
Que cá me pôde alterar,
Não é quem se há-de buscar:
É raio da Formosura
Que só se deve de amar.
.....
... Do que já mal cantei
A palinódia já canto.

(Redondilhas, *Sódolos rios que vão*).

Com que mágoa não escreveu o Poeta o son. 103!

Doce sonho, suave e soberano,
Se por mais longo tempo me durara!
Ah! quem de sonho tal nunca acordara,
Pois havia de ver tal desengano!
Ah! deleitoso bem! ah! doce engano!
Se por mais largo espaço me enganara!
Se então a vida mísera acabara,
De alegria e prazer morrera ufano.
Ditoso, não estando em mim, pois tive,
Dormindo, o que acordado ter quisera.
Olhai com que me paga meu destino!
Emfim, fora de mim ditoso estive.
Em mentiras ter dita razão era,
Pois sempre nas verdades fui mofino.

c) E para mostrar que era definitivo abandôno do seu «doce sonho», Camões propôs-se reatar as relações amorosas com a prima do pai, Isabel Tavares, a «menina dos olhos verdes», que êle, para a arredar de si, tão pouco cava-

lheirosamente havia nomeado no prólogo do *Auto de el-rei Seleuco*.

Mas a irmã de Simão Vaz de Camões não anuíu ao empenho que o Poeta agora tão insistentemente mostrava. E êste, depois de uma vida bem pouco regular, foi preso por motivo de uma grave agressão e da cadeia saíu perdoado, partindo para a Índia, onde ia servir como militar.

d) Quando Camões embarcou para o Oriente, estava ajustado o casamento da Infanta com o príncipe Felipe, filho de Carlos V e herdeiro do trono de Espanha.

No comêço da elegia 6.ª (*O poeta Simónides*) deixou-nos o Poeta retratado o estado da sua alma ao partir de Lisboa.

O melhor era esquecer o passado. Com efeito

> ¿De que se serve às pessoas o lembrar-se
> Do que se passou já, pois tudo passa,
> Senão de entristecer-se e magoar-se?

Mas, no decorrer da viagem, renasceram as saüdades. E assim, durante a temerosa tempestade que no Cabo assaltou a S. Bento, Camões, vendo a morte presente, dizia consigo:

> Se alguma hora, Senhora, vos lembrasse,
> Nada do que passei me lembraria.

É

> Que nunca Amor se afina, nem se apura,
> Emquanto está presente a causa dêle.

Camões partiu em 1553 e em Setembro do ano seguinte chegava à Índia o novo vice-rei, D. Pedro de Mascarenhas. Ora uma das notícias que êle levava era a de que estava desfeito o casamento da Infanta com o Príncipe Felipe, pois êste, por ordem de Carlos V, trocara a noiva portuguesa pela nova rainha de Inglaterra, Maria Tudor.

¡Com que desejos não ficaria Camões de voltar logo para Lisboa, para perto da Infanta, que tão profundo golpe acabava de sofrer, por se desfazer o casamento que ela tanto ambicionava!

Mas estava ainda sujeito ao serviço militar e nessa conformidade teve de embarcar para o perigoso cruzeiro do Estreito de Meca.

Transcrevamos algumas estrofes da grandiosa Canção VIII (*Junto de um sêco, duro*):

Se de tantos trabalhos só tirasse
Saber inda por certo que alguma hora
Lembrava a uns claros olhos que já vi,
E se esta triste voz, rompendo fora,
As angélicas orelhas tocasse
Daquela em cuja vista já vivi,
A qual, tornando um pouco sôbre si,
Revolvendo na mente pressurosa
Os tempos já passados
De meus doces errores,
De meus suaves males e furores,
Por ela padecidos e buscados,
E, pôsto-que já tarde, piedosa,
Um pouco lhe pesasse
E lá entre si por dura se julgasse;

Isto só que soubesse, me seria
Descanso para a vida que me fica;
Com isto afagaria o sofrimento.
Ah! Senhora! Ah! Senhora! E que tão rica
Estais, que, cá tão longe de alegria,
Me sustentais com doce fingimento!
Logo que vos figura o pensamento,
Foge todo o trabalho e tôda a pena.
Só com vossas lembranças,
Me acho seguro e forte
Contra o rosto feroz da fera Morte,
E logo se me juntam esperanças

Com que, a fronte tornada mais serena,
Torno os tormentos graves
Em saüdades brandas e suaves.

Aqui, com elas, fico preguntando
Aos ventos amorosos, que respiram
Da parte donde estais, por vós, Senhora,
Às aves que ali voam, se vos viram,
Que fazieis, que estáveis praticando,
Onde, como, com quem, que dia e que hora.
Ali a vida cansada se melhora,
Toma espíritos novos, com que vença
A Fortuna e Trabalho,
Só por tornar a ver-vos,
Só por ir a servir-vos e querer-vos.
Diz-me o Tempo que a tudo dará talho;
Mas o Desejo ardente, que detença
Nunca sofreu, sem tento
Me abre as chagas de novo ao sofrimento.

f) Em vez, porém, de voltar para Lisboa, logo que terminassem os três anos de serviço militar, a-fim-de «tornar a ver, querer e servir» a Infanta, Camões teve de partir para Ternate, cujos moradores andavam em guerra com os portugueses. E viu nisto um destêrro, determinado por aquela:

... Se tão longo e mísero destêrro
Vos dá contentamento,
Nunca se acaba nêle o meu tormento.

diz o Poeta na tantas vezes citada canção 9.

Tudo induz a crer que D. Pedro Mascarenhas levou instruções para impedir a vinda do Poeta para Lisboa, mesmo terminados os três anos de serviço. ¿Que viria êle cá fazer senão *desatinos*, que magoassem a Infanta, tão duramente ferida?

O desânimo que a canção 9.ª revela foi aumentando e o Poeta começou a ter mêdo de que deixaria de imaginar

naquela em quem por tanto tempo pusera o seu pensamento:

> Quando cuido no tempo que contente
> Vi as pérolas, neve, rosa e ouro,
> Como quem vê por sonhos um tesouro,
> Parece tenho tudo aqui presente;
> Mas tanto que se passa êste acidente
> E vejo o quão distante de vós mouro,
> Temo quanto imagino por agouro
> De que de imaginar também me ausente.
> Já foram dias em que por ventura
> Vos vi, Senhora, se isto dizer posso
> Co'o coração seguro, sem ter mêdo;
> Agora, em tanto mal, não me assegura
> Da própria fantasia o enojo vosso.
> Eu não posso entender êste segrêdo!
>
> Son. 107.

E por fim o seu temor realizou-se. No son. 114 apresenta-nos Camões a Dinamene e diz no último terceto:

> Esta foi a celeste formosura
> Da minha Circe, e o mágico veneno
> Que pôde transformar meu pensamento.

Mais tarde, já de volta do Oriente, ainda o inquietavam as saüdades dos antigos tempos (son. 110):

> Que me quereis, perpétuas saüdades?
> Com que esperanças inda me enganais?
> O tempo que se vai não torna mais.
> .....

Mas arredava-as com esta amarga reflexão:

> Aquilo a que já quis é tão mudado
> Que quási é outra cousa; porque os dias

Tem o primeiro gôsto já danado.
Esperanças de novas alegrias
Não mas deixa a Fortuna e o Tempo irado,
Que do contentamento são espias.

Veio, por fim, a morte da Infanta (Outubro de 1577), devida a «una mala calentura lenta» (1), e que inspirou ao Poeta o melancólico soneto 113:

¿Que poderei do mundo já querer,
Pois no mesmo (2) em que pus tamanho amor,
Não vi senão desgosto e desfavor,
E morte, emfim; que mais não pode ser!
Pois me não farta a vida de viver,
Pois já sei que não mata grande dor,
Se houver cousa que mágoa dê maior,
Eu a verei; que tudo posso ver.
A morte, a meu pesar, me assegurou
De quanto mal me venha; já perdi
O que a perder só ela me ensinou.
Na vida desamor sòmente vi,
Na morte a grande dor que me ficou.
Parece que para isto só nasci!

II. — Diz textualmente o articulista: «Acusei a *Edição crítica* (*sic*) *da Lírica*... 7.º de dar foros de verdadeiro ao romance da Dynamene-chinesa, amante de Camões em Macau, que morreu, talvez, naufragada, e a quem o Poeta teria consagrado o soneto *Alma minha gentil*».

Onde fiz eu de Dinamene «uma chinesa, amante de Camões em Macau»? Com quem estou eu a discutir?

O que escrevi em *Camões e a Infanta*, pág. 221, a propósito do son. 114 (*Um mover de olhos*), foi apenas

(1) Cf. *Camões e a Infanta D. Maria*, pág. 264.
(2) Isto é: naquilo mesmo.

isto: «De quem se trata? Naturalmente de alguma estonteadora formosura oriental, que, com a sua aparente impassibilidade, tão profunda revolução produziu na alma do apaixonado adorador da Infanta. Do que me não resta dúvida é de que o Poeta trazia consigo a sedutora Circe, quando naufragou na costa da Cochinchina, e aí a viu perecer afogada, sem lhe poder valer. E foi então que êle, ao exprimir a sua dor, atingiu o supremo grau na poesia lírica» (1).

E na *Edição crítica da Lírica* lê-se o seguinte, a p. XLVIII: «E o esquecimento (da Infanta) tornou-se um facto, graças à celeste formosura e ao mágico veneno de uma Circe que lhe pôde transformar o pensamento (son. 115). É talvez por isso que o Poeta lhe chama Dinamene, a «poderosa», nome que já vem de Homero e se encontra também, por exemplo, em Garcilasso. Algum tempo depois, quando contra êle «foi executado o mando injusto» (*Os Lusíadas,* X, 128), Camões viu morrer afogada, em um dos procelosos baixos do Mar de China, a «cordeira gentil, que êle tanto amava» e a quem prometeu que, «enquanto no mundo houvesse memória», a perpetuariam os seus versos. E cumpriu a promessa». E em nota: «Provàvelmente, o Poeta voltava directamente das Molucas pela via de Borneu, isto é, pelo norte desta ilha, quando se salvou do naufrágio e veio ter à foz do Mecom. Seria o passo de *Os Lusíadas* que daria origem ao que se tem dito da estada de Camões na China».

Releia-se agora o que, no comêço destas citações, fica transcrito a propósito da «chinesa amante de Camões em Macau» e admire-se a probidade mental de quem recorre a tais processos.

Enquanto ao soneto *Alma minha,* basta compará-lo com

---

(1) Refiro-me aos dois sonetos *Quando de minhas mágoas* e *Alma minha gentil.*

os outros do grupo (114 a 121), para se ver que eles se referem todos à mesma pessoa (Dinamene) e são inspirados pelos mesmos sentimentos, o ardente amor por aquela que a morte tão cedo levou dos «olhos» do Poeta, que êle viu morrer.

Mas o articulista não se limita a atribuir-me falsamente a opinião de que Dinamene era chinesa.

Vai mais longe e estranha-me agora que eu, na *Tese da Infanta*, não aludisse à sua contestação de que a *Alma minha gentil* fôsse uma chinesa: «Nessa minha crítica, afirma êle, havia dois pontos fulcrais: a negação da tese dos amores de Camões e a contestação da tese que faz da Dinamene uma tal chinesa, a quem Camões teria endereçado o soneto famoso da *Alma minha gentil* — contestação a que se não alude na *Reposta*».

Nem era preciso, salvo se no artigo do *Diário de Notícias* de 1 de Janeiro se me atribuísse — o que lá não vejo — a opinião do ilustre camonista brasileiro, Dr. Afrânio Peixoto.

O articulista não queria perder o argumento de que a *Alma minha gentil* não podia ser uma «chinesa usada e reusada» e porisso não teve escrúpulos em me atribuir o que eu nunca disse. Em outro país, estes processos inutilizariam quem os empregasse.

III. — Tendo abandonado a opinião que ainda em Julho de 1919 seguia a respeito da não existência dos amores de Camões pela Infanta D. Maria (1), D. Carolina Michaëlis escrevia em 1904 (2): «E sempre apaixonado! Desde a cabeça de oiro e neve de Coimbra, pela alma gentil de Natércia, os corpos ardentes de Bárbara e Dinamene, a nobreza de

---

(1) Cf. O *Cancioneiro do Padre Pedro Ribeiro*, pág. 14 e 34.

(2) *Diário de Lisboa*, n.º 866, de 4 de Fevereiro.

D. Francisca de Aragão, e a excelsa infanta D. Maria, que platònicamente amava, mas *de profundis* adorava! constantemente amava».

Estas palavras são bem claras e por isso estranhei o arrojo do articulista em se não referir a elas.

Vejamos agora como êle responde: «Percorrendo-se a minha extensa crítica à *Lírica,* não se encontra nela a mais leve referência às opiniões de D. Carolina Michaëlis sôbre a tese dos amores de Camões e da Infanta. Porque? Porque, por muito grande e ilimitada que seja a minha admiração pela Grande Mestra e Amiga — a verdade é que essa tese vale ou não vale por si propria, independentemente da fôrça da autoridade dos seus aderentes. Para julgar tal tese, não curo de saber quem a subscreve. O que me interessa são as razões, os fundamentos da adesão. Li no *prefácio* da *Lírica* que «a convicção (dos editores) chegou a ser perfilhada pelo excelso espírito de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos»... Por uma condescendência, de que estou arrependido, para com o Editor responsável da *Lírica,* limitei-me a escrever a lápis no meu exemplar, à margem: «é falso». E só proclamei, em público, a falsidade da arguição, quando me apareceu alguém que, pela sua atitude, me dispensou de deferências e melindres. Pois esta delicadeza de sentimentos paga-ma o editor responsável da *Lírica* acusando-me de deplorável omissão. Tomo nota. E agora de omissões não me acusará mais».

¿É falso o quê? ¿Que é o que é falso? ¿Que D. Carolina Michaëlis tivesse escrito as palavras que foram reproduzidas na *Lírica* e que ficam agora copiadas com o aditamento final «constantemente amava», aditamento que repete e reforça o «sempre apaixonado!», por que começa a citação?

¿É falso que nelas se leia que a Infanta foi uma das pessoas por quem Camões se apaixonou, que êle muito

amou? ¿Não era isto o que interessava aos editores da *Lírica?*

¿Que é o que é falso, e que não veio a público por «deferências e melindres», por «delicadeza de sentimentos»?

Que processos são estes de argumentar, para se fazer sugerir no ânimo do leitor desprevenido que se trata de um disparate vergonhoso? Que disparate é êsse, que, «por delicadeza de sentimentos», se ocultou?

Mas continuemos a ver os esforços empregados para escurecer o bem claro testemunho de D. Carolina Michaëlis a respeito dos amores de Camões pela Infanta — tese fundamental da *Lírica*. «Êste trecho (de D. Carolina Michaëlis), lido com o que o antecede e o que se lhe segue, não dá fôrça nenhuma à tese exposta no *Camões e a Infanta* e que inspira a *Edição crítica da Lírica*. A tese de D. Carolina é outra. Agora no *Instituto* p. 6 aquele trecho traz em apendículo: «Constantemente amava». Ora êste «constantemente amava» não tem nada com a Infanta. É bom que se não esqueça. As teses são diferentes: no *Camões* e na *Lírica,* sustenta-se que a «pessoa que inspirou ou a quem foram dirigidas» quási tôdas as poesias de Camões foi a Infanta D. Maria. Para D. Carolina a Infanta foi uma das muitas que Camões amou, com a particularidade de a essa ter amado platònicamente e adorado *de profundis*. Tão diferentes as teses, que no *Camões e a Infanta* (p. 86) o editor da *Lírica* entende que é à Infanta que o Camões se dirige quando diz

> Que eu...
> Vos confesso que desejo
> De cair convosco em cama.

Portanto nada me obrigava a citar o artiguinho de D. Ca-

rolina — a não ser para desmentir, como agora faço, o editor... da *Lírica,* o que então por delicadeza não quis fazer».

Vamos por partes: 1.º) «O trecho de D. Carolina, lido com o que antecede e o que se lhe segue, não dá fôrça nenhuma à tese de *Camões* e da *Lírica*».

Ora o trecho que antecede diz o seguinte: «O grande artista que disse

Amor é fogo que arde sem se ver (1),

definindo admiràvelmente nas quatorze exclamações de um soneto o Eros dos Helenos, e o que são as lágrimas das cousas, o que na Canção auto-biográfica diz que

As lágrimas da infância já manavam... (1)

claro que foi sem dúvida alguma, mais do que um Namorado, foi um verdadeiro apaixonado». E a seguir. «E sempre apaixonado» etc.

E terminando o trecho: «Querermos restringir na nossa memória os amores de Camões a um só veneno amoroso, à triaga de um só doce e piedoso mover de olhos, parece-me falso, mesquinho e deshumano».

¡Ora aqui está como o trecho de D. Carolina, lido com o que o procede e com o que se lhe segue não dão fôrça nenhuma à tese exposta no *Camões* e na *Lírica!*

Onde é que nestas publicações se diz que a Infanta fôsse a paixão única de Camões? Não mencionam elas também a Belisa (Isabel Tavares, a «menina dos olhos verdes»), a Di-

---

(1) Seguem-se mais 3 versos do son. 40.

(1) Seguem-se mais três versos da Canção XIII *(Vinde cá)*.

namene, a D. Francisca de Aragão? ¿Não há ainda composições amorosas dirigidas a outras pessoas?

2.º) Prosseguindo: «O apendículo «constantemente amava», não tem nada com a Infanta».

Nada tem com a Infanta? ¿O sujeito gramatical não é Camões e um dos complementos directos não é a Infanta?

3.º) As teses são diferentes, pois para o *Camões* e para a *Lírica*, a inspiradora da quási totalidade dos versos amorosos de Camões foi só uma, e para D. Carolina Michaëlis, Camões «adorava a Infanta *de profundis*».

¡Veja o leitor que diferença de teses!

E veja também como estamos afastados do tempo em que o articulista escrevia que «no caso da Infanta... não há um único elemento que nos incline a recebê-lo, mesmo a título de hipótese» (*Diário de Notícias* de 1 de Janeiro pretérito). Sempre há, pelo menos, a autoridade de D. Carolina Michaëlis, que alguma cousa vale, que devia por isso ser citada.

E foi êste o reparo que eu fiz.

4.º) «Tanto as teses são diferentes, que eu cito determinados versos, que não podem aplicar-se à Infanta».

A mais elementar correcção obrigaria a acrescentar que eu já não considero êsses versos como dirigidos a esta. Basta abrir a *Lírica*, para se ver que as Redondilhas relativas à Infanta terminam a p. 52 e que as outras agora citadas se encontram a p. 57, no meio de composições, dirigidas a pessoas diferentes.

E aqui está como eu sou desmentido a propósito da não citação de D. Carolina Michaëlis.

Em resumo. Nada desculpa o articulista de não ter feito referência às palavras de D. Carolina Michaëlis a respeito dos amores de Camões pela Infanta. Muito custa a querer atenuar o testemunho daquela Senhora!

IV. — Na estrofe 13 da ode 4.ª lêem-se estes versos, desde a segunda edição das *Rimas* (1598):

> Fugir, a um tempo tal,
> Mais que dantes proterva (1),
> Mais cruel que ursa, mais fugaz que cerva (2).

A palavra «dantes» é um êrro manifesto, cuja correcção fui encontrar neste passo da *Arcadia* de Sannazaro:

> Più fugace che cerva,
> Et a me più proterva
> Ch'ad Pan non fui collei ch'essendo stanca
> Divenne canna tremula et soctile.

Ora foi Sírinx a ninfa que, fugindo a Pan, se transformou em cana. Basta, por tanto, fazer a substituïção para o verso da ode ficar corrente:

> Mais que Sirinx proterva

Observa, porém, o articulista: «Eu fizera-lhe a pregunta (porque substituiu a emenda *tigre* para *Sírinx*) para lhe abrir os olhos e o obrigar a uma confissão que o dignificasse

---

(1) Na 1.ª edição (1595), em vez de «proterva», «por tema», o que trouxe no verso seg. «ema» por «cerva».

(2) Dizem os versos que precedem estes:

> Oh! Quanto melhor fôra que dormissem
> Um sono perenal
> Estes meus olhos tristes e não vissem
> A causa de seu mal
> Fugir etc.

É óbvio que, em vez de *dantes*, o Poeta devia ter escrito alguma palavra que estivesse em paralelismo com «ursa» e «cerva».

e me evitasse dizer-lhe que a sua erudição comentadora... pertence, em primeira mão, ao tão injustamente atacado Faria e Sousa. E assim neste caso do verso da ode *Detém um pouco,* foi Faria e Sousa quem afirmou a fonte ou duas fontes:

> Quella cruda e proterva,
> Fugace più che cerva,

da Ecloga 3.ª de Serafino Ciminelli, e

> Più fugace que cerva
> Ed ad me piu proterva,

da Écloga 3.ª de Sannazaro (*Rimas várias,* III, p. 113). Portanto quando o editor da *lírica* diz à gente: A leitura da *Arcadia* de Sannazaro sugere-me outra conjectura»... (*Camões e a Infanta* p. 270), ou: «mais tarde encontrei a verdadeira solução na *Arcadia* de Sannazaro» (*Instituto,* p. 33), devia, antes, por fôrça da probidade mental, dizer: Faria e Sousa ensinou-me que as fontes de Camões, neste trecho, foram Serafim e Sannazaro. Assim é que a probidade mental ordena imperiosamente que se faça. Quanto à mudança... No *Camões e a Infanta,* a p. 129, o editor dizia: «aqui, se não me engano, escreveu o poeta o nome de um animal, *tigre,* por exemplo». A p. 270 do mesmo livro, depois de ter lido Faria e Sousa, dá conta de outra — a de *Sirinx*».

Não se admire o leitor, se eu lhe disser que Faria e Sousa, nem directa nem indirectamente, fala em Sirinx, pois admitindo a lição corrente *mais que dantes,* dispensou-se de transcrever os dois versos de Sannazaro que a ela se referem (1). Mas o pio leitor acredita e é quanto basta. ¿Não é

---

(1) Diz F. e Sousa (*Comentários às Rimas várias de Camões,* t. III,

muito bonito dizer-lhe: «Foi Faria e Sousa quem afirmou a fonte ou duas fontes»? ¿E generalizar: «a sua erudição comentadora pertence em primeira mão ao tão injustamente atacado F. e Sousa»? E as provas? O amigo leitor dispensa-as, dirá consigo o articulista, pois se fia em mim.

Recapitulando: Atribuir a Faria e Sousa uma correcção que nele se não encontra; dizer que eu a fui lá buscar, quando transcrevo o passo de Sannazaro, que foi a fonte do Poeta, e depois discretear sobre a probidade mental e os deveres que ela impõe — já é falta de sensibilidade moral! Já é falta de respeito pelo leitor!

V. — Acusa-me o articulista de ter adulterado o nome da secção do *Diário de Noticias* em que saiu a sua crítica, dando assim provas de precipitação.

É verdade que, por um lapso de memória, escrevi *nacional*, em vez de *portuguesa*. Mas isto em nada altera o sentido. Não é, por exemplo, como a Sirinx, atribuída a Faria e Sousa (Cf. o n.º IV).

VI. — Quando, por se achar já preso pelos olhos azues da Infanta, Camões queria arredar de si a «menina dos olhos verdes», compôs algumas redondilhas a depreciar estes olhos que tanto o haviam encantado. Ora uma das voltas ao «mote alheio»

> Vós, Senhora, tudo tendes,
> Senão que tendes os olhos verdes,

---

pág. 128–129): «Aqui imitó el P. ó copió a Serafino en la Egloga 3.ª: *Quella cruda e proterva, fugace più que cerva;* e a Sannazaro en la Égloga 2.ª: *Più fugace que cerva, et a me più proterva*». E mais nada do poeta napolitano.

encerra estes versos:

> Ouro e azul é a melhor
> Côr por que a gente se perde.

E um dos sonetos, o 53, tem por 1.ª quadra:

> Formosos olhos, que na idade nossa
> Mostrais do céu certíssimos sinais,
> Se quereis conhecer quanto possais,
> Olhai-me a mim que sou feitura vossa.

Mas como os «olhos» desta quadra não podiam ser senão os olhos azues, os olhos da côr do céu (cf. o azul celeste), e Camões «não ousava fiar de ninguém a sua dor e causa dela», o son. 54, modificando o 53, principia assim:

> Olhos formosos em quem quis natura
> Mostrar do seu poder altos sinais,
> Se quiserdes saber quanto possais,
> Vêde-me a mim, que sou feitura vossa.

D. Carolina Michaëlis, que ainda não incluia a Infanta entre as amadas de Camões, diz dubitativamente: «Que eu saiba, Camões nunca prestou homenagem directamente a olhos azues».

¿Diga-me agora o leitor se na *Lírica* há ou não homenagem directa a uns olhos azues, que no son. 53 o Poeta mostra empenho em deixar na sombra e a que, porisso, não mais se torna a referir.

Objecta o articulista: «Os dois primeiros versos do son. 53 não representam uma homenagem directa aos olhos azues, porque resta demonstrar que *mostrar sinais do céu = ser azul.*

Mas ainda que o fôsse, — ¿que significa isso de em centenas de poemas, haver um, um só, de homenagem directa aos olhos azues»?

Significa que o Poeta desejava se não viesse a descobrir a quem pertenciam os olhos azues de quem êle se declarava «feitura».

Enquanto ao «mostrar do Céu certíssimos sinais», tratando-se dos «olhos», ¿que outra cousa pode isto significar senão a côr azul? ¿Não há até entre as variedades do azul — o azul celeste?

Resumindo: hoje não é lícito contestar que Camões prestou homenagem directa aos olhos azues. E se o fêz só por duas vezes e com pouca clareza, em uma delas, isso deve ter uma causa.

VII. — Declara o articulista que não tem nada com o facto de ser a Infanta amada por vários palacianos. Pois tem muito.

Se houve palacianos que ousaram levantar os olhos para ela, e que porisso foram punidos mais ou menos severamente, não é de estranhar que Camões fizesse o mesmo; que por causa disso praticasse desatinos; e que por motivo dêstes fôsse exilado, primeiro para o Ribatejo e para Ceuta, e depois da Índia para Ternate, nas circunstâncias que ficam expostos sob o n.º II, aditamento *A*).

Se não se tivessem dado casos dêstes como não argumentaria, triunfante, o articulista, preguntando: ¿Como ousaria levantar os olhos para a Infanta o pobre fidalgote, vindo da provínncia? etc. etc.

VIII. — Insiste o articulista em que não pode chamar-se «crítica», «científica», a edição da *Lírica*. E fala em *poemas homologoumena,* em *poemas antilegomena* e *poemas notha,*

que tudo devia ser acompanhado da respectiva justificação.

E mais adiante acrescenta: «É impossível organizar-se uma edição irrepreensìvelmente cientifica da lírica de Camões — pela falta absoluta de autógrafos. O mais que se pode obter é uma edição que reproduza as duas edições de Soropita, acompanhada de conjecturas emanadas de eruditos».

Quere dizer: a edição da *Lírica* não é crítica, não é científica; é impossível organizar uma edição que mereça êste nome.

Mas é possível organizar uma edição em que se excluam os apócrifos que desde Soropita infestam as edições das líricas camonianas; é possível rever o texto e corrigi-lo, ou tentar corrigi-lo, onde êle esteja manifestamente errado; é possível e no caso presente, de extrema importância, agrupar as poesias amorosas de Camões. ¿Que é tudo isto senão um trabalho de critica? ¿Que é senão uma edição critica aquela em què isto se fêz?

Cumpre todavia não esquecer o que se lê a p. XXXIII-XXXIV. «Longe do nosso pensamento o julgar que esta edição contenha carácter definitivo...»

Pode ter escapado, e realmente escapou, um ou outro lapso de revisão: pode notar-se uma ou outra deficiência, que será oportunamente suprida, etc. Mas isto em nada prejudica a tese fundamental dos amores de Camões pela Infanta, tese admitida também por D. C. Michaëlis.

IX. — «Eu nunca escrevi (diz o articulista) que os versos de Camões eram *exercícios de retórica*. Atribuir-me tal afirmação, isso sim, isso «é que é um caso típico de falta de probidade mental».

Onde é que eu disse que o articulista escrevera aquilo?

O que fiz, no uso do meu direito, foi o seguinte: Para refutar a pregunta do articulista: ¿ «Para que queremos nós

encontrar, através das frases do Poeta, elementos reais de personificações?» — transcrevi êste passo da Canção IX:

> E agora venho a dar
> Conta do bem passado
> A esta triste vida e longa ausência.
> ¿Quem pode imaginar
> Que houvesse em mim pecado
> Digno de uma tão grave penitência?
> Olhai que é consciência,
> Por um tão pequeno êrro,
> Senhora, tanta pena!
> Não vedes que é onzena?
> Mas se tão longo e mísero destêrro
> Vos dá contentamento,
> Nunca se acabe nêle o meu tormento.

E depois continuei: «¿Não estão todos a ver que têm diante de si um exercício de retórica, a que nada corresponde na realidade?»

Ora pregunto ao leitor: ¿Onde afirmo eu aqui que o articulista escreveu que «os versos de Camões eram *exercícios de retórica*»? Onde está aqui a falta de probidade? Está-o na arguição que o articulista me faz.

Se isto é uma conseqüência das asserções do articulista, não se segue que êle a formulasse. Eu é que me julguei e julgo no direito de chamar a atenção para ela.

X. — «Pretende (J. M. R.) que, a não se aceitar a tese, se tem de considerar Camões «cínico e parvo».

O caso é êste: Segundo o articulista, Camões podia dirigir a qualquer dama da côrte, candidata à glorificação por parte dêle, versos como êstes, por exemplo:

> Manda-me amor que cante o que a alma sente,
> Caso que nunca em verso foi cantado,

Nem d'antes entre a gente acontecido,
.....
Que eu bem sei que o que canto
Há-de achar menos crédito que espanto.

E depois de citar êste e outros passos, pregunto: «E nesta hipótese, ¿que se há-de pensar de Camões? ¿Cínico ou parvo»?

Responda o leitor.

XI. — «D. Carolina escreveu que pretender que Camões tivesse amado uma só e tivesse sofrido por uma só era «falso, mesquinho e deshumano». O editor da *Lírica* passa por cima disto como gato por brasas. É o que se chama o expoente da probidade mental».

¿Onde é que eu disse que «Camões tivesse amado uma só»? O que no prefácio da *Lírica*, a p. xx, se lê é o seguinte: «Para os editores é convicção inabalável que a pessoa que inspirou, ou a quem foram dirigidas tantas e tão principais composições do Poeta, se identifica com a Infanta D. Maria».

«*Tantas e tão principais*» ¿é o mesmo que tôdas? E na *guia de leitura* não estão indicadas as várias mulheres a quem Camões dirigiu versos amorosos? Como é que isto é «passar como gato por brasas» por cima da opinião de D. Carolina? Como é que isto é ofender a probidade mental?

Dr. José Maria Rodrigues.

UMA CARTA DO SR. DR. AFONSO LOPES VIEIRA (PUBLICADA NO *DIARIO DE NOTICIAS* DE 30-4-933)

... *Sr. director* — Não tencionava eu já agora intervir na polémica suscitada pela edição da *Lírica de Camões*, cumprindo o dever discreto de deixar a defesa — já tão fortemente estabelecida — da obra que ambos publicámos, ao seu principal editor e autor da tese que nos serviu de ordenação espiritual, o meu prezadíssimo mestre e amigo, o sr. dr. José Maria Rodrigues — tese que eu servi e continuo a adoptar com a mesma sinceridade, a mesma convicção. Mas desde que a publicação da *Lírica de Camões* parece ter assumido as proporções de um crime, apresso-me a apresentar-me como reincidente, a-fim-de confirmar tôda a parte de responsabilidade que me cabe, e, sobretudo, para ter a honra de compartilhar das excomunhões que se lançam.

Anotarei, pois, do modo mais calmo e quanto possível breve, alguns pontos dos artigos do eminente professor sr. dr. Ricardo Jorge, que há muitos anos e muito bem sabe como sou grato a obséquios literários que me dispensou, e como lhe tributo, com a consideração devida, a admiração que deixei documentada em vários passos impressos com o meu nome.

Em primeiro lugar — ¿que espécie de *impossibilidade* se poderá invocar para invalidar a hipótese de que a Infanta D. Maria foi amada por Camões? ¿Não há documentos que a provem? ¿E onde estão as razões que a desautorizam? No *Camões romanceado* dava-se a Infanta como menoscabada pela presunção do amor de que fôra objecto.

¿Constituïria o sangue real desta senhora, impedimento à ousadia de Camões? Não foram os editores da *Lírica*

que trouxeram para as contingências do Mundo o nome da excelsa princesa.

D. Carolina Michaëlis, que, na sua monografia da Infanta D. Maria, parece dar pouco valor à tradição amorosa de Jorge da Silva, chegou mais tarde à conclusão de que «Jorge da Silva, segundo tôdas as aparências, realmente se atreveu a incomodar a Infanta».

E foi essa mesma senhora e mestra quem revelou a existência, no Museu Britânico, de uns versos que considera apócrifos e têm como rubrica — *De Jorge da Silva à Infanta D. Maria, quando a namorava.* Importa pouco, neste caso, a autenticidade dêsses versos, para se provar que não foram os editores da *Lírica* que atentaram contra o recato devido à cultíssima princesa e à sempre-noiva tão cruamente sacrificada. O que importa é verificar que no século XVI corriam versos apócrifos, em cuja rubrica indiscreta se inscrevia que a Infanta D. Maria fôra cantada por um poeta que *a namorou.* ¿Como interpretou D. Carolina Michaëlis as voltas do *Perdigão* na sua espiritual monografia da Infanta D. Maria, onde esta aparece tão sublimada a nossos olhos? Interpretou-as como sendo o poema de um Ícaro despenhado por amor da Infanta e vendo em Camões o cantor dêsse desastre amoroso: «... o grande poeta lírico, ao parafrasear o mote popular, pensava em alguma aventura determinada, de amor, no vôo de Ícaro de algum temerário moço palaciano, que, menos calado, discreto e circunspecto do que o Beato Amadeu, tornou públicos os seus secretos sentimentos, sendo por isso despenhado, de asas quebradas e ferido, do alto dos seus sonhos». Se Jorge da Silva parece ter realmente incomodado a Infanta, se o *Perdigão* se afigura um Ícaro despenhado por amor da Infanta — ¿que razões poderão impedir de pensar que Luiz de Camões fêz como Jorge da Silva e foi despenhado como Ícaro?

¿Que espécie de argumentos podem determinar que a

Infanta D. Maria *não foi* amada pelo Poeta, cuja vida tem sido, através dos séculos, entrevista como subjugada pela influência ou paixão de uma mulher, sem a qual se não há logrado entender a causa dos desterros que padeceu e a natureza das queixas que exalou?

A seguir ao caso de Jorge da Silva ocorre êsse outro de João Lopes Leitão, referido no prefácio da *Lírica,* mas acrescido, agora, de um novo elemento de identificação, incluído no opúsculo do sr. dr. José Maria Rodrigues. Na rápida passagem em que os temas críticos se desenrolam, realçados com legendas de humorismo, sem curar dos pormenores, operando por massas sucessivas, o sr. dr. Ricardo Jorge parece não ter atentado nêle. João Lopes Leitão esteve *preso em sua casa, por entrar uma porta a ver as damas, contra vontade do porteiro.*

É assim que Pero de Andrade Caminha justifica as redondilhas que mandou ao preso. Justificação discreta, porque o pagem da lança do Príncipe D. João, poeta êle mesmo, forçou a vontade do porteiro, não para ver as damas, mas, segundo o texto dos versos revela, para ver *uma dama,* a dama cuja vista *todos temiam: — Inda agora vim a saber / que se agora nos não vemos / é porque quisestes ver / o que todos ver tememos.* Confrontem-se agora estas redondilhas, a que o prêso respondeu: — *Que antes me quero perder / por ver o que mais tememos...* — redondilhas que mais não são que desfastio de poetas cortesãos, onde não há fábulas nem efeitos estéticos — confrontem-se com o soneto 22 da *Lírica,* onde Camões conta ao seu amigo João Lopes Leitão, que viu o *gesto suave e delicado que já o fez contente e descontente,* e termina exclamando: *Oh! mal haja a fortuna e o Moço cego!! Êle, que os corações obriga a tanto / Ela, porque os estados desiguala.* Não nos achamos diante de um problema literário transcendente, mas de um episódio de côrte rememorado em versos de intimidade trocados entre

amigos. João Lopes Leitão é preso por ter querido ver *o que todos temem ver,* e Camões maldiz da Fortuna, que *desiguala os estados,* por ter visto quem já fizera João Lopes Leitão *contente e descontente.* Camões maldiz da Fortuna em um soneto que dirige a um íntimo camarada, e marca ali o início do drama que a própria maldição da Fortuna consagra, e, Ícaro despenhado, perdigão de asas quebradas, vai doravante repetir, com insistência que dura uma vida, os temas do *atrevimento e ousadia,* da *desigualdade de estados,* da *vida em perigo, da teima insana,* dos *desterros* sofridos, com a atribuïção das perseguições e dos desterros *a uma senhora...* Êsses temas dominantes podem ser interpretados segundo dois critérios: ou correspondem a uma realidade psicológica e constituem elementos vivos de autobiografia, ou são temas poéticos vazios, sem outro significado mais que o do metro e rima. Para os editores da *Lírica* constituem elementos de autobiografia, e continuam êles a pensar que o génio de Camões se caracteriza pelo sentido da realidade, que é idêntico na *Lírica* e no *Poema,* o que faz de *Os Lusíadas* a epopeia em que os adornos clássicos decoram a acção, sem que esta jàmais venha a perder o timbre histórico.

Êste sentido da realidade na poesia camoniana foi o que fêz achar a D. Carolina Michaëlis «digno de nota o aprêço que o próprio poeta dá à verdade pura dos assuntos de que trata», e ao professor Le Gentil declarar que «nunca a confissão da desventura encontrou, através da evolução da poesia subjectiva, acentos mais perturbadores».

Faria e Sousa comentou êsse tema da *desigualdade de estados.*

Ao soneto 96 — *Tambien esto está manifestando que se dixo por aquella Dama de Palacio aquien este respecho de tanta superioridad el Poeta quedava muy inferior.* Ao soneto 22 — *De este modo de hablar se ve claramente que esta*

Dama era superiorisima en Fortuna al Poeta... y por eso no puede ser sino Catalina de Ataíde.

Mas as damas fidalgas não eram superioríssimas em *condição* ao Poeta. Quando o sr. dr. Ricardo Jorge endereçou os versos de Camões a *damas da alta,* não quis lembrar-se de que a fina-flor das *damas da alta,* a mais ilustre de sangue, era D. Francisca de Aragão.

Com esta, todavia, mantinha Camões cortês intimidade, como se depreende da carta de familiaridade afectuosa em que lhe envia os motes glosados:

«Deixei-me enterrar no esquecimento de v. m... mas agora que é servida de me tornar a ressuscitar...».

Se com essa grande dama usava Camões estas maneiras de galanteio fácil, ¿quem poderiam então ser as outras, essas a quem o Poeta se havia de humilhar até maldizer da Fortuna porque *desiguala os estados*?

¿Quem poderia ser a dama da alta por quem Camões havia de lastimar que *a humana natureza faça entre os nascidos tanta diferença*? Em tôda a poesia da época em vão se buscariam pensamentos semelhantes; nunca a lisonja do lirismo foi forçada a estes extremos, e as composições poéticas da nossa ou outra linguagem jàmais invocaram motivos tais.

Fidalgo pobre, mas fidalgo cavaleiro da casa de El-Rei, e poeta já célebre, amigo do Duque de Aveiro e do Conde de Linhares, íntimo e galanteador de D. Francisca de Aragão, de certo se não disse que andava Camões aspirando a mão de senhoras das casas de Bragança ou de Vila Real.

O que se afirma é que a qualidade do seu sangue e a sua situação na Côrte lhe não permitiriam, sem falsificar tôda a lógica da realidade, maldizer a *desigualdade de estados,* referindo-se a qualquer dama da nobreza. A incongruência resultante dêste caso seria para os leitores incompreensível.

Insiste o sr. dr. Ricardo Jorge em que os versos que foram agora dispostos para servir a Infanta, o têm sido já para servir outras musas ministradas ao Poeta. De certo vem de longe o esfôrço de identificar a Musa entre as musas, e sempre o instinto dos comentadores adivinhou que *uma mulher* entre tôdas dominava a vida de Camões.

O que é, porém, necessário discernir é se êsses versos se poderão ajustar, ou alguma vez se ajustaram, como se ajustam agora; se alguma vez se alcançou estabelecer tão copiosa série de *coincidências,* tão forte soma de *probabilidades* que permitam identificar, entre as musas de Camões, a mulher a quem êle, do Ribatejo, de Ceuta, do Guardafu, de Ternate, enviou a sua queixa de paixão.

Por mim, jàmais me arrependerei de escutar nessa voz o acento da emoção vivida, da vida sofrida, nem de ver arder no génio de Camões aquela chama que Byron achou que não era fingida nem vã. Camões — e é esta a sua glória excepcional — afiançou com as dôres do próprio destino as verdades da sua poesia; e, entre todos os grandes poetas do Mundo, não houve nenhum que pudesse trazer até nós fiança mais formidável. «Não, as suas lamentações deixam-me tão indiferente como as do Petrarca», declara o sr. dr. Ricardo Jorge.

Para os editores da *Lírica* a lamentação do desterrado, do vagabundo do Oriente, dezasseis anos ausente da Pátria, martirizado por nostalgias e saüdades tropicais, não pode ter o mesmo acento da lamentação de um poeta que levou a vida calma dos humanistas e que a passou, glorioso, em curta redondeza de léguas itálicas.

E eis aqui o motivo certo, de natureza irredutível, de tôda esta questão, e que, na realidade, torna qualquer discussão inútil.

É um motivo de *sensibilidade.*

Para o sr. dr. Ricardo Jorge a poesia de Camões é lite-

ratura de poeta grandíssimo, sem raízes na vida donde brota, e pode ler com a mesma indiferença uma página do genial rètórico italiano e a canção *Junto de um sêco, duro, estéril monte.*

Efeito de conformações psicológicas. Mas basta isto para que os editores da *Lírica* se achem tão longe do seu crítico, desentendidos sem remédio pelos fados; e para que, ao lermos na canção IX aquela atribuïção do destêrro a uma senhora sintamos impressões quanto diversas.

Quanto à tese foi ela apresentada nos termos seguintes: «A inabalável convicção dos editores não busca, porém, impôr-se aos leitores dêste livro. Aos que duvidem ou não aceitem o que aos editores aparece como evidência deduzida crìticamente dos textos, oferecem êles como *hipótese* a paixão amorosa de Luiz de Camões pela Sereníssima Infanta D. Maria de Portugal. Ao leitor compete — e esta solicitação fazemos à sua própria inteligência — aquilatá-la e meditá-la *sôbre os textos,* fonte principal, e até única, da biografia do Poeta». A convicção dos editores é a mesma, e é ainda esta a solicitação honrada que êles hão por bem dirigir aos leitores da *Lírica.* Quanto à recomendação com que o sr. dr. Ricardo Jorge fecha o seu artigo, não pode ela impedir que no texto de Camões venha a ficar, e fique sempre, até com tôdas as dúvidas, através de tôdas as restrições, o que foi dêste modo formulado por outro adversário da hipótese apresentada, o sr. professor Hernani Cidade: «¿Essa dama só poderia ser a Infanta D. Maria? Eis o que há de ousado na hipótese. Nada obsta a que o fôsse, na verdade; e sendo-o, pormenores da lírica e acidentes da vida do poeta serão por ela vivamente esclarecidos». — De V., etc. — *Afonso Lopes Vieira.*

MIGUEL EYQUEM,
SENHOR DE MONTAIGNE(1)

Pelo melhor quanto a êle, de-certo; porque de quando em quando se lembraria dos desgraçados que na sua presença, em Bordeus, eram submetidos à tortura, de todos os que apodreciam nas fôrcas ou no fundo das enxovias. A vida tinha assim uma face boa, outra má; em cada facto, mesmo, uma atenção cuidadosa podia distinguir diferentes aspectos; depois o que era óptimo para os franceses era péssimo para os turcos. O estoicismo, que tudo generalizava, cada vez lhe ia agradando menos.

E nem se devia considerar a vontade como independente de tudo e tudo conseguindo na vida; havia a considerar mil obstáculos que se opunham ao seu livre exercício e eram levantados pela própria natureza do homem, pela educação, pelo lugar de nascimento, por mil incidentes que tinham todos a sua influência.

Postas assim a dúvida na generalização e a dúvida no pleno êxito do esfôrço humano, caminhava o espírito de Montaigne para o derrubar do sistema que prendia os seus livres movimentos. Como não podia deixar de acontecer, estoicismo e Montaigne tinham-se reconhecido incompatíveis e o equívoco desfizera-se ao cabo de algum tempo. A sua inteligência sempre desperta ia também notando a impossibilidade de reünir dois estoicos que tivessem exactamente as

---

(1) Cont. do n.º 2, pág. 179.

mesmas ideas e aceitava que a originalidade e o valor a uma opinião estão na medida em que ela se afasta e diferencia de outra opinião.

Liberto Montaigne da rigidez do estoicismo, revela-se-nos imediatamente o seu horror das ideas feitas, a sua tendência para examinar e discutir cuidadosa e longamente tudo o que se apresenta; ao primeiro rasgão aberto no casulo tão bem tecido por Séneca, logo outros se vieram juntar e nasceu em Montaigne o gôsto tão seu característico de procurar argumentos contra as ideas vulgares, as ideas bem estabelecidas, aburguesadas, as ideas com pé de meia. Vê agora todos os defeitos do estoicismo e não tarda em abandoná-lo definitivamente.

Não foi sem dúvida alheia a tal resolução a leitura que nesta altura da sua biografia intelectual fêz das *Obras morais* de Plutarco que Amyot acabava de traduzir. Encontraria nalguns dos seus opúsculos excelentes razões contra os estoicos — e encontraria sobretudo a curiosíssima moral do velho grego; moral de pai de família, de conservador inteligente, de sacerdote que procura explicar os seus deuses; um conjunto de bondade, de curiosidade intelectual, de desejo de repouso — que parece organizado propositadamente para agradar ao senhor de Montaigne. Plutarco vence Séneca e passa a ser o seu guia preferido; não a autoridade, de cujo domínio Montaigne se libertara ao despir a severa túnica dos estoicos.

Nenhuma experiência, porém, fica inútil num homem como Montaigne, nem devemos supôr que os anos de estoicismo fôssem anos perdidos no progresso do seu pensamento. Montaigne alguma coisa reteve desta doutrina: a possibilidade do melhoramento moral conquistado à fôrça de vontade, desde que esta tome consciência das condições em que se realiza, e a certeza de que a razão acabará por impôr a sua ordem, mesmo que tudo apareça confuso, contraditório

e que seja preciso começar por derruir as noções existentes.

Fé na razão, fé na vontade, eis os dois princípios que vão guiar Montaigne através do cepticismo em que entra a fazer o ensaio da sua inteligência e do seu dicernimento; princípios que se não perderão nunca, mas que hão-de ocultar-se às vezes, como rios subterrâneos, para à superfície da terra ficar apenas uma aridez de deserto; é questão de se caminhar um pouco mais e de se não perder a coragem nem o rumo; êles surgirão de novo.

O cepticismo de Montaigne vai ser, pois, não um cepticismo de desiludido que pretende apagar dentro de si o desejo de pensar e a pouco e pouco se penetra de nirvana, aceitando o primado da dor e da desordem, mas um esfôrço heróico e obstinado de busca, de organização do objecto de conhecimento, depois de ter destruído todo o edifício anterior; para a casa nova irão apenas as boas pedras e as traves seguras. Montaigne, nesta época de seu pensamento, faz como os cépticos gregos, procura; e acabará por encontrar.

Há, no cepticismo de Montaigne, uma reacção contra o dogmatismo intolerante que em geral professavam os homens sábios do tempo que para tôda a pregunta tinham uma resposta e para tôda a dúvida uma certeza; eram verdadeiramente os herdeiros do espírito escolástico e, quando as ideas faltavam, a palavra vinha logo em auxílio dos bons dialectas. Parece que da parte dêles se tinham levantado críticas contra a tradução que Montaigne fizera da *Teologia* de Raimundo Sebond.

Efectivamente julgavam injustificado e perigoso -- e nisso, como vimos, tinham certa razão — que se pretendesse provar a existência de Deus e assegurar as bases da religião cristã por intermédio da razão humana; Deus existe, de-certo, e o homem tem que aceitá-lo por Fé e não pelo raciocínio, o que é próprio de herejes como os alemães reformados. A Igreja

tinha recebido a palavra revelada; tratava-se muito simplesmente de a aceitar, ainda que por vezes contrariasse a razão, que nada valia e nada podia perante o mistério divino; em resumo, devia acolher-se o dogma sem discussão. Não podemos deixar de concordar que esta era, dentro da lógica e da tradição, a boa doutrina católica.

De resto, os argumentos apresentados por Sebond e, na tradução, um pouco compostos por Montaigne, não lhes pareciam decisivos; os seus espíritos subtis tinham logo achado defeitos na dialéctica do *Liber creaturarum* — o que, para êles, invalidava tôdas as conclusões a que Sebond pudesse chegar; também os dogmatistas não iam por caminho errado neste ponto, porque, se Sebond pretendia provar Deus por argumentos racionais, era de tôda a justiça exigir-lhe que se conservasse dentro da lógica.

Montaigne irritou-se com a crítica e saíu logo em defesa do seu autor, escrevendo um longo ensaio que, provàvelmente, circulou manuscrito. A defesa é bastante curiosa, porque vem dar tôda a razão às desconfianças e aos receios dos dogmatistas; o próprio Montaigne tira da obra de Sebond conclusões a que o seu autor de-certo não quereria chegar e os considerandos que faz sôbre as relações entre a religião e a razão não são de molde a fazer apagar as suspeitas de heresia que iam caindo sôbre Sebond.

De facto, Montaigne não aceita que religião e razão sejam independentes e demora-se a mostrar tudo o que a religião tem de humano e casual; se, como queriam os dogmatistas, religião e homem estivessem separados e a primeira fôsse qualquer cousa de imaterial, de independente, de superior a partidos e a regiões, não se compreenderia a diversidade de credos, não se compreenderia mesmo a possibilidade de um cristão, se tivesse nascido noutras terras, com leis diferentes, vir a ser um bom maometano ou um excelente pagão.

A religião aparece assim a Montaigne como um costume,

tão criticável como qualquer outro; o historiador, o legista, o simples curioso de saber, o céptico, podem discuti-la, aprová-la ou combatê-la, louvar-lhe qualidades ou apontar-lhe defeitos — com a mais absoluta das liberdades e sem incorrerem em heresia, ou melhor, sem que os outros tivessem o direito de lhes chamar heréticos. Montaigne aqui esquecia-se do seu grego, mesmo rudimentar, e não ligava *heresia* com αἵρεσις, a escolha; de outro modo não teria tais opiniões. Em todo o caso, nos *Ensaios* a religião não é mais do que uma instituïção humana.

Com esta noção coexiste a de um Deus universal, infinito, eterno, que verdadeiramente é; tudo o resto, como veremos, flui, corre, devém, nunca permanece; «Dieu seul est». Há aqui uma espécie de eleatismo, com a formidável realidade de um Deus imóvel sob uma tessitura de aparências. E é êsse Deus que o homem só pode conhecer por intuïção, mais ainda, que só pode conhecer pelo auxílio do próprio Deus, porque, ao contrário do que diz o estoicismo, o homem só se eleva acima do homem pela graça divina; pela vontade podemos tornar-nos melhores que os outros homens, mas, para transcender os limites que a humanidade nos impõe, teremos de nos confiar plenamente a Deus, de despir todos os nossos pobres orgulhos humanos — e esperar.

Eis a distinção bem interessante que, no século XVI, Montaigne estabelece entre Deus e a Igreja; a Igreja tôda humana, conjunto de ritos supersticiosos necessários ao espírito inculto dos humildes, de regras que mantêm uma disciplina social que Montaigne aprecia, dando possìvelmente ao homem faculdades de se elevar e de depois, por si próprio, transpor a terrível barreira, dar o golpe de esgrima que só se emprega em último caso, na curiosa imagem dos *Ensaios,* — mas, no fundo, uma Igreja comparável a tôdas as outras Igrejas.

Nenhum desprêzo por ela; deve-se-lhe tôda a gratidão pela unidade espiritual que soube criar e manter entre tantos homens, pela moral que estabeleceu, e porque, finalmente, se trata de uma instituïção tradicional, o que não é indiferente a Montaigne. De-certo se sorria dos exorcismos e não acreditava nas suas virtudes — mas considerava bem necessária a existência de uma magia e, «Que sais-je?», talvez de facto existam os demónios e seja possível expulsá-los.

A apologia de Raimundo Sebond leva-o, pois, talvez, muito mais longe do que pensava ao partir, mas não se arrepende de o ter feito e até, porventura, com uma secreta esperança de que o não entendessem. Para êle, os dogmatistas não eram pessoas de extraordinária inteligência, como bem se mostrava pela outra objecção que tinham feito à *Theologia naturalis:* a da fraqueza dos argumentos produzidos que nunca poderiam convencer ninguém.

Agora, Montaigne coloca-se na posição mais cómoda para repelir o ataque; aceita como possível, a apregoada fraqueza dos argumentos, mas responde que difícil seria encontrá-los mais fortes; neste assunto, ou noutro qualquer; Montaigne, que se mantivera na defesa, passa à ofensiva. E escreve que há uma maneira de provar que os dogmatistas não têm razão, é mostrar que, em nenhum assunto humano, se podem encontrar argumentos absolutamente convincentes; há sempre que objectar e, mesmo vencido, o homem pode continuar a não crer aquilo que lhe demonstram.

Eis que Montaigne se encontra numa passagem bem perigosa da sua vida intelectual; dizem-lhe, num bom dilema escolástico, «de duas uma» e Montaigne reflecte, declara que a verdade pode estar numa terceira; talvez dois e dois sejam cinco; ¿vai Montaigne decidir-se a abraçar o irracionalismo puro, ou vai recuar sem coragem de se lançar como uma folha no turbilhão?

Ainda é cedo, a crise passa, Montaigne não é homem que

tome partido tão depressa e tão radicalmente; por agora quere apenas mostrar aos adversários que é impossível provar; que a razão é orgulho, altivez humana, nada mais, quere-lhes fazer sentir a inanidade, a vaidade das suas pretensões, arrancar-lhes «des poings les chétives armes de leur raison». Humilhar o homem, pisá-lo a pés, esmagá-lo, mostrando-lhe que é nada no mundo.

Grande emprêsa e bravo campeão; Montaigne parte a realizar o intento e nada escapa. É uma verdadeira e trágica revolta do homem contra o homem, como disse Pascal, o combate da razão contra si mesma, supõe talvez o próprio Montaigne, alguma coisa de sangrento e de terrível. É uma fúria disciplinada, um desespêro calmo de destruir tudo o que parecia estar bem assente, bem seguro, tudo o que faz e sustenta as convenções e as conveniências sociais.

Já vimos como a religião é atacada e posta em cheque. Mas outro inimigo surge, a Lei, que nada vale em si, porque é «uma panela de duas asas: quem quer agarra-a pela esquerda e quem quer pela direita», espada de dois fios que fere a um lado ou outro, conforme a consciência do que julga e, Montaigne sabia-o talvez, segundo o dinheiro de quem paga ou as ordens de quem pode. Nenhuma garantia à sombra dela, velho ídolo sem valor, feito de mil pedaços diversos, romana para francos, franca para gascões, e improgressiva, estática, inútil.

O dever que, para Montaigne, é a obediência às leis da pátria — e o filósofo sempre se conservará fiel ao pensamento socrático — não existe, portanto, de um modo universal e independente, porque as leis são criações locais, bem marcadas pela fragilidade humana: o dever é um acidente fortuíto, causado por termos nascido mais a leste ou a oeste; essencialmente, não constrange o homem, que apenas lhe obedece e aceita os seus ditames por reconhecer, para boa ordem da sociedade, a conveniência de o fazer.

A moral, outra convenção sem carácter nenhum de universalidade, filha e não mãe dos costumes. Montaigne entrou aqui em terreno perigoso, visto que o cristianismo tem uma moral; ¿mas não tem também uma Igreja? E Montaigne envolve-as tôdas nas mesmas palavras. Com a moral acontece o mesmo e, nos *Ensaios*, o filósofo enche páginas de costumes contraditórios, num prazer, que tem certa parte de crueldade, de mostrar como o homem é variável, diverso no tempo e no espaço e como não pode pretender formular ideas gerais, digamos, católicas; o emprêgo da palavra mostra-nos claramente o conflito que se abria entre a Igreja e Montaigne.

¿E o que significa a Justiça? Significa mais uma ilusão, porque é justo matar um homem na guerra, injusto matá-lo em paz, entre os canibais é justo comer os parentes e entre os franceses não; tal juiz de Bordeus, de consciência pura e clara inteligência, poderia muito bem ser noutro país condenado por injusto; porque a Justiça, como realidade universal, não existe. Tudo um amontoado caótico — que só virá a destrinçar e a explicar um compatriota de Montaigne, o senhor de Montesquieu.

Para Montaigne as leis são sem *espírito,* para êle só a *letra* existe; mas por ter chamado tão fortemente a atenção para um dos elementos da lei, por o ter pôsto em tão grande relêvo, os *Ensaios* haviam de fatalmente despertar o interêsse de alguém pelo problema. Montaigne, neste ponto como em muitos outros, não resolve a questão, põe-na apenas, o que, segundo já vimos, faz tôda a significação do livro como expressão dos esforços da Renascença.

Eis, pois, derrubadas muitas ideas gerais do homem, mas não tôdas as suas ilusões: a humanidade acredita na ciência. E Montaigne propõe-se buscar dentre tôdas as ciências aquela que mais interessa ao homem, aquela a que todos constantemente recorrem — a medicina. É uma fértil

mina de ironias e de ataques a que encontra o senhor de Montaigne; os médicos tinham grandes pretensões, uma linguagem abstrusa, eriçada de nomes técnicos, muitos simples e muitas drogas; vinham, examinavam o doente, consultavam grossos alfarrábios e, no fim, ou conferenciavam com um profano — como acontecera com êle próprio na Itália — ou se metiam a tratar o doente que ou morria ou ficava na mesma. Assim, ali estava êle com a sua pedra...

Mas, se da medicina passarmos às outras ciências, a mesma ignorância, a mesma desorientação; os geógrafos, cheios de Ptolomeu, embaraçavam-se com os descobrimentos de portugueses e espanhóis, estes, por seu turno, não provavam cabalmente que afinal se possuísse a verdade; os astrónomos matemáticos estavam indecisos diante de Copérnico: e foi uma boa ocasião que escapou a Montaigne de humilhar mais o homem pondo-o a girar *inevitàvelmente* em volta do sol, êle que julgava a sua pobre terra centro do Universo. ¿Que vale, então, a ciência?

¿Que vale a ciência do seu tempo? — devemos nós preguntar, esclarecendo o pensamento de Montaigne. Nada, de facto, porque, ou se tem a redescoberta, ou melhor, o comentário sem fim da escolástica ou a massa de factos que se não sabem escolher e seriar. A medicina, que tanto sofre as arremetidas de Montaigne, era então uma técnica bárbara, um empirismo grosseiro; mal começava a ser experimental e Ambrósio Paré sustentava a sua grande luta contra os doutores da Sorbonne que o acusavam de não saber latim e, portanto, de não poder curar e lhe chamavam *uir impudentissimus, imperitissimus, maxime temerarius et plane ignarus,* o que é perfeito como insulto e como espírito universitário. E é muito provável que os médicos do Périgord ainda fôssem piores do que os arquiatras parisienses.

Nem a ciência poderia ser outra coisa — escreve Montaigne. Para o provar, visto que ela é o resultado do conhe-

cimento pelo homem dum determinado objecto por um certo meio, nada mais há a fazer do que estudar separadamente o homem e o mundo, o observador e o observado; depois, a seu turno virá o julgamento da razão como meio de conhecimento.

É certo que o homem se pretende o rei do mundo, o mais perfeito de todos os animais e o ser mais poderoso de tôda a criação; mas, para Montaigne, nisto não há senão vaidade, pretensão irrisória, tão frágil que basta um catálogo de zoologia para a desfazer; tal bicho vê mais longe do que o homem, tal outro ouve melhor, um terceiro corre como o vento, um quarto salta melhor ainda do que o pai de Montaigne; vem depois outro que voa e é um cortejo de perfeições que desfila perante o homem humilhado.

Temos que o aceitar como uma das mais fracas criaturas, «calamiteuse», pobre coisa débil posta no mundo e que um sôpro desfaz, num instante se evola. De-certo temos qualidades que nos podem pôr a par dos outros animais, uma inteligência talvez mais viva, um engenho maior, mas, equilibrados os defeitos e as excelências, devemos reconhecer que «nous ne sommes ni au-dessus, ni au-dessous du reste». E ainda é a conclusão mais favorável e mais piedosa que poderemos tirar.

O que faria a superioridade do homem sôbre os animais diante de olhos menos clarividentes que os de Montaigne, a concepção de ideas gerais, fica desfeito nos *Ensaios;* tudo ilusão, aspirações que se não podem realizar, palavras e nada mais. Conclusão bem pessimista, em desacôrdo ainda com o verdadeiro espírito de Montaigne, e de que se libertará a pouco e pouco; mas deixará ficar nêle próprio uma lição inapagável de humildade e de moderação.

Mesmo assim fraco, pode ser que, no entanto, o homem tivesse possibilidades de conhecer; é certo, mas para isso tornar-se-ia necessário que fôssem bons os seus instrumentos

de observação — o que se não dá na realidade; todo o conhecimento se faz por intermédio dos sentidos que, imperfeitos, são uma fonte de êrros. E provável que o tivesse ferido já em Bordeus a falência, a debilidade de prova testemunhal; e agora no seu castelo teria muita ocasião de verificar o facto.

Seria ainda necessário, para se poder construir uma ciência, que o observador não mudasse; ora Montaigne sabe, por Heraclito, talvez conhecido através dos estoicos, que lhe adoptaram a física, que tudo corre e nada permanece; que êle próprio está em constante evolução, que o homem de hoje não é o de ontem nem o de amanhã — e seria ainda todo um problema estabelecer um presente neste perpétuo fluir.

Nada é possível, pois, apresentar como certo, como verdadeiro, fora de Deus, para cujo conhecimento ùnicamente vale a intuïção; perdido no universo, sem ter sequer o consôlo de o conhecer, o homem deve, em conclusão, abandonar e renunciar os seus próprios meios, «se laissant hausser et soulever par les moyens purement célestes». Sem dúvida nenhuma chegou agora o momento de fazer uma profissão de fé, de se lançar na corrente mística dos flamengos, de declarar dois e dois possìvelmente igual a cinco.

Montaigne voltava da sua cavalgada como um D. Quixote que tivesse partido sem ilusões, apenas no desejo de verificar se ainda andavam pelo mundo os Amadises seus amigos e que só tivesse encontrado, como o outro, odres em vez de gigantes, pratos em vez de escudos, moínhos em vez de cavaleiros; como um D. Quixote que se unisse a Sancho Pança e fôsse manteado com êle pelas estalagens do mundo.

As suas dúvidas tinham recebido confirmação, depois do exame completo a que o tinham obrigado os seus adversários, ou melhor, os adversários de Sebond. O seu cepticismo estabelecera-se, apurara-se, fixara-se em quadros, passara a

ter também uma resposta para as preguntas e uma certeza para as dúvidas. O cepticismo de Montaigne formara um sistema.

Aprendera, de-certo, a humildade, a tolerância, a indulgência, adquirira a noção da fraqueza do homem — tudo o que o estoicismo lhe não poderia dar e que a sua natureza reclamava; mas caíra numa situação impossível para os seus hábitos e gôstos espirituais: fechava-se-lhe o caminho da dúvida, porque tomava o partido de negar, e o da contradição, porque estava sempre de acôrdo consigo próprio.

Ora Montaigne pressente que só a dúvida e a contradição são eficazes, que a falta delas tornou Aristóteles e a Escola estéreis e infecundas. Era pois, necessário sair da situação difícil em que se encontrava aprisionado e recuperar a sua liberdade de movimentos. Só havia um meio a empregar: fazer avançar ainda mais a sua dúvida, defrontá-la com a negativa e dizer: «Que sais-je»? ¿Que sei eu, de facto, para poder negar que exista a Lei na multiplicidade das leis, a Moral na multiplicidade das morais, a Religião na multiplicidade das religiões?

E, questão bem importante, ¿que sei eu para negar a possibilidade da ciência, para julgar o homem sem meios de conhecer? E duvida que se tenha efectivamente batido contra a razão. Assim é: Montaigne atacou um fantasma de razão, a luta que se trava nêle próprio é tôda entre o espírito moderno, indeciso, hesitante, e o espírito medieval; entre o que vai ser o triunfo da razão matemática, da razão de relações, e o que era a razão dialéctica, a razão de predicados; entre o que vai ser pensamento que descobre e o que era pensamento que discute.

Montaigne sente que se enganou, que tem de fazer de novo o inquérito, mas com maior cuidado, a passos medidos, e que antes de empreender a tarefa se deve conceder a si mesmo um período de repouso; o pirronismo surge-lhe como

um pôrto seguro onde pode amarrar o seu barco, suspender o julgamente, hesitar longamente, procurando sempre ter em equilíbrio os pratos da balança, enquanto repara as fôrças para depois ver quais foram as causas do seu êrro e estabelecer os meios de as suprimir.

Mas trata-se de uma ilusão; nem Montaigne nem a Renascença saïrão do pirronismo, porque a vida do homem e a vida dos séculos não dão tempo a que se renovem tais inquéritos, a que duas vezes se faça uma tal revisão de valores.

Um pirronismo equilibrado, pacífico, tolerante, será o ponto de chegada de Montaigne e da Renascença; acolhidos a êle, vão elaborar, porém, alguma coisa de extremamente importante, vão meditar, lançar as bases de um método.

A tolerância pirrónica, com o seu falso tom de indiferença, permite que se desenvolvam com tôda a liberdade as correntes que anseiam por encontrar o seu caminho; é, portanto, mais fértil do que a marcha entusiástica dos primeiros tempos da Renascença; tôdas as preocupações se vão voltar agora para a busca do método. Montaigne, tendo estabelecido no seu espírito o discreto repouso do seu castelo, procura como os outros.

Busca que tem de se fazer cautelosamente para se não cair nos êrros do passado, para que não haja no fundo uma repetição, sob aspectos diferentes; busca que permita aos séculos seguintes avançar sem tropeços e criar como que uma nova civilização. Aprendeu-se que o essencial é um método e eis o presente que a Renascença pretende fazer ao futuro; não sabe se o conseguirá, mas, como nela alguma coisa ficou ainda da confiança primitiva, tenta a emprêsa.

Com melancolia e com optimismo; melancolia pelo tempo perdido, pelo caminho que se reconheceu errado, por se ter lutado tanto contra o fantasma sem fôrça que por si mesmo havia de cair; optimismo por se ter percebido que a nega-

tiva brutal a que se tinha sido levado provinha exactamente de se não ter avançado na boa direcção. Eis o estado de alma de Montaigne. Procuremos agora definir as suas ideas.

Lògicamente aparece a Montaigne que deve começar por se definir e estudar a si próprio; é possível que, principiando por si, determinando bem as suas qualidades e os seus defeitos, procurando observar-se em todos os seus actos e, segundo a necessidade, corrigir-se ou desenvolver-se, chegue a poder distinguir o grau de êrro que contêm as suas observações dos outros homens e do mundo. É nesta altura que o seu livro começa verdadeiramente a ser um livro pessoal, não como fim, mas apenas como meio.

E eis, favorecida por uma disposição natural, a razão de tôdas as confidências materiais e espirituais de que estão cheios os *Ensaios;* a partir de certa época quási não há pagina que se percorra sem se encontrar um pormenor sôbre o senhor de Montaigne; dá-se como exemplo de boas e más qualidades, procura explicar todos os seus actos — e fá-lo com tôda a sinceridade, tôda a verdade de que se sente capaz.

A saúde e a doença, os dentes que lhe caem, os passeios a cavalo, a pedra, as contas dos caseiros, tudo lhe serve de pretexto de estudo, de motivo de introspecção; o seu livro, sob êste aspecto, é, a bem dizer, um relatório de psicologia e tôda a gente, de facto, o devia reconhecer nos *Ensaios* e os *Ensaios* nêle; porque Montaigne não se esquece de apontar a influência que teve na definição das suas faculdades a reflexão que era obrigado a fazer para escrever o livro.

Como conclusão, o senhor de Montaigne não se reconhece um ser à parte; ìntimamente e em momentos de bom humor, talvez se julgasse mais inteligente, mais instruído, numa palavra, superior aos outros homens; mas lembrava-se depois de como tinha provado a inferioridade do homem

ante os animais e a lição de modéstia que daí tinha tirado vinha-lhe corrigir o ímpeto de vaidade. Encontra nos seus caseiros, na família, nos amigos, traços de carácter que são também seus, numa comunidade que o impressiona e o faz escrever que «chaque homme porte la forme entière de l'humaine condition».

Se isto é assim, e não se cansará de fazer experiências para o verificar, nas conversas do que tanto gostava, Montaigne, com uma certa margem para as diferenças individuais, pode, estudando-se a si, conhecer o Homem. Todo o homem, mesmo o do passado, gregos ou latinos, porque pode pensar o mesmo que Platão e admirar ou reprovar os actos de Cícero ou de César; nem, se houvesse diferença de essência entre êle e os antigos, se compreenderia o gôsto que tinha pela leitura de Plutarco e a possibilidade de extrair dêles ensinamentos morais cuja influência claramente sentia em si.

Estabelecido isto, Montaigne encontrava assim uma primeira idea geral sôbre a qual poderia talvez edificar o seu abrigo filosófico; mas, ¿seria de facto uma verdade o que acabava de proclamar? A dúvida volta e, graças a ela, Montaigne chega a uma psicologia. As qualidades comuns existem em tôda a humanidade e é possível estabelecer uma relação entre os Canibais e os Franceses.

Simplesmente, é necessário também atender às diferenças; por natureza e, pensa Montaigne, por felicidade nossa, o homem não é fixo, imóvel, pelo contrário, ondeia, difere, a sua expressão è dinâmica e não estática, o que dá uma riqueza incalculável de caracteres e contribui para aguçar, para afinar a argúcia do observador; e para lhe recomendar também contìnuamente cuidado nas conclusões, para lhe dar uma útil flexibilidade de espírito e lhe fazer compreender que serão falsos todos os estudos do homem que no-lo apresentem como uma estátua imóvel; Montaigne chega assim a

estabelecer uma idea bem interessante para a psicologia na história.

Que era realmente o que menos lhe interessava agora, porque se encontrava preocupado com o seu tempo e, mais ainda, com o tempo futuro; mas estabelecia uma certeza, a de que o verdadeiro homem deverá ser flexível, sempre jovem diante de cada problema novo, apto a compreender tudo e a servir-se de processos diferentes ante a diversidade dos fenómenos — e não a aplicar-lhes sempre a mesma receita escolástica.

«*Distinguo* est le plus universel membre de ma logique», escreveu Montaigne; mas não se trata do *distinguo* que serve para se furtar ao ataque do adversário e abrir passagem no muro a que nos encostara a sua dialética; o *distinguo* de agora significa a busca de todos os elementos que compõem o total, para resolver separadamente os problemas que se puserem.

Ora, exactamente, era êste *distinguo* que as morais conhecidas de Montaigne não praticavam; o estoicismo, o epicurismo, o cristianismo impunham a todos, igualmente, uma regra de vida, sem se importarem com as diferenças individuais que os *Ensaios* estabeleciam tão nìtidamente; tinha-se formado um ideal, imaginado por homens superiores, e pretendia-se que tôda a humanidade o atingisse, o que era impossível realizar-se. Êle próprio fizera a experiência com o estoicismo, e o epicurismo aparecia-lhe tão duro e severo como a filosofia do Pórtico.

O cristianismo envolvia ainda um outro problema que se lhe afigurava de resolução difícil; efectivamente, estabelecia-se uma sanção, dando as delícias eternas a quem se conduzisse bem na vida (e bem significa segundo os ditames da Igreja, cujo carácter humano Montaigne afirmara) e, por outro lado, mergulhando em penas também eternas aquelas que procedessem mal.

Esta existência de sanções parecia a Montaigne destruir tôda a utilidade, contrariar todo o objecto da moral; não se passava a amar o bem e a aborrecer o mal por si próprios mas a temer o castigo e a desejar o prémio que se prometiam aos homens; aqui inteirinho também um julgamento que Montaigne não compreendia muito bem e era certo que as penas podiam ser diminuídas por certos sortilégios, certas práticas de magia que a Igreja praticava e que tinham, segundo parece, a propriedade de obrigar Deus.

Acode, portanto, a Montaigne a idea de construir uma moral liberta de metafísica e de dogmas, de Deus e da Igreja, uma moral perfeitamente humana, no sentido da criação e no sentido da explicação. Evidentemente que só é possível fazê-lo sob umas condições: a de partir da observação do homem e a de pô-lo de maneira que, dentro dum princípio geral, sejam respeitadas as diferenças individuais.

É o que faz Montaigne, aproveitando, das suas observações psicológicas, o conhecimento que lhe tinham dado da humanidade e estabelecendo que boa moral é aquela que realiza plenamente o homem. Que cada um adopte, pois, aquela que mais lhe convier e que viva segundo a natureza. A moral de Montaigne apresenta-se, pois, naturalista como a de Rabelais da abadia do «Fais ce que vouldras». Mas, se Rabelais se contenta com ela, havia já entre os dois uma diferença demasiado grande para que Montaigne tivesse uma atitude idêntica.

Os defeitos da sua concepção logo lhe aparecem claramente. As naturezas más — que êle sabia existirem — e tinha exemplos magníficos nas personagens das guerras civis — poderiam assim desenvolver-se plenamente, sem nada que as contrariasse; claro, as outras morais nada tinham conseguido também — e eram cristãos que se andavam batendo contra cristãos; mas, ao menos, manifestavam essa intenção.

Torna-se necessário que se viva segundo a natureza, mas,

entenda-se bem, segundo a natureza do homem, com pleno exercício da razão, como dominadora dos instintos; viver à lei do mundo, mas no que ela tem de harmonioso, de bom e de amável. No entanto, a dificuldade não se pode considerar vencida, é, pelo contrário, Montaigne que se sente batido na sua tentativa de estabelecer um princípio universal dos domínios da moral.

A sua regra poderia apenas ficar-se aplicando aos que fôssem como êle fundamentalmente bons e pudessem sem perigo usar de tão grande liberdade; aos outros, Montaigne esforça-se agora por ignorá-los e eis, na sua moral, a grande falta que também não conseguirá apagar da pedagogia.

Montaigne, a-pesar-da vitória não lhe ter servido, voltava, no entanto, com duas certezas; a de que o princípio era aplicável aos bons que, observando-se se poderiam corrigir nos pequenos defeitos, e a de que as outras morais valiam muito menos do que a sua, porque não continham os maus, antes os defendiam, estabeleciam regras uniformes e destruíam, pela existência de sanções, o seu propria valor.

E Montaigne pensa que a única moral consiste em sermos severos para nós próprios e indulgentes para os outros; que devemos contar os esforços que fazemos por nos dominarmos, por libertar a partícula da razão que existe em cada um de nós e que deve ser o nosso guia na vida; é possível que os leitores dadas as qualidades comuns a todos os homens, se reconheçam nalguma coisa do que dizemos e se esforcem também por se melhorar. Eis o que leva Montaigne a expor nos *Ensaios* uma moral individual, a sua própria moral.

Em primeira logar, a moral aparece-lhe com uma fisionomia totalmente diversa da que em geral lhe davam os moralistas; para êles a conquista da perfeição moral era qualquer coisa de doloroso para o homem, o esfôrço contínuo de dominar a natureza, de contrair todos os sentimentos

humanos, para finalmente à custa das provações do ascetismo, se adquirir a insensibilidade ao mundo. É a virtude posta no alto da montanha pedregosa, eriçada de vegetações selvagens, que se sobe cortando o mato e onde se chega aniquilado, exausto. Assim quási todos renunciavam a adquirir por tal preço a perfeição.

Depois, sôbre tudo paira a idea da morte; ela pode vir a todo o momento, quando menos se espera, e é preciso que encontre o homem prevenido, preparado para a passagem terrível; e a morte é a suprema dor, para a suportar temos que sofrer todos os dias, morrer um pouco a tôdas as horas. Passa-se a vida inteira a pensar na morte, tudo se canaliza para o que é afinal um momento na existência, nada mais que um momento.

O estoico, severo e rígido, é como a coluna que ficou de um monumento em ruínas, sem interêsse pela vida, solenemente e impassìvelmente à espera da morte; o epicurista, o verdadeiro epicurista, que se eleva acima da concepção vulgar do seu sistema, sente sempre nos prazeres da vida o travar da morte e o ascetismo espreita-o, quási certo da presa; quanto ao cristão, para quem a vida é o vale de lágrimas, a passagem desolada que se atravessa sob a dor, nada mais justo do que pensar na morte e a chamar pelos seus sacrifícios e pelas suas penitências.

Ora Montaigne quere que a vida se passe vivendo, que se abandone a moral «catarrheuse» que faz do homem um escravo e se mostre que a virtude se encontra no meio duma doce planície tôda semeada de flores, cheia de caminhos bem ensombrados e de frescas relvas. É a virtude suprema, bela, triunfante, «amoureuse, délicieuse pareillement et courageuse, ennemie professe et irreconciliable d'aigreur, de crainte et de contrainte, ayant pour guide nature, fortune et volupté pour compagnes».

Moral que afirma a sua independência de tôdas as auto-

ridades exteriores, quer venham de Deus, quer venham de homens, que pretende ser livre para apenas se guiar pela razão; e essa, ao contrário do que diziam os outros, só quere que sejamos plenamente e verdadeiramente homens, que nos não prendamos com terrores absurdos que só podem estragar a vida e de modo algum preparar para a morte.

Montaigne tem sôbre a morte algumas ideas precisas; em primeiro logar, para êle, o que pode parecer uma verdade bem fácil, a morte é muito simplesmente o fim da vida; Montaigne não acredita no além-túmulo, parece-lhe que, com a morte, tudo está acabado e bem acabado; acha que, portanto, nem temos que dar contas dos nossos actos nem temos que arrepender-nos do que fizermos.

(Continua).

AGOSTINHO DA SILVA.
(Bolseiro da Junta de Educação Nacional)

S. FRANCISCO DE XAVIER E O ORIENTE PORTUGUÊS (1)

NO OCEANO ÍNDICO

De caminho para Goa ia exercitando o Padre Mestre Francisco o seu fervor apostólico: Melinde, cidade mourisca era muitas vezes pôrto de refrêsco às frotas da Índia: não contava porém o governador, em cuja nau seguia, fazer ali demora: isto não impediu que o nóvel companheiro de Jesus saísse em terra com intenções catequistas: como depois foi sempre o seu costume, digamos mesmo tática, procurou o principal Caciz que assim os mouros chamavam aos seus doutores no Koran; ao atravessar a cidade passou no adro ou cemitério dos portugueses: havia lá, erguida ao meio, uma alta cruz de mármore realçada de ouro; ao deparar com o símbolo cristão ali, a tantas légoas da Europa, em meio de terra maometana, ficou transportado de alegria, dando mil graças a Deus: uma vez em casa do mouro, êste, sem dúvida posto muito à sua vontade pela grande cortesia do Padre Mestre, entrou a lamentar-se da decadência da piedade entre a gente de Melinde; lembrava os tempos em que ali se erguiam dezassete mesquitas bem servidas e freqüentadas e comparava-os com o presente em que três que sòmente existiam, estavam quási abandonadas: a isto o Padre Francisco não se pôde conter e pondo os olhos primeiro no céu, como quem agradece a Deus a decadência

---

(1) Cont. do n.º 1, pág. 92.

dos maometanos, interpela-o duramente, dizendo-lhe que o que causava espanto era durar ainda no Mundo a sua seita e que justamente Deus os castigava pelos pecados que só de viverem, a cada passo cometiam.

Era o seu primeiro ensejo de tentar a conversão de um Mussulmano e não o perdeu, pois logo através do intérprete que lhe servia de língua, começou a demonstrar ao árabe como a lei de Maomet vai contra a mesma razão natural do entendimento: o Caciz, meio convencido, ao despedir-se prometia já de renegar: sem dúvida tinha o Padre Mestre um grande poder de persuação que punha ao serviço de uma ardente e inquebrantável fé.

Dali abordou a nau a Socotorá: era aquela ilha escalvada e adusta onde Tristão da Cunha tinha feito a fortaleza que D. Manuel mandara arrasar no tempo de Albuquerque por inútil como comando dos mares da rota da Índia: ali encontrou o Padre Mestre uma cristandade primitiva de tradições quási obliteradas, provàvelmente do tempo da propaganda abexim: a terra era má e a mais áspera e pobre do nosso roteiro do Oriente.

O apóstolo porém, caía-lhe a alma aos pés ao ver como viviam aqueles pseudo-cristãos supersticiosos, meio mussulmanos pela mistura com os mouros e já ardia em desejos de os catequizar: faltava porém o língua; mesmo assim, pela mímica, o Padre pretende chamá-los a si e consegue baptizar a muitos; não queria abandoná-los tão ignorantes e esquecidos de Deus e pedia ao governador que o deixasse ali ficar; porém êste sorrindo consigo mesmo da candura do Padre Mestre e experiente das cristandades do Oriente volveu-lhe cortêsmente: — Seria muito trabalho para ter ruim fruto: outros cristãos e gentios vos esperam na Índia em que mais aproveitareis — De facto já no tempo de Tristão da Cunha, tomada a fortaleza, fiara lá um Franciscano que prègara e baptizara com sucesso em tôda a ilha; porém

os naturais mostravam-se pouco dedicados aos portugueses em razão do seu trato íntimo com os mouros e por isso Afonso de Albuquerque mandou mais tarde arrasar as suas defezas e abandonou a Ilha. A Socotorá como a tôda a Índia tinham chegado primeiro os Irmãos menores que tinham acompanhado Pedro Álvares Cabral e seguiram depois em tôdas as armadas: tinha-se estabelecido aquela Ordem em Goa no tempo do governador Diogo L. de Sequeira e dêles foram escolhidos os primeiros bispos e vigários da Índia, D. Fernando e D. João de Albuquerque: na catequese das crianças um Franciscano também, Fr. Vicente, na costa do Malabar, precedeu de alguma maneira ao Padre Mestre Francisco e aos seus discípulos: também já em tempo do governador D. Estêvão da Gama sucedera a conversão em massa dos Paravás, gentios pescadores de pérolas, provàvelmente de raça dravídica que habitavam a costa do cabo Comorim e ilha de Manar.

Brevemente, os Franciscanos, infatigáveis esculcas da palavra de Cristo entre os gentios do Oriente, se derramaram por tôda a Índia e passando o golfo de Manar se estabeleceram logo na grande ilha de Ceilão onde fizeram numerosas conversões.

A CHEGADA A GOA

Quando o «Coulão» entrava o pôrto, o Padre Mestre Francisco, posto viajado, posto assás indiferente aos aspectos transitórios do mundo, não podia deixar de admirar a sua imponência: para a esquerda a maciça fortaleza de Aguada com as suas baterias dominando a costa e o seu castelo roqueiro: ao centro avistava-se o alvo palácio do Cabo onde os governadores habitavam de verão: logo à direita os baluartes largos e sólidos de Mormugão que jogavam de artilheria com a Aguada.

Á medida que o galeão se aproximava da foz do Mandovi o forte de Gaspar Dias aparecia em simetria com o dos Reis Magos da outra banda do rio: as quatro sólidas e abaluartadas fortalezas construídas em pezadas cantarias, nada diferiam, nem no aspecto nem na forma das que o Padre Mestre tinha visto de um e de outro lado do Tejo ao deixar Lisboa e na mesma Itália litoral: a traça era comum e em plena Renascença ao aperfeiçoar-se a artilheria de bronze, Durer, Leonardo da Vinci e outros mestres de múltiplas aptidões tinham trabalhado nos seus planos: os portugueses de quinhentos, bons oficiais fundidores, grandes artilheiros de bordo e de costa pela prática das guerras marroquinas, como hábeis canteiros que sempre foram eram bons artífices de praças fortes, com as suas locarnas para o jôgo das peças de fôgo, com bons fossos contra os assaltos à escala vista. Algumas vezes as pedras das tôrres e baluartes, desenhadas e cortadas nas pedreiras de Lisboa e do norte, foram de lastro nos porões das armadas para serem erguidas nas nossas feitorias de África e da Índia.

O que era exótico para um europeu, entrando o pôrto de Goa, aliás habituado já ás perspectivas da África Oriental costeira, não era a obra do homem idêntica à de Portugal e da Europa: era sobretudo a verde azulada cortina dos altos coqueirais que cobriam praia, monte e vale dos seus oscilantes pankás: as fortalezas, as igrejas, as casas emergiam dêste glauco oceano de palmas que veste, com tropical vigor, a metade sul da Índia: mesmo junto das altas tôrres dos fortes um ou outro coqueiro gigantesco balouçava à brisa as suas leves e aéreas plumas; isto é que era estranho, verdadeiramente indiano, porque as edificações, os palácios que pelo rio acima alvejavam de Ribandar à cidade, eram elegantes construções portuguesas; num plano mais distante as cúpulas e as tôrres das igrejas, o seu claro casario, aflorando sôbre as as cortinas do arvoredo, faziam uma for-

mosa vista; à medida que se subia o Mandovi o aspecto era de mais em mais interessante: aldeias branquejavam nas margens do rio e pequenas ilhas, verdadeiros jatos de viçosas palmas, como flutuavam sôbre a água azul: ao longe, os últimos contornos eram formados pelos anilados cêrros bravios da cordilheira dos Gates.

ANTIGUIDADE DE GOA

A ilha de Goa fôra sempre conhecida na Índia como um logar de frescas sombras e de suave betel. Goa parece derivado de Govarashtra ou Goparashtra, terra dos rebanhos de vacas e das tríbus nómadas, posto Diogo de Couto fôsse buscar as suas raízes à palavra Goemoat, que significava na antiga língua do país, terra fértil e fresca. A ilha e as suas vizinhanças eram conhecidas desde séculos pela toponímia familiar de «Gomant» nome que aparece no Mahábháráta e em outros Puránas associado com feitos divinos e heróicos e também por Kuvá e Gova segundo o Mirat Áhmédi e a geografia de Sadik Ispaháni: provàvelmente os gregos a conheceram e d'Anville identifica-a com a Nelkinda do Periplus, a Nekanidon de Plínio, a Melinda de Ptolomeu: Nelkinda fôra nos tempos mais remotos um grande empório de comércio marítimo.

Parece que os geógrafos persas e árabes da Idade Média a conheceram por Káwá ou Káwe: «Sindábúr», mencionado por Masúdi, Edrisi, Rashid-ud-din, Albulfeda e Ibn Batuta, seria o nome arábico da mesma ilha em que fôra edificada.

Na Carta Catalana de 1375 e no «Portulano Mediceo» Sindabur aparece transformado em Chintabor.

A antiga cidade hindú, situada na extremidade sul da ilha, na margem direita do Zuari, designada nas inscrições canarís por Gove e em sânscrito por Gopakapuri era a capital do reino que abrangia o Konkanim do Sul e outros

distritos: parece que era uma cidade nobre pelos seus edifícios e instituïções de caridade, habitada por sábios «pandits» que se passeavam em palanquins, luzindo os presentes que lhes outorgava a generosidade real; esta seria a Goa Velha das crónicas portuguesas. Os Kadambas, reis de Goa, provàvelmente da dinastia de Vanavásipura, diziam-se descendentes de Trinetra que na mitologia hindú teria nascido de Siva junto da árvore kadamba. Estes príncipes, dos quais o primeiro foi Guhalladeva, eram feudatários dos Chalukyas de Kaliana. De 1076 a 1127, Goa e o Konkanim rebelaram-se contra a autoridade do Imperador Vikramáditya II e a cidade foi incendiada pelo seu general Sindavansa: reconstruída e próspera sob os seus descendentes, veio a acabar aquela dinastia no século XIII com o rei Kama Deva: conquistada pelos Yádavas de Dautalabád que acabaram com o império dos Chalukyas; depois da invasão do Dakhan em 1294 por Alad-ud-din, é saqueada pelo seu General Malik-Kafur: foi próximo desta época que o viajante Ibn Batuta visitou Sindabur ou Goa, acompanhando o rei maometano Jamal-ud-din de Onore na sua feliz expedição contra aquela cidade que tomou depois de um vivo combate. Ibn Batuta, de regresso do Extremo-Oriente, encontrou o povo de Goa tratando de se libertar da tirania de Jamal-ud-din; não obstante parece que continuou sob as luas maometanas até 1367.

Foi por estes tempos que começou a crescer em poder e acometividade o reino hindú de Vijayanagara (a cidade de Vitória) a que os nossos chamaram Bisnagar: o seu rei Harihárá, disposto a expulsar os maometanos da Índia, mandou contra Goa o general Madhavàcharya que a conquistou e reconstruíu o seu antigo relicário de Saptanátha demolido pelos mussulmanos: Goa continuara a fazer parte do reino de Bisnagar até 1440, época em que, segundo *As Lendas da Índia,* se tornou um estado independente e se

fundou uma nova cidade na parte da ilha à margem esquerda do Mandovi. O tangerino Ibn-Batuta, em 1342, passando em Goa no caminho da sua embaixada à China ou em 1349 no seu regresso fala já de duas cidades em Sindabur (Goa ou Tisvadi), uma cidade hindú e outra maometana, posto outros historiadores como Barros considerem esta última sòmente fundada por mouros fugidos de Onor, quarenta anos antes da conquista por Albuquerque.

Goa seria independente por essa época; a antiga cidade hindú teria sido abandonada e edificada outra na posição presente, em razão do assoriamento do Zuari ao tempo que o Mandovi se ia tornando mais largo e fundo e próprio para um bom pôrto de mar: o seu grande comércio, sobretudo o dos cavalos da Arábia, por via de Ormuz, para o reino militar de Bisnagar, depressa enriqueceu a cidade que se tornou notável pelos seus edifícios, templos e palácios, longos e profundos cais. Já nesse tempo Goa era uma grande e nobre capital com a sua guarnição de archeiros de pé e a cavalo que lhe dava um valor militar reconhecido pelos Estados vizinhos.

Caravanas de mercadores chegavam constantemente de tôda a Índia para permutar as suas mercadorias contra os corcéis arábicos, armas, sedas e alcatifas que lhes traziam as numerosas frotas de zambucos que vinham do Mar Vermelho e do Golfo Pérsico. De tôda a costa ocidental da Índia, desde Cambaia pelo Deckani, Canará, Malabar até ao Comorim, era Goa, depois de Calecut, a cidade marítima de maior rendimento nas suas alfândegas, o que não podia deixar de excitar a cupidez dos príncipes dos estados vizinhos: nesta época que precede de poucos anos a conquista de Albuquerque, a dinastia mussulmana do Dakhan que conseguira libertar-se da suzerania do Imperador de Delhi (passava-se na península industânica entre os estados originados pela invasão maometana um fenómeno de decomposição po-

lítica mais ou menos feudal semelhante ao que sucedera na Espanha três séculos antes) formou um reino independente; por vezes os seus cavaleiros na sua inquietação belicosa entraram em fossado pelo território de Goa: porém o seu poder, segundo o viajante russo Nikitin que então por lá passou, não se estendia além de Dabul: posto repelidos a princípio não desistiram os mussulmanos do seu intento; em 1469 o rei da dinastia Bahmani, Muhammed Sháh II, mandou para o sul um grande exército comandado pelo seu emir Muhammed Khvájá: os goezes, cônscios do perigo, trataram de defender as vizinhas portelas dos ásperos Gathes por onde teria de penetrar a invasão: a defesa porém foi frouxa e os caudeis e infantes de Kvájá forçaram a passagem e apoderaram-se à traição do castelo roqueiro de Kelhna (hoje Vichalgadh).

Daí marcharam sôbre Goa que investiram por terra ao tempo que uma grande frota Báhmani, aparecendo na foz do Mandovi, cooperou com o exército bloqueando a cidade.

Goa era uma praça bem fortificada, cingida de tôrres e baluartes: o mesmo rio nos seus passos mais estreitos, segundo as antigas crónicas, era povoado de crocodilos que para auxiliar a defesa, propositadamente ali atraíam lançando à água os cadáveres dos justiçados: a-pesar-de tudo a cidade, apertado o cêrco, capitulou; a vitória foi tão celebrada na côrte de Muhammed que durante sete dias, trombetas e atabales rufaram a marcha do triunfo: ficou a governar Goa com o título de Kishavar Khan, um nobre do séquito do conquistador.

O General Khvájá regressando à capital foi recebido com as honras da vitória e presenteado com as vestiduras reais. Os hindús, porém, esperavam sempre recuperar a sua rica e formosa Goa e em 1472 o Rajá de Belgão, aconselhado pelo Rei de Bisnagar e auxiliado pelo Príncipe de Bankapur tentou libertá-la; Mohamed Shah ao saber do

intento, veio êle próprio com um exército sôbre Belgão que cercou obrigando o Rajá a pedir a paz.

O reino dos Bahmani tinha atingido por êsse tempo a sua maior extensão: dividido em oito «tarafs» ou províncias, cada uma tinha o seu governador nomeado pelo Rei: Goa e o seu território ficaram incluídos na província de Juner e o seu govêrno foi confiado a Najm-ud-din Gilláni. Entretanto em 1421, Siva Rajá de Bisnagar enviou um forte exército para recuperar Goa; porém Mahomed Shah, valorizando em muito a sua conquista, defendeu-a tão fortemente que os esforços do príncipe hindú foram baldados. À morte porém daquele, ficando um herdeiro demasiadamente moço para assumir o govêrno do reino, como sucedia em geral entre mussulmanos, os governadores das províncias tornaram-se independentes da sua autoridade: Goa foi a primeira a revoltar-se; tendo morrido o seu governador Gilláni, um dos seus subordinados, Badur Kan, apoderou-se do govêrno e declarou se independente com a cidade e o território contíguo: pretendendo também dominar o comércio marítimo equipou uma frota de côrso, apoderando-se de muitos navios pertencentes ao Rei de Guzarate: êste Príncipe queixou-se à côrte Báhmani então em Bedar e os ministros do jovem Rei organizaram e enviaram uma expedição contra Badur que venceram e mataram em 1493, resgatando o estado rebelde; o govêrno da cidade foi então confiado a Malik-en-ul--Mulk. Entretanto os governadores das outras províncias, posto tivessem cooperado nesta expedição por mêdo do Rei de Guzarate, foram pouco a pouco declarando a sua independência e assim se desmembrou o poderoso estado mussulmano do Dakhan; acabara por ficar dividido em cinco principados dos quais o mais poderoso era o de Bijapur, fundado por Abdul Muzaffar Yusuf Adil Sháh, cognominado Sabaio pelas nossas crónicas por ter sido criado e educado em Sava, na Pérsia, por um mercador a quem fôra confiado

em criança pela Sultana sua mãe à morte do seu pai Agá Murád (Amurat), Sultão dos turcos, receando que o irmão de Amurat que se apoderara do Império o mandasse matar.

Parece que aos 17 anos (1459) o moço, movido por a predevinação do seu futuro senão por um sonho, como conta o historiador maometano Ferishta, embarcou para a Índia que na fase da sua decomposição feudal era um meio excelente para todos os aventureiros do mundo: em tão boa hora foi que, prisioneiro e vendido a Khvajá Muhammed Gawan o conquistador de Goa e poderoso ministro do Rei Bahmani, passou logo de simples soldado ao comando da guarda real; adoptado por êle e em seguida agraciado com o título honroso de Adil Khan foi feito governador de Daulatabad e depois de Bijápur onde foi coroado rei em 1429. Os nossos cronistas, tanto Gaspar Correia como o dos *Comentários de Albuquerque*, confundem-no com o Rei Bahmani, seu primitivo suserano Muhammed Sháh a quem chamam também Sabaio: o nome de Idalcão (Adail-Khan) é dado por Barros sòmente ao filho Ismail Khan; o Sabaio, rei de Bijapur conhecera muito bem Goa quando ali fôra mandado pelo Rei bahmani para a defender do Rajá de Bisnagar.

O Sabaio, senhor ambicioso, em 1428 formou com outros dois príncipes do Dakhan uma aliança militar destinada à partilha de tão vasto território: Goa que lhe estava próxima pertenceria à sua conquista; assim pediu vassalagem e páreas ao governador da cidade, Malik-en-ul-Mulk-Gilláni que tinha sucedido no govêrno ao rebelde Bahádur Khan: aquele achou prudente submeter-se e ordenou festas públicas por uma semana para mostrar quão auspicioso considerava o feito: o rei de Bijapur afeiçoou-se então a Goa onde não só vinha com freqüência mas apreciando as comodidades de pôrto e situação resolvera fazer da cidade a sua capital.

Goa já era então um dos mais importantes portos da mercância interíndica da costa ocidental do Industão e por isso povoada de gente de desvairadas raças de tôda a Ásia; não tão importante como Calicut venerada dos mussulmanos, tinha a seu favor a centralidade para o comércio da Índia; bem construída e cercada de fortes muros resplandecia em todo o Oriente pelas suas soberbas construções. Todos os maometanos do Industão se juntavam em Goa para a peregrinação anual a Meca ou ali desembarcavam no seu retôrno de Judhá, no fundo do mar Vermelho: afluíam a Goa os viajantes do mundo inteiro e ali estiveram, senão Pero da Covilhã, Ludovico de Varthema e Andrea Corsali: descreve-a o nosso Duarte Barbosa como habitada por muitos mouros da terra e de fora, gente branca e honrada, como também por muitos mercadores gentios de grosso trato bramanes, senhores da terra, lavradores e homens de guerra: o seu pôrto vasto e profundo era de grande tráfico e ali ancoravam muitos navios de Meca, Aden, Ormuz, Cambaia e de todo o Malabar; o Sabaio Delcani (Adil-Khan) passava lá muito tempo no seu alkássar com os seus capitães e archeiros e ninguem podia entrar ou sair na sua ilha, por terra ou por mar, sem carta sua: todos os que chegavam eram registados na alfândega com os seus nomes e sinais próprios e, ao fim de algum tempo, eram convidados a retirar.

A cidade era grande, de boas casas, ruas e praças e tôda cercada de muros e bastiões: tinha um castelo forte e no seu arrabalde muitas hortas e pomares e tanques de água, mesquitas e pagodes; a terra, de redor, bem cultivada e o mar de muito fruto.

Goa não devia ter ainda a grandeza que atingiria sob o poder português, menos de cincoenta anos depois, mas era evidentemente uma boa e nobre cidade maometana com uma milha ao comprimento e um quarto na largura: os muros, cercados de um fôsso sempre cheio de água estendiam-se

para o norte do Mandovi e da alfândega até ás Dárcenas navais. Entre as portas da Alfândega e do Arsenal estava um largo portão que dava ingresso na cidade e palácio de Adail Sháh, célebre pelos seus claustros cheios de flores e frutos do Oriente; no lugar dessa porta os portugueses mais tarde haviam de erigir o arco dos Vice-reis: para éste o muro alongava-se até à base da colina que foi depois chamada de Nossa Senhora do Monte e para oeste alargava-se até à altura do Arsenal.

Para o sul chegava a muralha até ao sitio onde foi depois Nossa Senhora da Serra e o terreno onde está o convento do Bom Jesus já lhe ficava para fora; ao pé do sítio onde se edificou a Senhora da Serra a cidadela tinha uma porta dupla, os Baçais, que dava sôbre o arrabalde; além das muralhas era protegida por antigos fortes isolados chamados — passos — por onde o povo transitava para a terra firme; entre os edifícios que ennobreciam a cidade eram muito notáveis a Mesquita principal e o majestoso palácio do Sabaio (Adil-Sháh) com espaçosos salões e formosas portadas, apoiando sôbre grossas colunas de madeiras preciosas entalhadas, no velho estilo da Índia: em frente do palácio existia uma larga praça que os portugueses depois ainda chamaram muito tempo o terreiro do Sabaio; junto havia um tanque de boa cantaria, ao uso dos mouros, talvez para recreio dos Príncipes: perto do lago e junto do rio uma alameda, onde o povo ia tomar o fresco da tarde; as outras construções eram simplesmente ornamentadas mas espaçosas: as oficinas de artífices, especialmente as dos ourives, tinham a fama de serem as melhores da Índia; sòmente a cidade, em si rendia ao Sabaio cerca de 75.000 rupias fora umas 600.000 das terras que formavam o seu têrmo, equivalente de 400.000 pardaus, mais pequenos mas mais grossos que o xerafim do Cairo, com duas figuras cunhadas de um lado e uma inscrição no outro: estas rendas provinham principalmente dos

direitos pagos na alfândega dos cavalos da Arábia e da Pérsia, de duas libras por cabeça: os «passos» para a terra firme rendiam 110 libras: o Príncipe tinha ainda o monopólio de certas mercadorias de consumo diário, noz do betel, etc. que lhe rendia 1.650 libras. Era esta formosa e próspera cidade indú e bramane (da antiga civilização de Narcinga e Bisnagar) na sua estrutura, mussulmana por conquista como quási todo o norte e a costa ocidental do Industão arabizada pelos seus sucessivos conquistadores, que estava destinada a ser um dia a metrópole do grande Império português do Oriente, tomada com êsse intuito aos seus possuídores em dois bravos cercos por Afonso de Albuquerque.

(Continua)

António de Mattos Cid.

LOS DOS MAESTROS DE HUMORISMO DEL SIGLO XIX: LARRA Y EÇA DE QUEIROZ(1)

EL 202

Imaginemos un espíritu hecho a albergar monasterios porque ha aprendido a guardar, para ese silencio fecundo de las paredes conventuales, el enorme saber que le vale una meditación continua; y agreguemos a esto, para explicarnos mejor su fuerza creadora y su visión del mundo, que le inspira un noble orgullo de pueblo y, desde luego, una tradición gloriosa de ideas que nacieron de la sangre de una raza y se apoyan en ella; imaginemos un alma de esta contextura dueña de un pincel capaz de alcanzar la linea y el color magistrales y que, además, concurra a este género de arte suyo el acervo sintético que reune y armoniza todo entendimiento superior, el cual presta cierta admirable serenidad a la obra que realiza; imaginemos que espíritu troquelado asi, tan fuertemente, comentase nuestro siglo, sentado a la mesa de Jacinto, en el 202, después de vivir con el pensamiento épocas de secular antigüedad, y asistido y aun tomado parte, de semejante modo, a las tremendas controversias de las filosofías que trajeron al mundo las guerras y los cismas, y haber sido espectador del lento despuntar y del florecimiento del estilo mejor, cuando las almas buenas lu-

---

(1) Cont. do n.º 2, pág. 154.

chaban por alcanzar estos lauros en la escuela de las humanidades; imaginemóslo enfrentando los diversos modos de sentir y pensar que forman el caudal de ideas y pasiones aun dominantes entre los hombres de esta última hornada, y tendremos cabalmente el tipo de escritor a que se puede contraer y considerar el nombre de Eça de Queiroz. Es el pensador que vive a lo largo de todas las tierras y cuya obra, alli donde da vida a un sér que forja su mente, o donde se destaca el paisaje con aquel pincel de que ya hablé, nos fuerza a formular una conclusión que deja en la boca cierto dejo de amargura: para emular cualidades de artista tan sagazmente perfiladas, como las que él nos muestra, sería preciso tener el alma serena y dulce del taumaturgo para quien realizar el arte no es esfuerzo sino sencilla facilidad, y cuya obra sobrepujase, por el sentimiento y por las ideas y aun por la forma — que también le tortura como a un camarada del grupo que congregara Flaubert — toda otra producción de belleza común, entendiendo en esta calificación la de maestros letrados de alto y cabal significado por la influencia que tales obras hayan ejercido en la médula de los menos, aquellos, no obstante, mejor preparados para recibir y gustar esa parte de verdad y de pura emoción que formula todo libro verdaderamente dinámico. No cabe aqui, desde luego, al juzgar la real importancia de productores de arte semejantes, ese tipo de escritor vulgar, tan frecuente en América, que sólo rastrea las ideas que recibe de manos de los otros, y concibe y escribe libros tediosos y mediocres, si es que las fuerzas suyas propulsan tal acción.

EL MEDIO AMBIENTE Y EL ESTILO

Pocos casos, ciertamente, de tan sugestivo interés en la historia de las letras como el de Eça de Queiroz, a causa de la pobreza de las condiciones físicas del productor y la ca-

lidad de la obra realizada; y de fijo muy contados escritores han podido dar cima a una labor tan finamente espiritual como la del autor insigne de *A illustre casa de Ramires*, en un medio ambiente tan adverso. Si es cierto que Eça de Queiroz viaja continuamente, en esa inquietud del divagar perenne solo recoge la sabiduría que se aprende en el gran libro de la naturaleza y de la vida — etapa previa, en el intelectual, porque sólo tiende a proveer los zurrones del espíritu de los frutos que luego va a dar a los demás —; si es verdad que reside largo tiempo en Paris, centro intelectual de primer orden, y en Londres, escenario no menos saturado del saber que dejó durante largos siglos el debate de las ideas que siempre lucharon por ganar la supremacía en los entendimientos y conquistar la mejor gloria, el medio es cosa secundaria en la formación de su espíritu, porque es preciso recordar que se habla y escribe en lenguas que no son la suya, y en las letras este aspecto es, desde luego, primordial, cuando se trata de precisar en qué grado el ambiente contribuye a la formación de un estilo y, por tanto, a la realización de la belleza. El arte del escritor no sólo se nutre de la observación sino que busca el medio, que en este caso no es de su idioma: muy al revés de lo que sucede con el arte pictórico, verbigracia, que sí encuentra cátedra cabal y sabia en lo que entra por los ojos, y determina, en cada escuela, la graduación de la luz y de la sombra, y las peculiaridades de cada maestro que no han hecho otra cosa que reproducir en el lienzo un único cuadro originalmente pintado: el de la naturaleza, e interpretrar los cambiantes de un solo insondable arcano: el del corazón humano...

Pero Eça de Queiroz realiza la función de nutrirse y la de formar el estilo de un modo que sólo es dado a entendimientos de superior capacidad: pasando por alto el dolor del ambiente inculto de la patria y el ambiente impropicio de otras tierras donde sienta sus reales. Así, en adversidad

semejante, que reconocía su origen en la extemporaneidad de las ideas que programaba y difundía el nuevo dogma, el cristiano de los primeros tiempos encontraba en el martirio a que se le condenaba, no sólo el camino de la santidad que le franqueaba la ribera de la Bienaventuranza, sino que hallaba en tal martirio el objeto natural a que tendía su vida, consagrada a la imitación del Maestro, que lo sofrió sin tasa y más alto que ninguno.

LARRA EN EL TEATRO

Volvamos a Larra para determinar su actuación en el Teatro español de la primera mitad del siglo XIX. Una obra dió digna de que hubiera alcanzado la época de *chorizos y polacos* en que el insigne majadero Comella cimentaba su ridiculez. Esta obra fué el drama *Macías,* que, siendo hermoso, no produjo entusiasmo. Es verdad que de romántico, que era la escuela que triunfaba por el esfuerzo de Martinez de la Rosa con *La conjuración de Venecia,* de Juan Eugenio Hartszenbuch con *Los amantes de Teruel,* de García Gutierrez con *El Trovador* y del Duque de Rivas con *Don Alvaro,* por no citar a muchos, de romántico, digo, nada tenía el drama de Larra. Es observación de Menéndez y Pelayo que *Macías* era romántico solamente por la variación de metros.

Ya Larra había escogido para asunto de su novela romántica, a la manera de las de Walter Scott, el del drama *Macías.* De modo que al dar para el teatro esta obra, sólo adaptó la novela — en lo que estas adaptaciones son naturalmente posibles — a la obra teatral. *Macías,* apesar del poco calor con que fué acogido, seguramente por su escaso valor en parangón con aquellas admirables obras que cité antes, sin contar también con que Moratín y Bretón de los Herreros alcanzaban en la comedia gloria imperecedera, emulando

los mejores tiempos del teatro español; *Macías* era, en opinión del mismo Larra, algo asi como un drama sin filiación de escuela, y por tanto — fácil es comprenderlo leyendo las lineas que escribó a guisa de prólogo — con pretensiones revolucionarias.

Pero Larra se engañó en esta orientación de su vida literaria o confió en fuerzas de que no estaba seguro: él no era de la madera de los Martinez de la Rosa ni de los Bretón de los Herreros (1), ni estaba llamado a triunfar en el teatro. Pero, ? qué mucho que Larra fuera mediano dramaturgo, cuando el más grande de los satíricos españoles — Cervantes — tuvo que abandonar la escena para no morirse de hambre? No seguirían los dos grandes satíricos españoles la misma fortuna por altísimo designio?...

LA ESCUELA ROMANTICA

Estuvo Larra, durante el periodo que media entre los años de 1834 a 1836, que fueron de los de su vida los más fecundos para las letras españolas, consagrado a una labor

---

(1) He insistido mucho, a través de estas páginas, en el atraso intelectual de España en los dias de *Figaro,* y contrasta esto con la labor del grupo ilustre y bastante numeroso que con Larra trabajaba. Precisamente a ese grupo se debe el que España se reincorporara al movimiento cultural del resto del mundo. Lo que antecede a sua existencia denota una pobreza de hombres y obras que dá lástima. Acaso los resultados negativos del reinado de Carlos II, el Hechizado, el de Carlos IV, y su hijo Fernando VII, ya citados, la guerra de los Siete Años contra Bonaparte y, finalmente, el inicio de las guerras *Carlistas,* fueron mucha parte en semejante atraso. Cuando María Cristina, mujer de Fernando VII, se hace cargo de la gobernación del reino, a la muerte de su real consorte, Larra saluda en ella una esperanza de España. Queda en pié que aquel grupo fué admirable y su labor en pró del mejoramiento de España no menos digno del aplauso y de la gratitud de las generaciones nuevas.

constante, tenaz; preocupado grandemente por el mejoramiento del teatro español, publicó artículos de crítica encaminados a sugerir los medios que estimaba indispensables seguir, para lograrlo; y seguramente, respondiendo a este deseo, fué que escribió, — o tradujo —, además del drama *Macías,* alguna que otra pieza teatral — *No más mostrador*, *El desafío, Don Juan de Austria, Roberto Dillon,* etc. —, para alentar sus predicaciones con el ejemplo. El no ignoraba que estaba lejos de Moratin, y estoy seguro que nunca pensó en conquistar gloria en el teatro sino contribuir a la reconstrucción del gran teatro español, caido en lastimosa postracción durante los reinados de Carlos IV y Fernando VII. ¿Qué otra cosa podía hacer el insigne escritor que comprometer su bien ganada fama literaria, imprimiendo a su vida una nueva orientación, entrando en esa casa que no era la natural de su espíritu?

No hubo artista, ni obra francesa, que Larra no juzgase: a Alejandro Dumas le combatió por su *Antony* en términos tan duros y razonables, que aquella obra no logró vida perdurable, al menos en la escena española. Victor Hugo fué analizado por él concienzusamente, y Casimiro Delavigne pasó por sus páginas más de una vez. En todos sus trabajos de crítica teatral fué consecuente con su aspiración de lograr el triunfo de la escuela romántica en España, escuela que, impuesta por los grandes escritores alemanes, — Goethe y Schiller, en primer término —, había alcanzado en Francia, desde el estreno de *Hernani,* de Hugo, definitiva y gloriosa consagración.

LA NOVELA REALISTA

Si Mariano José de Larra es, en España, el campeón del romanticismo, Eça de Queiroz inicia en Portugal, y es al propio tiempo su cultivador más eminente y subyugador, la

novela realista, pero de un realismo amable, no terrible y enfermizo, aun en páginas como las de *Os Maias* que le inspira pasajes de una alta significación filosófica, de atrayente y simpática experiencia mundana, de suave y admirable ironía; *La ciudad y las sierras, El primo Basilio, La reliquia, El crimen del Padre Amaro* y tantas otras obras, marcaron la definitiva desaparición, en su tierra, de la novela romántica que desde los comienzos del siglo XIX trajo al vendaval literario de Francia y que alcanza su cabal preponderancia a mediados de esa centuria con la obra del admirable y eterno enemigo suyo, Camilo Castelo-Branco. Lo que Emilio Zola realizaba en Francia — sin olvidar a precursores y colaboradores muy ilustres de uno y de otro — lo llevaba a cabo Eça de Queiroz después de haber recorrido casi todas las tierras que se extienden a lo largo del mundo; romero que trajo a las letras de su pais una nueva manera de arte, tal como al regreso de un viaje famoso, a que dió ocasión otro motivo, su paisano Almeida Garrett, llevó años antes, las ideas, que ahora tenían su ocaso, preconizadas por los románticos. Este es el viajador que aprende en la escuela que no limitan cuatro paredes. Semejante a este divagar glorioso de Eça de Queiroz, una vez Goethe lleva a la Alemania casi feudal, y lo inmortaliza en el segundo *Fausto,* la plácida majestad del estilo que la Italia le inspira con el cuadro vivo de su arte y de su tierra, salvados para la posteridad después del paso de los guerreros bárbaros; tal como, de vuelta de la propria Italia, donde primero hace alianza espiritual con la obra de Goldini y Alfieri, el Duque de Rivas impone en España las ideas románticas que habían de transformar el teatro de su pais no bien naciera a la vida el *Don Alvaro.*

En la obra de Eça de Queiroz la realidad, simpre horriblemente dolorosa y melancólica, adquiere un carácter de íntima belleza porque idealiza, de superior manera, la lucha

por la vida, y la lucha, aun más enérgica y artera, del corazón humano en el conflicto que se crea a sí mismo cuando va tras de bienes materiales. Aun en Flaubert la realidad es triste, y la droga que ingiere Madame Bovary nos deja también a nosotros el amargor del veneno que la mata. Esa es la norma que siguen los mejores maestros del realismo en Francia. El realismo es, pues, en el autor de *La ilustre casa de Ramirez*, flor de belleza insuperable y de dulce confianza en el final destino de los hombres. El maestro oculta todo pesimismo que le sale al camino y lo transforma tan admirable y bellamente que presenta la vida, como él mismo asienta en sus *Cartas de Inglaterra*, en cierto trabajo que habla de la literatura de Navidad, de modo que *ni una realidad muy cruda ponga en el espíritu tierno sequedades de misantropía, ni una falsa idealización produzca una sentimentalidad mórbida.* He aqui, definida por el ilustre escritor, la escuela literaria a que puede vincularse su enorme obra en la novela y en el cuento que, claro está, no fué escrita para niños en los dias del Nacimiento del Redentor del mundo, sino para hombres que llevan en los labios el *rictus* amargo de las pasiones mezquinas.

Aun sus Cartas del *Epistolario de Fradique Mendes* y los *Billetes familiares y Cartas de Paris*, y los trabajos de crítica *Notas contemporáneas* y *Decadencia de la risa*, — sin olvidar las *Prosas Bárbaras* — encajan en esta clasificación del género a que consagró su estupenda fuerza creadora, su estilo y su encantadora visión de las cosas del mundo. Todas las cartas suyas tienen su raigambre en la realidad, y bastará que recordemos aquellas del *Epistolario* en que describe el Convento de Refaldes, en el Minho, o las que nos hablan del padre Salgueiro, del Comendador Pinho, de su llegada a Lisboa, de la aventura de Cambray, cuando espera, de paso para Holanda, al insigne Ramalho Ortigão... o aquellas magníficas páginas que narran el conflicto de las

religiones y las que critican la obra que realiza el ingeniero Bertrand en los Lugares Sagrados.

PACHECO

Y es que alma en que alientan tales sentimientos — de que ya hablé — y virtudes de tan subidos quilates, tiene una plena capacidad para la crítica y para la creación artística que requieren esas facultades excepcionales; y cuando Eça de Queiroz se detiene ante un hombre, bien en las primeras páginas de *As Farpas — Una campaña alegre* — o en las últimas de los *Billetes familiares y Cartas de Paris,* no le basta con saber de su obra tangible, sino que el corazón le mueve a penetrar en su mundo interior, en el laboratorio íntimo en que se hacen y definen las ideas que provocaron ese esfuerzo. Y como sabe que, en definitiva, la política y los en ella versados dirigen a las muchedumbres y señalan a los pueblos la orientación que han seguido a través de los siglos, en los políticos clava la vista, y en su obra el bisturí, para escribir páginas tan sutiles y magistrales como las de su *Estudio social de Portugal en 1871,* o aquellas en que habla de las aptitudes necesarias para ser Ministro, o bien las que hacen retratos del Conde de Paris, de Casimiro Périer, del Conde de Beaconsfield, del emperador Alejandro de Rusia, y por suma de su omnímoda experiencia lanza a todos los vientos de la gloria la sagaz, amarga, estupenda y definitiva carta al señor Molinet en que da vida a José Joaquin Alves Pacheco.

Pacheco — casi no es preciso apuntarlo — es universal, porque simboliza y representa el juicio indocumentado e injusto — como la opinión que Su Excelencia prestó un dia de la personalidad de Cánovas del Castillo —, ¿recuerdas?, en el salón de la Condesa de Arrôdes...; Pacheco es y significa, para los pobres pueblos, el encumbramiento inesperado y fatal; tipo que no tiene ni siquiera la gloria del escudero

que la generosidad del magnate hizo gobernador, porque para la gloria escuderil de Sancho basta decir que la justicia, atributo de Dios, brilló espléndidamente en todas las controversias que llegaron a sus manos; Pacheco es la perfidia del político incapaz, la ingratitud hecha carne, porque Pacheco recuerda siempre que fué castigado y él a su vez castiga, y no a su enemigo — a quien, por otra parte, bien podría perdonar si fuera generoso — sino que deja caer sobre su indefenso y buen amigo la fuerza de su mando y de su injusticia y de su indiferencia, olvidando — la gloria le ahoga el sentimiento de la equidad y del bien — que los poderes de la tierra se acaban y concluyen y que todos, por altos y fuertes que parezcan, son cosa efímera y deleznable; Pacheco es y representa el espíritu que obstaculiza toda labor altruista, de que no entiende, porque su historia política es la historia del encumbrado por favor, cuando no del alzado por decisión de las masas indoctas y equivocadas, y en las entrañas suyas no cabe la obra que no le traiga un bien material.

Es así que esa patria universal de Pacheco no le debe nada: ni un libro magistral, ni una fundación, ¡ni siquiera una idea! Pero Pacheco es Pacheco: sencillamente ilustre y grande por su inmenso talento, oculto en las profundidades de sí mismo. Pacheco sabe que cuando acabe esta vida, que por desgracia para él y suerte de los simples mortales, es corta, le aguarda el mausoleo enorme, del mármol de Carrara, que ostentará la figura de la patria, triste, dolorosamente triste, llorando al genio caido...

EL REALISMO DE ALGUNOS MAESTROS — EL NATURALISMO DE ZOLA

He hablado de cómo Eça de Quiroz llevó a su novela la realidad. Digamoslo, ahora, con palabras suyas que constituyeron su programa literario, y que hoy tienen el prestigio

de un dogma estético: *Sobre a nudez forte da verdade o manto diaphano da phantasia.* Y estas palabras ¿no revelan que hay entre él y Emilio Zola, padre del naturalismo en la novela contemporánea, un abismo en la interpretación de la realidad! Cómo vé el autor de *Nana* y de *Los Rougon-Macquart* la vida, y cómo la transforma para presentarla más tarde en la obra de arte?...

Zola, con ser eminente artista fué, a mi parecer, hombre en quien dominó demasiadamente el moralista y el político. La misma apoteosis con que Clémenceau, a la sazón Presidente del Consejo, epilogó el asunto Dreyfus en que de manera tan principal participara Zola, lo prueba. Se recordará que el viejo *Tigre* abrió las puertas de la cárcel y reivindicó, ascendiendolo a comandante, a Dreyfus y que después hizo trasladar con pompa inusitada, los restos mortales del autor de *Verdad* al Panteón de los *Hombres Célebres,* apesar de la apasionada protesta conque fué acogido el hecho por algunos políticos de Francia.

En el sentido intelectual, ¿ha sido nada más discutido que el realismo de Zola? No sé dónde dijo Zola que el arte era para él *un pedazo de la naturaleza visto a través de un temperamento,* y el espíritu de estas palabras está flotando siempre en las obras del novelista. Sin referir esto a lo que se encamine en el escritor a enfocar y describrir lo plástico de la naturaleza, sino más bien a los aspectos morales de la vida, Zola se esforzó, ciertamente, en presentar el mal, el vicio, y esporádicamente, habló de la virtud. No parece haber existido para él. Se descubre enseguida el apostolado del pensador, del moralista y del político, — no del politicastro — y aquél entusiasmo generoso, aunque partidarista, con que Montesquieu escribia sus *Cartas persas* en los inicios del siglo XVIII. En Zola ese pedazo de la naturaleza fué el que más profundamente hirió su temperamento artístico. ¿Acaso pude llamarse con propiedad, a quien vió tan precariamente

la vida, *pontífice máximo* del naturalismo, cuando se recuerde la obra amable y veraz del autor de *La ilustre casa de Ramirez* y del *Primo Basilio* en la que alientan toda suerte de tipos humanos y todas las modalidades morales de lo que se ha llamado «esta efímera vida humana, frágil vaso lleno de dolores y de goces»? En la universalidad de los sentimientos caben todas las pinturas: el mal que Zola copió, y el bien que no dejó de presentar en páginas como las de *La caida del Abate Mouret* o en las de *Roma,* en que da vida a las figuras nobilísimas de Pedro y de Benedetta.

Yo no creo que el realismo, tal como se concibe y cultiva en el acervo novelesco de Zola, ni aun la desnuda verdad de que toma su origen, sean bellos. El arte será mejor y más refinado a medida que idealice — acaso con el *manto diáfano de la fantasía* de Eça de Queiroz — esa terrible realidad que está en gérmen y potencia en todas las luchas y en el corazón del hombre. Se dirá que ese realismo siempre existió en todas las literaturas. Es cierto. Aristófanes, en la bella aurora ateniense; Plauto en el largo y duro, aunque ilustre, dia de Roma; Boccacio, en la Italia en que encontró los motivos perversos de los cuentos del *Decamerón;* el buen Arcipreste de Hita, con su exaltada licencia, y Margarita de Valois que parece encarnar un tipo verdaderamente amoral, testimonian que el ojo humano miró y observó en bajos mundos sociales; pero acaso no ha perdurado tal obra sino como un mero accidente literario.

El realismo de los antiguos tiene, con todo, no sé que *pudor* que aun lo hace inofensivo y lo justifica si se le pone en parangón con el iniciado por Zola en la novela francesa contemporánea. Zola confesaba al pintor Manet haberse excedido en su arte. El realismo de Balzac, el de Flaubert, el de Mauppasant, el de Stendhal, el de Daudet, pongo por contraste, son infinitamente más bellos y más humanos que el de *La Tierra* del maestro de Médan. Valera, Pereda,

Alarcón y, sobre todos ellos, Galdós, han realizado una labor de primer orden en la novela realista. Siempre se refutará que Zola fué un pensador y que su obra respondió al apostolado incierto del moralista; y aun podría agregarse que el autor de *Germinal* produjo obras de una belleza singular en que la verdad adquiere la superior virtud de producir los fines artísticos.

La novela que solo se proponga presentar unas cuantas escenas, inmorales o nó, pero siempre repugnantes, podrá llamársele como se quiera, sin que en realidad sea otra cosa que la exposición del vicio que no se extirpa, por muy superior que se dispute la fuerza mental del pensador que la conciba, y por muy propicio que sea el género humano a penetrar en el fondo de las cosas para apartar, con conocimiento cabal y científico, lo bueno de lo malo, e inspirarse y seguir precisamente aquello que pueda elevarlo a la altura condigna en la vida moral. Estas ideas no podrán unirse, ideológicamente, a aquellas de que tan magistralmente se rie Eça de Queiroz en *Os Maias* y que pone en boca del poeta Alencar en sus ataques al realismo en el verso. El gran ironista jamás ensayó ese realismo crudo que rebaja y mancha el arte literario. Y es bueno que se recuerde que él llevó a término una obra de pensador encaminada a reformar y a engrandecer las cualidades morales de su pueblo.

Se ha dicho que Zola lanzó una injuria a la tierra, cuando describió a los moradores de la aldea de Rognes. No sé si la lanzó; pero sí sé que Eça de Queiroz cada vez que se salió de la ciudad y se adentró en la sierra, hizo el elogio de la madre cómun y entonó un dulce canto virgiliano ponderando la gracia de la tupida madreselva y de los naranjos en flor!

LO IMPERSONAL EN LA OBRA DE EÇA DE QUEIROZ FLAUBERT — DAUDET

No podía ser personal en la creación de tipos quien como el autor de *Alves y Compañía* conoce el modo de andar del

protagonista del adulterio que narra, lo que el *horrendo* Padre Piñeiro se miraba al espejo en la lengua, y el tamaño y el color de la camisa de Mary.

Se sabe, por su propio testimonio, que él no observó esos tipos en Pekin sino en Lisboa y que alli vió lo que luego llevó al papel. Observar en Pekin, viviendo en Lisboa, era verlos como mejor hubiera gustado.

Encarando la obra de los maestros franceses, ¿no hay en Flaubert, el artífice de *Salambó* y de *Bovary,* toda una realidad que adquiere bajo su pluma tintes y colores que refleja que los ha pasado por el tamiz de su propia experiencia y de su personal idiosincracia? Y en Daudet, el mejor copiador de la vida parisiense, ¿no es el proceso literario precisamente a la inversa? Valga decirlo: ni Zola, ni Flaubert, estupendos creadores de caracteres, supieron pintar, no obstante, como el autor de *Safo* tanto tipo esencialmente francés. Porque Flaubert fué, ante todo, un escritor que puso en las páginas que dió a la estampa mucho de la propia psicología aun cuando se encuentren fácilmente sus temas en la realidad. El pueblo no llegó a impresionarle al grado de copiar con fidelidad sus características para infundirle vida a los personajes que creaba. Tuvo Flaubert aquella aristocracia mental del puro artista que hace del estilo perfecto el culto en que sólo comulga. Más todavía: mostró menosprecio por los asuntos franceses: *Salambó* es una prueba irrefutable. Y es de tenerse en memoria que la labor literaria de Flaubert obedeció ante todo, según se ha repetido, a tenacísima lucha por echar a rodar los viejos moldes de la novela francesa; para acabar de una vez con lo que aun quedaba en el ambiente literario del romanticismo, apesar de la presencia de Balzac y del admirable triunfo de *Eugenia Grandet* y de *La Comedia Humana.*

Por otra parte, ¿era acaso posible que copiara dócilmente el alma de los tipos que veía quien como Flaubert concebía de manera tan trabajosa en esa estupenda lucha a que le

obligaba su afán de perfección? Los diez años que *Bovary* estuvo en gestación, era prueba que mucha de su propia alma se la llevaba el papel, porque no en vano viven con nosotros tantos años esos hijos espirituales. Dícese que jamás desmayó Flaubert en la terquedad por que ninguno de sus tipos se pareciese a él. Pero en contra de esa afirmación se levanta esta otra: no hay obra que salga de nuestra mano que no tenga nuestro sello íntimo. De ahi la personalidad del escritor. ¿Era posible que Flaubert se despreocupara de su psicología al extremo que se pretende? Flaubert *creó* caracteres, no los copió. En rigor, su labor se redujo a la observación del mundo que le rodeaba, la gran escuela de todos; pero en Flaubert, cuando ese fruto de su observación estuvo en su punto, y hubo de cumplirse en él el proceso artístico aquellos personajes eran más suyos que del mundo a quien se los robaba.

Se dirá: ¿cómo se explica que *todos* los tipos de sus obras vivieran dentro de él? Pues porque el escritor se divide y se subdivide; se parte, se desdobla, por decirlo asi. Un ejemplo incontrastable es Shakespeare, «el hombre que más ha creado despues de Dios». ¿No vivieron en el alma de ese gran historiador del mundo moral, Otelo, Yago, Desdémona y Hamlet? Zola nó; el autor de *La Taberna* y de *La Bestia Humana* tuvo otra iniciación artística; él solo se propuso copiar los personajes de sus obras de la realidad circundante, y para cumplir lo que llamaba su misión de moralista exageraba, a mi parecer, los vicios del hombre (1).

---

(1) He escrito su misión moralista y no política, porque es bien sabido que Zola menospreciaba la política y los políticos. Comentando esta actitud moral de Zola, Lucien Descaves, amigo y compañero de Zola en las luchas del proceso Dreyfus y en el que se le seguió con motivo de la publicación del artículo «Yo acuso», decía que el gran novelista podía hacer suya la frase que se le atribuía al poeta Mallarmé: «los arquitectos no beben junto con los albañiles». Ahora bien: que su mi-

Daudet, en cambio, se ajustó más a la verdad; pero ni la exageró ni la idealizó demasiado. Tartarin, fuerte gimnasta con alma de niño; Safo, carne del Paris perverso, que sabe vivir, pasionalmente su paso hacia la muerte; Sidonia Chebe, pequeña cabecita, de rubios bucles, llena de la vanidad de los primeros años y que cae en el adulterio por tener coche y chalet; Jack, el enorme Jack, y luego Guillermo Risler y Segismundo Planus y el ingenuo personaje de *Poquita Cosa*. Daudet fué el gran retratista del pueblo francés; el historiador excelso de su moral torcida y también el poeta noble de sus virtudes.

---

sión moralista le llevaba a extremos no muy de acuerdo con la verdad, lo prueba el hecho mismo del «Manifiesto de los cinco» (Lucien Descaves, Pablo Bonnetain, Rosny, Pablo Margueritte y Gustavo Guiches, todos discípulos suyos) a raiz de la publicación de *La Tierra,* ruptura que hizo exclamar a Anatole France — no muy seguidor de las teorías de Zola — : «El 9 de Thermidor, que terminó la tiranía de Zola, fué obra de los cinco. El terror naturalista estaba vencido». Y el *terror naturalista,* a que se refería Anatole France, no prejuzgaba sino la obra de arte, prescindiendo de la alta razón política a que el autor de *La Débacle* se constreñia. Lucien Descaves ha escrito: «Cada uno de los libros de Zola, al surgir de pronto, barría alguna cosa... Y probablemente es porque había en ellos una gran fuerza de elemento que Zola se vió lanzado a la acción; la tempestad del asunto Dreyfus estaba en potencia en los *Rougon-Macquart*». Anatole France mismo, encarando el asunto Dreyfus, dijo que Zola fué «un momento de la conciencia humana». De Eça de Queiroz no hay que decir que también dominó en su obra el afán de mejorar las condiciones sociales de su pais. No solo la campaña de *As Farpas,* en colaboración con el autor de *A Hollanda,* Ramalho Ortigão, sino en las páginas de sus obras de crítica y hasta en la formación del grupo *Os vencidos da vida* — presidido espiritualmente por el gran historiador Oliveira Martins — laboró intensamente en tal sentido. No hay que recalcar en el hecho de que Guerra Junqueiro, Anthero de Quental, el propio Ramalho Ortigão, el Conde de Arnoso, Rezende, cada uno como pudo, hizo de Portugal *un gran pais vivo* como afirmara Michelet en presencia de las *Odes modernas* de Anthero de Quental.

En Eça de Queiroz había también, como en Flaubert, un estilista insuperable; pero como el proceso artístico en él no fué tan lento y desesperante, copió más bien que fabricó los tipos que observó en la sociedad. Eduardo Prado se llama en la vida real, el Jacinto de *La ciudad y las sierras;* y este admirable Eduardo Prado es también, alguna vez, el gran *Fradique Mendes* del *Epistolario.* No podía ser *todo* Fradique Mendes Eduardo Prado, porque si hay obra suya en que se encuentre exceso de personalidad esa obra es la que nos dejó la emoción de cada minuto que vivió el gran novelista.

Eça de Queiroz retrató todo Portugal a través de su novela; y fué tan honrado en la pintura que un dia Fialho d'Almeida y otro Castelo-Branco, y otro Pinheiro Chagas y otra vez Antonio Ennes, se indignan ante fidelidade y semejanza tan insospechada y tratan de vencerlo con el ataque violento y la ironía. El gran patriota que había en el desnostador circunstancial de su pueblo enfila, mejor aun, en justa defensa, las baterías de su sátira y de su mordacidad; y de tanta ironía sólo queda en el ánimo de su lector una admiración profunda por su tierra y la comprensión cabal de que era verdad cuanto decía.

DOS ESCUELAS PARA UNA SOLA REALIDAD

El contraste entre estas dos maneras de novelar plantea un problema interesante para la historia de las letras. Zola, para combatir las lacras del mundo moral — las del mundo y particularmente las miserias de Francia — exageraba la realidad sin que dejara de embellecerla alguna vez. En uno e otro bando están afiliados Flaubert, Stendhal, Maupassant, Daudet, Balzac, y tantos otros; cada página, no obstante, de una y otra escuela, tiene su raigambre en la realidad de la vida que es, a la par que bella, miserable.

Representa para el artista genuino igual esfuerzo idealizar la verdad pura que rebajarla; pero queda en pie sólo la obra que transparente la realidad de un pedazo de tierra cualquiera. No se concibe la pintura de la aldea de Rognes, aun cuando tales tipos sean verdaderos, humanos, y nos codeemos con ellos todos los dias. La historia de una familia como *Os Maias* huele a observación del natural y Eça de Queiroz no hizo otra cosa que copiar, retratar y dar la pincelada maestra. El mal está en que Zola circunscribe a una aldea *todo* el vicio, *todo* lo miserable de la condición humana. Eça de Queiroz ofrece el escenario amplio de la vida y el ataque adquiere bajo su pluma certo espíritu de templanza que Dickens, el gran novelista inglés, llamó una vez «leche de la bondad humana».

EL SUICIDIO DE FIGARO

He rozado, a través de estas últimas páginas, el ambiente portugués y es necesario todavía insistir sobre el que le tocó a Larra. Aquel estado de alma, triste y amarguísimo, a que ya me referí, que se nota en sus artículos de costumbres, dejó huella indeleble en los de crítica, y asi no debe sorprendernos que al hablar de una traducción que Ochoa hizo de las *Horas de Invierno,* en vez de estimular en él la producción artística original, le aplaudiese en su labor. ¿Qué haría con crear? — exclama *Fígaro* en un arranque de desesperación.

Triste desesperanza la suya: quien pensaba como él estaba perdido para la producción artistica y para la humanidad. No disculpo, en manera alguna, sus errores: no trato de disculpar tampoco, su huida violenta, por su propia mano, del mundo de los vivos; pero es necesario, al hablar de estas cosas, pesar sus sufrimientos como si pasaran por nosotros, y entonces, al aquilatarlos, derramar una lágrima piadosa...

Caballero de un ideal, esforzado luchador, paladín de una cruzada moral él pudo decir con el héroe del romance antiguo que su descanso era el pelear; jamás vaciló en aquella lucha gigantesca a que se consagró desde los trece años de su edad; jamás perdió las fuerzas, nunca retrocedió ni se le vió caer, sin ánimo, en aquela su calle de la amargura, porque trajo a la tierra las energías que necesitaba para desenvolver y realizar su misión. Quiero repetirlo: si *Fígaro* no nace en España y en las circunstancias por que esa nación atravesaba, es seguro que no hubiera surgido a la vida de las letras: todo pais *hace* a los hombres que necesita para avanzar a través de las edades.

Todavía hoy, al observar cómo lentamente van las sociedades hacia una destrucción inminente, se siente la desaparición de *Fígaro* como si su trágico fin hubiese acontecido ayer mismo. No hay nada que evoque tanto el recuerdo de sus luchas y de sus afanes por hacer a los hombres más grandes y mejores, como esta decadencia del espíritu que viene a anunciar, entre resplandores pálidos, que el mundo moral va a morir en la cruz de sus propios errores.

En los veintiocho años que vivió, pensó y sufrió más que sus coetáneos: no hay vida de hombre que inspire tanta lástima como la suya, ni hay vida de escritor que tanto seduzca.

Algo muy semejante a lo que él decía en su admirable *Necrología del Conde de Campo-Alange* — el escritor y espectador valeroso del sitio de Amberes — podría aplicársele: con efecto, Larra no podía esperar otra cosa de los hombres de su tiempo que olvido y odio: su fin doloroso era esperado: si Larra no se suicida por un amor contrariado, hubiera puesto fin a su vida, vencido en el principio de la jornada, por un ahelo irrealizable...

Pero este suicidio de Larra tiene una significación trascendental: no es, como en el caso de Chatterton, que inmortalizara, idealizándolo, Alfredo de Vigny, obra de la desespe-

ración a que lo llevó la adversidad en la vida; es, por el contrario, en *Fígaro,* la vida que llega a florecer plenamente y que conquista reputación y gloria y bienestar material, y que por cosa de menudas dificultades invalida su porvenir de hombre y de escritor y la virtualidad de su obra. Cuando sus ideas de mejoramiento escollan ante la triste realidad de una humanidad irreformable, de una sociedad que carece a sus ojos del don superior de convertir en cosa perdurable esos ideales que proponen unos cuantos altísimos espíritus, estalla la sátira violenta que se caracteriza por la falta de fé en el resultado final de su labor.

A Larra, que por su cultura y su mentalidad tenía esa amable agilidad intelectual del francés, en cuya sociedad vivió desde los primeros años de su infancia, le tocó en desdicha residir luego y laborar en un escenario de que sólo quedaban, en el sentido espiritual, recuerdos de su pasada grandeza: decadencia que no podía detener la obra de un solo hombre, aunque éste fuese, como Larra, un hombre genial. Cuando un sér de esta naturaleza se asoma al gran espectáculo de la vida con una lágrima, contenida en los ojos, y ríe con risa que, por lo mismo, no es dulce y suave sino amarga y violenta, tiene, de cierto, una disyuntiva dolorosa: o termina su apostolado trágicamente, o asiste al espectáculo, no menos trágico, de su obra. Toda su labor transparenta enérgicamente esta situación del gran satírico, frente a la sociedad dormida y cansada que, como he dicho antes, vive del resplandor de su antigua gloria. Una pasión humana es el pretexto con que cree justificar el gran escritor la liquidación de su vida de artista desdeñado e impotente.

¡Y qué admirables páginas no habrían salido de la pluma de este *vencido,* si no hubiera sonado, frente al espejo de su despacho, aquel pistoletazo que cortó su vida!

La sangre vertida por Larra hizo posible que España sintiese la necesidad de salir de aquel marasmo en que yacía;

y desde ese preciso instante — no ay que olvidar que sobre su tumba surgió Zorrilla —, el grupo que con él laboraba por el bien del pais, redobló su acción y aumentó la inquietud que soñaba con una patria grande y noble.

LARRA Y EL PATRIOTISMO

Quien sabe si Larra — ya que hablamos de esa suerte de apostolado reformador que fué la razón de su vida —, vituperó el momento ruin de su pueblo: quien sabe si exageró su decadencia y si calumnió su época atribuyéndole — y castigando con demasiado rigor — culpas que no eran suyas. Quién sabe! Pero no hay afán de mejoramiento que no lleve contenido cierto desdén por el cuadro que tiene ante la vista.

Toda idealidad se coloca sobre lo que vendrá y el reformador suele no exculpar al pasado en el que encuentra el origen de los males presentes. Este sueño manso de una patria nueva se torna en violencia cuando el moralista del tipo de *Fígaro* tropieza con obstáculos en su camino, pues que considera que la tierra está abonada y es propicia a recibir la nueva simiente. En rigor, ningún contradictor espiritual de su época pudo encarnar el patriotismo ése que cree que todo está hecho o se hizo ya por las generaciones pasadas, y que luchar por rectificaciones vale tanto como aventar, a la ingratitud y al olvido, las cenizas venerandas de los fundadores de la nacionalidad. Ese patriotismo no cupo en el pecho de un Bolívar o de un Martí, grandes reformadores políticos. Toda obra que anticipe una gloria mejor, un estado de justicia más perfecto, destruye, implicitámente, la obra de los hombres del pasado porque rectifica, y por tanto, condena, la labor antigua.

La palabra de Larra, con ser tan violenta y amarga, preparó el nuevo espíritu. Claro está que en el periodo que

media entre él y la juventud de 1898, hubo otros reformadores de muy subidos quilates intelectuales que lucharon en España por su mejoramiento. Fué Joaquin Costa, el admirable Costa, quien pidió que se echaran siete llaves a la tumba del Cid; fueron Macías Picavea, y Unamuno, y Pí y Margall, y Ganivet, quienes señalaron a España su nuevo rumbo y redujeron la triste realidad a un sentido de justicia y de superior belleza. Pero *Fígaro* fué el más noble precursor de esta ínclita cruzada.

OS VENCIDOS DA VIDA

Volvamos, otra vez y por última, al gran novelista portugués.

A través de una tan admirable labor como la suya, siempre el crítico y el ironista se destacan con mayor fuerza y casi anulan al novelista. Su novela misma nos deja la impresión de que nos enfrentamos con la obra de un comentador de hechos reales, que ha visto y vivido, en sus peregrinaciones, las escenas que describe y que ha auscultado el corazón de sus personajes y ha oido la tempestad de los odios y de las pasiones y acaso también el sonoro compás de los dias serenos. En carta que dirigió desde Bristol, en 1888, a Fialho d'Almeida, le decía, defendiendo *Os Maias* de la severa crítica que éste había hecho de la gran novela en las columnas de *O reporter:*

> «Otra cosa bien singular es que usted dude de la exactitud de ciertos detalles, escenas de la sociedad, como las señoras *hablando de las criadas, o apostando diez tostones,* en las carreras, etc. Pero, hombre de Dios, ¿dónde vive usted? ¿En Lisboa o en Pekin? Todo esto lo he *visto,* sorprendido en flagrante y por mi mismo anotado *sur place.*»

No he residido en Portugal; pero es facil comprender las condiciones adversas que rodeaban al escritor en los tiempos en que Eça de Queiroz comenzaba su carrera artística: la obra suya y la de muchos de sus compañeros — los once del grupo famoso *Os vencidos da vida* — fijan claramente el concepto en que era tenido el intelectual y la enorme lucha que representaba alcanzar lauros de ese cariz en donde la politiquería lo absorbía todo y lo reducía a una gran batalla vulgar, en un ambiente no menos tedioso e mediocre. Sin embargo, Portugal era entonces, como ahora, un escenario en que se recuerdan tradiciones en ciencia y arte; en donde las hay — y muy gloriosas — como pais colonizador y conquistador que también realiza, con prelación a España, descubrimientos de tierras surcando el mar hacia el Oriente y que, una vez que Colón halla las nuevas tierras de América, desempeña importantísimo rol en los descubrimientos en Tierra Firme y en la colonización de vastísimas regiones, sin contar con que sin los cosmógrafos y náuticos portugueses acaso no habría podido consumarse el gran acontecimiento del siglo xv que abrió al espíritu nuevas sendas. Si Portugal en el siglo xix recibe la influencia literaria de Francia, — hecho que dió ocasión a críticas acerbas de Queiroz, que no se percataba de que él también estaba bajo el hechizo intelectual de Francia —, no hay pueblo en la tierra que a la sazón no la reciba, y en ambiente tal hay que reedificar y, cuando nó, crear nueva gloria. He aqui, al mismo tiempo, el dolor que necesariamente sufre el escritor para hacerse oir y comprender, y la justificación de obras, no ya mansas y nobles como la suya, sino violentas y destructoras como las del satírico del tipo de Larra.

Eça de Queiroz pone en solfa la capacidad intelectual de su patria por su *afrancesamiento;* la copia dócil de Francia, le subleva la sangre del patriota que había en él y cree, y lo difunde a todos los vientos de la publicidad, que un pue-

blo asi está destinado a desaparecer; pero él, mientras tanto, sigue los modelos literarios de la novela realista que en Francia logra su cabal consagración. Mas, lo esencial, es la lucha. De ella salen los pueblos purificados y mejores.

LA MUERTE DEL MANDARIN

Pero, ¡cómo está lejos América de albergar ideales de esa índole! Es cierto que les falta a estos pueblos la tradición, pero no lo es menos que las tradiciones se forman rebuscando en el pasado y que el tiempo las fija y les da lustre de inmortalidad. Tres siglos de dominación bastan para formarlas, y un siglo entero de libertad, después de la magna epopeya de la independencia, justificarían ideales y tradiciones y aun ambiente propicio a la obra de arte. Pero en América nos debatimos torpemente, en una lucha de aspiraciones personales que reconoce como fin supremo y único la adquisición de fortunas mal habidas, que sirven para satisfacer las necesidades y los placeres materiales: todos en América estamos dispuestos, para usar de un pasage de la obra de Queiroz, a matar al Mandarin en cualquier momento, aun cuando la conciencia nos torture y acabe con el resto de nuestra vida...

En sociedades decadentes, sin norte de vida, sin consistencia sentimental, inaptas, además, para concentrar energías, la confusión de las ideas y de los sentimientos hace que se miren con menosprecio las obras y los hombres que proponen altos ideales, y todo se reduce a procurar cubrir las mayores atrocidades de orden moral, cuando nó con la toga augusta, con la máscara de la pureza y la honestidad, para dejar asi satisfecho el concepto social. Como la hipocresía impera en tales sociedades, la murmuración individual — que pronto se hace colectiva — realiza las más altas y mejor pensadas infamias que todos oyen, estremecidas de horror sus

almas puras. Angeles que, de no estar escudados por una santidad magnífica, perderían de fijo la gloriosa eternidad que les espera a la vera del Padre que *fixó toda cosa.*

Con ser tan dura, la lucha de Eça de Queiroz — y aun la de Larra —: imponer una nueva forma literaria, echar por el suelo lo podrido del pais, reconstruir y dar nueva sazón ideal a la patria un tanto rezagada, pierde su significación emocionante para los que hemos nacido y vivido aquende el mar Oceano. Aquello es dramático, es verdad; pero esto es sencillamente trágico.

Mientras muchas rectificaciones llegan, luchemos noblemente, que si no hemos de alcanzar nosotros la grandeza espiritual y moral que ambicionamos, al menos a nosotros habrá de deberse tal obra, y nuestros hijos la podrán disfrutar.

EMILIO GASPAR RODRIGUEZ.

HERCULANO, POLÍTICO (1)

Não era de molde o feitio estóico de Herculano para se dobrar às conveniências da política. Provou-o bem.

O seu espírito atraía-o mais para preocupações eruditas e literárias, para essa obra de renascimento das letras portuguesas a que tão assinaladamente ligou o seu nome.

O amor pela liberdade despertara, porém, na sua alma de patriota os sentimentos de um português de lei e por isso o vimos de espingarda na mão defendendo briosamente a causa da liberdade. Combateu em todo o cêrco do Pôrto, com a bravura de um soldado mas também com a sinceridade dum crente.

Quando a revolução de Setembro aclamou o jacobinismo, os sentimentos de Herculano ficaram bem nìtidamente definidos nesses trenos bíblicos que constituem a *Voz do Propheta.*

Foi um dia ao parlamento, em 1840: mas foi animado pela confiança de que o liberalismo puro e nobre, tal como o concedera, ou antes o sonhara, ia enfim constituir a redenção da sua pátria. Enganou-se? Que importa? Mais uma vez se afirmava a alma do patriota *sans peur et sans reproche.*

Sincero sempre, fêz avultar a seus próprios olhos a figura heróica de Saldanha e em sua própria casa se reüniram os conjurados para delinear as reformas políticas que haviam

---

(1) Vid. nota de pág. 18, do vol. 84.º

de trazer consigo o definitivo triunfo para o liberalismo e que abrangiam entre outras: as eleições directas, a abolição da hereditariedade dos pares e a dos vínculos transformados gradualmente em pequena propriedade enfitêutica. Tudo isto meditava, tudo planeava, não com intuito de ostentações vãs, porque sempre se recusou a aceitar o cargo de ministro; mas ùnicamente com o propósito de conquistar para a sua pátria as garantias políticas que outros povos já então desfrutavam. E ninguém dirá que o conselho leal e convicto dum homem como Herculano não valesse uma legião de soldados aguerridos.

Todo o seu intuito, todo o seu ardente propósito era, como diz Oliveira Martins (1) «criar uma vida nova de liberdade, sinceridade, honra, brio e moral nobreza». Era por isso que lhe repugnava aceitar a cooperação de Rodrigo da Fonseca, homem mais prático do que idealista, eivado dos vícios dos velhos processos contrários à fé ardente do grande innovador.

Discípulo de Kant, tinha o radicalismo nas suas opiniões; democrata sincero, tinha na alma as puras aspirações dum socialista; mas o que êle era sobretudo, era um *estóico*, na grande acepção desta palavra.

Confiava na vitória dos grandes ideais e não desfalecia ao ver adiar essa vitória, porque sabia reconhecer bem até onde vai o domínio da Idea e até onde chega a miopia dos homens.

No *Paiz* deixou consignada a sua desconfiança nos homens públicos, quando escreveu: «A história política é uma série de desconchavos, de torpezas, de inépcias, de incoerências, ligadas por um pensamento constante — o de enriquecerem os chefes de partido. Ideas não se encontram em tôda essa história, senão as que êsses homens beberam nos livros fran-

---

(1) Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, tôm. II, pág. 293.

ceses mais vulgares e banais. Hoje acha-los-eis progressistas, amanhã reaccionários; hoje conservadores, amanhã reformadores: olhai, porém, com atenção e encontrá-los-eis sempre nulos».

O grande romântico teve ainda uma visão do renascimento da sua pátria quando viu no trono Pedro V que a seus olhos personificava a liberdade. Amou o moço rei, mas não quis a morte que se realizassem as esperanças que sôbre êle depositavam e com a morte de Pedro V foram-se os últimos sonhos de um grande patriota. Encontrava uma única solução: — a morte «isto dá vontade de morrer» (1).

Acabou como um desiludido — como um incompreendido — êsse homem de rija têmpera em que a dignidade cívica tinha feito o timbre do seu carácter; êsse estóico que personificava a dureza e a fôrça da raça a que pertencia.

Os políticos de todos os tempos tem muito que aprender na gigantesca figura de Herculano — êle a todos ensina o mais puro amor da pátria e o mais leal esfôrço para o levantamento do nível moral da sociedade a que se pertence.

Fugiu do mundo, não porque se obliterassem as suas crenças ou porque diminuísse a confiança na realização dos seus ideais; mas porque lhe repugnava o contacto com os homens que, tendo julgado seus cooperadores dedicados, lhe saíram, afinal, acomodatícios servidores de conveniências individuais.

Repugnava-lhe o velho individualismo, êsse individualismo caracterizado por «um sistema de isolamento na existência e uma apologia do egoísmo» (2) preferia-lhe um individualismo como o de Hobbes ou de Mandeville, de Nietzsche ou de Ibsen, de Tocqueville ou de Taine, de Stuart Mill, de Spencer ou de Tarde.

---

(1) Bolhão Pato, *Ultimos momentos de Alexandre Herculano.*

(2) Albert Schatz, *L'individualisme économique et social.*

Herculano confiava sobretudo nos efeitos da livre concorrência, na valorização da terra pelo trabalho.

Como se vê, não é uma figura esbatida como político a de Alexandre Herculano: é antes a figura de um patriota sincero prestando simultâneamente à sua pátria a contribuïção do seu braço armado, da sua crença na liberdade, do seu conselho amadurecido, do seu vasto e variado saber.

Para a política, na alta acepção da palavra, tinha Herculano os mais nobres predicados; para político, tinha, porém, intransigência excessiva e sinceridade demasiada.

Pôrto, 1910.

Bento Carqueja.

LIVROS A VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 12$00

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 10$00

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15$00

Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 6$00

Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)..... 4$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4$50

Noticia sôbre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 ..... 4$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 3$00

Memórias de Castilho, por Júlio de Castilho:

Vols. I e II cada ..... 20$00
Vol. III ..... 25$00
Vol. IV ..... 18$00
Vol. V..... 20$00

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERARIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra,* sociedade científica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos de autores nacionais e estrangeiros e na língua por êles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números.....	25$00
Número avulso	10$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto,* Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERARIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 85.º

4.ª SERIE — VOLUME 14.º

NÚMERO 4

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1933

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário.* — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário.* — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente.* — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente.* — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral.* — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, da U. L. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L. — Prof. M. de Sousa da Câmara, I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

SUMÁRIO

A mutualidade em Portugal, por Domingos da Cruz..... 379
Infinito e transfinito, (Análise e crítica), por Matheus d'Andrade Albuquerque 404
Ideas médicas de Eça de Queiroz.—IV. O caso de Damaso Salcede por Alberto Pessoa. 409
Anais da Vila da Ericeira, por J. de Oliveira Lobo e Silva..... 433
Um curioso encontro, por Luiz Marques 451
Três ensaios sôbre Antero de Quental, por Rui Galvão de Carvalho 459
Miguel Eyquem, senhor de Montaigne, por Agostinho da Silva... 468
História da Lusitânia e dos povos que, primitivamente habitaram a peninsula Ibérica, por Carlos Augusto da Silva e Oliveira 487
Herculano en la religión ibérica, por Miguel de Unamuno..... 503

A MUTUALIDADE EM PORTUGAL

Por iniciativa louvável do jornal O Século, *realizou-se, em Janeiro último, a semana do mutualismo.*

De um a outro canto do país, onde existem associações, e muito principalmente em Lisboa e no Pôrto, os principais centros do nosso associativismo, fizeram-se brilhantes conferências enaltecendo o sistema, e procurando os oradores reerguer a mutualidade da decadência que notam os que mais de perto com ela privam.

Convidado para realizar uma palestra na Associação Fraternidade Naval, *a que há muitos anos me honro de pertencer, e outra na de* Nossa Senhora da Assunção, *em Cascais, tive de rebuscar na minha memória, nos meus apontamentos e papéis, alguma coisa que ao objectivo mutualista mais devesse interessar.*

Não podendo, sequer de longe, acompanhar os vôos de magnífica oratória dos grandes conferentes que deleitaram as assembleias, mais lhes falando à imaginação do que ao sentimento de previdência, num país em que ela vai declinando, e também porque teimosa e conscientemente costumo fazê-lo, coligi uma série de números, de factos e de elementos dispersos que melhor do que a minha descolorida palavra podessem mostrar o que foi o mutualismo em Portugal, como êle nasceu e evoluiu, a sua situação presente, e o que se me afigura necessário para o robustecermos.

Excederam de muito aquelas cifras e factos o âmbito de uma despretenciosa fala, ainda que tudo sintetizado, mas su-

priram-na desenvolvimentos e considerações que se me afiguram oportunas no momento em que a massa associativa é solicitada para um esfôrço renovador.

Bem preciso é êle. Se não acudirmos ao mutualismo, faltamos às tradições brilhantes que nos legaram abnegados apóstolos já falecidos, e não enquadramos a mutualidade e a cooperação nos problemas económico-sociais contemporâneos onde têm de ocupar um logar dominante.

Foi neste aspecto que considerei o mutualismo, preferindo, modesta e desinteressadamente, contribuir para melhor conhecermos os seus períodos de animadora evolução e a decadência a que estamos assistindo, em vez de passar vagamente sôbre a sua própria essência. Assim quero contribuir para erguermos a mutualidade portuguesa à altura duma instituïção que deve colaborar, pacífica, mas eficazmente, na justa conquista de melhor estar de quantos trabalham e sofrem as duras conseqüências da defeituosa organização social do globo. Tema é êste que se presta às mais arrojadas e eloqüentes sonoridades do verbo, nos raros privilegiados que entre nós vão faltando — o que tanto lamento, apaixonado que sou da grande tribuna oratória, agora mesmo quási deserta.

Por isso mesmo, repito, procuro suprir, na eloqüência dos números e factos, a deficiência da palavra, embora a aridez da matéria, assim desenvolvida, moleste auditórios e mesmo leitores ainda que reduzidos, habituados, como estamos, a puerilidades que nos afastam das duras realidades dos problemas económicos que agitam o mundo, na anciosa fase reconstrutiva que atormenta alguns esclarecidos espíritos.

Mal é êste para o qual devem olhar quantos ocupam na sociedade uma função directiva e orientadora, sobretudo a imprensa, convindo sacrificar um pouco as grandes reportagens, que por vezes exercem nos espíritos fracos uma acção mórbida, para dedicarem o espaço, assim poupado, às ques-

tões palpitantes que bem sirvam e interessem o agregado social.

Não pode o apoucado dêste estudo, por carência de méritos próprios, suprir a falta de publicações desta natureza. Há muitos anos que entre nós nada se escreve sôbre o assunto. São poucas, falhas de coordenação, de desenvolvimento e mesmo contraditórias as estatísticas oficiais.

Contudo, a matéria é já vasta e oferece aspectos vários que importa destacar, estudar e comparar para as soluções convenientes. Isto procurei fazer.

O leitor benévolo perdoará o abuso das cifras, na míngoa de conceitos. É preciso que a mutualidade entre num caminho de sólida reconstrução, fugindo do empirismo que ainda a domina.

Problemas desta índole só cabem hoje no campo da ciência aplicada, deixando de interessar apenas as classes modestas que, num instinto de vida e de defesa, os criaram e desenvolveram com notabilíssimo esfôrço, perseverança e sacrifício, para solicitarem a atenção do poder público. Tarefa que incumbe tambem ao economista, ao sociólogo, ao médico, ao higienista e, sobretudo, a quantos são mais interessados em que a evolução social tenha realidades palpáveis, com o maior equilíbrio possível, e sem as perturbações violentas que mais ainda avolumem o nervosismo de que sofre presentemente o mundo inteiro.

Outro fim não teve o autor. Se êle dispusesse de estatísticas completas, desenvolvidas, periódicas — a expressão exacta da mutualidade portuguesa — talvez pudesse interpretar melhor certos factos que ficam por esclarecer, a-pesar-de haver tentado conseguí-lo nas confrontações que fêz, sobretudo das cifras, períodos e evolução económico-social do país.

Mas faltam em Portugal os elementos desta natureza. As próprias companhias de seguros, tendo de obedecer a prin-

cípios rígidos de previsão, sem o que arriscam seus capitais e comprometem os interesses que se lhes confiam, só agora e à custa da sua existência, vão elaborando as suas tabelas adequadas às nossas características.

Sabe-se lá, por exemplo, a mortalidade portuguesa, apenas e insuficientemente colhida nalgumas estatísticas hospitalares; os dias perdidos em todo o país, por doença; as causas regionais, profissionais e sociais da nossa nosologia; a média da vida associativa; a média da vida no seguro contra a velhice e a invalidez, e muito mais que seria longo enumerar!

Pois não era demais que as estatísticas hospitalares melhor nos elucidassem, e que os clínicos particulares, os sub-delegados de saúde e os facultativos municipais ao estudo do problema se votassem. Deveria ser, quanto aos médicos extra-hospitalares, obrigatório o envio periódico à Direcção Geral de Saúde de mapas contendo o número de doentes por eles tratados, causas da doença, com indicação da idade, sexo, profissão e um resumo do viver social do assistido, número de dias perdidos para o trabalho, etc.

Não se compreende que as estatísticas mutualistas fiquem silenciosas sôbre a matéria, ao menos quanto aos dias perdidos e médias da vida associativa, afora outros detalhes que são objecto de um projecto de inquérito que vai no fim dêste trabalho, mero subsídio para os mestres da matéria. Se alguma coisa devemos fazer em prol da mutualidade, é por tal inquérito que teremos de começar.

Quando, há anos, exerci uma função directiva na Voz do Operário, *o mais vasto organismo associativo do país, embora não abrangido pela legislação do socorro mútuo, pois é considerado de instrução e beneficência, procurei organizar ali uma estatística nos moldes da que aqui preconiso. Margem soberba para ela ofereceriam os seus 70.000 associados, predominando grandemente as classes trabalhadoras.*

Através dos seus inúmeros falecimentos, absorvendo o auxí-

lio que dá no fumeral umas centenas de contos anuais, queria eu conhecer a média da vida do associado, a causa da morte, nos seus aspectos profissional, social, e outros dados do problema social citadino, como o da instrução popular, também por aquela colectividade tratada com elevados dispendios, mas ainda ali carecidos de seqüência, de metodização e da eficiência que procurei então imprimir ao ensino.

A-pesar-de tudo isto haver sido votado em assembleia geral, nunca tais estatísticas foram elaboradas, o que agora mais lamento, pela carência de estudos desta magnitude.

É que falta ali, na abundante e na melhor matéria prima que temos no associativismo luso, quem nela busque preciosos dados que se perdem, embora nos seus corpos gerentes surjam dedicações e boas vontades como as que anteciparam o meu período e as que se lhe vêm seguindo.

Aqui referi o caso apenas como exemplo do muito, do tudo que há a fazer. Tal o propósito desta publicação, em assunto que há tantos anos ocupa o meu espírito, num esforço apagado, mas devotado e sincero.

E se êste agora despertar novos valores, inteligências, iniciativas e atenções para o magno problema da nossa mutualidade, bem empregada poderei considerar esta colaboração que ofereço, merecido louvor e o meu agradecimento cabendo ao professor eminente da nossa primeira Universidade, o senhor Doutor Joaquim de Carvalho, que, pelo seu alto espírito construtivo em prol de Portugal, possibilitou a publicação do presente volume.

Lisboa, Fevereiro de 1933.

CAPÍTULO I

Antecedentes naturais e históricos da associação

A associação é uma tendência natural do homem, que até por definição se classifica de animal sociável — muitas vezes também para o mal.

As sociedades modernas, são a resultante de um encadeamento sucessivo de aglutinação associativa. Logo no estado de barbaria, e, depois, nas hordas e tríbus nómadas, o homem sente a necessidade de se associar.

Primeiro, para, em comum, se defender dos elementos, na ignorância absoluta dos fenómenos cósmicos. Depois, para, associado, se defender das feras, às quais disputava as raízes, os frutos e a caça. Depois, ainda, para se opôr às razias e investidas de tríbus mais fortes, quando teve de passar do viver errante ao clan pastoril, agora já guiado pelo mais forte e astucioso, como chefe, ou fôsse no regime patriarcal, ou no rudimentar agregado social que despontava, já fixado à terra.

Não cabe dar aqui, e porque de todo me falta a competência, uma noção, mesmo rápida, da formação dos pequenos estados feudais que vieram até nossos dias, sendo ainda da associação dêstes que resultou a formação dos países maiores contemporâneos. Quero apenas dizer que, mesmo no sistema feudal, de lutas ásperas e armadas, os senhores se associavam para sucessivamente se combaterem, levando atrás deles os vassalos e os escravos que tomavam, até que, pelo triunfo do mais forte ou inteligente, mas também mais robustecido pela cooperação, chegamos à formação da carta política moderna do globo. Concentrava-se então o poder numa só família reinante ou numa organização democrática do tempo.

Fácil é compreender como seria então aviltante, miserável, cheio de horrosa tragédia, o viver dos párias, dos escravos, dos humildes, dos que nada tinham, nem ao menos o braço livre para o alugarem a quem mais lhes desse. Pois o prestígio e o poder dos senhores, assentava, precisamente, nesta horrorosa miséria humana. Viviam fartamente, atirando da opulenta mesa ao desgraçado a côdea dura que os animais domésticos da casa lhe disputavam. Contudo, os escravos, ao menos no seu viver animal, que outro não era tal rastejar, encontravam ainda certos cuidados por parte dos seus amos, que deles precisavam para as batalhas rudes e infindas, para o amanho das terras, para a moagem dos cereais, para a construção dos seus palácios. Se não era como homens que os tratavam, era como valores a utilizar e por vezes a poupar, na insuficiência reprodutiva de uma tal existência, se existência podia chamar-se.

Dá-se então um acontecimento social da mais alta transcendência. Surge o cristianismo. Não vem para aqui o focar as lamentáveis contradições que lhe deram e continuam dando os que se dizem seus ferverosos adeptos. Cristo, a acreditarmos no que sôbre êle se escreve, teria prègado aos grandes o abandono dos bens terrenos, apontando-lhes o viver eterno, como única riqueza a conquistar. Transigindo, embora, com o estado social que encontrou, haveria também dito — «A Deus, o que é de Deus, e a César o que é de César».

Mas aconselhou os poderosos a repartirem um pouco as suas grandezas com os pobres e famintos, ao mesmo tempo que fazia que êstes se resignassem, dizendo-lhes que teriam a eterna compensação. A palavra caridade, ao menos como preceito moral, surgia assim pela primeira vez na terra, sem corresponder a um interêsse utilitário e egoísta dos que porventura já a praticavam.

A condição social do homem de então era tão misérrima,

que, aquilo que hoje se nos apresenta como indigno de uma sociedade bem organizada, em que a previdência e a solidariedade humana têm de substituir-se à caridade, mesmo à assistência privada, que é mera modalidade daquela, tinha então o justo aspecto de um notável avanço no viver dos povos.

Deixemos o cristianismo evoluir na sua lenta e humbrosa marcha, sem mesmo carecermos de cotejar as contraditórias informações que do seu aparecimento e infância nos dão os primeiros apóstolos. É um estudo que pertence mais ao domínio da sociologia e das religiões comparadas.

Retomemo-lo apenas quando, pela Europa fora, se ergueram mosteiros e conventos, acolhendo almas piedosas e doentias, ou corações que o mundo abandonára. Não esqueçamos os inestimáveis serviços que tais instituïções prestaram à civilização, defendendo das invasões bárbaras o património artístico, científico e literário da época, nobremente guardado e engrandecido dentro das suas paredes sombrias. Curvemo-nos também perante a grandeza arquitectónica e decorativa das catedrais que Victor Hugo magistralmente nos canta, e dos templos suntuosos que afirmam o apogeo de uma civilização, enriquecendo a arte, na disputa heróica e bela dos estilos. Ora engrinaldando-se as ordens clássicas da Grécia, na sobriedade lindíssima das suas linhas, ornatos e desenhos, ora enchertando-se no árabe soberbo de rítmo e de harmonia, ora casando-se com o godo majestoso de rendilhados e de imponência, do massiço harmonioso romano ao filigrinado maravilhoso da nossa Batalha, da nossa Santa Maria de Belém, recordando, cada qual, sua epopeia de beleza, de heroísmo, de civilização e de alta devoção cívica.

Qualquer que fôsse o pensamento dominante que cinzelou a pedra em maravilhas, e projectou nela e nas telas o génio inapagável dos melhores arquitectos, escultores e pintores, por meio de figuras e motivos que falam à sentimen-

talidade nobre do homem; ou fôsse a piedade inspiradora da crença religiosa, ou o talento criador, considerado apenas na sua alta expressão artística, motivos de orgulho civilisador são estes, de tal modo se afirmam, que bem podemos recordar, em recolhida devoção, essas etapas brilhantes da evolução humana.

Desde então, o pária, que já não tinha um senhor a armar-lhe o braço cansado, e que, pela concentração das riquezas, fôra atirado à maior das misérias, ao mais atróz dos sofrimentos, nas portadas monásticas encontrava um caldo acolhedor, um catre que o abrigava das intempéries e algumas palavras de cristã resignação que lhe mitigavam as dores morais e materiais. Era ainda a caridade, não havendo, sequer, despontado a moderna assistência privada, e menos ainda a oficial? Sem dúvida.

Mas era já um passo na primeira fase da dignificação humana. Filósofos, poetas e escritores dos mais ilustres da antigüidade, arrastados no espólio aviltante da escravatura, não haviam tido êsse primeiro conforto, forçados a dar o fulgor brilhante do seu talento ao senhor que como coisas os tomava, nessas épocas negras e trágicas das razias ferozes que precederam os tempos antigos de que a história começa a falar-nos.

A constituïção dos estados modernos, fêz-se no apoio incessante de novas aristocracias que os dominadores foram forçados a criar, para poderem manter-se, de permeio com uma pequena burguesia que surgia, a qual, em troca de serviços, recebia compensações de natureza social e mesmo política. A formação da nacionalidade portuguesa, sobretudo na sua primeira dinastia, oferece-nos um típico ensinamento do processo evolutivo para o aparecimento das modernas democracias. No fundo, a coesão associativa, na defesa de comuns interêsses e aspirações.

À medida que o homem, pela própria dignificação e

pelo esfôrço próprio, foi subindo na escala social, naturalmente reivindicou prerrogativas e direitos a que tinha jus, nos pactos modernos dos povos organizados. Seguia, de resto, o exemplo dos que, pelos preconceitos da época, detendo o monopólio da instrução, das riquezas e do bem estar, se haviam mantido no topo da escada social, ainda arrogantes, altivos e orgulhosos da pequeníssima parcela dos bens que distribuíam, como já vimos.

Até que as revoluções inglêsa e americana, primeiro, e, depois, a revolução francesa, deram uma fisionomia inteiramente diferente ao viver das sociedades. Esta última proclamàra a igualdade politica do homem, criara o cidadão, opondo às tradicionais aristocracias do sangue e dos pergaminhos, bastantes deles já demasiadamente carunchosos, a única, a verdadeira e racional aristocracia do talendo e do mérito individual.

Mas esta concepção belíssima do avanço social, era puramente teórica. Igualdade política, sem a gradual melhoria económica, mantendo-se as profundas diferenciações da riqueza, resultava difícil, senão absolutamente impossível. Muitos anos levará ainda a sociedade até alcançar essa risonha visão dos sonhadores, e os meus votos sinceros são no sentido de tudo isso se conseguir por uma gradual evolução mental, moral e económica, sem as profundas perturbações que tanto fazem retardar uma época que tôdas as almas bem intencionadas devem desejar, e que exagerados e egoísticos medos fazem demorar, contra o interêsse colectivo.

Contudo, o povo, olhando ainda para as camadas superiores da sociedade, fortemente organizadas, secundou de novo o exemplo, e aparecem então, no decurso do século XVIII, as primeiras manifestações do moderno associativismo, ainda hesitantes. Novas modalidades da natureza económico-social o solicitavam nesse sentido.

É que a pequena burguesia de que falamos, ganhára poder e prestígio, por uma nova deslocação para ela das riquezas, fenómeno que tem sempre acompanhado tôdas as profundas convulsões políticas da sociedade. Surge, assim, o capitalismo contemporâneo, que talvez, para se compensar do tempo perdido, na lenta evolução dos tempos, se mostra por vezes ainda mais feroz e egoísta do que os antigos senhores feudais das terras.

Aumenta a miséria, redobram os sofrimentos dos pobres, agora bem reduzido o conforto espiritual e material dos mosteiros e conventos, fechados às exigências do liberalismo triunfante.

Que fazer, pois? Procurar na coësão associativa, das cooperativas às caixas económicas, das mutualidades ao amparo na própria morte, aquilo que o egoísmo humano regateava.

É interessante e muito ensinadora a história evolutiva das modernas associações. Abrangendo, a princípio, aspectos de natureza social, económica e política; confundidas as caixas comuns na distribuição de importantes verbas para resistência ao patronato, na conquista de melhores salários, de menos horas de trabalho e de melhoria de condições na prestação de serviços, na doença e no desemprêgo; na criação de bibliotecas, escolas e cursos para melhoria mental do assalariado, assim valorizando o seu labor; na gradual cultura política, acompanhando os chamados intervencionistas tôda a evolução do Estado, no intuito de serem publicadas as leis de assistência ao trabalho, como os seguros sociais, o direito de sindicalização, a melhoria da salubridade das fábricas e oficinas, as creches, as casas de repouso, etc.; mais tarde o próprio operariado se diferencia por escolas profundamente divergentes.

Não me competindo agora tratar destas, quero, no entanto, afirmar que nunca êle descurou as iniciativas que lhe

trazem um interêsse imediato, e que, proporcionando-lhe certa melhoria social, de algum modo contribuem para a pacífica evolução que desejo. Assim, as mutualidades, as cooperativas de consumo e de produção, as caixas económicas, e mesmo as instituïções culturais e espirituais, como as bibliotecas, as escolas e salas de recreio, figuram no quadro comum das suas aspirações.

Lamentável foi que, a princípio, os governos, talvez aconselhados pelo capitalismo dominante, houvessem contrariado essas belas manifestações de previdência e de dignificação pelo próprio esfôrço. Tôdas aquelas tendências associativas, mesmo pacíficas, como o socialismo romântico as preconizava, foram guerreadas, com o injustificado receio de que o proletariado, melhorada a sua condição económica, hoje o anseio honesto de todos os governos que o sabem ser, subvertesse a organização social do tempo. E os trabalhadores bem intencionados encontram-se então no meio de dois fogos opostos, qual deles mais violento. De um lado, o Estado, não lhes reconhecendo, e menos ainda estimulando, o direito de associação para a sua melhoria económica, pacìficamente reivindicada. Do outro, as camadas avançadas, combatendo o próprio cooperativismo, afirmando que a melhoria social do trabalhador lhe quebrava as suas condições de luta para a organização de um novo estado social, cuja formação e funcionamento até hoje ainda não souberam definir em moldes racionais e aceitáveis.

As belas ideas vingam sempre. E assim, depois de uma abnegada persistência, o operariado triunfou. Começa a reconhecer-se-lhe o direito de se associar. A legislação dos vários países ocupa-se gradualmente das condições do trabalho e do salário. As instituïções de previdências são autorizadas, e mesmo, aqui e além, com certo protecionismo oficial.

Em meados do referido século, o movimento associativo

é já importante em quási tôda a Europa. Andam ainda confundidos os objectivos políticos e económicos, dentro das associações mais ou menos inspiradas pelo liberalismo, com as ideas socialistas na vanguarda, enquanto não surge o irrequetismo sindical moderno, votando-se mais à chamada luta de classe, à acção directa, quanto a mim, e sem agora discutir tal doutrina, presentemente prejudicial à consoladora evolução das instituïções de previdência e de cooperação. Portugal não podia ficar estranho ao movimento, havendo abraçado, em ardorosas lutas, as ideas liberais que acabaram por triunfar entre nós, com o robustecimento dos princípios constitucionais.

E, assim, em 1838, segundo Costa Godolfim, o último dos nossos grandes mutualistas da velha e nobilíssima escola, fundava-se em Lisboa a primeira associação de natureza mutualista — a dos artistas lisbonenses, englobando os profissionais de ourivesaria. Há, contudo, notícia de uma outra associação anterior, a de Nossa Senhora do Bomfim, fundada em 1807.

O movimento prossegue. Trinta anos depois, ainda segundo um pequeno mas interessante estudo que nos deixou o dedicado apóstolo da previdência, intitulado a *Associação*, existiam em Portugal 256 associações, abrangendo cêrca de 90.000 sócios.

O avanço fôra notável, devido a uma pleiade brilhante de beneméritos idealistas que a morte ceifou, sem que depois tivessem quem, com a mesma abnegação associativa, lhes seguisse o nobre exemplo, quer no número de apóstolos quer na sua fôrça inspiradora.

E, então, caso curioso, nesse elevado número de associações, encontramos da cooperativa de consumo e de produção à caixa económica popular; do socorro na doença, ao luto, e mesmo, por vezes, ao desemprêgo; da simples formà recreativa e instrutiva à defesa de classe, aparecendo

também, numa apreciável quantidade, as associações do patronato como as comerciais e industriais, e mesmo outras de maior reflexo capitalista. Isto prova que as classes possidentes se aproveitaram e utilizaram das ideas proletárias, no que são dignas de louvor, se nelas proseguirem para uma sincera colaboração do interesse colectivo, dominando o espírito egoísta que ainda as orienta.

Mais a elas do que a ninguém interessa a evolução pacífica dos povos, mas num ritmo tanto quanto possível acelerado, que não esmoreça legítimas esperanças de um futuro mais justo e equitativo da sociedade.

CAPÍTULO II

As tradições da mutualidade portuguesa

Mas era Portugal estranho ao fenómeno associativo que sempre acompanhou os povos? De modo algum. Seria mesmo injurioso para nós pensá-lo, sequer. A própria nacionalidade, como já deixamos esboçado, resultou do seu processo associativo — o que aconteceu a tôdas aquelas que, pela fôrça ou pelo capricho das chancelarias, não foram talhadas arbitràriamente. A nação é já uma associação, congregando afinidades étnicas, lingüísticas, geográficas e outras que formaram a nossa personalidade histórica. Somos associados, porque temos aspirações comuns e colectivas, interêsses a defender e a manter. Mas essas aspirações, sendo embora fundamentais e o somatório das de natureza individual, resultam, de certo modo, abstractas para as necessidades mais imediatas do nosso agregado social. E, então, para aquelas serem melhor satisfeitas, por uma intervenção cada vez mais directa na gestão dos negócios comuns, vamos à primeira descentralização, a província, onde cada qual tem maior possibilidade de efec-

tivar aspirações ainda colectivas, mas já restrictas em parte a um limitado número de interêsses.

E descemos ainda ao distrito, ao concelho, à freguesia, onde os laços associativos mais se estreitam, onde sentimos e melhor podemos satisfazer necessidades que entram já no domínio do interêsse individual — a assistência, o ensino, as vias de comunicação, a classe organizada, a previdência, emfim.

Mas, restringindo-me ao campo meramente associativo, Portugal, oferece à Europa os primeiros e mais ensinadores exemplos. Logo no tempo de D. Fernando, surgem os compromissos marítimos, que viriam a ser as actuais e modernas companhias de seguros, com a vantagem de aqueles terem uma simpática feição cooperativista, que é uma das formas da mutualidade.

Associações populares, da índole do socorro mútuo, existiam já e existem ainda, espalhadas por todo o país. Quero referir-me às irmandades e confrarias, nas quais os visinhos se inscrevem, mediante uma pequena cota para uma assistência mútua espiritual dos irmãos, dos consócios, que acompanham o funeral do falecido e mandam rezar por sua alma umas tantas orações e missas. A nossa inteligência hoje não concebe fàcilmente êste aspecto associativo, quando o socorro temporal é tão premente e necessário aos velhos e inválidos, às crianças abandonadas, aos pobres e desgraçados, a quem por vezes falta o mísero catre de um asilo e a pobríssima enxerga de um hospital? Sem dúvida.

Mas precisamos de nos meter dentro do quadro social de cada época, para o compreendermos. É isso que procuro fazer.

Tivemos depois as Misericórdias, genuína instituïção portuguesa, ao que parece devida à inspiração de uma rainha benemérita. Ainda hoje espalham, pelo país fora, punhados de abençoado bem fazer, acolhendo pobres e enfermos, lu-

tando, embora, com as dificuldades que o Estado tem de atenuar, pois parece que a caridade cristã, que outrora por assim dizer as mantinha, vai rareando cada vez mais, no materialismo grosseiro que também dos crentes se apossou, e no egoísmo feroz que depois da recente guerra mais se acentuou.

Que seria do Estado, falho de estabelecimentos de assistência e de hospitais, visto os problemas de natureza social não dominarem ainda os dirigentes da sociedade portuguesa, se aqueles louváveis estabelecimentos não existissem? Tiveram larga participação numa prática social das mais condenáveis e desoladoras mesmo de nossos dias, recolhendo nas suas rodas as crianças abandonadas? Que importa, se com isso as agasalhavam e faziam ocultar a vergonha de pobres mães enganadas e abandonadas, suportando, elas só, o opróbrio da sociedade, que deixava impune o carrasco que as vitimava e vitima ainda? Tudo isto ao calor ao sentimento religioso?

Se os tempos eram assim, curvemo-nos reverentes perante a árvore que tão lindamente floriu, e façamos agora que ela frutifique na ambiência contemporânea da cooperação, da mutualidade, da previdência — o que trabalha, tirando uma parcela do salário à miséria do seu viver; o opulento, desviando outro quinhão da orgia de suas grandezas; e o Estado, por sôbre ambos, velando e agindo, para que o homem se dignifique, para não continuar o escravo da gleba, o pária de tempos idos, *incompatível com* as sociedades contemporâneas.

Mas, procurando ainda na constituïção social portuguesa, outras manifestações da cooperação encontramos. Até nossos dias chegaram as corporações de artes e ofícios, agregados profissionais que já reivindicavam melhoria nas suas condições de salário, quer pugnando pela dignificação da classe a que pertenciam, quer conquistando maior parcela de bem

estar económico. Os conservadores de então não se assustavam com essa forma sindical que agora tanto os atemoriza, mesmo quando o Estado chama, para com êle colaborarem, as camadas sindicadas do patronato, o que implìcitamente representa um incitamento para esta modalidade associativa que nalguns países vai mesmo sendo obrigatória e abrangendo tôdas as classes.

Como tôdas as tendências progressivas se enxertam na tradição, por sucessivas adaptações, natural era que o moderno espírito associativo se entroncasse nas organizações que encontrou. E, assim, as primeiras associações, de classe e mutualistas, ao mesmo tempo, adoptaram uma invocação religiosa, que ainda subsiste. São bastantes as associações que continuam com os nomes de santos, a cujo patrocínio se acolheram, embora já sem o menor carácter religioso. Era uma sobrevivência corporativa das artes e ofícios, congregados por mesteres. Mas foram perdendo as cerimónias festivas e litúrgicas muito imbuídas de paganismo, com as quais celebravam seus aniversários, e passaram então a ocupar-se mèramente das questões de previdência, embora bastantes mantendo os seus títulos, por tradição, um pouco, e pelos incómodos da modificação dos estatutos.

CAPÍTULO III

O nosso romantismo associativista na cooperação

O fim do século passado e comêço do actual foram a época de ouro da associação. Se no primeiro impulso acompanhámos o movimento vindo do centro da Europa, e, sobretudo, dos países nórdicos, embora mais frouxamente, ainda o secundamos nos períodos a que aludi, sem as características de violentas reivindicações que naqueles povos o proletariado oferecia.

Entre 1890 e 1914, a cooperação e a mutualidade em Portugal haviam atingido um apreciável grau de desenvolvimento, levando em conta, bem entendido, a incultura literária, cívica e social do nosso povo, por isso mesmo bem distanciado de países onde a associação chega a agremiar nove décimos da população, o que estamos longe de atingir. É que não tivemos o estímulo oficial, e nos faltaram então os grandes apóstolos do associativismo.

Adiante darei alguns números significativos do máximo atingido e da decadência lamentável a que estamos assistindo. Em Portugal, como lá fora, também o Estado a princípio contrariou a associação. Como lá fora também, seguiu se aqui um período de mera tolerância, embora fiscalizada. Depois, àparte a repressão nos demandos e exageros, no período culminante dos conflitos sociais, veio o desinterêsse absoluto por uma causa tão simpática e que, bem patrocinada, orientada e estimulada, de muito reduziria tais perturbações.

Só a partir de 1891 surgem entre nós os primeiros diplomas de carácter proteccionista social, mas ainda timoratos. Em 1896 aparece um decreto regulando o funcionamento das associações de socorros mútuos, já procurando coïbir abusos que se vinham praticando, a par de disposições estimuladoras que ficaram um corpo sem alma, porque a tanto o Estado se limitava.

As cooperativas continuavam e continuam ainda adstritas a poucos artigos do código comercial. Tive o prazer de colaborar com o dr. Andrade Saraiva, que às questões económico-sociais dedicadamente se vota, numa proposta de lei apresentada em 1920 ao Parlamento, pelo então Ministro do Trabalho, sr. Bartolomeu Severino, a qual pretendia ser o primeiro código do cooperativismo em Portugal, com um espírito moderno e proteccionista, criando-se mesmo a cota de trabalho. Ficou no cêsto dos papéis velhos, o mesmo

acontecendo a uma proposta que na Câmara dos Deputados apresentei, para que as suas comissões respectivas elaborassem um Código de Trabalho, que devia abranger quanto interessa às classes prolectárias-sindicatos, federações, mutualidades, cooperativas, seguro na velhice e no desemprêgo, salário, contractos de trabalho, segurança e higiene do trabalho, creches nas fábricas, etc.

Um estudo dos problemas de natureza social, demonstra-nos que estes progridem com o desafôgo económico dos povos, e vice-versa. O período de paz de que a Europa gozou, nos fins do século passado e nos primeiros anos do actual, desenvolvendo-se o industrialismo pelas grandes concentrações do capital que, nas modernas sociedades anónimas, atraíu mesmo o pé de meia popular, foi propício à melhoria económica das camadas trabalhadoras. A máquina provocou fortes deslocações dos campos para as cidades, avolumando grandemente o número do operariado classificado, criando-se, assim, fortes aglomerados sindicais, mais aptos às reivindicações de melhoria, umas vezes em luta acerba com o capital, e outras, numa inteligente colaboração das partes em presença, com o Estado por medianeiro, obtendo dêste a gradual melhoria da legislação social.

Entrára-se abertamente no período de renovação material das sociedades, cada qual sentindo-se no direito de usufruir um pouco de bem estar que a ciência proporcionava ao homem — da melhoria da habitação, ao vestuário, à alimentação, ao ensino e à fruïção de prazeres mentais e espirituais que devem constituir o objectivo dominante dos agregados humanos.

Alarga-se, assim, a capacidade de consumo das massas, não obstante a intensa multiplicação da produção que a máquina originava e que as modernas descobertas científicas aceleravam. Só assim se explica a ocupação de tantos milhões de braços que a máquina punha fora da concor-

rência manual, com um mínimo de perturbações de reflexo mundial.

Dêste modo, tôdas as modalidades associativas tiveram notável incremento, incluindo as do patronato. Portugal não podia ficar alheio ao fenómeno que foi a característica dominante da época. Se não acompanhámos, na mesma intensidade e com igual variedade, o movimento associativo de países mais progressivos do que nós, pelos motivos já apontados, e porque éramos e somos ainda de fraca potência industrial, tendo, embora, notáveis condições para muito maior actividade fabril, bastante fizemos que nos orgulha.

Adiante vão também as cifras demonstradoras da nossa evolução mutualista, com as considerações que elas nos sugerem. Convém, no entanto, destacar para aqui o que foi a acção cooperativista, até que, nos últimos anos, a crise económica e um afrouxamento do espírito associativo reduziram muitíssimo essa forma admirável para a melhoria das condições de vida das classes modestas e pobres. De pouco nos valem magníficos exemplos vindos lá de fora, onde o sistema continua progredindo, interessando cada vez mais o operariado e o pequeno proprietário rural. São colossais as cooperativas inglêsas — país que foi seu bêrço numa grave crise da tecelagem ainda manual — na Bélgica, na Suíça, na França, na Alemanha, na Itália e nos países nórdicos. Nestes, sobretudo, são elas hoje a base do comércio e mesmo da produção que mais serve e interessa as camadas populares.

Em matéria de cooperação agrícola, a Dinamarca e a Holanda fornecem-nos maravilhosos exemplos, de algum modo o mesmo acontecendo na Itália. Além do seguro mútuo das sementeiras, gados, maquinismos, etc., a venda dos produtos do solo, o fabrico dos laticínios e sua colocação no mercado fazem-se por meio da cooperativa.

A-pesar-da nossa legislação protectora, em matéria de

sindicatos agrícolas e de caixas rurais, naqueles apoiadas, com o concurso financeiro e muito acessível do Estado, embora de volume inferior ao que seria para desejar, a nossa cooperação agrária é deficientíssima e vai também agora caindo lamentàvelmente. É agora mais reduzido do que já foi o número de sindicatos, e muito menor o volume das suas transações. A propriedade cadastrada para o efeito do crédito mútuo, atingiu entre nós uma cifra irrisória, se considerarmos a pequena e média propriedade, pulverizada como ela está em Portugal, nos montantes que deviam estar associados. Parcamente praticamos ainda o seguro rural de sementeiras, colheitas, gados e alfaias, não obstante a nossa legislação dar apreciáveis vantagens a organismos sindicais para tal fim criados.

Aberto êste parêntesis, para ràpidamente focarmos uma das modernas modalidades associativas, que lamentamos não esteja muito mais robustecida, como tanto convinha ao repovoamento rural do país — problema basilar da nossa reconstrução económica — vejamos então o que foi e o que é o nosso cooperativismo de consumo, pois o da produção quási não existe.

Anos	Cooperativas	Número de sócios	Importância em contos			
			Capital	Reservas	Transacções	Lucro líquido
1891.....	1	20	0,06	–	0,5	–
1900.....	17	3.820	44	3	627	10
1910.....	62	21.792	489	102	2.521	128
1914 ...	109	39.305	731	131	4 178	148
1920.....	421	104.204	2.499	390	20.253	991
1923.....	423	71.200	3.305	604	40.808	1.829
1924... .	395	54.671	3.112	608	48.644	1.839
1927... .	311	34 112	3.268	1.120	34.348	1.620

É a partir de 1900, quando o movimento associativo de tôda a Europa entra na sua fase mais intensa, que o nosso cooperativismo se desenvolve numa curva de acentuado progresso. Nos 14 anos seguintes, prospera ainda em número de organismos, de sócios, na criação de fundos e no movimento das transacções. Como a guerra não perturbou muito a nossa vida interna, antes nos proporcionou um regular desenvolvimento industrial, em 1920, isto é, quando começam a sentir-se os seus reflexos económicos mundiais, pelo exagerado urbanismo, pela sêde de prazeres e de luxo que despertaram os grandes lucros por muitos realizados, à custa da miséria e dos sofrimentos humanos, pelo egoísmo e pelo materialismo grosseiro assim gerados, o cooperativismo atinge um período de culmimância.

Ainda em 1922 se contam 472 colectividades, com 116.355 associados. Mas, embora as transacções atingissem neste ano 30.473 contos, o capital fôsse de 3.637 e as reservas ficassem em 644, estando-se já no período de desvalorização da moeda, estes valores não correspondem aos de 1920, e menos ainda aos de 1914, com o câmbio então quási ao par.

A partir de 1923 acentua-se o declínio. De então para cá, só o comércio, dispondo de grandes capitais ou de avultados créditos bancários — tão fáceis e tão levianamente concedidos pela nossa banca, sobretudo entre 1918 e 1924, principalmente para o exagerado comércio que ela criou e para iniciativas muitas das quais de pura perda — de então para cá, dizíamos, pelos motivos apontados, tornou-se impossível às cooperativas concorrerem com o comércio, por carência de fundos e porque não podem nem devem entrar na prática do fornecimento aos sócios de géneros que muitas vezes as subdelegações de saúde deviam mandar retirar dos estabelecimentos, com as sanções da lei. Mas era preciso que as autoridades sanitárias mais cuidassem da saúde do povo indefeso.

Em 1924 atingem ainda o máximo de transacções, mas na moeda muito desvalorizada. No espaço de um ano, a estatística regista menos 38 cooperativas existentes. Quanto ao número de sócios, que em 1922 ainda chegára a 116.000, encontramos agora menos de metade. Três anos depois, em 1927, último ano que a estatística abrange, mais 84 cooperativas haviam desaparecido.

E de 1922 a 1927 registam-se menos 81.888 sócios, ficando estes em número bastante inferior mesmo ao ano de 1914.

E se nos reportarmos ao valor ouro da nossa moeda, comparando o capital, reservas, transacções e lucros de 1914 com as importâncias respectivas de 1924, ano em que aparecem mais elevados, notamos que o incremento numérico de cooperativas e de sócios não acompanhou as cifras de antes da guerra. Multiplicando apenas por vinte as verbas de 1914, embora no ano de 1924 a desvalorização média da moeda portuguesa fôsse um pouco superior, deveria o capital estar elevado a 14.620 contos; as reservas a 2.620, as transacções deveriam ter atingido 83.560 contos e os lucros líquidos 2.960.

Quere dizer que, nesse curto período de 10 anos, o capital das cooperativas se perdeu no valor de 11.508 contos da moeda actual; o fundo de reserva desapareceu no valor de 1.962 contos; as transacções foram menos no valor de 34.916 contos e nos lucros houve uma baixa de 1.121 contos. Pois queira o leitor dar-se agora ao incómodo de fazer igual comparação entre 1914 e 1927, ano êste que nas transacções e nos lucros nos aparece com cifras bastante inferiores às de 1924, e encontrará o lamentável estado de decadência a que há cinco anos havia chegado o cooperativismo, no qual, repetimos, lá fora as classes pobres e mesmo remediadas encontram um instrumento admirável para melhorarem as suas condições de vida, opondo à ganância do comércio menos honesto e escrupuloso, e mesmo a certas indústrias que,

por circunstâncias especiais, se encontram só em campo, um freio poderoso e eficaz para moderarem as suas ambições desmedidas de lucros exagerados.

Creio não haver estatísticas de então para cá. Mas quando elas forem publicadas, os que acompanham estes problemas poderão então constatar que, no momento actual, a situação do nosso cooperativismo é de absoluta decadência. Pois muito conviria o Estado sustá-la, por meio de créditos acessíveis às cooperativas que ainda tenham condições de vida e de resistência, por outras medidas proteccionistas e ainda por uma honesta e inteligente propaganda, junto das classes trabalhadoras, às quais também compete melhor apoiarem organismos desta natureza.

Tal foi e tal é a cooperação em Portugal. Atribuímos o benéfico impulso dos primeiros anos, embora de pequeno movimento, devido, repetimos, ao desconhecimento das massas, em matéria de questões económico-sociais, à acção propulsora do socialismo, pôsto-que difuso pelo país fora, e ainda agora sem a característica de um partido moderno que tenha legítimas ambições de govêrno, pois mudam dia a dia os problemas básicos que devam constituir um programa de realizações imediatas.

É que são tanto velozes e prementes os problemas que surgem para o estadista, quanto desencontradas e por vezes opostas as soluções propostas pelas várias escolas, da liberal-democrática — agora suportando rudes críticas dos adversários, atribuindo-lhe todos os males, mas sem lhe reconhecerem o generoso impulso civilizador que trouxe aos povos — às tendências neo-conservadoras de uma reacção intransigente que pretende sustar a marcha para o futuro, no fim da qual topamos ainda a ideologia russa, filha de um meio e de uma ambiência próprias, sem condições de adaptação mesmo remota a outros povos, entre os quais o nosso.

Sobretudo entre 1890 e 1910 coincidindo com o período

de propaganda republicana, que absorveu a camada socialista do país, para o objectivo comum dos trabalhadores, que primeiro ambicionavam um regime político dentro do qual pudessem melhor conquistar as suas reivindicações, foi notável a acção construtiva das associações de classe operárias. Além do associativismo económico e previdente, caminhando ao lado dos sindicatos de classe, estes estudavam os problemas e procuravam encontrar-lhes soluções a um tempo adequadas à nossa estrutura económica e às aspirações do proletariado.

Num inquérito indirecto feito pelo Estado à indústria nacional, apenas através das associações patronais e operárias, estudo que está coligido num volume interessante do *Boletim do Trabalho Industrial,* as melhores respostas, os melhores estudos, os mais desenvolvidos elementos acêrca de matérias primas, seus mercados, condições de transporte, de transformação e de manufactura, de pautas aduaneiras, de centros da colocação, da capacidade de consumo interno e das condições de vida em Portugal, encontram-se nos pareceres elaborados por algumas associações de classe do operariado, bem muito além das do patronato.

Ainda hoje, bastantes das soluções por elas propostas, têm uma flagrante oportunidade. Era a época dos estudos serenos, das reivindicações ordenadas, de uma tentativa pacífica de colaboração entre o capital e o trabalho, sem que o primeiro soubesse aproveitar, com inteligência e com isenção colectiva, o momento que passava.

(Continua).

DOMINGOS DA CRUZ.

INFINITO E TRANSFINITO

(ANÁLISE E CRÍTICA)

— Dentre as palavras mais prestigiosas da moderna linguagem filosófica poucas haverá que maior veneração, direi melhor, quási culto inspirem que a de Infinito. Na limitação real ou aparente da vida quotidiana, o conceito de infinito ressoa como a idea libertadora, a esperança de consolação: ¡Infinito de Poder, Infinito de Vida, Infinito de Bem! ¡Desde os púlpitos à língua vulgar, da especulação da Matemática ao sentimento, um constante apêlo a Êle se faz, de Êle se espera não sei que certeza, não sei que plenitude à nossa actividade, à nossa compreensão!

—¿Será vã esta esperança? ¿Será apenas como os finitistas querem um modo de falar com exagêro do que excede a nossa capacidade de energia do momento, ou mesmo um conceito errado? ¿Ou com os relativistas (da Escola de Einstein) mera negação da realidade que por obscuro (e pouco satisfatório) característico arranja o mundo numa congruente sinergia de acções, tendo como constante efeito a finitude do Universo?

Será ainda uma maneira de dizer, expressão simbólica da possibilidade livre e absoluta do nosso espírito sempre criar; ¿visto que a sua limitação por êste próprio se efectua e como tal não podendo opor-se ao seu trabalho criador, antes por sua origem o confirmando?

— Hegel demonstrou que a definição antiga do infinito não prestava; que o verdadeiro Infinito ao finito transcende

e o inclui, ao mesmo tempo. Por outras palavras, que êste pressupõe aquele.

— A minha tese será: 1.º Que a idea de infinito não depende na sua confirmação ou reputação do argumento estoïco sôbre a necessidade de espaço (e de tempo) ilimitável, mas terá de ser feita no campo ideal puro.

2.º Que as demonstrações geométricas e matemáticas que os transfinitistas aduzem, por meio de correspondência de pontos e de elementos de classes são manifestamente erradas e confundem certamente pontos de vista diferentes. Um, o de número (pontos) outro o de extensão (intervalos entre êsses pontos). Que a possibilidade de medida, por correspondência, implica para tanto que os intervalos ou a distância entre os pontos sejam já iguais.

3.º Que (com Borel) a definição e concepção do transfinito deverá ser feita semelhantemente à série natural dos números, mas que esta envolve, mais do que geralmente se supõe — a idea de soma e das suas propriedades.

4.º Que a definição dos infinitos deverá ser feita em intensão e não em extensão. Mas por uma intensão que não determine a extensão (como quere Uchenko) — uma intensão ou qualidade predicativa da série (independente do número dos seus elementos.

5.º Que conforme quere E. Borel, será necessário determinar numa série de funções crescentes qual a que imediatamente a outra dada, se seguirá. Mas que êste resultado só se poderá obter por uma maior precisão do que seja uma tal série de funções e relativa à definição que destas se der, creio.

6.º Que B. Russell tem razão na prova provável da existência de aleph zero ($\aleph_0$), e que as objecções (idea de fracção implicar já a idea de inteiro) são inválidas. Porém que a proposta demonstração russelliana não é mais do que provável indicação e não utilizável, por assentar na demonstra-

ção por correspondência (entre as fracções menores do que a unidade e a série dos números).

7.º Que as críticas de alguns às demonstrações não são aceitáveis, sim, a que dou. Com efeito, não é pela possibilidade existente de várias maneiras de correspondência se admitir, dada a função que origina a série, mas por que:

a) Medir não é fazer simplesmente corresponder, é sobrepor. Uma coisa é o número de pontos, outra contar o número dos intervalos e quanto cada.

b) Logo que se escolha uma lei de correspondência haverá igualdade ou diferença, são comparáveis.

c) Que de facto a curva $\underset{x=\infty}{Lt}\ Nr\ (fx) - Nr\ (x) \neq O$. A demonstração dos infinitistas é falsa. Só se $fx \equiv x$.

d) É necessário definir intensão e extensão.

e) Que uma classe infinita pode ter uma propriedade extensiva (extensional?), isto é de uma objectivação ou realização possível, independente da contagem actual ou enumeração dos seus membros (um por um) que a torna comparável.

f) Que é certa a semelhança entre Universal e Infinito, particular e finito.

g) Que a repetição é o meio de se obter e realizar um e outro num nível inferior.

8.º Que se se observar, por exemplo, que podemos estabelecer uma correspondência entre os termos de uma progressão geométrica de razão < 1, infinita, e a série natural dos números, Russel tem razão na analogia que dá (vide supra) uma vez que não confundirmos a noção de parte ou fracção no ideal que (como dizia Leibnitz) vem depois, com a mesma no actual, em que o forma; e não o inclui nem supõe.

9.º As notações cantorianas ω, $\omega + 1$, 2ω, $\omega^2 \ldots$ são manifestamente figurações do facto que o crescimento de uma série de funções é diferente.

10.º Que os crescimentos serão representativos da ordem de infinito específica da função considerada, ou mesmo qualquer função derivada daqueles.

11.º Que a série natural dos números, não nos deve induzir, no seu carácter de têrmo de comparação, a ligarmos a idea de imediata seqüência com a diferença igual à unidade, a tentarmos estabelecer uma série crescente de funções.

12.º Que é possível, contudo, em meu pensar, obter a realidade desta (no carácter tipo) conforme a série natural da numeração usual.

Como súmula é necessário se o Infinito e Transfinito têm a gozar do status que os realistas pedem insistentemente, que êle não seja nem falso nem cómodo sòmente, nem expressão simbólica de insuperável impossibilidade de ultrapassar os limites em existência e conceito, impostos à consciência e ao pensamento. Sim que a idea que dêles nos formamos, que a sua definição seja ou indirecta com um símbolo ou directamente com uma representação, indicadora de uma Realidade, direi mesmo da máxima Existência e Actualidade.

Para tanto essa definição será essencialmente positiva, terá de ser absoluta, quer puramente qualitativa quer quantitativa, e em independência de tôda a enumeração ou contagem. É aqui que melhor, penso, do que a analogia trazida por B. Russel com a série infinita de fracções menores de que 1 (para àquem dêste), se pode dar como exemplo a soma dos termos de uma progressão geométrica decrescente. Com efeito, se ela não nos dá semelhantemente ao transfinito, o elemento que vem imediatamente depois de todos os Membros de uma classe, representa-o, visto que o pressupõe. ¡E que se repare, a significação e existência dessa soma sòmente encontra a sua verdade com admitirmos essa concepção de Infinito que por outros lados e para certos

espíritos se nega e se esquiva! ¡Crê-se tocá-lo com as nossas mãos! É evidente que outros factos matemáticos podem ser lembrados, com idêntico ou semelhante fito e propósito.

Ponta Delgada, 26 de Outubro de 1931. S. Miguel, Açores.

MATHEUS D'ANDRADE ALBUQUERQUE.

IDEAS MÉDICAS DE EÇA DE QUEIROZ(1)

O pobre rapaz não tinha cabeça para grandes cometimentos.

Mas, nem por isso, deixava de aparentar interêsse por certas coisas que lhe pareciam *chics*.

Assim, conforme uma vez declarou no Ramalhete, gostava de bric-à-brac.

Mas — acrescentou logo a seguir — *apanhava-se muita espiga, e as cadeiras antigas, por exemplo, não lhe pareciam commodas para a gente se sentar*... (vol. I, pág. 250).

No entanto, mais tarde, por espírito de imitação, lançou-se com entusiasmo no bric-à-brac, porque Carlos também assim fazia.

Andava então sempre com *o coupé cheio de lixos archeologicos, ferragens velhas, um bocado de tijolo, a aza rachada de um bule... E se avistava um conhecido, fazia parar, entreabria a portinhola como um addito de sacrario, exhibia a preciosidade:*

— Que te parece? Chic a valer!... Vou mostral-a ao Maia. Olha-me isto, hein! Pura meia edade, do reinado de Luiz XIV. O Carlos vae se roer de inveja (vol. I, pág. 253).

*

Dizia afinal muita tolice êste nosso Damaso.

Lá porque um dia Carlos e Craft o tivessem levado ao

---

(1) Cont. do n.º 3, pág. 269.

laboratório, que o Maia instalara, para fazer no corpo dêle *experiencias de electricidade*, Damaso não ficou nada contente, chegou mesmo *a encavacar um pouco*.

— *Pareciam dois demonios engalphinhados em mim, disse elle á sr.ª condessa de Gouvarinho; e eu então que embirro com o spiritismo!...* (vol. I, pág. 253).

*

Ouvir Damaso comparar Lisboa com Paris era também coisa digna de aprêço.

Considerava Lisboa chinfrim, e — conforme declarou no Ramalhete, logo da primeira vez que lá foi, ao *explicar, de perna traçada, algumas das suas opiniões e alguns dos seus gostos — só em Paris estava bem — sobre tudo por causa do genero «femea» de que em Lisboa se passavam fomes: ainda que n'esse ponto a Providencia não o tratava mal* (vol. I, pág. 250).

Repetindo no fundo a mesma idea, dizia de outra vez:

— Pois eu, assim que posso, é direitinho a Paris! Aquillo é que é terra! Isto aqui é um chiqueiro... Eu, em não indo lá todos os annos, acredite v. ex.ª, até começo a andar doente. Aquelle boulevarsinho, hein!... Ai, eu goso aquillo!... E sei gosar, sei gosar, que eu conheço aquillo a palmo... (vol. I, pág. 211).

Ainda de outra ocasião, nas ante-vésperas de umas célebres corridas de cavalos, como o velho Afonso da Maia dissesse que talvez fôsse mais patriótico, *em logar de corridas, fazer uma boa tourada...*, *Damazo levou as mãos á cabeça. Uma tourada! Então o sr. Affonso da Maia preferia touros a corridas de cavallos? O sr. Affonso da Maia, um inglez!...* (vol. I, pág. 410).

Mas o velho Afonso defendeu o seu ponto de vista.

Outros se meteram na animada discussão.

E Damaso terminou por dizer *compenetradamente que gostava tambem muito de touros. Ah, lá n'essas cousas de patriotismo ninguem lhe levava a palma... Mas as corridas tinham outro chic! Aquelle* Bois de Boulogne *n'um dia de* Grand Prix, *hein!... Era de embatucar!* (vol. I, pág. 411).

Afinal o patriotismo de Damaso era bem pitoresco, como se vai ver por esta amostra.

Numa dada altura do famoso jantar do Hotel Central, em que já se falou mais de uma vez, Ega, com o seu feitio irreverente, soltou esta enormidade:

— *Portugal não necessita reformas..., Portugal o que precisa é a invasão hespanhola* (vol. I, pág. 222).

Houve viva discussão, com bons ditos à mistura.

E num *silencio que se fez Damaso... disse, com um ar de bom senso e de finura:*

— *Se as cousas chegassem a esse ponto, se pozessem assim feias, eu cá, á cautela, ia-me raspando para Paris...* (vol. I, pág. 225).

*

Quando abria a boca era sempre assim...

Mas êste homem, tão estúpido e balofo, tinha algumas *aptidões uteis* (vol. I, pág. 252).

Escrevia, por exemplo, com uma *letra prodigiosa, de uma belleza lithographica* (vol. I, pág. 252).

E, nos tempos em que queria ser agradável ao Maia, ofereceu-se um dia para lhe copiar um artigo destinado à *Gazeta Medica*.

D'ahi por diante passava horas á banca de Carlos, applicado e vermelho, com a ponta da lingua de fóra, o olho redondo, copiando apontamentos, transcripções de Revistas, materiaes para o livro que o Maia projectava fazer (vol. I, pág. 252 e 253).

*

Em muitas circunstâncias da vida Damaso fazia triste figura.

Quando começou a conviver com a gente do Ramalhete, solicitou, *por amor do chic* (vol. I, pág. 266), umas lições de esgrima.

E, numa *tarde, como sempre, apenas se enchumaçou com o plastrão d'anta, se cobriu com a caraça de arame, começou a transpirar, a fazer-se branco...* (vol. I, pág. 266).

Depois, quando *os dois ferros rasparam, Damaso estremeceu todo.*

— Firme, gritou-lhe Carlos.

O desgraçado equilibrava-se sobre a perna roliça; o florete de Craft vibrou, rebrilhou, voou sobre elle; Damaso recuou, suffocado, cambaleando e com o braço frouxo...

— Firme! berrava-lhe Carlos.

Damaso, exhausto, abaixou a arma.

— Então que querem vocês, é nervoso! É por ser a brincar... Se fosse a valer, vocês veriam.

Assim acabava sempre a lição; e ficava depois abatido sobre uma banqueta de marroquim, arejando-se com o lenço, pallido como a cal dos muros (vol. I, págs. 266 e 267).

*

Era, no fim de contas, um cobarde.

Teremos ocasião de ver, de aqui a pouco, a ridícula figura que êle fêz numas questões com o Carlos da Maia...

Uma vez Damaso teve, no entanto, um assomo de valentia — quis bater num sujeito chamado Gomes que, *n'um grupo onde se commentavam os Maias, erguera a voz, exclamara que Carlos era um asno!* (vol. I, pág. 252).

Ao ouvir isto, *Damaso... levantou-se muito pallido, declarou que, tendo a honra de ser amigo do sr. Carlos da Maia, quebrava a cara com a bengala ao sr. Gomes se elle ousasse babujar outra vez esse cavalheiro* (vol. I, pág. 252).

Mas acontecia que êsse tal Gomes era *rachitico de nascença* e, além disso, *inquilino de Damaso,* andando *muito atrasado na renda...* (vol. I, pág. 252).

Ora tudo isto tira, está claro, brilho à façanha...

•

Se Damaso fôsse apenas, como se tem visto até aqui, um ratão vaidoso e balofo, gostando de pregar a sua peta, pouco mal viria ao mundo da sua ridícula presença.

Poderia até ser divertido...

Mas o rapaz tinha um fundo perverso, uma alma tortuosa e vingativa, como se vai mostrar, contando, com certa minúcia, a história das relações dêle com o Maia.

Desde que conseguiu ser apresentado a Carlos no falado jantar do Hotel Central, Damaso nunca mais o largou.

Se Carlos apparecia no theatro, Damaso immediatamente arrancava se da sua cadeira, ás vezes na solemnidade d'uma bella aria, e pisando os botins dos cavalheiros, amarrotando a compostura das damas, abalava, abria d'estalo a claque, vinha installar se na frisa, ao lado de Carlos, com a bochecha corada, camelia na casaca, exhibindo os botões de punho que eram duas enormes bolas. Uma ou duas vezes que Carlos entrara casualmente no Gremio, Damaso abandonou logo a partida, indifferente á indignação dos parceiros, para se vir collar á ilharga do Maia, offerecer-lhe marrasquino ou charutos, seguil-o de sala em sala como um rafeiro. N'uma d'essas occasiões, tendo Carlos soltado um trivial gracejo, eis o Damaso rompendo em risadas soluçantes, rebolando-se

pelos sophás, com as mãos nas ilhargas, a gritar que rebentava! Juntaram-se socios; elle, suffocado, repetia a pilheria; Carlos fugiu vexado. Chegou a odial-o; respondia-lhe só com monossyllabos; dava voltas perigosas com o dog-car se lhe avistava ao longe a bochecha, a coxa roliça. De balde: Damaso Candido Salcede filara-o, e para sempre (vol. I, pág. 251).

*

E foi assim, à fôrça de sabujice, que Damaso conseguiu ser admitido na intimidade da gente do Ramalhete.

Foi lá jantar um dia...

Carlos começou a tratá-lo por «você» e, mais tarde, por «tu».

O rapaz andava todo inchado, fazendo grande alarde das suas novas relações.

— *Passei hoje um dia divino com o Maia. Fizemos armas, bric-a-brac, discutimos... Um dia chic! Amanhã tenho uma manhã de trabalho com o Maia... Vamos ás colxas* (vol. I, págs. 253 e 254) — dizia êle triunfante, *á noite, n'um sophá do Gremio, ou ao chá n'uma casa amiga* (vol. I, pág. 253).

Mas havia *nesta intimidade... horas pesadas* (vol. I, pág. 253).

Com efeito, *não era divertido assistir em silencio, do fundo d'uma poltrona, ás infindaveis discussões de Carlos e de Craft sobre arte e sobre sciencia* (vol. I, pág. 253), de que o pobre Damaso nada percebia.

Mas que fazer, se tudo tem espinhos neste mundo...

*

Um dia porém aconteceu, como já sabemos, que Damaso, no regresso de Penafiel, foi encontrar Carlos em amena conversa, na sala de Maria Eduarda.

Surpreendido, porque, quando partira para o Norte, êles ainda se não conheciam, o rapaz, como também já sabemos, manifestou ruidosamente o seu espanto.

É que, lá dentro, uma suspeita lhe começara a roer...

E, nessa mesma noite, Damaso apareceu no Ramalhete, a pedir explicações a Carlos:

— *Então dize-me cá! Como diabo te vou eu encontrar hoje com a brazileira? . Como a conheceste tu? Como foi isso?* (vol. II, pág. 47).

Carlos então contou-lhe que tinha lá ido como médico, para ver uma pessoa doente, e, *em poucas palavras, disse-lhe a bronchite da ingleza — emquanto Damaso, sentado á beira do sofá, mordendo o charuto sem lume, olhava para elle desconfiado* (vol. II, pág. 48).

E por fim, mais sereno, *Damaso atirou-se para o canto do sofá e confessou que ao entrar na sala, quando dera com os olhos em Carlos..., ficára furioso... Emfim, agora que sabia que era por doença, bem, tudo se explicava... Mas primeiro parecera-lhe que andava alli tramoia* (vol. II, pág. 49).

*

Ora, lá no seu íntimo, a-pesar destas explicações tão naturais, Damaso ficou desconfiado de que havia mais qualquer coisa...

E devemos concordar que não se enganava...

É certo que, em boa verdade, êle nada tinha com isso.

Mas Damaso, pequenino como era, desde que se julgou suplantado, começou a dar à língua por todos os cantos.

E as notícias iam chegando aos ouvidos de Carlos...

Um dia é João da Ega que lhe pregunta de repente:

— *Dize-me uma coisa... Quem é essa brazileira com quem tu agora passas todas as manhãs?...*

— *Quem te fallou n'isso?*

— *Foi o Damaso que m'o disse. Isto é, o Damaso que m'o rugiu... Porque foi de dentes rilhados, a dar murros surdos n'um sofá do Gremio, e com uma côr d'apoplexia, que elle me contou tudo...*

— *Tudo o quê?*

— *Tudo. Que te apresentára a uma brazileira a quem se atirava, e que tu, aproveitando a sua ausencia, te metteras lá, não sahias de lá...* (vol. II, pág. 61).

Doutra vez é a Condessa de Gouvarinho dizendo a Carlos que Damaso lhe viera contar o entusiasmo dêle por uma senhora brasileira e *as manhãs inteiras que lá passava todos os dias, á mesma hora. Emfim* — concluiu ela — *o Damaso fizera-lhe claramente entrevêr uma* LIAISON (vol. II, pág. 73).

Mais tarde é ainda o Ega que volta a dizer a Carlos:

— *O Damaso anda ahi, por toda a parte, fallando de ti e d'essa senhora... A ti chama-te pulha, a ella peor ainda. É a velha historia; diz que te apresentou, que te metteste de dentro, e como para essa senhora é uma questão de dinheiro, e tu és o mais rico, ella lhe passou o pé... Vês d'ahi a infamiasinha. E isto tagarellado pelo Gremio, pela Casa Havaneza, com detalhes torpes, envolvendo sempre a questão de dinheiro* (vol. II, pág. 112).

É também o Alencar que, *franzindo a testa* (vol. II, pág. 115), pregunta um dia a Carlos:

— *Houve entre ti e o Damaso alguma péga? Eu pergunto-te isto porque n'outro dia, lá em casa dos Cohens, elle veio com uns ditos, umas insinuações... Eu declarei-lhe logo: «Damaso, Carlos da Maia, filho de Pedro da Maia, é como se fosse meu irmão.» E o Damaso calou-se... Calou-se, porque me conhece, e sabe que eu n'estas coisas de lealdade e de coração sou uma fera!* (vol. II, pág. 116).

*

Carlos trazia os ouvidos cheios, já não podia mais.

E acabava êle de ouvir o Alencar, quando viu o Damaso a descer muito devagar o Chiado, com um *arzinho gordo de tranquillo triumpho* (vol. II, pág. 117), na companhia do Cohen e do Gouvarinho.

Não se conteve, atravessou a rua... e sem baixar a voz, disse ao Damaso friamente:

— Ouve lá. Se continúas a fallar de mim e de pessoas das minhas relações, do modo como tens fallado, e que me não convém, arranco-te as orelhas.

O conde acudiu, mettendo-se entre elles:

— Maia, por quem é! Aqui no Chiado...

— Não é nada, Gouvarinho, disse Carlos ... É apenas um aviso a este imbecil.

— Eu não quero questões, eu não quero questões!... balbuciou o Damaso, livido, enfiando para dentro d'uma tabacaria (vol. II, págs. 117 e 118).

*

Mas, nesse mesmo dia, depois de jantar, um rapaz, chamado Teles da Gama, aparecia no Ramalhete para dizer a Carlos:

— Eu venho aqui perguntar-lhe da parte de Damaso, se você hoje, n'aquillo que lhe disse, tinha tenção de o offender...

Carlos olhou-o, muito sério:

— O quê!? Se tinha intenção de offender Damaso quando o ameacei de lhe arrancar as orelhas? De modo algum: tinha só intenção de lhe arrancar as orelhas!

Telles da Gama saudou, rasgadamente:

— Foi isso mesmo o que eu respondi ao Damaso; que você não tinha senão essa intenção. Em todo o caso, a minha missão está finda... (vol. II, págs. 120 e 121).

E foi-se embora, todo contente...

*

Alguns dias mais tarde, porém, Taveira vinha informar Carlos de que o Damaso *andava apregoando por toda a parte que o Maia, depois do caso do Chiado, lhe dera explicações humildes, covardes...* (vol. II, pág. 149).

E Taveira acrescentava, sentencioso:

— É uma rez traiçoeira, e deves ter cautella com elle...

Carlos encolheu os hombros, rindo.

— Não, não, dizia o Taveira muito sério, eu conheço o meu Damaso... É capaz de tudo... Antes d'hontem estava eu a cear no Silva, elle veio sentar-se um bocado ao pé de mim, e começou logo com umas coisas a teu respeito, umas ameaças...

— Ameaças! Que disse elle?

— Diz que te dás ares de espadachim e de valentão, mas has de encontrar dentro em pouco quem te ensine... Que se está preparando um escandalo monumental... Que não se admirará de te ver brevemente com uma boa bala na cabeça (vol. II, págs. 149 e 150).

*

Ora, passado algum tempo, Castro Gomes, chegado do Brasil, ia solenemente procurar Carlos da Maia, para lhe mostrar uma carta anónima que recebera no Rio de Janeiro.

Dizia assim:

«Um homem que teve a honra de apertar a mão de v. ex.ª... e d'apreciar o seu cavalheirismo, julga dever prevenil-o que sua

mulher é, á vista de toda a Lisboa, a amante d'um rapaz muito conhecido aqui, Carlos Eduardo da Maia, que vive n'uma casa ás Janellas Verdes, chamada o Ramalhete. Este heroe, que é muito rico, comprou expressamente uma quinta aos Olivaes, onde instalou a mulher de v. ex.ª, e onde a vai vêr todos os dias, ficando ás vezes, com escandalo da visinhança, até de madrugada. Assim o nome honrado de v. ex.ª anda pelas lamas da capital » (vol. II, págs. 193 e 194).

Finda a leitura da carta, Castro Gomes disse mais:

—*... devo acrescentar, porque o sei, que tudo quanto ella diz é incontestavelmente exacto... O sr. Carlos da Maia é pois publicamente... o amante d'essa senhora* (vol. II, pág. 194).

E a seguir, *arranjando as suas palavras com cuidado e precisão* (vol. II, pág. 195), Castro Gomes explicou a Carlos que tal senhora não era, porém, mulher dêle.

Contou uma história e terminou:

— *Posso pois dizer, sem injuria, que era uma mulher que eu pagava* (vol. II, pág. 197).

*

Carlos, humilhado, foi logo contar o sucedido a João da Ega que, no meio da história, disse de repente:

— *Sabes uma coisa que me parece certa?... Quem escreveu a carta anonyma ao Castro Gomes foi o Damaso!* (vol. II, pág. 209).

E Carlos recordou-se então do que, em tempos, lhe contara o Taveira — *as allusões mysteriosas do Damaso a um escandalo que se estava armando, uma bala que elle devia receber na cabeça...* (vol. II, pág. 209).

É que Damaso tinha como certa a vinda do brasileiro, e estava convencido, como tôda a gente, que êle era casado com Maria Eduarda.

Contava, portanto, que o Castro Gomes, apenas chegado, mandasse desafiar Carlos.

E assim Damaso se vingaria, sem incómodo de maior.

Mas, desde que as coisas tomavam êste caminho imprevisto, falhava o golpe imaginado com tanto cuidado.

Damaso, porém, não desistia fàcilmente.

*

Não vem para o caso, está claro, referir a cena dolorosa que houve entre Carlos da Maia e Maria Eduarda, depois da passagem de Castro Gomes pelo Ramalhete.

Bastará recordar que o Maia continuou a freqüentar assiduamente a quinta dos Olivais, a que tinham posto o nome de *Toca*.

Ora, uma manhã, andava lá êle a passear debaixo das acácias, quando o carteiro lhe entregou uma carta do Ega.

Era da vespera, com a data «á noite, á pressa». E dizia —«Lê, n'esse trapo que te mando, esse superior pedaço de prosa que lembra Tacito. Mas não te assustes: eu supprimi, mediante pecunia, toda a tiragem, com excepção de dois numeros mais que foram um para a Toca, outro... para o Paço... Mas esse mesmo não chegará ao seu destino. Em todo o caso desconfio de que esgôto sahiu esse enxurro e precisamos providenciar! Vem já! Espero-te até ás duas. E, como Iago dizia a Cassio— METTE DINHEIRO NA BOLSA» (vol. II, pág. 266).

Junto vinha um jornal de aspecto reles, chamado a *Corneta do Diabo,* trazendo logo na primeira página, marcado com umas cruzes, um artigo *que Carlos, n'um relance, viu salpicado com o seu nome* (vol. II, pág. 267).

Dizia assim: «*Ora viva*, sô *Maia! Então já se não vai ao consultorio, nem se vêem os doentes do bairro,* sô *janota? — Esta piada era botada no Chiado, á porta da Ha-*

vaneza, ao Maia, ao Maia dos cavallos inglezes, um tal Maia do Ramalhete, que abarrota por ahi de CATITA; *e o pai Paulino* QUE TEM OLHO *e que passava n'essa occasião ouviu a seguinte* CORNETADA: — *É que o* sô *Maia acha* QUE É MAIS QUENTE *viver nas fraldas d'uma* BRAZILEIRA CASADA, *que nem é brazileira, nem é casada, e a quem o papalvo poz casa, ahi para o lado dos Olivaes, para* ESTAR AO FRESCO! *Sempre os ha n'este mundo!... Pensa o homem que botou conquista; e cá a rapaziada de gosto ri-se, porque o que a gaja lhe quere não são os lindos olhos, são as lindas* LOURAS... *O simplorio que bate ahi pilecas* BIFES, *que nem que fosse o* MARQUEZ, *o verdadeiro Marquez, imaginava que se estava abiscoitando com uma senhora do* CHIC, *e do boulevard de Paris, e casada, e titular!... E no fim (não, esta é para a gente deixar estoirar o bandulho a rir!) no fim descobre-se que a typa era uma* COCOTTE *safada, que trouxe para ahi um brazileiro já farto d'ella para a passar cá aos bellos lusitanos... E cahiu a espiga ao Maia! Pobre palerma! Ainda assim o* sô *Maia só apanhou os restos d'outro, porque a* TYPA, *já antes d'elle se enfeitar, tinha* PANDEGADO Á LARGA, *ahi para a rua de S. Francisco, com um rapaz da fina, que se safou tambem, porque cá como nós só* APRECIA A BELLA HESPANHOLA. *Mas não obsta a que o* sô *Maia seja traste! — Pois se assim é, dissemos nós, cautelinha, porque o diabo cá tem a sua* CORNETA *preparada para cornetear por esse mundo as façanhas do Maia das* CONQUISTAS. *Ora viva* sô *Maia!* (vol. II, págs. 267 e 268).

*

Nesse mesmo dia, em Lisboa, João da Ega explicou a Carlos da Maia que *fôra na vespera á tarde que recebera no Ramalhete a* CORNETA. *Elle já conhecia o papelucho, já privara com o seu proprietario e redactor — o Palma, chamado* CAVALLÃO... *Comprehendeu logo que se a prosa*

era do Palma, a inspiração era alheia. O Palma nada sabia de Carlos nem de Maria... Não era natural que escrevesse por deleite intellectual um documento que só lhe podia render desgostos e bengaladas. O artigo, pois, fora-lhe simplesmente encommendado e pago (vol. II, pág. 278).

Êle até já tinha ido ao antro onde se publicava o jornal, e vira que *o bom Palma estava furioso com o cavalheiro que lhe encommendára o artigo, por divergencia na seriissima questão de pecunia* (vol. II, pág. 278).

E, como Carlos dissesse que era preciso saber quem tinha encomendado o artigo, Ega *foi considerando que o inspirador da* Corneta *devia ser alguem familiar com Castro Gomes; alguem frequentador da rua de S. Francisco; alguem conhecedor da* Toca; *alguem que tinha, por ciume ou vingança, um desejo ferrenho de magoar Carlos; alguem que sabia a historia de Maria; e emfim alguem que era um covarde...*

— Estás a descrever o Damaso! exclamou Carlos pallido e parando...

— Talvez não... Quem sabe! Emfim, nós vamos averigual-o com certeza, porque, para terminar a negociação, fiquei de me ir encontrar com o Palma ás tres horas no Lisbonense... *E o melhor é vires tambem. Trazes tu dinheiro?* (vol. II, pág. 279 e 280).

*

No *Lisbonense*, Palma, comovido à vista de um punhado de libras que Carlos tirara da algibeira das calças, desdobrou três papéis que estendeu sôbre a mesa.

Carlos examinou os papeis lentamente. Era uma carta do Damaso ao Palma, curta e em calão, remettendo o artigo, recommendando-lhe «que o apimentasse», Era o rascunho do artigo, laboriosamente trabalhado pelo Damaso,

com entrelinhas. Era a lista, escripta pelo Damaso, das pessoas que deviam receber a CORNETA (vol. II, pág. 283).

*

De posse dêstes documentos, resolveu Carlos da Maia *mandar desafiar o Damaso como author comprovado d'um artigo de jornal que o injuriava* (vol. II, pág. 286).

E, para êsse serviço, contava, está claro, com o amigo João da Ega.

Mas, como *a etiqueta funebre reclamava outro padrinho,* lembraram-se do Cruges, *moço passivo e malleavel* (vol. II, pág. 287).

E os dois lá foram a casa do Damaso.

Ega expoz o motivo da visita:

— *Nós vimos aqui... em nome do nosso amigo Carlos da Maia...* que se queixa *de que o Damaso publicou, ou fez publicar, um artigo extremamente injurioso para elle e para uma senhora das relações d'elle na* CORNETA DO DIABO...

— *Na* CORNETA, *eu? acudiu o Damaso, balbuciando. Que* CORNETA? *Numca escrevi em jornaes, graças a Deus! Ora essa, a* CORNETA!... (vol. II, pág. 299).

Ega tirou então do bolso um masso de papéis e disse friamente:

— *Aqui está a sua carta remettendo ao Palma Cavallão o rascunho do artigo .. O Damaso é não só o inspirador, mas materialmente o auctor do artigo... O nosso amigo Carlos da Maia exige, pois, como injuriado, uma reparação pelas armas.*

Damaso deu um salto na poltrona, tão arrebatado — que involuntariamente Ega recuou, no receio d'uma brutalidade. Mas já o Damaso estava no meio da sala, esgazeado, com os braços tremulos no ar:

— *Então o Carlos manda-me desafiar? A mim?... Que lhe*

fiz eu? Elle a mim é que me pregou uma partida!... Foi elle, vocês sabem perfeitamente que foi elle?... (vol. II, págs. 299 e 300).

E, *n'um prodigioso fluxo de loquacidade,* contou a história da ofensa que Carlos lhe fizera, aproveitando-se da ocasião em que êle fôra ao Norte, por causa da morte do tio, para se meter com Maria Eduarda *que lhe fazia olho,* e levar com intrigas *a pobre senhora a fechar-lhe a sua porta, a elle, Damaso...* (vol. II, pág. 300).

E acrescentava numa rajada de indignação — *Caramba, elle é que devia mandar desafiar Carlos!... E no fim Carlos prega-lhe uma d'estas!*

— *Mandar-me desafiar a mim! A mim, que todo o mundo conhece!...* (vol. II, págs. 300 e 301).

Mas Ega *observou placidamente que se desviavam do ponto vivo da questão. O Damaso concebera, rascunhára, pagára o artigo da* Corneta... *As provas estavam alli, abertas sobre a mesa: elles tinham além disso a declaração do Palma...* (vol. II, pág. 301).

Noutra rajada de indignação, Damaso exclamou:

— *Esse desavergonhado!... Esse descarado do Palma! Com esse é que eu me quero vêr!... Lá a questão com o Carlos não vale nada, arranja-se, somos todos rapazes finos... Com o Palma é que é! .. quero ir procural-o, hoje mesmo, correl-o a chicotadas... Traições não, não admitto a ninguem!* (vol. II, pág. 301).

Ega, porém, *lembrou de novo a inutilidade d'aquellas divagações:*

— *Assim nunca acabamos, Damaso... O nosso ponto é este: O Damaso injuriou Carlos da Maia: ou se retracta publicamente d'essa injuria, ou dá uma reparação pelas armas...* (vol. II, págs. 301 e 302).

E, como Damaso se estendesse ainda em considerações sôbre a paga que Carlos dava aos serviços que elle

lhe prestara, Ega, *já farto, lançou uma intimação derradeira:*

— Em resumo, Damaso, desdiz-se ou bate-se?

— Desdizer-me? tartamudeou o outro, impertigando-se, n'um penoso esforço de dignidade, a tremer todo. E de qué? Ora essa! É boa! Eu sou lá homem que me desdiga!

— Perfeitamente, então bate-se...

Damaso cambaleou para traz, desvairado:

—Qual bater-me! Eu sou lá homem que me bata! Eu cá é a sôcco. Que venha para cá, não tenho medo d'elle, arrombo-o (vol. II, pág. 302).

E expunha as suas opiniões sôbre duelos, dando *pulinhos curtos de gordo,... com os punhos fechados e em riste* (vol. II, pág. 302).

Ega no emtanto, como se a sua missão estivesse finda, abotoára a sobrecasaca e recolhia os papeis... Depois, serenamente, fez a ultima declaração de que fôra incumbido. Como o snr. Damaso Salcede recusava retractar-se e rejeitava tambem uma reparação pelas armas, Carlos da Maia prevenia-o de que em qualquer parte que o encontrasse d'ahi em diante... lhe escarraria na face.

— Escarrar-me! berrou o outro, livido, recuando, como se o escarro já viesse no ar.

E de repente, espavorido, coberto de bagas de suor, precipitou-se sobre o Ega, agarrando-lhe as mãos, n'uma agonia:

— Ó João, ó João, tu, que és meu amigo, por quem és, livra-me d'esta entaladella! (vol. II, pág. 303).

Ega então *declarou que, desde que Damaso appellava para a sua amizade, desapparecia o enviado de Carlos,... ficava só o camarada... Queria pois o amigo Damaso um conselho? Era assignar uma carta affirmando que tudo o que fizera publicar na* CORNETA... *fôra invenção falsa e gratuita* (vol. II, pág. 303).

Só isto salvaria o amigo Damaso de maiores incómodos.

O outro escutava, esbarrondado no fundo do assento de velludo, com a face emparvecida para o Ega. Alargou mollemente os braços, murmurou da profundidade do seu terror:

— Pois sim, eu assigno, João, eu assigno...

— É o que lhe convém... Arranje então papel. Você está perturbado, eu mesmo redijo (vol. II, pág. 304).

E Damaso foi buscar umas fôlhas do seu famoso papel de cartas.

— Eu faço o rascunho — disse o Ega — *você depois copia...*

— Pois sim! gemeu o outro, aluido na poltrona, passando o lenço pelo pescoço e pela face (vol. II, pág. 305).

Entretanto Ega escrevia, escrevia.

Já enchera *toda uma pagina de letra miuda com entrelinhas! Já mesmo... voltava a folha* (vol. II, págs. 305 e 306).

Damaso olhava desconfiado, num *terror angustioso... Para que eram tantos apuros n'uma carta a Carlos, um rapaz intimo? Uma linha bastaria: — «Meu querido Carlos, não te zangues, desculpa, foi brincadeira»* (vol. II, pág. 305).

Mas não, Ega escrevia, escrevia sempre...

E Damaso *não se conteve, estendeu a face sobre a mesa, até o papel:*

— Ó Ega, isso não é para publicar, pois não é verdade?

Ega reflectiu, com a penna no ar:

— Talvez não... Estou certo que não. Naturalmente Carlos, vendo o seu arrependimento, deixa isto esquecido no fundo d'uma gaveta.

Damaso respirou com alivio, estava bem arrependido, estava. *O artigo fôra uma tolice... Mas então em questões de mulheres era assim, assomado, um leão* (vol. II, pág. 306).

Entretanto Ega *erguera-se com o papel na mão e caminhava para o piano, devagar, relendo baixo:*

— Ficou optimo, salva tudo! exclamou por fim. Vai em forma de carta a Carlos, é mais correcto. Você depois copia e assigna. Ouça lá: «Ex.mo snr...» Está claro, você dá-lhe excellencia, porque é um documento d'honra... «Ex.mo snr. — Tendo-me v. ex.ª, por intermédio dos seus amigos João da Ega e Victorino Cruges, manifestado a indignação que lhe causára um certo artigo da Corneta do Diabo *de que eu escrevi o rascunho e de que promovi a publicação, venho declarar francamente a v. ex.ª que esse artigo, como agora reconheço, não continha senão falsidades e incoherencias: e a minha desculpa está em que o compuz e enviei á redacção da* Corneta *no momento de me achar no mais completo estado d'embriaguez...»* (vol. II, pág. 307).

E parou para dizer ao Cruges:

— Achas talvez forte?... Pois redigi assim por ser justamente a unica maneira de resalvar a dignidade do nosso Damaso (vol. II, pág. 307).

Porque, está claro, *nem Carlos nem elle queriam que o Damaso n'uma carta (que se podia tornar publica) declarasse «que calumniára por ser calumniador». Era necessario, pois, dar á calumnia uma d'essas causas fortuitas e ingovernaveis que tiram a responsabilidade ás acções. E que melhor, tratando-se d'um rapaz mundano e femeeiro, do que estar bebedo?...* (vol. II, pág. 308).

E, para justificar o seu ponto de vista, Ega mostrou, com numerosos exemplos, como *a Historia, a Litteratura, a Politica, tudo fervilhava de piteiras* (vol. II, pág. 308).

Por isso, concluiu, *desde que o Damaso se declarava borracho, a sua honra ficava salva. Era um homem de bem que apanhára uma carraspana e que commetera uma indiscrição. Nada mais!* (vol. II, pág. 308).

Vendo que Damaso e Cruges mais ou menos aceitavam

esta doutrina, *Ega retomou a leitura: «Agora que voltei a mim reconheço, como sempre reconheci e proclamei, que é v. ex.ª um caracter absolutamente nobre; e as outras pessoas, que n'esse estado d'embriaguez ousei salpicar de lama, são-me só merecedoras de veneração e louvor. Mais declaro que se por acaso tornasse a succeder soltar eu alguma palavra offensiva para v. ex.ª, não lhe devia dar v. ex.ª ou aquelles que a escutassem, mais importancia do que a que se dá a uma involuntaria baforada d'alcool — pois que, por um habito hereditario que reapparece frequentemente na minha familia, me acho repetidas vezes em estado de embriaguez... De v. ex.ª, com toda a estima etc...»* (vol. II, pág. 309).

Terminada a leitura, Ega *explicou com amisade, com bonhomia, o que o determinara áquella confissão de bebedeira incorrigivel e palreira. Fóra ainda o desejo de garantir a tranquillidade do «nosso Damaso»...*

—Você, Damaso, tem genio, tem lingua... Um dia esquece-se, e... lá lhe escapa uma palavra contra Carlos... Sem esta precaução, ahi recomeça a questão, o escarro, o duello... Assim já Carlos não se pode queixar. Lá tem a explicação que tudo cobre, uma gotta a mais, a gotta tomada por impulso de borrachice hereditaria... E... para sua familia não é vergonha, porque você não tem familia. Em resumo convem-lhe? (vol. II, págs. 309 e 310).

E *o pobre Damaso,... esmagado, enervado,* com um vivo desejo de *reentrar na sua paz pachorrenta, livre de floretes e de escarros,* acabou por encolher os *hombros, sem força:*

— Que lhe hei de eu fazer?... Para evitar fallatorios... (vol. II, pág. 310).

E abancou, metteu um bico novo na penna..., começou a copiar a carta na sua maravilhosa letra, com finos e grossos, d'uma nitidez de gravura em aço (vol. II, pág. 310).

Escritas porém algumas linhas, *Damaso parára, com a penna indicisa* (vol. II, pág. 310).

Ega sobressaltou-se—*Diabo! Acordaria emfim, no fundo de toda aquella gordura balofa, um resto escondido de dignidade, de revolta?... Damaso alçou para elle os olhos embaciados:*

—*Embriaguez é com um* N *ou com um* M?

—*Com um* M, *um* M *só, Damasò! acudiu Ega affectuosamente. Vai muito bem... Que linda letra você tem, caramba!*

E o infeliz sorriu á sua propria letra—pondo a cabeça de lado, no orgulho sincero d'aquella soberba prenda (vol. II, págs. 310 e 311).

Acabada a cópia e conferida a pontuação, Ega, depois de ter preguntado a Damaso quem era o tabelião que reconhecia a assinatura dêle, *sepultou* a carta *preciosamente no interior da sobrecasaca* (vol. II, pág. 311).

À despedida, Damaso acompanhou os dois amigos até à escada, *mudo, murcho e cabisbaixo. E no patamar reteve Ega, desafogou outra inquietação que o assaltára:*

—*Isso não se mostra a ninguem, não é verdade, Ega?*

Ega encolheu os hombros. O documento pertencia a Carlos... Mas emfim Carlos era tão bom rapaz, tão generoso!

Esta incerteza, que o ficava minando, arrancou um suspiro ao Damaso:

—*E chamei eu áquelle homem* MEU AMIGO! (vol. II, pág. 312).

Afinal foi o Ega que ficou com a carta.

Mas Ega detestava o Damaso, desde que se convencera, em Sintra, de que *elle era o amante da Cohen* (vol. II, pág. 314).

E uma noite, vendo no teatro o Damaso e a Cohen que, *com as cabeças chegadas..., cochichavam n'um sorriso* (vol. II, pág. 324), correu à redacção da *Tarde* e fez publicar a carta do rapaz...

*

Passados alguns dias, no teatro da Trindade, Tomaz de Alencar, durante um intervalo, tomou João da Ega pelo braço para lhe dizer:

— *Ouve lá, eu vinha justamente procurar-te. É o Guimarães, o tio do Damaso, que me pediu para te ser apresentado... Diz que é uma coisa séria, muito séria... Está lá em baixo no botequim, com um grog...* (vol. II, pág. 354).

Os dois desceram e foram encontrar, à porta do botequim, o Guimarães que saía.

Alencar lançou a apresentação, com immensa gravidade (vol. II, pág. 355).

E, depois de terem abancado, *o snr. Guimarães começou com lentidão e solemnidade:*

— *Eu sou tio do Damaso Salcede, e pedi aqui ao meu velho amigo Alencar para me apresentar a v. ex.ª, com o fim de o intimar a que olhe bem para mim e que diga se me acha cara de bebedo...*

Ega... atalhou.. , cheio de franqueza e bonhomia:

— *V. ex.ª refere-se a uma carta que seu sobrinho me escreveu...*

— *Carta que v. ex.ª ditou! Carta que v. ex.ª o forçou a assignar!*

— *Eu?...*

— *Affirmou-m'o elle senhor!* (vol. II, págs. 355 e 356).

E o Guimarães contou que *na vespera, em casa d'um antigo amigo..., deitára por acaso os olhos ao* FUTURO, *um jornal republicano, bem escripto, mas frouxo de idéas. E avistára logo na primeira pagina, em typo enorme, sob esta rubrica* COISAS DO HIGH-LIFE, *a carta do sobrinho... Imagine o snr. Ega o seu furor! Alli mesmo... escrevera a Damaso pouco mais ou menos n'estes termos: «Li a tua infame decla-*

ração. Se amanhã não fazes outra, em todos os jornaes, dizendo que não tinhas intenção de me incluir entre os bebedos da tua familia, vou ahi e quebro-te os ossos um por um. Treme!» ... E sabia o snr. João da Ega qual fôra a resposta do snr. Damaso?

—Tenho-a aqui... Quer v. ex.ª que eu leia?

A um gesto risonho do Ega, elle mesmo leu, lentamente, e sublinhando:

— «Meu caro tio! A carta de que falla foi escripta pelo snr. João da Ega. Eu era incapaz de tal desacato á nossa querida familia. Foi elle que me agarrou na mão, á força, para eu assignar: e eu, n'aquella atrapalhação, sem saber o que fazia, assignei para evitar fallatorios. Foi um laço que me armaram os meus inimigos. O meu querido tio, que sabe como eu gósto de si, que até estava o anno passado com tenção, se soubesse a sua morada em Paris, de lhe mandar meia pipa de vinho de Collares, não fique zangado commigo. Bem infeliz já eu sou! E se quizer procure esse João da Ega que me perdeu! Mas acredite que hei de tirar uma vingança que ha de ser fallada! Ainda não decidi qual, n'esta atarantação; mas em todo o caso a nossa familia ha de ficar desenxovalhada, porque eu nunca admitti que ninguem brincasse com a minha dignidade... E se o não fiz já antes de partir para a Italia, se ainda não pugnei pela minha honra, é porque ha dias, com estes abalos, veio-me uma tremenda dysenteria, que estou que me não tenho nas pernas! Isto por cima dos meus males morais!...» V. ex.ª ri-se, snr. Ega?

— Pois que quer v. ex.ª que eu faça?... Rio-me eu, ri-se o Alencar, ri-se v. ex.ª. Isso é extraordinario! Essa dignidade, essa dysenteria... (vol. II, págs. 356 e 357).

Guimarães fàcilmente concordou que a carta era de uma cavalgadura, *mas* — dizia êle — *o facto permanece* (vol. II, pág. 358).

Ega deu então, lealmente, umas explicações que deixaram o velhote satisfeito.

E assim acabou a questão...

*

Está contada a história.

E, quem a tiver lido atentamente, recordando-se do que mais atrás se disse, ao descrever o que são os débeis mentais perversos, não poderá deixar de convir em que, na realidade, Eça de Queiroz, quando nos apresenta, em *Os Maias*, Damaso Salcede a pavonear-se pelo romance fora, conseguiu desenhar na perfeição o perfil de um dêsses insuficientes intelectuais e morais.

ALBERTO PESSOA.

ANAIS DA VILA DA ERICEIRA (1)

REGISTO CRONOLÓGICO DE ACONTECIMENTOS REFERENTES À MESMA VILA, DESDE 1229 A 1932

1864

Neste ano foram instalados os dois Farolins do pôrto da Ericeira.

Foi montada a linha telegráfica e instalada a respectiva Estação numas casas à Fonte do Rêgo.

1865

Foi organizada uma nova filarmónica, conhecida pela pela designação de «Música Nova» a qual coexistiu alguns anos com a antiga, guerreando-se mùtuamente.

1869

20 de Julho, ... Faleceu o ericeirense Padre Octaviano Augusto Pereira Delgado, que deixou importantes bens à Santa Casa da Misericórdia e aos pobres. Jaz sepultado, com outros membros de sua família, junto à porta da Sacristia da Igreja de São Pedro.

1871

15 de Janeiro, ... Faleceu o grande patriota ericeirense, Francisco José da Silva Ericeira, que empregou tôda a sua

---

(1) Cont. do n.º 2, pág. 215.

vida e quási que tôda a sua fortuna em benefício da sua terra, procurando-lhe, por todos os modos, o progresso moral e material.

Ferrenho bairrista, combateu sempre a influência de estranhos na Ericeira. Era oficial da marinha mercante e grande proprietário. Havia nascido em 1800.

Sendo tenente honorário da Armada, foi o 1.º Capitão do pôrto da Ericeira, quando a respectiva repartição foi criada. Jaz sepultado no Cemitério desta Vila e, na sua campa, mandou, por testamento, que se gravassem os seguintes versos:

> Eu desta vida só fico contente,
> Que a minha terra amei e a minha gente.

Vide Notas e Documentos, n.º 31.

1872

2 de Abril, ... Neste dia o mar arrojou à Praia do Sul, uma enorme baleia, morta.

1873

Foram demolidos 5 prédios urbanos existentes no Largo das Ribas, para ampliação do mesmo largo.

1875

Neste ano foi organizada pelos melhores amadores de música que havia na Ericeira, uma orquestra, denominada: Orquestra de Nossa Senhora da Conceição. Esta colectividade subsistiu até ao ano de 1896.

1877

Foi superiormente ordenado que a Estação do Correio da Ericeira ficasse independente da de Mafra.

Organizou-se uma nova agremiação denominada: Club

Recreativo Familiar Ericeirense. Os seus componentes eram, na sua maioria, antigos oficiais da marinha mercante. Estava instalada em um prédio da antiga Rua do Correio, onde subsistiu, pelo menos, até 1902.

1880

Foi organizado um Teatro Infantil, em um prédio da Travessa do Pelourinho.

Por ordem superior foi retirada para Lisboa a artelharia de bronze que existia no Forte. As peças de ferro foram enterradas em vários locais.

1881

Começou a haver iluminação pública na Ericeira.

1883

3 de Março, ... Neste dia foram inaugurados os trabalhos da construção da estrada desta Vila para a de Sintra, havendo grandes festejos e manifestações de regozijo público.

1883

7 de Outubro, ... Faleceu o Padre João de Deus Ferreira Lopes, natural da Ericeira, Capelão-Mor da Santa Casa da Misericórdia, da qual foi, por vezes, Provedor, e a quem deixou a maior parte dos seus bens.

1884

Construíu-se a Praça dos Condes da Ericeira (Avenida) que então era uma terra de semeadura, cercada de muros de pedra solta, pertencente à senhora Marquesa do Louriçal, Condessa da Ericeira, que para êste efeito a vendeu.

Promoveu êste melhoramento o Dr. Médico, António Emílio de Figueiredo Cardoso, morador na Ericeira e grande amigo desta Vila.

1884

Foi construído um novo Matadouro, no sítio do Moínho de Baixo. O antigo era situado perto de Santa Marta, quási junto às Furnas. Tinha havido um outro, ainda mais antigo, ao cimo da Calçada Real.

1885

20 de Dezembro, ... A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia organiza os seus Estatutos, em substituïção do antigo Compromisso.

Foram aprovados em 4 de Outubro de 1886.

1886

Foi canalizada para o edifício do Matadouro a água da nascente de Val-de-Rosas.

1887

O Dr. António Emílio de Figueiredo Cardoso, médico na Ericeira, organiza uma nova corporação musical (Fanfarra).

1887

A Junta de Paróquia manda construir o novo Cemitério, junto à Estrada do Rêgo, o qual começou a funcionar em 1 de Fevereiro de 1888.

1888

Setembro, ... Veio à Ericeira, o Ministro da Fazenda, Conselheiro Mariano de Carvalho. Esteve aposentado em casa do Administrador Geral das Alfândegas, J. Peito de Carvalho, que se achava a banhos com sua família, nesta Vila, nas casas que são hoje da família Castro Pereira, na Rua Miguel Bombarda, no jardim das quais se armou um grande salão com material vindo do Arsenal, por mar, e no qual se realizou um grande banquete a que assistiram as

·principais pessoas da Vila e da colónia balnear. Houve iluminações e outras manifestações de regozijo.

1888

9 de Dezembro, ... Veio em visita pastoral à Ericeira, onde se demorou 3 dias, o Cardial Patriarca, Dom José III. Por êste motivo houve as costumadas solenidades e festejos públicos.

Sua Eminência esteve aposentado em casa da família Pio.

1888

Foi construída a ponte sôbre o regato que passa junto ao Matadouro.

1891

Passou a Guarda Fiscal a instalar-se no Forte e na casa que lhe fica junta, que era a residência dos antigos governadores dêle. Nesta casa estava então funcionando a Escola Primária do sexo Feminino, tendo, em tempos anteriores, servido para casa de ensaio da antiga Filarmónica.

Foi o comandante da Secção Fiscal, Tenente Gomes da Costa (depois Marechal) quem promoveu a instalação da Guarda nestes edifícios.

1891

27 de Julho, ... Veio pela primeira vez à Ericeira a Rainha D. Maria Amélia de Orleans, acompanhada pelo Príncipe Dom Luiz Felipe e Infante Dom Manuel, com reduzido séquito. Percorreram algumas ruas da Vila e dirigiram-se depois à Praia do Sul, onde se demoraram algumas horas e onde a Rainha esteve a desenhar e a aguarelar, servindo-lhe de modêlo um rapazito, filho de pescador a quem ela deu avultada esmola. Retiraram quási ao pôr do sol.

1893

27 de Janeiro, ... Tomou posse e foi instalada a Comissão Local de Socorros a Náufragos.

1893

5 de Março; ... Começa a publicação de um semanário intitulado *O Concelho de Mafra.*

Era composto e impresso em umas casas ao Largo das Ribas, esquina da Travessa da Esperança.

Foram seus principais fundadores, o Dr. Alves Crespo e o então Tenente da Guarda Fiscal, Manuel de Oliveira Gomes da Costa, mais tarde Marechal.

Uns anos antes tinha havido na Ericeira um outro semanário, intitulado *O Jornal de Mafra* composto e impresso em umas casas da Rua da Fonte do Cabo, sendo seu proprietário um tipógrafo de Lisboa, chamado Francisco Silva, que já tinha mantido o seu semanário em Mafra.

1893

7 de Abril, ... Foi vendido para Tavira o último dos grandes barcos de pesca da Ericeira, que ainda aqui existia. Era um barco de 2 mastros e foi vendido por 170 mil réis, pelo seu proprietário, José Gomes Louro Sobrinho.

1893

Terminaram as obras da canalização das águas de Fonte Boa para a Ericeira, que logo começaram a correr na Fonte do Rêgo e em um marco fontenário na Praça dos Condes da Ericeira.

1894

Foi organizado um Grupo Ocarinista, ao qual depois se juntou um Grupo Dramático que havia funcionado em anos

anteriores. Tinham a sua sede em um Teatro que havia na Rua de Baixo.

1898

20 de Janeiro, ... Por Alvará Régio, desta data, foi concedida licença a António Lopes da Costa, morador em Lisboa, para explorar por tempo ilimitado, as águas minero-medicinais de Santa Marta, na Ericeira.

Lopes da Costa adquiriu e mandou murar todo terreno do actual Parque que era baldio, e ao qual, em tempos antigos, se chamava o Mato de Santa Marta.

1899

10 de Novembro, ... Faleceu Jorge da Silva Fialho, natural da Ericeira, nascido a 8 de Março de 1830. Era filho de Joaquim da Costa Fialho, negociante, e de D. Ana Bárbara da Silva Fialho, ambos da Ericeira. Legou tôda a sua fortuna à Santa Casa da Misericórdia, da qual foi, por vezes, Provedor.

1900

Dezembro, ... Nesta data, no extremo da Frèguesia, na estrada de Sintra, reüniram-se as principais pessoas da Ericeira, autoridades locais, corporações, banda de Música com muito Povo, para fazerem a recepção oficial ao Dr. Eduardo Burnay, que, pela primeira vez, se apresentava como candidato a Deputado por êste círculo.

Organizou-se um cortejo que deu entrada na Vila cêrca das 3 horas da tarde. Houve sessão solene no Salão do Club e várias manifestações de regozijo público.

ANAIS DA ERICEIRA

SÉCULO XX

1901

5 de Março, ... Começou a demolição do Cemitério que existia no sítio denominado das «Andorinhas», cujo terreno foi adquirido pelo Dr. Eduardo Burnay.

Era o 2.º Cemitério que existia na Ericeira, e havia sido construído por ocasião de uma epidemia, no século XIX.

1901

Foi organizada uma nova corporação musical, denominada, «Fanfarrinha» que coexistiu com a antiga Filarmónica.

Foi seu organizador o Delegado Marítimo, J. Jacob Bensabat que, no ano anterior, também havia organizado um pequeno Teatro e um Grupo Dramático que funcionaram em um prédio na Rua do Pombal.

1902

15 de Abril, ... Começaram as exumações no Cemitério junto à Igreja Paroquial de São Pedro, que havia muitos muitos anos não funcionava.

Fôra construído em 1837.

As ossadas existentes neste Cemitério, bem como as que existiam no Cemitério das «Andorinhas» foram transportadas, em solene procissão, para o actual Cemitério, onde, no respectivo ossário, foi colocado o quadro, em azulejos, que existia no Cemitério junto à Igreja.

1902

Começaram as obras da construção da muralha superior das Ribas e de um colector geral em tôda a extensão do

respectivo largo. Estes melhoramentos foram promovidos pelo deputado, Dr. Burnay, e executados por conta do Ministério das Obras Públicas.

Seguiu-se a continuação das obras de construção da muralha inferior, as quais já haviam começado em 1896 ou 97, pelo lado da Calçada do norte.

1902

Foi demolido o velho palácio dos antigos morgados da Ericeira, adquirido pela firma Rosa & Comandita, para as suas instalações, ao norte da Ermida de Santo António.

Era a única casa brasonada que existia na Ericeira.

1905

Outubro, ... Por ordem do Dr. Burnay, que era Presidente da Câmara, foi desenterrado o velho Pelourinho da Ericeira, que havia sido apeado e enterrado no respectivo largo, pouco depois da extinção do Concelho, dizem que por ordem de Francisco Ericeira, para o subtrair à sua completa destruïção, que já estava premeditada.

Arrecadado convenientemente, por ordem de Burnay, foi novamente erguido no seu antigo local, como ao diante se dirá.

1906

Foi fundada uma agremiação recreativa denominada «Club Ouriço» que se instalou no 1.º andar de um prédio na antiga Rua do Correio, hoje Rua Cinco de Outubro.

1906

Neste ano, por diligências do Capitão da Guarda Fiscal, Florêncio Granate, — o Ministério das Obras Públicas mandou proceder à ampliação e melhoramento dos caminhos que dão acesso à Praia do Norte, e à construção das respectivas muralhas.

Foi demolida a Fonte denominada «Fontainha» que existia na parte do lado do poente da Rua do Rio do Calvo, uns 5 ou 6 metros abaixo do pavimento da Rua, e para onde se descia por uma escadaria de pedra. A água desta fonte foi canalizada para um marco fontenário que está agora junto ao lavadoiro.

1908

7 de Janeiro, ... Faleceu em Lisboa o proprietário e capitalista José Luiz Pereira Crespo que, em seu testamento, legou à Junta de Frèguesia da Ericeira a quantia de 20 contos, para os respectivos juros serem distribuídos, semestralmente, aos pobres desta Vila. Era tio do já então falecido médico municipal desta Vila, Dr. Joaquim Alves Crespo.

1908

8 de Outubro, ... Veio à Ericeira, em visita oficial, El-Rei Dom Manuel.

Foi recebido pelas autoridades locais e muito Povo. Esteve no Mirante do Parque de Santa Marta, percorreu alguns pontos da Vila e retirou ao cair da tarde.

1908

29 de Dezembro, ... Lançamento da primeira pedra para a construção do novo Hospital. Êste grande melhoramento foi devido, principalmente, às diligências e esforços do Dr. César Raúl da Costa e Andrade, que então era Médico do Hospital da Santa Casa da Misericórdia e facultativo Municipal na Ericeira.

A comissão executiva que se organizou, era composta pelos seguintes cidadãos:

Presidente — Dr. César Raúl da Costa e Andrade.
Tesoureiro — José Roberto Franco.
Vogal — Francisco Duarte Franco.
Vogal — Alípio Franco Leitão.
Secretário — Manuel Nicolau Franco.

Esta Comissão promoveu uma subscrição entre os filhos e amigos da Ericeira, para levar a cabo tão importante melhoramento, sendo principal subscritora a Ex.ma Sr.a D. Maria Moreira Crespo, viúva do Dr. Joaquim Alves Crespo, que foi Médico Municipal nesta Vila.

1909

Agôsto-Setembro, ... Foi construída a primeira Praça de Touros, realizando-se, neste ano, uma corrida nocturna.

1909

Dezembro, ... Abateu a ponte da Carvoeira, dizem que por efeitos de uma cheia conjugados com os de um tremor de terra.

1910

Agôsto, ... Concluídas as obras de restauração da Ponte da Carvoeira que, sendo primitivamente de 3 arcos de cantaria, foi reconstruída em ferro, pela casa Dargent, de Lisboa.

1910

5 de Outubro, ... Neste dia, por efeito da proclamação da República, embarcou no pôrto da Ericeira a Família Real Portuguesa.

Êste facto só vem verdadeiramente narrado em um folheto publicado pelo Sr. José Jacob Bensabat, oficial da Marinha de Guerra e que então era Delegado Marítimo na Ericeira.

Tudo o mais que, acêrca do assunto, se publicou, principalmente na imprensa diária, vem recheado de fantasias.

1910

29 de Dezembro, ... A Comissão Executiva da construção do novo Hospital fêz solenemente a entrega daquele

edifício com o respectivo mobiliário, à Mesa da Santa Casa da Misericórdia.

1911

12 de Fevereiro, ... Veio em visita oficial à Ericeira o Ministro do Govêrno Provisório da República, Dr. Manuel de Brito Camacho, havendo, por êsse facto, grandes festejos e manifestações de regozijo público, concorrendo milhares de pessoas das povoações limítrofes.

A ornamentação das ruas excedeu tudo quanto na Ericeira se havia feito no género. Houve um grande almôço no Mirante do Parque de Santa Marta, sessão solene no Centro Republicano, etc., etc.

1911

26 de Março, ... Veio em visita oficial à Ericeira o Governador Civil de Lisboa, Dr. Eusébio Leão.

1911

15 de Outubro, ... O Centro Republicano «Cândido dos Reis», fundado, havia pouco, na Ericeira, inaugurou solenemente, uma Escola de Instrução Primária, denominada «Escola Val-do-Rio» em homenagem a D. Ana Quaresma Val-do-Rio, natural desta Vila, que havia tomado a seu cargo as despesas de instalação e manutenção da referida Escola, instalada em um seu prédio no Largo do Forte.

Assistiram à inauguração, entre outros, os seguintes indivíduos: O Ministro da Marinha, Dr. João de Meneses, o Dr. Brito Camacho, o Dr. Jacinto Nunes, Tomé de Barros Queiroz, o Dr. Tiago Sales, António Maria da Silva, Inocêncio Camacho, e muitos outros vultos republicanos de destaque.

1912

26 de Outubro, ... A Santa Casa da Misericórdia da

Ericeira reforma os seus Estatutos, que foram aprovados em 27 de Junho de 1913.

1913

28 de Setembro, ... Neste dia, que era um domingo, veio à Ericeira, em visita à família Quaresma Val-do-Rio, o Dr. Afonso Costa.

No Jôgo da Bola foi aguardado por muitos dos seus correligionários que o cumprimentaram, estando também ali a Filarmónica de Fanhões que, na véspera, tinha vindo em excursão e que executou o Hino Nacional à passagem daquele Estadista.

Ao meio da tarde, o Dr. Afonso Costa, tendo percorrido, em automóvel, alguns pontos da Vila, retirou-se para Lisboa, por Sintra.

1914

20 de Outubro, ... Em conseqüência de uma revolta de militares e civis, em Mafra, a favor da Monarquia, fundearam defronte da Ericeira, o cruzador Adamastor e o rebocador Bérrio.

Daquele cruzador desembarcaram 150 marinheiros, 2 oficiais e 4 sargentos. Esta fôrça esteve aquartelada, durante 2 dias, no Casão da Firma Rosa & Comandita, seguindo depois a pé para Mafra.

Esta revolta ficou conhecida, nestes sítios, pela pitoresca designação de «guerra da água-pé».

1915

Maio, ... A Comissão Local de Socorros a Náufragos, manda construir a primeira linha telefónica, desta Vila para o lugar e pôrto da Assenta. Começou a funcionar nesta data.

1915

27 de Setembro, ... Às 4 horas da tarde dêste dia,

chegaram à Ericeira as seguintes fôrças militares: Batalhões dos Regimentos de Infantaria 1, 5 e 16; 1 esquadrão de cavalaria; carros de equipagem, subsistências e mais material; ao todo 1.350 soldados e cabos, 70 oficiais, 94 sargentos, 54 músicos, 36 tambores e corneteiros, 200 cavalos e 38 muares. Estas fôrças bivacaram em 4 pontos: Largos de Santa Marta e São Sebastião, Avenida e Adro Paroquial, em cujos locais foi confeccionado e distribuído o rancho. Os oficiais jantaram no Parque de Santa Marta. O Quartel General esteve instalado num prédio do Jôgo da Bola, pertencente ao Sr. F. Duarte Franco.

À noite, as bandas de música de infantaria 2 e 5 deram concertos no Jôgo da Bola.

O Batalhão de Infantaria 1 foi bivacar em Fonte Boa dos Nabos.

No dia seguinte, de manhã, estas forças que eram comandadas pelo *Tenente-Coronel Sousa Rosa* (?) seguiram para o lugar da Igreja Nova.

1915

28 de Outubro, ... Neste dia, ao cair da tarde, apareceu defronte do pôrto da Ericeira um pequeno vapor, com fogo a bordo. Vinha de Peniche e trazia a seu bordo os alunos do Asilo Maria Pia, de Lisboa, com alguns professores e muitos empregados.

Logo partiram muitas embarcações a prestar socorro; e pouco depois estavam em terra, livres do perigo, 480 alunos e mais pessoas do Asilo, sendo todos convenientemente alojados nas casas dos moradores da Vila. No dia seguinte foram todos conduzidos, gratuitamente, a Sintra, em automóveis, camionetes, etc.

O vapor, depois de extinto o incêndio, seguiu para Lisboa.

O Presidente do Govêrno telegrafou à Junta de Frèguesia, agradecendo o auxílio prestado pela população da Vila e pela colónia balnear.

1915

Organizou-se uma cooperativa de consumo, denominada Cooperativa União Ericeirense, a qual montou uma padaria que, durante os tempos da guerra, prestou bons serviços aos seus associados.

Durou esta instituïção até 1920 ou 21.

1916

24 de Setembro, ... Veio em visita à Ericeira o Ministro do Trabalho, António Maria da Silva, que assistiu á inauguração da Fábrica de Conservas da firma Alves, Mendanha & Comp.ª, construída, neste ano, no Largo de São Sebastião.

1916

4 de Outubro, ... Às 3 horas da tarde dêste dia chegou à Ericeira o Regimento de Infantaria 1, na fôrça de 3 mil e tantos homens, que bivacaram numas terras dentro do Casal do Barril.

Em Fonte Boa da Brincosa bivacaram duas baterias de artelharia.

Na véspera haviam passado fôrças de Engenharia que foram bivacar em Santo Isidoro.

Depois de 4 dias de bivaque, tôdas estas fôrças seguiram em direcção às antigas linhas de Tôrres Vedras.

O acampamento no Casal do Barril foi muito visitado durante os 4 dias que durou o bivaque, e a banda de música do Regimento ali deu vários concertos.

1916

25 de Outubro, ... Veio à Ericeira, em visita pastoral, o Arcebispo de Mitilene, Vigário Geral do Patriarcado, Dom João Evangelista.

Demorou-se 3 dias, havendo as costumadas solenidades na Igreja Paroquial.

1918

17 de Julho, ... Veio à Ericeira, de passeio, Mg. Ragonesi, Núncio de S. S. em Madrid, o qual tinha vindo a Lisboa para tratar com o Govêrno acêrca do reatamento das relações diplomáticas de Portugal com a Santa Sé.

1918

Setembro, ... Inauguração da iluminação eléctrica particular e pública, fornecida pela firma Alves & Mendanha que nesta Vila tinha uma fábrica de conservas de peixe, estabelecida no Largo de São Sebastião.

1918

12 de Setembro, ... Veio, inesperadamente, de passeio à Ericeira, o Presidente da República, Dr. Sidónio Pais. Percorreu as ruas da Vila, foi às praias às escolas oficiais e a São Sebastião onde visitou a Fábrica de Conservas. Foi cumprimentado pelos Ministros de Inglaterra e da Holanda que aqui estavam a banhos. Retirou para Sintra cêrca das 8 horas.

1919

O antigo Club Ericeirense foi transformado em Casino.

1921

1 de Dezembro, ... Inauguração do Grémio União Ericeirense.

1922

Junho, ... Grandes festejos e manifestações de regozijo pela viagem aérea ao Brasil, realizada pelos gloriosos aviadores, Coutinho e Cabral.

Por esta ocasião, devido às diligências do Dr. António

Bento Franco, foi reorganizada a antiga Filarmónica Ericeirense.

1922

Por diligências do Dr. A. Bento Franco, foi organizado um Grupo Dramático e instalado um pequeno Teatro, num prédio da Rua da Fonte do Cabo.

1923

1 de Abril, ... A Mesa da Misericórdia tomou solenemente posse de um Pavilhão de Isolamento construído na cêrca do Hospital.

Esta construção, da iniciativa do então médico do Hospital, Dr. César Raúl da Costa e Andrade, foi dirigida por uma Comissão de que fizeram parte, aquele médico, o Dr. António Bento Franco, que o substituíu, Manuel Nicolau Franco e António Gomes Barbosa. Os fundos obtidos por esta Comissão foram: o produto da venda dos mobiliários do extinto Club Ericeirense; uma subscrição pública aberta na Ericeira; um subsídio de 4 contos concedido pelo Govêrno, por diligências do Deputado Lúcio de Azevedo, e, principalmente, cêrca de 18 contos espontâneamente oferecidos pelo ericeirense, António Serrão Franco, que permitiram acabar a obra.

1923

2 de Dezembro, ... Faleceu, em Lisboa, José do Patrocínio Ribeiro, natural desta Vila e Arquivista da Câmara Municipal daquela cidade, escritor e arqueólogo muito distinto. Era sócio da Academia das Ciências e da Associação dos Arqueólogos. Foi autor de importantes trabalhos de investigação histórica muito apreciados, não só em Portugal como no estranjeiro, com os quais muito se notabilizou, honrando a sua pátria e a sua terra natal.

Havia nascido em 9 de Julho de 1882.

1924

5 de Outubro, ... Neste dia realizaram-se na Ericeira grandes festejos e manifestações de regozijo público, porquanto, tomou posse e foi instalada a Comissão de Iniciativa e Turismo, e foi restaurado o antigo Pelourinho, tendo presidido a estas solenidades o Ministro do Comércio, Henrique Satiro Lopes Pires Monteiro que, pelo seu ministério, autorizou o dispêndio de uma importante verba para a continuação das obras de construção da muralha das Ribas. A restauração do velho Pelourinho foi devida aos esforços de uma Comissão composta dos Srs. Dr. António Bento Franco, José de Figueiroa Rêgo, Alberto de Sousa e Jaime de Oliveira Lôbo e Silva, que promoveram uma subscrição entre os filhos e amigos da Ericeira para ocorrer às respectivas despesas.

(Continua). J. de Oliveira Lobo e Silva.

UM CURIOSO ENCONTRO

A mendicidade é proïbida pelas leis inglêsas, e após o o estabelecimento dum vasto sistema de assistência pública, com albergues em tôdas as paróquias, a indigência passou a ser, tècnicamente pelo menos, um crime. Sim, se alguém em Inglaterra é encontrado «sem visíveis meios de suporte» e com menos de 2 d nas algibeiras, pode ser sumàriamente preso e internado num asilo, onde o obrigam a executar certos trabalhos simples, a trôco do seu sustento. Daí o nome de «workhouse» ou casa de trabalho, pelo qual êsses asilos são designados. Supuseram os legisladores, com alguma sapiência, que uma pessoa totalmente destituída de meios de vida, torna-se perigosa, pois naturalmente procurará supri-los por formas mais ou menos inconvenientes para a sociedade.

Mas, claro está, dada a especial constituïção do coração humano, a mor parte dos indigentes preferem a miséria e o abandôno das ruas ao bem-estar e alimento certo dos asilos do Estado; primeiro por causa das tarefas obrigatórias e segundo, porque a sua liberdade passa a ser regularizada e limitada por mil restrições burocráticas. É um antigo sentimento que nós latinos, ainda mais fàcilmente que os nórdicos, podemos compreender e partilhar. Imaginem o horror do genuíno Picaro ao encontrar-se fechado, e de cara lavada, num grande edifício modelar, a cheirar a desinfectantes e outros vexames para a sua alma independente. Em Tormes não havia um «workhouse», mas se houvera, estou

certo que o Lazarillo teria achado meios de se furtar aos seus cuidados; quanto mais preferível (raciocinaria êle) procurar côdeas esquecidas nos caixotes de lixo, e seguir serenamente o seu caminho, imundo, descalço, livre.

Em Inglaterra, todavia, sofisma-se a lei contra a mendicidade por meio de vários artifícios. O mendigo britânico — à beira do passeio, em vez de nos estender a mão com uma simples rogação de caridade, oferece-nos simbòlicamente fósforos, brinquedos ou quaisquer outros objectos pequenos. Há também quem procure estimular a generosidade do público, cantando ou tangendo instrumentos; qual é o visitante a Londres que não se recorde das lúgubres baladas que se ouvem pelas ruas, ou das fantasias impertinentes dos realejos, mesmo por debaixo das janelas do nosso «boarding-house». Francisco Thompson, essa fugitiva figura de poeta, vendeu muitas caixas de fósforos — a débil vida sustentada pelo laudano que mais tarde o mataria — nas imediações de Marble Arch. De Quincey, seu predecessor como mendigo literato e talvez seu inspirador, recebeu muita esmola em trôco de pequenos serviços de rua — como o segurar cavalos, abrir portas de carruagem. E era também vendendo fósforos que se sustentava o extraordinário indivíduo de que venho contar.

Eu residia então em Londres, no bairro de Bayswater, e numa melancólica tarde de inverno — o ar gotejava humidade e os vultos das casas de Westbourne Grove mal se enxergavam sob o véu de nevoeiro, lívido e maléfico — meu padrinho (com quem eu vivia) reparou na estranha aparência dum mendigo, estacionado defronte da estação dos correios. Era um homem novo, de corpo forte; vestia os andrajos da sua qualidade mas distinguia-se pela sua absoluta impassibilidade. Não oferecia os seus artigos, nem solicitava de modo algum a atenção dos transeuntes; estava imóvel, com o queixo descaído sôbre o peito, absorvido inteiramente

pelos seus pensamentos e aparentemente alheio a tôdas as circunstâncias da vida que o rodeavam — a chuva que pingava, a multidão pressurosa, os gigantescos omnibuses vermelhos que constantemente passavam, roncando, a uns palmos das suas costas.

Meu padrinho, caritativo e ao mesmo tempo curioso (êle sabia que Londres rivaliza com a própria Bagdad no que respeita a tipos originais e casos extraordinários), dirigiu-se ao mendigo, e, com o ar do Califa Haroun-al-Raschid a iniciar uma aventura, depôs uma moeda de prata sôbre o pequeno tabuleiro onde estavam alinhadas as poucas caixas de fósforos. Um olhar grato — o mendigo tinha uma fisionomia intelectual — umas breves palavras trocada; alguns dias depois, novo encontro, novo óbulo, nova conversa, e meu padrinho, cada vez mais intrigado pela personalidade do mendigo, convidou-o a vir tomar chá no nosso «flat».

Êle veio, agora com vergonha dos seus farrapos. Reconhecemos que havia ali um homem culto, tombado na miséria. Mas para o que não estávamos preparados era que o mendigo tivesse um único interêsse na vida, uma só preocupação que lhe arroubava a alma e o coração — a filosofia escolástica!

É verdade; não obstante o triunfo ruïdoso da Renascença sôbre a cultura da Idade Média, da nova mensagem do Platonismo, de dois séculos de metafísica alemã, do Positivismo e Racionalismo do século XIX, êste homem ocupava-se quási exclusivamente das grandes questões filosóficas que agitavam os ânimos mais cultos da Europa nos séculos XII e XIII e foram tão furiosamente debatidas em Oxford, Paris, Colónia e Pisa — «o eterno argumento das Escolas», a que estão ligados os grandes nomes de Erigenes, Anselmo, Abelardo, Alberto Magno, S. Tomaz de Aquino, Duns Scotus e Guilherme de Occam.

Com uma melhora de vestuário e sob a acção genial da

nossa simpatia, o mendigo desabrochou. Visitou-nos a miúdo — nos intervalos da venda de fósforos. Soubemos então que êle era Católico, duma família de Lancashire (o condado onde a fé antiga mais se conservou), que tinha dois irmãos sacerdotes e quiçá doutores em cânones e teologia. Que guerreara com a família e que depois de muitas aventuras caíra na mais abjecta destituïção, a ponto de se suportar de esmolas e passar as noites num albergue da «Salvation Army».

Tudo isto principalmente devido à sua paixão pelos estudos filosóficos. Gozava de robusta saúde e portanto pouco o afligia o duro convívio do albergue nocturno e mesmo as vigílias na rua, sob os rigores do inverno londrino. Mendigava duas horas por dia; isto rendia-lhe uma média de dois shillings, que era a sua diária, modesta mas suficiente. O resto do tempo passava-o nas bibliotecas públicas, folheando àvidamente as obras dos grandes mestres da Escolástica e quaisquer comentários antigos e modernos que houvesse sôbre elas, e enchendo cadernos de apontamentos com tôda a economia e acêrto dum letrado.

O nosso amigo em tôda Londres (talvez há muitos anos) não conhecia alguém que o ouvisse com simpatia. Quanto a entendimento, nós gabávamo-nos duma certa sapiência escolástica extraída indirectamente das obras de Coventry Patmore, dum volume de *Lógica Escolástica* editado pelos Jesuítas de Stonyhurst e do *Catecismo explicado em termos da «Summa Theologica»* pelo domínico Tomaz Pègues. Na realidade, não passávamos duns simples diletantes na matéria; podia-se dizer de nós (à maneira do Conde de Abranhos) que «éramos inclinadotes a agitar questões de Escolástica». Já se vê, dada a cegueira do nosso círculo de amigos sôbre o assunto, êste «um só olho» filosófico assegurava-nos uma posição real. Mas o nosso visitante, ao cabo de meia hora de conversa, percebeu que sôbre a doutrina

das Escolas nós não tínhamos idea alguma exacta, e passou a reger uma verdadeira aula de filosofia na nossa saleta.

É preciso notar que na sua paixão pela Escolástica, nosso amigo não era um mero «louvador de tempos transactos», um sequaz caturra dum sistema tradicional e esgotado. Êle estava ao par de todo o desenvolvimento da filosofia; lera não só os grandes filósofos da Meia-Idade, mas também Bacon, Espinosa, Kant, Locke, Sir William Hamilton, John Stuart Mill, Bergson. Sòmente, depois de ter ouvido tudo quanto estes mestres lhe podiam dizer, voltara à filosofia do Doutor Angélico, porque o sistema dêste se lhe afigurava mais progressivo e luminoso.

Como verdadeiro escolástico, o nosso amigo preocupava-se primàriamente com a doutrina dos Universais, com a misteriosa natureza do Ser. Para êle o conflito dos Realistas com os (Nominalistas em que estes contendiam que os Universais existem ùnicamente como conceitos da nossa inteligência, enquanto que aqueles afirmavam que os Universais têm uma existência substancial e objectiva), era um assunto de actualidade, e de palpitante interêsse. Ortodoxamente, aceitava o Realismo de S. Tomaz de Aquino, mas o seu espírito moderno levava-o a interpretar com muita simpatia o nominalismo de Abelardo, e êle censurava acerbamente a intolerante descompostura que S. Bernardo prègara no infeliz doutor e amante de Eloisa.

Lembra-me que o convidámos para jantar na noite de Natal de 1930. Em vez da «vaca e riso» prescrita por S. Bartolomeu dos Mártires para estabelecimentos pobres, houve em nossa casa, essa noite, «galinha e filosofia». De facto, o nosso convidado levou tôda a noite a explicar-nos como a natureza dum Universal, que a inteligência considera a mesma, não é verdadeiramente a mesma em todos os indivíduos, segundo ela existe neles como realidade objectiva; que em todos é semelhante com a mais perfeita semelhança;

que copía o mesmo padrão, o qual é reproduzido em cada indivíduo, mas que a cópia não é o original, e uma determinada cópia, se bem que seja perfeitamente parecida com as demais, tem um ser independente delas.

Nós agarrávamos a cabeça, aterrados. «Então» preguntava eu, — «a natureza duma maçã, por exemplo, não é a mesma em tôdas as maçãs?» — «Certamente que não» redarguia o mendigo, com o ar dum lente que explica uma idea simples ao «burro» da aula — «é semelhante em todos os detalhes, mas tem uma identidade diferente»; e citava o *dictum* de S. Tomaz: «Em três entes diferentes, nos quais se encontra natureza humana, existem três humanidades».

Meu padrinho, estirado sôbre o sofá e fazendo difícilmente a digestão, asseverava que estas minúcias lhe pareciam impertinentes. Como poeta, êle opunha aos conceitos dos aristotelianos e dos tomistas, a clara e refulgente doutrina de Platão, e contendia que a metáfora da gruta, apresentada por êste filósofo, era a mais perfeita e sugestiva imagem da relação entre a Verdade e o nosso entendimento. À boca duma gruta, diz Platão, está sentado o Homem, voltado para o interior. Por trás dêle, passam as figuras das Realidades (os Universais dos escolásticos), cujas sombras são projectadas sôbre o fundo da caverna; da realidade, portanto, o Homem só vê estas sombras, mais ou menos deformadas conforme os acidentes da parede, e essas sombras são os fenómenos percebidos pelos sentidos e pela inteligência.

Eu, já muito «fora de pé» na discussão, procurava encaminhar a conversa para a Dedução, apenas — como um gaiato — para ter a oportunidade de enunciar a memónica grotesca das figuras silogísticas:

«*Barbara, Celarent, Darii, Ferioque prioris,*
Cesare, Camestres, Festino, Baroko, secundæ, etc. etc.»

nomes que sempre me lembram os dos demónios no final da «Damnação de Fausto». Contei também, *à propos de bottes,* que em tempos medievais, havia em Oxford uma prisão para mulheres de má vida, à qual a Academia dava o nome jocoso de *Bocardo* (um dos modos da terceira figura silogística) pelo facto de ser muito fácil entrar para lá e dificílimo sair.

Todavia, nenhuma destas pilhérias vingou, pois para o nosso amigo a filosofia não era um simples assunto de conversa ou uma especulação ociosa, mas sim um magno trabalho, e o alvo de todos os seus interêsses e esforços. A qualquer hora do dia, fôsse ela oportuna ou inoportuna, estava sempre pronto a iniciar uma longa palestra filosófica. Houve ocasiões em que meu padrinho foi buscá-lo ao seu pouso, à beira do passeio (onde continuava a vender fósforos), para o levar de braço dado, ao «public-house» mais perto; aí estabelecidos defronte da lareira hospitalar, meu padrinho bradava por sandwiches e cerveja preta. Mas o pedinte aceitava os refrescos quási por cerimónia; o seu verdadeiro prazer era sacar dos bolsos os inseparáveis cadernos de apontamentos... e ei-lo logo a explicar o que havia lido nesse dia, a esmiuçar qualquer subtileza de *Duns Scotus* cujo sistema o intrigava bastante.

Êste convívio durou algumas semanas, até que o nosso homem anunciou um dia que se reconciliara com a família e que partia para Manchester. Desapareceu tão misteriosamente como viera e nunca mais acusou a sua existência, nem sequer por um bilhete postal. Meu padrinho, a quem esta insensibilidade bastante melindrou, apontou-me o defeito que havia em cultivar o cérebro com prejuizo do coração. Eu obtemperei que nós talvez déssemos à hospitalidade e aos confôrtos materiais um valor que era incompreensível para quem andava absorvido em cogitações da mais alta filosofia; e que aliás cada criatura seguia um

trilho muito seu e muito misterioso, que por vezes o levava a sacrificar os sentimentos mais vulgares. Mas nunca cheguei a conclusão alguma satisfatória sôbre êste curioso encontro, êste relance duma alma filosófica que nos foi tão pitorescamente patenteado. Só posso asseverar que os factos se passaram tal qual eu os narrei.

Lisboa, 14 de Fevereiro de 1932.

Luiz Marques.

TRÊS ENSAIOS SÔBRE ANTERO DE QUENTAL

I

O GÉNIO POÉTICO DE ANTERO

Ao Dr. Aristides Moreira da Mota

«Tinha a faculdade da representação sintética, superior condão da arte; tinha a sensibilidade estética; mas o belo era para êle a abstracção da Idea, e por isso as representações da sua poesia são visões ideais, ou fantasmagorias simbólicas».

OLIVEIRA MARTINS, *O mal do século*, págs. 63 do *In Memoriam* de Antero de Quental.

Foi Antero de Quental um poeta de nascença, um poeta «na mais elevada expressão da palavra», — como diz Oliveira Martins no notável prefácio que fêz para os inimitáveis *Sonetos* do «maior poeta da nossa terra depois de Camões», na frase felicíssima de António Sérgio.

O seu génio poético começou logo a manifestar-se «ainda antes do tempo escolar», improvisando quási que inconscientemente, numa «alegre festa campesina», quadras de inspiração lírica, de sentimentalidade amorosa; «as manifestações precursoras da sua vocação poética» (Caetano de Andrade) principiaram a revelar-se em menino, «depois de ouvir entoar e compor cantigas populares», tendo tido Antero nessa altura, no improviso que fizera, «a sensação *anich'io sono poeta*», no dizer de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos.

É que Antero herdara de seu avô paterno André da

Ponte Quental da Câmara, companheiro de Bocage, o dom secreto e sagrado de fazer versos, de pôr em ritmo de perfeito equilíbrio tôda a inquietação do seu espírito subtil e «eminentemente sintético», de musicalizar todos os estados íntimos da sua alma expansiva e bondosa.

Daí a sua poesia ter sempre um acentuado cunho pessoal, brotando-lhe espontânea e originalíssima e modelando-se fàcilmente às mil facetas do seu génio luminoso e crítico.

Por isso o poeta sentia aquilo que escrevia.

Justíssimas são estas palavras do autor do *Portugal Contemporâneo* referindo-se aos versos do poeta dos *Sonetos:* — «Os seus versos são sentidos, são *vividos*». E depois explica: «mas o sentir a o viver dêste homem é de uma natureza especial que tem por fronteiras físicas as paredes do seu crânio, mas que não tem fronteiras do mundo real, porque a sua imaginação paira librada nas asas de uma razão especulativa para a qual não há limites».

O próprio Antero confessava o mesmo em carta a um amigo: «... a poesia tem sido para mim coisa sincera e tirada cá de dentro».

Era um verdadeiro *emotivo!*

Estruturalmente poeta, Antero fêz da poesia a confidente bendita do seu coração sofredor e única consolação do seu espírito sempre cheio da «*nostalgia do desconhecido*», empregando nós o mesmo têrmo do autor do *Journal Intime,* dêsse, também torturado, pensador suiço.

Os seus amores mal correspondidos, as suas desilusões nascidas da ingratidão dos homens e da realidade grotesca das coisas materiais, as suas longas meditações filosóficas procurando tudo sondar, mesmo o mais misterioso e esfíngico, os seus mais altos e doirados sonhos, as suas dores e tristezas, as suas dúvidas e desalentos: — tudo confiou àquela que é na definição de Guyau, — «a mais nobre de tôdas as

Artes, porque reúne em si tôdas as outras e porque é lícito esperar dela tudo o que há de mais sério e de mais profundo» (1).

Eis porque na poesia de Antero não há plasticidade (como definiria Ribot), não há o *pitoresco* e o descritivo da poesia objectiva de Gautier e de Vítor Hugo, de Guerra Junqueiro e de Eugénio de Castro.

O que há nela é emoção e todo um mundo de imagens abstractas, de ideas-essências.

Através da «divina palidez» dos versos de Antero, «nascidos da imaginação psicológica, exclusivamente voltada para o *interior* e para a significação moral dos objectos», — perpassam todo o sentimento e todo o drama da alma humana e o que há de *eterno* em nós, no fundo do fundo da nossa natureza psíquica.

Finalmente a poesia dêsse irmão de Amiel, especialmente a dos seus *Sonetos*, — «brota espontânea dum pensamento que a si mesmo se pensa, duma consciência que dolorosamente se agita e contorce na procura da solução transcendente dos enigmas com que a apavora a Esfinge do Universo, com a qual heroicamente se defronta», — no claro dizer do eminente açoreano e anterianista, Dr. Aristides da Mota.

Desprezando o *real aparente*, *o transitório,* Antero *via* apenas nas coisas a sua essência, aquilo que elas tinham de abstracto e universal.

---

(1) Lange na sua *História do Materialismo,* vol. II, 1.ª parte, a propósito da verdadeira e séria poesia, escreve judiciosamente: «A poesia, no sentido elevado e largo, não pode ser considerada como um jôgo, uma fantasia engenhosa para nos distrair com frívolas invenções; é pelo contrário um fruto necessário do espírito, saído do íntimo da espécie, origem do sublime e do sagrado, eficaz contrapêso ao pessimismo que nasce do contacto exclusivo com a realidade» (cit. por António Sérgio, *in-Notas,* etc., pags. 185).

É, pois, a idea abstracta e absoluta que domina tôda a poesia filosófica dêsse autêntico «evocador de visões» e «expressor de sentimentos» dêsse, na verdade, «idealizador de emoções intelectuais».

Tudo para Antero são sombras, espectros, visões fantásticas, vozes misteriosas, sons vagos como os do mar e do vento, sonhos quiméricos...

Um soneto para amostra:

NO TURBILHÃO

No meu sonho desfilam as visões,
Espectros dos meus próprios pensamentos,
Como um bando levado pelos ventos,
Arrebatado em vastos turbilhões...

Numa espiral, de estranhas contorsões,
E donde saem gritos e lamentos,
Vejo-os passar, em grupos nevoentos,
Distingo-lhes, a espaços as feições...

— Fantasmas de mim mesmo e da minh'alma,
Que me fitais com formidável calma,
Levados na onda turva do escarceu,

Quem sois vós, meus irmãos e meus algozes?
Quem sois, visões misérrimas e atrozes?
Ai de mim! ai de mim! e quem sou eu?!...

Resumindo: A poesia de Antero não é *objectiva*, quere dizer, não traduz païsagem exterior, realidade panorâmica. É tôda subjectiva, abstracta, interior, principalmente os seus *Sonetos*.

«Até os elementos formais dos versos, — escreve o Dr. Aristides Mota, — imprimem aos *Sonetos* uma caracte-

rística com que também se excepcionalizam. Geralmente, a imaginação dos poetas é alimentada por imagens de côres e de sons, e são elas as que mais prendem a atenção dos leitores e mais fàcilmente são por êles retidas. Quanto aos *Sonetos*, não acontece assim.

À memória reprodutiva de Antero poucas vezes acodem imagens coloridas ou auditivas; o que nos seus versos predominam são as representações cinestésicas (kinesthésicas), as representações de movimentos. Em movimentos e luz (a luz é acromática) e em seus contrários se decompõem quási todos os *Sonetos*.

As frases, as palavras implicam movimento, os versos palpitam de movimento». E conclui: «E ainda mesmo quando aparecem imagens auditivas, mais do que visuais coloridas, elas suscitam ideas de movimento».

Provas: o mar e o vento são citados numa grande parte das suas produções poéticas.

Com efeito a sonoridade grave e ao mesmo tempo vaga da poesia subjectiva de Antero faz lembrar a voz do vélho mar, na sua ânsia eterna de vencer a terra... e lembra também a voz agitada do vento fazendo soluçar as árvores, a Natureza inteira!

Ouçamos, recolhidamente, o soneto — *Sepultura Romântica* — onde o mar e o vento são invocados pela imaginação criadora do altíssimo Poeta —:

Ali, onde o mar quebra, num cachão
Rugidor e monótono, e os ventos
Erguem pelo areal os seus lamentos,
Ali se há-de enterrar meu coração.

Queimem-no os sóis da adusta solidão
Na fornalha do estio, em dias lentos:
Depois, no inverno, os sopros violentos
Lhe revolvam em tôrno o árido chão...

Até que se desfaça e, já tornado
Em impalpável pó, seja levado
Nos turbilhões que o vento levantar...

Com suas lutas, seu cansado anseio,
Seu louco amor, dissolva-se no seio
Dêsse infecundo, dêsse amargo mar!

Sem dúvida: forte e dominante foi a influência do mar e do vento em Antero, influência essa que se nota nìtidamente na sua obra poética.

É que o mar e o vento são dois elementos que melhor exprimem tôda a ânsia libertadora da alma humana, tôda a inquietude do espírito que quere seguir o vôo da águia fitando altiva o Sol, e a rota do navegante em demanda de novos mares e de novas estrêlas...

Não há, afirmamos já, não há na obra poética de Antero nenhum motivo figurado nem nenhuma imagem pictórica, representações do mundo material.

O Poeta vê na Natureza o que ela tem de abstracto e de eterno, de inalterável e de fecundo...

Se porventura descobrimos alguma *realidade* na sua obra poética, de preferência nos seus *Sonetos,* é sempre uma realidade superior, não sensível, não filha dos sentidos, — uma realidade que tem apenas a sua razão de ser no espírito do poeta e só nêle se gerou e tomou expressão imaginária e fantástica.

Antero buscou no mundo das coisas e dos sêres, na Natureza, tudo aquilo que há de subjectivo e, ao mesmo tempo, de estranhamente universal, fora do tempo e do espaço, numa comunhão íntima com a alma e com a consciência, numa companhia amorosa e casta com o que é simples e nada fugidio, com o que é espontâneo e verdadeiro, sincero e comunicativo.

Quis conhecer a *essência* de tudo, descer ao âmago de

tudo; e, como essa *essência* nenhuma forma e côr tinha, daí os seus versos se ressentirem da falta de ambiente externo.

De *fora* só aproveita aquilo que era fundamental para a construção e formação das suas abstracções transcendentes e das suas visões apocalípticas.

À chamada *realidade objectiva* o Poeta substitui a realidade subjectiva e espiritual; sôbre o *aparente estático* Antero constrói todo um mundo dinâmico, — um mundo em que o vento e o mar são os seus elementos principais e geradores de acção e de fecundidade, mas de acção no sentido bergsonista, mas de fecundidade no conceito de Guyau.

Vento e mar são portanto duas fontes de perene inspiração criadora e de perene construção estética; constantemente os ouvidos do Poeta escutam a linguagem significativa dêsses dois elementos de universal fôrça e atracção.

Mesmo nos versos onde o vento e o mar não vêm mencionados, mesmo nesses versos o vento e o mar se fazem ouvir; a voz dêles é ritmo que encanta e sinfonia que comove...

*

A poesia de Antero oferece-nos as seguintes fases: mística — leitura da *Harpa do Crente* de A. Herculano, (Vid. o prefácio de *Tesouro Poético de Infância*); amorosa: leitura das líricas de João de Deus e dos Sonetos de Camões e de Petrarca e influência dos seus Amores (*Beatrice,* etc.); revolucionária, poesia de sentido humano e social: o poeta inspira-se nos *Chatiments* de Vítor Hugo, nos *Poèmes Barbares* de Leconte de Lisle, na poesia socialista de Saint-Simon, em Quinet, Michelet, Proudhon, etc...

Na última fase a poesia de Antero toma uma feição altamente filosófica e profundamente subjectiva.

As dúvidas, as angústias a crença, a fé, o amor, o tédio de viver, a aspiração ao Bem e à Liberdade moral, o culto da virtude e, por último, o desejo de morrer de se libertar para sempre dêste mundo mau e hipócrita: — tais as preocupações dêsse «cérebro prodigioso» onde «se cruzaram, embateram, e se fundiram, por fim, tôdas as correntes do pensamento moderno, desde o romantismo ao cepticismo crítico, desde o panteísmo ao pan-psiquismo», — como diz Luiz de Magalhães.

E acrescenta: «A história do seu espírito decorre, por êste lado, paralela com a história das ideas do seu tempo.

O seu génio encarnou, como em sucessivos avatares, as sucessivas metamorfoses da Metafísica contemporânea».

A obra representativa desta fase, isto é, «o testamento do poeta», são os seus imortais *Sonetos*.

Vivos testemunhos do drama mental de Antero, nêles se desenrola todo o drama de um século inteiro «na sua ânsia de emancipação e na sua simultânea impossibilidade reconstrutora»; e são, na história da literatura universal, a mais alta e esplendorosa floração, do «profundo e transcendente lirismo moderno».

O ilustre crítico norte-americano, Morley, a propósito dos *Sonetos* de Antero tem estas palavras de elevada elegância mental: «Neste prodigioso diário de uma alma profunda e sensitiva, pode dizer-se que existe um soneto para cada modalidade do homem intelectual».

E, noutro lugar, diz: «É síntese maravilhosa de filosofia especulativa e de viva imaginação emocional».

Lendo-os atentamente temos a impressão de que estamos assistindo à ressurreição de uma época histórica cheia de contradições inverosímeis e de aspirações generosas mas extravagantes.

Verdadeiros gritos de alma, os *Sonetos* daquêle que, pelo génio eminentemente criador e constitucionalmente plástico,

só teve no seu tempo um único rival, — e êsse foi Goethe —, os *Sonetos* de Antero são, finalmente, o testamento espiritual de uma humanidade que visiona ser feliz, mas que entretanto teima em ficar presa — eterno Promoteu! — ao grilhão do sofrimento e da dúvida, da dor e do desespêro...

Setembro de 1930.

RUI GALVÃO DE CARVALHO.

BIBLIOGRAFIA

Livros e jornais que consultámos para o presente ensaio: *Os Sonetos Completos* de Antero de Quental, prefácio de Oliveira Martins; António Sérgio, *Notas sôbre os Sonetos e as tendências gerais da filosofia de Antero de Quental; In Memoriam de Antero de Quental* (vários); Fidelino de Figueiredo, *História da Literatura Realista*, 2.ª edição (estudo sôbre Antero de Quental); Amiel, *Journal Intime;* Guyau, *L'art au point de vue sociologique;* Th. Ribot, *Essai sur l'imagination créatrice*, 7.ª ed., *L'Hérédité psychologique*, 11.ª ed.; Jaime Cortesão, *A arte e a medicina* (Antero de Quental e Sousa Martins); Aristides da Mota, *Alguns apontamentos acêrca de Antero*, in *Correio dos Açores*, de 17 de Abril de 1921; Luiz Ribeiro, *O Regionalismo Açoreano na obra de Antero de Quental*, in-*Correio dos Açores*, de 10 de Setembro de 1922; Rabindranath Tagore, *La Religion du Poète*, Paris, 1924; G. Moniz Barreto, *Perfil de Antero*, repr. in-*O Localista*, de 6 de Junho de 1901; António Sardinha, *Ao principio era o verbo*, Est.º — *O Verdadeiro Antero;* Joaquim de Carvalho, *A evolução espiritual de Antero;* e G. Morley, *Poemas of Anthero de Quental.*

Para o estudo do génio poético, vid. N. Kostyleff, *Le mécanisme cérebral de la pensée;* A. Rémond (de Metz), et Paul Voivenel, *Le Génie littéraire*, Paris, 1912; Möbius, *L'hérédité du talent poétique;* Hirth, *Physiologie de l'Art*, Paris, 1892; Paulhan, *Psychologie de l'invention*, Paris, 1900; Régis, *Génie et talent* (J. de méd. de Bordeaux, 1901–1902), etc., etc.

(Continua).

MIGUEL EYQUEM,
SENHOR DE MONTAIGNE(1)

Em seguida, parece-lhe que a boa morte será aquela em que se não pensar na vida que se deixa, como a vida perfeita aquela em que se não pensar na morte que se aproxima. Preparar-se contìnuamente para a morte é uma anticipação tão grotesca como a do homem que, lembrando-se do frio e das neves do Natal, se cobre logo no S. João de fortes peles. Cada coisa a seu tempo: devemos aceitar a morte com resignação, como uma boa coisa natural. Assim o seu dente: já não servia, tinha acabado o seu trabalho, caíu-lhe sem dor; a natureza cuidadosa velava por êle — e Montaigne espera confiadamente que, chegada a sua hora, esgotadas tôdas as fôrças, inútil, a Morte o virá também colhêr de mansinho; e haverá na sua alma tranqüilidade e satisfação da vida que levou.

Porque isto parece essencial a Montaigne: que cada um se sinta satisfeito consigo; que a recompensa da boa acção esteja em se ter sentido que se seguiu a «droiture» e que ter-se feito o contrário seria proceder mal; são bens inestimáveis o «contentement qu'une conscience bien réglée reçoit en soi de bien faire», a «fierté généreuse» que acompanha a consciência do bem.

Eis o bastante para que se tenha uma sólida moral: a a sinceridade; Montaigne aborrece mais que ninguém os

---

(1) Cont. do n.º 3, pág. 336.

que «envoient leur conscience au bordel et tiennent leur contenance en règle», os hipócritas de grandes princípios e lamentáveis acções, os que têm, na sua frase, opiniões supercelestes e costumes subterrâneos. O grande vício que se deve evitar a todo o custo é a mentira; desde que a deixemos entrar na alma já nada poderemos fazer contra a corrupção inevitável.

A moral de Montaigne é, a-pesar-das suas aparências, difícil, e severa; êle mesmo diz que é fácil seguir os extremos, difícil ir pela estrada do meio, larga e aberta. E que a sua virtude «refuse la facilité comme compagne». Dado êste rigorismo, há uma contradição que devia parecer curiosa aos seus leitores: Montaigne não admite o arrependimento; parece que, multiplicando-se a possibilidade do êrro pela confessada dificuldade do caminho seguido, o homem a cada passo se devia arrepender das más acções praticadas, e encontrar nesse arrependimento uma indicação para o futuro. Não sucede assim: Montaigne vê no arrependido um homem que recuou e não que realizou um progresso moral; não nos deve ficar na alma a tristeza pelo mal que fizemos, a dor de ter errado e a humilhação diante de nós próprios; apenas o desejo de nos curarmos do defeito e a confiança optimista em que o poderemos fazer.

Em resumo, Montaigne só admite e aceita como boa a «juste mesure», o equilíbrio entre as tendências contrárias e eis uma confirmação bem clara do pirronismo a que se acolhera. Mas êsse justo meio era nêle o ideal; na realidade, sentia que em si existia a tendência para a desmesura, o seu temperamento, complexo e contraditório, criava-lhe dificuldades. E encontramos neste homem um exemplo bem curioso de frenação da personalidade por meio da razão; só assim, por uma vigilância contínua, Montaigne conseguiu que os pés lhe andassem ao mesmo ritmo da pena, segundo a sua própria expressão.

No fim de todos os esforços conseguia ter sempre a alma «non seulement saine, mais certes d'une bien allègre et bien nette santé».

Concebendo Montaigne uma moral activa, bem adaptada ao homem e cônscia da sua fraqueza, algum dia seria levado a pôr o problema das relações entre moral e política. Tinha para o guiar um livro célebre do princípio do século, *Il prince* de Maquiavel, que se ia tornando como o catecismo de todos os príncipes e provocava as mais ásperas discussões.

Para uns, como por exemplo Gentillet, Maquiavel não era mais do que um «puant menteur» e ninguém lhe devia seguir os preceitos políticos, tão contrários à boa moral; para outros *O Príncipe* não podia deixar de ser o breviário do governante, porque se não administra um país, se não alarga um território nem se conduz bem uma negociação se se não chama em auxílio a mentira e a fôrça; a traição, o assassínio, tudo tão necessário em política, de modo algum são compatíveis com a moral; e, para êstes, *politique d'abord*.

Os adversários, assim, não poderiam naturalmente chegar a entender-se, visto que estavam em campos diversos; uns colocavam-se no terreno estrito de moral, os outros no terreno da política. Já vimos, a propósito da *Apologia de Sebond,* como Montaigne gosta de passar ao campo do antagonista e findar nêle o combate; efectivamente, o que interessa a Montaigne não é demorar muito a luta e iludir o adversário: bate-se para descobrir a verdade e não para que o público aplauda os golpes dos campeões; passando ao terreno do inimigo, tem tôdas as probabilidades de mais depressa o convencer de falsidade ou de, por sua própria iniciativa, se render e «quitter les armes» ante a verdade.

É o que faz aînda desta vez; passa decididamente a discutir a questão sob o ponto de vista político como pretendiam os partidários de Maquiavel. Distingue com êles a política de moral e aceita que são diferentes as condições

em que se exercem, que muitas vezes de facto o príncipe precisa de passar em claro a crueldade das suas ordens. A observação dos homens, que o levara a estabelecer uma moral, indicava-lhe que a política por vezes teria de diferir nos processos. O fracasso da sua tentativa de construir uma moral para todos — que acabara por ser uma moral só dêle — indicava-lhe que um negócio de comum, a ciência política não poderia repousar sôbre iguais princípios. Se o que êle achava moral não servia para todos, como havia de deixar de compreender que não pode ser moral o que tem de ser necessàriamente (pelo menos em teoria) o serviço de todos?

Posta a questão assim, aceitos, portanto, os princípios de Maquiavel, Montaigne faz notar que, no entanto, a franqueza e a lealdade são processos que não deixam de dar também seu resultado em política; êle próprio fizera experiência dêles na sua *mairie* e não se tinha dado mal; mas talvez nas grandes negociações o caso fôsse realmente diferente e então Montaigne, em lugar de censurar o príncipe que adoptasse procedimentos anti-morais, louva aquele que, mesmo para salvar o reino, não se sente com fôrças de infringir as regras morais e não julga nenhuma doença digna de tão violento remédio.

Aceitando, pois, que a política tem normas especiais, Montaigne, por um lado, não solidariza o homem com o funcionário e, por outro lado, admite a abstenção da política; escreve que «quem não vive para os outros também não vive para si», que é bom que todo o cidadão se interesse pelas coisas públicas; no entanto, a abstenção parece-lhe também uma atitude muito justificável, porque, se em política é preciso fazer o mal, deixemos a tarefa aos que se sentirem mais dispostos para ela.

A solução do problema é, para Montaigne, deixar que cada um faça o que entender; e sente-se que o filósofo está vacilante entre as suas leituras dos antigos que, geral-

mente, lhe ensinam o dever de velar pela *polis* ou pela república e o desejo de abstenção, de submissão ao mais forte, que vão permitir tôda a política absolutista do século XVII.

Por sua parte, foi em política até onde quis, sem mentir, sem matar, respeitando os adversários e separando o bom do mau, num e noutro partido; mas sente que não é talvez assim que se estabelece a grandeza e o poderio de um país, que tal procedimento mal chega para Bordeus; e a sua audácia não é ainda tão grande que pregunte para que serve a fôrça material de uma nação e o seu desejo de domínio sôbre as outras.

Mas o que Montaigne compreende é que a idea de pátria não é talvez a mais importante para o homem; que a humanidade é a grande pátria e que devemos fazer todo o possível por nos integrarmos nela, por nos sentirmos cidadãos do mundo, como Sócrates. Montaigne sente-se irmão do polaco longínquo, nenhum homem lhe é estranho. E, quanto à França, sente-se francês apenas pela grande cidade que tem desde a infância todo o seu amor, por Paris, que Montaigne adora até nos defeitos. Montaigne é um internacionalista decidido.

A-pesar-de tudo, obedece às leis do país em que vive, o que é nêle, talvez mais do que qualquer outra coisa, o desejo de que as leis o não incomodem; as leis do país são naturalmente as que o rei dá como boas e o rei é o poder legítimo, o único aceitável porque tem por si a tradição. Montaigne, apatriota no fundo, é tudo quanto há de mais conservador em política; odeia a «nouvelleté» e parece-lhe que a revolução necessária para a impor causará mais prejuízos de que o regime estabelecido.

Montaigne *conserva*, não por convicção de que é bom o que defende, mas por estar no receio de que seja pior o que virá substituir. ¿Há aqui uma contradição com o Montaigne que, furiosamente, derruba a Moral, a Lei, a Justiça,

o Dever, a Igreja, numa revolução formidável, ou a comparação entre o resultado a que o levou essa revisão de valores e aquele a que possìvelmente conduziria uma revolução política ou social? Vamos pela segunda hipótese que é talvez a que explica melhor o seu pirronismo político.

Além de tudo o conservador não se deve ligar tão fortemente ao seu partido que não tenha senão as opiniões que lhe fornecem; deve ser capaz, como Montaigne dizia de si próprio, de queimar uma vela por S. Miguel e outra pela serpente, e de se não prender «plus que modérement et sans fièvre» à causa geral e justa; e, sobretudo, nada de imóvel firmeza nas opiniões; obstinado, firme, calmo, grave — só o burro, diz Montaigne; diz e, claro está, pensa-o.

A sua atitude religiosa é, em suma, a sua atitude política transportada para outro terreno; segue todos os preceitos da Igreja, comunga, confessa-se, vai à missa, recita a cada passo o Padre-Nosso, em uso talvez até exagerado, visita o Papa, morre como bom católico, cumpre todos os deveres que lhe impõe a sua religião tradicional. Mas, note-se bem, todos os deveres exteriores.

Já Stapfer, creio eu, notou que o catolicismo é uma religião extraordinàriamente cómoda para quem deixe de ser cristão; o católico praticante, então, vive num paraíso delicioso, visto que a trôco do cumprimento de um determinado número de práticas tôdas exteriores, pode cerrar sôbre a religião uma porta perfeitamente estanque que lhe permite depois pensar como quere. A Igreja tem vindo quási sempre assim, mas ora se orienta para o acôrdo com o século, como na Renascença, ora o combate com a Inquisição. O espírito determinante e as circunstâncias que permitem, nos dois casos, actos anti-cristãos são sempre os mesmos.

No século XVI o catolicismo conciliava-se com o mundo; Erasmo estava em esplêndidas relações com Roma, dois Papas sucessivamente o tinham querido fazer cardial; o

próprio Montaigne tinha sido afinal bem tratado pela censura do Vaticano e ainda lhe tinham apresentado as mais lisonjeiras desculpas, o Pontifice mesmo lhe tinha pedido que continuasse defendendo sempre a Fé. De modo que ninguém no século XVI — excepto o obscuro frade que censurou os *Ensaios* — pressentia em Montaigne um forte inimigo do catolicismo.

Já no seculo XVII, com o espírito crítico bem apurado, o mesmo não sucedeu; Saci, o fino homem de Pord-Royal, declarou no seu diálogo com Pascal, que, se Montaigne em tudo o que disse pôs sempre de parte a Fé, «nous qui avons la Foi, nous devons mettre à part tout ce que dit Montaigne». O desacôrdo entre os *Ensaios* e a Igreja é de facto grande e fica perfeitamente marcado quando o livro é pôsto no *Index*.

Montaigne começava por distinguir três ordens de fiéis; uma de que faziam parte os camponeses do seu domínio, a pobre gente do povo, os ignorantíssimos curas de aldeia, todos os simples e todos os incultos; êsses eram verdadeiramente os bons fiéis, os que acreditavam tudo; porque os do grupo seguinte já corriam o risco de errar, por serem mais instruídos, mas ainda não tanto que pudessem, como os últimos, interpretar claramente e justamente as Escrituras e embrenhar-se nas difíceis questões teológicas. Resumindo tudo, temos o seguinte: uns acreditam por ser ignorantes, outros porque se elevam acima da religião e se lançam nos reinos do mistério; Montaigne, muito céptico e muito culto para ser dos primeiros, pouco místico para ser dos outros, fica no segundo grupo e não desdenha cometer o seu êrro.

E tem-nos dignos de nota, êste bom católico; nos milagres, sem os negar, tem uma fé extremamente moderada e crê que na maior parte — e dos grandes, como o das chagas de S. Francisco — são devidos ao que êle chama a fôrça

da imaginação; vê-se porque se crê ver, não porque de facto o fenómeno exista. Na questão dos exorcismos a sua atitude é idêntica, duvida, o que não está dentro das boas normas. E não queremos sequer abordar o problema de saber o que pensaria dos ritos mágicos do catolicismo um homem que supunha Deus inatingível pelos actos humanos.

Em moral preocupa-o também uma questão que o catolicismo resolve de maneira clara: a do suicídio. No seu tempo de estóico, admira a morte de Catão que, segundo diz, parece ter sido escolhido pela natureza para «montrer jusqu'où l'humaine vertu et fermeté pouvait atteindre»; depois, no período último do seu pensamento, se já não admira tanto o suicida de Útica, admite, no entanto, que haja para o homem a liberdade de escolher entre a vida e a morte; se a primeira o aborrece, pode entrar na segunda sem que o seu acto seja condenável. Tudo está apenas nas circunstâncias que determinam e envolvem a acção; a mesma coragem se pode mostrar em viver ou morrer.

Vimos também que Montaigne não aceita a imortalidade da alma e, por esta atitude, se revela não sòmente mau católico, mas o que é mais grave, mau cristão; eis a razão principal que faz diferir as moras de Montaigne e da Igreja e o faz entrar em conflito aberto com o próprio pensamento de Cristo. Numa palavra, passa a ser o homem anterior à salvação, entra no mais perfeito e puro paganismo, no amor da vida, da natureza, da humanidade.

Eis a causa da sua hostilidade contra a Reforma, a mais importante de tôdas, a juntar-se porém a algumas outras — horror das novidades, convicção de que a religião deve ter alguma coisa de material, a confusão que fatalmente criava o exame da Bíblia; a Reforma repugnava lhe pelo que tinha de antipagão, de renovador das crenças primitivas do cristianismo. Mas talvez nunca o tivesse visto nìtidamente o senhor de Montaigne que declarava aceitar as «saintes prescriptions

de l'Église catholique, apostolique et romaine, en laquelle je meurs, et en laquelle je suis né»...

Mas de-certo pensava, como La Boétie, na necessidade de corrigir a Igreja e teria talvez dito, como o nosso Frei Bartolomeu, que os excelentíssimos e reverendíssimos cardiais precisavam de uma excelentíssima e reverendíssima reforma; contudo, como na reforma se incluía uma revolução, tanto do seu horror, logo se acomodou com a maneira como as coisas se apresentavam e soube viver com êles em santa paz.

Pirronismo, pois, de ponta a ponta do pensamento de Montaigne; balança que persiste em equilibrar cuidadosamente os pratos, mas que, no entanto, por ter pesado tudo com tanta cautela, irá permitir que se tirem algumas conclusões. Em primeiro logar, que o conhecimento metafísico é impossível e que a atitude mais prudente é a de ignorar o problema; depois que é possível estabelecer algumas ideas gerais, «universelles, indubitables»; que a Verdade é coisa de tanto preço «que nous ne devons dédaigner aucune entremise qui nous y conduise»; que se deve pensar livremente, mesmo fora de tôdas as regras estabelecidas, sem mêdo da dúvida e da contradição; que a personalidade é um elemento de incontestável valor e que devem procurar aumentá-la dentro de nós; que é preciso saber «se ranger et circonscrire».

Se conseguiu estabelecer estas certezas por intermédio de razão, Montaigne confia nela, embora lhe ponha limitações, mas é uma razão nova, ágil, desembaraçada de tôda a poeirada secular, uma razão que os mestres não ensinaram; que se fêz a si própria, se reconheceu e se cultivou, *pensando,* não *discutindo.* Se Montaigne agora lhe der um método ela é sem dúvida capaz de chegar a outras certezas, de reüni-las em afirmações mais vastas, de chegar a constituir uma verdadeira ciência.

Para que Montaigne encontre o método basta que observe

o caminho que a sua inteligência percorreu; é outra vez a psicologia, a introspecção, que vai indicar a Montaigne o bom método, aquele que avança lentamente, preocupado com tudo, dando importância a todos os pequenos resultados, não os aceitando sem experiência, nem os ensinando sem prova. É todo o método de ciência moderna? De certo que não, nem é êsse o papel que toca à Renascença e a Montaigne; mas é, finalmente, o que determinará a eclosão da razão e dos métodos modernos. Examinemos os elementos que o constituem.

A fôrça impulsora estabeleceu-a Montaigne no desejo que tem o homem de procurar a Verdade; ia-lhe parecendo que a dúvida, como dúvida, como fim e não como meio, é alguma coisa de bem estéril e escreve a um dos seus amigos que é inútil a vida do homem que a passa simplesmente a pôr em dúvida tôdas as noções recebidas; a dúvida é, para Montaigne, o simples ponto de partida, mas, como tal, indispensável. A obrigação principal do homem, aquilo que finalmente o distingue de outros animais e o torna superior a êles, é a busca da verdade, tão contínua, tão essencial que todo o mundo se torne «école d'inquisition».

Mas procurar a verdade tinha sido também a preocupação dos medievais, se pusermos de parte os exageros de alguns e a lamentável secura da decadência; o velho Aristóteles também quisera fixar a verdade — e, no entanto, a falência tinha sido inevitável. ¿Será que o amor da Verdade não basta para que o homem progrida verdadeiramente? É a opinião de Montaigne e o que o leva a estudar a lógica escolástica e afirmar que nunca ninguém «a pris de l'entendement en la logique», que se trata de uma série de princípios absurdos, de um encadeamento de silogismos que não conduzem a nada, senão a uma «parlerie» incompreensível e insuportável.

Abandonando, pois, tôdas as regras da escola, Montaigne

põe-se directamente em face do fenómeno a estudar e enumera as precauções que se devem tomar para evitar o êrro. Já vimos como a propósito de milagres, Montaigne, aceitando sòmente os que vêm na Bíblia — e por conveniências exteriores — se inclinava a explicar os outros pela «force d'imagination», como quem diria pela sugestão. Eis, pois, o primeiro perigo a que tem de fugir o observador: espírito varrido de preconceitos, capaz de aceitar tôdas as soluções, de compreender e amar tudo o que seja diferente do que êle próprio pensa, deve colocar-se, ante o fenómeno, numa atitude, por assim dizer virginal. Nada, portanto, de se arriscar a ver aquilo que apenas julga ver.

Surge depois a necessidade de estabelecer a verdade do facto observado, o que é para Montaigne essencial. Nota que, em geral, os homens, ao observarem os fenómenos, procuram logo determinar-lhes as causas e não se asseguram primeiro de que estão tentando explicar o que realmente se deu; antes de preguntar «Comment est-ce que cela se fait?» coloca Montaigne outra interrogação mais importante «Mais se fait-il?»; Montaigne vai antes pelas «choses» do que pelas «causes» — com o seu grande sentido das realidades e o seu espírito de homem da Renascença que via no processo contrário a razão de todo o estéril palavriado da escolástica.

Era mesmo a única maneira de sair da passagem difícil em que os descobrimentos e as invenções recentes tinham pôsto a razão humana; esta sentia-se vacilar, desconfiava de si, ante a grande massa de factos que se sentia na obrigação de explicar; a tarefa simplificava-se se a razão passase apenas a querer verificar e, robustecida, neste contacto com o real, depois partisse a procurar as causas. Mas não basta, certamente, a pretensão de estabelecer a verdade de um fenómeno, para que ela fique realmente provada, nem se pode fàcilmente fugir à sugestão. O que aconselha Montaigne? A experiência.

Parece que tem havido um equívoco quanto à palavra *experiência* empregada por Montaigne e que se tem confundido o seu sentido vulgar — repetição provocada de um fenómeno ou ensaio de verificação de uma hipótese — e o sentido que tem por exemplo na expressão «experiência da vida» e que é afinal a sua verdadeira significação etimológica; efectivamente a filologia tem ligado o *experior* latino com *peritus* e com *periculum* — o que tudo dá a idea não do homem que provoca a repetição ou fêz o ensaio, mas daquele que espera a renovação do fenómeno.

A experiência moderna não aparece ainda a Montaigne, mas o caminho está indicado; se se pode chegar a determinar a verdade de um facto pela repetição, alguém um dia terá a idea de o renovar artificialmente, à sua vontade, para o estudar melhor ou para tentar um resultado, para fazer uma descoberta.

Já se notou que Montaigne não faz experiências; e tem-se dado como razão explicativa suficiente a sua inabilidade manual, as suas mãos «gourdes», a sua ignorância da vida prática; talvez, mas é também possível que nunca tivesse acudido a Montaigne a idea de fazer uma experiência. A sua atitude ante os fenómenos é afinal um pouco como a dos Caldeus que iam notando cuidadosamente tôdas as fases da lua, todo o curso dos astros, todos os eclipses, certos de que alguma coisa surgiria da acumulação dos dados.

E surgiu de facto a ciência grega, porque os helenos puseram em termos de razão matemática as observações de todos os povos orientais que tinham com êles relações. É também o processo de Montaigne e o que êle aconselha para a utilização das experiências. E novamente chama a atenção para a necessidade de desembaraçar a razão de todos os argumentos e discursos «appelés du dehors», para que ela fique não «variable et particulière à chacun», à mercê dos subtilizadores, mas universal e constante.

Tomada em si mesmo a experiência é difícial; o mundo, como estabelecera Montaigne, é «branle», «branloire», sempre em movimento; mas agora já não crê num heraclitismo puro e admite a possibilidade de um retôrno a formas anteriores, o que permite a generalização; de resto, nenhum fenómeno se repete exactamente nas mesmas condições e é necessário que o observador registe também as diferenças.

Como conseqüência vem que se deve reünir um grande número de experiências cujos relatos fiéis permitam a comparação; fazer sempre que possível as contraprovas, de modo a obter-se a certeza de que os sentidos nos não enganam e seguimos o bom caminho; repetir ainda as experiências, incansàvelmente, sem pressa de chegar a uma conclusão. É já, em princípio, uma deontologia de laboratório.

Supunhamos, porém, que se observa determinado fenómeno; até quando devemos continuar as experiências, as contraprovas? Sempre? Se estamos condenados a repetir as experiências dos antecessores, quando se chegará a estabelecer a lei? Montaigne é assim naturalmente levado a tratar da autoridade dos testemunhos. A questão era na realidade difícil porque, por terem acreditado cègamente no que afirmavam Aristóteles e os seus comentadores antigos, os da Idade-Média tinham-se visto desmentidos pelos factos. ¿Ir-se-ia renovar o culto da autoridade ou condenar-se a uma repetição estéril? O *distinguo* de Montaigne tinha aqui a sua utilidade e logo via que os escolásticos não tinham nem repetido as experiências, nem procurado estabelecer leis e que, portanto, podiam ser perfeitamente postos de lado.

Mas, frente a frente da questão, Montaigne não se resolve; não lhe acode nenhum processo de verificar a experiência sem a repetir; como fêz a muitos outros problemas, simplesmente o aponta, sempre com a confiança optimista de que um dia lhe hão-de encontrar solução. Afastado da

ciência, Montaigne limita-se a explicar a atitude que adopta na história, mais do seu «gibier», como êle diz, quer no que aceita dos outros autores quer no que, por sua vez, transmite ao leitor.

Quanto à primeira face da questão, Montaigne, de um modo geral, vai mais pelos gregos e latinos do que pelos medievais, e aqui se manifestam bem as suas tendências intelectuais, mais pela origem de que pelos comentadores; mesmo diante dos antigos, a sua atitude não é, porém, de fanatismo, como já vimos: confronta entre si as testemunhas, como costumava fazer em Bordeus, pregunta a cada uma aquilo em que lhe parece estar melhor informada, mas lê tudo o que lhe venha à mão, e escolhe depois o que lhe parece mais verosímil. Quanto ao que narra, fá-lo com todo o desejo de ser verdadeiro, mas salvaguarda os êrros a que o pode levar a sua ignorância: «Ma conscience ne falsifie pas un iote, ma science je ne sais».

Note-se bem que, de dois factos, escolhe o mais verosímil mas nem por isso lhe parece que se deve rejeitar tudo o que ultrapassa a verosimilhança; pôr limites ao que pode ou não pode suceder é, para Montaigne, julgar a «puissance de notre mère nature» segundo as restrições da razão; a atitude científica parece-lhe ainda a dúvida e não a negativa terminante. A-pesar de estar convencido de que a ciência deve trabalhar apenas com a realidade e das suas reduzidas preocupações metafísicas, não crê que a ciência possa vir a resolver os problemas da metafísica, embora consiga reduzir o campo do sobrenatural, e deixe finalmente coexistir Fé e Razão, mas em compartimentos separados, de modo que se não prejudiquem mùtuamente.

Encontrado o método, fundado na experiência e na razão, Montaigne pensa que chegará a resultados bem interessantes aquele que não perder como êle quási todo o seu tempo a desembaraçar-se das noções recebidas, aquele que, numa

palavra receber uma educação nova. Por outro lado, Montaigne tem agora, completo no seu espírito, um ideal de homem, com tôdas as qualidades que Montaigne sentia em si próprio e sem os defeitos que encontrava na sua maneira de ser. Chega assim à necessidade de estabelecer os princípios de uma pedagogia que não será moderna e perfeita, naturalmente, mas que terá uma qualidade que, quási sistemàticamente, desprezam os pedagogos modernos: a de vir como resultado e complemento de uma filosofia.

Efectivamente, a pedagogia nossa contemporânea, tôda experimental, tem manifestado grande desejo de ser genética, dinâmica, funcional, de preparar o aluno para a vida e de fazer dêle um homem; mas tem-se esquecido, parece, de que ainda não disse para que vida o prepara, nem que espécie de homem quere fazer dêle; tôda preocupada com os meios, não se tem importado com os fins que, no entanto constituem o ponto mais importante da questão. De outro modo a pedagogia condena-se a não ser mais de que uma técnica.

Em Montaigne é exactamente o fim que lhe parece essencial e nunca o perde de vista, mesmo que se demore a explanar os meios de o atingir. O problema de que parte mostra que muito mais lhe interessa o homem a formar de que o aluno; o futuro do que o presente. Não se julgue, porém, que, sendo assim, se pode chegar à brutalidade dos processos, ao desprêzo das condições fisiológicas e psicológicas das crianças. O objectivo em Montaigne condiciona o método.

Notara que os homens que sabiam muito não eram os mais inteligentes e os que melhor se conduziam na vida; que, como diz Rabelais, *magis magnos clericos non sunt magis magnos sapientes:* o latim é bárbaro, mas o pensamento é bom — e era o contrário que em geral acontecia (e porventura acontece) aos bons latinistas. ¿Como se compreendia

que, sabendo de cor tantos bons preceitos de filosofia, tantas sentenças de homens ilustres, continuassem «sans s'amender», não digerindo o que comiam? Por muito tempo Montaigne esteve sem descobrir a razão do fenómeno, mas lembrou lhe um dia de que talvez o julgamento se asfixiasse com tanta ciência e que seria bom tentar um novo sistema de educação, que, embora à custa de uma diminuïção de saber, exercitasse mais o raciocínio do aluno.

Porque Montaigne desconfia da possibilidade de congraçar as duas tendências e nisto se vê de novo a diferença entre êle e Rabelais; verdade que êste último escrevia para gigantes, de maravilhosa capacidade de trabalho, e Montaigne para o filho de Diana de Foix, pessoa naturalmente de estatura comum e fidalgo, o que o diminuía ainda talvez um pouco mais. Dum lado há, porém, a tentativa de criação do *super-homem,* no outro a do *homem,* tal como o entendia Montaigne: equilibrado, governado pela razão, bem discernente, mas não para discutir com os escolásticos estranjeiros, rijo pulso, mas não para fazer habilidades de hércules de feira.

É certo que, no tempo de Montaigne, a pedagogia vulgar modificara-se muito pelo afluxo de novas ideas e pela influência das obras sôbre educação que publicavam Vives, Erasmo e muitos outros; mas, se já não se inflingiam aos alunos os gramáticos como Donato e Teodoleto e se passara a fazer o estudo directo dos textos, numa maior preocupação da beleza da forma do que do comentário filológico, apenas quási se ganhara com isso a invasão da retórica, uma renascença dos tempos de Quintiliano e de Séneca o Velho. Substituíra-se um exercício de memória por outro.

Contra tais princípios parte Montaigne em guerra aberta, proclamando a necessidade de desenvolver sobretudo a inteligência do aluno, para que depois resolva as questões por si próprio, se puder, mas sem ir logo buscar, para que tra-

balhem por êle, as inteligências de Platão ou de Séneca. E que antes de tudo se crie um bom animal, sólido à fadiga, resistente à doença, apto para a luta da vida, forte apoio do pensamento e cumpridor fiel das ordens do espírito; os estudos não são muito longos nem muito complicados — o que é necessário é que se ensine a estudar, a trabalhar pelos próprios meios; viagens, contacto com os homens e não a prisão dos colégios — mesmo do de Guiena; nada de violência na educação, tudo por meios suasórios, pela brandura.

Esta pedagogia tem defeitos, certamente, porque quási suprime o esfôrço do aluno e atende, como a moral de Montaigne, apenas às naturezas boas; aos maus deve-se torcer o pescoço ou pô-los a pasteleiros, ainda que sejam filhos de duque; há aqui em Montaigne uma certa insensibilidade, mas devemos lembrar-nos de que só muito tarde se principiou a estabelecer uma pedagogia dos anormais.

A supressão do esfôrço do aluno vai levar, realmente, ao diletantismo e aos salões do século XVII, mas nem Montaigne é culpado dos exageros a que pôde dar origem a sua doutrina, nem o valor da sua pedagogia como reacção contra os métodos de ensino anterior fica por isso diminuído. E, se na obra de Montaigne está em germe o que haverá de bom no século seguinte, não é de estranhar que também o esteja o que haverá de mau. De resto, os salões, com o seu espírito de tolerância, de norma nas discussões, de lealdade, estão bem de acôrdo com os princípios da *Art de conférer* e não foram inúteis para a formação da mentalidade moderna.

Delineados o método e a feição espiritual de quem o há-de empregar, Montaigne considera cumprida a sua missão e sente a esperança de ter feito alguma coisa de útil; tudo o que sabe e tudo o que pensa passaram-lhe primeiro pela fieira apertada da razão; se muito deve aos livros, mais

ainda deve a si próprio; foi sempre honesto, bom, imparcial, aberto a tôda as ideas, a tôdas as opiniões; tratou os adversários com lealdade e defendeu, tanto ou mais do que a sua, a liberdade dos outros; detesta a violência e a intriga. Em face do futuro, o seu optimismo é heróico, claro e confiante.

AGOSTINHO DA SILVA.
(Bolseiro da Junta de Educação Nacional)

BIBLIOGRAFIA

PAUL BONNEFON — *La Bibliothéque de Montaigne* In *Revue d'Hist. Littéraire de la France*, 15 de Julho de 1895.

—— — *Montaigne et ses amis.* Paris, 1898.

—— — *Montaigne, l'homme et l'oeuvre.* Bordeus e Paris, 1893.

EDME CHAMPION — *Introduction aux Essais de Montaigne.* Paris, 1900.

LÉON FEUGÈRE — *Montaigne considéré dans sa vie publique* In *Caractères et Portraits Littéraires du XVIe siécle.* Paris, 1859.

V. GIRAUD — *Les époques de la pensée de Montaigne* In *Revue des Deux Mondes.* 1 de Fevereiro de 1909.

ALPHONSE GRÜN — *La vie publique de Montaigne, étude biographique.* Paris, 1855.

BENJAMÍN JARNÉS — *Montaigne, el fugitivo* In *Revista de Ocidente.* Setembro de 1927.

G. LANSON — *Les Essais de Montaigne-Étude et analyse.* Paris, s. d.

—— — *La vie morale d'après les Essais de Montaigne* In *Revue des Deux Mondes*, 1 e 15 de Fevereiro de 1924.

T. MALVEZIN — *Michel de Montaigne, son origine et sa famille.* Bordeus, 1895.

E. MËOT — *Des opinions et des jugements littéraires de Montaigne.* Auch, 1859.

PRÉVOST-PARADOL — *Les moralistes français.* 1890 (7.ª ed.).

RUEL — *Du sentiment artistique dans la morale de Montaigne.* Paris, 1901.

SAINTE-BEUVE — *Causeries du Lundi.* T. IV.

—— — *Nouveaux Lundis.* T. II e VI.

SAINTE-BEUVE — *Port-Royal*. Livro III.
P. STAPFER — *Montaigne*. Paris, 1919, (4.ª ed.).
F. STROWSKI — *Montaigne*. Paris, 1906.
PIERRE VILLEY — *Les livres d'histoire moderne utilisés par Montaigne*. Paris, 1908.
—— — *Les Sources des Essais*. T. IV da edição de Bordeus, 1920.
—— — *Les Sources et l'évolution des Essais de Montaigne*. Paris, 1908.
—— — *Les Essais de Michel de Montaigne*, Paris, 1932 (não utilizado).
JOSEPH DE ZANCRONIS — *Montaigne, Amyot et Saliat*. Paris, 1906.

HISTÓRIA DA LUSITÂNIA
E DOS POVOS QUE, PRIMITIVAMENTE HABITARAM A PENÍNSULA IBÉRICA (1)

LIBER SEPTIMUS

I. Elazarus enim, Amathiæ rex, Gadylcaro misit qui eum propter justitiam ac divitias laudarent et perferrent ad eum multa dona, inter quæ tres eminebant servi Aethiopici, quos emerat de Babyloniis multarum peritos artium.

Serpentem enim in iram concitarunt, purpuram præbentes, postea vero vultu imperterrito adierunt ad eum, et mordere volentem sine periculo ullo osculabantur.

LIVRO SÉTIMO

I. Ora Elazaros, rei dos Hemateus, mandou a Gadilcaro, rei dos Sidónios, um portador de muitos presentes, por meio dos quais êle louvava a justiça e dons do dito rei; entre estes presentes avultavam três escravos Etiópicos, cuja perícia em diversas artes era suma e dos primeiros em Babilónia.

Pois, apresentavam uma serpente, cuja ira excitavam por meio dum pano de púrpura; mas depois que viam o réptil dirigir-se para eles com aspecto feroz e mordê-los com ânsia, punham-se a beijá-lo, sem receio.

---

(1) Cont. do vol. 84.º, pág. 479.

Neque etiam quidquam passi sunt, gladium utrinque acutum per os immittentes usque ad scrobiculum cordis.

Talia atque alia, multa agentes magna cum voluptate spectabat Gadylcarus, multisque honoribus ornavit; primo enim scribæ dedit munus; secundum classi præfecit; tertio autem, quod daret, non habebat, cum nec scribendi movisset artem, nec bellicarum rerum peritus esset; et si etiam harum rerum fuisset peritus, tamen nihil instituere potuisset, quum ne Sidoniorum quidem intelligeret dialectum.

Hunc igitur rex creavit judicum principem; ejus autem loco alii erant in portis, qui judicis officis fungerentur.

Uberrime Gadylcarus viris his vestes suppeditabat magni-

Nem lhes sucedia nenhum mal, também, se algum deles se deixava atravessar com uma espada até tocar no coração.

Tais e outras habilidades que eles fazem com grande perícia admiraram Gadilcaro que lhes tributou grandes honras; ao princípio, porém, ficou perplexo por ter dificuldade em conceder-lhe um prémio, mas depois, considerando melhor, deu ao primeiro deles o lugar de escrivão da côrte; ao segundo, nomeou comandante em chefe da esquadra nacional; ao terceiro, como não possuía habilitações e porque não dispunha dum lugar apropriado aos seus dotes, nem tão pouco êle fôsse perito em assuntos de guerra e ainda que fôsse sabedor de tais práticas, também, ao tempo o rei nada possuía que lhe pudesse oferecer e demais disto, êle monarca, não conhecia cabalmente a língua dos Sidónios, não lhe deu nenhum emprêgo.

A pesar-disso, fê-lo juiz suprêmo de tôda a administração do Estado; o seu lugar, porém, era às portas da cidade, coadjuvado por vários assistentes, cuja função era o exercício fiscal ou guarda-barreira.

Gadilcaro forneceu aos sobreditos homens, com grande generosidade, vestes magníficas e muitos bens de fortuna;

ficas multasque divitias; in eadem etiam cum rege habitabant arce, ut rex, si forte insomnis exsisteret, eos posset arcessere, et rara eos et mirabilia illa perficientes adspiciendo tempus consumere.

Injustarum vero sententiarum auctores, multosque nummos extorquentes, Sidónios gravissime vexabant.

Regibus etiam in odio erant, insolentius enim sunt usi Aradiorum rege; Berytiorum vero principem qui summum imperium in bello contra Gigantes appetebat, prohibuerunt, quominus acciperet.

Hoc modo omnes reddiderunt iratos.

II. Gadylcaros autem, cui non erant liberi, ut filium adoptaret sucessoremque eligeret Bartopham Tyrium persuase-

---

passaram também, a viver com o monarca no mesmo palácio porque Gadilcaro era constantemente atacado por grandes insónias, e quando assim era, fazia-os vir à sua presença a-fim-de conseguirem à fôrça das suas facécias e admiráveis trabalhos de prestidigitação, que o rei sentisse menos o efeito do mal, entretido com êles em tais diversões.

Mas eles eram autores de sentenças injustas e muito exigentes em dinheiro e como tal vexavam gravìssimamente os Sidónios.

Tornaram-se odiosos, também, com os reis de certos países, pois tinham por costume ser insolentes com o rei dos Arádios e propositadamente, ainda mais com o dos Berítios, a quem procuravam com suma autoridade opôr-se a que travassem guerra contra os Gigantes, proïbindo-lhes sequer, a que o tentassem.

Por causa disto, estes povos voltaram para os seus lares proclamando vingança.

II. Mas Gadilcaro de quem não havia filhos, persuadiu os Tírios a adoptarem Bartofas, seu filho adoptivo, como futuro sucessor ao trôno. Os Etiópes aceitaram a proposta de

runt Aethiopes, quia ab hoc multa dona magnifica acceperant Beryti tamen et Aradi reges ex gente Ochritobimalorum (quo nomine appelabantur ii qui a Bimalo originem ducebant), qui Bartophæ invidebant summum imperium nec tamen ei eripere poterant potentia evertere statuerunt Aethiopes, regis sententiæ auctores.

Eos igitur accusarunt, tanquam magni regis vitæ, insidias paravissent, falsisque datis, testemoniis, Gadylcaro persuasserunt, ut catenis vinctos in Cittium insulam demoveret.

III. Paullo post obiit Gadylcarus, quadragessimo tertio regni anno, posteaquam Balmaborot viginti novem annos Bybliorum tenuit imperium.

Ochritobimali deinde, penes quos Beryti et Aradi insularemque erat imperium, exercitum instruxere classemque ar-

---

ser portadores do convite, porque sabiam que tal incumbência lhes renderia presentes magníficos. Os reis dos Béritos e Arádios descendentes dos Ocritóbimalos (que assim se chamavam os que deram à luz a Bímalo), os quais tinham também inveja do grande poder de Bartófas, não puderam arrancar-lho igualmente, não obstante contarem com o grande auxílio dos Etiópes, que aqueles monarcas julgavam competentes para derrubar por meio da sua sentença, todos os reis.

Não vendo, portanto, outro meio, acusaram-nos, (ao passo que preparavam grandes ciladas e davam falsos testemunhos, tudo com o fito de atentar contra a vida dos reis), a-fim-de persuadirem Gadilcaro de que eram aqueles monarcas, os culpados de tôdas as desordens, só merecedores de ser mandados debaixo de ferros, para a ilha de Cittio (Chipre).

III. Pouco depois morreu Gadilcaro, ao fim de 43 anos de reinado, ao qual sucedeu no govêrno dos Biblios, Balmabórot, durante 29 anos.

Mais tarde, os Ocritóbimalos, entre os quais estavam os Béritos e Arádios como seus subditos, organizaram um exér-

maverunt, ut de summo imperio dimicarent cum Bartopha, cui Byblii et Obdalius, Mylites insulæ regulus, auxilium tulerunt.

Neutram vero partem secutis Sidoniis obedire erat constitutum ei, qui victoriam esset reportaturus.

Jam vero cum Bartophas vicisset atque omnia sibi oppida subjecisset, Ochritobimali in insulas confugere multasque condiderunt colonias.

Bartophas in oppida misit reges, quos ex suis elegerat comitibus, neque apud Sidonios degebat, quia eum non adjuverant, sed in Tyriorum urbe, quæ ex eo deinceps tempore princeps est omnium urbium et maritimarum et mediterranearum.

---

cito e armaram uma frota a-fim-de combater o grande poder de Bartofas, contra o qual os Bíblios e Obdálios, pequenos potentados da ilha Milita (Malta), andavam em rixa.

Os Sidónios porém, não deram preferência a nenhum dêles, porque a lei do seu país não lho permitia, sobretudo, ao tratar-se de povos que fôssem portadores da vitória.

Além disto como Bartófas vencesse e sujeitasse tôdas as cidades ao seu poder, os Ocritóbimalos, a-fim-de não sofrerem a sua tirania, refugiaram-se nas ilhas e fundaram muitas colónias na mesma região.

Bartófas nomeou os reis como seus delegados nas cidades, os quais por sua vez elegeram representantes, pequenos potentados; estes preencheram os cargos públicos por pessoas da sua confiança à excepção dos Sidónios, junto aos quais Bartófas não quis delegados nem tão pouco representantes dos poderes públicos, porque como êste povo não o tinha coadjuvado, mas tão só os Tírios que desde então foram os primeiros de todos os povos, Bartófas nomeou a sua cidade, capital do seu reino, tendo preponderâncias sôbre tôdas as outras, quer marítimas, quer terrestres.

IV. Hoc modo tota quidem Phœnice potitus, colonias, tamen sibi non poterat subjicere Bartophas, quia Ochritobimali magnam classem exornantes maris imperium facile tenebant.

Aliquoties etiam ex improviso Arbem oppidum, tum temporis munitum, opprimere conati, a Berytiis victi sunt.

Bartophas autem colonias expugnare statuit; sed cum hostes navium multitudine præstarent, omnes jussit regulos, quam plurimam possent, materiam navalem parare atque adferre Tyrum in armamentarium, quod ipse amplificaverat.

Cum vero portum aliquando intraret, ut ædificationem inspiceret navium atque hoc modo virorum inflammaret in-

---

IV. Por êste modo tôdas as colónias em poder dos Fenícios ficaram sujeitas a Bartófas, à excepção das que, pròpriamente, pertenciam aos Ocritóbimalos, senhores de grande armada nos mares vizinhos, por meio da qual fàcilmente mantinham a autoridade sôbre êles.

Algumas vezes também, de improviso, da fortaleza de Arbe vinham de tempos a tempos, os seus defensores oprimir os Béritos, cujas cidades eram freqüentemente vítimas das suas investidas.

Bartófas, então, pôs em sua mente o ataque às colónias, mas como os navios inimigos estavam em grande número nas suas águas para defesa delas, Bartófas, ordenou, a todos os reis das cidades que tratassem de reünir a maior quantidade possível de material naval e aportassem a Tiro com uma frota devidamente equipada, no pôrto da qual se lhe juntariam novos navios, em número e grandeza.

Mas como Bartófas, por fim, entrou no pôrto a-fim de assistir à construção dos navios da esquadra supradita e desta sorte animar o trabalho dos operários com a sua presença, aconteceu ser ferido por uma esquírola num dos olhos, ficando muito maltratado, pelo que teve de ser transportado

dustriam oculus ei vulneratus est assula quadam quam quidem celerrime exstraxerunt, regemque in arcem portarunt.

Oculi autem vulnus hoc, quamquam magna tractatum diligentia, eo ingravescebat, ut letale exsisteret, Bartophas que obiret postridie, postquam per sex annos summum penes, eum fuerat imperium.

V. Quo mortuo regem crearunt Joramum Bartophæ filium quem Tyrii Hierbam appelant; regnabat hic quinquaginta septem annos.

Hic septuaginta novem armavit longas naves, magnumque misit exercitum Cittium, ubi Ochritobimali multa copias collegerant.

Tyrii vero diu urbem obsidebant et jam de expugnatione desperare cœperunt; Aethiopes autem, quos supra memo-

---

nesse mesmo instante para o castelo e proceder-se à extracção da referida esquírola.

Mas a ferida dos olhos, ainda que submetida com muito cuidado a tratamento, agravou-se-lhe, entrando em estado comatoso até o dia seguinte em que morreu, após seis anos de reinado, como árbitro supremo de tôdas as cidades da Fenícia.

V. Pela morte do rei Bartófas aclamaram Joras, filho do monarca falecido, ao qual os Tírios chamam Hierbas; êste, por sua vez, reinou 57 anos.

Hierbas armou 79 naus de guerra de grande calado e mandou um grande exército atacar por terra a ilha de Cittio (Chypre), no território da qual os Ocritobimalos reüniram muitas tropas a-fim-de resistir ao seu avanço.

Os Tírios, porém, tinham pôsto por muito tempo cêrco à cidade e começavam já a duvidar da vitória; os Etiópes, de quem mais acima fizemos menção, e que tinham escapado ao morticínio dos habitantes da cidade, onde eram crudelìssimamente oprimidos pelos Ocritobimalos, informaram, que

ravimus, transfugæ venerunt ex urbe, ubi crudelissime vexati erant ab Ochritobimalis, dixerumtque, oppidanos maximo affectos esse gaudio, vinoque replectos, propterea quos Tyrios de expugnatione urbis desperare animadvertissent.

Tyrios, igitur, detensis tabernaculis quasi abituros, facile urbem capturos esse affirmarunt, si noctu conscederent muros.

Quod secuti concilium, extractis ancoris Tyrii solverunt, se quam celerrime in Phœnicen esse profecturos simulantes.

Cum vero ad vesperam dies vergeret reversi, urbe expugnata, Ochritobimalos omnes trucidarunt, sicut et Cittienses nonnullos.

Quæ victoria cum in colonias divulgaretur, omnes Tyrum miserunt legatos, qui in verba Jorami jurarent.

---

os sitiados estavam no auge do contentamento e festejavam a sua satisfação com libações repetidas por saberem que os Tírios haviam desesperado da conquista da mesma cidade.

Em conseqüência disto, os Tírios desarmaram as tendas e simularam uma retirada a-fim-de surpreender mais fàcilmente os sitiados, se, pela noite adiante conseguissem abater as muralhas.

Como seguiram o conselho dos ditos Etiópes, os Tírios levantaram as tendas e a armada levantou ferro como se tivessem de partir para a Fenícia pela fôrça das circunstâncias.

Voltaram passados dias pela tarde, atacaram a cidade e passaram ao fio de espada todos os Ocritobimalos assim como alguns dos habitantes da ilha de Cittio.

Como esta vitória foi conhecida por tôdas as colónias dos Tírios, que, por sua vez, mandaram embaixadores à capital, estes delegados fizeram juramento, em nome daquelas, de guardarem fidelidade a Joras.

Gaudebatur etiam rex, ut illos Aethiopes adesse audivit; quantum patri jam profuerint, cum meminisset, et quantam ipse utilitatem attulerint, per omnem vitam beneficiis eos cumulabat.

VI. Hoc tempore Obdalius Mylites insulæ rex copias suas omnes Cittium miserat, ut Tyriis auxilio essent.

Quod cum animadvertissent barbari, qui Tengam incolunt, insulamque viderent navibus et hominibus nudatam Phesiacone duce, qui Obdalii filiam in matrimonium duxerat advenere atque Obdalio multisque aliis trucidatis, regionem hanc deripuerunt, urbenque incendarunt.

VII. Jam vero Joramus omnes urbium atque insularum reges commentarios conscribere jussit de multitudine incola-

---

O rei tomou-se também, de contentamento, sobretudo, depois que ouviu àqueles Etiópes lembrar-lhe quanto tinham feito outrora por seu pai, assim como quanto fôra útil ao país, a sua coadjuvação e conselho, e como prémio aos seus merecimentos, Joras, encheu-os de benefícios para tôda a vida.

VI. Pela mesma época Óbdalis rei da ilha Militi (Malta), mandou as suas tropas prestarem auxílio, em Cittio, (Chipre) aos Tírios.

O que, como chamasse a atenção dos bárbaros que habitam Tenga (Tânger) e vissem que a ilha ficara deserta pela ausência dos homens e navios, Fesiacone, general, que tinha parentesco com Óbdalios por ser casado com uma filha dêle, veiu durante a ausência dos ditos habitantes à mesma região, apoderou-se do seu território, matou Óbdalios e muitos dos habitantes que tinham ficado em Cittio e largou fogo a esta última.

VII. Joras recomendou aos secretários que ordenassem a tôdas as cidades e govêrnos das ilhas para apresentarem uma nota das despesas feitas com o grande número de habi-

rum, navium, armorum equorum, curruum falcatorum ac divitiarum et in finitimas regiones viros mittere, qui eas describerent, atque de his rebus librum ut conscriberent, iis imperavit.

Hoc modo auctor fuit descriptionis omnium et Occidentem versus sitarum regionum et earum, quæ in Orientem spectant, et insularum et regionum mediterranearum.

Aethiopes vero reji indicarunt, etiam in Meridiem spectare magnas clarasque regiones; incolarum autem multitudinem esse immanem; multasque res pretiosas gignere hunc tractum, aurum et argentum et uniones gemmasque atque ebenum et piper elephantosque ac simias et psittacos ac pavones aliaque multa.

Peninsulam vero, quandam in Orientem vergere ultimam, cujus incolæ solem mari emergentem possent conspicere.

---

tantes, navios, armamento, cavalos, carros de assalto e tesouro de guerra e aos seus escribas também que fôssem às regiões circunjacentes e fizessem uma descrição das mesmas regiões, a-fim-de tudo ficar desenvolvidamente narrado num livro que por ordem do rei se havia deixar de memória.

Por êste modo foi autor de tôdas as narrações que, acêrca das regiões voltadas para o Ocidente e das que ficam por sua vez ao Oriente assim como as ilhas e interior das terras, devesse ficar descrito.

Os mesmos Etíopes nessa ocasião presentes no palácio, indicaram também ao rei, as grandes e magníficas regiões que olham para o Meio dia, igualmente a grande variedade de habitantes e vastidão dos seus territórios e muitas coisas preciosas de que são susceptíveis de producção, tais como, oiro, prata, pérolas e pedras preciosas, ébano, dentes de elefantes, pimenta, macacos, papagaios, pavões e várias espécies de aves de plumagem variegada.

Quanto à península, cujos habitantes vêem o Sol a

VIII. Joramus igitur Notambalo, Babyloniorum rege, legatos misit, qui hoc modo loquerentur «Audio magna esse celeberrimasque Aethiopum regiones Babylone profecto faciles aditu inacessas vero Tyriis, quas cognoscere velim» Si igitur servis meis naves dederis idoneas, centum tibi mittam purpuras.

Quæ verba cum Natambalo nunciata essent, naves dare voluit Tyriis.

Sed Aethiopes, qui ad Babylonios commeare solent mercatores se omnes dixerunt urbem esse relicturos, si Joramo ad navigandum in Aethiopiam facultatem daret.

---

surgir das bandas do mar, ao Oriente, disseram êles também ao rei o que sabiam acêrca das suas produções e competência com as primeiras de que falámos.

VIII. Em conseqüência disto Jóras mandou embaixadores a Natambalo, rei de Babilónia, ao qual falaram por estas palavras: «sei por ter ouvido as narrações, serem as regiões dos Etiópes, grandes e celebérrimas e como é fácil chegar até lá a quem parte de Babilónia com o intuito de visitá-las, mas inacessíveis aos Tírios que queiram conhecê-las. Em face do expôsto, se tu deres licença aos meus servidores para se aproveitarem dos teus barcos a-fim-de fazer uma viagem às supraditas regiões, meu amo te dará cem mantos de púrpura, em troca da tua condescendência».

As quais palavras foram bem aceites por Natambalo que se apressou a fornecer aos Tírios os navios de que êste povo necessitava para fazer a viagem.

Os Etiópes, porém, que eram afinal, os únicos mercadores, senhores de todo o comércio com os Babilónios, informaram o rei de que tôdas as cidades estavam dispostas a abandoná-lo, se Joras facilitasse a navegação para a Etiópia, aos Estrangeiros.

IX. Depois disto Joras prometeu a Irénio, de nacionali-

IX. Post hæc, Joramus Irenio Judæo, si ipsi portum dare velet ad mare Aethiopicum, situm, promisit, se eum in arce regia condenda juturum esse atque allaturum materiam cedrinam et abiegnam ac saxa quadrata.

Quibus rebus commotus Irenius Ilotham oppidum et portum dedit Joramo.

Ubi cum palmarum quidem multitudo exsisteret, sed navium ad ædificationem non aptarum, Joramus camelorum circiter octo millia Ilotham misit, materia navali oneratorum, fabrosque decem naves jussit ædeficare; summos classis duces creavit Cedarum, Jaminum et Cotilum.

Ex Aethiopibus duo jam obierunt Lan:apatus autem, qui admodum supererat, cum primum classem navigaturam esse audivit, abiit in patriam.

Quod ad Ilotham est mare pernavigarunt, sed quominus

---

dade judaica, que o presentearia com madeiras de cedro e abeto e pedras quadradas para ser empregadas na construção do palácio real, se Irénio quizesse dar-lhe um pôrto de mar e uma cidade que se chamava Eiloth.

Comovido por tão aduladoras palavras, Irénio deu-lhe um pôrto e cidade, na Etiópia, cujo nome Eiloth, era o mesmo que Jóras ambicionava.

Em boa verdade, como existiam muitas palmeiras e tais árvores não eram aptas para a construção de navios, Jóras mandou-lhe uma caravana de 8.000 camelos com um grande carregamento de material naval ao mesmo tempo que deu ordem para a construção, no pôrto de Eilot, de dez navios mercantes no comando dos quais investiu Cédoros, Janinos e Cotilos.

Dos escravos Etiópes dois tinham morrido, Leucapatos, porém, que precisamente tinha sobrevivido, ouviu a alguém dizer que iam formar uma frota a-fim-de pôr em prática a navegação para a Etiópia com um fim comercial; voltou a

fretum superarent, terribiles prohibebant procellæ; interea, in insula quadam per quinque menses degebant triticumque inserentes terræ depressiori, uberrimam fecere messem.

Postea per fretum navigarunt Orientem versus, Arabumque relicta regione, multisque diebus præterlapsis, naves animadverterunt Babyloniorum, ex Aethiopia in patriam revertentium.

Postridie vero Aethiopiam ipsam sunt assecuti, cujus regio maritima aquæ est egena atque arenosa, mediterranea vero montana.

Per decem dies litora præternavigabant Orientem versus.

Ibi vero convertitur in Meridiem terra immani amplitu-

---

tôda a pressa e partiu para a sua pátria com os primeiros navegadores que se dirigiram para o dito país.

O navio em que foi embarcado dirigiu-se de Eitot pelo mar que banha êste pôrto mas antes de aportar ao estreito que conduz para lá, foi atingido por uma tempestade horrível; no percurso desta viagem levaram cinco meses abrigados numa ilha à espera de que o tempo amainasse, durante os quais cultivaram o terreno e semearam trigo para servir à sua alimentação.

Mais tarde continuaram a navegação para o Oriente e deixaram para trás tôda a região da Arábia. Depois de muitos dias de viagem ao longo das costas, notaram a presença dum navio dos Babilónios, que da Etiópia se dirigiam para a sua pátria.

No dia seguinte alcançaram a Etiópia, cuja região estava inteiramente deserta, com falta de água e arenosa, mas irriçada de montanhas no interior das terras.

Ao fim de dez dias de navegação ao longo das praias chegaram às plagas que olham para o Oriente.

Neste ponto do país, a terra descreve uma curva para o

dine, ubi Aethiopes urbes incolunt magnas celeberrimasque; etiam maria pernavigant.

Eorum tamen naves ad bellum non sunt instuctæ neque utuntur velis.

Sex igitur et triginta dies Meridiem versus navigantes; Racchia insulam assecuti sunt.

X. Ancoras jecere e regione litoris humilis et multis altisque consiti arboribus.

Noctu vero cum turbines orirentur, ad ortum usque solis maximo in periculo erant.

Inde profecti meridie tutum videbant portum et pagos in regione mediterranea multos hominibusque frequentatos; ubi cum egrederentur, a multitudine hominum qui pagos illos incolebant, cincti sunt.

Meio dia por grande espaço de costas; os habitantes mantêem grandes e muitas cidades célebres; é também navegável pelos mares que à mesma conduzem.

Os navios dos Etiópes não são aparelhados para o combate nem tão pouco conhecem o uso das velas.

Assim pois, os navegadores levaram 36 dias de viagem a caminho do Sul para chegar à ilha de Rachia (Ceilão).

X. Lançaram ferro numa região pouco elevada cujas praias estavam plantadas de muitas e altas árvores.

Durante a noite foram acossados por ventos impetuosos que sopravam da banda donde o Sol nasce, e, que levaram as suas embarcações para um ponto da costa, pondo em grande perigo as vidas dos tripulantes.

Daqui foram obrigados a prosseguir para o sul, para um pôrto mais abrigado; êste pôrto servia de entrada para o interior das terras, cujos habitantes viviam em grande número de aldeias e mantinham relações com muitos homens; e como os navegantes tivessem desembarcado neste ponto da costa, viram-se rodeados por eles.

Illius vero regionis præfectus hospitaliter eos excepit ac splendidissima iis aparavit convivia per septem dies.

Nuncium enim interea regi maximo miserat, qui illum super Tyriis consuleret; qui cum rediret septem præterlapsis diebus, præfectus Tyrios convocavit et cum iis iter instituit ad regem, qui Rochapattæ degebat, quod nomen est urbi maximæ et clarissimæ in media insula.

Multi antecedebant hastati ab rege missi, qui hastarum clangore elephantus fugarent, a quibus metuebant et propter multitudinem et propter audaciam, cum esset tempus, ubi coitum adpetunt.

Sequebantur Tyrii ex quibus Cedarus et Cotilus et Ja-

O governador daquele país era hospitaleiro, e por conseqüência preparou-lhes uma vida esplêndida numa moradia agradável, em convivência com os naturais durante sete dias.

Durante o tempo em que a equipagem permaneceu neste país, o governador mandou uma grande mensagem ao rei na qual lhe dizia que havia cuidado em que nada faltasse aos Tírios, o portador da qual levou sete longos dias para chegar com a resposta do rei; em virtude da resposta recebida o governador convidou os seus hóspedes a fazer uma viagem até à residência do monarca que habitava em Rochapata, nome que eles davam à grande e magnífica cidade que ficava ao meio da ilha.

Precediam a comitiva do governador muitos lanceiros mandados pelo rei ao seu encontro, os quais ao som de trombetas tocadas por êles lanceiros, faziam fugir os elefantes de que tanto receavam e que, como era próprio desta época, em grande número e desenvolvimento nesse lugar apareciam para atacar as pessoas que o atravessavam.

Eram seguidos pelos Tírios, entre os quais Cédaros, Cotibos e Jaminos foram levados em liteiras, ao passo que

minus lectica gestanbantur, hominus quidam agrestes dona portabant.

Agmen claudebat, vectus elephanto, præfectus cum satellitibus.

In hoc itinere cum die tertio trajecerent flumen, unum ex trajicientibus devorarunt crocodili, quorum abuñdantia est fluminibus.

Itinere vero trium dierum confecto Rochapattam urbem conspexerunt, altissimis cinctam montibus.

---

outros homens rústicos transportavam às costas, os presentes.

Fechavam a guarda avançada, transportados em elefantes, o governador com os seus caudatários e escolta de honra.

Ao fim do terceiro dia dêste itinerário, atravessaram o rio, e um dos que iam ao meio da corrente foi devorado pelos crocodilos que havia também e temíveis em grande quantidade, na ilha.

Caminharam ainda por três dias até chegar por fim à cidade de Rochapata, rodeada de altas montanhas.

(Continua).

Carlos Augusto da Silva e Oliveira.

HERCULANO EN LA RELIGIÓN IBÉRICA (1)

Solitario, grave, tallado en viejo é imperecedero granito ibérico, de ese que forma la immortal raigambre de la raza, se alza Herculano para siempre, cual columna miliar de nuestro pueblo — el pueblo de la Península — dándose mano con Séneca á través de nuestros místicos. Místico él también, dígase lo que se quiera en contrario, místico civil del individualismo ibérico.

Cuando visité su tumba en los Jerónimos, donde duerme y sueña acaso

> Debaixo do amplo manto
> da piedade de Deus

sentí que me invadía el alma, ensanchán domela, la austera blancura de aquela soledad; sentí toda la fuerza de nuestra religión ibérica, de que fué profeta mayor Herculano.

Alma ante todo religiosa, henchida de la formidable seriedad de la vida yamargada por la presión de la vulgaridad de nuestra decadencia. «¡Esto da ganas de morir?» dicen que exclamó antes de su tránsito á nuestra eterna patria, á la Iberia celestíal.

La vida fué para él, hasta que la dejó en su ermitorio

---

(1) Vid. nota de pág. 18, do vol. 84.º

de Val-de-Lobos, un destierro virilmente cumpelido. Gimió atado

> á columna do exilio a que se chama
> em lingua vil e mentirosa o mundo.

Pero amó su destierro — todo noble angel desterrado ama su castigo y lo bendice — amó su pátria terrena, la patria para que Dios le hizo, amó la vida, pero con el amor de los fuertes, con amor heroico, no de complacencias y besos, sino de imprecaciones y abrazos de gigante.

Asqueado del pueblo decadente que le rodeaba

> absurdo mixto de baixeza extrema
> e de extrema ousadia

repeliendo la democracia anti-liberal y metalisada, buscó la libertad en el desierto y en él quiso ser libre como

> é livre no ermo
> a bonina rasteira ou freixo altivo.

No recordais su estupendo canto á la Arrábida?

Mas era el desierto en que se refugió un desierto poblado; era el hijo de sus sueños, el que guardó en el corazón, junto á su fé, su único tesoro. Era ese desierto henchido de vida immortal la historia, el legado de lo que para siempre se asentó en la eternidad.

En ella, en la historia, es donde este austero cantor de la soledad encontró á su Dios, á nuestro Dios ibérico. Y alli celebró, sumo sacerdote, sacrifício en culto á nuestros heroicos antepasados.

El nos lo dice en sus *Tristezas do desterro*. El cementerio, la historia, inspira cuando en él duermen nuestros padres y hermanos, y son, en cambio, heladas y duras las

losas de la iglesia bajo las cuales sabemos que no nos escuchan nuestros muertos queridos, los que comulgaron con nuestro mismo verbo.

A él, á Herculano, oyéron le desde sus tumbas nuestros muertos eternamente vivos, y á su voz de profeta palpitaron bajo tierra los patriarcas de la peregrinación del pueblo ibérico, el escojido, á través del desierto de la vida terrenal.

No recordais aquel sublime pasaje de sus cantos cuando exclama: oh meu pae! oh meu pae! Invocabe al pasado eterno.

Su religión fué la religión de la eterna Iberia, la religión del austero é indomable individualismo, la que nos muestra nuestro destino, el destino del pueblo ibérico, más allá, ó más dentro si quereis, de las miserables conquistas del negocio. Tendremos que ser el pueblo asceta, el guardador de las virtudes heroicas y acaso inútiles. Nos hizo Dios para descubrir nuevos mundos que luego otros exploten, para navegar por mares nunca antes por otros navegados.

Repugnó Herculano toda forma de frivolidad y de diletantismo esteticista. Su pluma fué lanza de Don Quijote. Y no conoció la envidia.

Atravesó la vida, con los piés en la eternidad y en la eternidad la cabeza, lanzando su austera voz de profeta. Y no murió. Y ha de volver, con Don Sebastián, un dia.

> Caveira da montanha, ossada inmensa
> é tua campa o ceo

le dijo á la Arrábida. Y así de él. Montaña espiritual de la eterna roca ibérica, es su camposanto el cielo, nuestro cielo, el cielo de nuestra eterna mística misión en la historia del mundo.

Maestro! Tú nos has enseñado á los que creemos en nuestro destino ibérico á esperar en nuestro Dios, en el Dios

de Viriato y Séneca, del Cid y de Nunalvares, de Castro y del Quijote, de San Juan de Dios y de Santa Tereza, en el Dios de nuestro cielo, el que sostienen nuestras sierras hermanas.

Hermano! Sosténme desde él con un hálito de tu alma heroica, del alma de la raza, sosténme, en mi batalla, por la religión ibérica. Un dia iré á descansar de ella junto á ti, Herculano, bajo el amplio manto de la piedad de dios, que con un mismo pliegne azul nos cobija á portugueses y españoles.

Salamanca, 3-III-10.

MIGUEL DE UNAMUNO.

LIVROS A VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 12$00

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 10$00

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15$00

Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 6$00

Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)..... 4$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4$50

Noticia sôbre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 ..... 4$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 3$oc

Memórias de Castilho, por Júlio de Castilho:

Vols. I e II cada ..... 20$00
Vol. III ..... 25$00
Vol. IV ..... 18$00
Vol. V ..... 20$00

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERARIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra,* sociedade científica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos de autores nacionais e estrangeiros e na língua por êles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números.....	25$00
Número avulso	10$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto,* Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERARIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 85.º

4.ª SERIE — VOLUME 14.º

NÚMERO 5

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1933

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário*. — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário*. — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente*. — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente*. — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral*. — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso. da U. L. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L. — Prof. M. de Sousa da Câmara, I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

SUMÁRIO

Três ensaios sôbre Antero de Quental — II. A inquietude religiosa de Antero, por Rui Galvão de Carvalho 507
Cartas históricas, por João Jardim de Vilhena 539
«America the beautiful», por Fidelino de Figueiredo 559
S. Francisco de Xavier e o Oriente português, por António de Matos Cid 574
Tratamento médico da úlcera gastro-duodenal — A Pepsinoterapia, por Mário Simões Trincão 586
A propósito da «Abóbada», por Henrique Lopes de Mendonça 600
Le mouvement intellectuel en Portugal, por G. le Gentil 603
A mutualidade em Portugal, por Domingos da Cruz..... 622
Livros recebidos..... 634

TRÊS ENSAIOS
SÔBRE ANTERO DE QUENTAL(1)

II

A INQUIETUDE RELIGIOSA DE ANTERO

Ao Prof. Joaquim de Carvalho

«Pour les âmes plus hautes, les drames sont plus intimes et plus tragiques».

DANIEL-ROPS, *Notre Inquiétude*, pág. 29.

Eça de Queiroz, — o feiticeiro pintor da linguagem escrita, o artista raro e esquisito de tantas obras primas da literatura nacional, — evoca à maravilha, numa página que de-certo o leitor conhece bem, — a vez primeira em que viu e conheceu, para o amar e admirar eternamente, o nosso maior poeta dos tempos modernos, aquêle que há sido, no dizer de Unamuno, «una de las almas más atormentadas por la sed del infinito, por el hambre de eternidad».

Essa luminosa página, — e quiséramos nós ser artista de génio para que pudéssemos reproduzi-la em tela ou em mármore —, essa luminosa página não resistimos à tentação de a transcrever, de a fazer lembrada a quem benèvolamente nos está a ler.

É uma página que nos dá uma visão perfeitíssima do

---

(1) Cont. do n.º 4, pág. 467.

que fôra Antero escolar, aquele moço irrequieto que tinha nos olhos o azul calmo de um céu peninsular e na cabeça e na face o oiro suave das messes maduras, aquele estudante irreverente que à noite «a cavalo no peitoril da janela, as pernas bambaleantes, o gesto largo e profético», interpelava quem passava pela rua onde residia, preguntando «estas e outras coisas cabalísticas»:

— Sabes quem era Manú? Tens alguma idea do Imanente? Deus será de facto o imenso mar da substância?

Os transeuntes ouviam aquelas vozes, e, pasmados, faziam o sinal da cruz»!

Se um dia pensarem em erguer uma estátua a Antero de Quental na Cidade Doutora, em Coimbra, na terra onde êle passara a sua mocidade garibaldina e vivera o melhor da sua vida, — escolham um artista que saiba, no mármore, sintetizar aquela página de Eça de Queiroz, aquela bela e colorida página, que vamos passar a reproduzir: —

«Em Coimbra, uma noite, noite macia de Abril ou Maio, atravessando lentamente com as minhas *Sebentas* na algibeira o Largo da Feira, avistei sôbre as escadarias da Sé Nova, românticamente batidas da lua, que nesses tempos ainda era romântica, um homem, de pé, que improvisava.

«A sua face, a grenha densa e loura com lampejos, fulvos, a barba de um ruivo mais escuro, frisada e aguda à maneira siríaca, reluziam, aureoladas. O braço inspirado mergulhava nas alturas como para as revolver. A capa, apenas presa por uma ponta, rojava por trás, largamente, negra nas bajes brancas, em pregas de imagem. E, sentados nos degraus da igreja, outros homens, embuçados, sombras imóveis sôbre as cantarias claras, escutavam em silêncio e enlêvo, como discípulos.

«Parei, seduzido, com a impressão que não era aquele um repentista picaresco ou amavioso, como os vates do antiquíssimo século XVIII — mas um Bardo, um Bardo dos

tempos novos, despertando almas, anunciando verdades. O homem com efeito cantava o céu, o infinito, os mundos que rolam carregados de humanidades, a luz suprema habitada pela idea pura, e

> ... os transcendentes recantos
> Aonde o bom Deus se mete
> Sem fazer caso dos Santos,
> A conversar com Garrett!

«Deslumbrado, toquei o cotovelo dum camarada, que murmurou, por entre os lábios abertos de gôsto e pasmo:

«— É o Antero!

....

«Então, perante êste céu..., destracei a capa, também me sentei num degrau, quási aos pés de Antero que improvisava, a escutar, num enlêvo, como um discípulo. E para sempre assim me conservei na vida».

Também nós nos deixámos prender por Antero a partir do dia em que nossos olhos se fixaram, a contemplar, na fisionomia moral do altíssimo Poeta e a nossa alma, se quedou religiosamente ante o ritmo estranho dos seus versos imortais.

... E a nossa paixão por êle ficou-nos a habitar na alma para sempre, — para todo o sempre!... É que a alma de Antero era delicadamente formosa; era de uma candura lirial e de uma perfeição quási divina;

o seu coração diamantino dir-se-ia arca de virtudes e porta-aberta aos infelizes da sorte e aos desamparados da terra;

o seu Espírito fulgentíssimo, — conquanto muitas vezes, senão sempre, se debatesse em agudas crises de dúvida tremenda e de desespêro pessimista, — era sol sem ocaso e sempre em pleno zenite;...

... e a sua morte propositada (?) não foi mais do que epílogo trágico de um justo e loucura horrível de um santo:

Porque a sua vida foi um verdadeiro calvário; também a sua fronte se coroou de espinhos e também êle teve a sua cruz.

Numa palavra: Antero, numa resignação estóica de mártir romântico, passou a vida inteira a sofrer as dores e as interrogações angustiosas dos homens, dos seus semelhantes, dos seus irmãos, sem nunca dêles pedir um pouco de lenitivo, nem sequer de piedade!...

Através de tôda a sua obra, especialmente através da sua correspondência e dos seus *Sonetos,* — podemos nós todos surpreender as várias directrizes da história dramática da vida do poeta, conhecer de perto a *via-sacra* do seu Ideal, melhor compreender as modalidades excepcionais da sua alma grande e generosa, do seu coração meigo e impressionável, do seu espírito claro e penetrante.

Ter crença infinda e ardente fé na perfectibilidade humana pela prática constante do Bem e da Virtude, — eis a mais alta ambição de Antero, tão admiràvelmente *vivida* nos seus vernáculos escritos de prosa — a melhor que se escreveu incontestàvelmente no século XIX —, e nos seus versos nos seus lapidares e humanos *Sonetos,* que «viverão emquanto viva fôr a memória das gentes, porque hão-de ser traduzidos, mais tarde ou mais cedo, em tôdas as línguas dos homens atormentados pela miragem da esfinge» (Unamuno). Os seus *Sonetos!* São êles pela *forma* os mais perfeitos que em língua portuguesa se têm escrito; e pela *idea* um dos poemas universais mais profundos e emotivos que o espírito humano tem concebido. Porque, como inteligentemente escreve Alfredo Pimenta, «nos *Sonetos* não é a alma de Antero que fala, nem são os versos de Antero que vibram. Nos *Sonetos,* passa a Alma do Homem, vibram os nervos do Artista. Nos *Sonetos,* há a Dor humana, há o Pensamento

humano, e há a Beleza sobre-humana. Os *Sonetos* são poemas de catorze versos: expressões sintéticas de estados de alma que realizam a concentração máxima de todos os sofrimentos e de tôdas as angústias, de todos os desespêros e de tôdas as esperanças, de tôdas as exacerbações, as mais demoníacas».

Não conhecemos na história psicológica dos grandes homens um que tivesse sofrido mentalmente tanto como Antero de Quental! «Êste homem, — escreve Severo Portela, — é o mais humano, é o mais comovido que se pode sonhar. É homem fraquejando e chorando na dúvida cruel de uma síntese. É homem como poeta algum o foi, sentindo e gemendo. É homem sujeitando o espírito à evolução constante e periódica de uma teoria ou de uma emoção. É homem, finalmente, escravizando-se à cruciante mas suavizadora tortura de fazer de cada dia, e de cada hora, uma *estação* de análise agudíssima cuja fórmula não é senão esta: — *viver para sentir e sentir para realizar*».

A sua filosofia, — pois Antero foi filósofo, isto é «apóstolo comovido da *Interrogação* das nossa almas em frente dos torturantes mistérios do mundo interior e exterior», na frase de Silva Gaio, — ou, mais rigorosamente, «espírito abstracto e metafísico, vivendo não a vida efémera e relativa, das aparências e dos fenómenos, mas a vida invisível e íntima do universo, interrogando não o *como,* mas o *porquê* da existência, librando-se, ávido de infinito, no Tempo e no Espaço, a contemplar até à morte o enigma eterno», — na eloqüente definição de Guerra Junqueiro; a sua filosofia afectiva e humana traduz-se, no fundo, numa atitude puramente moral; a sua inquietação espiritual é essencialmente ética.

Mesmo quando estuda os mais altos problemas metafísicos é com o fim de nêles procurar a expressão última do Bem, a ascenção máxima da perfectibilidade do Ser.

Por isso o problema dos valores morais absorveu-lhe tôda a vida e a resolução dêle foi a sua mais bela aspiração ideal.

Escreve António Sérgio: «... Sob tôdas as contradições e desordens, houve porém um sentimento que unificou a sua vida e a sua obra: foi a aspiração moral, o enlêvo do bem, o entusiasmo da justiça. É o coração da sua polémica de Coimbra, a alma das *Odes* e dos *Sonetos,* a determinante das ideas filosóficas dos três artigos da *Revista* — e Taine chamar-lhe-ia uma *faculté maitresse*».

Por sua vez o professor catedrático Dr. Joaquim de Carvalho nota que «a motivação dos valores éticos, ou antes, de um soberano bem, foi simultâneamente o impulso e o têrmo da sua razão de filósofo».

Em prosa, na famosa carta *Bom senso e bom gôsto* Antero confessava: «A condição da grandeza, da beleza, da bondade, a primeira e indispensável condição, não é o talento, nem a ciência, nem a experiência; é a elevação moral, a virtude da altivez interior, a independência da alma e a dignidade do pensamento e do coração».

É no bem, no bem supremo, na sujeição à lei moral que o homem, segundo Antero, encontra a sua verdadeira liberdade. Mas para isso o homem precisa de amar a virtude, vivendo-a, e de ter um culto único: o culto da renúncia. «Esta renúncia, escreve Antero, esta renúncia, verdadeira imortalidade, é por isso mesmo a fonte de tôda a virtude. O justo, na sua união com o ser perfeito, só vê no indivíduo limitado, que é segundo a natureza, um resto de escravidão, de particularismo, de êrro, que o impede, até onde subsiste de realizar plenamente aquela união: é renunciando a êle que torna essa união efectiva, tanto mais efectiva quanto mais constante, mais completa fôr a renúncia. A renúncia a todo o egoísmo é para êle o caminho direito que o leva à liberdade, à perfeição, à beatitude. Como não há de então

o justo dar-se aos outros, dar-se a todos os sêres se com cada acto de dedicação conquista e firma a própria beatitude? Libertando-os, liberta-se: aperfeiçoando-os, aperfeiçôa-se: beatificando-os, beatifica-se. Para conseguir o próprio bem, tem de se fazer como que o instrumento do bem universal. E nem verdadeiramente para conseguir o próprio bem: porque despojado de personalidade e egoísmo, morto para o *eu* individual, o bem atrai-o em si ou fora de si, indiferentemente, e tende a realizá-lo seja onde fôr, seja sob que forma fôr, simplesmente porque é o bem. A sua existência agora já não é a de uma individualidade particular, circunscrita no tempo e no espaço, condicionada pelo temperamento, pela raça, pela nação, pelo período histórico, pela educação, por mil circunstâncias fortuitas: não: é como que a existência de um princípio universal, impessoal, absoluto, actuando indiferentemente num ponto do espaço, e a sua obra, a virtude, não é também uma obra particular e transitória, mas universal e absoluta. A virtude, liberdade suprema, é por isso a realidade por excelência, a única realidade plena. Tudo mais são vagas, incertas aproximações do ideal, pálidas imagens, grosseiros símbolos do ser verdadeiro. A consciência do justo é o único templo do único Deus; e, nesse templo, a renúncia ao egoísmo é o único culto.

Cessasse um só instante êsse culto, êsse holocausto do egoísmo nas asas do ideal, e imediatamente tôda a vida moral se suspenderia: no instante seguinte ter-se-ia dissolvido. O mundo moral só subsiste por esta renúncia.

Ela enche de intrepidez o coração dos heróis, de constância a vontade dos justos, de unção a alma dos santos. Ela dá aos simples a candura e a graça: dá aos humildes a dedicação sem alardes: a uns e outros o perfume da virtude que se ignora. Ela é a inspiradora secreta da grande arte como do grande pensamento. Essa pouca jus-

tiça, que consegue penetrar neste mundo de luta, cegueira e egoísmo, vem tôda dali, porque só ali tem a sua raiz profunda.

Superior ao destino, vencedora da fatalidade, mais profunda do que tôda a ciência e tôda a especulação, só ela torna patente o íntimo segrêdo das coisas e é, em si mesma, a única verdade evidente, o único saber sem dúvida sem obscuridades. Ela vence a morte, porque faz compreender a significação do êxito final e apreciar quanto êle vale. Se pois só a perfeita virtude, a renúncia a todo o egoísmo, define completamente a liberdade, e se a liberdade é a aspiração secreta das coisas e o fim último do universo, concluamos que a santidade não existe nem se move senão para chegar a êste supremo resultado». E acaba assim: «O drama do ser termina na libertação final pelo bem».

Foi longa em demasia a transcrição desta página, de nobre elegância espiritual, sôbre a renúncia e a virtude, sôbre a beatitude e a liberdade — essa liberdade que, «em despeito do determinismo inflexível da natureza, não é uma palavra vã: ela é possível e realiza-se na santidade».

Mas para quem se dedica apaixonadamente a estudos anterianos e tem pelo poeta-filósofo viva e sincera devoção, o conhecimento integral da página transcrita, tornava-se indispensável, impunha-se categòricamente.

Também em verso Antero exaltará o Bem — fonte inspiradora da sua filosofia, atitude moral que o conduzirá à *impersonalidade* dos místicos cristãos, — que o levará, ainda que transitòriamente, embora por momentos, a uma beatitude nirvânica...

Seja o terceto final da poesia *Com os mortos:*

«... Vejo-os, ouço-os e ouvem-me também,
Juntos no antigo amor, no amor sagrado,
Na comunhão ideal do eterno bem!».

Antero chega mesmo a crer que «o universo só dura pelo bem que nêle se produz».

*

Há pouco demos a entender que por momentos Antero cultivara a renúncia budista, a beatitude nirvânica.

Convém de passagem fazer referência ao suposto budismo de Antero, especialmente àquele budismo de proveniência schopenhauereana.

Todavia é bom que o leitor saiba que, para se libertar do naturalismo que o tinha arrastado a um pessimismo vácuo e doentio e a um desespêro fatal, o poeta-filósofo se refugiara no *Nirvana,* no mundo do *Não-ser,* julgando encontrar ali o fim das suas angústias e das suas dúvidas.

Sim, o Poeta em frente das tristezas e das dores do mundo real, assistindo magoadamente ao eterno desenrolar do drama humano, e vendo que entre a realidade e a idealidade existia um profundo abismo, — sente então uma vontade imensa de se engolfar no *Nirvana,* nesse «mundo morto», no *Nada,* nêsse aniqüilamento total do *Eu* e esquecimento de nós mesmos: — o derradeiro asilo dos que sofrem o *tédio de viver*...

O Soneto *Nirvana* traduz êsse doloroso estado de alma:

Para além do Universo luminoso,
Cheio de formas, de rumor, de lida,
De fôrças, de desejos e de vida,
Abre-se como um vácuo tenebroso.

A onda dêsse mar tumultuoso
Vem ali expirar, esmaecida...
Numa imobilidade indefinida
Termina ali o ser, inerte, ocioso...

E quando o pensamento, assim absorto,
Emerge a custa dêsse mundo morto
E torna a olhar as coïsas naturais,

À bela luz da vida, ampla, infinita,
Só vê com tédio, em tudo quanto fita,
A ilusão e o vazio universais.

Êste soneto foi escrito na fase mais dilacerante da vida do Poeta, na que vai naturalmente desde 1874 a 1880, e indica concretamente até que ponto influíu no seu espírito e na sua sensibilidade o Budismo.

O Prof. Joaquim de Carvalho vê na atitude budista de Antero uma fase libertadora, «no sentido de que o conceito da vacuïdade da existência, essencialmente dolorosa, importava a negação da vontade de viver, cujo têrmo moral seria o *Nirvana*».

E termina: «Nesta atitude surpreende-se claramente uma ansiedade de natureza religiosa, isto é, a conquista de um conhecimento de salvação».

Com efeito, o duelo que Antero teve de sustentar contra a realidade e o positivismo baixo da vida, o ver em tudo tédio e aparência mentirosa, a visão pessimista do mundo, — aquela luta medonha e formidável que se travara no seu cérebro portentoso, e a vitória que depois alcançara sôbre essa crise, — reacção que é ao mesmo tempo um avanço sensível na sua evolução espiritual, — fôra sem dúvida um processo de experiência religiosa, um passo para a sua inquietação e ânsia de sobrenatural.

Mas falemos, para melhor compreensão do perfil psíquico de Antero, falemos do seu suposto budismo — comêço metafísico da sua inquietação religiosa, alba roxa da sua angústia quási pascaliana...

Oliveira Martins em o prefácio que fêz à edição dos *So-*

netos completos de Antero de Quental (1886), classificou erradamente o altíssimo Poeta de «budista», — classificação essa que foi depois repetida por alguns dos nossos grandes nomes literários e, modernamente, há ainda quem sustente tal hipotético juízo.

Contra êsse pretenso «budismo» *imaginado* pelo autor insigne do *Portugal Contemporâneo*, se insurgiu o próprio Antero, escrevendo na sua *Carta autobiográfica* o que se segue: «O meu amigo Oliveira Martins apresentou-me como um budista. Há, com efeito, muita coisa comum entre as minhas doutrinas e o Budismo, mas creio que há nelas mais alguma coisa do que isso».

Como querendo fazer melhor sobressair o falso juízo de Oliveira Martins e o protesto de Antero, escreve Leonardo Coimbra: «Oliveira Martins classificara de budismo o pensamento de Antero, êle, sentindo ainda os protestos da consciência moral contra o vazio de alma dos naturalismos, dirá que não é budismo oriental, mas um novo budismo ocidental que êle pressente e anuncia». E termina: «O budismo ocidentalista será crítico e sábio, o seu início é o novo psicodinamismo, que é o *oculto* do fisiodinamismo patente».

*

Que Antero admirou a moral búdica, procurando até *vivê-la (?)* interiormente (como êle parece querer dizer numa carta a Santos Valente); que êle conheceu o Budismo, lendo naturalmente tudo o que havia então sôbre essa doutrina moral da velha Índia, é inegável. Antero mesmo confessa na sua própria *Carta autobiográfica* que leu «livros budistas».

Além disso, a amigos seus o altíssimo Poeta muitas vezes exteriorizou o conhecimento que tinha da doutrina de Siddhattha Gautama.

Numa carta escrita a João Machado de Faria e Maia vem bem patente a sua grande admiração pelo Budismo. Diz êle no final dessa sua carta: «Não sei se tens algum conhecimento do Budismo.

«Desejava muito que te aproximasses desta grande doutrina. Fàcilmente distinguirás o que ali há de local e transitório: o que resta é eterno e fonte de tôda a consolação e bem moral».

E, numa outra carta, mas dirigida ao poeta Carlos de Lemos, Antero dissertava sôbre o Nirvana desta guisa: «O Nirvana não é passivo, não é inerte e puramente contemplativo: é, pelo contrário, essencialmente activo: sòmente essa actividade já não é apaixonada, porque cessou de ser egoísta. É, por assim dizer, impessoal». Também em carta a Oliveira Martins, Antero afirma que «o Budismo traz consigo tôda a satisfação, tôda a consolação e tôda a alegria». E acrescenta: «Não é tão consolador conhecermos que somos loucos? que as coisas que nos atormentam são puras visualidades? que os nossos grandes males, os nossos grandes infernos, bem no fundo, não existem, e que êsses terríveis espectros são meras ilusões de óptica»? E conclui: «A contemplação da nossa toleima é muito salutar e, tudo bem passado, fonte perene de alegria. A verdadeira ironia transcendental, é esta, a única verdadeiramente filosófica, superior. A outra (que me parece ser a de Renan) julgo-a apenas um último requinte da vaidade, a saber, a vaidade de ser superior a tôdas as vaidades. É a presunção da inteligência, nada mais».

*

Porque *se apaixonou* Antero por a doutrina de Gautama?

No século em que viveu o poeta dos *Sonetos* o «orientalismo» tinha invadido a Europa, a ponto de escritores e filósofos se dedicarem entusiasmadamente ao estudo de filo-

sofias e religiões do Oriente, principalmente da *ética* do Budismo.

O fundador do Pessimismo, Schopenhauer, o autor da «Filosofia do Inconsciente», Hartmann, Müller, E. de Bunsen, Burnouf, Jacolliot, Gubernatis e tantos outros orientalistas, incluindo o patriarca Renan, publicaram obras de grande e retumbante êxito sôbre o pensamento oriental.

Vedas, Puranas, Mahabbarata, Ramayana, Leis de Manú, Pantschatantra, Avesta, Saddharmapundarika, o Kandjur e o Tandjur, os King e os Sechu, etc., etc.,... — tais as leituras predilectas dos filósofos e pensadores do singularíssimo século passado!...

Ora Antero não fugiu a essa febre orientalista...

Estudou o Budismo, a princípio nas leituras dos filósofos alemães (através de versões francesas, depois no original), entre êles Schopenhauer e Hartmann, em seguida nas diversas traduções dos livros orientais.

É então por essa altura que Antero pensa que o Ocidente, caminhando para um misticismo transcendental, também produzirá, «por seu turno, o seu Budismo, a sua doutrina mística definitiva, mas com mais sólidos alicerces e, por todos lados, em melhores condições do que o Oriente».

Para Antero o Budismo ocidentalista encerrar-se-ia nesta fórmula: «Um Helenismo coroado por um Budismo». — E explica: — «o Helenismo, isto é, a vida natural, nos seus diversíssimos tipos, na riqueza da sua evolução, aproximando-se ou afastando-se mais ou menos da compreensão transcendente, cuja expressão é o Budismo que pròpriamente se lhe não opõe, mas a completa superiormente.

O Budismo é um estado psicológico puro, que por isso que se pressupõe os anteriores menos puros, não os pode negar absolutamente.

Por outras palavras: cada um tem a sabedoria que pode ter e ocupa na escala da perfeição o lugar que pode ocupar;

mas ninguém, salvo os monstros, está fora da humanidade, e os mais perfeitos, longe de condenarem os menos perfeitos, verão nêles ao menos uma possibilidade de perfeição, como nós vemos nos animais uma espécie de rudimento da humanidade, e, sem nos sentirmos todavia absolutamente distintos dêles, antes a êles nos sentimos ligados por uma íntima piedade.

O desprendimento, pois, do Budista será só interno, mas a sua vida será activa; sòmente a mola dessa actividade é que terá mudado, de pessoal em impessoal, de egoísta em desinteressada».

Tal o original e, talvez, bisarro Budismo ocidentalista, segundo a concepção de Antero!...

Porém, mais tarde, o Poeta-Filósofo abandona a doutrina de Buda, muito embora continue a ler os livros budistas, mas por mero «diletanttismo».

Contudo, pregunta-se: o abandono do Budismo terá por ventura origem num provável renascimento religioso, de fonte cristã? Agitar-se-ia no seu íntimo, como milagrosa ressurreição, a crença dos seus antepassados? Sentiria o Poeta renascer no seu coração a fé e a religião que recebera nos braços de sua Mãi?...

Regresso ao passado, talvez não; mas um «cristianismo renovado» é provável que sim.

*

Como já dissemos, há ainda quem chame, não sei com que fundamento, «budista» a Antero de Quental, julgando porventura verdadeira a falsa interpretação de Oliveira Martins, acreditando, infelizmente, nas «elegantes banalidades» (a expressão é de Leonardo Coimbra) que o autor da *História da Civilização Ibérica* escreveu no seu célebre *Prefácio* aos sempre eternos *Sonetos* do genial Poeta! Outros

há que o consideram «neo-budista schopenhaureano». Para êstes últimos, Antero andou largo tempo perdido na floresta espêssa do engeitado Budismo de Schopenhauer.

Nada mais erróneo, — parece-nos a nós —, porque somos de crêr que Antero nunca foi adepto do Budismo schopenhaureano, mas sim por algum tempo da doutrina do Reformador da misteriosa Índia.

É certo que o Poeta dos *Cativos* e da *Fada Negra,* na fase aguda da sua crise mental e moral, leu a obra dissolvente do famoso professor da Universidade de Berlim. Porém, uma vez passado êsse período caótico e angustiosíssimo, graças à reacção que então se havia operado no seu espírito e no seu coração, — Antero imediatamente abandonou o fundador do Pessimismo moderno, para de seguida se ir purificar na água-lustral de um idealismo místico — o seu Pan-psiquismo ou Psicodinamismo, — e num Cristianismo renovado, «novo Cristianismo».

*

Dissipada, ainda que não totalmente, a sua «última vaidade» — o *Pessimismo* — e a chegada à desejada região divina da Paz mística, Antero consagra-se então teòricamente «àquela profundidade de compreensão do *homem interior*, como êles diziam, a que os místicos chegaram», vendo pois na *impersonalidade* a extinsão do *eu* humano e o fim do egoísmo e da vaidade.

Ora foi estribando-se no conceito de *impersonalidade* que muitos julgaram ver em Antero um discípulo fiel e cego das doutrina budistas, quando afinal êsse admirável conceito foi realizado à maravilha pelos monges cristãos da Idade-Média.

Quem porventura ler a *Imitação de Cristo* encontrará

de certo exposta, numa linguagem espiritualíssima, tôda do céu, a teoria sublime da *impersonalidade*.

Até teològicamente outra não é, como escreve António Sardinha, citando Garrigon-Lagrange, outra não é a «concepção mística do Santo»: «na *impersonalidade* filosófica de Antero reside tôda a libertação do místico, que se elevou acima dos condicionalismos da vida pela sua inteira identificação com o princípio divino».

Para Antero só o justo, o santo, é que pode ser livre verdadeiramente, só êle é que pode alcançar o último grau da *impersonalidade*, só êle é que pode aniquilar tôda a parcela do egoísmo que exista ainda escondida no mais íntimo da alma, só êle é que pode chegar, vitorioso, à beatitude, só êle enfim é que é «o senhor do mundo, porque é o seu supremo intérprete. Só por êle é que o Universo sabe para que existe: só êle realiza o fim do Universo».

*

Conquanto afastado do grémio da Igreja Católica, Antero conservou-se sempre cristão. A carta, «de inefável brancura» na frase feliz de Leonardo Coimbra, a carta que êle dirigiu ao director do *Átila* é testemunho eloqüente e eternamente vivo da sua religiosidade cristã, do seu «profundo e leal» cristianismo.

Escreve a êste respeito António Sérgio: «Que importa que a inteligência regeitasse a divindade, e os «sistemas» não admitissem os dogmas, se o cristianismo lá estava no fundo do carácter, na maneira de sentir, na «pessoa tôda inteira»?».

*

Ainda que Antero nos diga em algumas das suas cartas, que se prostrou «diante das fumaradas lívidas do Nirvana»

(a expressão é de António Sardinha), chegando até a formular um novo budismo (para Leonardo Coimbra «a profunda razão do budismo filosófico de Antero» está em Deus e o Universo não poderem *coexistir*), — um budismo que fôsse a aliança do Budismo oriental com o Helenismo, — todavia quere nos parecer que êle nunca foi a rigor e *pràticamente* budista, muito menos ainda budista schopenhauereano.

Ao estudar o budismo indiano o que Antero notou é que muitas das suas ideas religiosas e metafísicas se encontravam também na doutrina moral de Çakia-Múni, esquecendo-se porém que essas semelhanças se encontravam em qualquer sistema religioso, moral ou filosófico, e que essas suas ideas religiosas eram afinal cristãs e simultaneamente universais.

Deus antes de se incarnar em Cristo, segundo a ortodoxia católica, de ser feito Verbo no ventre de uma Virgem, já se tinha revelado aos homens da terra através dos seus filhos ungidos; já tinha revelado aos seus profetas e visionários a sua doutrina divina e os seus edificantes preceitos morais.

Nas principais religiões do globo, principalmente nas religiões orientais, encontram-se máximas morais que depois fôram colhidas pelo Cristianismo como preceitos de revelação sobrenatural, como eco longínquo da própria voz da Providência!

*

Estudando mais profundamente o Cristianismo e o Budismo, Antero veio a reconhecer que aquele era em todo o sentido superior a êste.

Ouçamo-lo: «O grande filósofo é a humanidade e dêsse grande filósofo o melhor e maior sistema (por ora) é o Cristianismo católico. Há ali abismos de génio, uma visão prodigiosa dos mais largos horizontes ideais, e ao lado disto um senso prático, uma prudência admirável, um profundo senti-

mento de estranha combinação de grandeza e miséria que é a natureza humana, de tal sorte que quem não conhece e compreende o Cristianismo, não pode dizer que conhece e compreende a Humanidade ». E mais adiante acrescenta: « Creio que a obra dêstes séculos mais próximos será, não destruir o Cristianismo (quero dizer, o espírito cristão, e ponto de vista de transcendência metafísica e moral) mas completá-lo com a ciência da realidade. A religião do futuro, de que nos fala Hartmann, não pode ser outra, e não julgo necessário ir procurar o Budismo, quando o que nêle há de melhor se encontra no Cristianismo e com uma forma sentimental mais pura, mais humana ».

Por estas transcrições de uma carta que êle escreveu a Oliveira Martins, podemos, sem risco de cultivar paradoxos ou absurdos, concluir que o tal Budismo ocidental de que fala Antero na carta que enviou a Wilhelm Storck, não é mais nem menos do que o Cristianismo despido inteiramente de dogmas; não é mais nem menos do que um Cristianismo à Tolstoi, mas que acompanhasse a evolução do pensamento moderno nas suas tendências mais idealistas e mais transcendentais.

*

Quer pela sua teoria cristã da *impersonalidade*, quer pela sua admiração franca pelo Cristianismo, Antero nunca pode ser considerado como um budista à Schopenhauer, nem como um discípulo fanático de Buda.

Enquanto o filósofo alemão prègava hipòcritamente o aniquilamento e um falso ascetismo nirvanesco, Antero, o sincero e bom Antero, na sua tebaida de Vila do Conde, no meio dos humildes e das crianças (como outrora Jesus), prègava o bem como o « momento final e mais íntimo da evolução do ser, em que o espírito se liberta na consciência de tôdas as limitações, criando em si, de si e para si um

mundo completo, transcendente e definitivo», — acabando por afirmar que só a «santidade» é que é o «têrmo de tôda a evolução e que o Universo não existe nem se move senão para chegar a êste supremo resultado».

Em conclusão: A-pesar-de Antero ter andado por algum tempo seduzido pela moral de Buda (repetimos: Antero nunca *se encantou* pelo budismo de Schopenhauer), no entanto êle, *no fundo,* conservou-se sempre *cristão,* — porque a sua educação moral era cristã de *origem;* tinha sido ela dada por sua Mãi, senhora de peregrinas virtudes cristãs.

Além disso, Antero era alma sequiosa de Beleza moral e espírito amante da Verdade.

Ora essa Beleza moral e essa Verdade, Antero só as pôde encontrar, em tôda a sua pureza e plenitude, no Cristianismo, a «religião do futuro».

Não sendo positivamente um filho da Igreja católica, o poeta dos *Sonetos* só se sentiu bem no ambiente bendito do Cristianismo. E se o descendente ilustre de «uma farta linhagem de místicos», não foi um cristão militante, todavia foi-o, como poucos, dentro do seu coração magnânimo; porque, como poucos, Antero cultivou a virtude cristã, a flôr mais pura e balsâmica do jardim do Senhor! porque como poucos, êle praticou a Caridade — a máxima mais santa e elevada da moral de Jesus!...

*

Vejamos, finalmente, a sua inquietude religiosa, a sua atitude espiritual ante o Destino último do homem e a existência de uma entidade sobrenatural que tudo rege e domina.

Heinrich Heine, êsse poeta alemão quási gémeo de Antero, e que, como o autor dos *Sonetos,* tivera a mesma inquietação

angustiosa, a mesma ânsia do *Além,* — Heinrich Heine imaginou um moço junto do mar, «do mar deserto e nocturno», um moço invadido de tristeza e atormentado pela dúvida, interrogando as ondas que na rocha se desfaziam, languidamente, em espuma rendilhada. São estas as suas palavras: — «Oh! explicai-me o enigma da vida, o doloroso e velho enigma que tem atormentado tantas cabeças: cabeças ornadas de mitras hieroglíficas, cabeças com turbantes e barretes aos quadrados, cabeças com perruca e mil outras pobres e febris cabeças humanas.

Dizei-me que significa o homem? donde vem êle? para onde êle vai? que existe para além das estrelas brilhantes?

As ondas murmuraram o seu eterno murmúrio, o vento sopra, as nuvens fogem, as estrelas cintilam, frias e indiferentes, e o louco em vão espera pela resposta»...

Como êste moço, como Pascal ante o *siléncio dos espaços infinitos*, como tantos outros espíritos que um dia *duvidaram,* mas que tiveram sempre como Amiel a «nostalgia do desconhecido», — Antero interrogou aflitivamente o céu e em vão também esperou pela resposta...

Quantas vezes o altissimo Poeta, no desejo pungente de querer sondar os mistérios que envolvem a substância humana e a origem da vida, erguia os olhos tristes e inquietos para além da curva que separa a terra do «engaste azul do firmamento», a fim-de lá poder melhor achar a solução dêsses enigmas transcendentes! Quantas vezes o «crucificado moral dos *Sonetos*», como resposta às suas interrogações especulativas, ouvia apenas o tremendo *Impossível* da bôca muda do Infinito!...

Enfim, quantas vezes, — quantas! — o Cantor da *Beatrice* se lembrava com vivas saüdades da sua crença infantil; e agora porém, porque uma vã filosofia negara Deus e a alma, — debalde o seu coração e o seu espírito se sentiam satisfeitos com as conclusões a que chegara um criticismo

petulantemente cientista, e que êle aceitara como verdadeiro.

Antero não ficou, como é sabido, prêso a essa falsa ciência e a essa vã filosofia, de importação germânica, que repudiava Deus e matava a fé.

Reagiu heroicamente; soube lutar! É que a alma dêle era espontaneamente religiosa, era naturalmente ascética, tinha sido criada para crer.

Antero era um místico! E o seu misticismo era tendência innata, e, se quiserem, ancestral, hereditária. — « O meu misticismo, — escreve êle a Lôbo de Moura, — o meu misticismo dia a dia se consolida, como sentimento e como doutrina. Neste último ponto tenho realmente feito importantes progressos, devido a um belo método que inventei e que consiste no estudo das religiões (especialmente o Cristianismo) segundo um critério metafísico ».

É curioso notar que esta carta vem acompanhada do soneto *Transcendentalismo,* soneto que indica perfeitamente o abandôno daquele pessimismo já apontado em outra parte, daquele pessimismo que se desenvolvera tràgicamente, como dissemos, por volta de 1874 a 1880, e que o Poeta em carta a Jaime de Magalhães, escrita em 1886, considerada « não um ponto de chegada, mas um caminho », acrescentando que era «preciso passar por êle, mas justamente para sair dêle ». E, noutra carta, com a mesma data, mas endereçada a Fernando Leal, Antero definia o Pessimismo como « a síntese das negações na esfera da natureza, a luz implacável caída sôbre o acervo de ilusões das coisas naturais ».

Evoquemos êsse soneto — *Transcendentalismo*, — reflexo de uma alma que se salvara após ter passado pelo « fogo » da experiência interior...

« Já sossega, depois de tanta luta,
Já me descansa em paz o coração.
Cai na conta, enfim, de quanto é vão
O bem que ao Mundo e à Sorte se disputa.

Penetrando, com fronte não enxuta,
No sacrário do templo da Ilusão,
Só encontrei, com dor e confusão,
Trevas e pó, uma matéria bruta...

Não é no vasto mundo — por imenso
Que êle pareça à nossa mocidade —
Que a alma sacia o seu desejo intenso...

Na esfera do invisível, do intangível,
Sôbre desertos, vácuo, soledade,
Voa e paira o espírito impassível! »

Além das cartas acima transcritas, Antero em outras cartas confessa sinceramente estar « mais ou menos ameaçado da *enfermidade mística* »; refere-se ao seu « temperamento místico ».

É conveniente lembrar, — e já atrás frisámos — que o seu misticismo não tem nenhuma filiação búdica; êle é todo cristão: é um misticismo fecundo, criador, dinâmico, de vontade e de acção, na linguagem de Bergson, — « misticismo completo », na opinião do autor da obra notabilíssima: *Les deux sources de la Morale et de la Religion;* — « misticismo activo », verdadeiro misticismo que une o homem ao « Absoluto, a Deus », — na frase do próprio Poeta. Antero chega a verificar « que o misticismo, sendo a última palavra do desenvolvimento psicológico, deve corresponder, a não ser a consciência humana uma extravagância no meio do Universo, à essência mais funda das coisas ».

É, por conseguinte, com razão que o Dr. Jaime de Magalhães Lima diz que « Antero foi talvez o mais religioso dos religiosos que o sangue português gerou ». E acres-

centa lùcidamente: « fundado em eternidade, à eternidade prendeu tôda a sua vida, de contínuo a identificando com a essência divina ».

Esta profunda religiosidade manifesta-se em todos os actos da sua vida; e há mesmo um episódio tocante em que o Poeta encarna o papel de missionário cristão, de apóstolo evangélico.

Narra Caetano Andrade, íntimo de Antero: « De uma vez, em 1865, encontrámo-nos no Convento do Buçaco, onde o modernismo arquitectónico ainda levara pouco o tom discordante da sua ameneirada garridice. Uma romaria anual enchia de alegres chusmas e de ecos ruïdosos dos descantes as áleas sombrias da mata e o claustro austero do cenóbio.

Procurando Antero, que nos desaparecera, fui encontrá-lo numa capelinha, cujo nome perdi da memória, mas que fica à direita de quem entra no claustro, indo do *Cruzeiro*. Lia ali, ajoelhado no meio do povo devoto que enchia a capela, os Salmos de David e explicava-lhos com a voz solene e o gesto largo de um apóstolo.

Disse-me depois «que nada o encantava como estudar assim, nos comentários ingénuos daquela sincera gente, as espansões da alma popular, as suas crenças puras, a sua elocução familiar, o seu natural desejo de instruir-se ».

É preciso não esquecer que era Antero nessa época (1865) descrente, ou antes, já não pertencia ao grémio da Igreja, já não era cristão praticante; a sua « educação católica e tradicional », tinha sido « varrida num instante », ao cair no « meio da irrespeitosa agitação intelectual de um centro, onde mais ou menos vinham repercutir-se as encontradas correntes do espírito moderno », — como êle próprio confessa na carta que escreveu ao tradutor alemão dos seus *Sonetos*, Wilhelm Storck.

Contudo, no fundo da sua alma puríssima, lá se conser-

vava intacto o seu misticismo atávico, que levava Antero a dizer que tinha nascido *monge* em carta a Oliveira Martins; a sua religiosidade permanecia inalterável no âmago da sua alma.

O episódio, acima indicado, não seria mais do que uma suave reminiscência e natural inclinação para a vida monástica, o que aliás não é de estranhar, visto que Antero tinha pensado até em abraçar a carreira eclesiástica, no período em que a *Harpa do Crente* de Alexandre Herculano exercia forte influência no seu espírito e no seu coração.

A acrescentar a tudo isto, há a dizer que o altíssimo Poeta, ao matricular-se na Faculdade de Direito, ainda pensou em tirar o curso de Teologia, idéa que depois abandonou, segundo informação de Joaquim de Araújo.

Em suma, vê-se que o Poeta genial dos *Sonetos* não deixou nunca de ser religioso; a sua intuïção mística jàmais se atrofiou ou deixou de actuar na sua sensibilidade emotiva e requintada, e em tôdas as suas manifestações de homem e de pensador, de poeta e de filósofo, de moralista e de crítico.

Exprimindo-se em têrmos de Beleza moral, esta religiosidade e êste misticismo foram-lhe sempre fonte imanente de santas emoções e seu bendito consôlo nas horas «de dúvida e incerteza», nos momentos de desespêro à Obermann, Thomson, Leopardi, Kierkegaard, Senancour...; nesses instantes de aguda crise em que os seus mais doirados sonhos se desfaziam abruptamente e as suas mais lindas esperanças morriam ao menor contacto com a rudeza do mundo externo e com a mesquinha positividade da vida de todos os dias.

*

Voltemos ao pensamento central do nosso modesto ensaio; regressemos à idea-madre que originou êste nosso rá-

pido estudo, e que só apenas aflorámos levemente: analisar a inquietude religiosa de Antero, inquietude essa que tomou aspectos verdadeiramente trágicos no cérebro do altíssimo Poeta, nesse cérebro onde se repetiu mais vivamente todo o drama de uma humanidade enfêrma e inquieta; — inquietude também metafísica, pois ela visa penetrar no mistério da vida e na essência das coisas.

O P.e Sanson, numa das suas célebres conferências quaresmais sôbre a *Inquietude humana,* pronunciadas, em 1925, do alto do púlpito onde têm falado gerações de famosos oradores sacros, — disse que a «inquietude está no fundo de tôda a história humana»; e termina essa conferência com estas palavras: «L'inquiétude que vous constatez en dehors de vous et en vous comme un fait humain, universel, et que je vous propose de prendre pour point de départ, il est necessaire que vous la preniez d'abord en considération, et que, pour cella, au lieu de la subir en cherchant vainement à la fuir, vous la viviez effectivement et courageusement; de telle sorte qu'elle agisse en vous, non pas seulement comme un besoin de vous connaître, mais comme une obligation de vous connaître, et, en vous connaissant, de devenir ce que vous devez être» (2.ª Conferência).

Sem dúvida; a «inquietude faz parte da natureza humana», como diz Daniel-Rops; loucura seria destruí-la; é-nos *necessária.*

Quere o leitor saber que significa «inquietude»? Para nós significa, no fundo, dor!

É dor, porque o homem, na ânsia de desvendar os mistérios do seu Destino e do *Além,* luta, e na luta está o sofrimento, a dor. Mas esta dor não é a dor vulgar, a dor de tôda a gente.

É uma dor metafísica; é uma «função intelectual», (Joaquim de Carvalho); nasce no cérebro e só no cérebro é que se revela e actua. É aquela dor, — no dizer de Antero em

carta a João Machado, «transparente e luminosa — não opaca e soturna, como o é para os homens só naturais»!

A inquietude é também dúvida, e duvidar é mais difícil do que afirmar; implica esfôrço intelectual da nossa parte, análise interior, sentido metafísico. Como escreve Antero de Quental «duvidar não é só uma maneira de propor os grandes problemas: é já um comêço de resolução dêles, porque é a dúvida que lhes circunscreve o terreno e que os define».

Na afirmação pode haver passividade; na dúvida não; para quem pensa a dúvida é sempre activa e fecunda, não nos permite que haja um momento de repouso. E se permite repouso é só em Deus! Para isso é necessário que primeiramente a alma passe pelo cadinho da inquietude.

Fénelon no seu *Dialogue des morts* traçou estas lapidares palavras: «C'est par l'inquiétude que vous avez désiré le repos...» (cit. por Daniel-Rops).

É que, como diz o autor, aqui mais de uma vez mencionado, da *Notre Inquiétude*, Daniel-Rops, — é que «dans la vie fugitive, l'inquiétude est comme le signe du destin». E depois esclarece: «Nul n'a le droit de vivre sans connaître ses tourments, comme nul ne peut ignorer cet amer regret que, dans l'âme, abandonne la foi défunte en un Dieu consolateur». E noutra passagem do livro citado: «l'inquiétude est un ferment»; «elle maintient vivant l'espoir du renouveau».

Agora num diálogo entre a razão e a alma: «Écoute, dit la voix de la raison, l'immobilité est le bonheur: vivre dans le repos et dans le calme, telle este la plus sûre ambition de ton âme; refuse-toi à la tentation du voyage, au goût du neuf et de l'inconnu.

— Mais, riposte l'âme inquiète, ma volonté est impuissante. Que connais-tu de mon désir? Dans le repos je ne trouve plus le bonheur; la paix pour moi a un goût qui

m'écoeure. Immobile, je sens que ses membres, s'enkylosent; la fièvre du départ me brûle les os».

Por isso somos adeptos das doutrinas ou sistemas filosóficos, mesmo religiosos, que nos conduzem à dúvida, e não a uma certeza absoluta, dogmática.

Claro que a dúvida que defendemos e seguimos é a metódica e não a sistemática.

*

Longe de nos conduzir ao cepticismo, e longe de ser uma doença física, — uma doença, — dizem —, que deve estar sob a alçada da medicina, um «caso» a merecer a atenção dos psiquiatras, um mal do espírito, — a verdadeira inquietude é pelo contrário, uma manifestação de saúde intelectual, uma exuberante atitude do espírito em face de tudo que analisa e critica.

Variável de pessoa para pessoa, e dentro da própria pessoa, e múltipla de aspecto (D.-Rops), a inquietude é como escreve F. Strowski: «le principe de toute vie supérieure».

Seja ela metafísica, estética ou moral (D.-Rops), é a inquietude a irresistível e sedutora tentação da alma que não se satisfaz com as soluções *usuais* da colectividade humana.

Como tem asas etéreas, a alma procura subir mais alto; para onde? Ela não sabe bem, mas o seu sonho é — subir, subir! subir sempre!...

*

A Inquietude! Quem nunca a teve, quem nunca a desejou, quem nunca a viveu!...

Como diz o P.e Sanson ela tem «por causa as contra-

riedades da nossa natureza» (3.ª conferência), e desde a infância à velhice, desde a nossa juventude àquela idade em que somos já homens feitos, a inquietude não nos deixa um instante; domina-nos sempre, vigia-nos constantemente.

O homem que pensa nunca poderá deixar de estar inquieto, de se preocupar com o problema do seu Destino, procurando saber o que há para além da morte, se tudo acaba na frieza de um túmulo, ou se existe Deus, se é possível existir Deus; se veio do nada e se para o nada voltará no dia em que a morte lhe destruir a vida orgânica; ou se a sua missão não é a dêste mundo, mas aquela outra que há-de cumprir nessa estranha região onde a Beleza não morre e o Amor é eterno!

A Inquietude! Laprade dirá:

«Rien chez l'homme ne dure hormis l'inquiétude,
Le désir éternel de l'idéal caché»,

E ditando-nos, como «regra de vida — regra que êle seguiu à risca, — André Gide também dirá: «S'éprendre de sou inquiétude».

Não nos esquecemos de Anatole France, do mago jardineiro epicurista: «Une chose seulement donne de l'attrait à la pensée des hommes: c'est l'inquiétude. Un esprit qui n'est point anxieux m'irrite et m'ennuie».

A inquietude!...

Teve-a Antero em tôdas as fases da sua vida, em todos os momentos da sua existência; e, como poucos, a amou compreendendo-a; e, como poucos, a sentiu, vivendo-a. Deixou-se nela crucificar, e permitiu que a mesma inquietude se transformasse em coroa de acerbos espinhos para depois, pelas suas próprias mãos, a colocar na sua fronte dorida e pendente.

Contemplando então um Crucifixo, reviu nêle tôda a sua dor de tragédia, tôda a sua inquietude angustiosíssima:

«Na capela, perdida entre a folhagem,
O Cristo, lá no fundo, agonizava...
Oh! como intimamente se casava
Com minha dor a dor daquela imagem!

Filhos ambos do amor, igual miragem
Nos roçou pela fronte, que escaldava...
Igual traição, que o afecto mascarava,
Nos deu suplício às mãos da vilanagem...

E agora, ali, enquanto da floresta
A sombra se infiltrava lenta e mesta,
Vencidos ambos, mártires do Fado,

Fitávamo-nos mudos — dor igual! —
Nem, dos dois, saberei dizer-vos qual
Mais pálido, mais triste e mais cansado...»

*

É absolutamente verídico: teve Antero, teve êsse «poeta religioso periférico», segundo a expressão de H. Hatzfeld, como Dostoievski — «a tormentosa sêde de Deus»; como o autor dos *Irmãos Karamazov,* «Deus torturou-lhe tôda a vida». Daí a dúvida, daí a falta de confiança no céu.

Esta dúvida, que é bem inquietude religiosa, notamos logo na primeira poesia dos seus *Sonetos Completos*, — no *Ignoto Deo:*

«Que beleza mortal se te assemelha,
Ó sonhada visão desta alma ardente,
Que reflectes em mim teu brilho ingente,
Lá como sôbre o mar o sol se espelha?

O mundo é grande — e esta ânsia me aconselha
A buscar-te na terra: e eu, pobre crente,
Pelo mundo procuro um Deus clemente,
Mas a ara só lhe encontro... nua e velha...

Não é mortal o que eu em ti adoro.
Que és tu aqui? olhar de piedade,
Gota de mel em taça de venenos...

Pura essência das lágrimas que choro
E sonho dos meus sonhos! se és verdade,
Descobre-te, visão, no céu ao menos!

É evidente que esta suplicante dúvida, que era simultâneamente ansiedade e sêde ardentíssima do Absoluto, não podia deixar de ser filha, em parte, da « revolução espiritual e moral » que tivera, em Coimbra, nos seus tempos de escolar de Leis, ao ver-se num meio hostil à Religião dos seus Maiores, e que êle até ali « plàcidamente » seguira e vivera.

Além disso, como o seu espírito não se comprazia a uma mobilidade cega, a uma crença estática, Antero sentiu-se logo estonteado pelos « perfumes dos vasos partidos », na frase elegante de Renan, experimentando cêdo as mesmas angústias de um Pascal, as mesmas agonias intelectuais de um Amiel.

Principalmente como êste último pensador, — que também recebera, como o poeta filósofo, uma educação germânica —, Antero sofreu duros conflitos de tôda a espécie.

Enquanto Amiel no seu *Diário* ia anotando, dia a dia, os seus dolorosos estados de alma, — Antero exprimia-os em versos de imortal perfeição, em sonetos de elevada sinceridade moral, podendo nós dizer do revolucionário das *Odes Modernas* o mesmo que Paul Bourget disse do professor suiço:... «até nas mais cruéis doenças morais, a sua alma pôde conservar uma rara nobreza e agonizar, como uma mulher bela e pura, sem nada que a desfeiasse ou pudesse macular».

*

Nesta fase de inquietude religiosa, em que o soneto *Ignoto*

Deo nos dá, como vimos, uma comovida idéa, — fase em que se prolonga até à sua morte —, Antero verifica lealmente que não podia passar sem Deus.

Também Michelet confessava o mesmo: «Je ne puis me passer de Dieu». A êste respeito escreve João Machado de Faria e Maia: «A preocupação de Deus é de facto uma das particularidades características de Antero, não só porque domina incessantemente tôda a sua vida, mas também porque os pontos de vista, sob os quais êle a encara dão uma curiosa visão da especialidade do seu temperamento e da sua raça, comparados com os outros tipos da humanidade».

Mas quem era Deus para Antero? Que conceito fazia o Poeta da Divindade? Que representava afinal Deus para o pensamento doloroso de Antero?

Em 1866, em carta endereçada a Anselmo de Andrade, e que versava sôbre o *sentimento da imortalidade,* — Antero chamava a Deus *justiça.* E escrevia cheio de entusiasmo pensando certamente no final de uma carta de H. Heine a Gerard de Nerval: «Na queda e triste ruína das ilusões antigas, das velhas crenças das gerações, fica-nos eterna essa grande palavra. — É que está gravada no coração.

Só arrancando-o a poderão tirar de lá! E nem assim. No deserto das alturas a águia que o empolgasse leria *justiça* nas carnes palpitantes... e cairia assombrada»!

Mais: Antero reconhecia que «para além do extremo arco da ponte da vida» existia «o seio vasto de uma Bondade a quem não esquece um ai, um suspiro só»; «uma mão», atando «com amor os destinos partidos; uma lei de justiça, a que chamamos compensação». E acrescenta: «Sem êste equilíbrio d'além-túmulo o mundo moral inclina-se sob o pêso de suas ruínas acumuladas de séculos, e tomba e rola desamparado nos abismos do nada»!

Nesta página singularmente bela, Deus é para Antero como que a síntese de tôdas as qualidades morais do homem:

é um Deus *humano,* todo sentimento, um Deus com a *humanidade* de um Cristo, ou de um S. Francisco de Assis; um Deus *sensível* às nossas dores e às nossas aflições.

Êste Deus, — amor infinito, Deus Cristão, — Antero (o Antero *humano,* e não o Antero *filósofo*), o conserva sempre no fôro íntimo da sua alma, e é para êle que se volta tôdas as vezes que o seu espírito cai nas Garras da Dúvida ou se despadaça nos espinhos cruciantes do Desespêro.

(Continua).

Rui Galvão de Carvalho.

CARTAS HISTÓRICAS

Antes de oferecermos ao Arquivo Geral da Universidade de Coimbra 509 cartas autógrafas de vários personagens portugueses, era nossa intenção publicar grande número delas em volume, acompanhadas de comentários sôbre o seu contexto ou sôbre a identidade dos seus autores.

Mas para que êsse comentário fôsse o mais completo possível, seria preciso ter-se conhecimento de todos os fastos da história de Portugal, compará-los com o texto dessas cartas, submetendo depois tudo a um profundo senso crítico.

Tarefa superior às nossas fôrças.

Assim, para aproveitar um trabalho já começado, algumas dessas cartas serão aqui reproduzidas, acompanhadas por um ligeiro comentário explicativo do seu conteúdo.

I

«Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor. — No dia 20 tive a honra de receber o Avizo de Sua Magestade datado de 7 do mesmo mez, em que houve por bem nomear-me para Bispo de Pinhel.

«Eu agradeço m.^{to} ao mesmo Augusto Senhor tão honorifica Mercê. Porem, Ex.^{mo} Sr. eu não posso expressar a V. Ex.^{cia} o pasmo q̃. me cauzou, e a quantas pessoas me conhecem, a elleição q̃. de mim faz Sua Magestade para tão sublime Dignidade.

«Estou bem certo q̃. se Sua Magestade (que dezeja sempre

o melhor bem) me conhecesse, e ainda acrescento mais me visse, não faria semelhante Elleição.

«Nunca me lembrou, nem a pessoa alguma das que me tem tratado, e de perto me conhecem, que eu podesse ser Elleito para Bispo; tão grande, e notoria he minha incapacidade para este formidavel Emprego.

«Nada em mim se encontra q̃. possa fazer-me recommendavel, como V. Ex.cia verá na exposição seguinte.

«Em q.to a linhagem, sou de baixa extração, e fui quatro annos caudatario do Bispo de Leiria D. Manoel d'Aguiar q̃. Deos tem: V. Ex.cia bellamente conhece que não parecerá bem ser elevado ao Episcopado hum homem q̃. ha 18 annos foi visto famulo e caudatario d'hum Bispo.

«Sou alem disto destituido de todas as qualidades q̃. se requerem para o Episcopado; posso affirmar a V. Ex.cia com verdade que sou hum ignorante, pois apenas frequentei os estudos do Seminario de Leiria dos quaes conservo já poucas ideas. Sabe m.to bem V. Ex.cia que hum Bispo dotado de tão poucos conhecimentos longe de ser util á Igreja, lhe será m.to prejudicial com perigo certo de sua propria condemnação.

«Tão bem não possuo o talento de governar; ha pouco mais de anno e meio fui Presidente hum triennio, no fim delle se tratou da elleição de Guardião, julgando alguns seculares que eu ia a ser elleito, os Religiosos que conhecião melhor minha insufficiencia ellegerão para Guardião hum Religioso mais novo que eu na recepção do habito, e que nem Presidente tinha sido. Ora Ex.mo Sr. quem não he habil para governar tres annos huma pequena Communidade, como poderá governar toda a vida huma Diocese?

«Tão bem a idade me não faz recommendavel pois que tenho som.to 39 annos; o mesmo aspecto exterior não inculca o respeito que n'hum Bispo se requer.

«E que não diria eu a V. Ex.cia de meus defeitos moraes e da falta de virtudes já não digo proprias do Episcopado,

mas do estado Religioso, se não tem esse q̃. V. Ex.cia julgasse que eu só por modestia dizia mal de mim?

«Á vista desta representação, a qual peço a V. Ex.cia se digne levar á prezença de Sua Magestade, não posso em consciencia acceitar a Dignidade Episcopal, a que o mesmo Augusto Senhor teve por bem elevar-me.

Peço pois a Sua Magestade por tudo o q̃. ha mais sagrado queira conceder-me a Graça para mim a maior de todas de Dispensar-me da Obrigação de acceitar.

«V. Ex.cia se digne enviar p.a esta Cidade o Despacho q̃. tanto desejo, para ir logo começar em certo districto deste Bispado a missão para q̃. fui enviado.

«Coimbra, 27 de Janeiro de 1832.—Ill.mo e Ex.mo Sr. Luiz de Paula Furtado Castro do Rio Mendonça—de V. Ex.cia Att.o V.or e S. (a.) *Fr. Francisco de Jesus Maria*».

COMENTÁRIO

¡Sublime escusa de um pobre clérigo que se julga o mais ínfimo e o mais inútil para suster nos seus ombros o encargo magnífico de um episcopado! ¡Como êle mostra os seus defeitos físicos e os seus defeitos morais e como êle sai fora da craveira do tempo em que todos se julgavam competentíssimos para todos os cargos, para os quais bastava a vontade de um ministro, o manejar de uma intriga ou a alegação (muitas vezes inerme) de serviços em prol do Trono ou do Altar!

A sua recusa foi atendida e em seu lugar foi nomeado o varatojano Leonardo Bessa que foi o quarto e último Bispo da Diocese de Pinhel.

II

«Londres 7 de Janr.o 1829—Meu rico am.o e Collega —Neste mom.to que são tres horas sahe S. M. F.ma desta Embaixada para ir visitar S. A. R. a Duqueza de Kent, e então pode suppor a balburdia, q̃. aqui tem havido; por tanto apenas me resta tempo para lhe dizer q̃. recebi a sua estimada carta de 22 do mez passado, e com ella as duas Folhinhas, agradeço a remessa e peço lance em m.a conta a

despeza. Fico-lhe m.to ob.º pelas not.as q. me dá e q. sempre desejo m. em detalhe, espero q. as prim.as sejão m.to boas, ao menos ha toda a razão para assim o suppôr, queira D.s q̃. por fim ahi haja energia, e se saia do lethargo vergonhoso em q. se tem jazido, deixando por tanto tempo triunfar a rebeldia, usurpação e a mais descarada e infame tirannia.

«Tenho m.º gosto em lhe dizer q. S. M. está m.to crescida, e cada vez mais bonita, e amavel, e sinto bem não poder mandar-lhe ainda retratos porq. os não há, no q. realm.te tem-se incorrido bem merecida censura, conte q. apenas apareção lhe md.º tantos q.tos poder, custem o que custarem. Mousinho chegou ontem do Rio com a espantosa viagem de 39 dias, e traz not.as satisfatorias a nosso respeito; o Impe.or não queria tomar medidas sem primeiram.te receber not.as do q. fazia o Marquez de Barbacena p.a q. aquellas não viessem encontrar o q̃. o outro tivesse feito, q. S. M. I. approva plenam.te; não sei se Mousinho regressa p.a o Rio exercer o Lugar q. a Rainha lhe confiou, mas persuado-me q. não; elle neste mom.to me pede encarregue a V. Ex.a, lhe entregar a incluza em mão propria á Irmãa, e q.r q. da sua parte eu faça m.tas expressoens a V. Ex.a.

«Parte da nossa gente de Plymouth lá foi p.a Angra, talvez q̃. os Beefs a não deixem dezembarcar ali, apezar de ir perfeitamt.e desarmada, mas se evitarem o dezembarque d'aquella, o q. será por certo grd.e pouca vergonha, não obstarão ao dezembarque de outros que de *diferentes partes do mundo* p.a ali mandamos, e mandaremos (1), ao me-

---

(1) A carta que a seguir publicamos, mostra bem os esforços que se faziam para, por todos os meios, se conseguir a vitória:

III

«Recebi a carta que V. S.a Ill.mo S.or me escreveu em 31 do mez proximo passado, e sentindo muito ver que se malograsse a Commissão de que fôra encarregado juntamente com o Capitão Carey, vou agora preveni-lo de que em taes circunstancias deve V. S.a com o dito Capitão par-

nos n'aquella Ilha não hade meter dente o tal *Senhor Rey dessa Terra;* toda a Ilha jurou fidelid.ᵉ á nossa galante Rainha, e o Batalhão 5 protesta morrer até o ult.º homem mais depressa do q. entregar-se ao infame partido Miguelista; por ultimo tem mettido mantimentos na Fortaleza p.ª hum anno, e dizem q. q.ᵈᵒ não poderem impedir hum dezembarque se encerrarão na Fortaleza para se deffenderem até vir a Esquadra do Brazil. Se D.ˢ quizer, o negocio não hade chegar a esses extremos.

---

tir para a Ilha da Madeira no Paquete que dessa hade sahir na proxima semana para o Rio de Janeiro para se aprezentarem ao Governador e Capitão General da referida Ilha a fim de serem por elle empregados como mais convier, ao serviço d'El Rey Fidelissimo o Senhor D. Pedro 4.º

«Nesta occazião partem de Londres 6 officiaes e 1 Furriel com o mesmo destino, cujos nomes e graduações constão da Relação incluza e sendo todos de Patente inferior á de V. S.ª deverão pôr-se debaixo das suas ordens até chegarem á Ilha.

«Quando aconteça que esta por summa infelicidade, tenha cahido nas garras da Usurpação, V. S.ª e os mais S.ᵐᵉˢ Officiaes Portuguezes continuarão no Paquete para o Rio de Janeiro para alli receberem as ordens d'El Rey Meu Senhor.

«Hoje vai ordem ao Consul de Portugal, Fox, para satisfazer a V. S.ª e ao Capitão Carey, o que tem a receber segundo a conta junta, e de que assignarão os recibos que elle lhes hade aprezentar. Tambem lhes remetto as suas Guias: e o dito Consul pagará a passagem de todos para a Madeira, obrigando-se para com o Capitão do Paquete pelo excesso, quando aconteça o caso de se verem obrigados a seguirem para o Brasil.

«Dezejo-lhe prospera viagem, e que o seu reconhecido valor, e o seu zelo pelo serviço do nosso legitimo Soberano possão concorrer para conservar na posse do mesmo Senhor aquella importante possessão de Sua Corôa como Rey de Portugal.

«Deos Guarde a V. S.ª—Londres 2 de Agosto de 1928.—(a.) *Marquez de Palmella*».

«S.ʳ João Schwalbach.

«P. S.—O Consul Fox hade entregar a V. S.ª huma demonstração pela qual conhecerá o q. lhe pertence, e ao Cap.ᵃᵒ Carey da somma de £ 68.17.9. q̃. do dito Fox hão de receber.

«Fico entregue da sua carta de 30 de Julho—(a) *J. B. Barbosa*».

«O nosso amigo C. de B. deveria promover a deserção não p.ª aqui q. para nada serve, mas p.ª a 3.ª; em bom tempo até Barcos Costeiros ali podem ir deitar gente, e isso era hum grd.e serviço e, cuja despeza eu cá lhe faria abonar. Toque-lhe V. Ex.ª nisto, 10 homens, ou 20 q. se escapem p.ª lá de cada vez era grd.e socorro.

«Grd.e figurão está o Sr. Ant.º Faustino e mais a sua rabona, recommende-lhe da m.ª parte q̃. tome tento na redea, p.ª q. não dê em breve com os focinhos na lama: bem merecidas maçadas levão esses meus Senhores.

«Cá espero em breve o Sr. Rademaker, q. he heróe de conta, se elle vem por esperto parece-me q. desta vez vai logrado; entretanto elle está m.or do q. nós porq. tem mt.º dinheiro e agora mais pilha com ajudas de custo, e 3 quarteis adiantados etc. etc. Comq. o Corcunda Pinheiro foi apanhar pés de Burro? a proposito de Burro he verd.e q. o Lopes ja não rege a interessante Gazeta desse interessantissimo Governo? assim aqui mo dicerão, mas eu não acredito, porq. não me posso persuadir q. larguem mão de tão bom cooperador, m.to mais q.do nisso incorrerião o desagrado do *arre-burro* Macedo.

«Viva o meu am.º o Sr. Je M.ª de Sales Ribeiro, Pavão mór, C... podre, conselheiro, ofl.al maior etc. etc. por certo esta digna escolha, todos amão o seu sim.e e o Sr. Visc. coçando a testa, q.do se tratou da nomeação não podia deixar de se lembrar do Sr. Sales Ribeiro — Que he feito do Diogo? Deve estar m.to contente pois se he verd.e ter sido dimittido, como aqui se me dice, com a alta protecção do genro, e... que parentesco he q. elle tem com o marido da mulher... V. Ex.ª o dirá, por certo é curiosa a troca q. amigavelmente fizerão os dois.

«O Sr. Castello Br.co pode no Correio fazer a deligencia p.ª lá achar o meu *n.º 38*; he provavel q. S. Snr.ia lá se torne mais perito na preada q. exercia no Gabinete do *Cabrãozito*,

e emq. então estava tão pouco adiantado q. rasgou a carta por man.ª q. se não pôde entregar; deve tomar algumas liçoens com o conselheiro R. antes deste sahir do Reino. Ora continue-me V. Ex.ª a favorecer com a Biografia destes illustres varoens, q. por certo m.to me diverte.

«D.s queira q. antes da partida da proxima mala já nós tenhamos a certeza de q. se esmigalhou o *monstro*, de companhia com a *monstra*, nada mais de contemplaçoens com taes bichos.

«Meus recados aos Amaraes, e a mais alguem q. ainda se lembre q. eu existo, a seu mano, á sua excelente familia mil saud.es, a m.ª vai vivendo, tãobem se recommenda m.to a todos os seus.

«Rogo-lhe a exacta entrega de todas as incluzas, e são de recommd.ão, e o q. eu sobre tudo recom.º a V. Ex.ª he q. se o perigo apertar se não deixe agarrar, ponha-se ao fresco, e venha p.ª cá, pois aqui me tem — sempre seu am.º e obr.º *J. B. B. A.*

«P. S. Queira dar saud.es nossas a M. C. D. A. M. e outros amigos da Sr.ª D. M.

«Felipe Fer.ª está em Londres».

COMENTÁRIO

Aquelas iniciais J. B. B. A. são as do nome de José Balbino de Barbosa de Araújo.

Quando a Côrte portuguesa estava no Rio de Janeiro, as pessoas que se ofereciam para levar àquela capital, papéis para o real despacho eram acolhidas ali com carinho e tinham um prémio. José Balbino levou documentos importantes mandados pelo nosso Ministro em Londres, Conde de Funchal, e por isso conseguiu ser nomeado oficial da Secretaria do Reino. Depois entrou na carreira diplomática, tendo sido secretário de legação e encarregado de negócios em Londres.

Era um grande e cuidadoso adepto do constitucionalismo, tendo-se responsabilizado algumas vezes em Inglaterra, pelo pagamento de em-

préstimos contraídos para o bom êxito da causa, (*Memórias* de José Liberato Freire de Carvalho).

Depois do triunfo foi feito Barão e depois Visconde de Telheiras. Para recreio do seu espírito publicou, pôsto que com bastantes incorrecções, a *Coleção de Poesias ineditas dos melhores autores portugueses*, em três volumes, obra pouco vulgar no mercado.

José Balbino era filho de outro do mesmo nome que foi um afamado advogado no seu tempo e que devia ter ganho muito bom dinheiro, a avaliar pela grande quantidade de processos (hoje nos *Feitos Findos*) que moveu contra várias pessoas (entre outras a Marqueza de Alorna) que se recusavam a pagar-lhe os empréstimos que êle lhes havia feito.

A carta acima publicada está escrita com mordacidade ao referir-se a certas personalidades muito gradas na política absolutista.

Ela refere-se também aos manejos dos constitucionais para fazer vingar a sua causa. E assim, um dos meios empregados foi a ida da senhora D. Maria da Glória a Londres onde foi recebida por Jorge IV *como sua fiel amiga e aliada a Rainha Fidelissima D. Maria II* e achando-a *muito bonita*, como êle em português se expressara, fêz-lhe o melhor acolhimento e prestou-lhe as honras como se ela fôsse uma Raínha Coroada (artigo do *Courier* de 23 de Dezembro de 1828, traduzido em português e publicado em fôlha volante, impressa em Londres). Foi também publicada uma outra fôlha em português com quatro páginas e êste título: *Descrição do modo por que foi recebida S. M. F. a Senhora D. Maria II por S. M. El-Rei da Gran-Bretanha no seu Palacio de Windsor, no dia 22 de Dezembro de 1828.* Estas duas fôlhas possìvelmente raras, acham-se na nossa *Colecção de folhas volantes.*

Quanto à identificação das personagens citadas nesta carta parece-nos que *Rademaker* é José Basílio Rademaker, de origem holandesa, nosso Ministro junto do Rei da Sardenha, e ferrenho miguelista; o *arreburro Macedo* é o panfletário José Agostinho de Macedo; o *Sr. visc.* é o Visconde de Queluz, personagem dedicadíssima a D. Miguel e que era um protector de todos os pretendentes que desejavam aproximar-se dos degraus do Trono; *o monstro* é D. Miguel e *a monstra* é a Raínha D. Carlota Joaquina; mas são-nos completamente desconhecidas as identidades do *Diogo* e de *José Maria de Sales Ribeiro* que neste documento público passam à posteridade sob as formas do fabuloso Minotauro.

IV

«Rio de Janr.º de Jun.º de 1813. — Meu caro e muito caro Am.º Ha infinito tempo que não tenho o gosto de receber lettras suas; noticias sim, porq̃. tenho cuid.º de as pedir ao nosso respeitavel Mestre o excellente P. João Marroni. Espero que não seja em castigo do meu silencio, visto não ser por falta de saude, que me consta ter sido sempre boa; do que me regosijo, e lhe dou os parabens.

«Creia, meu bom A.º, que o meu silencio não tem deixado de ter motivos. Não he o menor delles a fatal perseguição com que me tem inquietado desde que aqui cheguei, tudo q.to tem ou tem tido o titulo de Secret.º de Estado, sem que o respeito que eu professo a tão altos Lugares me haja servido de escudo como nem tão pouco o cuid.º com que fujo de me encontrar com elles, e isto em tôda a extensão da palavra.

«Não sabendo já por onde me inquietar, e sabendo que eu antes passaria pelos ultimos extremos, de que encarregar-me de uma comissão indecorosa ao Nome Augusto de nosso Soberano, junto ao Governo de Buenos Ayres, fizerão com que S. A. me nomiasse para ella. Fiz observações decentes na materia e na forma. Respondeu-se-me com altivez e desaccordo. Repliquei com reverente excuza: a que se me confirmou com a ordem de sahir desta Corte para a Ilha da Mad.ª afim de alli rezidir até segd.ª ordem de S. A. R. Como porem este, mais Pae de que Principe dos seus Vassallos, não podesse deixar consummar a obra da iniquid.e recebi (já abordo e ao m.mto de se fazer o Navio á vela), ordem p.ª desembarcar. Porem só no dia 17 de Dez.º he q̃. me foi permittido apparecer na Real Prezença.

«Bem pode suppor, meu A.º todos os desgostos e transtornos que terei experimentado, só nesta borrasca, que he

pelo menos a decima em tres annos e meio, todas de arma branca com os servidores do Estado.

«Elles tem conseguido amofinar-me, porem não acovardar-me, nem m.^mo^ experimentar a millessima p.^te^ dos desgostos com que he de seu natural sazonarem aos seus apaziguados as honras e riquezas que lhes dão, em recompensa de suas humiliações e torpezas.

«Ao momento em que escrevo esta, não sei qual será a minha sorte. Não fallo daquella geral incerteza em que nos nossos dias todos vivem; porem de uma particular crise, em que seg.^do^ todas as probabilid.^es^ me obrigará a alguns daquelles passos em que rompe todo homem, que sentindo-se com todas as suas forças physicas arrosta com quaesquer perigos, só por não dobrar o joelho aos idolos de Balaam.

«Basta de mim e das m.^as^ aventuras, parece só acabarão com a vida.

«Diga V. R. de si e dos seus: Diga dos nossos A.^os^ e Comp.^os^ Hão de ter pascido indisivelm.^te^ na convulsão geral do Estado. Muito me alegrarei se ao menos a saude tem podido resistir a tantos choques.

«Sei que varios dos nossos já se achão na terra do descanso. Quanto são para envejar! Aos que não forem desse numero queira dar m.^tas^ saudades m.^as^, e bem sinceras; porque apezar da firmeza com que creio naquella maxima de optimismo Christão = Que tudo q.^to^ Deus faz, he pelo melhor = não deixo de lembrar-me com saud.^e^ da roupeta; não arrependendo-me do partido que tomei por motivos, que hoje me obrigarião a fazer o m.^mo^ q̃. então fiz; mas senhor de hoje, como então senti que fôra compativel a m.^a^ permanencia com os meus principios. Mas emfim de cima vem o que a cada um pertence reprezentar neste scenario: possamos nós ao menos conseguir o que deve ser o nosso principal intento, no meio de todos estes trab.^os^ — Ponho ponto à moralidade, recommendando-me à sua lembrança e à dos

mais Am.os com q.m se preza de ser — De V. R. — Am.o m.to sincero e obr.o — (a) *Silvestre Pinheiro Ferreira*».

COMENTÁRIO

Silvestre Pinheiro Ferreira tendo nascido em Lisboa em 1769, aos quatorze anos entrou na Congregação do Oratório com destino à carreira eclesiástica e ali concluiu o curso de humanidades.

O seu primeiro trabalho literário foi uma *Memoria sobre a pantomina entre os antigos*.

Como êle tivesse criticado as opiniões do Padre Teodoro de Almeida, os Oratorianos perseguiram-no e isso fêz com que abandonasse as suas inclinações de vestir a roupeta. Admirador e leitor fervoroso das obras contemporâneas da literatura francesa, apodaram-no de jacobino e foi forçado a emigrar para fugir à vigilância obsecante da polícia de Pina Manique. Esteve em Londres e em Paris. Nesta capital relacionou-se com António de Araújo de Azevedo que ia para a Holanda como Ministro e foi com êle, como secretário de legação. Em 1802 estava encarregado de negócios em Berlim. Tendo-lhe sido cometida por António de Araújo a organização em Lisboa de uma companhia de espingardeiros alemães, responsabilizou-se por algumas despezas dêsse organismo e das quais não foi embolsado. Em 1811, foi ao Rio de Janeiro pedir o pagamento. Ali ofereceram-lhe, para êle desempenhar em Buenos Aires, uma comissão política que recusou. Nesta ocasião é que êle escreveu a carta acima transcrita em que conta o que sofreu com aquela recusa; as suas desventuras de momento levaram-no a um tal desespêro que lastimou não ter vestido em tempos idos a roupeta e não ter seguido um curso de vida diferente daquele que tinha.

Mas tôdas essas tempestades passaram. Reintegrado em todos os cargos, admitido à presença do Rei, daí em diante singrou feliz no desempenho de funções administrativas, até à Revolução de 1820, que lhe fêz sobraçar as pastas dos estranjeiros e da guerra. Daí em diante a sua carreira política foi brilhante. Ao mesmo tempo os seus méritos literários não enfraqueceram porque escreveu sôbre direito político, civil e internacional e sôbre gramática, mecânica, ontologia e diocesina. Como era livre de preconceitos dominantes na sociedade daquele tempo, fazia alarde da sua admiração pelas teorias de Bacon, Locke, Leibnitz e Condillac e querem alguns dos seus biógrafos que o seu casamento com uma alemã divorciada fôsse o pretexto para êle apresentar em Côrtes

um projecto sôbre o registo civil dos cidadãos, que não chegou a ser discutido.

Herculano na *Propriedade Literária* tributa a sua admiração chamando-lhe o grande pensador português!

V

«Ill.^mo Senhor — Como Sua Magestade se Dignou Dizer-me ontem na Bemposta que Havia de fazer ultimar com o conde da Louzã amanhã a minha reclamação para se passarem as ordens afim de se pagar aqui, ou em Londres o que fis apromptar em Hamburgo para o serviço do mesmo Senhor, isto he as 1450 libras Sterlinas, por isso fiado na bondade de V. S.ª lhe pedia o favor de lembrar isto ao mesmo Augusto Senhor antes do Despacho.

«Escreverão-me ontem dizendo-me que mandara o Intendente a instancias do Visconde de Santarem a caza do Livreiro João Henriques aprezar todos os folhetos tanto Francezes como Portuguezes e que não se achando hum so Portuguez, se lavrara auto disto mesmo. Nã se achou hum só, porque tem havido hum enthusiasmo como V. S.ª não pode fazer idea, ao ponto que há já 4 dias que não havia hum só para vender. Dizendo-me mais que voltarão os officiaes da Policia e aprezarão 13, que acharão em Francez. Deste proceder poderá V. S.ª ver o estado a que estamos reduzidos! Isto he hum Folheto em que se deffendião e provavão os Direitos de S. M. ao Throno Portuguez: hum Folheto que criticava a conduta do Govêrno Inglez para com Portugal. Hum Folheto que tem electrizado a Nação não só em se desenvolver mais facil para com o seu legitimo Soberano mas até em se mostrar com energia e coragem como fez em 1808, para resistir aos seus inimigos e oppressores: Emfim hum Folheto que tem a approvação do Soberano, ser supprimido!

«O cazo he que o Folheto a pag. 31 primeira linha diz o que compete ao Visconde e lhe serve bem de carapuça; e emque a pag. 79 se diz que os agentes subalternos na repartição do Correio, de que he chefe o Visconde, supprimem-se as cartas em que se participavão couzas d'alto interesse a S. M. El Rey N. S.! Eis aqui pois a razam do empenho em supprimir o ditto Folheto, pouco emporta que elle seja a favor do Soberano e do seu Governo.

«Nem o Governo Inglez, nem o Consul teem direito algum de se opporem a que se venda em Portugal hum Folheto, de mais a mais impresso em Inglaterra, s'elle contem couzas criminozas era em Inglaterra aonde se devia perseguir o impressor, e não empedir que circule em Portugal: o mais he reduzir a Nação Portugueza ao estado peor do que de Escravo! Tudo isto custa a crer, mas não a quem conhece os talentos e as intenções do nosso Ministro dos Negocios Estrangeiros! e em que maons estamos mettidos.

«Faltava-me ver esta! O que querem os Estrangeiros e o nosso Ministro dos Negocios Estrangeiros, he que longe de deffendermos a Realeza e os Direitos de S. M. o Senhor D. Miguel 1.º sigamos os rebeldes, e sejamos huns meros automatos dos tratantes! Devemos levar açoites e calar e nem licito nos ser de chorar!

«Perdoe V. S.ª esta digressão esperando que V. S. queira participar isto a S. M. El Rey N. S. — Sou de V. S.ª com toda a consideração Vn.r m.to obrigado (a) *Heleodoro Jacinto d'Araujo Carneiro.* — Ill.mo Snr. José Luiz da Rocha 17 de Junho 1831».

VI

«Ill.mo Senhor — Assegura-me pessoa, em que tenho alguma confiança que tanto João Carlos de Lacerda, como o Ex-Conde da Taipa estão a bordo da Nau Almirante; e que os satelites aqui esperão tentativa: seja o que for dezejava

s'estivesse á lerta: pois sigo hum sestema differente d'aquelles figurões que ahi estão de portas p.ª dentro, e, que me criticarão ante-ontem o dezaranjar-se a tropa e fazela perder noites, etc. etc.

«Por essa occazião participo a V. S.ª, que com a pressa, com que falamos ante ontem lhe não disse que nas Gazetas Inglezas se annunciava com muita antecipação a tenção do D... pedir a sua demissam e até sair de Portugal: isto mesmo s'espalhou pelas Provincias como o P.e Joaquim poderá informar V. S.ª D'onde se vê a conbinação da sociedade e o que se pertende deffender a mascara de Ferro! Não digo tudo a V. S.ª, porque me não posso lizonjear ainda que me conheça assaz para fazer justiça aos meus sentimentos, tempo virá que a faça. No entanto sempre direi que certa sucia bem trabalhou, e conseguio o tirarem d'ao pé d'El Rey pessoa que temião pela ascendencia que tinha com o Mesmo Senhor: o mesmo cuidarão em fazer aqualquer que suspeitem gozar da confiança de Sua Magestade.

«El Rey que Deus Haja Disse-me muitas vezes que se não tinha achado senão com a Nação e o Povo e que os Fidalgos o tinhão sempre traido! mas logo que se esqueceu d'isto e que não só perdoa ao tratante do Lolé mas até o empregou no Paço! e a outros taes, e lhes deu confiança: Perdeu-se e Perdeu a Monarquia. O tempo mostrará o resto a V. S.ª, e que não sou visionario.

«Remetto o papel incluzo para V. S.ª ver e mostrar a Sua Magestade no cazo que o julgue digno disso. Pedirão me de mandar reimprimir o Folheto em Londres até 2000 exemplares, porque dizem erão imensas as pessoas que o pedião das Provincias etc. A minha resposta foi, que não intentei a publicação de tal folheto para encher as algibeiras dos livreiros, mas sim para fazer vêr ás Nações Estrangeiras, o enganados que estavão a respeito dos partidos em Portugal: respondendo ás injurias e calumnias avançadas contra

S. M. 2.º O escandalozo que era a conducta do Governo Inglez para com Portugal. 3.º Que rompendo elles os tratados, pelos quaes nos tinhão arruinado e reduzido ao estado em que estamos podiamos entam ganhar para o futuro tirando vantagem dos nossos recursos naturaes: Emfim fazendo aquillo mesmo, que M.r Roberson e outros Membros do Parlamento disserão esperavão nos fariamos se o Governo Inglez rompesse o Tratado de Metuen de 1703.

«Direi mais que se Sua Magestade quizer tirar vantagem d'esta cegueira revolucionaria do Governo Inglez: e fazer Tratados com a Hespanha, os Estados Unidos, e com a Alemanha principalmente com Hamburgo, a Hollanda, e Austria talvez os Inglezes se arrependessem amargamente da sua conducta.

«Dizem-me que a Senhora D. Maria da Gloria está na Terceira com a sucia: estou com cuidado na Madeira na deffêza da qual bem fallei nas cartas que escrevi a meu Irmam para se pôrem na Presença de Sua Magestade.

«Rogo a V. S.ª o favor de me obter de Sua Magestade a graça de me fixar hum dia emque possa ter a honra de fallar ao Mesmo Senhor. — Sou com toda a consideração De V. S.ª muito obrig^do^ Vnd.^or^ *Heleodoro Jacinto d'Araujo Carneiro.* — P. S. Meu Irmam se recomenda a V. S.ª — 29 de julho 1831».

COMENTÁRIO

O signatário destas duas cartas nasceu em Coimbra em 1776 e faleceu em 1849 Formou-se em Medicina na Universidade. Foi casado com a Condessa Luiza de Oyenhausen, filha da célebre Marquesa de Alorna que teve um grande desgôsto com êsse casamento. A Condessa faleceu um ano depois com 32 anos de idade.

O Doutor Carneiro passou quási tôda a sua vida no estranjeiro, em missões diplomáticas da confiança de D. João VI e de D. Miguel, — missões que no dizer do *Paquete de Portugal*, semanário publicado em

Londres contra o miguelismo, tendiam em pedir dinheiro emprestado para ocorrer às despesas de propaganda interna a favor da causa.

Na primeira carta êle refere-se a um folheto da sua autoria, mandado apreender pelo Visconde de Santarém, a êsse tempo Ministro dos Negócios Estranjeiros.

A 1.ª edição dêsse folheto tem o seguinte título: *Algumas palavras em resposta ás que certas pessoas tém dito e avançado acerca do Governo Portugnez. Londres. 1831* e a 2.ª o seguinte: *Algumas palavras em resposta ás que certas pessoas têem dito e avançado acerca do Governo Portuguez com algumas observações tanto a respeito do estado de Portugal e da Europa como da extravagante e inesperada conducta do Governo Inglez para com Portugal. 1832.*

Dêste folheto fizeram-se edições em português e em francês, e parece que elas em pouco tempo se esgotaram e se tornaram raras, porque a edição portuguesa não se encontra na Biblioteca Nacional de Lisboa, nem na Biblioteca da Universidade de Coimbra, havendo um exemplar na Biblioteca Municipal do Pôrto.

O Doutor Carneiro diz que o Visconde de Santarém mandara apreender todos os exemplares do folheto, a-pesar-dêste ser uma ardente apologia dos direitos de D. Miguel ao trono português e a sua publicação ter sido aprovada pelo Soberano, porque a pág. 31 se lia uma referência que podia ser tomada pelo Visconde como uma carapuça e a pág. 79 se acusava o mesmo Visconde de na Repartição do Correio ter mandado abrir e suprimir cartas com informações preciosas para o Govêrno de D. Miguel.

Na pág. 31 do exemplar do folheto que está na Biblioteca Municipal do Pôrto, único que nós conhecemos, não há referência que possa ser tomada como uma carapuça e a pág. 28 (e não 79) diz o seguinte: «por consequencia, he natural fosse praticado isto na repartição do correio, muito mais que já praticarão este escandaloso proceder com o auctor em 1829...» (1).

Isto, a propósito do desvio de várias cartas que o Dr. Carneiro enviara aos seus correspondentes em Lisboa e enviadas por outras personagens afectas à política miguelista.

---

(1) O Visconde de Santarém a-pesar-de ser um ardente miguelista, reprovava os desmandos irredutíveis dos seus colegas do Ministério e procurava atenuar os tristes efeitos que êsses desmandos produziram no conceito internacional. No entanto não pode eximir-se à acusação

O Dr. Jacinto Carneiro publicou em 1808 um folheto sôbre a inoculação da vacina para tratamento das bexigas. Os colegas não concordaram com as teorias e puseram-lhe a alcunha de *Doutor Bexigas.*

Em 1826, fêz uma edição do poema de José Agostinho de Macedo — *os Burros ou o reinado da sandice,* em que alterou a seu bel-prazer quási tôdas as alusões substituindo-as por outras que visavam personagens suas conhecidas.

Sôbre as intrigas políticas que fervilhavam naquele tempo pró e contra o absolutismo, publicou os seguintes folhetos:

— «Cartas para ilucidarem a conducta do Conde de Palmela. Paris. 1821».

---

de ter consentido a violabilidade da correspondência postal mesmo daquelas pessoas suas partidárias.

Uma carta dêle que a seguir publicamos mostra bem como essa vigilância era exercida e os resultados que deu:

VII

«Ill.mo Ex.mo Sr. — Na conformidade das Soberanas ordens de S. Mag.de e do que exigia a segurança do Estado forão expedidas ordens secretas á annos aos Correios Assistentes p.a que entregassem aos Magistrados Territoriaes todas as cartas de pessoas suspeitas que elles designaram por meio de listas, em quanto pelo Ministerio da Justiça se authorizarão os referidos Magistrados para as exigirem dos Correios Assistentes.

«Desta faculdade resultou que alguns Magistrados, e mesmo Correios abuzarão, e os primeiros o fizerão com tanta publicid.e e ostentação que toda a gente quasi diminuio a sua correspondencia por meio dos correios com o receio da violação das suas cartas, e conhecimento dos seus negocios, e mesmo atrazo das suas transações.

«Em m.tas localid.es os Magistrados athe tem mandado hir as Mallas para suas casas antes de darem entrada nas Casas das Administrações locaes dos correios das terras da sua jurisdição.

«Ainda ultimam.te recebi a reprezentação de que tenho a honra d'enviar uma copia authentica.

«Se se reprezenta por este abuzo, o resultado torna-se de um compromettimento dos Correios Assistentes porque os Magistrados tratão de os derrubarem, quando esses Magistrados não tem a imparcilidade necessaria, e a circunspeção em cazos taes. — D.a G.e a V. Ex.a. Abrantes 10 de Dezembro de 1833. — Ill.mo Ex.mo Sr. Antonio José Guião — (a.) *Visconde de Santarem*».

— «Du complot contre le Prince D. Miguel et introduction à l'histoire sécrète du cabinet de Lisbonne. Paris. 1826».

— «Exposição resumida do que durante 18 mezes que estive em Lisboa soffri á facção e aos scelerados que dominavam El-Rei e o levaram á sepultura. Paris. 1826».

Todos estes folhetos são muito interessantes e o seu assunto fêz com que ràpidamente se esgotassem e se tornassem raros.

D. Miguel que devia ao Dr. Carneiro muitos favores, agraciou-o, no seu reinado, com o título Visconde de Condeixa, que o Constitucionalismo anulou, dando-o em 1862 a um *negociante de grosso tracto comercial no Rio de Janeiro e abastado proprietario em Portugal*, como se diz na *Resenha das Familias Titulares*, João Manuel Colaço de Magalhães Velasques Sarmento.

VIII

«Ill.^mo e Ex.^mo Snr. — Eu apprecio com o maior interesse esta occazião que me procura a honra de escrever a V. Ex.^a para remetter-lhe a carta incluza que S. Ex.^a o Comendador de Pinto me deixou nesta, aonde me demorou varios dias por cauza de incommodidade, antes de partir p.^a Pariz, e ao mesmo tempo para recordar a V. Ex.^a os favores, e as complacencias com que me honrou durante a residencia que fez á seis anos em Bordeaux.

«Segundo as intençoens, e as ordens que me deixou Monsieur L'Ambassadeur de Pinto escrevi imediatamente em Perigeux ao primeiro fabricante para recomendar-lhe hum pastel trufado de seis Perdizes Vermelhas que já carreguei abordo do Navio *a Canna Verde* Capitão Francisco Xavier Vidal com destinação para V. Ex.^a, dito se acha manipulado de maneira a poder rezestir quatro mezes sem suffrir a minima alteração, esta iguaria he huma das mais priciosas de que os francezes se servem nos grandes banquetes, se ella he agradavel a V. Ex.^a não tem que prescrever-me as suas ordens que eu satisfarei com a maior exactidão, ultimamente fiz huma expedição de quatro acompanhados de varios fras-

cos de truffas sazonadas para S. Ex.ª M.r De Araujo que depois de muito tempo me honra da sua estima particular, eu me considerarei dobremente felix se pela minha conducta e lialdade no serviço de S. A. R. posso merecer o mesmo favor de V. Ex.ª; he evidente que V. Ex.ª não ignora o exquisito dos vinhos desta Provincia, se algumas qualidades são necessarias para o complemento da sua provizão espero que V. Ex.ª me honrará da sua confiança participando-me as suas ordens que eu executarei com o maior prazer, e gratidão, e sem outro interesse que o de utilizar-me no serviço de V. Ex.ª, e como o meu commercio não tem nem huma connexão com este genero de mercadoria eu mesmo os compro nas Adegas dos Proprietarios antes que eles os vendão aos Espéculadores que de ordinario os denaturão, e os amalgamão de maneira a impremir-lhe um sabor voluptuoso que influe sobre a sua conservação, e muitas vezes sobre o temperamento.

«Espero que o meu zelo a satisfazer as ordens de V. Ex.ª me rendra digno de merecer a sua estima, e de obter a sua protecção: — De V. Ex.ª Creado o mais humilde e respeitoso *G.el S.on H.quen Raba* — Comissario geral das relaçoens de Portugal. — Bordeaux 13 Fevereiro 1809».

COMENTARIO

Monsieur l'ambassadeur de Pinto é José Manuel Pinto encarregado de negócios em Madrid em 1798 e Ministro Plenipotenciário em Roma em 1806.

Mr. d'Araujo é António de Araújo de Azevedo, Conde da Barca.

É interessante conhecer-se a vida diplomática dêste último. O *Dicionário de Portugal* é muito explícito sôbre as qualidades políticas e diplomáticas do Conde da Barca e quem quiser fazer um estudo muito completo sôbre a sua individualidade deve recorrer ao tômo XIV do Suplemento à *Colecção dos tratados, convenções, contractos e actos publicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais potencias* e nêle verá as atribulações da diplomacia portuguesa durante aquele período

assustado e receoso da opressão napoleónica que nos fêz viver entre dois fogos: a tirania francesa e a hipocrisia britânica.

Joaquim de Araújo no seu *Arquivo d'Ex-libris portuguezes* fala em um substancioso artigo de fino estilo das qualidades do Conde da Barca, ao mesmo tempo que a sua crítica mordaz aos acontecimentos coevos define o papel que êle representou naquela célebre missão a Bayona, ¡em que êle, D. José Maria de Melo, Bispo do Algarve, D. Lourenço de Lima e Pedro de Melo Breyner foram pedir a Napoleão um rei para Portugal!!

(Continua)

João Jardim de Vilhena.

«AMERICA THE BEAUTIFUL»

A ARTE DE VIAJAR

São muitas as maneiras de viajar. A mais antiga e também a mais rudimentar é a outiva: contentar-se com ouvir narrar as histórias de mundos exóticos e maravilhosos. É a que praticam as crianças. A imediata é a leitura de livros de reais viagens e consiste em recolher a imagem que os horizontes novos deixaram noutros espíritos. Ainda indirecta, mas já menos distante da realidade, é aquela outra dos velhos serões familiares: ver as fotografias através de um estereoscópio. Mas esta já foi superada pelo cinema, que aperfeiçoou a ilusão.

Até aqui, tôdas as maneiras se reduzem a uma categoria modesta: viajar em casa. Formas empíricas ou formas técnicas do processo inventado por Xavier de Maistre: soltar o espírito, enquanto *la bête* vagabundeia no curto perímetro do nosso quarto.

A segunda categoria envolve deslocação, inquietação de real curiosidade, como a que impelia o Cid, na sua deambulação pelo mundo hispânico, então imenso:

> Cras a la mannana pensemos de caualgar.

Quem mora sempre no mesmo lugar apouca-se — parece ter sido o sentimento dominante que levou os povos ibéricos a devassar terras e achar um sentido universal para a existência.

As maneiras de viajar da primeira categoria alimentam-se de imagens; as da segunda buscam sensações reais, mas são várias também, porque há muitos processos de assimilar a realidade nova. Se anda por fora da sua terra e fora da intimidade do mundo que percorre, o viajante pode ser um apressado «touriste», estilo agência Cook, mas pode ser também um artista da forma, da côr e do som, ávido de inédito e de contraste. Se anda por dentro, decomporá a vida quotidiana num rosário de pequenas sedentariedades, porque viajar será para êle penetrar mundos novos, adaptar-se-lhes proteïcamente, deitando raízes em terrenos vários e transplantando se logo, com a alma enriquecida de experiências e recordações. Se tem o vezo interpretador e intelectualista, viajar será para êle a busca de uma fórmula, que condense e julgue o quadro social estranho, fórmula simples e cómoda para poder ser guardada no espírito.

Eu enfileiraria, gostosamente, entre estes. Amando também as côres e as formas, o vário e o efémero, vão contudo para o panorama humano as minhas preferências e tendem sempre a buscar uma fórmula interpretativa. Aprender é guardar no espírito, em pacífica e profunda harmonia, o mundo externo; mas o espírito só se deixa guarnecer com ideas muito simples e congrüentes, apoiadas pela evidência e recomendadas pela comodidade.

Também eu procurei uma fórmula, a minha, ao percorrer a velha América. Esta velha América não é a prè-colombina, nem mesmo a colonial, que tantos libertadores organizaram em inquietas pátrias novas. É aquela Yankeelandia prospérrima, que se ergueu por obra e graça da liberdade e da técnica ao mais alto nível de vida, conhecido desde que o mundo é mundo. Essa extinguiu-se às mãos de M. Hoover. Eu ainda a conheci, nos seus últimos e mais resistentes aspectos, como radiações de sol poente. Rendi-lhe então a homenagem do meu silêncio discreto. Mas as minhas recor-

dações adquiriram sùbitamente, com os sucessos, o significado de documento histórico, valorizaram-se-me na memória, como outrora os papéis de crédito nos cofres dos ricaços...

UMA FÓRMULA

Quando deambulei pela América, reinavam ali o «homo technicus» e o «homo œconomicus», faunas típicas do clima do século XIX; agora oiço dizer que lhes sucedeu o «homo multitudinarius» ou «hombre-masa», como prefere Ortega y Gasset.

Aquele mundo prè-hooveriano era um delicioso sonho. Solucionado de modo generoso o problema do pão nosso de cada dia, os desportes do músculo e da inteligência gastavam o sobrante de energias dos homens e das mulheres. E o desporte preferido era de-certo a deambulação através do continente, de cidade em cidade, galgando serras, bordejando lagos, até chegar a algum «observation-point», onde se parava uns dez minutos, para de novo empreender a marcha de regresso, longa, vertiginosa, fatigante. Um bom humor, saüdável e cortês, dava à vida social um tom de amenidade, facilidade e confiança; ondas de música, constantes e discretas, sonorizavam a atmosfera e exerciam sôbre os espíritos um efeito sedante, como a água dos rios rolando os seixos. O triunfo era, normalmente, devido a qualidades reais e, como tôda a vida tinha um ritmo ascensivo, a aristocracia da inteligência e a da riqueza quási se confundiam. Se a inteligência dava aptidões de luta e capacidades de vitória, a riqueza conseguida e os lazeres logo se aplicavam ao cultivo e à protecção da inteligência, à fundação de universidades, bibliotecas, laboratórios, museus e centros de estudos de tôda a ordem, a tôdas as formas do mecenatismo e da filantropia.

Os alicerces puritanos da sociedade anglo-americana, com o ascendente dos seus *leaders* espirituais — uma instituïção

típica dos anglo-saxões, com que corrigem a igualdade democrática — e um poder inexcedível de absorção e assimilação das massas migratórias davam a essa velha América (que se espera que Mr. Roosevelt faça ressuscitar) uma forte uniformidade, superior às variedades geográficas e raciais. Se a grande Rússia e os países ibéricos são pátrias complicadas, com seus mistérios quási indecifráveis para o forasteiro, essa América era extremamente simples, mas também extremamente difícil de penetrar nas suas diferenças específicas, porque a civilização americana fundava-se principalmente sôbre um higiénico trabalho de eliminação de prejuízos e sarros históricos. Grande simplificação e uma visão rectilínea das coisas, sem aquele pudor da simplicidade alegre e forte, que atormenta os povos cansados de experiência, saturados de tempo, os quais confundem civilização com dor; por isso também um povo muito pouco preparado para sofrer.

Dêste trabalho de simplificação mental, impressionou-me vivamente a atitude da consciência americana sôbre três problemas essenciais da vida, que são a vida mesma, nas suas origens, na sua constância, no seu fim: a fome, o amor e a morte. E desejaria ter podido desembaraçar-me dos meus deveres de conferente e professor para ser simples observador dêsses três aspectos da consciência americana. Eu bem sentia que ante os meus olhos se desenrolava numa das suas últimas exibições, um film inolvidável, super-produção da era da liberdade e da abundância... E esta seria a minha fórmula interpretadora, como a da filipização e desfilipização para Espanha, como a reindianização para o México...

A FOME

Para mim os dois mais fortes sedimentos de um espírito nacional são a língua e a cozinha, a língua que armazena a

experiência, exprime a vida interior e põe as almas em relação, e a cozinha — a técnica e a estética da conservação do alicerce físico da personalidade, do invólucro e condição da alma. O que há de mais peculiar no carácter de um povo expressa-se no tipismo da língua e da cozinha. Só atingiu a maior altura da sua curva de desenvolvimento o povo que vazou uma cultura própria numa língua sua ou assimilada á um espírito nacional e que criou uma estética culinária. O século de Luiz XIV tanto se expressa no francês literário, cortês e eufemístico, no urbanismo das grandes perspectivas como nessa inconfundível cozinha francesa, que se universalizou por conter, na mesma medida que a língua, uma elegância universal. É uma cozinha de clareza e donaire, intelectual e lógica, com certa dose de dissimulação cortesã e convencional, como a inteligência francesa tem muito de arte culinária. Tenho visto pensadores e críticos franceses arquitectarem sistemas e interpretações com uma hipótese de idea, como certas donas de casa compõem um pudim com a casca de um ovo. Ainda há pouco visitou Portugal um critico que construiu um sistema sôbre uma metáfora, a da «geografia literária». A França sabe muito bem que não deve menos prestígio à sua estética culinária que à sua literatura. Quando em Vimontiers se levantou um monumento, por subscrição pública, a Maria Harel, inventora do queijo de Camembert, Millerand, ex-Presidente da República, discursou solenemente, como na inauguração de uma estátua a Molière ou a Victor Hugo.

No México, nunca me sentei em frente de um prato de «tamales» e de um cálice de «tequila» que me não acudisse à memória a violência impiedosa do choque da fúria espanhola com o primitivismo azteca. E a crescente dilecção pública pelos «gusanos de maguey» era para mim um indício patente da reindianização daquele país. Na Boémia, ante aqueles pratos sopeiros, fundos como tigelas de bordas, com

nacos de «knedlik», sempre senti o burguesismo adquirido do tcheco, um eslavo germanizado.

A civilização poderia representar-se também por vagas renovadoras do paladar. Os descobrimentos geográficos dos séculos xv e xvi tanto revelaram continentes novos como sabores novos. Os portugueses foram grandes navegadores e também grandes revolucionadores da estética do paladar, porque universalizaram gôstos novos: o açúcar e o café, as frutas tropicais e as especiarias indianas. Há uma conexão profunda entre o carácter de um povo e a estilização de um jantar, tão fiel como a que se revela na sua arquitectura e na sua música. Não faço um paradoxo, como o não faz Spengler quando, mais audaciosamente, estabelece uma dependência estreita entre o cálculo diferencial e o princípio dinástico absolutista, entre a estrutura grega do Estado e a geometria euclideana, entre a música instrumental de contraponto e o sistema económico de crédito. Todo o sistema culinário tem um princípio interno dominador, que se enraíza nos juízos mais profundos sôbre a vida e sôbre a maneira de a gastar.

A cozinha americana é irmã gémea da arquitectura singelíssima do arranha-céus e da filosofia singelíssima do pragmatismo. O seu núcleo ideológico é simplicíssimo também. Eu condensá-lo-ia do modo seguinte:

1.º A alimentação é uma necessidade, não um prazer, e quando tenha de contentar necessidades inevitáveis de prazer e emoção, deve dirigir-se ao sentido da vista, não ao paladar. Daqui resulta que não é a preparação de gôstos que ali constitui uma arte, é a publicidade anunciadora, desenho colorido e atractivo comentado em sugestivas legendas, uma publicidade semelhante à das panaceas das farmácias. Esta preocupação utilitária, dirigida pela grande técnica e pela grande organização comercial, vem a florescer nessas refeiçõezinhas modestas, que fornecem apenas as calorias e

o quimismo indispensáveis ao corpo; esta intenção visualista dá à cozinha americana um carácter cenográfico, de côr e de forma, que envolve deveres de sobriedade e elegância, de dissimulação do prazer de bem e abundantemente comer. É uniforme o jantarinho americano, desde Golden Gate à ilha de Manhattan: um cock-tail de lindas frutas da Califórnia, de sabor desvanecido; um caldo de lata, indecifrável, mas atraente, sôbre o qual pode boiar uma florinha ingénua, poética advertência contra a voracidade; uma perna de frango de alguma afamada marca de criador; um quarto de alface branca, sem clorofila, como entre nós o repôlho; um *ice-cream* voluptuosamente policromado e um café ou chá sem cafeína ou sem teína. O *ice-cream* é a grande criação da cozinha americana, cujas fôrças de originalidade parece haverem-se concentrado tôdas na mais imprevisível combinação das sensações do frio, da côr e do doce. ¡Quanto as nossas freiras teriam que aprender neste capítulo da doçaria!

Para beber não havia mais que uma aguïnha fulva, ilusão de cerveja, «golden glow», sumo de uvas ou água gelada, tudo simples veículo de sensações de côr e de frio.

2.º Como em muitos outros aspectos da sua vida, o americano quis fazer na sua cozinha uma afirmação de autonomia. Assim, a cozinha americana nega tôda a evolução e todo o saber adquirido da estética gastronómica das cinco partes do mundo e é, essencialmente uma anti-cozinha.

3.º Também encontro resolvido com mestria pela cozinha americana um difícil problema de transmutação: dadas as coisas deliciosas, que a natureza produz, as frutas, os legumes, os grãos, as aves, os gados e os peixes, transformá-las em coisas insípidas ou indiferentes, para que se não convertam em instrumentos de molicie corruptora. É um pensamento místico de renúncia e autoridade, que recorda as macerações das monjas para matar a própria beleza. A publicidade dos grandes anúncios aliciadores para essa cozinha

puritana seria assim uma espécie de apologética, chamando os homens ao dever, ensinando-lhes o evangelho da higiene e da virtude...

Mas os homens, sem os excitantes que atenuam a dor de viver e criam um supermundo de ilusões, sem êsses longos repastos dos nossos climas, variados, voluptuosos, amolecedores, sem as prolixas palestras *post-prandium,* sentem-se mais leves, e também mais fortes, para comprar, vender e contar dinheiro, para fazer parafusos e decifrar fórmulas matemáticas, todos remontados — negociante, operário, estudante — pela atmosfera sonorizada a uma zona superior de sensibilidade e de gôsto; mais leves e mais seguros «drivers» para correr pelas estradas do continente, lisas como a palma da mão, até algum «observation-point», donde não observam mais que a païsagem azul dos olhos que iluminam e ampliam o pequeno mundo do auto às proporções de um universo...

O AMOR

Há no Museu Metropolitano de Nova York uma estátua de Diana, admirável bronze de Karl Bitter, que pode bem considerar-se como a interpretação norte-americana dêsse mito, porque se distancia infinitamente de tôdas as visões anteriores da filha de Latona, por exemplo as bem conhecidas do Louvre, a atribuida a Jean Goujont e a de Houdon. Esta Diana yankee expressa uma energia dominadora. De pé, tôda nua, uma nudez garbosa de jogos olímpicos, mãos sôbre as nádegas segurando o arco simbólico como stick de domadora, essa mulher poderia ser o emblema de uma civilização, a feminocracia norte-americana.

Essa Diana americana prestar-se-ia mesmo a uma exegese interpretativa da civilização, de que é a orquídea representativa, análoga à de Paul Bourget em tôrno dum retrato famoso. Mas entre a pintura de John Sargent e a

escultura de Karl Bitter há tôda a distância que vai da concessão duma primazia pela ternura e pela gratidão do homem, ainda pouco seguro da posse das suas preciosas Sabinas, à legítima conquista dessa primazia e sua consolidação por indiscutíveis superioridades. A mulher é de certo a riqueza maior da América — pela sua beleza sadia e duradoura, pela sua inteligência, pela sua militante dedicação às coisas da cultura, pelo seu instinto organizador e administrativo, pela sua tenacidade e fino tacto, porque conservou todos os encantos do seu sexo e criou outros na emancipação. Tôda a mulher americana é nalguma parte, num lar, num centro social, numa organização artística ou filantrópica, até à Casa Branca, «the first lady».

A política entre os sexos tomou aspectos de camaradagem cordial, em que a paixão tem escasso lugar, mas em que um voluntário comedimento sentimental introduziu aspectos de paz, rehabilitando com prestígios novos o devaneio e o romantismo, entre nós já cansados e aburguesados, aquele idealismo de magazine anglo-saxão, como disse André Maurois ... antes da sua estada em Princeton University. Não há sôbre a terra nada menos burguês que o espírito duma mulher americana. Simples dactilógrafa ou secretária, professora, escritora, política ou milionária, um instinto aristocrático a impele sempre para as mais delicadas formas do gôsto e para curiosidades intelectuais, sem limites e sem exclusão, e para um estilo de cortesia tolerante, firme, a um tempo hospitaleira e defensiva. Pode estranhar-se uma certa uniformidade entre os espíritos femininos, na linguagem, nos gestos e nos gôstos, como se na sua ascensão, todos tendessem a um modêlo comum, mas a falta de variedade é, no campo social, o maior senão na vida americana, que subiu muito com a extensão da cultura, mas suprimiu os grandes desnivelamentos e as variedades típicas dos nossos climas.

Também não creio que haja mulher mais impressionavel aos prestígios do espírito.

Todos que na estropiada Europa forjaram uma idea, uma forma de arte, uma explicação nova dalgum segrêdo do universo, uma atitude nova ante problemas impenetráveis, podem esperar na América um público feminino atento e acolhedor da novidade, do exotismo, da afirmação pessoal. Eu vi ali, gasalhados pelo carinho, pela estimação pública e até pela opulência, artistas poderosos que nas suas velhas pátrias conheceram a perseguição e a miséria.

Nesta feminocracia, a sedução, no rigoroso significado da palavra, é impossível. A liberdade e a inteligência da mulher americana serão o desespêro de todos os tenórios clássicos; a magia da guitarra fatal fracassa ante a sua impermeabilidade aos filtros tradicionais. Dizia-me uma mulher, após a leitura dalguns romances nossos, que achava estranho e ridículo aquele desmaio das protagonistas antes de se abandonarem, isto é, que o amor fôsse uma queda abúlica e entontecida na maranha hipnotizadora das lindas palavras, como a da borboleta na rêde perseguidora. É que o amor ali principia pela conquista do espírito. Uma frialdade dos sentidos, temperamento racial, obra da co educação e dos intensos exercícios físicos, e um penetrante sentido psicológico — grandemente pôsto em relêvo por Keyserling na sua psico-análise admirável — permitem uma liturgia nova do amor, em que se disfarça e oculta por pudor estético muita coisa que dêste lado do Atlântico toma o primeiro plano. As armas de D. João embotam se ali, porque a mulher americana, ainda a mais casta e mais altamente colocada, conhece todos os mistérios e todos os riscos do amor imprudente. As coisas do sexo são matéria de ensino doméstico, sem malícia e sem imaginação, friamente, como um saber essencial, tão essencial como a medicina de urgência, como a higiene alimentar, como a cortesia social.

O amor, com todos os seus caprichos e suas volubilidades, constitui um domínio quási sagrado, um ádito impenetrável, o da vida privada, ante o qual se detêm tôdas as curiosidades impertinentes. E se êsses limites são transpostos, a sancção pública não é para o que livremente vive a sua vida privada, mas para o indiscreto que quis ver o que não é visível.

Frequentei alguns lares com intimidade, a moderada intimidade possível num povo que desadora a emoção e que sabe que pouca gente ganha com ser ìntimamente conhecida. O que torna insuportável a vida nos países pequenos e de gente pequenina é essa inevitável intimidade, geradora de todos os tédios, tôdas as decepções e todos os ódios. Nesses lares, paraísos de confôrto e de gôsto, o amor conjugal era uma camaradagem serena, quási silenciosa, cobrindo com êsse véu de equilibrio sorridente e calmo um sentir profundo, humanamente profundo, mas sempre forçado a enquadrar numa moldura de cortesia e acatamento mútuo. E se o amor nem sempre pode ser perpétuo, se nalguns corações êle tem seu ciclo vital improrogável, não é o tôrpe adultério que marca a sua agonia, é a partida de cada um para a sua livre trajectória.

Tudo que no amor, por ser fundamentalmente humano, é inevitável, foi reconhecido, legalizado ou relegado ao fôro esotérico da vida privada. E o muito que êle contém de grosseiro estilizou-se naquela América onde a beleza das mulheres se mostrava mais que em nenhuma parte e onde o homem tinha pudor de a olhar e admirar, naquela América encantada que veio moribundear às mãos de Mr. Hoover...

Numa predilecção se trai a juventude espiritual da mulher americana: o seu entusiasmo político, que deu, como fruto principal, o regimen proïbicionista. Querendo produzir um tipo novo de humanidade, refractário ao álcool, êsse regimen só produziu estragos profundos no carácter nacional.

Com experiência menor que a do homem, a mulher americana, ávida de mando, e digna dêle, ainda não pôde reconhecer que é sinal de frivolidade e de apressada leitura da história confiar muito na mudança das formas e das pessoas do govêrno — que são, como tudo na vida — circunstanciais e determinadas por causas lentas, profundas, inexoráveis. Era esta uma das opiniões dilectas daquele bom P.e Jérôme Coignard. Êle poderia acrescentar que, como Strabão não achara nas suas longas peregrinações povos sem Deus, também êle não sabia de povo que possuisse govêrno sofrível, embora a muitos se pudesse atribuir uma arte perfeita, uma filosofia de prodigioso vôo e uma ciência incansável para corrigir a interpretação do universo e as condições de vida do animal humano.

Mas esta mulher americana, de espírito universal, que sustenta uma cultura e tem livre e merecido acesso a tôdas as formas do poder, sofre duma obsessãozinha, malícia dos deuses a adverti-la de que a perfeição não é dêste mundo: a pequenez do pé da mulher latina...

A MORTE

Nos países ibéricos, principalmente na Castela, o mais típico dêles, a morte está presente em cada um dos nossos actos e é a grande inspiradora da arte e da religião. Só a gente moça, por seu forte impulso vital, consegue esquecê-la transitòriamente. Mas a aproximação da cincoentena tem já seu sabor crepuscular, é um intervalo de advertência, preparatório da iniciação no grande mistério. Declarada ou oculta, a morte segue com seu ôlho vigilante tôdas as nossas actividades; quanto fazemos visa a vencer a morte, a prepará-la, retardá-la, explicá la ou iludi la. Por isso, entre nós, o catolicismo, que é essencialmente uma religião explicativa e consoladora da morte, lança raízes tão profundas.

Mas a mente americana realizou êsse milagre maior: esquecer a morte e viver intensamente a vida, elevando-a com filosofias e religiões pragmáticas e realistas. A vida ali não é um parentesis entre dois mistérios, é a única realidade que o homem possui; explicá-la, elevá-la, melhorá-la é o papel da política, da filosofia e da religião. A palavra e a idea de morte ocorrem mìnimamente ao espírito dum americano ortodoxo, a não ser para justificar a montagem da sua previdência e calcular o quantum de energia válida de que pode dispor. Os mortos ou esquecem depressa ou são aludidos com um bom sorriso, como se estivessem na sala do lado, a ouvir-nos. Não há luto denunciador da visita da morte e os cemitérios, sem a lobreguez e a opulência ostentosa dos nossos, são calmos jardins, com pedras modestas entre maranhas de flores — pedras muito comuns, que se compram, à porta, no momento da inumação. Como a morte é sono e descanso, quem pode compra antecipadamente os dois metros quadrados em que quere dormir para sempre; e ninguém perturbará o seu repouso, além dos passos discretos do jardineiro que rega e poda as roseiras e as madre-silvas...

Uma vez, em Berkeley, notei a ausência duma gentil «waitress» que me atendia sempre, estudante de medicina, que no serviço do club ganhava os dollars necessários para os seus estudos. Dois dias depois, vendo-a reaparecer, com o mesmo sorriso cortês, num vestido amarelo de malha, que acertava com o halo dourado da cabeleira, interroguei-a: Esteve doente? — Não, morreu meu pai. — E o seu sorriso não se desfez, só ganhou um ar de contradição com o relâmpago de tristeza que cruzou no olhar. Mas logo acudiu solícita, inalterável, ao seu serviço, porque a dor, como o amor, é matéria do foro íntimo, «private life». Às vezes, esta ostentação de serenidade e domínio da emoção atinge extremos, que escandalizam o nosso conceito lacrimoso da vida: em Oakland, soube uma tarde que, antes que um fu-

neral chegasse ao cemitério, já os irmãos do morto corriam a um baile, não a divertir-se, a disfarçar a sua dor.

Quando o instinto vital adverte um americano de que, no seu maquinismo, alguma peça denuncia esfôrço ou fadiga, acode a um instituto de previsão. Ali é observado atentamente por uma coorte de especialistas e recebe um plano do regimen que convém ao estado do seu sistema cárdio-vascular, do seu aparelho gastro-intestinal, da sua rêde nervosa... E, obedientemente, adapta as suas actividades a êsse regimen prescrito e vive em paz, conformada e productivamente. Um antigo homem público, meu amável hospedeiro em Filadélfia, mostrava-me um dia as suas lindas árvores que êle conhecia uma a uma, enternecidamente, como velhos parentes. Demorou-se mais junto dum carvalho portentoso, que uma tempestade fendera de alto a baixo, no último inverno, mas que um hábil «tree-surgeon», por 250 dollars, recompusera integramente, como um odontologista aproveita com a sua ourificação uma ruína de dente. Levado pela associação de ideas, contou-me que ao regressar da diplomacia achara os seus negócios um pouco desordenados. Querendo reconstituir a sua fortuna, necessitou de saber as suas possibilidades vitais. Foi a um dêsses institutos de previsão e fizeram-lhe, após minucioso exame, um cálculo de vinte anos sôbre os quarenta e seis de sua idade. Esclarecido e contente, delineou um programa de vida para êsses vinte anos.

Assim, sem a obsessão da morte, que se não teme, nem se deseja, nem se interpreta como a verdadeira vida, a existência tem um gôsto mais são e a velhice é mais alegre, porque parece esquecer que é fim; pode ser ainda idade de começar grandes empreendimentos ou palpitar de ambiciosos projectos. Presenceei o doutoramento duma anciã de oitenta anos e conheci uma velha viúva, que tendo a família tôda dispersa pelo continente em negócios, foi estudar chinês para

a Universidade e fundou um centro de estudos sínicos, para enganar a solidão. Não há velhos mais alegres, nem mais optimistas que os americanos, que aos homens novos daquém Atlântico ainda comunicam saúde, fé, esperança. O que êles não ministram é filosofias explicativas ou interpretativas do mistério da morte, dessas que enchem o cérebro de qualquer joven teólogo dos nossos países. Porque a morte, para êles, mesmo com a Bíblia bem lida e meditada, não é um mistério, é o fim irremediável, porque a mente americana preferiu reintegrar o homem à sua precária condição, curá-lo do anseio metafísico, rehumanizá-lo.

Esta América, solícita em ocultar a dor, que chamava com menospreço à imaginosa e vibrátil gente latina «emotional people» e que na mais popular das suas canções patrióticas gritava que as suas cidades não estavam ennevoadas por lágrimas humanas — «undimed by human tears» — tinha pouca experiência do sofrimento. Cento e cincoenta anos de prosperidade haviam apagado da sua memória a dor. Mas esta é condição da existência humana e, quando essa América morreu de hipertrofia, no consulado de Mr. Hoover, logo se apresentou a dor a fazer a sua presa nas almas. E ela aí está a presidir à formulação experimental duma nova étape do americanismo, que recordará com nostalgia a idade áurea de «America the beautiful»...

Lisboa, Abril, 1933.

FIDELINO DE FIGUEIREDO.

P. S. — O texto acima é o original do ensaiozito publicado em tradução na imprensa americana. — Acêrca das andanças do autor pelos Estados Unidos e dos seus trabalhos de conferente e professor, a que se alude a pág. 4, há *Algumas notas* na revista *A Lingua Portuguesa*, de R. Sá Nogueira, vol. II, 1930-31, págs. 337-340. — E sôbre as relações entre Portugal e os Estados Unidos, o leitor achará um esfôrço nos *Estudos de História Americana*, do autor, São Paulo (Brasil), 1929, ed. Weiszflog, págs. 168-188.

S. FRANCISCO DE XAVIER E O ORIENTE PORTUGUÊS (1)

Quando Vasco da Gama chegou à Índia, Adil Shah, receando intrusos tão bem armados, mandara-lhe à ilha de Angediva como esculca ou espião um judeu espanhol, que feito prisioneiro por suspeito veio a receber mais tarde o baptismo; os nossos, vendo-se atraiçoados em Calecut, conseguiram no entanto as boas graças do Raja de Cochim onde tiveram a sua primeira feitoria e depois capital: umas dúzias de anos passaram e Albuquerque, bom conhecedor do Oriente e dos métodos de guerra com o inimigo mussulmano, mouro ou turco; adoptando uma concepção de império bastante divergente da do seu predecessor D. Francisco de Almeida, quer por própria resolução, quer aconselhado pelo indú Timoja, no intuito de fazer de Goa a sua capital futura, foi ancorar à foz do Mandovi com uma boa armada. Ao meio da costa áspera da Índia ocidental que é batida pelo alto escarceu da monção do Índico, Goa não só era o melhor dos seus escassos portos mas, pela sua situação insular, tinha excelentes condições de defesa contra qualquer coalizão de príncipes mussulmanos ou nativos do litoral e do interior: dois ancoradoiros, um dos quais assaz profundo; uma prosperidade de trato internacional inteiramente feita e sobretudo a segurança e a centralidade em tão vasta linha de costa: o sistema de conquista de Albuquerque, por «côrsos»

---

(1) Cont. do n.º 3, pág. 349.

marítimos, destacando em tôdas as direcções as suas frotas ligeiras com grande mobilidade e raio de acção encontrava em Goa, a sua base natural: com efeito de Goa, com duas boas armadas, comandavam-se os dois grandes caminhos de comércio da Índia e Ásia Central com o Egito, a Turquia e a Europa cristã: o do Mar Vermelho, por Judá ao Cairo e o do Golfo Pérsico por Ormuz, Bassorá e pelas caravanas que atravessavam o deserto entre a Arábia e a Mesopotânia a Alepo sôbre o Mediterrâneo: de-certo, D. Francisco de Almeida seguira o plano de se apoderar das duas linhas comerciais: mas pela sua preferência da guerra naval preterira a idea de se fixar sòlidamente em terra. Criar um império terrestre que sustentaria o domínio marítimo, foi a originalidade do pensamento de Albuquerque, reproduzindo aliás muitos séculos depois, a concepção clássica das cidades feitorias de Cartago e das mesmas colónias gregas e romanas quási insulares. Quando em 1503 o remoto descendente do príncipe bastardo Afonso Sanches foi pela primeira vez à Índia, capitão de uma pequena armada, acompanhando com outros capitães o primo e rival Francisco de Albuquerque e António de Saldanha, era tempo de um socorro ao pequeno Raja independente de Cochim que, por ter recebido amigàvelmente os portugueses, estava cercado na sua península pelo Samorim de Calecut, instigado a isso pelos mouros da confraria dos Moplôres que àquele tempo monoplizavam todo o comércio daquela costa.

O pajem do ardoroso Afonso — o Africano — a quem acompanhara a Tanger, o soldado de Arzila, comandava pela primeira vez uma pequena flotilha de três navios em situação inferior ao primo Francisco de Albuquerque que foi o primeiro a chegar a Cochim e quem libertou o Raja de Calecut do apertado cêrco em que o tinha o Samorim: logo arribava também Afonso de Albuquerque e com o primo manda construir com terra batida e paliçadas de madeira uma for-

taleza para defender Cochim, talvez a primeira que os portugueses faziam na Índia, mostrando assim de comêço qual seria a sua concepção futura do império do Oriente. De lá navega a Coulão, ao sul do Malabar, onde estabelece uma feitoria; não consta que nesta armada o antigo estribeiro-mór de D. João II tivesse praticado algum feito notável; devia porém ter aprendido a navegação da costa da Índia, estudado as suas linhas de comércio, a sua defesa, o valor estratégico e naval dos seus portos e de-certo teria então meditado e amadurecido o seu grande plano de conquista de um novo império do Oriente. D. Manuel, que a princípio olhava fria e hostilmente o cortesão do real Primo que, em razão de Estado, lhe matara pelas suas próprias mãos o irmão mais velho, despachara-o para Arzila, espécie de destêrro dos nobres: a prática dos combates de sítio e sortida na praça forte marroquina fôra uma excelente lição de armas para o filho segundo de Gonçalo de Albuquerque e D. Leonor de Meneses: demais já experimentara o sistema da guerra naval com os turcos quando servira na armada mandada para defender o Rei Fernando de Nápoles: em 1428 comandou mesmo a defesa de uma praça no Mogreb; porém, quando da sua primeira viagem à Índia, mal avindo com o primo, conhecera bem quão impotente é um comando dividido por muitos e em contrário das instruções que trazia de Lisboa levantou ferro da costa do Malabar sem esperar pelo companheiro; de lá navegou directamente a Moçambique, de-certo para experimentar uma linha mais curta para as armadas do que a seguida primitivamente pelas nossas naus que subiam a costa Oriental da África até quási ao Guardafui e Socotorá, para fazerem mais curta a travessia do largo e proceloso golfão Índico; Albuquerque, que trouxera do Malabar um piloto mouro, fizera com tôda a segurança a nova rota e depois de uma viagem mais acidentada e perigosa ao largo da costa Ocidental chegava a Lisboa em

julho de 1504, mais afortunado que o seu primo, filho do Almirante de Portugal, que tendo saído mais tarde da India se perdera no mar com todos os seus navios sem nunca se poder averiguar onde naufragou. Desta vez D. Manuel recebe-o com alegria; Albuquerque, vendo-se com alguma entrada no concelho do Príncipe, começou a pô-lo ao facto do seu plano de garantia e monopólio do seu comércio no Oriente fechando ao Turco por meio de armadas, irradiando em volta das suas bases navais, o Mar Vermelho e o Golfo Pérsico. O Rei venturoso, bastante prático para compreender o seu original esquema tático e político, resolveu fazer a experiência e quando em 1506 mandou à Índia Tristão da Cunha com uma armada de onze navios decidiu dar a Albuquerque um comando independente de cinco naus para cursar à sua guiza nas costas da Arábia. Até Socotorá o descendente por bastardia de Teresa Martins, neta do Rei D. Sancho III de Castela e do Infante de Portugal que foi senhor do castelo de Albuquerque, navegou subordinado a Tristão da Cunha a quem ajudou a tomar o forte que os mouros tinham na ilha e logo, recuperando a sua iniciativa, aproou ao Mar Vermelho onde se esforçou por interceptar as frotas mussulmanas de comércio com a Índia: o descendente ilegítimo de João Afonso de Albuquerque, mordomo-mór de D. Pedro o Cruel de Castela e Leão, levava porém já consigo a certeza antecipada de poder experimentar o seu plano de Império do Oriente. Com efeito D. Manuel dava-lhe no fim de três anos a sucessão do govêrno da Índia até ao Comorim, que devia tomar das mãos do heroico e infeliz D. Francisco de Almeida: ao tempo que com os seus cinco navios iria fechar o Mar Vermelho, uma armada poderosa sairia de Lisboa a combater os turcos no Mediterrâneo para, desviando a sua atenção, impedir que o Sultão Selim I podesse auxiliar os mussulmanos da Índia; na côrte ignorava-se ainda que êste Imperador estava já em guerra

com o Sultão mameluco do Cairo e ao contrario supunha-se que o turco daria forte apoio aos maometanos do Egito. Na viagem em conserva desde Lisboa, Albuquerque e Tristão da Cunha tão pouco se entendiam: fugindo o piloto daquele para a Espanha, o descobridor recusou dar-lhe um outro o que obrigou o futuro fundador do Império Português a navegar pelos seus próprios recursos: os dois porém, sem se poderem compreender mùtuamente, não disputavam: tinham feitios inteiramente diferentes; Tristão da Cunha, já no século da conquista, era ainda o continuador do espírito da Descoberta que levara Portugal ao Oriente: encontrar novas terras, novos mundos, se ainda existia algum país onde não tivessem chegado os portugueses, eis a secreta esperança do nobre cavaleiro da Índia: ao contrário o pajem do Rei conquistador das praças marroquinas, que estudara o latim e as matemáticas e com estas a arte de navegar, era um espírito formado na leitura dos clássicos greco-latinos e com uma concepção inteiramente sua da política e da milícia naval. Provàvelmente a leitura de Plutarco e dos historiadores helénicos e romanos impressionara fortemente a sua formação intelectual e dera-lhe a consciência da missão política que Portugal tinha a desempenhar no Oriente: assim o descobridor e o estadista não se entendiam: ao chegarem ainda unidos a Moçambique, Tristão da Cunha soube por Rui Pereira Coutinho que se descobrira uma nova ilha para o Nascente que parecia rica de especiaria; logo aquele contra o conselho de Albuquerque partiu a reconhecê-la; entretanto esperou pelo companheiro que regressava após uma difícil viagem e juntos seguiram subindo a costa oriental da África e juntos cercaram e tomaram as cidades mouriscas de Angoje e Brava na última das quais, a pedido de Tristão da Cunha, Albuquerque armou cavaleiro a seu filho Nuno: a antiga e nobre cavalaria ia porém acabar com a nova era da política do império ultramarino.

De Brava navegaram os dois a Socotorá que D. Manuel pensara em ocupar militarmente: o seu castelo com uma guarnição de 150 mouros foi rendido e logo bem fortificado lhe deixaram uma patrulha portuguesa e um começo de missão para a catequese dos habitantes, cristãos primitivos cujo culto se tinha obliterado. Em 1506 Tristão da Cunha levantou ferro para a Índia para carregar as naus e no regresso a Lisboa, fiel à sua sina de descobridor, encontrava, deserta na solidão do Oceano, a ilha rochosa que ainda hoje perpetua o seu ilustre nome.

Albuquerque ficou em Socotorá com os seus seis navios: a ilha é uma áspera serra à entrada do golfo de Aden, mas ainda bastante distante do mais extremo cabo que ao Oriente ali faz o continente africano, o Guardafui: para escala na rota da Índia era o seu valor assaz secundário como Albuquerque verificara singrando na sua primeira viagem de regresso de Cochim a Moçambique sem tocar terra: porém ao tempo o nosso domínio terrestre na Índia pouca mais base tinha, afora o fortim que Almeida erguera em Angediva, que a fortaleza de Cochim: afigurou-se-lhe talvez que da adusta Socotorá podia dominar a navegação egípcio-maometana do Mar Vermelho como estava no seu plano, posto fôsse tão vasta a entrada do golfo de Aden: assim enquanto não podia tomar esta forte cidade mourisca devia contentar-se com a relativa vizinhança. Melhorada a fortaleza que a senhoreava, iniciando o seu esquema anti-mussulmano, dividiu pelos cristãos naturais as terras e casas dos mouros; mandou sagrar a mesquita e uma vez reparados os navios fêz-se ao largo com o fito de cortar a rica navegação mercante que da Índia tomava a entrada do golfo para se dirigir ao Egipto. Ali começaram as dificuldades do seu comando: na capitania da nau Cisne mantinha uma severa disciplina auxiliado pelo seu sobrinho, ainda moço, o valente D. António de Noronha: porém os outros capitães

acaudilhados pelo prestigioso João de Nóvoa, o homem que descobriu a ilha solitária na imensidade do Oceano que havia de ser túmulo em vida ao maior génio militar dos tempos modernos, recusavam-se a obedecer a Albuquerque e obstinavam-se em abandonar o cruzeiro do mar da Arábia, desejosos de irem procurar fortuna na Índia: João de Nóvoa que acompanhara de Portugal a D. Francisco de Almeida viera capitaneando a formosa nau «Flor de la mar» juntar-se com Tristão da Cunha a Socotorá: êste deixara-o, com muito pezar seu, sob o comando de Albuquerque: o futuro Vice-rei, inabalável às reiteradas representações dos seus capitães e escasso de mantimentos, resolveu singrar com a esquadra para o Pérsico posto o seu primeiro fito fôsse Aden e o Mar Vermelho: tinha porém uma boa carta do golfo, obra de um piloto mouro, e isto provàvelmente o decidiu; a nobre cidade de Ormuz, então célebre em todo o Oriente pelo seu comércio e riqueza, ficava na entrada daquele mar estreito que separa a Arábia da Pérsia: de-certo estava no plano do império amadurecido pelo conquistador o apossar-se daquele notável empório insular, às portas da antiga via comercial entre o Oriente e o Ocidente: bem recebido em Calaiate, pôrto de exportação de tâmaras e cavalos árabes onde se proveu dos necessários refrescos, seguindo a costa foram-lhe hostis Curiate e Mascate que em desforra tomou de assalto; Albuquerque estava perto de Ormuz: bastante conhecedor dos povos do Oriente para saber que só pelo terror se dominam e desejoso sem dúvida de se fazer preceder na cidade de uma fôrça moral que não lhe dava a sua limitada frota, o conquistador, a que a mesma mentalidade oriental obrigava a crueza, mandou pôr em terra os seus numerosos prisioneiros, mas tratados de forma que onde chegassem só a sua vista havia de inspirar temor aos inimigos.

Albuquerque tão humano depois para os indús, malaios

e outros povos mais extremos, empregou para com os mouros de Mascate e Curiate processos cruéis e não porque a crueldade estivesse na sua alma de perfeito cavaleiro cristão mas tão sòmente porque como um Deus do mal, um Ahriman persa ou um Siva industânico, tinha, para ser respeitado, de se fazer preceder de um cortejo suplicante de desgraças. Assim, quando os esculcas de Ormuz avistaram ao longe as suas anchas velas latinas, já o precedera naquele pôrto e reino a fama da sua fúria destrutiva e implacável, levada pelos miseráveis prisioneiros mutilados ao longo de tôda a costa.

A 10 de Outubro Albuquerque ancorava em frente de Ormuz e logo exigia em nome de D. Manuel vassalagem e tributo ao moço rei da terra que governava o seu ministro Khojah Atar; o persa apavorado a tudo satisfez, mas o conquistador fiel à sua politica queria firmar-se em terra achando instável o domínio das ondas e pediu logar para fazer fortaleza; a 24 já os artífices nativos dirigidos e auxiliados pelos portugueses levantavam os seus fundamentos; porém os outros capitães, ou invejosos do sucesso de Albuquerque ou mal contentes da sua férrea disciplina, rebelaram-se, declarando abertamente que o abandonavam para seguir à Índia: O Távora, orgulhoso da sua sua nobreza, foi o primeiro a revoltar-se com o seu navio: suspenso da capitânia, a maruja e os soldados continuavam o motim: quatro dos mais culpados, receosos da justiça, fugiram para terra e foram informar o valido persa das diferenças entre os portugueses; Albuquerque ao sabê-lo pediu a entrega imediata dos transfugas, ameaçando em caso de recusa com o bombardeio da cidade: porém os seus capitães recusavam-se a obedecer e de novo lhe representaram num auto que todos assinaram contra o ataque de Ormuz: objectavam-lhe que aquela guerra era contrária aos proveitos reais, visto que Cojeatar tinha aceitado pagar-lhe um bom tributo a-pesar-da

sua soberania e não havia razão para quebrar paz tão rendosa: que era melhor serviço a Sua Alteza contemporizar e deixar na ocasião Ormuz para voltar ali no decorrer do ano com bastante fôrça para a dominar sem recorrer à artilharia; e se a-pesar-de tudo o almirante se obstinasse na guerra, a armada devia proceder com prudência para não se destruir a cidade: Albuquerque não aceitou o conselho e F. de Távora que não assinara, já perdoado e entregue de novo da sua nau, pôs-se ao lado do conquistador: dentro de poucas horas com o brio de portugueses que nunca se negam a uma emprêsa arriscada, todos os outros capitães pedindo-lhe desculpa, o seguiam. Albuquerque desembarca e bate os mouros que lho queriam impedir mas o poderoso ministro do Rei de Ormuz, sabedor das desinteligências dos portugueses, obstinava-se em não entregar os fugitivos: o cabeça de motim contra Albuquerque era João de Nóvoa, altivo e valente capitão; foi o primeiro a assinar o protesto contra o ataque de Ormuz: depois de uma disputa violenta com o rebelde, Albuquerque mandou-o meter no porão mas por fim, reconsiderando no escasso da gente do seu comando, perdoa-lhe e entrega-lhe outra vez a capitânia da nau: o motim impedia-o de tomar logo Ormuz e obrigava-o a levantar ferro mas sem abandonar o seu projecto favorito de ali edificar fortaleza, resolveu esperar melhores tempos e singrou ao Índico na idea de abordar as frotas mercantes dos mussulmanos que à entrada do inverno largavam dos portos da Índia; porém as desinteligências com os seus capitães continuavam e três, A. de Campos, Lopo de Couto e M. Teles abandonaram-no para seguir para o Malabar: João da Nóvoa logo os acompanhou e com êle perdeu Albuquerque por então a melhor nau da armada, a formosa e célebre «Flor de la Mar».

Reduzido a dois navios o futuro Vice-rei foi demandar Socotorá onde encontrou a gente da fortaleza esfomeada,

sendo o seu passadio de fôlhas e frutos bravos: foi provàvelmente daquela ilha inhóspita, que o nosso Camões disse:

«Naquele seco, duro, esteril monte
Onde não canta ave ou ferve fonte»
. . . . . .

Devia também ali ter meditado o futuro conquistador sôbre o orgulho mal-sofrido dos homens da nossa terra que um excessivo individualismo, uma concepção exagerada do ponto de honra, faz quási sempre rebeldes a tôda a disciplina; começava mal o seu plano do império português que só uma fraca âncora segurava àquele rochedo ingrato, atravessado como uma nau colosso entre a África mais adusta e a Arábia fronteira: prestes a realizá-lo pelo projectado assalto a Ormuz a rebelião dos seus capitães tolhera-o: abandonado, nem o fidalgo Francisco de Távora lhe continuou fiel; o conquistador tivera de despir a sua grandeza e ali estava agora reduzido pela impotência da sua frota ao papel odioso de corsário, às prezas no gôlfo de Aden: naquela hora, lembrando os seus clássicos, meditaria talvez na exclamação do pirata capturado pela galera imperial de Alexandre: quando o Macedónio lhe preguntava porque exercia aquela feroz profissão respondera: ¿Que mais criminoso sou eu, que roubo os viajantes do que tu, Alexandre, ladrão das monarquias e dos impérios do mundo?

Mas peor que a rebelião e a deserção o esperava da parte dos portugueses da Índia: depois de um cruzeiro quási inútil de alguns meses às portas do Mar Vermelho voltou a Calayate contando ser lá recebido como da primeira vez; o cheique da cidade era um amigo do valido Kojah Atar e a recepção agora era suspeitosa: Albuquerque começava a ver perdido o seu primeiro prestigio e optou por um golpe de fôrça: com o sobrinho fiel, o heróico António de Noronha,

desembarcou e depois de um bravo assalto a vila foi posta a saque e incendiada com todos os navios à âncora no pôrto; o futuro Vice-rei, com uma fôrça naval mínima só podia ser temido pela audácia e pelo terror; assim os prisioneiros foram duramente tratados e breve por tôda a Pérsia e Arábia litoral ecoavam os horrores de Calayate.

De lá navegou de novo a Ormuz e chegando soube do nosso grande desastre naval em Chaul onde com a antiga cavalaria dos romanceiros sucumbira o Rolando português, o moço almirante de claro sangue gótico, D. Nuno de Almeida, tão membrudo e esforçado que rachava um mouro até aos peitos num revez do montante; a primeira derrota de uma armada de Portugal nos mares da Índia, a presença ao longo da costa da poderosa esquadra do seu vencedor o Almirante mameluko Mir-o-cen, abalava em todo o Oriente o nosso prestígio: ¡como não seriam vencidos os portugueses em tal desunião! O ministro Cojeatar ao saber Albuquerque de volta apressou-se a mandar-lhe uma carta que recebera do Vice-rei (D. Francisco de Almeida) em que o seu procedimento militar em Ormuz e na Arábia próxima não só era severamente condenado, mas em que lhe declarava a intenção de o fazer castigar pelas justiças reais por exceder as ordens que trouxera de Lisboa.

A sua campanha naval, a sua atitude hostil em Ormuz eram pois condenadas pelo govêrno da Índia e peor, o valido do jovem Príncipe ameaçava de o acusar ao Vice-Rei como pirata, corsário e traidor à coroa portuguesa. O homem que tinha nas suas veias o sangue real de Portugal e o de Castela, respondeu ao enuco com o seu orgulho de sempre: «Êle um pirata, êle Albuquerque, capitão-mór do Rei de Portugal!»; o Vice-Rei sabia bem que indo a Socotorá e aos mares da Arábia cumprira o seu mandato: os capitães abandonando-o tinham-no traído: mas jurava (a Coje-atar) que havia de ajustar contas com êle pela sua ami-

zade aos rebeldes e não tornaria a cortar as suas barbas enquanto não viesse acabar a fortaleza de Ormuz. Como princípio da execução da sua promessa apresou-lhe uma grande nau abarrotada de mercadorias e logo singrou à Índia porque se aproximava o têrmo em que tomaria a sucessão do govêrno das mãos do Vice-Rei.

Os três anos estavam quási passados e pôsto de pouco fruto fortaleceram o conquistador na perfeita maturação do seu plano. Precedido junto de D. Francisco de Almeida pelos seus capitães, estes tinham-no assaz desfavorecido no espírito do Vice-Rei que já não via com bons olhos o seu sucessor: sobretudo a tentativa de fazer fortaleza em Ormuz era condenada por Almeida cuja política limitada ao domínio do mar não pudera compreender o colossal plano de Albuquerque: assim chegando à Índia no inverno de 1502, achou-o reservado e ao pedido de lhe entregar o govêrno respondeu-lhe que o seu vice-reinado só terminava em Janeiro próximo e desejava antes vingar o seu filho destroçado e morto pela frota turco-egípcia de Emir Husein: Albuquerque inclinou-se perante tão justo desfôrço e retirou para Cochim fazendo virtude da paciência em esperar.

(Continua)

António de Mattos Cid

TRATAMENTO MÉDICO DA ÚLCERA GASTRO-DUODENAL

A PEPSINOTERAPIA

Ao estudar qualquer dos inúmeros métodos que desde há longos anos têm sido preconizados no tratamento da úlcera gastro-duodenal é costume fazer uma digressão, ainda que ligeira, a respeito da físio-patogenia dêste processo mórbido para que se possa compreender como é que a terapêutica actua. São por assim dizer inumeráveis os medicamentos e regimes alimentares que têm sido utilizados para o tratamento da úlcera, o que prova que não há ainda hoje, infelizmente, uma medicação de indiscutível valor em que possamos confiar para a cura desta afecção.

Justamente porque a terapêutica médica falha muitas vezes há quem lhe queira negar qualquer valor e pretenda colocar os doentes ulcerados na dependência exclusiva do cirurgião.

Salvo melhor opinião, o tratamento de úlcera gastro-duodenal, e melhor ainda o da úlcera gástrica, cabe à terapêutica médica, e só depois de esgotados os meios médicos, ou em determinadas circunstâncias a que mais adiante me referirei, e que são do conhecimento de todos os clínicos, há necessidade de actuar, desde o momento em que a afecção é diagnosticada, por meios cirúrgicos.

Ainda há pouco tempo Leriche (1) afirmava perante o

---

(1) Vid. Leriche. «L'ulcère peptique post-opératoire» — XL.º Congrès Français de Chirurgie. *Presse Médicale*, n.º 81, 1931, pág. 1481.

XL Congresso Francês de Cirurgia, realizado em Paris, em Outubro de 1931 — «que não sendo os métodos de tratamento cirúrgico da úlcera gástrica patogénicos, — mas sintomáticos como a gastro entrostomia, anatómicos como a excisão, com finalidades fisiológicas como a gastro-pilorectomia — é freqüente que após a operação a doença continui».

Sendo assim compreende-se bem que os métodos cirúrgicos não tenham feito esquecer os tratamentos médicos, ainda os mais velhos.

Quando surge um novo processo de tratamento das úlceras gastro-duodenais compreende-se bem que seja recebida com o maior entusiasmo e que acêrca dêle apareçam nas diferentes clínicas do mundo diversos trabalhos. Eis o que tem sucedido com todos os tratamentos anteriores e o que certamente irá acontecer com a pepsinoterapia.

Logo que tive conhecimento do artigo de M. Loeper, M. Debray, L. Michauxe M.elle Sainton, aparecido na *Presse Médicale* de 29 de Outubro de 1930, comecei a praticar êste processo terapêutico, mas só agora, volvidos quási três anos após os primeiros tratamentos e a observação de trinta casos, julgo conveniente trazer à publicidade os resultados colhidos quer na observação de doentes hospitalares, quer em doentes da minha clínica particular.

CAPÍTULO I

Patogenia da úlcera gastro-duodenal

É sabido que o problema da patogenia da úlcera gastro-duodenal não está definitivamente resolvido permanecendo ainda no domínio, tantas vezes obscuro, das concepções e hipóteses.

A experimentação feita nos laboratórios de fisiologia, os dados clínicos, os estudos anátomo-patológicos, os ensina-

mentos da bacteriologia e da físico-química servem de base a doutrinas novas.

Parece-me que, por uma teoria única, não é possível explicar a localização, periodicidade e cronicidade da úlcera.

Não é meu intuito, nem estaria muito de harmonia com o objectivo dêste estudo, apresentar aqui tôdas as teorias que têm aparecido acêrca da úlcera gástrica e, se a algumas me vou referir, é para ver se por elas se pode explicar o mecanismo de acção da pepsinoterapia.

Teoria vascular. A úlcera, para os autores que admitem esta teoria, seria a conseqüência da evolução progressiva de um infarto ocasionado por embolias bacterianas ou gordurosas, por uma trombose, por lesões de esclerose das artérias gástricas e degenerescência amiloide da parede vascular.

Teoria do ângio-espasmo. (Beneke, Bergmann e Westphal) — Seria a contracção enérgica e prolongada da musculosa que produzindo a obliteração dos vasos gástricos, levaria ao infarto e consecutivamente à úlcera.

Teoria inflamatória. (Jaworsky e Mathieu) — Segundo esta teoria, a úlcera seria o resultado da evolução de uma gastrite crónica (gastrite crónica ulcerosa de Nauwerck).

Teoria infecciosa. Para os defensores desta doutrina a úlcera seria a conseqüência de metastases bacterianas com ponto de partida em focos infecciosos dissimulados (dentes, amigdalas, etc).

Joenisch (Deut. Med. Woch. 27 de Novembro de 1931) afirma que, no tratamento das afecções crónicas do grupo gastrite ulcerosa, obtem resultados favoráveis quando elimina da bôca os focos infecciosos associados. Esta doutrina tem a simpatia dos anglo-saxões, defendendo-a os nomes prestigiosos de William, Hunter, Willing, Rosenow, Duke etc.

Rosenow incrimina o estreptococus viridans; Kritchewski

e Séguin chamaram a atenção para os anaeróbios como o entrococus.

Teoria constitucional. (F. Muller). «A ulceração primitiva é uma autolise de distopia celular».

Para alguns autores dinamarqueses, a úlcera desenvolve-se à custa de ilhotas do epitelio intestinal, que são apenas restos embrionários ou metaplásticos.

Teoria da diatese digestiva. Robin, chamando a atenção para a co-existência freqüente da úlcera com outras afecções do aparelho digestivo, introduziu em patologia a doutrina da diatese digestiva.

Teoria neuro-vegetativo. À medida que se foi conhecendo a fisiopatologia do sistema nervoso vegetativo, apareceram, nos diferentes capítulos da patologia, doutrinas tendentes a filiar em perturbações dêste sistema, lesões cuja étio-patogenia não era ainda conhecida, ou não podia ser cabalmente explicada pelas hipóteses até então admitidas. Ora também pelo que diz respeito a úlcera gástrica se tem posto em realce a importância do elemento nervoso, principalmente vegetativo, na sua étio-patogenia.

Foi Bergmann e os seus colaboradores, quem primeiro mostrou a ligação íntima que existe entre as perturbações funcionais e orgânicas do estômago.

Seccionando o pneumagástrico ou excitando-o por uma corrente eléctrica, conseguimos produzir pequenas ulcerações da parede gástrica.

Chegamos a idêntico resultado se se fizer a excisão do plexo solar ou do gânglio celíaco, ou fazendo aplicações locais de adrenalina, injecções de pilocarpina, muscarina ou picrotoxina.

Em certas doenças nervosas, por exemplo na tabes, é freqüente a existência de pequenas ulcerações gástricas.

Os indivíduos portadores de úlcera gástricas apresentam a maior parte das vezes sinais de acentuado desiquilíbrio

do sistema vegetativo, tais como: palidez ou rubor da face, olhos grandes e brilhantes, extremidades arrefecidas e húmidas, dermografismo, diminuïção ou abolição completa dos reflexos, bradicardia ou taquicardia, tremor dos dedos, hiperexcitabilidade psíquica, crises de diarreia ou constipação.

Ora a úlcera não é pròpriamente causada pela vagotonia ou simpaticonia, mas sim por uma perturbação do equilíbrio, pela dissernegia dos elementos constituintes do sistema vegetativo, por uma neurotonia em que predomina, por via de regra, a hipertonia do pneumogástrico.

Segundo Jondek, na patogenia da úlcera intervêm os seguintes factores:

1) um factor constitucional — *a predisposição* — conseqüência por um lado, da diminuïção hereditária da resistência da parede gástrica, e por outro, da instabilidade congénita do equilíbrio do sistema nervoso;

2) um factor vascular.

O conjunto dêstes dois factores é que ocasiona a necrose da mucosa gástrica.

É provável que, por vezes, se lhe associem elementos inflamatórios e infecciosos. A cronicidade da úlcera pode ser devida às modificações qualitativas do suco gástrico, às perturbações de motricidade do estômago, à freqüência das contracções pilóricas, à inflamação e infecção.

A periodicidade das crises depende, possìvelmente, das «poussées» inflamatórias, conseqüência da exaltação da virulência dos germes e variações cíclicas humorais que evolucionam paralelamente às modificações periódicas da repartição dos electrolitos, e das perturbações do equilíbrio ácido básico.

Ora, entre as perturbações do sistema vegetativo observadas por êste autor na úlcera, aquela a que liga maior importância é à hipotensão.

Devo dizer que não encontrei hipotensão nìtida na maior parte dos doentes por mim observados.

Ballint (1), considera a úlcera como a conseqüência das modificações do equilíbrio ácido-básico, que desempenham um papel notável no aparecimento dos sintomas.

A respeito da maneira como se produzem estas modificações do tonus vegetativo e do equilíbrio ácido-básico divergem as opiniões.

Segundo Kraus e Jondek, o que surge primitivamente é a hipervogatonia que, modificando a disposição dos electrólitos, provoca acidose.

Outros admitem que o deslocamento no sentido da acidez, é primitivo, devido à alteração dos coloides tissulares que podem ser considerados como a expressão da constituïção físico-química dos tecidos.

Admitindo êste modo de ver, compreende-se que a evolução da úlcera apresente uma periodicidade espontânea em que fases dolorosas alternem com fases de acalmia.

Também a admissão desta doutrina deve impor preceitos terapêuticos especiais tendentes a fazer, não só a alcalinização do suco gástrico, mas a do próprio organismo.

Para Bergmann, a hipervagotonia seria o *primum movens* dos processos ulcerativos originando, inicialmente, a hipersecreção e a hiperkinesia e, secundàriamente, o espasmo.

A contratura exerce o seu efeito nefasto, principalmente, sôbre as fibras lisas da *muscularis mucosæ*, esmaga os pequenos vasos, cria um infartos, acentuando-se depois a necrose pelos fenómenos de auto-digestão.

Bergmann, apoia a sua teoria em dois argumentos principais: a enorme freqüência da hipervagotonia nos ulcerosos e a predileção da localização da úlcera à pequena curva-

---

(1) Ballint, *Recherches sur la pathogenie de l'ulcère de l'estomac* — Win. Klin, Woch, 1 Jan. 1926. T. XXXIV, n.º 1, pág. 7 a 10.

tura, que é ponto em que a camada muscular é a origem de espasmos mais intensos e duradoiros.

Baseados nesta teoria, Latarjet e Patel, propõem para o tratamento da úlcera a enervação da pequena curvatura. Loeper, com o mesmo fim preconiza, a atropina administrada, quer por via digestiva, quer por injecção.

O pneumogástrico exerce uma acção marcada sôbre a secreção gástrica.

É sabido que a secção do pneumogástrico paralisa a secreção do suco gástrico, enquanto que a excitação do topo periférico a exagera.

Wertheimer, praticando a enervação do estômago, constatou que a taxa do ácido clorídrico baixava muito, sendo por vezes a sua quantidade tam pequena que não se podia dosear.

A secção fisiológica dêste nervo também baixa consideràvelmente a cloridria.

As manifestações da hipervagotonia são, clìnicamente, bem patentes na maior parte dos casos de úlceras da pequena curvatura. É nesta ulceração que são particularmente acentuados a sialorreia, a bradicardia e o reflexo óculo-cardíaco.

Ao lado dêstes argumentos de ordem clínicos constatados nas úlceras gástricas, e das alterações vagais, podem pôr-se argumentos de natureza anátomo-patológica. Loeper e Schulman, verificaram que os grossos filetes do pneumogástrico, principalmente em casos de úlceras calosas, se apresentavam dissociados, cercados de uma baínha muito espessa, conseqüência de fenómenos de esclerose, contendo elementos inflamatórios diapedéticos.

Mathieu, Heyrewski, Zürgens, Lion, Theoceri e Hartmann, fizeram constatações análogas.

Einor Permann e Latarget, assinalaram também a nevrite hipertrófica dos ramos anteriores e posteriores do pneumogástrico esquerdo.

Bonnemaison, na sua tése, mostrou a enorme freqüência das lesões vagais, indo desde a simples irritação até à nevrite profunda.

Loeper e Forestier, tendo reproduzido, experimentalmente estes fenómenos nevríticos, concluiram que a nevrite tinha um ponto de partida gástrico e era secundária à ulceração.

Lorenzi, tentou a experiência inversa, isto é, determinando uma nevrite do vago obter uma úlcera gástrica; mas apenas conseguiu obter hemorragias sem que a úlcera se patenteasse.

Em matéria de patogenia da úlcera gástrica, temos que ser eclécticos, porquanto, por uma única das teoria que até agora têm sido admitidas, não podemos explicar a localização, periodicidade e cronicidade da doença.

Anastazy Landau e Glass (1) admitem que a úlcera é a resultante da diminuïção da resistência da parede gástrica, das perturbações do equilíbrio vegetativo e das lesões vasculares.

O elemento vascular funcional não consiste, pròpriamente, na vaso-constrição, mas sim na baixa muito acentuada da tensão arterial. Esta hipotensão junta ao desiquilíbrio vaso-motor de origem vegetativo pode levar à isquemia, ocasionando uma nutrição insuficiente da parede gástrica e daí a produção da úlcera.

As úlceras podem ter relações com determinadas lesões do sistema nervoso (2).

---

(1) «L'importance de l'hypotension arterielle dans la pathogenie et le diagnostic de l'ulcère justa-pylorique», *Arch. Mal. App.*, Dig. T. XIX, 1929, pág. 948.

(2) Vid. A. Ravina. «Les rapports des ulcérations gastriques avec les altérations du systeme nerveux central», *Presse Médicale*, n.º 5, 1933, pág. 96.

Cushing (1) publicou recentemente um artigo em que faz ressaltar as relações íntimas que existem entre certas úlceras do estômago e duodeno, e as lesões do sistema nervoso central, particularmente do cérebro intermédio.

A atenção de Cushing, foi chamada para as relações existentes entre as úlceras e o sistema nervoso central, em conseqüência da morte de três dos seus doentes que sucumbiram a perfurações do estômago ou do esófago, observadas depois de intervenções por tumores cerebelosos.

As erosões e perfurações gástricas podem acompanhar outras lesões cerebrais além dos neoplasmas. Cushing, cita o caso de um homem hipertenso e albuminúrico, que morreu depois de um côma de 24 horas, entrecortado por crises convulsivas, em que constatou na autópsia uma ulceração gástrica recente.

Menciona também êste autor, o caso de um indivíduo portador de aneurisma da artéria basilar, confundido com um tumor ponto-cerebeloso, em que uma tentativa de intervenção foi seguida de insucesso, tendo sobrevindo a morte quatro dias depois, verificando-se na autópsia uma extensa rotura da grande tuberosidade do estômago e da parte inferior do piloro.

Cushing, põe em relêvo a freqüência das lesões centrais em caso de úlcera.

Recorda que os partidários de origem local da úlcera, se bem que tenham provocado erosões e ulcerações crónicas por processos variados, estes processos estão bastante afastados das condições em que se produz a úlcera.

Não é a operação a causa da úlcera, pois tem-se verificado a sua existência nas autópsias de portadores de tumores não operados.

---

(1) Vid. H. Cushing. «Peptic ulcèrs and the Interbrains — Surgery Gynecology and Obstetrics» n.° 1. Julho 1932.

Resumindo as suas considerações, Cushing conclui por admitir a existência no talamo-encéfalo de um centro parasimpático, de onde partem fibras que se ligam a outros centros nervosos, entre os quais, ao do pneumogástrico. As lesões, espontâneas ou provocadas, com séde em qualquer ponto destas fibras, podem determinar erosões gástricas, ulcerações ou perfurações.

Leriche e René Fontaine (1) atribuem ao muco gástrico um papel importante na patogenia da úlcera. O estômago é tapetado por uma mucosa à superfície da qual existe uma camada única de células caliciformes segregando muco. A distribuïção destas células não é contudo uniforme; são mais numerosas ao nivel do «fundus» do que junto do antro. O muco é solubilizado em meio alcalino e, portanto, compreende-se bem que o antro fica assim exposto ao ataque dos fermentos proteolíticos, e daí a freqüência das úlceras nesta região.

Claude Bernard, Schif e Harley, admitiam que o muco pela sua viscosidade formava à superfície da mucosa gástrica um revestimento protector impedindo a auto-digestão.

Em 1906, Danilewsky, Frensel, Weiland, Hensel, Blum, Fuld e Katzenstein, formularam a hipótese, verificada pela experiência, de que no muco gástrico havia um antifermento, a que deram o nome de antipepsina.

CAPÍTULO II

Quimismo gástrico nas úlceras

Há já alguns anos que se liga relativamente pouca importância ao quimismo gástrico no curso dos processos ulcerativos.

---

(3) Vid. René Fontaine. «Contribution à l'étude des ulcéres gastriques», *Presse Médicale*, n.º 34, 27-IV-932. Pág. 678.

A hipercloridria encontra-se com freqüência, mas não é característica, pois observa-se em outras afecções, como por exemplo sucede nos casos de dispepsia hiperesténica, podendo atingir cifras igualmente elevadas nestes dois estados patológicos.

Outrora, ligava-se uma grande importância à hipercloridria na génese da úlcera, e ainda hoje há quem queira ver a confirmação dêste papel da hipercloridria no aparecimento da úlcera peptica post-operatória.

Para Leriche, esta úlcera post-operatória, que sobrevem com uma freqüência de 0,5 a 5%, nos casos de gastro-enterostomia, parece ligada a hiper acidez gástrica persistente após a intervenção.

Leriche, considera estas úlceras como resultantes da acção de um suco hiperácido sôbre uma mucosa desprotegida de *muco,* elaborado normalmente pela região alcalina do antro, piloro e duodeno. Parece que o papel protector do muco, se bem que apreciável, não deve ter a importância primacial que alguns pretendem atribuir-lhe. O ácido clorídrico forma-se na profundidade da mucosa gástrica, e não à superfície, não se compreendendo portanto como o muco formado à superfície poderá proteger a mucosa contra a secreção dêste ácido.

Há quem queira atribuir o papel de protecção das paredes gástricas contra o suco por elas segregado a antifermentos.

Erenzel, admite a existência de antifermentos que inactivam as enzimas poteolíticas.

A ausência de hipercloridria não permite pôr de parte o diagnóstico de úlcera.

Em muitos casos de úlcera, a taxa do ácido clorídrico conserva o seu valor normal, ou até está um pouco diminuída, como o têm observado vários patologistas: 23% dos casos estudados por Friedenwal; 20% dos casos de Moynihan; 35% dos casos de Schneider.

Algumas vezes encontram-se úlceras acompanhadas de acloridria: 7,5 % Strauss; 3,7 % Kuttner; 3,8 % Urrutia.

Em 27 ulcerosos em que fêz o estudo do quimismo fracionado, Bell (1) encontrou 3 vezes hipocloridria e 4 acloridria completa.

Udaondo (2) tendo feito o estudo do quimismo gástrico em 500 ulcerados gastro-duodenais, encontrou 19 % de fórmulas hipo e anácidas e 3 % de acloridria com apepsia, constatada após refeição de Ewald e sondagem fracionada. Saloz, Cramer e Moppert encontraram na úlcera duodenal 82 % de hipercloridria, 12 % de cloridria normal e 6 % de hipocloridria.

As variações, ainda que acentuadas do quimismo gástrico, como recentemente o demonstrou Gailher, na América, podem realizar-se sem qualquer sintomatologia.

No entanto, o estudo do quimismo gástrico nos ulcerados apresenta um certo interêsse, principalmente para o estabelecimento de uma terapêutica conveniente, pois é sabido que a hipercloridria exacerba as dôres e é necessário ser combatida por meios adequados; também, sob o ponto de vista patogénico, êste estudo pode apresentar algum interêsse.

Para o estudo de secreção gástrica de todos os doentes que servem de base a êste trabalho, foi utilizada a histamina. Desde há anos está estabelecido que a injecção de um soluto milesimal de histamina (B — imidazoliletilamina), descoberta em 1911 por Bayer e Dale, se faz acompanhar num espaço de tempo curto e de um modo constante, salvo nos casos de neoplasmas gástricos, de uma secreção abundante de suco gástrico.

A utilização de êste test para o estudo do suco gástrico

---

(1) Vid. *Arch. Inst. Med.*, Nov. 1923, pág. 663.

(2) Vid. Udaondo, «Les ulcères gastriques avec acloridrie et apepsie». *Mal. App. Dig.*, n.º 3, 1925, pág. 259.

de homem começou em 1922, tendo sido seus introdutores na clínica, Carnot, Koskowski e Libert.

A histamina excita electivamente a secreção gástrica.

Se a secreção biliar e pancreática aumentam, ligeiramente, em seguida à injecção, o facto deve ter explicação numa acção indirecta consecutiva à passagem para o duodeno do suco gástrico mais rico em ácido (Carnot, Koskowski e Libert Lim e Schlapp).

Carnot e M.^{de} Gruzenska (1) constataram que a injecção de histamina provocava, concomitamente com a secreção gástrica, um ligeiro aumento da alcalinidade iónica da bilis. Acêrca da maneira como esta substância actua para provocar a secreção gástrica divergem as opiniões: enquanto que para uns ela actua excitando o vago, para outros, ela actua directamente sôbre a mucosa gástrica.

Contra a acção, por intermédio do pneumogástrico, depõe o facto da injecção de atropina não inibir a acção da histamina.

Seria ocioso descrever a técnica da prova da histanina bem conhecido de todos os clínicos.

Utilizei, em todos os doentes estudados, a histamina da casa Roche, que se encontra especializada no mercado com um nome de Imido Roche.

Em cada doente colhi 6 amostras de suco gástrico, obtidas de 1/4 em 1/4 de hora após a injecção, em que se fêz a dosagem do HCl, pelo método de Töpfer-Linossier.

Nos indivíduos normais, a injecção de histamina é seguida num período de 10 a 15 minutos de uma secreção gástrica abundante; a secreção atinge o seu máximo, cêrca de 30 minutos depois, e prolonga-se durante hora e meia a duas hora.

---

(1) Carnot et M.^{de} Gruzenska, «Variations des concentration ionique de la bile et du suc pancréatique pendant la sécretion acide du suc gastrique, *C. R. Soc. Biol.*, 27 Junho 1925.

O suco, assim obtido, é límpido, sem restos alimentares, e a quási totalidade do HCL encontra-se no estado livre.

Êste suco é bastante ácido, devendo ser consideradas como normais as taxas de 2 gr. a 2,50 % de (HCL).

O poder péptico também se encontra elevado. A prova da histamina permite estudar, a par do quimismo gástrico, a rapidez e a forma da resposta secretória do estômago à excitação; ora êste facto tem importância, porquanto a intensidade da resposta secretória parece apresentar estreitas relações com a cloridria.

Nos ulcerosos e nos hiperclorídricos, afirmam-no, entre outros, Carnot e Libert (1), a resposta à injecção da histamina é quási instantânea e muito intensa, conseguindo estes autores obter, por vezes, numa hora 250 a 300 c.c. de suco gástrico.

Nos neoplasmas gástricos a histamina provoca uma secreção tardia, pouco abundante, irregular e de curta duração.

Nos ulcerosos a taxa de HCL é elevada, encontrando os autores citados, freqüentemente, 3,80, 4 gr. e 5 % 4 gr.

(Continua).

MÁRIO SIMÕES TRINCÃO.

---

(1) Carnot et Libert, «L'épreuve de l'histamine envisagée comme moyen d'étude des fonctions secrétoires de l'estomac», *Arch. Mal. App. Dig.* T. XV, 1925, pág. 1044.

A PROPÓSITO DA «ABÓBADA» (1)

Entre os livros de Herculano nenhum me dá tanto a medida do seu génio literário como os dois volumes das *Lendas e Narrativas*. E entre o punhado de obras primas que êles encerram, nenhuma porventura me encanta mais do que essa épica rapsódia da *Abóbada*, grande e simples como um canto de Homero.

No meio daqueles rudes episódios do viver medievo, em que avulta pelo pitoresco o repasto do Rei D. João I na cela do prior da Batalha; entre os lances dramáticos do entrecho, o ruir pavoroso da abóbada da casa capitular, a loucura de Mestre Ouguet, o desfilar dos condenados que imploram misericórdia; sôbre as passageiras peripécias de comédia heróica, como a intervenção da padeira lendária de Aljubarrota ou os exorcismos do devoto prior; enternece-me singularmente a figura gigantesca do cego arquitecto Afonso Domingues, o protagonista do singelo drama. Os seus nobres lamentos repercutem até ao mais íntimo do meu ser, movendo-me ás lágrimas. As suas altivas reivindicações retumbam como a revolta de um artista titânico, esbulhado da glória. E os seus gestos tacteantes trazem-me a idea de temerários adejos do génio, em procura da beleza eterna.

Mas o que mais particularmente me impressiona, nessa pequena obra-prima, é a identificação moral do escritor com

---

(1) Vid. nota de pág. 18, do vol. 84.º

o protagonista por êle invocado das sombras da história. Como Afonso Domingues, Herculano viu a sua obra monumental conspurcada pela rotina e pela má fé. O fanatismo imbecil pretendeu substituir à sólida estrutura uma fábrica de velharias, alicerçada em fraudes e lendas piedosas. E o grande arquitecto, vencido não pela própria cegueira, mas pela cegueira alheia, renunciou orgulhosamente ao acabamento do edifício, sob o qual as gerações encontrariam abrigo e confôrto contra as tempestades da vida nacional.

Desgraçadamente, a sediça edificação não ruíu de súbito, com espantoso fragor, como a abóbada de Mestre Ouguet. Escancararam-se fendas, cambalearam pilastras, desabaram pedregulhos, despedaçaram-se cantarias; mas os arcaicos artífices de embustes ainda hoje tentam cimentá-la com superstições e esteiá-la de crendices infantis. E ainda há quem se esforce por impelir um povo inteiro para dentro dêsse asilo mentido, sem remorso de o arriscar a definitivo esmagamento.

¡Ah! ¡desventurado, iludido povo! Se êle se houvesse a tempo compenetrado da solidez do monumento, erguido pelas mãos possantes do prodigioso arquitecto; se êle tivesse de vez escorraçado os construtores de mentiras e os sinistros obreiros de catástrofes; se êle se houvesse levantado, uno, sereno, resoluto, iluminada a fronte pelos clarões da Verdade, para ir arrancar do seu êrmo retiro o soberbo reformador; se êle tivesse ungido os lábios com o mel do afecto, à similhança do rei seu eleito perante o edificador da Batalha; é de presumir que as suas firmes e carinhosas instruções levassem de vencida o orgu'ho ferido, e que, pelo menos, mais algumas e robustas paredes se acrescentassem à fábrica monumental. Possível era que, induzidos pelo exemplo, fortalecidos pela simpatia popular, esquecidos pela corrente do entusiasmo nacional, não escasseassem discípulos capazes de levar a cabo a emprêsa iniciada pelo grande Mestre.

Mas a verdade é que a soberania do povo não se pronunciou, como cêrca de cinco séculos antes se pronunciara a soberania do monarca, coroado pelo povo e pelo génio de Herculano evocado. Não houvera desmoronamento trovejante que o despertasse da secular indiferença. O pardieiro periclitante ainda se ostentava com ridículo arreganho, arrebicando-se de modernos rebocos. E Herculano não teve aso de soltar as comovidas palavras, que pusera na bôca do sublime arquitecto:

«Vencestes, senhor rei, vencestes!»

Quem venceu, quem vence ainda, foi Mestre Ouguet, o rotineiro embaïdor. E o soberbo monumento só se concluirá, quando êle fôr expulso das consciências, onde se insinua ainda, como um veneno corrosivo, dissimulado sob evangélicas etiquetas.

Abril de 1910.

HENRIQUE LOPES DE MENDONÇA.

LE MOUVEMENT INTELLECTUEL EN PORTUGAL

HISTOIRE

Une propagande se poursuit au Portugal en faveur de l'esprit critique. A première vue, il ne semble pas nécessaire de tant défendre une qualité que nous jugeons inséparable de la méthode historique et de la formation universitaire. N'oublions pas, toutefois, que les compatriotes d'Oliveira Martins résistent difficilement à la tentation littéraire, aux entraînements de l'imagination et de la passion. Ils aiment l'éclat, le pittoresque, la polémique et, par contraste, une certaine érudition minutieuse qui se complaît dans le détail. Or les derniers travaux parus témoignent, bien au contraire, d'une extrême prudence, d'un rigoureux contrôle sur soi-même et d'une aptitude à voir les ensembles. Ce progrès correspond, vraisemblablement, à une évolution des mœurs.

Nous avons déjà signalé ailleurs la grande importance de l'œuvre peu connue de M. Lúcio de Azevedo qui occupe, dans le mouvement historique moderne, une place comparable à Gama Barros. Après un livre composé, *Épocas de Portugal económico* (1), il nous donne une série d'études sans lien, *Novas epanáforas* (2) (le mot, emprunté à Francisco Manuel de Melo, doit être pris dans le sens de relation). Un premier essai nous montre Pombal défenseur du Brésil

(1) Lisboa, Teixeira, 1929.

(2) Ibid., 1932.

contre les ambitions des Anglais, des Français, des Espagnols. Sa méthode protectionniste aboutit non seulement à la fermeture des ports, mais à la délimitation des frontières et constitue, au point de vue économique, un chef-d'œuvre d'accaparement. La rigueur de cette législation qui englobe tout, le sucre, le tabac, les mines, le système des flottes convoyées, contredit péremptoirement le prétendu libéralisme attribué au ministre de D. José. On aurait tort, par exemple, de croire que la libération des esclaves débarqués en Portugal répond à une fin humanitaire. Il s'agit, purement et simplement, de ne pas priver les colonies de main-d'œuvre. Mais il serait injuste de ne pas tenir compte des efforts que Pombal a tentés en vue du peuplement. Il introduit des Açoriens, des colons chassés de Mazagan, des Bohémiens, voire des galériens; il encourage les mariages mixtes avec les indigènes. Sans doute en proclamant, après les papes, le dogme de la liberté des Indiens, il n'invente pas et les directeurs qu'ils substitue aux Jésuites sont très loin de les valoir. On peut regretter les aldées: «Qu'importe! Pire que la ruine aurait été la prolongation et la survivance de ces îlots de barbarie cultivée: c'est en cela que consistaient les missions, au milieu de la civilisation qui se propageait. Elles constituaient, dans cet organisme, des éléments à évolution retardataire. Elles empêchaient la formation harmonieuse du tout. Maintenant, débarrassés du réseau protecteur qui, en les privant d'expérience, les arrêtait, les Indiens devaient succomber ou s'adapter aux conditions créées par l'Européen. Beaucoup de ces groupes ont péri, fatalement; d'autres, ceux dont la charpente était plus robuste, physiquement et intellectuellement, ont survécu à l'épreuve.»

Très attachante, pour nous qui vivons à une époque d'inflation, est l'étude que M. Lúcio de Azevedo consacre à la dépréciation des monnaies. En partant du sou d'argent, concurrencé par le *morabitino* et le *maravedi,* nous assistons à

l'avilissement progressif du marc, de la livre, du *real branco,* du *real preto,* du *leal,* du *tostão* et du *cruzado.* La méthode consiste, pour les rois qui veulent combler le déficit croissant de l'impôt, à user de leur droit d'altérer périodiquement la monnaie *(quebra)* ou à exiger, quand ils consentent à maintenir le taux normal, un noveau tribut. Deux souverains ont excellé dans ce genre d'opérations frutueuses, D. Fernando, qui fait passer le marc d'argent de 18 à 195 livres, et Jean Ier, qui le porte à 29.000 livres. A la fin de son règne le numéraire valait 1.173 fois moins qu'au début. Pour remédier provisoirement à la dévalorisation, on multipliait par 500 les dettes particulières et par 700 les créances de l'Etat. Le plus curieux de l'affaire, c'est que le peuple s'en accommodait, la majorité se composant de fermiers et d'emphytéotes qui exploitaient le bien d'autrui. Pour eux, la dépréciation des monnaies représentait une diminution des charges en même temps que des gains inespérés dans la vente des produits. Les mesures adoptées pour ménager une compensation aux classes possédantes arrivaient toujours trop tard. Un exemple permettra de mesurer le chemin parcouru: la pension de 15.000 reis accordée à Camões vaudrait aujourd'hui 4.500 escudos.

Quant au procès d'Antonio José da Silva *(O Judeu),* il serait, en d'autres mains, un beau prétext à déclamation. Pas un instant M. Lúcio de Azevedo ne se départ de sa manière sobre, équitable et judicieuse. Il nous montre aussi bien la férocité sournoise de l'Inquisition que la déchéance morale des nouveaux chrétiens. Les Juifs ont accaparé, au Brésil, toutes les charges de finance, tous les emplois administratifs. Ils sont *fazendeiros,* capitaines des milices régionales. Ils envoient leurs fils à Coïmbre pour en faire des prêtes. Le père d'Antonio José enseigne le catéchisme à ses esclaves et compose des ouvrages édifiants. Or toutes ces familles obstinées à cacher leur ascendance par un zèle immodéré n'en

conservent pas moins les rites des ancêtres. Toutes s'abstiennent de manger du porc et du lapin, changent de linge le vendredi et pratiquent le jeûne. Qu'une alerte survienne, les persécutés n'ont qu'un moyen de sauver leur tête: la délation. Ledit Mendes da Silva, à lui seul, compromet 124 personnes. On voit des mères dénoncer leur fils, des fils accuser leur mère. Quiconque se sent visé prend les devants. Un fiancé, pris de panique, essaie de faire brûler sa future. A cette contagion de la peur, M. Lúcio de Azevedo oppose la cruauté bien intentionnée de ceux qui l'exploitent. Non contents de faire espionner le prisonnier dans son cachot par les fentes du plafond, ils lui procurent un confident, coreligionnaire inculpé au même titre, pour lui arracher des aveux. Le tout accompagné d'une condescendance affectée (on dispense les condamnés de porter l'habit infamant), d'égards intermittents pour le malheur (il y a différentes manières, suivant l'âge et le sexe, d'infliger la question par la poulie et par le chevalet), enfin d'une sombre hypocrisie (le coupable qu'on désigne pour le garrot ou le bûcher est remis aux tribunaux civils avec la prière d'éviter l'effusion du sang). Il est toujours dangereux, en pays latin, d'évoquer le spectre de l'Inquisition. M. Lúcio de Azevedo côtoie les écueils avec la sérénité du juste. Quand on cherche à caractériser sa méthode, le mot de pondération vient à l'esprit.

Célébrée par tous les poètes du temps, Camões, Andrade Caminha, Manuel de Portugal, Jorge de Montemor, favorite de la reine Catherine de Portugal et de l'impératrice Marie d'Autriche, Dª Francisca de Aragão est l'une des figures les plus attirantes du XVIe siècle. M. Queiroz Velloso a reconstitué sa biographie en s'aidant exclusivement de pièces d'archives (1). On avait abusé, avant lui, de l'hypothèse et des

(1) *Uma alta figura feminina de Portugal e de Espanha nos séculos XVII e XVIII, D. Francisca de Aragão,* Barcelos, Portucalense editora, 1931.

attributions hasardeuses. Pour l'histoire à la Teófilo Braga il n'est pas d'énigmes. Elle compte de nombreux partisans. Voici quelques-uns de ses méfaits: Storck mariait Francisca de Aragão en 1556 alors qu'elle épouse D. Juan de Borja en 1576; le comte de Sabugosa poussait l'admiration jusqu'à la rajeunir de dix ans; Priebsch la faisait assister en 1588 à la remise d'une collection célèbre de reliques à l'église São Roque de Lisbonne quand on sait pertinemment qu'elle n'est jamais revenue en Portugal après 1582. L'ouvrage de M. Queiroz Velloso abonde en rectifications de ce genre. Quant au personnage lui-même, il demeure énigmatique pendant la première moitié de sa vie, celle où il inspire les poètes. On ne commence à le suivre que lorsqu'il a perdu son auréole. Sa carrière est celle d'une *camarera* intrigante qui s'obstine à réclamer une pension de D. Sébastien, qui fait accorder à son mari les comtés de Mayalde et de Ficalho et circonvient l'impératrice pour obtenir un legs disproportionné. Il ne lui manque même pas le ridicule de vouloir être belle à soixante-huit ans: «E por cabo de rosario D. Francisco de Aragão, com os cabellos tintos de assafrão e as pestanas de vernis, e rostro de almagra, a garganta de gesso e a bocca de setim, toda a olio, com huma demão de unto de pôrco, e outra de manteiga crua, com que ficava:

> Donna si laida, che la terra tutta,
> Nè la più vecchia avea, nè la più brutta.»

On n'accusera pas le biographe de s'être épris de son modèle et d'imiter Victor Cousin. Il n'est pas impossible, après tout, de concilier les archives de Simancas et la Torre do Tombo avec les débuts romanesques de cette beauté professionnelle. Du livre nous retiendrons surtout la probité de sa documentation: elle devrait servir d'exemple.

Nous venons de voir s'opposer, tout récemment, l'Es-

pagne «philippisante» de la dictature et l'Espagne «anti-philippisante» de la république. A quelle époque remonte la rupture, tel est le problème que M. Fidelino de Figueiredo, ancien professeur à l'Université centrale de Madrid, s'efforce de résoudre en s'appuyant à la fois sur les faits et sur les doctrines. Son témoignage nous intéresse d'autant plus qu'il vient d'un étranger, mais d'un «étranger apparenté» (1). Certes il y eut un moment où l'épuration du catholicisme et le renforcement de l'absolutisme paraissaient correspondre au «climat» de la Péninsule. Encore faut-il constater que Philippe II, tout despote qu'il était, se gardait bien, comme on dirait aujourd'hui, de proclamer les vacances de la légalité, puisque juristes et théologiens s'attaquaient, de son temps, au césarisme. La dynastie de Bourbon jette le masque. Elle ne songe même plus à se justifier quand elle empiète. Cependant elle se révèle déjà moins nationale et moins théocratique. Son programme de *fomento* est français d'inspiration. Elle encourage un certain voltairianisme. Désormais la minorité opposante devient majorité. Elle avait commencé par descendre le héros-type de son piédestal. Au moment où Guillaume d'Orange discréditait le tyran de l'Escorial en Europe, Antonio Pérez l'accusait d'avoir tué D. Carlos; González Montano dénonçait les horreurs de l'Inquisition; Las Casas flétrissait la cruauté des conquistadors. La légende noire était née. Arrivent les théoriciens de la décadence. Feijóo, respectueux du trône et de l'autel, fait la guerre au préjugé. On se bat autour de l'Encyclopédie. Masson de Morvilliers déchaîne les répliques de Cavanilles, de Denina et de Forner. M. Fidelino de Figueiredo a des pages excellentes sur les contradictions d'une époque où Jovellanos est traité de novateur par les traditionalistes et de conservateur

---

(1) *As duas Espanhas, Lições feitas no Instituto de Altos Estudos*, Coïmbre, Imprensa da Universidade, 1932.

par les démagogues; où les Cortes de Cadix associent un nationalisme xénophobe à des mesures révolutionnaires; où les *afrancesados,* pour avoir détesté la réaction qui les bannit, sont obligés de la subir en France. Vient la période interminable des oscillations. La critique des mœurs, inaugurée par Larra, suscite par contre-coup la reconstruction philosophique de Balmes, historique de Quadrado, oratoire de Donoso Cortés. Menéndez y Pelayo, en réhabilitant la tradition littéraire, découvre les hétérodoxes et travaille, contre ceux qui tentent de l'accaparer, à l'européanisation. Costa, grand démolisseur, extrait de l'Espagne du Cid et du romancero une conception juridique. Avec Unamuno, qui représente l'affirmation alternative des contraires, et Ganivet, qui ne voit de remède que dans la valorisation de l'individu, on s'achemine, par l'étape du pessimisme et de l'hypercritique, vers une interprétation objective de l'histoire. Dernier spasme du casticisme intransigeant: Primo de Rivera organise le centenaire de Philippe II. Enfin l'intellectuel, qui fut un instant le bouc émissaire, devient le maître de l'heure. Il faut maintenant galvaniser les masses ignorantes par la culture moyenne. Qui nous garantit cependant, suggère M. Fidelino de Figueiredo, que ces hommes qui vont se détacher de la grisaille du paysage ne viendront pas se ranger, comme leurs chefs de file, tantôt à droite tantôt à gauche? Nous lui laissons la responsabilité de cette vision d'une Espagne à jamais contradictoire. Il estime, d'ailleurs, qu'il y a mieux à faire et qu'il reste une mission au pays du *roi Don Quichote:* «aider à rétablir la souveraineté de l'esprit dans le monde». L'ouvrage participe à la foi de l'essai, compris à la manière de Madariaga, et de la synthèse historique. On en retiendra surtout une psychologie très poussée du non-conformisme étudié dans ses origines, caracterisé dans son développement, analysé dans toutes ses nuances.

Entre l'histoire de l'Espagne et celle du Portugal il

existe un parallélisme évident. Le carlisme coïncide avec le miguélisme, l'Ecole de Coïmbre annonce la génération de 1898. Car c'est bien le même travail qui se poursuit, avec les mêmes retours en arrière et la même tendance au fusionnement. Une mention doit être réservée, puisqu'elle sert notre démonstration, a la revue dirigée par MM. Luis de Almeida et Hipólito Raposo. Par son titre *Integralismo lusitano,* elle affirme un credo politique, celui de Maurras et d'António Sardinha. Par son sous-titre, *Estudos portugueses,* elle annonce un effort de reconstruction historique. Monarchistes et libéraux continuent, pour des raisons différentes, d'admirer le Portugal antérieur aux découvertes. Le municipalisme leur apparaît comme la base de toute décentralisation future et l'on voit se dessiner, chez les uns comme chez les autres, le projet d'appliquer aux colonies déjà mûres le régime administratif de la métropole décentralisée. La méthode objective et dite réaliste (voir l'enquête sur les corporations) peut donc réclamer sa part jusque dans les fascicules de propagande (1).

---

(1) La grande histoire du Portugal en cours de publication, pour laquelle on a fait appel à toutes les compétences et où se détachent déjà les chapitres rédigés par M. Jaime Cortesão et M. David Lopes, mérite un examen que nous renvoyons à une date ultérieure. — Signalons, au point de vue français, deux ouvrages de vulgarisation, l'un édité avec grand luxe mais renfermant des erreurs et des lacunes (*Vasco da Gama ou l'épopée des Portugais aux Indes*, texte de Jean Paul Alaux, illustré d'aquarelles de Gustave Allaux, peintre de la marine, et de documents anciens, Paris, Duchartre, 1931); l'autre plus court, mais bien informé (*Albuquerque*, par René Bouvier, Champion, 1932). L'auteur utilise les *Comentários*, les *Cartas* et le livre d'António Baião. A remarquer surtout deux chapitres de synthèse (Le caractère d'Albuquerque, Les conceptions et l'œuvre d'Albuquerque).

HISTOIRE LITTÉRAIRE ET PHILOLOGIE.

On avait coutume de reprocher à l'érudition portugaise de trop s'attacher aux biographies, de négliger le support des mœurs, de n'accorder qu'une attention dédaigneuse au contenu des œuvres en faisant abstraction, bien souvent, de leur valeur esthétique. Or nous la voyons, depuis peu, se rapprocher des méthodes de la philologie, s'intéresser aux questions de forme, suivre les grands courants d'idées. Le genre de l'essai cultivé avec maîtrise par un écrivain penseur et logicien, contribue à l'orienter vers les problèmes philosophiques et sociaux.

M. Óscar de Pratt, dans un ouvrage fragmentaire, nous apporte du nouveaux sur Gil Vicente (1). Il a voulu procéder à une exégèse. Nous ne considérons pas toutes ses affirmations comme démontrées. Que le poète n'ait eu aucune attache avec la Beira, voilà qui semble bien douteux. Nous ne croyons pas davantage qu'il faut écarter tout rapprochement entre les *Barcas* et la *Danza de la muerte*. Par contre, il paraît évident que Gil Vicente n'a pas préparé lui-même la compilation de ses œuvres. Les textes que nous possédons, reproduction de feuilles volantes imprimées ou de copies manuscrites incorrectes, renferment des altérations de trois sortes : celles qui ont été imposées par la censure, celles qui sont dues à la négligence des typographes, enfin celles que le dramaturge introduisait pour donner à des pièces déjà representées un caractère d'actualité. Ces altérations ressortent non seulement de la comparaison entre le recueil et les éditions populaires également fautives, mais de l'étude de la versification. L'examen des *autos* et des farses prouve, au surplus, que l'auteur utilisait des morceaux de provenance

(1) *Gil Vicente, notas e comentários*, Lisboa, Teixeira, 1932.

différente et fondait parfois deux sujets en un seul. Nous ne suivrons pas M. O. de Pratt dans chacune de ses discussions. Il réagit sagement, à notre avis, contre la tendance à voir partout des allusions autobiographiques et des confidences (la fameuse querelle entre Gil Vicente et Sá de Miranda serait une invention des commentateurs). Il s'applique d'autre part, comme Braamcamp Freire, à corriger les erreurs des didascalies et à préciser la date des représentations lorsqu'elle n'est pas mentionnée. On lui saura gré d'attacher plus d'importance que ses devanciers aux questions de vocabulaire, d'orthographe et de prononciation. Il y a beaucoup à retenir de son enquête sur les origines du théâtre: le prologue ne serait que l'adaptation du *breve* chevaleresque; la figuration viendrait des *entremeses;* enfin le genre issu des *arremedilhos* des jongleurs se serait perpétué dans les *mouriscadas* et les *sengadas*. M. O. de Pratt nous fournit en même temps d'utiles indications sur la mise en scène, sur la vogue de pièces qui, d'abord jouées à la cour, ont fini par tomber dans le domaine commun. Il confronte, dans un dernier chapitre, la société portugaise, telle que le poète la peint, avec la déposition des nationaux et des étrangers. En attendant qu'il tienne sa promesse et nous donne un relevé des mutilations, le mérite est déjà grand d'avoir complété l'étude extrinsèque par l'étude intrinsèque (1).

L'historien des mœurs trouvera dans le *Pôrto do romantismo* (2) des matériaux de premier ordre. Sans doute on

---

(1) Signalons, à ce propos, deux éditions scolaires avec introduction et notes (*Exortação da guerra*, par A. C. Pires de Lima; *Farsa de Inez Pereira*, par F. Torrinha et A. C. Pires de Lima, Pôrto, 1932). Enfin M. Queiroz Velloso annonce une nouvelle étude sur Gil Vicente, qui sera le dévellopement de celle qu'il a écrite pour l'*História da literatura portuguesa ilustrada*, importante publication sur laquelle nous nous proposons de revenir.

(2) Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932.

souhaiterait d'y rencontrer plus de références et le brillant du style fait parfois oublier le sérieux du fond. M. A. de Magalhães Basto a dépouillé tous les journaux, tous les pamphlets; il utilise des inédits savoureux. Certains chapitres, comme celui où il évoque l'aspect des rues et détermine jusqu'à l'emplacement des boutiques, ont dû lui coûter de longs efforts. On croirait, par instants, lire les *Memorias de un setentón*. Même adresse à peindre, dans un milieu plus agité, la transformation brusque de la bourgeoisie. Nous la suivons depuis le temps où elle interdisait aux fidalgos de sejourner plus de trois jours dans la ville jusqu'à cette fièvre des routes et des chemins de fer qui réconcilie, sur le terrain du *fontisme*, exaltés et modérés. Mais on a traversé les étapes du vintisme, du septembrisme, du cabralisme et de la *patuleia*. Bien entendu l'ouvrage n'est parfaitement intelligible que pour le lecteur déjà familiarisé avec les révolutions de 1820, de 1823, de 1828, de 1836 et de 1846. L'auteur les suppose connues. Mais il restait à reconstituer le décor, l'habitation, l'ameublement, les usages, les divertissements, la psychologie des générations en conflit. Or les contrastes sont beaucoup plus accentués que chez Mesonero. On passe de la plus morne sagesse à la plus folle dissipation. Les Anglais de la colonie imposent le luxe, encouragent l'excentricité. Le robuste appétit du Nord se plaît aux fortes mangeailles. On danse avec fureur la valse, la gavotte, la gigue et le fricassé. On se bat pour les actrices et surtout on meurt d'amour. Jamais société n'a vu pire invasion de la littérature dans la vie. On revient au duel, aux échelles de corde, à l'enlèvement. La mode y ajoute le suicide et les belles vengeances préméditées. Alexandre Dumas n'aurait pas inventé mieux. Ajoutons de curieux anachronismes. Des poètes authentiquement poitrinaires en son encore à célébrer les abbesses. Tout ce monde a réellement conspiré au *Guichard*, banqueté à l'*Aguia de ouro* et suivi la procession du

Seigneur de Matosinhos. Le tableau haut en couleur de Camilo Castelo Branco appelait pourtant certaines retouches. M. de Magalhães Basto, non content de retracer la biographie de tous ses personnages, corrige les excès d'une presse diffamatoire et, comme pendant aux représentations turbulentes du théâtre Saint-Jean, dresse la liste des écoles, des sociétés savantes, des collections de tableaux qui étonnaient Raczynski, enfin des institutions de bienfaisance, car le nouveau riche, *brasileiro* ou baron, avait le geste large. On ne saurait faire plus adroitement le départ entre la vérité documentaire et la fiction des romanciers.

Le travail de M. Hourcade est une contribution importante à l'histoire de l'Ecole de Coïmbre (1). On pourrait l'intituler plus justement: l'évolution intellectuelle de Guerra Junqueiro avant 1891. L'auteur, qui a rassemblé une abondante bibliographie, dégage l'intérêt de recueils à peu près oubliés comme *A Folha,* précise l'action exercée par João Penha, Simões Dias, Guilherme de Azevedo, prouve que le poète a intercalé dans *A morte de D. João* des pièces composées antérieurement, ce qui explique le double caractère, satirique et romantique, de l'œuvre. De même, pour *Os Simples,* il démontre que le groupement artificiel des pièces ne correspond nullement à l'ordre chronologique de composition: d'où l'invraisemblance

---

(1) *Guerra Junqueiro et le problème des influences françaises dans son œuvre,* Paris, Belles Lettres, 1932. — Dans le même ordre d'idées, nous citerons la thèse complémentaire de M. Pierre Moreau, *Ferdinand Denis* (1798-1890), *Journal* (1829-1848), Paris, Plon, 1932. L'ovrage nous renseigne sur la famille de l'écrivain, ses relations, ses études, ses débuts littéraires. Il concerne surtout le Brésil et la France, mais touche à un certain nombre de questions portugaises, notamment à la fameuse querelle avec le vicomte de Santarem. Il faudra le compléter par la lecture des *Cartas dirigidas pelo conde de Raczynski a Ferdinand Denis,* prefaciadas e anotadas por H. de Campos Ferreira Lima, Lisboa, 1932.

d'un symbolisme qui aurait précédé celui d'António Nobre ou de M. Eugénio de Castro. Il distingue les influences directes (Hugo qui fournit les thèmes et les procédés de style) et les influences indirectes (idéologie de 1848, baudelairisme caricaturé par les *Poemas de Macadam*). Peut-être a-t-il donné, dans l'exposition, une forme trop systématique à des idées justes. Nous croyons, par exemple, que Junqueiro entretenait des relations personnelles avec Antero, puisque ce dernier lui dédiait en 1864, bien avant le séjour à Lisbonne, une pièce intitulée *Pater* qui contient déjà toute son interprétation du catholicisme. Enfin, l'ouvrage aurait besoin d'être complété en ce qui concerne la technique du vers ou de la prose. M. Hourcade reconnaît que, pour épuiser la matière, il fraudait non seulement avoir communication des inédits conservés par la famille, mais étendre les investigations au groupe tout entier. Une étude reste à faire sur les disciples portugais de Michelet, de Quinet et de Proudhon. Tel qu'il est, ce livre agréablement écrit et solidement documenté, dissipe bien des confusions et nous apporte une solution partielle du problème. Il continue l'*Antero* de M. Joaquim de Carvalho et confirme cette vérité que, pour la génération cosmopolite de 1860, le comparatisme est la seule méthode applicable.

M. António Sérgio, maître de l'essai, continue d'être le guide intellectuel de sa génération. Il l'aime assez pour la mettre en garde contre un danger. Ce qui manque au Portugal d'aujourd'hui, c'est la patience, la rigueur de l'enchaînement logique, l'effort pour s'élever du particulier à l'universel. On abuse de la facilité, du pittoresque et du sentiment. D'où un enthousiasme dangereux, parce qu'il aggrave les défauts invétérés, pour la gymnastique verbale, pour la description substituée à l'analyse, pour les doctrines vagues de l'inconscient et du subconscient. Une cure de rationalisme cartésien empêcherait ce gaspillage de force mal employée.

Apprendre à penser d'abord, ensuite à penser objectivement et, pour y parvenir, ce mettre à l'école des philosophes, telle est la leçon qui se dégage de cette critique sévère où l'auteur s'en prend au snobisme triomphant. Les articles qui composent le troisième volume des *Ensaios* (1) se rattachent, les uns au mouvement de la défunte *Lusitânia:* ils essaient de ramener la littérature dans la voie de l'introspection et de prouver aux écrivains, même célèbres, qu'il y a une simplicité riche comme il y a une complexité pauvre; les autres au courant de la *Seara Nova*, revue d'études sociales constructives. Partisan convaincu du régime parlementaire, M. António Sérgio étudie les moyens de le rendre plus efficient. Défenseur de l'égalité, qu'il justifie par une argumentation neuve, il ne conçoit le progrès que sous la forme aristocratique d'un gouvernement des sages. Surtout il se préoccupe de créer une opinion publique consciente: le Portugais moyen serait, d'après lui, comme une méduse qui flotte au gré des eaux. Tout son programme de *fomento* tient dans une meilleure utilisation de l'agriculture par l'irrigation, l'électrification, le morcellement de la propriété, le coopérativisme. Enfin sa pédagogie tend à former des citoyens libres par un système d'auto-éducation, et des producteurs par une adaptation des Ecoles Normales aux besoins de la terre. Dans la cité future, il ne réclame qu'un rôle, celui d'*agitador de ideas*. Les siennes ont l'avantage d'être «claires et distinctes» et de s'ordonner dans un système ouvert aux acquisitions de l'expérience. Esprit indépendant, sincère avec lui-même et avec les autres, il reste dans la pure et courageuse tradition des Antero et des Herculano.

De lui se recommandent, à des titres divers, les *ensaístas dos trinta anos*. Il n'ont pas séparé la critique littéraire

(1) Edição da Renascença portuguesa, Pôrto, 1932.

de la critique sociale. M. Vitorino Nemésio est imprégné de modernisme constructeur. Nous en sommes prévenus par le titre, *Sob os signos de agora* (1), autant que par un style nerveux et une composition à brusques ressauts. Il s'agit moins d'instruire que de réveiller le Portugal qui sommeille. On lui propose des excitants : Unamuno, Keyserling, Waldo Frank. C'est une nouvelle campagne en faveur du règne de l'esprit. D'où cette guerre aux solutions trop facilement acceptées. Point de cosmopolitisme comme en 1860 : il n'atteint pas les masses ; point de nationalisme comme en 1890 : il se compromet par des airs de dilettante amusé. Mais une recherche de valeurs qui, tout en demeurant insatisfaite, ne sois pas foncièrement iconoclaste. M. Nemésio, de solide formation universitaire, ne répudie pas la culture de Coïmbre et, comme il est historien, le passé lui semble révélateur. Sans doute il en veut aux virtuoses qui se contentent à peu de frais. La guitare de João de Deus lui paraît une préparation insuffisante à la métaphysique. Mais il a ses prophètes, Uriel da Costa, Herculano, Oliveira Martins, Antero, qui sont des maîtres de l'inquiétude agissante. Nous nous bornerons à extraire de ce choix d'articles parus au jour le jour quelques éléments positifs. D'abord une excellente étude de psychologie régionale sur les Açores, sa petite patrie. Personne avant lui n'avait mieux démêlé, car l'ouvrage de Raúl Brandão est surtout descriptif, ce que les *ilheus* doivent à une lointaine immigration flamande, aux contingents venus de l'Alentejo, de l'Algarve ou du Bas Douro, aux conditions créées par l'insularité, par certains procédés nouveaux de culture, par la pêche à la baleine, par les échanges avec les Etats-Unis. Tableau sythétique, puisque les originalités locales sont ramenées à un commun dénominateur, et nuancé, puisqu'on y distingue l'homme de São Miguel, de Faial ou du Pico. Le

(1) Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932.

domaine où M. Nemésio paraît se mouvoir avec le plus d'aisance, c'est le libéralisme romantique, ressuscité non dans ses attitudes théâtrales ou ses manifestations déclamatoires, mais dans sa réalité anecdotique et familière. Il nous a montré les comparses, nous l'attendons au portrait en pied des protagonistes. L'auteur de pages si pénétrantes sur Raúl Brandão et si discutées sur l'hétérogénéité brésilienne *(vés brasileiro)* nous doit une biographie intellectuelle et morale d'Herculano.

L'œuvre de M. Osório de Oliveira représente une conquête laborieuse de la sincérité. Le courage avec lequel il rejette ses opinions d'emprunt, corrige ses premiers jugements trop passionnés, reconnaît lui-même ses limites et les dénonce, prouve que l'«autocriticisme», où il voit pour les autres un remède à la demi-culture, n'est pas un vain programme pour lui. Dans sa *Géographie littéraire*, il y a histoire d'une conversion à la discipline (1). On en suivra les étapes dans un livre plus récent, *Diário romântico* (2). Dès maintenant ce fils, frère et neveu d'écrivains célèbres, s'impose comme un observateur impartial et judicieux. On a toujours considéré la littérature dans le temps. Le moment est venu de la considérer dans l'espace. M. Osório de Oliveira s'en aperçoit d'autant mieux qu'il a séjourné au Cap Verd. D'où cette réflexion désenchantée: «Il suffit de regarder la production littéraire de notre époque pour voir qu'elle consiste presque exclusivement en œuvres lyriques, érudites ou de polémique. Rares sont les œuvres critiques, dramatiques ou romanesques. Acceptant le fait comme un indice mental, nous pourrons conclure que le Portugais, doué de sensibilité, de patience et d'énergie, manque, non d'imagination, comme le veut Graça Aranha, mais de cet esprit logi-

---

(1) Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932.

(2) Lisboa, Editorial ática, 1932.

que si particulier aux Français et si essentiel pour l'analyse et la construction d'une pièce ou d'un roman. Voilà du moins la conclusion que je tire comme conséquence et comme justification de l'absence d'une littérature coloniale.» Son éclosion a été retardée, autre explication plus profonde, «parce que les Portugais portent toujours avec eux un regret *(saüdade)* qui les rend indifférents aux spectacles étrangers et fait qu'ils ne voient, dans n'importe quelle partie du monde, que l'image lyrique de leur patrie». A la condition de remplacer *lyrique* par humoristique, la formule s'appliquerait admirablement à Eça de Queiroz, qui a pu passer douze ans à Paris sans le connaître. En tout cas, ces mêmes Portugais nostalgiques et sédentaires commencent à redécouvrir l'exotisme. Wenceslau de Morais, un marin, a tenté le dépaysement au Japon comme Lafcadio Hearn; Alberto Osório de Castro, juge à Timor, fait entrer l'archipel malais dans la poésie. Et si Mozambique n'a guère inspiré qu'un gouverneur, Brito Camacho, et un officier, Carlos Selvagem, Angola nous offre, plus généreux, son livre des troups noires (Francisco Aragão), son livre du chasseur (João Teixeira de Vasconcelos); son livre du missionnaire (D. João Evangelista de Lima Vidal), son livre de l'avocat (Hipólito Raposo), son livre du colon (Gastão de Sousa Dias). Il existe même un prix, un concours de littérature coloniale. Enfin, le Cap Vert possède son poète authentique, Eugénio Tavares — lyrique, il est vrai — qui compose des *mornas* en dialecte créole (de l'anglais *to mourn,* lamenter). Dans cette révélation réside pour nous la véritable nouveauté de la *Geografia literária*, ainsi que dans une piquante analyse de la moderne passion ambulatoire *(A literatura e as viagens, As viagens na moderna literatura francesa).* M. Osório de Oliveira, impressionniste et grand liseur, est l'intermédiaire désigné pour les échanges avec le Brésil qu'il connaît bien et avec la France qu'il connaît mieux.

Son frère, M. João de Castro Osório, assume avec lui la direction de *Descobrimento,* publication trimestrielle qui vient combler le vide laissé par la disparition de *Lusitânia.* Moins érudite, la nouvelle revue accorde plus de place à la littérature d'imagination ainsi qu'aux dialectes. On y voit figurer en bonne place des écrivains de la dernière heure comme Fernando Pessoa. Des Brésiliens de marque, Alberto Rangel, Ronald de Carvalho, Ribeiro, Couto, Olegário Mariano, Manuel Bandeira, Oliveira Viana, y collaborent activement. Elle publie, à côté de l'*Antologia dos poetas modernistas,* une *Antologia dos poetas galegos.* Le Cap Vert y est représenté par les *mornas* d'Eugénie Tavares. On peut donc la considérer comme résumant les aspirations d'un Portugal plus grand. Mais il n'entre, dans ce panlusitanisme, aucune volonté de conquête et d'annexion. C'est de sang-froid que M. João de Castro discute les assertions assez désinvoltes du comte de Keyserling ou la question brûlante de l'ibérisme. Organe de l'*esprit européen, Descobrimento* entend ne pas exclure l'Amérique. Son cosmopolitisme est assez curieux de faits, de formes et d'idées pour fondre, en les assimilant, tous les régionalismes.

L'apparition du premier fascicule de la *Revista de filologia* mérite d'être signalée, non seulement parce qu'il renferme un article de M. Rodrigues Lapa sur la question des origines arabes du lyrisme, des remarques de M. J.-M. Rodrigues sur l'infinitif personnel dans Camões et de M. R. de Sá Nogueira sur la métathèse, mais parce qu'il nous renseigne sur l'activité du *Centro de estudos filológicos,* nouvelle création de la *Junta de educação nacional.* Son programme comprend un atlas linguistique du Portugal et des îles, un corpus des latinistes portugais, un dictionnaire de la langue portugaise archaïque. Ce dernier embrassera tous les documents antérieurs au *Cancioneiro de Resende,* textes littéraires, pièces d'archives, manuscrits d'Alcobaça, et les

œuvres qui, de 1516 à 1560, représentent le courant populaire et les traditions de la *medida velha* (Bernardim Ribeiro, Cristóvão Falcão, Sá de Miranda, Gil Vicente et Ferreira de Vasconcelos). Le même groupement se chargera de l'installation d'un laboratoire de phonétique expérimentale, de la publication de textes rares ou inédits, de l'exploration des bibliothèques nationales et étrangères, enfin de la constitution d'une bibliographie générale des revues. Aux philologues de la *Revista lusitana,* formés par M. Leite de Vasconcelos et par le regretté J.-J. Nunes, va se joindre l'équipe jeune et déjà entraînée qui fondait, en 1929, un organe de propagande scientifique, *A língua portuguesa.* Voici que l'*Instituto de altos estudos* se préoccupe, à son tour, de convertir les étudiants par des conférences de vulgarisation. Il est permis d'attendre beaucoup de ces initiatives convergentes.

On ne croit plus à l'efficacité des brillantes charges en fourrageurs. Les bonnes volontés se groupent autour de M. Joaquim de Carvalho, l'infatigable directeur de l'Imprimerie de Coïmbre qui se montre aussi respectuex du passé que soucieux d'organiser l'avenir. Non seulement il accueille, mais il suscite. Son influence, combinée avec celle de M. António Sérgio, contribue à lester l'imagination portugaise d'un contrepoids philosophique. En même temps, la *Junta de educação nacional,* en libérant ses boursiers des entraves professionnelles, en multipliant les séjours à l'étranger, en perfectionnant l'outillage et les méthodes, nous prépare une génération de spécialistes mieux armés, plus avertis de ce qui dépasse leur étroit domaine et fatalement sévères pour «l'amateurisme» des autodidactes (1).

G. LE GENTIL.

---

(1) Reproduzido, com a devida vénia, do *Bulletin Hispanique,* t. XXXV, n.º 2 (Abril-Junho de 1933).

A MUTUALIDADE EM PORTUGAL (1)

CAPÍTULO IV

A mutualidade nos primeiros anos do actual regime

Em 1910, proclama-se a República. O Govêrno Provisório decreta algumas medidas de natureza social, como o direito da greve, várias providências sôbre assistência e ensino, melhorando êste e tornando-o mais acessível às camadas populares nos ramos técnico e científico. Criam-se as tutorias de infância e os refúgios para os menores abandonados e em perigo moral. Em matéria de previdência e de cooperação nada se fêz, infelizmente. É que faltou então o impulso de um partido socialista, visto que os partidos republicanos, na sua grande maioria dirigidos pela escola mais avançada do conservantismo, logo a seguir influenciados grandemente pelos liberais moderados que se destacaram do campo monárquico, aceitando o novo regime, haviam descurado os problemas basilares das profundas reformas sociais, compatíveis com o nosso meio. Só em 1913 o Parlamento vota a lei dos acidentes de trabalho, determinando o seguro respectivo e, afora os tribunais de árbitros avindores, seguidos das bolsas de trabalho, de pequeníssima actividade, pouco mais se fêz, subsistindo a legislação que vinha de uns vinte

---

(1) Cont. do n.º 4, pág. 403.

anos antes, mas sem a animar nenhum propósito de progressiva efectivação.

Tudo isto contribuiu para certo divórcio que se nota por parte do operariado, quanto ao regime, pois, defendendo-o, embora, nos momentos em que o julga em perigo, não lhe dá uma colaboração construtiva que seria de desejar e que tanto a êle também interessaria. Afastando-se em grandíssimo número dos chamados partidos burgueses, não engrossou o socialista, ao qual faltou, no momento oportuno, uma *élite* dirigente que o atraísse pela afirmação das ideas económico-sociais modernas.

Dava-se, portanto, o engrossamento dos agregados avançados, desinteressando-se da vida política do regime, com certo fundamento descrentes, os que assim pensavam, das reformas que êle devia ir operando.

É que passara a época do socialismo romântico, dos grandes cortejos demonstrativos da fôrça que despontava, mas afirmando ainda um propósito de colaboração que não foi inteligentemente aproveitado.

Lamentável é que os dirigentes da vida nacional, quer na actividade da política, quer nos domínios da produção e da troca, não tivessem acompanhado o fenómeno evolutivo, integrando o operariado português nos nossos interêsses colectivos, de preferência a seguir mais de perto o que se passa em paises que, em muitos problemas, se distanciam da solução que devem ter os nossos.

Contudo, até 1914 o movimento associativo foi subindo, quer na cooperação quer na mutualidade pròpriamente dita. Desencadeia-se nesse ano o tremendo conflito europeu, que vinha convulsionar a economia e a fisionomia política do mundo, mais pelos seus reflexos, do que pela guerra em si.

Como só nela fomos indirectamente envolvidos, àparte a luta armada que nas colónias tivemos de sustentar alguns meses, a nossa economia saíu ilesa. Trabalhámos intensa-

mente, quanto no-lo permitia a possibilidade de transportes marítimos, no que fomos os mais favorecidos, e a aquisição de matérias primas, compensada, para algumas delas, a dificuldade nos mercados fornecedores pelo abastecimento maior que delas passaram a fazer-nos as colónias, incluindo apreciável tonelagem de substâncias alimentícias. É verdade que as indústrias da guerra nos roubaram braços à produção agrícola e fabril. Mas os salários eram compensadores e as instituïções de previdência fortificaram-se. Os grandes contingentes de soldados que mandámos para o teatro da batalha na Europa, em grande parte foram atenuados pela quási paralização de emigrantes portugueses para o Brasil e para as outras Américas, se é que, pelo menos, em relação a 1912 e a 1913, o número dêstes não foi superior ao do efectivo armado saído do país entre 1915 e 1918.

Mas o que o mutualismo — e só dêste agora passaremos a falar — ganhou em quantidade de organismos novos que foram aparecendo, perdeu-o na coesão associativa em cada um dos existentes. Esta pulverização foi-lhe bastante prejudicial, não estando isenta de êrros e mesmo de condenáveis práticas para temos agora ainda de procurar remediar, combater e corrigir.

Aqueles que vinham acompanhando de perto o movimento, mais de uma vez procuraram fazê-lo, quer directamente, quer ponderando ao Estado as medidas necessárias.

Bastantes associações então criadas tinham uma vida efémera, por carência de sócios bastantes que pudessem atenuar as grandes despesas de administração, o exagerado custo que os medicamentos iam tendo, e as deficiências da sua própria organização, a que só resistem, e agora com grandes dificuldades, os organismos fortalecidos em quantidade de sócios, com larga tradição e montagem de serviços, de escrita e de estatística o mais perfeita possível.

Para tal desaparecimento, muito contribuíram deshonestos

processos de angariação de sócios, prometendo-se-lhes o que não era possível dar, o que comprova a ignorância da nossa grande massa trabalhadora em assuntos desta natureza. Sendo já então pequeníssima a cota exigida, que mal dava para uma regular assistência medicamentosa na doença, menos ainda podia acudir-se ao associado com um subsídio pecuniário necessário e conveniente, para atenuar as despesas do lar, quando o chefe está prêso a uma cama, faltando-lhe o parco salário, visto não termos ainda sequer o seguro na velhice, quanto mais o do desemprêgo, salvo uma ou outra louvável tentativa de poucas, mas robustecidas e antigas associações. Depois vinha o cortejo das despesas com a cobrança, com escriturários, arranjos nem sempre legítimos com fornecedores, e o mais que conhecem os poucos que no país tenham acompanhado de perto o Mutualismo.

Nem sequer se instituíra o salutar princípio das ligas mutualistas para o serviço de farmácia, dando tantas economias nos gastos às associações para isso coligadas, além de muito melhor poderem servir os associados nas drogas fornecidas, como o demonstram as duas experiências feitas no Pôrto e em Gaia, com apreciáveis resultados, que mais sobressaïriam ainda no maior meio associativo do país, como é o de Lisboa. Menos ainda se havia pensado e pensou até agora na federação dos serviços clínicos, melhorando muitíssimo a eficiência da assistência médica e cirúrgica aos associados, pagando melhor aos médicos, mas podendo êles assim prestar melhores serviços. E isto era e é ainda impossível com uma espécie de monopólio que alguns dêles fazem, tomando aos seus cuidados científicos e humanitários elevadíssimo número de associados que, mesmo a uma baixa percentagem de morbilidade, não podem condignamente observar e tratar, ou seja nas aglomeradas consultas nos locais em que as dão, ou nos dispersos domicílios dos enfermos. E considero para o caso apenas os períodos normais, pois, sobrevindo uma epi-

demia ou uma das nossas freqüentes endemias, o problema toma então aspectos graves.

E, a propósito, bom seria que as associações profissionais dos médicos portugueses começassem o estudo da nossa morbilidade, nas percentagens normais que ela ofereça, quer como valioso e tão carecido subsídio não só às mutualidades como às companhias de seguro, o que o Estado há muito deveria ter feito, quer para uma equitativa e científica destribuïção clínica da massa mutualista, nos maiores centros.

As consultas eram então dadas nas farmácias, com o murmúrio, talvez justificado, de ilegítimos interêsses coligados de alguns directores e farmacêuticos, mesmo cobradores e outros empregados, os mentores da associação, com graves prejuízos do bom crédito mutualista e do seu mais alto interêsse.

Muitos organismos, assim viciosamente fundados e empìricamente vivendo, não poderam agüentar-se, demais com a pequenez das cotas, principalmente quando sobreveio a sucessiva desvalorização da nossa moeda, longe ainda de estar compensada na correspondente elevação daquelas. Daí, o rápido desaparecimento de bastantes associações, com o descrédito do sistema. Deu-se como que uma selecção natural, subsistindo as de maior agregado associativo, as melhor administradas por beneméritos obscuros, às vezes com indizíveis sacrifícios e grandes contrariedades, a par daquelas que haviam conquistado um glorioso e legítimo nome nos anais do associativismo português, gerado e nascido ao calor idealista de gerações passadas, a mostrarem às presentes o caminho do bem e da abnegação pelos carecidos, pelos que sofrem, pelos que não têm o farto pão nosso de cada dia. Oxalá os novos lhes sigam o exemplo. Quási tudo que na matéria há de bom entre nós — *Montepio Geral,* as duas dos *Empregados do Comércio e Indústria,* a *Inhabilidade*, a *Voz do Operário,* embora esta não seja considerada mutualista,

mas fazendo o funeral a milhares de sócios, e uma ou outra similar no Pôrto e nalgumas restantes cidades — vem dêsses tempos belamente ensinadores.

As próprias mutualidades de classe, entrando mais no domínio económico da previdência, do que no sindicalismo directo, e que são a continuação progressiva das corporações de artes e ofícios de que falei, interessam agora uma pequena minoria de profissionais. É verdade que o âmbito associativo do socôrro mútuo se vai generalizando a tôdas as profissões e camadas sociais.

Ainda nisto, o Montepio Geral nos dá um salutar exemplo. Sendo hoje a primeira mutualidade portuguesa, mas vivendo muito mais dos rendimentos da sua caixa económica e das suas secções de empréstimos do que das cotas dos sócios, o que lhe empresta certa característica bancária, às vezes arriscada, fundaram-na os funcionários públicos, contando agora sócios de tôdas as origens sociais.

¡Quantos exemplos não podia citar, a demonstrar a generalização associativa de natureza mutualista, a par de outra mais votada à melhoria de classe, na luta áspera entre o capital e o trabalho! A uns e outros compete atenuá-la, mas muito mais àqueles que não podem nem devem fechar os olhos à evolução dos povos, no equilíbrio social que têm de ser os primeiros a promover e a desejar, como eu o anseio.

CAPÍTULO V

O primeiro congresso mutualista. Uma federação falha de iniciativa. O desinterêsse oficial

O Mutualismo não ficou indiferente ao advento da República, nela confiado para lhe dar a protecção e o impulso necessários. Vinham de longe as solicitações isoladas nesse

sentido. Se o decreto de 1896 fôra já um passo notável, a verdade é que não teve a prevista aplicação, e faltou à instituïção a seqüência fiscalizadora e estimuladora que devia depurar o bom do mau associativismo e robustecer a sua prática.

Realiza-se então o primeiro congresso da mutualidade portuguesa, que foi uma alta afirmação de princípios renovadores e mesmo de vitalidade. A êle foram levadas numerosas e bem elaboradas teses, terminando por conclusões bastantes das quais ainda têm flagrante oportunidade, visto continuarem simples e legítima aspiração.

Além das questões de carácter social, como a habitação, o vestuário, a alimentação, o salário, etc. preconiza-se medidas atinentes a melhorar o mutualismo, de natureza oficial umas, do próprio esfôrço associativo as outras. Alvitra-se a criação de ligas e federações para os serviços clínicos e de farmácia, já previstas no diploma de 1896, mas apenas esboçada as últimas no Pôrto e em Gaia. Pede-se a publicação de modêlos oficiais de escrita associativa, simples, claros acessíveis, com um serviço de informações, propaganda, estatística e doutrinação condigno, para orientar a nossa mutualidade no caminho do progresso, quer melhor se conhecendo o que entre nós existe e se pratica, quer para estarmos a par da evolução operada nos países onde ela progride.

Insiste-se com o Estado para se opôr à pulverização associativa, nos meios onde houvesse organismos bastantes para acolherem as camadas mutuáveis do país. Reclama-se uma fiscalização mais cuidada e eficaz, por parte das entidades oficiais; a correcção dos abusos que vinham sendo praticados e já atrás referidos; uma tabela de tipos de cotas, condicionadas à idade do inscrito e ao seguro que êle tomava, com os dados científicos a que obedecesse a sua elaboração. Enfim, todo um conjunto de medidas que dessem corpo ao pensamento evangelizador de apóstolos de outras

épocas. E se elas fôssem a tempo tomadas, o Estado no que lhe competia ter feito, a mutualidade no que moralmente lhe incumbia também, e os então dirigentes desta melhor a orientando, a esclarecendo, a doutrinando, não teríamos chegado à decadência a que estamos assistindo, infelizmente comprovada por uma série de quadros numéricos que o leitor encontrará mais adiante.

Do aludido Congresso, largamente concorrido, e tendo a mutualidade para êle delegado o melhor do seu escol, ainda valoroso ao tempo, em inteligência e dedicação, saiu a Federação Nacional, que se instalou no belo edifício do Amparo, à Mouraria, devidamente beneficiado e com as instalações necessárias ao funcionamento ali de bastantes associações que quisessem aproveitar-se do auxílio oficial assim concedido, tendo uma sala para assembleas gerais, gabinetes das direcções, dependências para consultas médicas e tratamentos, para biblioteca, para farmácia, para creche, etc.

O edifício fôra cedido por João Franco à Mutualidade portuguesa em 1907.

Teve um defeito original a Federação, ainda que nascida de um pensamento muito louvável para a coordenação e impulso mutualista, como o deve dar um organismo desta índole. O seu estatuto não lhe deu a necessária característica de uma associação de associações. Resultou, assim, uma espécie de criação burocrática, sem a vitalidade que dão a iniciativa e a acção próprias.

Para o Conselho Central da Federação, que assim ficou a chamar-se a direcção do novo organismo, foram nomeados alguns dos melhores valores da mutualidade, agregando-se-lhe ainda outros, e mais alguns nomes obscuros, mas que à causa tinham dado apreciável esfôrço. Como secretário geral, ficou o já falecido mutualista José Ernesto Dias da Silva, com sua fôlha de serviços digna do maior apreço. Conseguiu que o Estado fizesse as necessárias melhorias no edifício que

havia cedido, onde várias associações instalaram os seus serviços. Orientou a publicação de um boletim mensal, primeiro, e mais tarde raro aparecendo, até que de todo deixou de sair, mas de fraca doutrinação e propaganda, pois nem sequer chegou a dar os elementos estatísticos das muitas associações que se federaram, nem acompanhou os progressos notados no estrangeiro, a pouco mais se limitando do que transcrever a legislação existente e dar sumárias notícias da matéria.

Talvez por tudo isto, na Federação não entraram algumas das melhores associações mesmo de Lisboa, a-pesar-de pequeníssima a cota de inscrição, surgindo uma outra Federação na capital, trabalhando ambas assim numa incompreensível rivalidade. Do impulso do Congresso, nasceu uma liga de mutualista de farmácia, que foi instalada no edifício em questão.

Para ela, muito contribuiu a *Fraternidade Naval*, a que pertenço, embora só pague aos associados a primeira receita de urgência, quer pela importância por ela subscrita, quer, sobretudo, pelo delegado que nomeou, o major sr. José Rodrigues, na verdade incansável, sincero mutualista que também é. Mas a liga, que a princípio deu bons resultados, e que à mutualidade lisbonense tantos serviços podia e devia continuar a prestar, terminava pouco airosamente alguns meses depois, já pelas rivalidades a que aludimos, já porque da parte da Federação não houve o carinho e a actividade necessárias.

O mesmo acontecia com as consultas médicas na sede, anos depois quási tôda abandonada.

Lamentável foi tudo isto, pois não havia ao tempo estatísticas do mutualismo nem do cooperativismo, oferecendo os problemas sociais um largo campo de acção para o estudo, para a efectivação e realizações mutualistas que andavam na mente de todos. Na liga dos serviços clínicos nem

sequer se falára, ao menos para as associações inscritas na Federação, e, sobretudo, para as que na sua sede se instalaram.

Dêste modo, muitas associações a abandonaram, mais avolumando divergências no seio de uma causa que, melhor orientada, teria progredido notàvelmente, em vez do definhamento que uns cinco anos depois era notório.

Já no rápido declínio do organismo, fui convidado para fazer parte do Conselho Central, onde então já não encontrei alguns dos seus primeiros e melhores valores mentais e mutualistas. Procurei, dentro do meu apoucado mérito, insuflar-lhe um pouco de vida, ainda possível, mas nada consegui, embora sob a direcção do mesmo secretário geral, dos srs. drs. Elviro dos Santos e Armelim Junior, do antigo deputado sr. Manuel José da Silva, representante da mutualidade portuense, do saüdoso Constâncio de Oliveira, dilecto discípulo de Costa Godolfim, do sr. João Pinto de Azevedo, representando o mutualismo de Gaia, do velho propagandista Simões de Almeida, do sr. António Augusto Salgueiro e dos mais obscuros mas não menos dedicados apóstolos Francisco Duarte Salvado, José Narciso dos Santos, João Ricardo da Silva, Feliciano José R. da Silva e Francisco Maria, nomes estes que é justo aqui citar, com a mágoa do desaparecimento de quási todos.

Os srs. drs. Peres Rodrigues e Barbosa de Magalhães, que foram dos primeiros, em justificado mérito e prática mutualista, já não pertenciam ao referido Conselho Central, e pouco depois, creio que também por afazeres particulares, saía o não menos saüdoso Desidério Beça, coronel e autor das mutualidades militares que tanto se distinguiram no exército, quer pelo bem que fizeram, quer mais ainda pelo espírito de previdência que os soldados levavam ao reentrarem nos seus lares.

Em 1916, cria-se o Ministério do Trabalho, para o qual

passam os serviços de assistência e as questões de previdência. Suponho que um certo despeito, porventura justificado, por não haver sido chamado a colaborar no novo organismo em serviços oficiais de previdência, o aludido secretário geral da Federação, foi o principal motivo da mais acentuada decadência desta. Desde então, passou a ser uma instituïção sem alma e vitalidade, no espírito absorvente que tinha o falecido Dias da Silva. O boletim saíu então já com muita irregularidade e falho de interêsse. As associações mais se afastaram.

Contudo, havendo resultado inúteis várias representações feitas ao Parlamento, no sentido de se interessar pelas questões mutualistas, propondo-se-lhe várias emendas a uma proposta de lei que lhe fôra presente pelo então Ministro do Trabalho sr. António Maria da Silva, regulando o seguro mútuo, a qual fôra elaborado por uma comissão nomeada pelo notável mutualista Dr. Estevam de Vasconcelos, quando Ministro do Fomento, em Dezembro do referido ano de 1916 realiza-se em Lisboa o segundo Congresso da Mutualidade. Foi menos concorrido do que o primeiro, e já não teve a mesma eficiência de trabalhos, embora algumas teses e estudos interessantes lhe fôssem apresentados.

Nomeou uma comissão para elaborar um novo projecto de lei, consoante os votos do mutualismo. Tive a honra de ser o relator, com a inteligente colaboração dos srs. drs. Lino Neto, José Justino de Carvalho e Francisco Seia, António Pedro Machado, Constâncio de Oliveira, Francisco Martins Barbosa, Manuel José da Silva e Manuel Inácio Alves Pereira, tendo sido agregados a esta comissão os srs. Agostinho José de Silva, Artur Moreira Liberal e Raúl Dias de Almeida Braz.

Levado o projecto à Mesa da Câmara dos Deputados, pelos comissionados referidos e pelo Conselho Central, nada também fêz o Parlamento por uma causa que devia ser-lhe

mais simpática, embora, sobretudo a partir de 1911, ano do primeiro congresso, o poder público viesse sendo solicitado para ela.

O mesmo acontecêra a um projecto de lei que subscrevi com Constâncio de Oliveira, atinente a facultar às associações mais rendosa aplicação dos seus fundos e a mobilizarem na construção urbana a parte disponível que não tolhesse a execução dos seus encargos estatutários.

Todavia, déra parecer favorável a um projecto de lei que proïbia à mutualidade possuir farmácias próprias, contra o que a legislação autorizava, e a-pesar-de contra êsse atentado ao bom princípio mutualista haver a Federação representado, com o auxílio que a esta podemos dar na Câmara, Constâncio de Oliveira e o autor, contrariando a sua aprovação.

É-me grato constatar que o decreto de 1930, regulando o mutualismo em Portugal, dá plena satisfação a muitas das nossas antigas aspirações.

O Ministério do Trabalho, talvez porque passasse a estar mais ocupado com os problemas internos que derivaram da guerra, como transportes, abastecimento público, indústrias, etc., pouca ou nenhuma atenção dedicou às questões sociais, sem que aqueles outros cuidados o absolvam de tal abandono.

(Continua).

DOMINGOS DA CRUZ.

LIVROS RECEBIDOS

O Instituto recebeu e muito agradece os livros seguintes:

Administração Geral do Pôrto de Lisboa — *Relatório-Contas relativas ao ano económico de 1931-1932 e elementos estatísticos relativos ao ano civil de 1932.* Lisboa, Imprensa Nacional, 1933.

Armando Ribeiro — *Terras Fradêscas.* Lisboa, 1933.

Aubrey F. G. Bell — *Da Poesia Medieval Portuguesa,* tradução do inglês por António Álvaro Dória. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933.

Carlos Deambrosis Martins — *La Poesía de Armando Gody,* con una introduccion de Jean Royere. Paris, 1932.

Emmanvele de Sovsa da Camara — *Contributiones ad mycofloram Lusitanie-centuria X.*

Francisco Luiz Pereira de Sousa — *O Terramoto do 1.º de Novembro de 1755 em Portugal e o Estado Demográfico.* Vol. III. Distrito de Lisboa.

—— Vol. IV. Distritos de Leiria, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Aveiro e Viseu.

Hommage National a Ernest Solvay. Inauguration du Monument, 16 Octobre 1932. Bruxelles, 1933.

Dr. José Maria Rodrigues — *A propósito do Testamento de Simão Vaz de Camões, Primo-coirmão e homónimo do Pai de Luiz de Camões.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933.

—— *Pela quinta vez a dupla rota de Vasco da Gama em «Os Lusíadas»,* V, 4-13. Coimbra, Imprensa da «Coimbra Editora, L.da», 1933.

Manuel Vicente Moreira — *A propos d'un cas de neurofibromatose généralisée et de gestation.* Imp. A. Taffin-Lefort, Lille, s/d.

—— *A acção médico-social na Companhia Portuguesa de Tabaco. (Alguns aspectos).* Tip. da Companhia Portuguesa de Tabacos, Lisboa, 1932.

Manuel Vicente Moreira — *A doença de recklinghausen e a função de reprodução. (A propósito de três casos).* Tipografia Labor, Lisboa, 1930.

—— *Exposição sintética e crítica sôbre o choque anafilático nas cobaias grávidas e anafilaxia intra-uterina.* Tipografia Labor, Lisboa, 1930.

—— *A patogenia da eclampsia.* Imprensa Libânio da Silva, Lisboa, 1930.

—— *Notas de Viagem de estudos Obstétricos.* Tipografia do Comércio, Lisboa, 1929.

Antenor Borges de Almeida — *Uber die synthese eines Bicyclo — Octan — Dions.* Zurich, 1932.

Willi Stucki — *Über eine neue Methode zur Bstimmung des Morphins im Opium.* Zurich, 1932

Werner König — *Zur Kenntnis elektrolytisch hergestellter Kieselsäure,* Zurich, 1932.

Adam Deutsch — I. *Uber die Umwandlung von zweifach ungesättigten Säuren in cyclische Kohlenwasserstoffe.*

—— II. *Zur Kenntnis der Amalgam — Reduktion von mehrfach ungesättigten Carbonsäuren.* Pées, 1932.

Antoni Basinski — *Uber die Stabilität der negativen und positiven Halogen — und Rhodansilbersole.* Leipzig, 1932.

Rudolf Bass — *Ein Beitrag zur Analyse der Azinfarbstoffe.* Zurich, 1932.

Heinrich Brüngger — *Uber das Betulin.* Zurich, 1932.

Th. Zürrer — *Ein Beitrag zur Leichtmetallelektrolyse.* Zurich, 1932.

Hermann Fietz — *Der bau der Klosterkirche von Rheinau.* Zurich, 1932.

Actualidades Biológicas, vol. V. Imprensa da Universidade, Coimbra, 1933.

Fritz Müller — *Experimentalle Untersuchung gen über die antiseptische Wirkung von Zahnzementen.* Zurich, 1933.

Werner Brunner — *Messungen an einem Bewegunsgs — Appart verglichen mit typischen Arbeitsgewöhnungen.* Zurich, 1932.

Otto Wyler — *Zur Kenntnis der isomeren Dinitrobenzole.* Basel, 1932.

Dr. Edouard Bois de Chesne — *Beitrag zur Kenntnis von Harnstoff — Formaldehyd — Kondensations — und Polymerisationsprodukten.* Leipzig, 1932.

G. M. Blank — *Contribution à l'étude du Phénomène de rupture dans les Disjoncteurs sous Huile.* Zurich, 1932.

Fritz Salzmann — *Wärmeflufs durch Kolben und Kolbenring im Dieselmotor.* Zurich, 1932.

Rudolf Koblet — *Ueber die Keimung von Pinus Strobus unter besonderer Berücksichtigung der Herkunft des Samens.* Bern, 1932.

Antanas Minkevicius — *Untersuchungen über den Einflufs der Narkose auf die Pilzempfänglichkeit der Pflanzen.* Dessau, 1932.

Sigfrid Wagner — *Artkreuzungen in der Gattung Helianthus.* Leipzig, 1932.

Emil Schlittler — *Synthese und Spaltung von Pukatein-methyläther und von Laurelin.* Basel, 1932.

Wilhelm Huber — *Zur Kenntnis der Sulfuration Amine nach dem sogenannten Backprozef, Weida i.* Thür, 1931.

Louis Barthe — *La théorie du risque dans l'assurance sur la vie dans la cas où deux ou plusieurs causes agissent pour la réduction du nombre des assurés, en particulier dans l'assurance contre l'invalidité.* Bale, 1932.

Ernst Boller — *Uber ganze Funktionen von Exponentialtypus und ihre Indikatordiagramme.* Basel, 1932.

Jakob Bindler — *Beitrag zur Kenntnis der 1 — Amino — 3, 6, 8 — Naphthalintrisulfosäure, Weida i.* Thür, 1931.

Alfred Buri — *Eine Berechnungsgrundlage für die turbulente Grenzschicht bei beschleunigter und verzögerter Grundströmung.* Zurich, 1931.

Walter Hämmerle — *Beitrag zur Kenntnis der Sapogenine, Weida i.* Thür, 1931.

Eugen Bürgin — *Becquereleffekte am Zinkoxyd.* Leipzig, 1932.

Efim Bindler — *Die kompensierte Einphasenasynchronmaschine, Weida i.* Thür, 1932.

Eduard Bernasconi — *Zur Kenntnis der blauen Schwefelfarbstoffe.* Basel, 1932.

Otto Keller — *Studie über Inkompatibilitäten von Arzneimitteln.* Zurich, 1932.

Paul Güttinger — *Streuprozesse Höherer Ordnung.* Basel, 1932.

Peter Pieth — *Die Konstitution der Alantolaktone.* Zurich, 1932.

Walter Winter — *Studien über die quantitative Zusammenszung des Knorpels.* Wien, 1932.

Herman Schlesinger — *Verkhrsentlastung der Altstadt Zürichs.* Berlin, 1932.

Gottfried Brimm — *Uber die reellen Nullstellen Dirichlet'scher L-Reihen,* Zurich, 1932,

Ludwig Levite — *Uber die eignung der schnellaufenden kolbenmaschine als vorschalststufe für hochdruckdampfbetrieb.*

Ernest Locher — *La culture caféière dans l'Etat de São Paulo combinée avec la sériciculture*. Berne, 1931.

Paul Farkas von Bisztra — *Phasengrenzpotentiale und Dielektrizitätskonstante*. Berlin, 1932.

Roland Brunner — *Gleichgewichte in den Systemen Kieselsäure, Kalk und Tornerde mit Kohle*. Berlin, 1932.

Magnus Bergström — *O Pseudo Crítico Dr. Alfredo Pimenta — Leal desafronta às graves injúrias dirigidas aos que, no Passado, se impuseram na nossa literatura por obras de incontestável valor*. Tip. da Emprêsa Nacional de publicidade, Lisboa, 1933.

Richard Schmidt et Adolf Grabowsky — *La question du Désarmement*. Berlin, 1933.

LIVROS A VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 12$00

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 10$00

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15$00

Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 6$00

Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)..... 4$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4$50

Noticia sôbre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 ..... 4$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 3$oc

Memórias de Castilho, por Júlio de Castilho:

Vols. I e II cada ..... 20$00
Vol. III ..... 25$00
Vol. IV ..... 18$00
Vol. V ..... 20$00

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERARIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra,* sociedade científica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos de autores nacionais e estrangeiros e na língua por êles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números..... 25$00
Número avulso..... 10$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto,* Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.